



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 2, QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente
Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário
Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente
Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente
Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente
Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário
Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2º Secretária
Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário
Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 26 e 27 de Setembro de 2023.	5
Ata da 12ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 4 de Outubro de 2023.	41
Ata da 13ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 17 de Outubro de 2023.	93
Ata da 14ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 24 de Outubro de 2023.	159
Ata da 15ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 25 de Outubro de 2023.	233
Ata da 16ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 31 de Outubro de 2023.	286
Ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada em 7 e 8 de Novembro de 2023.	329
Ata da 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023.	355
Ata da 19ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 28 de Novembro de 2023. ...	364
Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 5, 6, 7, 12, 13, 14, 20 e 21 de Dezembro de 2023.	418
Ata da 21ª Reunião Extraordinária, de Audiência Pública, realizada em 12 de Dezembro de 2023.	474





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- 11ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada nos dias 26 e 27/09/2023,
- 12ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 4/10/2023,
- 13ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 17/10/2023,
- 14ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 24/10/2023,
- 15ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 25/10/2023,
- 16ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 31/10/2023,
- 17ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada nos dias 7 e 8/11/2023,
- 18ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 22/11/2023,
- 19ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 28/11/2023,
- 20ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada nos dias 5, 6, 7, 12, 13, 14, 20 e 21/12/2023,
- 21ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 12/12/2023,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 22 E 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Alencar Santana, Alex Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Giacobbo, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, João Carlos Bacelar, João Leão, José Rocha, Luciano Amaral, Luciano Ducci, Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Otoni de Paula, Paulo Litro, Sergio Souza, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago; dos **Senadores Titulares**: Beto Faro, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Professora Dorinha Seabra e Wilder Moraes; dos **Deputados Suplentes**: Aguinaldo Ribeiro, Alberto Mourão, Átila Lira, Benes Leocádio, Capitão Alden, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Joseildo Ramos, Júnior Mano, Leônidas Cristino, Luciano Vieira, Misael Varella, Rafael Prudente, Thiago de Joaldo, Túlio Gadêlha e Vermelho; da **Senadora Suplente**: Eliziane Gama; e dos **Deputados Não Membros**: Acácio Favacho, Delegado Caveira, Hercílio Coelho Diniz, Leo Prates, Lincoln Portela e Sidney Leite. **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Marcio Alvino, Marx Beltrão e Matheus Noronha e os **Senadores Titulares** Ana Paula Lobato, Irajá, Izalci Lucas e Marcelo Castro. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, iniciou os trabalhos e aguardou até que se atingisse o quórum para deliberação. Alcançado o quórum, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, passou-se ao expediente. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 8 de agosto até a presente data, inclusive, os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse em relatar as matérias. Não houve manifestação. A Presidente então solicitou ao Plenário a dispensa da leitura das seguintes atas - Ata da 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária de 08/08/2022; Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 17/08/2023; Ata da 6ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 24/08/2023; Ata da 7ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 25/08/2023; Ata da 8ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 30/08/2023; Ata da 9ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 12/09/2023; e Ata da 10ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 14/09/2023; Não houve pedidos de retificação. Em votação, as atas foram **APROVADAS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DIA: a Presidente propôs ao Plenário a quebra de interstício de 2 dias úteis contados da publicação, conforme previsto no *art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*, para a apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.177/2023 e dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 16, 17, 20 e 26/2023-CN. Em deliberação a quebra de interstício foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas. **Item 1–Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.177/2023**, que " Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica". Relator: Deputado SÉRGIO SOUZA. VOTO: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas, o relator indicou pela inadmissão. O Relator leu o relatório e a Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator, conforme dispõe o § 2º do *art. 146, da Resolução Nº 1/2006 do Congresso Nacional*. Não houve discussão. Em deliberação, o relatório foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal. **Item 4- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16/2023-CN**, que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 11.639.590,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador IZALCI LUCAS. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. Em virtude da ausência do Relator, o relatório foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Eduardo Gomes, segundo o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*. Não houve discussão e em deliberação, o relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 5- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17/2023-CN**, que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 4.167.554,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado RAFAEL PRUDENTE. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o relatório e não houve discussão. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **Item 8- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 20/2023-CN**, que " Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A. e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., crédito suplementar no valor de R\$ 19.519.660,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado GILVAN MÁXIMO. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o relatório e não houve discussão. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Item 9- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 21/2023-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 393.000.000,00, para o fim que especifica". Relator: Deputado CARLOS VERAS. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do substitutivo apresentado, incorporada a emenda de relator. Quanto às 14 (quatorze) emendas apresentadas o relator indicou a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inadmissão de todas. O Relator leu o relatório. A Presidente declarou inadmitidas as 14 (quatorze) emendas indicadas pelo Relator, conforme dispõe o § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1/2006 do Congresso Nacional e não houve discussão. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Item 11-** Apreciação do **relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 23/2023-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 129.908.544,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado CASTRO NETO. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O deputado Giacobbo informou que havia sido entregue o relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22/2023-CN, que constava como décimo item da pauta. A Presidente sugeriu uma inversão, porém o deputado Giacobbo concordou que a apreciação fosse feita depois. O Relator, deputado Castro Neto, leu o relatório e não houve discussão. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 13-** Apreciação do **relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 25/2023-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$ 126.683.985,00, para os fins que especifica". Relator: Senador STYVENSON VALENTIM. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas o relator rejeitou a de nº 1, e, indicou a inadmissão da de nº 2. O Relatório foi lido pelo Relator *ad hoc*, senador Carlos Viana, segundo o inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN. Em conformidade ao disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1/2006 do Congresso Nacional, a Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 2, indicada pelo Relator. Não houve discussão. Em deliberação, o relatório foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal. **Item 14-** Apreciação do **relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26/2023-CN**, que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 39.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador WILDER MORAIS. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o relatório e não houve discussão. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 15-** Apreciação do **Requerimento nº 8/2023 CMO**, que "Requer realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito do Marco Ferroviário, os Recursos do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT, pendente de apreciação do veto nº 67/2021". Autor: Deputado GILSON DANIEL. O autor fez a justificativa do seu Requerimento. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **Item 17-** Apreciação do **Requerimento nº 10/2023 CMO**, que "Requer realização de Audiência Pública para debater a Primeira Infância como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN 4/2023". Autor: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM. O autor fez a justificativa do seu Requerimento e adicionou às entidades convidadas a ATRICON – Associação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **Item 18-** Apreciação do **Requerimento nº 11/2023 CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”. Autor: Deputado BOHN GASS. O autor fez a justificativa do seu Requerimento. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. O deputado Giacobbo solicitou à Presidente que fosse apreciado o relatório apresentado ao PLN 22/2023-CN, ao que a Presidente respondeu que seria votado logo após o próximo item. **Item 19-** Apreciação do **Requerimento nº 12/2023 CMO**, que “Requer a realização de audiências públicas para discutir o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”. Autor: Deputado BOHN GASS. O autor fez a justificativa do seu Requerimento. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. A presidente informou que a Audiência Pública referente a este Requerimento, com a Ministra de Estado do Planejamento, Sra. Simone Tebet, já estava agendada para ocorrer no dia 4 de outubro, às 14 horas e 30 minutos. **Item 10-** Apreciação do **relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22/2023-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, de Minas e Energia, da Saúde, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 1.296.794.736,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (nova ementa após Mensagem modificativa)”. Relator: Deputado GIACOBBO. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 34 (trinta e quatro) emendas, o Relator indicou a inadmissão das de nºs 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32 e 33, e as de nºs 1 a 16, 20, 22, 31 e 34 foram rejeitadas. A Presidente consultou o Plenário sobre a quebra de interstício de 2 dias úteis contados da publicação, conforme previsto no *art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*, para a apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22/2023-CN. Em deliberação a quebra de interstício foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas. O Relator leu o relatório e a deputada Adriana Ventura discutiu e disse que havia apresentado 3 (três) destaques. Em votação, o relatório foi **APROVADO, RESSALVADOS OS DESTAQUES**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Apreciação dos destaques** – A autora, deputada Adriana Ventura justificou seu destaque de nº 1 e sugeriu que fossem todos votados em globo. A seguir, justificou os destaques de nºs 2 e 3. O Relator ofereceu parecer pela rejeição dos destaques e o deputado Bohn Gass usou da palavra para fazer esclarecimentos. Em votação, os destaques foram **REJEITADOS**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura e, conforme estabelecido no § 1º do *art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, não foram à apreciação da representação do Senado Federal. **Item 16-** Apreciação do **Requerimento nº 9/2023 CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude e a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para debater “orçamento público em relação à infância, com foco na prevenção e resposta à violência”. Autor: Deputado TÚLIO GADÊLHA. Em virtude da ausência do autor, o deputado Bohn Gass pediu para justificar o Requerimento e adicionar às entidades convidadas a ATRICON – Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional.

SUSPENSÃO: A Presidente suspendeu a reunião às dezesseis horas e oito minutos, do dia vinte e seis de setembro, do ano de dois mil e vinte e três, em virtude de acordo firmado na reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, ocorrida anteriormente e convocou sua continuação para o dia seguinte, vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, neste Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, às catorze horas e trinta minutos.

REABERTURA: às quatorze horas e quarenta e sete minutos, do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, reiniciou os trabalhos. Propôs ao Plenário a quebra de interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação para as deliberações dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 15, 18, 19 e 24/2023-CN, conforme previsto no *art. 128 da Resolução 1/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura solicitou que não fosse quebrado o interstício referente ao PLN 19/2023-CN, uma vez que seu relatório ainda não havia sido apresentado. A Presidente consultou o Plenário e com a concordância, colocou em deliberação a quebra do interstício de 2 (dois) dias úteis dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 15, 18 e 24/2023-CN. **APROVADA.** Em prosseguimento à apreciação da pauta remanescente, a Presidente anunciou o **Item 2–Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.180/2023**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 280.000.000,00, para o fim que especifica”. Relator: Senador LAÉRCIO OLIVEIRA. VOTO: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. O Relator leu o relatório. A matéria foi discutida pelos deputados Adriana Ventura, Gilson Daniel e Bohn Gass. Em deliberação, o relatório foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Item 6- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18/2023-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito suplementar no valor de R\$ 26.050.043,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado JOSÉ ROCHA. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator *ad hoc*, Senador Laércio Oliveira foi designado pela Presidente, mas o deputado José Rocha, presente na reunião, constava como Relator. O deputado José Rocha então leu o relatório e não houve discussão. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Item 3- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15/2023-CN, que “ Abre ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 89.300.000,00, para os fins que especifica”. Relator: Senador CID GOMES. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O senador Laércio Oliveira foi designado como Relator *ad hoc* pela Presidente, segundo o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN* e procedeu à leitura do relatório. A discussão foi iniciada e o deputado Carlos Henrique Gaguim pediu vista do relatório, no entanto sua solicitação foi negada pela Presidente, com base no *inciso IV do art. 130 da Resolução Nº 1/2006-CN*. Em votação, o relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 12- Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 24/2023-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 892.145.545,00, para os fins que especifica (nova ementa após Mensagem modificativa)”. Relator: Deputado CARLOS ZARATTINI. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 28 (vinte e oito) emendas apresentadas, o Relator indicou a inadmissão das de nºs 2, 3, 5, 6, 8, 10, 25, 26, 27 e 28 e rejeitadas as demais. O Relator leu o relatório e a Presidente declarou inadmitidas as emendas de números 2, 3, 5, 6, 8, 10, 25, 26, 27 e 28, indicadas pelo Relator, conforme dispõe o *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº 1/2006 do Congresso Nacional*. A deputada Adriana Ventura discutiu e apresentou 1 (um) destaque. Em votação, o relatório foi **APROVADO, RESSALVADO O DESTAQUE**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Apreciação dos destaques** – A Presidente informou que a senadora Professora Dorinha Seabra havia apresentado dois destaques, porém, em virtude de sua ausência, os destaques foram prejudicados, conforme o *§ 1º do art. 138 da Resolução Nº 1/2006-CN*. **Apreciação do destaque nº 3-** de autoria da deputada Adriana Ventura, à emenda de nº 14. A autora justificou seu destaque e o Relator ofereceu parecer pela rejeição do destaque. Em votação, o destaque foi **REJEITADO**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura e, conforme estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, não foi submetido à apreciação da representação do Senado Federal. **EXTRAPAUTA** – a Presidente propôs ao Plenário a inclusão na pauta do Requerimento nº 13/2023 CMO, de autoria do deputado Danilo Forte. Em deliberação, a inclusão na pauta foi **APROVADA**. Apreciação do **Requerimento nº 13/2023 CMO**, que “Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater a estruturação dos Núcleos de Atenção às Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN 4/2023 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024)”. AUTOR: Deputado DANILO FORTE. O deputado João Leão indagou a respeito da votação do Projeto de Lei nº 4/2023-CN (PLDO/2024) e deputado Danilo Forte, Relator do PLDO/2024 usou da palavra para fazer os esclarecimentos requeridos. O deputado Carlos Henrique Gaguim também fez suas considerações acerca do tema e o deputado José Rocha também usou da palavra. A Presidente passou então a palavra novamente ao deputado Danilo Forte, para que justificasse o seu Requerimento. Não houve discussão e em votação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações da duas Casas do Congresso Nacional. A Presidente informou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que estão agendadas as seguintes reuniões de Audiência Pública: Dia 04 de outubro para discutir o PPA 2024/2027 e, dia 10 de outubro para discutir a LOA/2024. Ambas com a presença da Ministra do Planejamento, Simone Tebet. Informou, ainda, que o item 7 da pauta, referente ao relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 19/2023-CN, seria deliberado na próxima reunião.

ENCERRAMENTO: A Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e três minutos, do dia vinte e sete de setembro, do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 26 de Setembro de 2023
(Terça-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Deliberativa Extraordinária.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom. *(Pausa.)*

Vou pedir silêncio, para que nós possamos iniciar a nossa reunião.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. *(Pausa.)*

Peço aos Parlamentares que não conseguiram registrar presença que o façam através do microfone. *(Pausa.)*

Senador Wilder Moraes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso, quero pedir que registrem ao microfone, para que nós possamos registrar a presença.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Presidente, eu também tentei fazer o registro de presença. Eu não consegui fazê-lo através do painel.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registrado, Senador. Obrigada.

O Senador Eduardo Gomes fez o registro?

(Pausa prolongada.)

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Peço a gentileza à Senadora Professora Dorinha Seabra para registrar a presença.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registrada a presença da Senadora Dorinha. Obrigada, Senadora.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

1/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 8 de agosto até à presente data, inclusive os avisos do TCU de que não receberam recomendação para a autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

No entanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas: Ata da 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, de 8 de agosto, 2022; Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17 de agosto de 2023; Ata da 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 24 de agosto de 2023; Ata da 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de agosto de 2023; Ata da 8ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 30 de agosto de 2023; Ata da 9ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12 de setembro de 2023; Ata da 10ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14 de setembro de 2023.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.

Proponho ao Plenário a quebra de interstício de dois dias úteis contados da publicação para a MPV 1.177/2023 e os PLNs nº 16, 17, 20 e 26, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de dois dias úteis de sua distribuição.

A quebra de interstício está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item nº 1. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.177, de 2023, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$200.000.000,00, para o fim que especifica.

Relator: Deputado Sergio Souza.

Com a palavra o Relator.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Muito obrigado, Sra. Presidente, peço para ir direto ao voto.

"Voto.

O art. 2º, parágrafo 6º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, estabelece que compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme os arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

Consoante o *caput* do art. 5º da citada resolução, a Comissão deve emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, os quais se passam a examinar."

Nós somos pela constitucionalidade, juridicidade e regulamentação, bem como pela compatibilidade e adequação orçamentária financeira.

"II.3 Mérito

A Medida Provisória nº 1.177, de 2023, é dotada de justificativas de relevância, urgência e imprevisibilidade condizentes com a programação orçamentária que a contempla. (...)

II.4 Emendas

2/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(…)

De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, às medidas provisórias de crédito extraordinário *'somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente'*. Desse modo, não nos resta alternativa senão indicar a inadmissão das Emendas nºs 1, 2 e 3.

II-5 Conclusão

Ante todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da MPV 1.177/2023, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira.

Votamos, ainda, pela inadmissibilidade das Emendas 1, 2 e 3.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.177, de 2023, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

Lidos o relatório e o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Sergio Souza.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as três emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Segundo item da pauta.

Item 4. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$11.639.590,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Senador Izalci Lucas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Senador Eduardo Gomes, V.Exa. foi designado Relator *ad hoc*, com muita alegria, para apresentação do relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) - Meus cumprimentos, Sra. Presidente Senadora Daniella Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, nosso Relator-Geral, Deputado Luiz Carlos Motta.

Peço autorização aos nobres pares para ir direto ao relatório.

"I - Relatório

Nós temos do art. 61 e do art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 318, de 2023, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2023 (PLN 16/23), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$11.639.590,00 (onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil e quinhentos e noventa reais), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

Conforme a mensagem, o crédito em pauta tem por objetivo viabilizar:

1. na Justiça Federal:

- 1.1. reformas dos Edifícios-Sede da Justiça Federal em Rio Grande, Rio Grande do Sul, e em Curitiba, Paraná.
 - 1.2. complementação da folha de pagamento de auxílio-moradia no âmbito do TRF 1ª Região; e
 - 1.3 obras de recuperação das instalações do Edifício-Sede do Tribunal Regional em Porto Alegre (TRF 4ª Região);
- 2. no Ministério Público da União (MPU):**

3/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

2.1 continuidade da construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal, Rio Grande do Norte (MPF); e
2.2 execução da segunda etapa da obra da construção do novo Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Bagé, Rio Grande do Sul (MPM);

3. no Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP: contratação de campanhas de fortalecimento da imagem institucional da entidade.

O quadro a seguir apresenta a aplicação da origem dos recursos.

(...)

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei."

É o relatório do nobre Senador Izalci Lucas, com a nossa correlatoria como Relator *ad hoc*.

"Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, além da ausência de emendas parlamentares ao projeto de lei, somos pela aprovação do PLN 16/23, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Eduardo Gomes.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, está encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 5. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$4.167.554,00, para os fins que especifica.

Relator: Deputado Rafael Prudente.

Com a palavra o Relator para fazer a apresentação do relatório.

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF) - Primeiro, quero cumprimentar todos os meus pares aqui na Comissão de Orçamento.

Sra. Presidente, trata-se de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e de Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 17, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$4.167.554,00, para os fins que especifica.

O objetivo da matéria é que a Justiça Federal de Primeiro Grau, com a contratação dos projetos construtivos das obras de construção do edifício-anexo da Justiça Federal em Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, e do edifício-sede da Justiça Federal em Naviraí; bem como o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com serviço de conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União, por meio de reforma dos edifícios-sede I e II em Brasília; e também da Justiça Eleitoral, no Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, relacionados à reforma de seu edifício-sede.

Trata-se de um remanejamento interno das próprias unidades orçamentárias das Justiças Federal e Eleitoral.

"III - Voto do Relator.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que o objetiva exclusivamente incluir categoria de programação na Lei Orçamentária vigente — LOA 2023.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023 e do Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2023.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 17/2023-CN, na forma da proposta pelo Poder Executivo."

4/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não houve apresentação de emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Rafael Prudente.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 8. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 20, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A. e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A, crédito suplementar no valor de R\$19.519.660,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Deputado Gilvan Maximo.

O Relator está com a palavra para fazer a apresentação do relatório.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas Senadores e Deputados.

Vou direto ao voto, Presidente.

"II - Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2023 e do Plano Plurianual em vigor, PPA 2020/2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária Anual para 2023 — LOA 2023 (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gilvan Maximo.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Item 9. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$393.000.000,00, para o fim que especifica.

Relator: Deputado Carlos Veras.

Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma do substitutivo apresentado, incorporada a emenda de Relator. Quanto às 14 emendas apresentadas, o Relator indicou a inadmissão de todas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Sra. Presidenta, peço autorização para ir diretamente à conclusão do voto.

5/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

"II.1 Ajuste técnico

Contudo, a HEMOBRÁS é classificada como empresa independente criada com a finalidade de *'explorar diretamente atividade econômica'* (art. 2º da Lei nº 10.972, de 2024). Dessa forma, a despesa deve ser classificada como inversão financeira (GND 5), nos termos do que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964 (art. 12, §5º, III). A fim de ajustar a programação, apresentamos emenda de ajuste técnico, com fundamento no art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para corrigir a inadequação.

II.2 Emendas

Ao crédito, foram apresentadas 14 (quatorze) emendas. Todas as propostas buscam incluir ou acrescer programações que impactam os limites de despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT e a Lei Complementar nº 200, de 2023. Portanto, contrariam a legislação em vigor, ensejando a declaração de inadmissão nos termos do que dispõe o art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além disso, as Emendas nºs 9 e 12 a 14 propõem, em projeto de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na Lei Orçamentária, contrariando o disposto no art. 109, III, 'b', da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

II.3 Conclusão

Diante do exposto, votamos pela:

I - indicamos a inadmissão de todas as 14 (quatorze) emendas apresentadas, por contrariarem normas legais e regimentais, nos termos que dispõe o art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional; e

II - votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2023, na forma do substitutivo, que incorpora o ajuste técnico de que trata o item II.1.

Sala da Comissão, em 26 de setembro de 2023.

Deputado Federal Carlos Veras

Relator"

O parecer é pela aprovação do PLN nº 21, de 2023.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as 14 emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 11. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$129.908.544,00...

O SR. GIACOCO (PL - PR) - Presidente, desculpe-me. V.Exa. pulou o item 10?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passei para o item 11 porque o relatório do item 10 não chegou.

O SR. GIACOCO (PL - PR) - Já chegou.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Chegou? *(Pausa.)*

Podemos fazer uma inversão, já que iniciei a leitura do item 11?

O SR. GIACOCO (PL - PR) - Não tem problema. Pode seguir.

6/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Depois volto para o item 10.

Item 11. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$129.908.544,00, para os fins que especifica.

É Relator o Deputado Castro Neto, a quem passo a palavra, para que apresente seu relatório.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) - Boa tarde, Presidente.

Peço permissão para ir direto ao voto.

"III - Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva exclusivamente incluir categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2023.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023 e do Plano Plurianual — PPA 2020-2023 e à sua conformidade com a LOA 2023.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Está uma confusão o plenário. O Relator leu o seu texto em meio a uma confusão generalizada. Eu peço a V.Exa. que recomponha a ordem, porque não se ouve nada aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só um instante, Deputado. Eu estava atendendo à Deputada Adriana Ventura, que veio à mesa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Pode atendê-la. Eu só estou pedindo para recompormos o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Carlos Zarattini.

Vamos ouvir a conclusão do Relator.

Tem a palavra o Deputado Castro Neto, para a conclusão do seu relatório.

Peço a compreensão dos colegas, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, assessoria e imprensa.

Obrigada.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) - Presidente, eu já fiz a leitura do parecer, concluindo a favor do projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 13. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 25, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$126.683.985,00, para os fins que especifica.

O Relator ad hoc, Senador Caio Vianna, está com a palavra.

7/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os Srs. Deputados que nos acompanham pela *TV Câmara*.

Vou direto à análise e peço vênica a V.Exa., Presidente.

"II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na lei orçamentária vigente.

Observa-se que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), na Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e na Lei nº 4.320, de 1964.

O pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotação orçamentária. Ademais, as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias, não alterando o seu montante para o exercício de 2023.

A Exposição de Motivos — EM nº 00047/2023 MPO esclarece que as alterações em comento decorrem de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP e, de acordo com os órgãos envolvidos no presente ato, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual, inclusive no que se refere à emenda da bancada de Sergipe, autorizada por seu coordenador, conforme o mencionado Ofício nº 004/2023/GSAV-OGU/BSE.

Quanto às emendas apresentadas, somos pela rejeição da Emenda nº 1 e pela inadmissão da Emenda nº 2, por conflitar com o disposto no art. 109, inciso II, 'a', da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

II. Voto do Relator

Diante do exposto, e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, é pela aprovação do PLN 25/23, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Carlos Viana.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as três emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 14. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$39.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Senador Wilder Moraes.

Tem a palavra o Relator.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Sra. Presidente, vou direto à análise e, em sequência, ao voto.

"II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na lei orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), na Lei Orçamentária

8/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e na Lei nº 4.320, de 1964.

A alteração proposta no presente ato não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois, ainda que a alteração se refira à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de despesas financeiras, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre indica a existência de espaço fiscal de R\$ 92,8 bilhões frente à meta de resultado primário."

Sra. Presidente, o projeto abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$39.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Propõe-se recurso decorrente da anulação de dotações orçamentárias, em favor do Ministério da Defesa, para a realização de obras de cooperação, no âmbito do Comando do Exército, relativas ao convênio celebrado com o Estado de Goiás na rodovia GO-213.

O valor total da obra total era de R\$ 257 milhões, e falta um trecho de 44 quilômetros na GO-213, garantindo a duplicação total dos trechos Brasília-Goiânia, Goiânia-Caldas Novas, também São Paulo-Minas Gerais e Caldas Novas-Morrinhos.

Esse instrumento entre o Estado de Goiás e o Exército possibilitou a retomada imediata das obras. A abertura de crédito suplementar não acarreta nenhum ônus ou consumo de recursos do Governo Federal, pois se trata da operacionalização da transferência do recurso do Estado de Goiás depositado em uma conta específica com o Governo Federal.

Sra. Presidente, quanto ao voto, ele é pela aprovação do PLN 26/23.

Peço o apoio dos nossos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Wilder Moraes.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Wilder Moraes pelo excelente relatório. Conte com o Estado do Tocantins!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada.

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, também quero parabenizar o Senador Wilder Moraes. S.Exa. tem sido um grande Senador pelo Estado de Goiás e faz um trabalho belíssimo, levando investimentos e obras para Goiás.

Parabéns, Senador, pelo belíssimo trabalho que V.Exa. tem desempenhado em favor do povo goiano!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Quero fazer apenas uma observação relativa ao PLN 25, em que houve a inadmissibilidade de apenas uma emenda. Faço só essa retificação.

Item 15. Apreciação do Requerimento nº 8, de 2023, que requer a realização de audiência pública para discutir, no âmbito do Marco Ferroviário, os Recursos do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes — FNIT, pendente de apreciação do Veto nº 67, de 2021.

O autor é o Deputado Gilson Daniel.

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, peço aos nobres Deputados e Senadores que votem favoravelmente ao nosso requerimento de audiência pública para tratar do Marco Ferroviário e, principalmente, com relação ao veto ao Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes.

9/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A audiência vem para sensibilizar esta Casa, o Congresso Nacional, a fim de que possamos votar esse veto nas sessões de vetos que têm sido realizadas pelo Congresso Nacional. Não temos conseguindo pautar esse projeto, que é muito importante. O transporte ferroviário precisa de recursos advindos do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes, decorrente dos valores não tributários, multas, outorgas e indenizações devidos à União pelas concessionárias e autorizatárias ferroviárias. A derrubada do veto fará que tenhamos recursos nesse fundo para que avancemos nas novas ferrovias.

Peço aos nobres pares, Deputados e Senadores, que votem favoravelmente ao requerimento e participem da nossa audiência pública.

É isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O requerimento está votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17. Apreciação do Requerimento nº 10, de 2023, do Sr. Carlos Henrique Gaguim, que requer a realização de audiência pública para debater a Primeira Infância como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional — PLN nº 4, de 2023.

O autor é o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, a essa audiência pública, estamos acrescentando a ATRICON — Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, para acompanhar a primeira infância com os Prefeitos. Há também a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a Rede Nacional Primeira Infância, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério do Planejamento e Orçamento e a Casa Civil da Presidência da República.

A audiência pública tem o objetivo de estabelecer um diálogo, para que possamos trabalhar juntos em todo o Brasil, para que os nossos Prefeitos e os nossos Governadores tenham um olhar diferenciado para a primeira infância.

Esse é o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Parabéns pelo tema, Deputado Carlos Henrique Gaguim!

Eu quero submeter o requerimento à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 18. Apreciação do Requerimento nº 11, de 2023, do Deputado Bohn Gass, que requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, autor do requerimento.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Presidente.

Quero apenas reforçar o pedido. O PPA — Plano Plurianual encontra-se na Casa. Eu já conversei com a Ministra Simone Tebet e com o Ministro Márcio Macêdo, que coordenaram no País a elaboração dessa proposta, com participação popular, com audiências públicas realizadas em todos os Estados do País, com presença virtual e com o Fórum Interconselhos.

10/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Peço que essa proposta possa ser apresentada e debatida nesta Casa, com a presença dos dois Ministros que coordenaram esse processo.

É o pedido que faço, no sentido de que seja aprovada essa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pois não, Deputado Giacobo.

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Presidente, primeiro, gostaria que a senhora pedisse um pouco de silêncio, porque há muito barulho aqui atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Peço a gentileza dos colegas para que possamos ouvir o Deputado Giacobo.

O SR. GIACOBO (PL - PR) - Segundo, eu gostaria de perguntar se nós podemos voltar à apreciação do item 10, referente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim, logo após este requerimento, nós imediatamente voltaremos a esse item.

Item 19. Apreciação do Requerimento nº 12, de 2023, do Deputado Bohn Gass, que requer a realização de audiências públicas para discutir o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Presidenta Daniella.

São apresentados três eixos no PPA: Eixo 1, Desenvolvimento social e garantia de direitos; Eixo 2, Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e Eixo 3, Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.

É muito importante que possamos ter a presença do Governo, da sociedade civil e do Parlamento para aprofundar esses três eixos que são apresentados ao PPA. A ideia é exatamente, após a apresentação pelos Ministros do plano geral, termos três aprofundamentos nos três eixos principais apresentados nesse relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Informo que essa reunião de audiência pública já está agendada com a Ministra do Planejamento, Simone Tebet, para o dia 4 de outubro, às 14h30min.

Agora, Deputado Giacobo, passamos para o item 10.

11/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Item 10. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2023, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, de Minas e Energia, da Saúde e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R \$1.296.794.736,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (nova ementa após mensagem modificativa).

O relatório é do Deputado Giacobbo.

O SR. GIACOBBO (PL - PR) - Sra. Presidente, eu peço para ir direto ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, estou sendo informada de que precisamos quebrar o interstício. Da mesma forma como fizemos no início, agora precisamos votar a quebra do interstício e, assim, podermos votar o projeto.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tem a palavra o Deputado Giacobbo.

O SR. GIACOBBO (PL - PR) - Eu vou direto ao voto.

"III. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se encontra articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva exclusivamente reforçar categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2023.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023, do Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2023.

No tocante às emendas apresentadas ao PLN 22/23, indico ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização as Emendas nºs 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32 e 33 para serem declaradas inadmitidas, conforme demonstrativo anexo, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Quanto às Emendas nºs 1 a 16, 20, 22, 31 e 34, não obstante o mérito e a relevância das propostas, mas, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, opto por rejeitá-las.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Deputado Giacobbo.

Relator."

Esse é o meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Quero deixar registrado que eu apresentei três destaques. Por questão de celeridade, e eu até conversei com o Deputado Relator, nós estamos discutindo aqui — o meu posicionamento é contra esse PLN — a priorização de recursos. Sabemos que, quando o cobertor é curto, nós fazemos escolhas. Na minha visão e na visão do Partido Novo, as áreas para as quais foram redirecionados esses créditos já possuem muitos recursos.

Então, fizemos três destaques. Eu acho que primeiro faremos a votação e depois apreciaremos os destaques. Eu vou falar depois de cada um deles. Mas, em linhas gerais, não concordamos com a redistribuição da maneira como ela foi feita, principalmente porque o produto final, essa escolha, eu não sei em que critério foi baseada nem por que foi redirecionada.

Na nossa visão, não faz sentido algum esse redirecionamento. Eu só quis deixar isso registrado, porque vou falar na hora da apreciação dos destaques.

12/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, o relatório está em votação, ressalvados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidenta, quais destaques estão ressalvados?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - São três destaques da Deputada Adriana Ventura.

O SR. GIACOCO (PL - PR) - São dois da Deputada Adriana Ventura e um do Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Perdão, os três destaques são da Deputada Adriana Ventura. A emenda é do Deputado Marcel van Hattem.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso.

Estamos em processo de votação.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, após a votação, eu peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em votação, ressalvados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

Passaremos à apreciação dos destaques.

O primeiro, de autoria da Deputada Adriana Ventura, é o Destaque nº 14.

A autora está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Vou ser breve, porque eu sei que estão todos aqui esperam o final desta reunião.

Essa foi uma emenda apresentada pelo Deputado Marcel van Hattem. O objetivo dele, na verdade, é que fosse priorizado o uso do recurso na Defesa Civil, até por conta dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, onde mais de 90 Municípios foram assolados por fortes chuvas. Vimos todas as vítimas. É realmente uma situação muito triste. E o objetivo deste destaque é que, ao invés de mandar para a CODEVASF, que já está irrigada de recursos, tem muitos recursos — inclusive, na minha visão, precisamos rediscutir os critérios da distribuição de todos esses recursos e a transparência —, seria muito bom que fosse priorizado o que é urgente, o que é importante, o que vai salvar vidas, que é essa questão da Defesa Civil.

Eu vi que votamos a medida provisória que, de maneira muito coincidente, foi colocada em votação hoje, direcionando recursos para a Defesa Civil. Acho que isso foi até para contrapor esse argumento. Mas, na nossa visão, tivemos vários e vários problemas que levaram a Defesa Civil a ser acionada. Tivemos problemas em Minas Gerais. Temos constantemente problemas no Litoral Paulista; tivemos lá os problemas que nós temos todo ano. Esse recurso, na verdade, ao ser redirecionado dessa forma, na nossa visão, não está atendendo o interesse público.

Por essa razão, estamos destacando a emenda.

Se V.Exa. me der licença, podemos até fazer a votação em globo dessas emendas. Eu não preciso dos 9 minutos. Dá para fazer ou não dá?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Se o Plenário concordar...

O Plenário concorda? *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Isso seria só para agilizar, porque, como ele já não atendeu e eu sei que há acordo, eu não vou ficar aqui brigando.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. está com a palavra. Pode continuar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Se eu precisar de prorrogação, eu peço, mas, a princípio, eu sigo aqui.

Este primeiro destaque é relacionado à Defesa Civil.

13/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O segundo destaque, na verdade, é sobre um redirecionamento do Ministério da Agricultura. Acharmos que seria muito interessante que fizéssemos um redirecionamento para o combate à gripe aviária. Até tem sido muito discutida a forma de destinação dos recursos feita pelo Ministro da Agricultura, uma vez que a maior parte dos recursos são direcionados para o Estado dele. Inclusive, na Comissão de Fiscalização e Controle, aprovamos um requerimento convidando o Ministro para se explicar, porque é incrível, como num Município de Mato Grosso... Nada tenho contra Mato Grosso, porque ele tem uma participação muito importante no agro, como todos sabem, mas o Ministro destinou para sete Municípios do Estado muito mais do que para Estados inteiros. No caso, sou do Estado de São Paulo. Quando a um Município X de Mato Grosso é direcionado tanto, percebemos que não há nenhum critério, percebemos que o único critério que existe ali é o político. Precisamos realmente ter esse olhar do critério, analisando para que serve cada emenda e para que ela está sendo direcionada.

Por último, e não menos importante, a emenda que está sendo destacada é a emenda que diz respeito ao Ministério da Saúde, porque esse Ministério está indo para a alta complexidade. Repito, a alta complexidade é superimportante. Sabemos como é difícil manter um SUS com a alta complexidade sempre demandante. Mas nós temos, na verdade, que pensar em como podemos melhorar a infraestrutura e o acesso da população à saúde, para inclusive trabalhar com prevenção. Nós, hoje, por exemplo, não temos prontuário eletrônico, não temos redes conectadas, temos um gasto e um desperdício enormes, que poderiam ser minimizados com mais recursos sendo destinados para a área da saúde, inclusive para possibilitarmos mais acesso. A nossa sugestão seria que fosse direcionada uma parte para a digitalização e outra parte para a Farmácia Popular, porque nós estamos com problemas na Farmácia Popular.

Então, jogar um dinheiro ali sem explicarmos bem como ele é gasto nós achamos um problema e, por isso, nós fizemos esses três destaques, cuja votação eu, até em deferência ao Deputado Relator, que precisava votar essa matéria hoje, estou permitindo inclusive que seja feita de uma maneira mais rápida, em globo, porque eu sei que dificilmente ele vai mudar a redação dele.

É isso, Presidente. Muito obrigada. Economizei 5 minutos da nossa fala.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Passo a palavra para o Relator.

O SR. GIACOBBO (PL - PR) - Sra. Presidente e Srs. Deputados, primeiro, eu quero agradecer à Deputada Adriana Ventura. Eu sei do belíssimo trabalho que ela realiza não só nesta Comissão, mas na Casa, como uma assídua defensora do Estado de São Paulo em todos os sentidos, mas, infelizmente, eu vou ter que rejeitar os três destaques. Tenho o maior prazer de ficar à disposição da Deputada para que possamos tentar outra opção para, realmente, resolvermos esses problemas pelos quais ela tanto batalha, com legítima condição pelo Estado de São Paulo.

Sou pela rejeição dos destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Os destaques estão em votação...

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, eu gostaria só de dialogar aqui tanto com o Relator quanto com a Deputada Adriana. Na verdade, nos três aspectos que a nobre Deputada levanta, há uma preocupação do Governo com outros recursos, inclusive a mais.

Primeiro, sobre o tema das catástrofes — eu acompanhei os Ministros e o próprio Vice-Presidente da República quando foram para o Rio Grande do Sul —, além de um apoio direto à Defesa Civil, há, por exemplo, 1 bilhão de reais de financiamento para o Estado poder recuperar as suas atividades econômicas. Na área da saúde, foi instalado um hospital de campanha, porque, realmente, foi desolada a região lá. Então, a Defesa Civil trabalha outros aspectos que são, inclusive, preocupações que a Deputada levantou.

Segundo, sobre a gripe aviária, houve o esforço total sanitário por parte do Ministério, porque isso atinge diretamente as nossas exportações. Além da saúde, há também a preocupação, sempre, com as exportações. Foi feito todo o esforço, e nós não tivemos prejuízo nenhum do ponto de vista de interromper exportações. Pelo contrário, nós ampliamos as nossas exportações, passando a exportar para países para os quais não exportávamos ainda.

Terceiro, Relator Giacobbo, sobre a preocupação na área da saúde, eu pude estar com a Ministra Nísia, com a EBSEERH e com outras instituições, que fizeram exatamente o que foi apontado pela Deputada Adriana. Já está em curso uma rede interligada na área de tecnologia que permite que a pessoa, quando é tratada em qualquer unidade de saúde do País, esteja num sistema interligado, exatamente para evitar a necessidade de se fazerem mais exames, além de outros procedimentos que são caros também. Quem for atendido, independentemente do lugar do País, estará num sistema informatizado.

Então, eu acho que são preocupações muito justas as que a Deputada Adriana levanta, mas elas já estão incorporadas em outros programas, em outras políticas.

14/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por isso, acho que foi muito correto, Deputado Giacobbo, não incorporar essas emendas. Elas já estão sendo trabalhadas, e nós podemos aprovar a medida provisória.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O parecer do Relator aos destaques é pela rejeição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que acompanham o Relator...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não acompanho o Relator. Só quero deixar isso claro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Os destaques foram rejeitados, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação... Não, não se vota no Senado. Desculpem-me.

Bom, cumprida a nossa pauta...

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, o que eu havia pedido antes, a minha pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Eu me referia ao Requerimento nº 9, que é o item 16. O Deputado Túlio Gadêlha não se encontra, e houve uma solicitação da sua Assessoria para que eu fosse signatário desse requerimento de audiência pública. Eu aceito ser signatário.

Se V.Exa. puder colocar em votação o item 16, que é o Requerimento nº 9, de audiência pública...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não tem problema.

Todos concordam? *(Pausa.)*

Então, com a anuência do Plenário...

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Ele inclusive sugere que se acrescente mais uma entidade convidada, que é a Associação dos Membros do Tribunal de Contas do Brasil — ATRICON. Então, se puderem acrescer a essa audiência pública, para estarem presentes nessa data...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, está em apreciação o item 16, que é o Requerimento nº 9, de 2023, da CMO, que requer a realização de audiência pública conjunta, com a Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude e a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para debater orçamento público em relação à infância, com foco na prevenção e resposta à violência.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Comissão da Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Conforme o acordo feito por Líderes, suspendo a presente a reunião e convoco a sua continuação...

Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu só gostaria que, depois, V.Exa. dissesse que a pauta remanescente vai para amanhã desde que haja relatório hoje, para podermos ler com antecedência. De alguns PLNs ali não entraram o relatório. Se for da forma como veio do Executivo, está tudo certo. Esse foi o caso do Deputado. Nós já conhecemos. Mas relatórios que apresentam em cima da hora, sem o devido tempo hábil... O tempo hábil nós sabemos que são 2 ou 3 dias úteis. Eu só queria combinar que o que formos votar amanhã seja a pauta remanescente, com relatório apresentado hoje, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É a pauta remanescente, Deputada Adriana, conforme foi combinado na nossa reunião, da qual V.Exa. participou.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Com tempo hábil para a leitura. Foi o combinado.

15/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso.

Então, suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para amanhã, dia 27 de setembro, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está suspensa, mantido o quórum até amanhã.

Obrigada.

(A reunião é suspensa.)

QUARTO SEM ÁUDIO

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a todos os colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas membros da Comissão Mista de Orçamento. Iniciaremos agora a continuação da nossa 11ª Reunião Deliberativa Ordinária.

Declaro reiniciada a presente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para votação das matérias remanescentes da pauta. A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares no plenário e há Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Proponho ao Plenário a quebra de interstício de 2 dias úteis, contados da publicação, para os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 15, 18, 19 e 24, de 2023, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

A quebra de interstício está em votação na representação da Câmara dos Deputados...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu quero fazer um questionamento, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O PLN 19/23 não tinha relatório. Ele continua sem relatório? Porque, se ele não tiver relatório, não temos como votá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A orientação que nós recebemos é que estava sendo encaminhado agora o relatório. Então, se pudermos quebrar o interstício dos outros...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Podemos quebrar o interstício dos outros, e, quando chegar este, nós conversamos? Porque, se for o original do Executivo, é uma coisa... Eu não concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tranquilo. Acatado, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, em votação a quebra de interstícios dos PLNs 15, 18 e 24...

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Presidente, eu queria pedir silêncio. Não estamos conseguindo ouvir.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou pedir silêncio.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A quebra de interstício dos PLNs 15, 18 e 24 está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos para a pauta.

Vou pedir a contribuição dos colegas, porque os membros da CMO estão com dificuldade de me ouvir.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.180, de 2023, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$280.000.000,00,

16/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

para o fim que especifica. O Relator é o Senador Laércio Oliveira. O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. À medida provisória não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório.

E eu gostaria de pedir, mais uma vez, silêncio aos colegas Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas e assessoria aqui presente.

Vamos ouvir o Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Boa tarde, Sra. Presidente Senadora Daniella Ribeiro.

Eu quero dizer da minha alegria de voltar a este local onde eu vivi 12 anos e de reencontrar velhos amigos, colegas Deputados e Deputadas.

Tenho a satisfação de fazer a leitura deste relatório, que, com a sua autorização, Sra. Presidente, iniciarei a partir do item II, que é a análise do projeto, antes de fazer a leitura do voto.

"II. Análise

O instrumento legislativo sob exame foi analisado em relação a aspectos formais e materiais. As ponderações foram distribuídas em tópicos que abordaram aspectos atinentes à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito da matéria.

Constitucionalidade

Preliminarmente, cumpre destacar que a edição de medida provisória e sua tramitação obedecem a ditames formais de constitucionalidade. O comando gravado no art. 62 da Lei Fundamental confere competência privativa ao chefe do Poder Executivo para adotar medidas provisórias, com força de lei, e endereça a sua apreciação ao Parlamento. A Lei Magna também estatui, no art. 166, § 1º, I, que os créditos adicionais sejam examinados por uma Comissão Mista permanente de deputados e senadores e apreciados na forma do Regimento Comum. Logo, compete à CMO manifestar-se a respeito, para tanto recorrendo em especial às normas prescritas na Resolução nº 1, de 2002, e na Resolução nº 1, de 2006, ambas do Congresso Nacional.

Sob o ponto de vista material, os mandamentos constitucionais encerram duas categorias de justificativas para legitimar a abertura de créditos extraordinários. A primeira delas é o instituto geral da 'urgência e relevância' para edição de medidas provisórias de qualquer natureza, disciplinado no art. 62, § 1º, I, 'd', da Constituição. A segunda categoria de justificativas, extraída à luz do comando insculpido no art. 167, § 3º, da Constituição, requer que se retrate a situação de 'imprevisibilidade' que respalde abertura de crédito extraordinário ao Orçamento aprovado, neste caso à LOA 2023.

Notadamente quanto a esses aspectos, parece-nos razoável considerar que as informações trazidas na Exposição de Motivos nº 39, de 2023 — MPO, acima reproduzidas, são suficientes para comprovar o cumprimento dos requisitos de relevância, urgência e imprevisibilidade que justificam a abertura do crédito extraordinário.

Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das MPs *'abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União'*.

Nesse particular, verifica-se que o crédito em apreço está de acordo com as disposições do Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), da Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei nº 4.320, de 1964.

Cabe destacar que, apesar de não ser obrigatória a indicação da fonte de recursos para a abertura de crédito extraordinário, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, a MP 1.180/23, ao encontro da boa técnica orçamentária, indica como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022, referente a Recursos Primários de Livre Aplicação, em montante equivalente à suplementação realizada.

Conforme consta do anexo da Medida Provisória nº 1.180, de 2023, verifica-se que a dotação está adequadamente alocada na ação '22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil', como despesas primárias discricionárias (RP2) —, portanto elevam as despesas primárias constantes da Lei Orçamentária para 2023 — e serão pagas com recursos primários de livre aplicação (fonte 3000).

17/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por essa razão, a MP 1.180/23 tem impacto sobre o resultado primário, na medida em que autoriza despesa primária à custa de receita financeira. Cabe lembrar que, no caso das medidas provisórias, a ausência da compensação para neutralizar o impacto sobre o resultado primário não se configura um problema formal, pois a legislação permite a abertura de créditos extraordinários mesmo sem haver a indicação da origem dos recursos. Além disso, caberá ao Poder Executivo, se necessário, elevar o contingenciamento de outras despesas primárias para se assegurar o equilíbrio orçamentário e não prejudicar o alcance da meta fiscal, prevista no art. 2º da Lei nº 14.436, de 2022 — LDO 2023.

Segundo o art. 167, III, da Constituição Federal, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, a chamada 'regra de ouro'. A MP 1.180/23 não tem como fonte de recursos operação de crédito para pagamento das despesas nela previstas. Portanto, não há implicação sobre a regra de ouro.

Por fim, a abertura do presente crédito não afeta a observância do Novo Regime Fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, pois os créditos extraordinários não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos pelo aludido regime, nos termos do art. 107, § 6º, da Constituição Federal.

Mérito

Com relação aos requisitos constitucionais de admissibilidade, a exposição de motivos consigna que a urgência e a relevância do crédito extraordinário se justificam em função da necessidade de atendimento emergencial de despesas com ações de proteção e defesa civil, em atuação de resposta e de recuperação de infraestrutura destruída nos Municípios afetados por desastres naturais recentes, em virtude de chuvas intensas que culminaram em inundações, enxurradas, alagamentos e fluxos de lama e detritos.

Dessa forma, em face das considerações externadas na Exposição de Motivos nº 39, de 2023 — MPO, restou comprovada a necessidade do crédito extraordinário em favor Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

III - Voto

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 1.180, de 2023, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção.

Por fim, com relação ao mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.180, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Laércio Oliveira.

O relatório está em discussão.

Para discutir, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sra. Presidente.

Primeiramente, eu quero parabenizar o nosso Senador Laércio Oliveira, pelo relatório.

Fico muito feliz, porque aqui realmente estamos falando de uma prioridade no nosso País. Estamos falando de pessoas que, por conta de desastres naturais, sofreram com inundações, com alagamentos em seus Municípios. Isso teve impacto profundo e desalojou muitas pessoas em vários Estados brasileiros — Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Muitos ficaram desabrigados, muitos perderam sua casa, muitos morreram, muitos estão desaparecidos. Então, é motivo de muita alegria para mim ver que esta Comissão está aprovando uma medida provisória que realmente atende essa demanda, dada a relevância desse tema.

Parabenizo o Senador Laércio pelo excelente relatório.

Eu gostaria, no entanto — isto não tem nada a ver com o relatório do Senador Laércio...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputada Adriana... Deputada Adriana...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - ...mas tem a ver com a discussão que temos aqui nesta Comissão sobre priorizar os assuntos importantes para o nosso País — de dizer que ontem foi apresentado, em outro PLN, um destaque para destinar dinheiro para recurso civil. Ao contrário deste crédito extraordinário, que trabalha com superávit, em tese com dinheiro que não existe, um dinheiro suposto, um superávit, ontem nós tiramos um recurso que existia no caixa do Governo para destinar, em pulverização, dentro do Ministério da Integração, 465 milhões de reais para a CODEVASF. O nosso destaque era no sentido de mandar isso para a Defesa Civil, porque se tratava de um dinheiro que existe.

18/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Então, o único ponto que eu queria trazer para a reflexão desta Comissão, sem nenhum demérito ao relatório desta MP, é que realmente temos que fazer uma discussão profunda sobre as prioridades desta Comissão. Se tiramos dinheiro bom, seja para distribuição de emenda parlamentar, seja... Estamos falando nesta MP de um crédito extraordinário que se justifica pela situação dos alagamentos. Ela é válida, mas estamos usando um dinheiro que deveria ter sido usado ontem, que era dinheiro que já existia no caixa e que foi destinado para emenda parlamentar, para aquela questão do uso político das emendas.

Eu também chamo todos desta Comissão, inclusive a nossa Presidente, a Senadora Daniella Ribeiro, para realmente promovermos um debate sobre o que é prioritário para o nosso País, porque são tantas as demandas, infinitas, e o cobertor é tão curto, que acabamos descobrindo um lado que merece ser coberto com o nosso cobertor e pulverizando um monte de dinheiro que não está vinculado com política pública.

O meu questionamento, que eu acho que é muito legítimo citar neste momento, Senadora Daniella, até pelo excelente trabalho que a senhora faz e pela boa intenção do direcionamento desta Comissão, é que nós temos que discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Hoje eu estava conversando com o Deputado Danilo Forte. Por que não votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias? Não faz sentido ela ser votada depois que já tivermos apresentado emendas à LOA.

Então, precisamos, sim, discutir prioridades, discutir caminhos, discutir o que o nosso País precisa, senão fica um tiroteio, como é o caso desta MP, legítima, e não fazemos o debate necessário sobre onde vamos gastar o dinheiro. E nesse tiroteio em que vivemos aqui — todo Parlamentar sabe o que é viver no tiroteio —, o nosso País perde, porque muitas políticas públicas ficam descobertas.

Voltando ao relatório do meu querido Senador Laércio Oliveira, parabéns, Senador. Esse é um assunto prioritário no nosso País. Nós devemos, sim, socorrer quem precisa, disponibilizar crédito para quem precisa. Mas o debate é mais profundo. Não poderíamos ter votado ontem o que votamos, direcionando recursos para uma área que não precisava. O que estamos votando hoje precisa do recurso.

Muito obrigada.

Parabéns, Senador!

Meu voto é pela aprovação.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Eu gostaria de discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra, para discutir, o Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Quero parabenizar o Senador Laércio pelo relatório desta importante medida provisória.

Também quero chamar a atenção da Casa. Nós temos votado, todos os anos, nesta Comissão e no Plenário, recursos para prevenção de desastres e para pronta resposta. Esse recurso de 280 milhões de reais é para pronta resposta. Nós temos gastado anualmente com pronta resposta algo em torno de 1 bilhão e meio de reais, para o Ministério da Integração. Porém, o Orçamento vem para esta Casa com a previsão de um valor de cerca de 300 milhões de reais, ou seja, nós vivemos de medida provisória para dar pronta resposta. A pronta resposta é dada depois que o desastre já aconteceu, é imediata.

O Governo Federal está vivendo de medida provisória. Por que o Orçamento não é aprovado com valor já definido de 1 bilhão e meio de reais, que é o que se gasta todo ano? Podem pegar os levantamentos do Ministério da Integração. Todo ano, no mínimo 1 bilhão e meio de reais são gastos com pronta resposta a desastres em todos os Estados e Municípios da nossa Federação, como o que Rio Grande do Sul está sofrendo agora, como o que meu Estado do Espírito Santo sofre. A LOA vem para cá com previsão de trezentos e poucos milhões de reais, e depois temos, Senador Laércio, que votar medidas provisórias como esta, de 280 milhões. O desastre já aconteceu. O povo do Rio Grande do Sul está esperando, está precisando do recurso, e nós ainda estamos votando a medida provisória. Se os valores estivessem disponíveis de imediato, o Rio Grande do Sul, assim como outros Estados — Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo —, teria recebido os recursos mais rápido.

Esta Comissão, toda a Casa, aliás, precisa fazer essa análise na hora da votação da Lei Orçamentária Anual. Não podemos deixar o Governo Federal colocar somente 300 milhões de reais numa rubrica em que o gasto é de 1 bilhão e meio de reais, para depois nós ficarmos votando medida provisória de pronta resposta a desastres em Estados e Municípios, enquanto a população necessitada tem que esperar 1 semana, 15 dias... Quem perde seu colchão, quem perde sua casa, quem não tem água para beber precisa de resposta imediata.

Eu queria chamar a atenção de todos principalmente para a discussão do nosso relatório da Lei Orçamentária Anual. Precisamos olhar a rubrica orçamentária de pronta resposta. Para prevenção de risco de desastres eu posso dizer que nós temos 25 mil reais este ano. Isso é uma vergonha! No Fundo Nacional para Calamidades Públicas, criado em 1969, não

19/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

temos nem 1 real. Na verdade, o fundo nem existe. Vai existir agora, porque votamos na Câmara e no Senado o Projeto de Lei nº 920, de 2023, de nossa autoria, que prevê três fontes de recursos para o fundo. A partir do ano que vem, o fundo terá dinheiro. Votamos também uma proposta para que 50% do dinheiro de apostas não reclamadas vão para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas. Então, vamos ter um pouco de dinheiro para prevenção de desastres. Quanto aos recursos destinados para a pronta resposta, digo aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que, na discussão da LOA, vou chamar a atenção do Relator para que aloquemos o recurso necessário para o Ministério da Integração, 1 bilhão e meio de reais. Não tem outro jeito! Podem pegar o levantamento dos últimos anos. Ter no Orçamento somente 300 milhões de reais não tem cabimento.

Então, precisamos, nesta Casa, fazer as alterações necessárias para que a população não sofra nos períodos de fortes chuvas, ou de seca. Enquanto nós trabalhamos aqui, 1 ou 2 semanas passam, e a população fica esperando.

Parabenizo o Senador pelo relatório desta medida provisória importante para dar resposta imediata à população.

Meu voto é favorável.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gilson Daniel.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, para discutir o relatório.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta e colegas Deputados, eu acho muito importante e quero reforçar essa ideia de previsibilidade, a importância de termos nos Ministérios um conjunto de ações que dialoguem com esse tema do enfrentamento da emergência climática, como está sendo apresentado aqui.

E quero reforçar, Presidenta, o convite para a audiência pública que nós aprovamos ontem. Na próxima quarta-feira, estarão conosco a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo.

O Plano Plurianual tem vários programas intersetoriais, diretamente no Ministério do Desenvolvimento Regional, onde está a Defesa Civil, o programa do meio ambiente, que age na linha das prevenções, o programa da agricultura, que trabalha uma agricultura regenerativa, sustentável, e, na área de ciência e tecnologia, mecanismos para termos alertas cada vez mais seguros, como existem em países que aprimoraram essa área, como Japão e Canadá, onde, quando há o alerta de um ciclone, todo mundo já se prepara, está educado para isso. Nós estamos longe de chegar a essa atitude no Brasil, e estamos enfrentando problemas climáticos, neste momento principalmente no nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Então reforço o convite, porque no PPA estamos tratando exatamente dessas medidas, que vão na linha de ações imediatas sobre os desastres climáticos, mas também na linha preventiva, como foi muito bem levantado aqui pelos colegas Deputados e Senadores. A Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo estarão conosco na próxima quarta-feira, e um dos temas debatidos será esse.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não havendo mais quem queria discutir, declaro a discussão encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2023, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$89.300.000,00 mil reais, para os fins que especifica.

É Relator *ad hoc* o Senador Laércio Oliveira.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Eu solicitei ao Senador Laércio a inversão deste item com o seguinte. Ele concordou, eu agradeço a ele e queria...

20/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Plenário concorda? *(Pausa.)*

Se há a concordância do Plenário, sem problemas, Deputado.

Item 6. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18, de 2023-CN, da Presidência da República, que abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito suplementar no valor de R\$26.050.043,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

É Relator o Deputado José Rocha.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra, para apresentar o relatório.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Se me permite, vou direto ao voto.

"III. Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2023 e do Plano Plurianual em vigor (PPA 2020-2023), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária Anual para 2023 — LOA 2023 (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigada, Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Registro meus agradecimentos a todos e, em especial, ao Senador Laércio Oliveira.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Voltamos ao item 3.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15, de 2023-CN, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$89.300.000,00, para os fins que especifica.

É Relator *ad hoc* o Senador Laércio Oliveira.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Obrigada, Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro.

Com a sua autorização, vou direto para a análise e, na sequência, para o voto.

"II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na lei orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), na

21/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 14.535, de 2023), na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e na Lei nº 4.320, de 1964.

A Exposição de Motivos que acompanha o projeto declara que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP e, de acordo com o órgão envolvido, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, já que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

A Exposição de Motivos que acompanha o projeto declara que o crédito em pauta tem por objetivo incluir novas categorias de programação no orçamento vigente do órgão Encargos Financeiros da União, no âmbito de Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento, com o objetivo de viabilizar o pagamento de contribuição a organismos internacionais.

Em conformidade com o art. 52, § 18, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (Lei nº 14.436, de 2022), foi apresentado o Relatório Demonstrativo de Desvios.

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 15/23, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Laércio Oliveira.

O relatório está em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, eu queria pedir vista deste projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não cabe vista neste caso, Deputado. É "sim" ou "não", Deputado.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Então, eu vou ter que votar "sim".

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Então, diga "*Eu sou pela aprovação*", em minha homenagem.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Eu sou pela aprovação. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Diz o inciso IV do art. 130 do Regimento Comum:

Art. 130.....

(...)

IV - não será concedida vista de relatório, parecer, projeto ou emenda.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigado, Senador Laércio Oliveira.

Item 12. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 24, de 2023-CN, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$892.145.545,00, para os fins que especifica (nova ementa após mensagem modificativa).

É Relator o Deputado Carlos Zarattini.

O voto é pela aprovação do projeto, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Quanto às 28 emendas apresentadas, o Relator indicou a inadmissão das Emendas nºs 2, 3, 5, 6, 8, 10, 25, 26, 27 e 28 e a rejeição das demais.

22/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Está com a palavra o Relator, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou passar diretamente à análise do projeto e das emendas.

"II. Análise do Projeto e das Emendas

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva a alocação de programações novas, não previstas na lei orçamentária em vigor (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023).

Observa-se ainda que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (LDO-2023).

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal. Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

As prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, foram também obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face às suplementações objeto deste crédito são provenientes de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II do projeto.

As disposições pertinentes à LDO-2023, em especial as constantes de seu art. 52, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial);
 - contém, em exposição de motivos (...); e
 - declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2023.
- Vale mencionar, no que concerne às disposições do novo regime fiscal, estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que a presente proposição não amplia as dotações orçamentárias (...).

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2020-2023.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência dos termos do crédito especial em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor (...).

Quanto às emendas apresentadas:

- as de nºs 2, 3, 5 e 6 oferecem como fonte de cancelamento compensatório programação que consta somente do anexo de cancelamento do crédito, contrariando o disposto no art. 109, inciso II, alínea 'a', da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional;
 - as de nºs 8 e 10 propõem, em projeto de lei de crédito especial, suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária, contrariando o disposto no art. 109, inciso III, alínea 'b', da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional;
 - as de nºs 25, 26 e 27 oferecem como fonte de cancelamento compensatório programação que não consta do crédito, contrariando o disposto no art. 109, inciso II, alínea 'a', da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional;
 - a de nº 28 contempla programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito, contrariando o disposto no art. 109, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.
- as demais emendas não apresentam vício de admissibilidade e, não obstante o mérito e a relevância das propostas, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição de todas elas.

III. Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2023, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 3, 5, 6, 8, 10, 25, 26, 27 e 28 e pela rejeição das demais emendas."

Esse é o nosso relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2, 3, 5, 6, 8, 10, 25, 26, 27 e 28 indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

23/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para discutir, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sra. Presidente.

Eu gostaria de fazer algumas colocações sobre o relatório do meu colega Deputado Zarattini, que vão na mesma linha do que eu explicitiei no projeto que votamos anteriormente, mas eu vou dividi-las em duas partes.

A primeira parte diz respeito a dois pontos — e acho até que o Deputado Zarattini depois pode, se quiser, me ajudar a elucidar. Estamos tirando dinheiro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e do Ministério das Cidades para mandar para o Programa Calha Norte e também para o DNOCS e a CODEVASF.

O Programa Calha Norte, como todos sabem, foi criado pelo Ministério da Defesa para atender Municípios que ficavam na fronteira e, depois, começou a ser expandido. Isso inclusive tem sido muito divulgado pela mídia. Têm sido feitos muitos questionamentos sobre as ações do Calha Norte, porque, na verdade, o recurso deveria ser usado para a defesa de cidade fronteira, mas vemos o Ministério da Defesa construindo escola no Maranhão, que não tem fronteira, e também não é atribuição do Ministério da Defesa construir escola.

Então, vemos nitidamente que, de novo, há uso político de dinheiro para emendas parlamentares. Isso tem que ser muito debatido. Portanto, o primeiro ponto para o qual quero chamar a atenção aqui é que estamos falando de um programa que está mandando dinheiro para algo que não vai servir para a defesa de fronteira. Então, o ponto número um é sobre o Ministério da Defesa.

O segundo ponto de que eu quero falar aqui se refere ao DNOCS e à CODEVASF. Ontem já destinamos quatrocentos e tantos milhões de reais para um projeto, e agora, neste projeto, estão sendo realocados 632 milhões de reais para a CODEVASF e 180 milhões de reais para o DNOCS.

A minha pergunta, que não é uma pergunta, mas é uma questão de priorização do que já conversamos, é a seguinte: qual é o critério, qual é a justificativa para esse remanejamento? Eu peguei a justificativa do projeto para ver se eu entendia por que estava sendo remanejado, e realmente o que está colocado na justificativa do projeto não atende a nenhum critério objetivo para esse remanejamento.

Eu vou ler aqui para V.Exas. No caso da CODEVASF: *"O crédito em pauta visa incluir novas categorias de programação no orçamento vigente do mencionado órgão, com o objetivo de viabilizar o apoio a projetos de desenvolvimento regional e a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, e no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS"*. O que isso quer dizer? Nada. Isso quer dizer que cabe qualquer coisa, não é nada específico, não segue critério objetivo, não tem vinculação à política pública.

Sugiro a todos aqui nesta Comissão que leiam as excelentes reportagens que estão sendo publicadas no *Estadão*, pelo jornalista Daniel Weterman: *"Prefeitos gastam todo o dinheiro contratando pessoal e deixam cidades sem escola e hospital"*; *"Municípios recebem cada vez mais dinheiro, e desigualdade no Brasil se mantém"*; *"Orçamento de Lula reforça desigualdade nos municípios do interior do país"*.

De novo, eu quero chamar a atenção para a seguinte questão: o estamos fazendo com esse dinheiro? Minimamente, deve haver vinculação à política pública. Não se pode usar, distribuir, pulverizar a título de nada o dinheiro público sem que haja justificativa plausível. Não se pode tirar dinheiro de programa de assistência social, de programa de casa popular e de tudo o mais para ficar distribuindo esse dinheiro para a compra de apoio de Parlamentares, enquanto provas e outras coisas mais mostram que a desigualdade está aumentando e não há vinculação à política pública.

Então, eu sou contrária a esse projeto nitidamente, eu me posiciono de forma muito aberta, fiz até um destaque aqui, mas eu queria pedir a todos os colegas que refletíssemos sobre o que estamos fazendo aqui. Que priorização é essa com a qual aumentamos as desigualdades? As políticas públicas não são atendidas, e nós continuamos fazendo a mesma coisa sem ao menos discutir?

Então, Sra. Presidente, eu solicito, até pela posição que V.Exa. ocupa, que tenhamos um debate sobre o que é prioritário no nosso País. Esta Comissão precisa se debruçar sobre isso.

O meu posicionamento é contrário.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

O relatório encontra-se ainda em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O relatório, ressaltados os destaques, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

24/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Obrigado, Deputado Zarattini.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sra. Presidente, há um destaque de minha autoria. E registro o meu voto contrário também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Perdão, Deputada.

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Há três destaques: um da Deputada Adriana Ventura e dois da Senadora Professora Dorinha Seabra. Como a Senadora está ausente, os destaques ficam prejudicados.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - E o meu, Presidente? Há um do Deputado Danilo Forte aí.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É destaque, Deputado?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Pensei que fosse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não, não. É destaque, Deputado.

Então, vamos para a apreciação dos destaques. Foi solicitada a votação em separado do Destaque nº 3, de autoria da Deputada Adriana Ventura, à Emenda nº 14.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, autora do destaque.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu vou ser bem breve, porque eu já explicitiei bastante o motivo de eu ter feito este destaque.

Na verdade, este destaque tem por objetivo redirecionar esse valor. Em vez de mandá-lo, como eu disse, para o Programa Calha Norte, que deveria cuidar de fronteira, e não se ocupar de construir escola por aí e ser um braço de pulverização de recursos que não atendem políticas públicas, que não atendem interesses públicos, eu gostaria de sugerir que esse valor do Ministério da Defesa fosse realmente utilizado — e nós poderíamos usar para isso as Forças Armadas — no apoio a ações emergenciais em terras indígenas. Sabemos da situação de calamidade. No caso, foram destinados 275 milhões de reais, cuja execução já se encontra em 60%, e os indígenas estão numa situação calamitosa. Todos viram a situação dos povos indígenas. Na minha visão e na visão do Partido Novo, deveríamos usar melhor esses recursos, fazer um melhor aproveitamento desses recursos, de uma maneira mais célere, para que possamos atender esses povos, com ações emergenciais. Vimos a situação dos ianomâmis. Houve comoção de todos os partidos. Eu sugiro que não pulverizemos os recursos, ainda mais utilizando o Programa Calha Norte como braço para isso. Esse não é o papel do Programa Calha Norte. Então, eu gostaria que mandássemos esses recursos para os povos indígenas, que fosse feita essa ação do Ministério da Defesa para os povos indígenas.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Relator, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente, é meritória a ideia de mandar recursos para as terras indígenas. Acontece que, nesse sentido, o Governo já editou uma medida provisória alocando recursos, que foi aprovada e o dinheiro já foi destinado aos povos indígenas. É importante notarmos que o Programa Calha Norte visa não só defender as fronteiras, mas também garantir a ocupação dessas áreas de fronteira e, portanto, dar as condições de sobrevivência, de qualidade de vida para essas populações. Construir escolas também é um ponto positivo, tendo por objetivo a permanência dessas crianças, dessa população.

Então, nós rejeitamos o destaque, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

O destaque está em votação.

25/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Sras. e os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram, ressalvado o voto da Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Como o destaque foi rejeitado, não será apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Vamos entrar agora na matéria extrapauta. *(Pausa.)*

Proponho ao Plenário a inclusão na pauta do Requerimento nº 13, de 2023, de autoria do Deputado Danilo Forte.

Em deliberação a inclusão na pauta da instrução normativa.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se... *(Pausa.)*

O Requerimento nº 13 é aquele que requer audiência pública para debater a estruturação dos Núcleos de Atenção às Crianças com Transtorno do Espectro Autista — TEA, como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional, o PLN 4/23, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Em deliberação a inclusão na pauta do Requerimento nº 13, de 2023.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão do requerimento do Deputado Danilo Forte.

Tem a palavra o meu querido Deputado João Leão. Não vou dizer decano, não, porque é jovem.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sra. Presidente, diga-me uma coisa — e o Relator da LDO está aqui, eu não o tinha nem visto — quando é que nós vamos votar a LDO? V.Exa. tem uma ideia? Sugiro que pergunte ao Relator para ele nos dar essa informação, para sabermos quando vamos votar a LDO na Comissão. Eu acho que está tudo pronto, está maduro já.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou passar a palavra ao Deputado, mas, antes, eu gostaria de fazer algumas considerações. A consideração inicial é sobre o ano que estamos vivenciando, que está sendo um ano atípico. Primeiro, houve demora na votação do arcabouço. Isso levou a que fizéssemos — e aqui estou me antecipando um pouco, mas a palavra será dada ao Relator, obviamente...

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Até para tomar conhecimento também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Como Presidente, eu gostaria de lembrar que nós estamos em um ano atípico, mas que esta Comissão, pelos membros que tem, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, não tenho dúvida nenhuma, dará conta do recado com relação ao trabalho. O trabalho será árduo, mas é o que o Brasil espera de nós, tanto em relação à LDO quanto à LOA, com o Deputado Luiz Carlos Motta, e também ao PPA, com o Deputado Bohn Gass, como Relator.

Por força do recesso branco, tivemos de esperar esse ajuste, em acordo com o Governo, essa demora na votação do arcabouço, e somente ontem houve a designação dos relatores setoriais para trabalhar de forma rápida. No entanto, eu queria fazer o registro, inclusive muito importante, da aprovação por esta Comissão, e me parece de forma inédita, das audiências públicas que estão acontecendo nos Estados, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Inclusive, semana passada, tive a oportunidade de estar com os colegas, o Deputado Mauro Benevides Filho e o Deputado Danilo Forte, que foi o autor dessa proposição. E esta Comissão está dando um grande exemplo de cidadania, possibilitando a participação popular nessa construção.

Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte, para as suas considerações, em resposta ao nosso querido jovem amigo, amigo do meu pai, do meu irmão e meu amigo, o querido Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Amigo de seu avô, também.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Olhe aí, amigo de meu avô. Paterno ou materno? *(Risos.)*

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Os dois.

26/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Seguindo a orientação da minha Presidenta, a Senadora Daniella Ribeiro, do querido e amável Deputado João Leão, representante da Bahia, eu também estou com a mesma preocupação de V.Exa., até porque eu acho que temos que dar curso à LDO, no que diz respeito ao prazo das emendas — e para isso precisamos votar o relatório preliminar. Eu acho que as proposições por parte do Poder Executivo estão bem afinadas, ninguém está criando nenhuma dificuldade com relação à preocupação fundamental do Poder Executivo, que é o cumprimento da meta fiscal. Há uma preocupação de toda a sociedade brasileira, mas há também uma agenda que o Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, já impôs ao Congresso Nacional. E essa é a grande expectativa, ou seja, que o Poder Executivo possa fazer frente às despesas que o orçamento tem recebido.

E é uma preocupação nossa, o que é importante também, que o Congresso se sensibilize e não contribua excessivamente para a ampliação das despesas, já que está todo mundo sabendo que nós estamos vivendo um quadro de dificuldade econômica, estamos no terceiro mês consecutivo de queda de arrecadação. A nossa preocupação — e eu estava conversando aqui com o nosso colega Deputado e com a Deputada Dani Cunha aqui também ao lado — é a priorização do orçamento do ano que vem. Então, eu estou disposto até a criar um cronograma de desembolso da aplicação da execução orçamentária, ou seja, no que diz respeito, tanto a empenhos como a pagamentos. Espero também que a Comissão possa contribuir não só para o debate sobre os ajustes de que o orçamento precisa, a fim de ajudar o País voltar a crescer e, fundamentalmente, a gerar emprego e ter o dinamismo econômico que nós estamos perdendo, mas também para a compreensão do tamanho da peça orçamentária e a preocupação já exarada aqui pelo meu professor, o Deputado Mauro Benevides Filho, com relação ao tamanho dos encargos, dos juros e da dívida no orçamento. Realmente, é um debate que o Brasil precisa fazer.

Então, as audiências públicas vêm exatamente nesse sentido, por meio deste requerimento, inclusive, que vai ser posteriormente votado por esta Casa. A minha expectativa é de que, aguardando ordem da minha Senadora, possamos dividir esse calendário o mais breve possível, até para não haver incompatibilidade das emendas da LDO com as emendas da Lei Orçamentária Anual, a LOA. Digo isso, porque o nosso amigo Deputado Motta só vai poder trabalhar as emendas da LOA depois que já tivermos exaurido o prazo das emendas da LDO e um consenso construído na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Então, neste momento, eu espero que, até meados de outubro, início de novembro, estejamos com essa peça já votada em consenso com todos os colegas Deputados e Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo Forte.

Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente, eu queria, se possível, na aprovação das emendas de bancadas, que ficasse definido que os Ministros não mexessem no que foi definido pela Câmara e pelos Parlamentares. Houve reuniões temáticas; nós aprovamos as emendas nas Comissões; das Comissões, elas vieram para cá. Passaram pelos relatores setoriais mil emendas, eles enxugaram essas emendas; nós as aprovamos. Essas emendas vão para o Relator-Geral, nós as aprovamos; vão para a Presidente, que é V.Exa., nós as aprovamos; e aí, quando vão para execução, são os Ministérios que vão definir qual é a prioridade. Há Ministro por aí falando: *"Isso aqui não é prioridade minha"*. Não é prioridade dele, não; tem que ser prioridade desta Casa. Senão, não vão adiantar essas audiências públicas, não vai adiantar todo esse trabalho nosso aqui.

Então, este ano nós vamos ficar vigilantes, não vamos deixar isso passar, como está ocorrendo. Há Ministro que está querendo fazer o que ele quer para o Estado dele. Não é isso. Esta aqui é uma Casa séria.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tanto o Governo quanto a Comissão têm dito reiteradamente — e aí falo como Presidente e lembro aos Relatores — que a peça orçamentária não deve ser uma peça de ficção. Então, estamos vigilantes, todos em conjunto. Inclusive, quando esteve aqui conosco, a Ministra Simone Tebet fez questão de ressaltar o trabalho do Governo, mais do que nunca, para fazer com que o orçamento, a peça orçamentária seja cumprida. De nossa parte, cabe a nós o cumprirmos também da mesma forma, como nos comprometemos.

Então, eu tenho certeza de que aqui, unidos, no nosso maior interesse, que é o País — é o que nós temos em comum, todos temos em comum, independente de partidos ou posições políticas —, chegaremos a bom termo no trabalho desta Comissão. Não tenho dúvida alguma de que, ao final, estaremos satisfeitos.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Pela ordem.

27/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, está acontecendo no Salão Verde da Casa uma coletiva de imprensa com mais de 20 Frentes Parlamentares desta Casa no sentido de iniciar de uma obstrução em resposta às decisões do Supremo que estão interferindo sensivelmente nas decisões do Parlamento, em especial, aqui da Câmara. Nós não aceitamos isso. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Indústria, estou nesse movimento e estive presente lá na coletiva para reafirmar a posição da Frente Parlamentar Mista da Indústria no sentido de dar um basta às decisões do Supremo que conflitam com esta Casa. O Supremo não pode legislar, tem que esperar o seu tempo para que esta Casa possa ter as suas decisões; e, naquelas já tomadas, muito menos, o Judiciário interferir. É realmente uma interferência totalmente descabida. Todos nós aqui não aceitamos e repudiamos essa interferência do Supremo nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado José Rocha.

Agora, para apreciação do Requerimento nº 13, de 2023, com a palavra o autor, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, no debate que temos feito sobre a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma grande preocupação é a humanização da Lei Orçamentária do Brasil.

No ano passado, conseguimos um grande feito quando colocamos na boca do povo e dentro da casa das pessoas que baixar imposto era importante para a vida das pessoas. E a lei que reduziu os impostos da gasolina, da energia, ano passado, foi a grande responsável inclusive, naquele momento, por garantir o crescimento econômico, controlar a inflação e dinamizar a atividade econômica. Assim, as pessoas começaram a entender que o imposto está muito próximo. Hoje, quem ganha acima de 2.600 reais por mês está pagando Imposto de Renda, e isso também foi muito importante para as pessoas saberem o tamanho da responsabilidade que é o orçamento público.

Quando nós começamos a fazer esse debate, eu fiquei surpreso com uma informação que eu não tinha e acho que a grande maioria dos colegas também não a tem. O Brasil de hoje tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência. E, em grande número, há um crescimento dos que têm autismo, um crescimento surpreendente. Inclusive estimativa americana diz que, para cada 36 nascidos vivos nos Estados Unidos, 1 nasce com autismo. E no Brasil também há uma proliferação dessa questão. E eu fiquei mais surpreso ainda quando tomei conhecimento de que o Governo Federal não tinha nenhuma política complementar, uma política pública que tivesse um direcionamento específico para essa situação. Isso me deixou deveras preocupado e eu tomei como premissa que ia colocar isso na lei orçamentária.

Então esse debate aflorou. Tive a oportunidade, por 3 ou 4 vezes, de debater esse assunto dentro do Ministério da Saúde. Nós somos obrigados a destinar 50% das nossas emendas individuais e das emendas de bancada estadual ao Ministério da Saúde. E, muitas vezes, não temos o reconhecimento dessas emendas parlamentares.

Diante de uma aflição, que é de uma mãe, de um pai, e de uma ausência de política pública de Estado com relação ao apoio, principalmente às mães e aos pais que precisam trabalhar — hoje, em grande conta também, famílias são dilaceradas por um problema que é causado por uma falta de maturidade para o enfrentamento dessa situação —, podemos dar uma contribuição muito forte em relação a isso, e isso tem tido um apelo por todo o Brasil.

Eu tive audiência pública já em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Ceará, já vi experiência com relação a isso em diversos Estados. Hoje pela manhã mesmo, nós tivemos aqui na Subcomissão de Saúde, que trata do tema, um acolhimento muito grande em relação a essa propositura. Eu queria, inclusive, um engajamento mais consolidado de todos os colegas aqui da Comissão Mista de Orçamento. Por isso é que estamos propondo uma audiência pública com os técnicos mais envolvidos na área — no caso, a Dra. Berenice Piana, que inclusive foi a grande responsável pela lei em defesa dos autistas — e também com pessoas que têm essa vivência, que estão alocadas no rol desse debate, para que elas possam vir aqui colocar o problema e nós também possamos colocar a iniciativa que o Congresso Nacional está tendo de fazer o enfrentamento.

A propositura é a construção física dos núcleos de atenção às crianças com deficiência, incorporando toda uma cadeia de atendimento, que vai do neuropsiquiatra, do neuro infantil, passando pelo psicólogo, pedagogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo; pela educação física, arte, dança, na complementariedade dessas ações para com essas crianças. E também no que diz respeito ao custeio. Nós já nascemos fortes nessa luta, porque o próprio Ministério da Saúde, numa composição conosco, já alocou no orçamento do Ministério 156 milhões de reais. Se cada um de nós colocar pelo menos um núcleo, pelo menos um centro desses, já são mais 5,2 milhões de reais, em média, que serão aportados para essa demanda. Cada Senador e cada Deputado fazendo um núcleo, já vamos começar ano que vem com mais de 600 núcleos sendo construídos no Brasil. Para aqueles Municípios que já têm os seus núcleos e essa política pública, nós vamos ter já um custeio, com credenciamento, e, nesse credenciamento, disponibilizaremos uma dotação orçamentária 20% superior ao que já tínhamos em 2023. Ou seja, já começaremos 2024 também com aporte suplementar para o custeio, porque sabemos que é muito

28/29



Reunião de: 27/09/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

difícil. Para alguns Municípios, inclusive o Município onde eu vi essa experiência nascer, que é Irauçuba, no interior do Ceará, nós precisamos também alimentar o custeio, porque sabemos da dificuldade, muitas vezes, que essas Prefeituras têm para manter o custo, que é caro, desses núcleos.

Então, diante dessa expectativa, propomos nesse requerimento mais uma audiência pública. E aqui, também atendendo a uma solicitação da Deputada Dani Cunha, do Rio de Janeiro, propomos a inclusão, dentro da LDO, de uma rubrica específica para a questão das creches. Nós vamos também buscar esse entendimento, porque, para as crianças que são diferenciadas, têm essas necessidades especiais de um núcleo específico, crianças com deficiência, nós podemos também, com as creches, suprir essa deficiência tendo uma rubrica específica com relação a isso, o que é uma solicitação que me está sendo feita pela Deputada Dani Cunha. Dentro desse contexto, eu peço a todos a aprovação desse requerimento, para que possamos aprofundar esse debate e disseminar no Brasil inteiro que nós, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, temos uma preocupação muito grande. E é por isso que eu acho que cada vez a peça orçamentária se confunde mais com a atuação do Parlamento. A sensibilidade do Parlamento é muito maior do que a do Poder Executivo e muito maior do que a do Poder Judiciário. E é exatamente nesta Casa que reside a grande expectativa de mães de milhões de brasileiros que precisam de assistência e de política pública.

Obrigado, Senadora Daniella.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigado, Deputado Danilo Forte. Parabéns pela iniciativa!

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, informo que estão agendadas as seguintes reuniões de audiência pública: dia 4 de outubro, para discutir o PPA de 2024-2027, e dia 10 de outubro, para discutir a LOA 2024, ambas com a presença da Ministra do Planejamento, Simone Tebet.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Só uma orientação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sei que já finalizou, mas quanto aos demais projetos que estavam na pauta, é porque não subiu o relatório?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só o PLN 19 que fica para a próxima reunião, todos os outros foram votados.

Está encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2023.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 11/2023-CMO, de autoria do Deputado Bohn Gass, aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26 e 27 de setembro e em atendimento ao art. 4º combinado com o inciso II do art. 105 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, com a finalidade de ouvir a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Marcio Costa Macêdo acerca do Projeto de Lei nº 28/2023-CN, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares:** Alencar Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Geraldo Resende, Gilson Daniel, Luciano Amaral, Luiz Carlos Motta, Odair Cunha e Vicentinho Júnior; dos **Deputados Suplentes:** Átila Lira, Daniel Almeida, Luiz Gastão, Rafael Prudente e Weliton Prado; e dos **Deputados Não Membros:** Dorinaldo Malafaia, Hercílio Coelho Diniz, Icaro de Valmir, Leonardo Monteiro, Márcio Correa, Marussa Boldrin, Professora Luciene Cavalcante e Zé Neto. **ABERTURA:** às quinze horas, o Deputado Bohn Gass assumiu a coordenação dos trabalhos e declarou iniciada a reunião. Esclareceu os objetivos da Audiência Pública e apresentou a composição da Mesa formada pela Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Marcio Costa Macêdo. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, os ministros disporiam cada de trinta minutos para fazer a exposição, só podendo ser aparteados com a permissão deles. E conforme o estipulado no mesmo artigo, inciso X, os parlamentares inscritos para interpellar a ministra poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo os convidados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Visando facilitar a condução do debate, o Deputado Bohn Gass propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de quatro parlamentares, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria aos convidados que responderiam ao grupo de interpelladores. Em seguida, informou a abertura da lista de inscrições para o debate. Logo após, o presidente em exercício, como autor do Requerimento nº 11/2023-CMO e Relator do PPA 2024-2027, pontuou a necessidade dos parlamentares e a população darem a importância e a atenção devida ao PPA assim como fazem com outras matérias orçamentárias como a LOA e a LDO. Além disso, parabenizou os Ministros presentes pelo trabalho que fizeram nos Estados, com a participação da sociedade brasileira, para a concepção e construção do PPA. Por fim, informou que foi aprovado na CMO requerimento por meio do qual serão realizadas outras três audiências públicas que abordarão com maior profundidade os eixos que serão apresentados hoje: desenvolvimento social, econômico e democracia, sempre com a participação da sociedade civil e o Parlamento para debater e aprimorar o PPA. Em seguida, concedeu a palavra a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, que, fazendo uso de projetor de multimídia e apresentação em slides, discorreu sobre o PPA Participativo 2024-2027, citando sua visão de futuro, valores que permearão a proposta e os eixos de condução dos 88 programas previstos na matéria. Citou os recursos estimados para financiar este PPA, bem como suas principais inovações: participação social, visão estratégica e foco nos resultados. Além disso, citou as prioridades desse governo: combate à fome





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e a miséria no Brasil; educação básica; saúde, atenção primária especializada, neoindustrialização, com a geração de emprego e renda; construção de casas e a questão ambiental. Por fim mostrou os indicadores e metas previstas para o cumprimento do PPA. Para finalizar sua exposição a ministra fez seus agradecimentos aos parceiros, ao relator do PPA, Deputado Bohn Gass, ao Presidente Lula e toda a equipe que contribuiu para concretização do trabalho e passou a palavra para o Ministro Márcio Macêdo. O ministro cumprimentou todos os presentes e relatou mais detalhes e números sobre o período de construção do PPA participativo. Citou a metodologia utilizada bem como a forma que as propostas ouvidas foram incorporadas pelo governo. Listou também os programas estratégicos mais votados: Enfrentamento da Emergência Climática, Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada à Saúde, Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda, Turismo, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome, Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo, Agricultura Familiar e Agroecologia, Educação Básica Democrática, Juventude, Direitos, participação e bem viver. Todos programas, que segundo ele, estão em sintonia com os que já estavam no planejamento do Governo. Encerradas as apresentações, o presidente em exercício deu início à discussão. Fizaram uso da palavra os deputados Vicentinho Júnior (PP/TO), Zé Neto (PT/BA), Odair Cunha (PT/MG), Ícaro de Valmir (PL/SE), Dorinaldo Malafaia (PDT/AP), Leonardo Monteiro (PT/MG), Alencar Santana (PT/SP), Marussa Boldrin (MDB/GO), Márcio Correa (MDB/GO). ENCERRAMENTO: Após as respostas e considerações finais da Ministra Simone Tebet e do Ministro de Estado Márcio Macêdo, o Presidente em exercício também fez seus últimos esclarecimentos e considerações finais sobre as próximas audiências públicas e às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença dos Ministros e sua equipe técnica, bem como dos parlamentares, e dos demais presentes. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputado Bohn Gass, Presidente em exercício.**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu quero agradecer aos servidores da Casa, quero agradecer aos nossos visitantes, aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias que estão pela Casa também em várias audiências.

Sejam bem-vindos! Os colegas Deputados da Casa os recebem com carinho, os nossos colegas Deputados e as Lideranças.

A nossa Presidenta, a Senadora Daniella Ribeiro, há pouco se comunicou comigo. Ela está fazendo a defesa de uma PEC num debate lá no Senado e solicitou que nós fizéssemos a coordenação desses trabalhos.

Declaro, então, iniciada a 12ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2023, da CMO, de minha autoria, aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26 e 27 de setembro, em atendimento ao art. 4º, combinado com o inciso II do art. 105 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, com a finalidade de ouvir a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Márcio Costa Macêdo, que já se encontram aqui à Mesa e irão prestar os esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 28, de 2023, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a Ministra e o Ministro disporão de 30 minutos para fazerem as suas exposições, só podendo ser aparteados desde que os mesmos permitam.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Informo que a lista de inscrição está aberta. Os Parlamentares que quiserem fazer a inscrição podem tratar com a assessoria.

Agradeço aos demais integrantes presentes, ao nosso coordenador Fidelis, que coordena o conjunto de consultores, aos quais já quero agradecer, a toda a equipe montada, no Senado e aqui na Câmara, para dar acompanhamento a uma peça tão importante como o PPA.

Eu queria dizer, neste início da nossa reunião, Ministra Simone Tebet e Ministro Márcio Macêdo, nossos Ministros presentes, que eu estou há muitos anos aqui na Casa, como também já fui Deputado Estadual no Rio Grande do Sul. Quando vem a peça orçamentária, a PLOA, que é o orçamento do ano, e quando vem a Lei de Diretrizes Orçamentais, sempre há uma atenção maior sobre esses pontos porque eles dizem diretamente quanto do orçamento vai para a saúde, quanto vai para a educação, quanto vai para a rodovia, quanto vai para tal obra, que são pontos definidos na peça orçamentária anual.

Quando se apresenta o PPA — que é um projeto mais a longo prazo, são 4 anos das iniciativas do Governo, nas esferas federal, estadual ou municipal —, não há tanta mobilização e atenção sobre esse aspecto, que é um planejamento de diretrizes, de metas de médio prazo.

Eu tive a confiança do meu partido, da CMO, das nossas Lideranças no Congresso — e eu agradeço ao Presidente do Congresso, o Senador Pacheco, e à Presidenta da Comissão, a Senadora Daniella Ribeiro —, que referendaram que eu pudesse ser o Relator do PPA.

E eu fiz questão de realmente ressaltar isso na abertura deste trabalho aqui. Assim como nós damos, colegas Deputados, atenção ao PLOA, atenção à LDO, que são peças orçamentárias anuais, que nós também déssemos atenção ao PPA, porque é exatamente aqui que nós vamos expressar que Brasil nós queremos, que futuro nós queremos.

E eu quero parabenizar a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, que andaram pelo Brasil por designação do Presidente Lula para, em cada Estado





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

da Federação brasileira, fazer audiência pública, ouvir a comunidade, falar com as lideranças empresariais do mundo do trabalho, de cooperativas, de lideranças políticas no País inteiro. Eu tive a satisfação de acompanhar algumas dessas atividades pelos Estados afora.

Fez-se também, por presença virtual, a participação da sociedade brasileira e uma retomada da democracia com os conselhos, no Fórum Interconselhos, que vai ser apresentado logo na sequência pelo Ministro Márcio Macêdo, com toda essa mobilização que foi feita. E nós queremos desafiar, nesse encontro hoje aqui, a continuidade desse projeto, porque eu ouvi, com muita tristeza, uma notícia um tempo atrás que dizia o seguinte: *"O PPA discutido há 4 anos cumpriu apenas 18% a 20% do que havia sido definido"*. Não, isso não nos serve mais hoje em dia.

O que nós queremos hoje é parabenizar o Governo, que voltou a ter o Ministério de Planejamento, que não teve no Governo passado, que voltou a ter uma coordenação para projetar o Brasil para o futuro, para pensar políticas para a vida no dia a dia e projetar o futuro, conectado com a vida concreta, como nós teremos agora a apresentação daquilo que é o mais problemático hoje: situações do clima, situações de miserabilidade, outras tantas situações que precisam de política pública para serem solucionadas e que serão exatamente objeto da apresentação de hoje. Então, haverá metas, haverá indicadores e haverá mecanismos de controle social. Eu considero isso muito importante.

Nesse sentido, nós aprovamos esta audiência de hoje na Comissão Mista de Orçamento, e aprovamos também, sobre os três eixos que serão apresentados agora, desenvolvimento social, econômico e democracia, outras audiências para aprofundar esses temas, chamando sempre a sociedade civil, e o Parlamento fará, a partir de agora, nesses próximos dias, o debate e o aprimoramento dessa peça que foi construída com tanta participação, tanto carinho e tanta qualidade.

Então, quero passar a palavra para a nossa Ministra Simone Tebet, do Ministério do Planejamento, que fará a exposição do PPA 2024-2027.

Tem a palavra a Ministra.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria muito grande estar aqui na Comissão Mista de Orçamento pela — não sei ao certo — quarta vez este ano. Sempre que eu for convidada, ou mesmo convocada, será um prazer estar aqui conversando com o Congresso Nacional, que também foi a minha casa por 8 anos, quando fui Senadora da República.

Mas hoje é um dia especial, porque nós vimos para falar de coisas boas, para falar do Brasil dos nossos sonhos, mas, mais do que isso, do Brasil que nós queremos para os próximos 4 anos e que temos condições de executar nos próximos 4 anos, ou seja, vimos para falar do planejamento participativo, um PPA que foi feito pelas mãos, direta ou indiretamente, dos 203 milhões de brasileiros.

Este é o PPA mais participativo da história, porque também contou, pela primeira vez, com o mundo digital. Então, as pessoas que não puderam estar nas plenárias puderam, pelo computador, externar os seus votos. Toda essa parte da participação da sociedade brasileira eu vou deixar para o Ministro Márcio Macêdo, que é o nosso Secretário de Participação Social, que, entre outras coisas, é o nosso Ministro que está ao lado do Presidente Lula em toda essa pauta da participação social. E mais importante do que isso é a consciência de que este Governo — eu tenho a grata satisfação de fazer parte do Governo do Presidente Lula — reconhece que uma democracia se faz verdadeiramente forte quando ouve o povo, quando atende às reais necessidades do povo brasileiro. Ter o privilégio de andar por quase todas as capitais — só não pude fazer isso em um final de semana, porque estava com COVID e não consegui visitar todos os Estados do Norte — e conversar com a população brasileira foi, acima de tudo, um aprendizado. Com humildade, eu digo que aprendi muito. E fomos lá muito mais para ouvir do que para falar.

São 15h10min. Eu vou me ater a, no máximo, 15 minutos, e não aos 30 minutos, porque acho importante, em uma plenária, ouvir as perguntas e poder debater o tema. Eu vou rapidamente passar algumas lâminas. Vou pular muitas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

delas porque, repito, quero terminar minha fala em, no máximo, em 15 minutos ou em 25 minutos.

Mas quero dizer que este PPA, acima de tudo, carrega em si uma grande responsabilidade: a responsabilidade de ser o primeiro PPA após a maior pandemia sanitária que a nossa geração já viveu. E aqui sei que estão presentes agentes comunitários, agentes de saúde, agentes de combate às endemias, profissionais e servidores federais que sabem que, ao lado dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos, ajudaram a salvar o Brasil. Deixo aqui o nosso reconhecimento e agradecimento, porque sei que vocês entram na casa das pessoas. *(Pausa.)*

Fui Prefeita — o Ministro Márcio sabe disso — e sei que vocês entram na casa das pessoas e fazem não só o papel de vocês, mas também de psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, verificam o estado de saúde da criança, da família, da mulher, e fazem o encaminhamento. Então, registro aqui o nosso reconhecimento.

Mas este é o PPA mais importante, porque vem depois de um período tenebroso, de uma pandemia que nos assustou, uma pandemia que tirou tantas vidas. Quantos irmãos e familiares perdemos!

Esse PPA, se nós o espremermos — e eu gostaria de apresentá-lo aqui —, será a primeira peça para que possamos ter os sonhos das pessoas realizados. O PPA faz parte do orçamento brasileiro. Nós temos três peças orçamentárias: o planejamento de médio prazo dos próximos 4 anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada todos os anos; e o Orçamento, que direciona aqueles quase 6 trilhões de reais — 5 ponto alguma coisa — para saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, enfim, para a Previdência, entre outras coisas.

Mas o PPA é o grande guarda-chuva. Ele abarca todos os programas e todas as ações. Acredito piamente que esse PPA não vai ficar nas gavetas do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Congresso Nacional ou dos Ministérios. E vocês vão ver o porquê. É porque ele tem três inovações fundamentais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para vocês terem uma ideia, já na terceira linha, vemos que o PPA foi elaborado com a participação dos então 37 Ministros do Presidente Lula, do Governo Federal. Foram feitas 125 oficinas, com mais de 4.400 servidores. Essa parte eu deixo para o Ministro Márcio, então podemos pular.

Depois de tanta conversa, ouvindo os conselhos, ouvindo a sociedade, nós poderíamos resumir o PPA nesta página. O PPA veio para o Congresso com 800 páginas. Se nós pudéssemos espremer o PPA, nós teríamos essa pirâmide, de baixo para cima, um funil invertido.

Se começarmos a análise pela parte de baixo, veremos que 88 programas foram fruto de mais de 464 objetivos específicos que nos foram apresentados. Então, mais de 480 objetivos geraram 88 programas que, quando fomos analisar, basicamente falavam de três eixos. Portanto, o PPA, o Brasil que queremos, resume-se em três eixos.

Vou ler aqui no papel, para não ficar com torcicolo.

O primeiro eixo é o do desenvolvimento social e garantia de direitos — combate à pobreza e à miséria; diminuição da desigualdade social; educação básica, saúde etc. O segundo é o eixo econômico e ambiental. Trata-se do eixo da geração de emprego, renda, da formalidade. É o eixo relacionado ao desenvolvimento — indústria, comércio e serviço — com o olhar voltado para a questão ambiental, a questão climática. E todos nós já estamos sofrendo ou com a seca na Amazônia, ou com ciclone no Rio Grande do Sul, ou com o calor em cada cidade da Região Centro-Oeste, como é o nosso caso.

Então, este PPA foi resumido em três eixos, com todos os objetivos. E quais foram as palavras que mais apareceram, que saíram da boca da população brasileira? Elas estão nesses valores escritos ali. É impressionante como a população brasileira falou em democracia, diversidade e justiça social,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

sustentabilidade socioambiental, participação social, atuação colaborativa, responsabilidade fiscal e social e excelência na gestão.

Se resumirmos tudo isso, aquelas 800 páginas, e dissermos: *"Não quero essa lâmina; diga-me em uma única frase qual é o Brasil que os brasileiros querem para os próximos anos, qual é a visão de futuro"*, a resposta está em uma única frase, que foi homologada por todos os conselhos. Palavra por palavra dessa frase foi pensada, que é a visão de futuro dos brasileiros.

Se pudéssemos resumir em uma única frase — que não é nossa, não é a frase da Ministra Simone, nem do Ministro Márcio, nem do Presidente Lula, mas é a frase que extraímos de todas as respostas, inclusive com a ajuda da Internet, daquelas nuvens onde procuramos palavras, depois de muito trabalho de toda a equipe, a quem depois vou agradecer nominalmente — qual Brasil o Brasil quer, a frase seria: *"Um País que seja democrático, justo, desenvolvido, ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades"*. Esse é o Brasil que nós queremos.

A grande pergunta agora é: como fazer com que esse Brasil se torne real? Ele não vai se tornar pleno em 4 anos, mas nós temos condições de entregar, neste mandato do Presidente Lula, um Brasil muito diferente, porque, com base no planejamento, nós e o Congresso Nacional temos condições de elaborar leis justas, leis que atendam a esses objetivos, para que depois os Ministérios executem as políticas públicas. Cito como exemplos: zerar filas de exames, cirurgias e consultas no SUS; construir creches para garantir o acolhimento às nossas crianças de 0 a 5 anos, para que as mães possam trabalhar; garantir efetividade, especialmente nas políticas de geração de emprego com carteira de trabalho, aumentando a renda, diminuindo impostos dos mais pobres, taxando impostos para aqueles que ainda não estão sendo tributados, que são os super-ricos, entre outras coisas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Então, diante desse cenário — eu já estou indo para o final da minha apresentação e quero ser bem econômica com as minhas palavras —, eu vou falar de três coisas.

Nós temos um número positivo a ser apresentado. Como garantir casa para todo mundo que precisa? Como gerar emprego? Como garantir saúde pública, por meio do SUS, que atenda realmente os mais pobres? Como garantir remédio na Farmácia Popular, entre tantas coisas? O nosso Orçamento, o Orçamento brasileiro, no geral, está estimado em 13 trilhões de reais. Como nós temos que tirar das estatais e de outras coisas que não são do Orçamento, nós ficamos com 8 trilhões e 800 bilhões. Isso não é pouca coisa. Pode não ser o suficiente, mas não é pouca coisa.

Dáí vem a importância do planejamento. Há um ditado — ele é verdadeiro, é uma grande responsabilidade, uma grande dificuldade nossa — que diz que o Brasil arrecada muito imposto, e arrecada mal. Lamentavelmente, o maior imposto no Brasil, normalmente, é o imposto do consumo, e quem mais consome no Brasil são os mais pobres.

Tão grave quanto arrecadar muito, é que o Brasil gasta muito — os Governos, de um modo geral, Estados, Municípios e Governo Federal — e gasta mal, porque não há diretriz, não há um planejamento. Ninguém tem paciência para sentar e falar: "*Vamos ver até onde chega*". E eu falo fazendo *mea-culpa*, porque eu fiquei 8 anos no Senado Federal, e muitas vezes nós aprovamos medidas sem saber se lá na ponta ela será eficiente ou não.

Esse PPA tem a capacidade de começar a mudar esta realidade, ou seja, ele é uma carta, uma ferramenta de trabalho para os nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que buscam, da melhor forma possível, atender os interesses da sociedade brasileira.

Como eu não estou querendo falar de tudo, eu peço desculpa, porque eu já estou indo para o encerramento da minha apresentação. Se vocês observarem, verão que são três as novidades do PPA. Uma delas é que, pela primeira vez —





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

olhem a primeira coluna à esquerda de vocês —, estão as prioridades, como sempre estiveram, de acordo com votação.

Então, a prioridade do povo brasileiro é combater a fome e a miséria no Brasil — e não poderia ser diferente num Brasil tão desigual. A segunda prioridade, educação básica; a terceira, saúde, Atenção Primária Especializada; neointustrialização, com a geração de emprego e renda; construção de casas, muito fortemente associada ao Novo PAC, programa de aceleração; e, por fim, a questão ambiental.

Mas a novidade está no segundo ponto: as agendas transversais. Esse é o PPA que faz a seguinte pergunta para cada Ministro e para cada Ministra do Presidente Lula: *"O que vocês vão fazer para a criança e para o adolescente? O que vocês vão fazer para a mulher? O que vocês vão fazer em relação à igualdade racial e ao combate à discriminação? O que vocês vão fazer para os povos indígenas e para o meio ambiente?"* Foi isso o que nós extraímos da sociedade brasileira.

A última lâmina mostra os indicadores. A novidade — e talvez seja a que mais interesse e que pode ser uma boa ferramenta de trabalho para os Deputados e Deputadas, para a imprensa e para a sociedade civil nos cobrarem — é esta aqui.

Nós estabelecemos para nós mesmos, Ministros e Ministras, metas para cumprirmos. *"Que Brasil nós vamos entregar em 2026?"* Então, eu vou tratar somente de dois indicadores. O primeiro é a taxa de extrema pobreza. Em 2022, fruto da pandemia, nós chegamos, lamentavelmente, a um país com 6% de miseráveis. Não são pobres; são pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, que não fazem todas as refeições por dia, que não têm o que comer, que não têm onde morar, que têm uma condição extremamente precária. Qual é a meta que o Governo se impôs? A ideal, que é a verde, é chegarmos a uma meta de 2,7%, diminuindo-a para menos da metade. E a meta que não é a ideal — poderia ser, mas nós acreditamos que vamos conseguir chegar — é a meta de 4%, 4,78%.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Nós temos inúmeros exemplos. Eu vou citar um último exemplo aqui: a taxa de desemprego. A taxa de desemprego estava em 2022 em 9,25%. Já sabemos, agora, que estamos próximos dessa meta de 6%, porque o IBGE acabou de dizer, depois de 8 meses, que nós estamos com uma taxa de desemprego de 7,9%. Mas ainda não estamos sossegados com isso, porque precisamos diminuir o desemprego no Brasil. Queremos chegar a 6,63%.

Então, temos indicadores sobre todas as áreas: meio ambiente, industrialização, saúde, educação, construção de casas populares, assentamentos com agricultura familiar. Há indicadores para todos os gostos.

As prioridades estão todas demonstradas, como eu já comentei.

Eu já estou terminando minha exposição. Quero apenas fazer um agradecimento em relação aos parceiros.

Eu acabei não falando do nosso Relator. Fui dando um boa tarde para todo mundo e acabei não agradecendo aqui a oportunidade. Então, na pessoa do nosso Relator-Geral do Plano Plurianual, Deputado Bohn Gass, de novo eu cumprimento os Parlamentares.

Quando o Presidente Lula me convidou para estar no Ministério do Planejamento e Orçamento e recriou o Ministério do Planejamento, eu fiz uma brincadeira com ele e disse o seguinte *"Presidente, eu não estou aceitando o Ministério do Planejamento e o Orçamento pelo Orçamento, eu estou aceitando o Ministério do Planejamento e Orçamento pelo planejamento"*. Fazer orçamento até que é fácil, é só dizer: *"Pode ou não pode, dá ou não dá, paga ou não paga"*. É um cara, crachá, de acordo com a legislação. Mas nós não queremos fazer um Orçamento malfeito. Nós não queremos gastar mal o dinheiro dos impostos do povo brasileiro.

Então, está na hora de o Brasil mudar a cultura. Nós temos que mudar a cultura. Como uma dona de casa que pega o salário do companheiro e faz a conta para ver no que ela vai gastar. Primeiro, ela paga aluguel e põe comida na mesa, para, depois, se der, comprar um tênis para um filho. Da mesma forma, o Governo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Federal precisa ter prioridades. Que bom que as prioridades foram elencadas pelo povo brasileiro! E, agora, cabe a todos nós cumpri-las.

Como não se faz nada sozinho, esse PPA, que é fruto da participação popular, não foi feito somente pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Ele foi feito por mãos de diversos Ministérios, diversos parceiros.

Então, eu gostaria muito de agradecer ao IPEA, que todos vocês conhecem. Aqui, está a Presidente Luciana Servo.

Por favor, Luciana dê um oi. *(Palmas.)*

A Luciana Servo é uma grande especialista na área da saúde. Sabe tudo e mais um pouco de estatística, de pesquisa e dá uma aula sobre saúde pública no Brasil.

Eu gostaria de agradecer à ENAP, da Ministra Esther, a nossa parceira, a nossa escola do Governo.

Eu gostaria de agradecer ao IBGE, que mostra os números, quem somos, quanto somos. É o IBGE que diz quem somos, onde moramos.

E tivemos a parceria de dois bancos, que ajudaram no financiamento com pequenos valores. Eu gostaria muito de agradecer ao CAF e ao IDB, que hoje é presidido por um brasileiro.

Eu deixei por último o mais importante. Nada disso seria possível se não fosse a determinação do Presidente Lula de mandar que eu e Márcio andássemos o Brasil. O Márcio e o Renato especialmente nos propiciaram esse contato com a sociedade civil.

Leany, se não fosse você, nós não teríamos o PPA que temos hoje. Então, você, que é a Secretária Nacional de Planejamento... *(Palmas.)*

Os diretores podem levantar a mão, por favor? Estão ali escondidinhos. *(Palmas.)*

Enfim, eu quero dizer para vocês o seguinte. O sucesso do PPA não é mérito nem do Ministro Márcio nem da Ministra Simone. O sucesso do PPA é mérito do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

povo brasileiro, que participou, e dessa equipe técnica competente. Nós só assinamos o ofício para mandar para o Congresso Nacional.

Eu fiquei exatamente no meu tempo de 15 minutos e 25 segundos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - A Senadora, agora Ministra, é disciplinada, como sempre. Ficamos muito felizes por isso.

Simone, eu ia exatamente fazer referência à Leany e a toda a nossa equipe. A Bete acompanha tudo por meio do nosso gabinete e coordena, junto com o Fidelis, a equipe de assessores e de consultores da Casa. Ela tem sido a pessoa que tem dialogado diretamente com a sua equipe e com a Leany.

Eu queria fazer referência ao Renato Simões, que tem sido companheiro nos debates, e ao Bira, que também está aqui. A equipe está sempre debatendo esses temas. Essa mobilização vocês fizeram juntos. Eu sei que o Lula determinou que esses dois Ministros andassem pelo País.

Então, eu quero, na pessoa do Renato e da Leany, agradecer também por esse trabalho conjunto que está sendo feito neste momento.

Eu vou passar a palavra para o Ministro, companheiro Márcio Macêdo.

Esse contato, essa vitalidade da organização e da participação popular vocês designam como PPA Participativo — não é, Ministro Márcio Macêdo? Então, eu quero parabenizá-lo por esse trabalho e passar a palavra neste momento para V.Exa.

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Eu quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes.

Eu quero cumprimentar as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa.

Eu quero cumprimentar o Relator da Comissão Mista de Orçamento, que preside esta audiência pública, meu querido amigo e companheiro Deputado Bohn Gass.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Eu quero abraçar a minha querida colega, amiga, companheira dessa jornada, que foi ouvir o Brasil na sua dimensão continental, a Ministra do Planejamento Simone Tebet.

Eu quero cumprimentar Walbinson Tavares, que secretaria a Comissão que vai nos ajudar a documentar esta importante audiência pública.

Eu quero cumprimentar também os Deputados aqui presentes, meu querido companheiro e amigo Deputado Odair Cunha, Deputado Dorinaldo Malafaia, Deputado Luciano Amaral, Deputado Vicentinho Júnior, Deputado Luiz Carlos Motta, meu querido amigo Deputado Daniel Almeida e Deputado José Rocha, que aqui esteve há pouco.

Eu quero cumprimentar toda a equipe, que fez um trabalho fundamental para que este planejamento pudesse chegar até a Câmara do Povo do Brasil, até o Congresso Nacional. São os profissionais — gestores, técnicos, funcionários, políticos — que atuam no Ministério do Planejamento e na Secretaria-Geral da Presidência, em nome da Sra. Leany e do Sr. Renato Simões, para os quais eu peço uma salva de palmas, pois foram os trabalhadores e trabalhadoras que fizeram este planejamento. *(Palmas.)*

Quero também cumprimentar os meus companheiros agentes de saúde, os meus companheiros e companheiras agentes comunitários de saúde, agente de endemias, agentes de saúde.

(Manifestação na plateia: Palmas.)

A pandemia, que foi uma tristeza, teve um saldo, que foi o reconhecimento do SUS e o reconhecimento do trabalho dos profissionais de saúde, em especial de vocês, homens e mulheres que estão cotidianamente na casa das famílias brasileiras. Vocês muitas vezes são pais, são mães, são irmãos, são psicólogos, são assistentes sociais, são tudo, porque muitas vezes a única pessoa que chega àquela família, com a rapidez tem que chegar, é o agente de saúde. Eu quero parabenizar e abraçar vocês pelo trabalho e dizer que a luta de vocês é importante.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Então, que Deus os abençoe. Que Deus pague a cada um de vocês pelo que fizeram pelos brasileiros e brasileiras durante o processo da pandemia.

(Manifestação na plateia: Palmas.)

Eu vou ser breve também. Mas eu queria, inicialmente, dizer para vocês que o trabalho que eu e a Ministra Simone Tebet fizemos, o trabalho que nós lideramos no Governo do Presidente Lula, não tem nenhuma incongruência, não tem nenhuma competição com o trabalho, que é legalmente garantido, que os Deputados e os Senadores irão fazer no debate do planejamento.

O planejamento é uma peça legal, que tem como ápice o debate, a votação na Casa do Povo do Brasil. O que nós fizemos foi apenas um processo para que o planejamento pudesse chegar aqui, para que os Deputados, as Deputadas, os Congressistas pudessem cumprir o seu papel constitucional, a partir não só de um trabalho técnico, político, realizado pelo Governo do Presidente Lula, mas que tivesse também as impressões digitais do povo brasileiro, representando a dimensão do nosso País e a composição da gente brasileira.

Então, o que nós fizemos foi por determinação do Presidente Lula. O Presidente chamou a mim e a Ministra Simone e nos disse: *"Olha, eu não quero que o planejamento, no meu Governo, seja feito apenas pelos Ministros e pelos técnicos. Este País passou um tempo em que a participação social foi obstruída, dificultada. Então, é importante que vocês rodem o País e que possam criar as condições para que a população, de forma livre e soberana, possa emitir as suas opiniões, possa debater a situação do País, possa colocar as suas propostas, possa inclusive nos criticar e nos ajudar a fazer a correção de rumo"*.

Esta foi a determinação do Presidente Lula: que nós fizéssemos o planejamento dessa forma.

Então, eu passo agora a dizer a vocês o que é que nós fizemos para chegar até aqui, neste momento importante para cumprimento do papel constitucional das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados do Brasil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Quero dizer que estou alegre em voltar a esta Casa. Eu fui Deputado Federal por dois mandatos e tenho muita alegria em rever amigos, amigas, companheiros e companheiras, e estar na Casa do Povo do nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)

A ideia — e foi o que nós fizemos — era ter a mais ampla escuta possível do País, com a participação do povo garantida.

Nós fizemos isso em três grandes dimensões. A primeira foi o que nós chamamos de Fórum Interconselhos, que o Presidente Lula criou, em que foram reunidos todos os conselhos que têm representação nacional. Nós começamos com 20 conselhos, porque houve um processo de esvaziamento nos últimos 4 anos. E chegamos ao final desse processo com 36 conselhos participando dos fóruns.

Na primeira reunião desse conselho, o Presidente Lula fez a apresentação dos grandes eixos estratégicos, da mesma forma que a Ministra Simone fez aqui. Depois, nós fizemos uma reunião, no meio do processo das plenárias, para podermos avaliar o que tinha sido debatido nos Estados brasileiros. E, ao final, juntamente com a Ministra Simone, apresentamos o resultado final, para que o Presidente Lula pudesse assiná-lo. Depois, foi encaminhado para o Congresso Nacional. Nós fizemos 26 plenárias estaduais e uma distrital, das quais participaram 34 mil pessoas presencialmente.

No Brasil Participativo, nós criamos uma plataforma inspirada no Decidim da Espanha, mas com tecnologia brasileira, através da DATAPREV.

Eu quero aqui aproveitar para agradecer, de público, à Ministra Esther e a todos os que fazem parte do Ministério da Gestão.

Nós tivemos uma plataforma que cumpriu um papel fundamental: amplificar o processo de escuta e de participação. Esse foi um trabalho sério, em que cada CPF era uma pessoa, como tem que ser. Todo brasileiro, independente de posição política e ideológica, teve o direito de participar. A Ministra Simone e eu





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

não participamos porque estávamos coordenando, para não parecer que iríamos influenciar no processo.

Então, 4 milhões de pessoas acessaram a plataforma Brasil Participativo; e 1,4 milhão de pessoas participaram do processo do início ao final. Fizemos três edições dos Fóruns Interconselhos, como eu citei aqui.

Mostro as plenárias que foram mais participativas, as plenárias presenciais.

Vou procurar ser mais rápido. Eu quero só destrinchar os números aqui.

Como eu falei aqui, 1.419 pessoas participaram do processo do início ao final; 8.254 mil propostas foram enviadas para o Governo; foram dados nas propostas dos programas 1.529.826 votos; e 4.087.540 pessoas acessaram a plataforma digital.

Eu coloquei esse gráfico na apresentação para vocês verem como foi engraçado, Deputado Odair, porque a participação no PPA Participativo foi proporcional à população regional distribuída. O Nordeste teve um pouquinho mais de participação. Por exemplo, 27% da população do Brasil está no Nordeste; 31% das pessoas que participaram foram do Nordeste. Houve uma diferença em relação ao Nordeste, para mais, e ao Sudeste, para menos, porque nós começamos pelo Nordeste e nós terminamos pelo Sudeste. No Norte, corresponde a 7,11%, o que ficou praticamente igual. E assim ocorre sucessivamente nas regiões. Essa é a demonstração de que nós procuramos ter uma representação equilibrada de todo o País por igual.

Houve um fenômeno que merece de todos nós uma avaliação. Festejamos muito a significativa participação das mulheres do Brasil. (*Palmas.*)

Estão de parabéns as mulheres brasileiras! Tanto nas plenárias presenciais quanto na plataforma Brasil Participativo, 61% das pessoas que participaram foram mulheres; e 39%, homens. Isso demonstra o protagonismo importante das mulheres brasileiras no processo de definição das políticas para o nosso País.

Nesse planejamento, houve a participação significativa da juventude, mas sobretudo de pessoas com idade entre 30 e 59 anos, consideradas — Deputado





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Zé Neto — adultas. Portanto, isso significa dizer que nós precisamos estimular mais a participação dos idosos e da juventude.

Deputado Icaro de Valmir, consequentemente, obtivemos o maior percentual de participação da população brasileira.

Eu peço um pouco de paciência para que eu diga como esse volume de debate, de propostas e de votação dos programas foram incorporados pelo Governo, para que os senhores possam ter uma dimensão do que ocorreu.

Os Ministérios analisaram as propostas dos fóruns, das plenárias e das plataformas. Por exemplo, houve reunião do Fórum Interconselhos. Foi apresentada uma série de propostas dos representantes dos conselhos do País inteiro. A equipe técnica do Ministério do Planejamento reunia, avaliava as propostas e fazia as correções, para que se adaptassem à realidade do nosso País. Eles analisaram a priorização feita pelo povo para os 28 programas estratégicos. Nós colocamos 90 programas, sendo que estabelecemos que 28 eram estratégicos, e o povo decidiu, por meio do voto, quais desses seriam os prioritários para serem incorporados ao planejamento. Analisaram as 20 propostas mais votadas por área e as 50 mais votadas, de acordo com viabilidade técnica.

O Governo do Presidente Lula, através do nosso trabalho e da equipe técnica da Ministra Simone Tebet, incorporou 76,5% das propostas que estão no escopo do PPA e foram enviadas aos Ministérios. Foram incorporadas 76,5% das propostas que foram indicadas pelo povo, dos programas que foram votados pelo povo, que estão dentro do escopo do que é o planejamento. Realmente, o planejamento dos próximos 4 anos do Brasil é participativo, porque contou com a participação e a influência do conjunto da população nas definições das políticas. *(Palmas.)*

Tudo isso está no PL do PPA, que está aqui para ser debatido, discutido e aprovado por V.Exas.

O povo fez sua parte, assim como o Governo do Presidente Lula. Agora, a bola está com os senhores e as senhoras para marcarem um gol de bicicleta, para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

que o Brasil possa ter um planejamento que norteie suas ações nos próximos 4 anos. Depois da aprovação do Legislativo, deverá virar lei pela assinatura do Presidente Lula.

É importante também dizer que várias propostas não estavam no escopo do planejamento participativo, mas viraram um banco de dados de propostas. A partir disso, a Secretaria de Diálogos, da Secretaria-Geral, está dialogando com cada Ministério, encaminhando essas propostas para os Ministérios, para que sejam objeto de debate, de discussão política, e possam nortear políticas públicas para o futuro do nosso País.

Os programas estratégicos mais votados foram: Enfrentamento da Emergência Climática, Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada à Saúde, Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda — está aí o número de votos —, Turismo, esse é o Destino, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome, Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo, Agricultura Familiar e Agroecologia, Educação Básica Democrática, Juventude: Direitos, participação e bem viver. Obviamente, esses programas também, na sua imensa maioria, estão em sintonia com os que já estavam no planejamento do Governo e saíram também do programa de Governo que o Presidente Lula apresentou no processo eleitoral.

Houve muita sintonia nesse processo, o que facilitou muito o nosso trabalho. Dos temas mais votados na plataforma, a saúde ficou em primeiro lugar, com mais de 360 mil votos. Justiça e segurança pública, em segundo; educação, em terceiro; direitos humanos e cidadania, em quarto; desenvolvimento, indústria, comércio e serviços; em quinto.

Das propostas mais votadas, algumas estavam dentro do escopo, mas outras não estavam dentro do escopo do planejamento. Nós as registramos, como é dever nosso.

A mais votada foi a dos agentes de saúde. (*Palmas.*)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Qualificação técnica e valorização profissional dos agentes de saúde e dos agentes de endemia para a ampliação dos serviços de saúde no SUS. Esta proposta teve mais de 95 mil votos e foi incorporada ao planejamento participativo, que está aqui para ser votado e debatido pelos Deputados e Deputadas.

Logo em seguida, vieram: aumento do piso da enfermagem; reestruturação da carreira salarial dos técnicos administrativos da educação; segurança pública cidadã, segurança jurídica para as guardas municipais; aumento de cargos para a PRF e convocação de todos os aprovados.

Eixos do PPA. Nós tínhamos uma proposta dos eixos que foi apresentada, mas o debate foi mudando. Nós víamos nos conselhos coisas mais efetivas do que as que nós estávamos pensando. Então, tudo foi mudando. As plenárias mudaram muita coisa. Quando se constrói conjuntamente, a possibilidade de errar é menor, a possibilidade de acertar é maior.

Então, esse processo, Sras. e Srs. Deputados, queridos companheiros e companheiras que participam desta audiência, foi um processo meio simbiótico. Nós íamos para os Interconselhos, debatíamos e trazíamos alterações, e a equipe trabalhava. O que estava dentro do escopo era assimilado. Dessa forma aconteceu nas plenárias e na plataforma digital.

Eu queria dizer a vocês, para concluir a minha apresentação, que esse foi um trabalho muito intenso. Nós começamos a preparar isso em janeiro, mas ficamos no chão e na rua durante 3 meses. Esse trabalho, feito basicamente nesse semestre inteiro, foi muito gratificante.

Primeiro, eu queria parabenizar a Ministra Simone e a sua equipe técnica, que, com muito zelo, cuidou do conteúdo técnico e se socializou de forma adequada com todos os Ministérios. Depois, conjuntamente, com a equipe da Secretaria-Geral e com todos os movimentos sociais organizados deste País, com todos os movimentos sindicais e com todos os movimentos populares, que se envolveram diretamente no processo das plenárias presenciais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Quero agradecer também às pessoas que foram voluntariamente, por compromisso com o País, à plataforma ou às plenárias para colocar as suas opiniões.

O que mais me chamou a atenção nesse processo todo foi a vontade das pessoas de participar. Ouvíamos muito: *"Eu sou brasileiro, eu sou gente, eu quero ajudar o meu País, eu quero contribuir para a minha Nação. Eu estou aqui para ajudar a construir um Brasil melhor, um Brasil solidário, um Brasil responsável para com os seus filhos"*.

Então, o que nós estamos fazendo aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é entregar para vocês o planejamento participativo que foi construído por várias mãos: as mãos do Governo do Presidente Lula, as mãos dos Governos estaduais, as mãos das Prefeituras municipais, as mãos dos movimentos organizados do nosso País e, sobretudo, as mãos do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Ministro Márcio Macêdo.

Quero agradecer a presença dos colegas Deputados.

Nós vamos passar para a fase de interação entre Parlamentares e Ministros.

O primeiro inscrito é o nosso colega Deputado Vicentinho Júnior, por 5 minutos.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Tentarei ser o mais breve possível, Sr. Deputado Bohn Gass, Presidente desta audiência da CMO.

Inicialmente, cumprimento mais uma vez a Ministra Simone Tebet, por quem — confesso — tenho carinho e respeito. E, por isso, tenho tentado ser o mais comedido possível nas minhas falas, para não ser injusto com a história de ninguém. Cumprimento também o Ministro Márcio Macêdo.

Ministro, participo desta reunião porque, a meu ver, esta é uma das Comissões mais importantes do Congresso Nacional. Boa parte do que vocês disseram é sintetizada nesta Comissão, para que o sentimento da população





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

brasileira possa se transformar em ações de fato, para que a articulação política possa virar ações de Governo.

E nós acreditamos que os Parlamentares que adentram nesta Comissão trazem os anseios de vossos Estados, por meio do PPA, que será debatido, para que as próximas políticas públicas sejam aplicadas pelo Governo Federal nos Estados e, conseqüentemente, nos Municípios, onde de fato as pessoas vivem, onde o Brasil acontece.

É bonito ver, num dia como este, este auditório cheio. Mais cedo, no Plenário Ulysses Guimarães, houve uma homenagem, presidida pelo Deputado José Nelto, a esses bravos homens e mulheres que compõem a verdadeira saúde pública do Brasil. É lá que tudo acontece. Eles vão e levam saúde. (*Palmas.*)

Eu vi que 95.731 votos — eu até anotei aqui — deram prioridade à valorização da categoria desses agentes. Mas sei que tudo isso só é possível quando o recurso é bem avençado. Eu só sei que tudo isso é possível quando há vontade política, anseio popular e condição orçamentária e financeira de fazê-lo.

Eu aprendi em casa e pouco estudei, mas eu me dedico ao assunto do orçamento. Ando por esta Comissão pela quinta vez, como Deputado Federal, exercendo o mandato pelo meu Estado de Tocantins. Aprendi que dinheiro não acaba, dinheiro muda de mão. Dinheiro, às vezes, muda de prioridade; dinheiro, às vezes, deixa de ser prioridade. O mesmo recurso que hoje paga uma publicidade é o mesmo recurso que compra uma caixa de medicamento em momentos oportunos.

O que me trouxe a esta reunião, Ministra — e ouvi atentamente a sua fala, como na última audiência, e a do Ministro Márcio Macêdo —, foi ter visto uma entrevista da senhora à *CNN* dizendo que não foi questionada a respeito de um empréstimo de 1 bilhão de reais, autorizado pelo Governo do Brasil, através da Confederação Andina de Fomento, à Argentina, país vizinho. Eu me espantei com esse fato. Essas informações estão na imprensa nacional, não é apenas o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Deputado Federal Vicentinho Júnior que fala. Esse país já é conhecidamente devedor de outros empréstimos ao Brasil.

Alguém vai falar: *"Não, mas o dinheiro da CAF não tem a ver com o orçamento do Brasil, porque o Brasil é cossignatário"*. Mas o recurso é um só; depositar recurso do patrimônio brasileiro é uma coisa só. Isso pode não fazer falta hoje para algumas ações do Governo Federal, mas acho que faltará daqui a pouco, porque vejo outros empréstimos malfadados, feitos e autorizados pelo Governo Federal, a outros países, como Cuba — falta-me agora o nome do porto de Cuba à memória. Podemos falar de tantos outros empréstimos que foram divulgados pela imprensa nacional. A história mostra que nos anos seguintes esses recursos fizeram falta para ações de Governo, fizeram falta para ações internalizadas no nosso Brasil.

E eu canso de dizer aqui — já conversei muito com o Ministro Renan Filho — que nós temos que apresentar um calendário das obras estruturantes do Brasil, sejam elas com recurso do Tesouro, sejam elas com empréstimo, sejam elas com recurso que chegue à ponta. O dinheiro do povo brasileiro tem que chegar ao povo brasileiro. Se sobrar, vejamos os vizinhos; não sobrando, eu atendo o povo de minha casa. (*Palmas.*)

Fizemos ontem um debate no plenário da Câmara sobre os fundos constitucionais. O Estado do Maranhão, no seu legítimo direito, reivindicava participação no FNO, já tendo participação no FNE, que é três vezes maior do que o fundo destinado aos Estados do Norte, do qual faz parte o meu Estado do Tocantins.

Eu dizia que nada há contra o Maranhão, mas a favor de um bom senso. A distribuição do bolo em respeito às peculiaridades, às necessidades, às demandas, de forma a permitir que os Estados, os Municípios e o povo brasileiro coexistam. Dessa maneira, isso só se faz com recursos chegando à ponta.

Eu queria entender, de fato, essa notícia que está correndo hoje e que nos causa espanto. Como foi feita a operacionalização desse empréstimo de 1 bilhão





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

de reais, noticiado pela imprensa do Brasil, do Governo brasileiro ao Governo argentino? A Argentina está vivendo uma das maiores crises financeiras, e eu nunca vi banco dar dinheiro para quem está com dificuldade de manter o seu CPF em dia. O que diremos de um país que está capengando, como está a Argentina? Como é que vão sobrar recursos para podermos aplicá-los em servidores valorizados? (*Palmas.*)

Outrora, esta Comissão, Deputado Bohn Gass — e termino aqui —, foi responsável no Governo passado por chamar 1.500 concursados da PRF. O Governo dizia não ter orçamento. Foi daqui de dentro que saiu a dotação, a solução, a sugestão que fez com que chamássemos 1.500 concursados da PRF.

Deve-se sair daqui dialogando com Ministro, com quadro técnico, com servidores da Casa. Por sinal, a Câmara dos Deputados tem os melhores servidores de orçamento da Esplanada. Como é que nós vamos conseguir cumprir tudo isso? Onde é que está a segurança? Onde é que está a âncora orçamentária que nos permitirá fazer empréstimo dessa magnitude para quem outrora deixou algum prejuízo para o Brasil? Como sobrará dinheiro para que possamos, de fato, atender ao nosso povo brasileiro?

Então, de forma respeitosa, esses são alguns questionamentos que deixo, para que, em momento oportuno, possam ser respondidos. Gostaria que assim fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Quero apenas ordenar os nossos trabalhos aqui. Só um instante.

Trabalhamos, costumeiramente, em blocos. Mas, quando há uma questão específica, às vezes é melhor que seja respondida imediatamente.

Então, eu consulto a Ministra para saber se ela quer responder esse ponto especificamente.

Eu passarei a palavra para a Ministra. Depois, nós continuaremos em bloco para dar um bom andamento aos trabalhos.

Com a palavra a Sra. Ministra.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Eu gostaria de responder, até porque não é PPA e é muito importante. Eu tenho que agradecer, realmente, ao Deputado Vicentinho, que tem sido, em todas às vezes em que eu vim aqui, muito participativo. Ele é um Deputado que tem interesse naquela questão que, talvez, seja a mais importante. Sem o orçamento, nós não temos nada. Sem o orçamento não adianta reivindicar, não há remédio no posto, não há casa para as famílias mais carentes e não há condições de se fazer políticas públicas.

Com relação a essa demanda, eu acordei surpresa com esse fato. Quero dizer que é o contrário. Não é que eu não tenha sido consultada. Eu que não consultei o Presidente Lula. O Presidente Lula não me ligou, não entrou em contato comigo, porque é natural. Eu sou governadora desses bancos e simplesmente voto num banco que não é brasileiro, cujo dinheiro não é do Brasil. Nós temos 8% de participação, mas não é em dinheiro... E o CAF se reúne exatamente como um banco para ajudar os países da América Latina. Ajuda o Brasil, ajuda os Estados do Brasil e ajuda os Municípios brasileiros.

Houve a seguinte demanda: precisamos emprestar por 10 dias — 10 dias apenas — 1 bilhão de reais para a Argentina. Vinte e um países vão votar. A Minha secretária, por minha determinação, foi autorizada a votar favoravelmente, assim como 20 dos 21 países votaram favoravelmente. Todos os países que fazem parte do CAF, desse banco que não é nosso... Não há dinheiro federal, brasileiro, lá. Não estamos tirando dinheiro do Brasil para colocar lá. Isso foi temporário. Portanto, nós aprovamos isso. Tanto é verdade que a Argentina já pagou o banco. Portanto, a Argentina não deve nada.

Agora, vamos lembrar. Pensando no lado do Brasil — e essa foi a razão do nosso voto —, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil é a Argentina. Nós vendemos para a Argentina, nós exportamos para a Argentina. A Argentina ajuda a garantir emprego para o povo brasileiro. Então, se vocês perguntarem para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

todas as indústrias, empresas que fazem comércio com a Argentina... *"Nós, sim, estamos muito preocupados com a situação econômica e financeira."*

Então, agradeço demais ao Deputado Vicentinho pela oportunidade de esclarecimento, porque a imprensa veio me questionar: *"O Presidente ligou?"* Pelo contrário! Eu é que não liguei para o Presidente para falar que ia votar favoravelmente a algo que é corriqueiro, como governadora e Ministra do Planejamento e Orçamento. Quando não há nada de mais, o processo é comum. Eu sou governadora de alguns bancos. Nós temos processos e pedidos diários, assim como nós também pedimos para ministros de outros países que nos acompanham. Quando muito, foi o que aconteceu nesse caso e em outros casos, nós temos, às vezes, um grande apoio do Ministério das Relações Exteriores, que consultamos para saber como os embaixadores de outros países vão votar. Isso é muito natural.

Então, eu gostaria imensamente de agradecer e deixar aqui de novo três pontos: fui eu que tomei a decisão, o Presidente Lula não me acionou; todos os países acompanharam, não houve dinheiro do Governo Federal, não houve dinheiro de Governos estaduais e municipais; e a Argentina, que precisava de um fôlego naquele momento, porque disso dependiam outros empréstimos para a sobrevivência do país, já pagou à CAF no tempo hábil — não sei se foi em uma semana ou em 10 dias.

Muito obrigada, Deputado. Agradeço imensamente, porque V.Exa. me permite, pela *TV Câmara*, dar essa resposta. Espero que toda a imprensa esteja acompanhando, porque o meu celular está com pelo menos 15 pedidos de entrevista em relação a esse assunto.

Obrigada.

Se houver alguma pergunta a respeito do PPA, estou à disposição também.
(*Palmas.*)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Tudo bem, Deputado Vicentinho? Eu agradeço a V.Exa. também por pautar esse ponto tão importante na conjuntura do dia.

Seguimos, então, com as inscrições. O próximo inscrito é o Deputado Zé Neto.

Deputado, V.Exa. está com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA) - Quero saudar a Mesa, o Deputado Bohn Gass, o Ministro Márcio, a Ministra Simone Tebet. É um prazer imenso recebê-los aqui.

E quero saudar essa turma linda, maravilhosa de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias de todo o Brasil, que hoje fizeram novamente uma grande festa. (*Palmas.*)

Hoje é 4 de outubro, Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Eu já os acompanho há mais de 30 anos. Para mim, é uma alegria imensa estar aqui recebendo vocês.

Ministra Tebet, de todas as categorias, de todas as organizações do Brasil, essa categoria é a que mais abraçou, a que mais contemplou e a que mais participou do Orçamento Participativo, do PPA, das reuniões e que ofereceu sugestões. Então, isso é muito rico. Isso é um caminho para mostrar o que é a política. E, diga-se de passagem, nós conseguimos conversar com todo mundo: partidos à esquerda, partidos à direita, partidos de centro.

Quero saudar todos os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias em nome da Presidenta que está aqui conosco, Sra. Hilda Angélica, e dizer que essa é uma sensibilidade, eu diria, de civilização mesmo, porque, quando chegamos ao Parlamento, encontramos, por exemplo, algumas pessoas que são contra algumas medidas apenas porque o Governo que está de plantão é de um partido que não é o delas, numa estupidez e num distanciamento de realidade que me deixam, às vezes, impressionado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Hoje eu vi gente aqui defendendo que o *e-commerce* permaneça com aquela isenção de 50 dólares e que nós temos que enfrentar aquilo. Defendiam que permaneçam as isenções e os métodos de perda de competitividade nacional, isso porque é o Governo do Presidente Lula que está neste momento tentando solucionar, junto com esta Casa. Aliás, a medida é mais da nossa Casa do que do Governo, mas o Governo é favorável a dialogar. E hoje a sua presença aqui, Ministra, junto com o Ministro Márcio, é mais uma demonstração da importância de estarmos aqui hoje para receber as críticas e as informações necessárias. Não haverá nenhum sucesso, nenhuma construção e nenhuma solução para o Brasil, se não tivermos essa capacidade. Essa é a espinha dorsal do que nós estamos construindo.

Ministra, como eu havia dito ao Deputado Bohn Gass, recebi vários pedidos sobre várias situações, e faço questão de ressaltar a importância de tomarmos a frente dos investimentos na educação, que são fundamentais. O Brasil ficou para trás. Sofremos nos últimos anos a redução dos investimentos, principalmente em tecnologia e inovação. Nossas universidades precisam avançar. Feira de Santana tem um pleito nessa área, que não é só daquela minha cidade. Precisamos ter o cuidado de valorizar os pleitos relacionados à inovação e tecnologia, porque a nossa competitividade precisa dar saltos qualitativos, especialmente na saúde e na tecnologia de ponta. Só assim poderemos ter condição de competir com o resto do mundo em todos os aspectos da produção, como na produção científica que vai para a indústria, que vai para o setor biológico, que vai para a agroindústria, que vai para o campo, que vai para o sertão, que vai para os agentes comunitários, que vai para a medicação. Eu pedi que tivéssemos esse cuidado.

Quero saudar a Reitora Georgina e o ex-Reitor Fábio, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que estão aqui conosco para trazer o pleito da construção de um *campus* daquela universidade em Feira de Santana, cidade onde eu moro. Esse não é um pleito só meu para aquela cidade. Precisamos ter esse olhar para dar saltos de qualidade, porque não se trata de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

gasto, trata-se de investimento. Eu vejo a Ministra Simone Tebet fazer o que nós já vínhamos fazendo na Bahia, que é considerar a qualidade do gasto, isto é, a realização do melhor investimento. Na Bahia, já fazemos isso há algum tempo. Aliás, o nosso Governador Jerônimo está reunido agora com nossa bancada.

Ministra, fiz questão de trazer esse nosso pleito e de elogiar o seu comportamento, que acima de tudo é democrático e republicano, ao olhar para o Brasil com sensibilidade. Com certeza, a qualidade do gasto deve fazer parte desse emblema maravilhoso, dessa construção que está sendo feita no PPA. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Zé Neto.

Nós vamos seguir ouvindo agora o nosso colega Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Relator Deputado Bohn Gass, Ministra Simone Tebet, Ministro Márcio Macêdo, é uma alegria ter oportunidade de falar nesta audiência pública, porque nós estamos retomando métodos de planejamento no Brasil e garantindo previsibilidade. Essa é uma questão central em qualquer...

O Deputado Zé Neto vai tirar a foto?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Seu tempo vai ficar garantido, Deputado Odair Cunha.

Agradeço a presença nesta reunião ao Deputado Zé Neto, que coordenou hoje de manhã a audiência pública e a nossa sessão solene.

Deputado Odair, V.Exa. pode continuar.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidente, eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade de falar com a Ministra Simone, com o Ministro Márcio, com todos os pares que estão nesta Comissão e com aqueles que nos acompanham remotamente.

De fato, o instrumento de planejamento é central para inspirar credibilidade. Se o Brasil quer se vocacionar e se efetivar como um grande País, com





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

desenvolvimento econômico e inclusão social, é preciso atrair investimentos, e para isso é necessário haver previsibilidade. O regime fiscal que nós votamos aqui, encaminhado pelo Governo do Presidente Lula a esta Casa, debatido exaustivamente na Câmara e no Senado, mostra que este Governo quer planejar, quer fazer um pacto com a sociedade em torno daquilo que nós precisamos arrecadar. Neste plano está o que nós precisamos entregar para a sociedade como política pública e, como foi bem lembrado pelo meu colega Zé Neto, medindo qualidade da política pública.

A Ministra acabou de receber a demanda de um novo *campus* para uma universidade ou um instituto federal — não sei ao certo. É preciso saber quantas pessoas serão atendidas, quem serão os beneficiários, quantos jovens vão se formar em cada uma das instituições que nós vamos abrir, quantos jovens estão sendo formados nas instituições que já existem, qual é a relação aluno/professor. A qualidade do gasto público deve ser observada, e eu tenho certeza de que V.Exa. se debruçará sobre isso também.

Eu compreendo que houve avanços do ponto de vista da previsibilidade no regime fiscal votado aqui, nas medidas econômicas que nós estamos votando aqui na Câmara e no Senado. Hoje, vamos votar a tributação dos fundos fechados, vamos votar a tributação das *offshores*. Ora, tributar quem não é tributado é uma questão de justiça. Não pode o assalariado pagar imposto, enquanto quem participa de fundo fechado, tendo investimento fora do País e gerando oportunidade de investimento lá fora, não contribui com nada, não é tributado, embora viva no Brasil e goze dos serviços públicos. Não há justiça tributária se quem ganha milhões não é tributado, e quem ganha salário mínimo é tributado. Então, nós estamos enfrentando temas estruturais.

Eu tenho certeza de que o Deputado Bohn Gass, que é o nosso Relator, tem a compreensão de que o Congresso precisa abraçar o pacto que está desenhado no Plano Plurianual, porque ele foi estabelecido a partir de agentes técnicos das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

mais diversas áreas do Governo e de diálogo com a sociedade civil. Portanto, esse pacto merece apoio da Câmara e do Senado.

Eu cumprimento V.Exas. e manifesto meu apoio ao brilhante trabalho do ilustre Deputado Bohn Gass.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Odair Cunha.

Os próximos inscritos são o Deputado Icaro de Valmir e o Deputado Dorinaldo Malafaia.

Eu passo a palavra ao Deputado Icaro.

O SR. ICARO DE VALMIR (PL - SE) - Muito obrigado, querido Presidente Deputado Bohn Gass.

Não vou fazer nenhuma pergunta. Quero apenas parabenizar o ilustríssimo Ministro Márcio Macêdo e a Ministra Simone Tebet por esse trabalho incrível que vêm fazendo.

Eu participei da discussão do PPA em Sergipe, onde nossa caravana foi muito bem recebida.

Parabenizo o grande amigo Valadares Filho, que está aqui ao meu lado.

Também quero saudar os agentes comunitários de saúde e os agentes comunitários de endemias presentes, parabenizando esse pessoal maravilhoso pelo dia deles e por essa luta incrível que eles vêm fazendo. (*Palmas.*)

Uma mostra da participação desse pessoal é que eles tiveram mais de 95 mil votos dentro do plano que vem para esta Casa. Nós sempre estaremos a favor de todo esse pessoal por essa luta incrível que eles vêm fazendo. Eu tenho que dar meus parabéns a eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Agradeço ao jovem Deputado Icaro de Valmir, que está de parabéns por participar tão ativamente da política. Obrigado pela presença, pelo prestígio à Comissão Mista de Orçamento,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

pelo respeito aos nossos visitantes e ao projeto que o nosso Governo, representado aqui por Simone Tebet e Márcio Macêdo, está apresentando.

Deputado Dorinaldo Malafaia, nosso Vice-Líder no Congresso Nacional, vamos ouvi-lo agora.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) - Obrigado, Presidente e Relator Deputado Bohn Gass. Fiquei muito feliz ao saber que V.Exa. está à frente dessa missão, pela sua sensibilidade social e seu grande senso de justiça social. Ter um Parlamentar com essas características na condução da peça orçamentária é muito importante para todos nós.

Parabenizo os agentes comunitários e os agentes de endemias neste dia importante. Eu não conheço uma categoria mais aguerrida do que os agentes comunitários e os agentes de endemias. É a que mais frequenta os corredores da Câmara e do Senado. Tive oportunidade de presidir o sindicato da saúde no Amapá durante 6 anos, e nós lutamos muito ao lado dos agentes de endemias para garantir, por meio da Emenda nº 51, a entrada de muitos servidores no quadro das Prefeituras. Essa foi uma luta muito importante. O Presidente Lula agora reconheceu os agentes de endemias como parte do Sistema Único de Saúde — isso não havia, não existia. Essa medida é muito importante, porque garante também a possibilidade de concurso público. É um avanço. Esses lutadores estão permanentemente nos corredores, nas Comissões, nos gabinetes, lutando pela sua dignidade. Eu queria parabenizá-los. Sou enfermeiro de profissão e quero parabenizá-los por essa luta permanente que a categoria tem feito.

Quero parabenizar também a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio por seu trabalho. Acompanhei o Ministro Márcio no Amapá e testemunhei o seu diferencial, que é ouvir a população. O que está se apresentando aqui nada mais é do que um exercício democrático muito forte que tinha sido abandonado.

Deputado Bohn Gass, faço questão de trazer um pequeno estudo sobre como foi o PPA anterior e como é este. É fundamental, primeiro, que a população esteja muito atenta para isso.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

O que é o PPA? Esse processo complexo de discussões orçamentárias é uma bula, é um guia, é uma bússola do Governo, porque diz exatamente o que nós queremos no final desta gestão e o que podemos fazer até o final dela. Eu imagino que o elemento principal deste PPA é trazer a população para debater, reforçando a democracia. Ao comparar o que foi feito anteriormente, no Governo anterior, no Governo passado, e o que é feito agora, a principal conclusão é que os elementos democráticos foram retirados do PPA anterior, ou seja, a democracia desapareceu do orçamento. Os elementos democráticos desapareceram do orçamento. Então, para se ter uma ideia disso, vou fazer uma breve comparação.

O que desapareceu? Houve esvaziamento dos programas pró-democracia na gestão do Bolsonaro. O recurso para "Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública" caiu de 213,2 milhões de reais previstos, em 2018, para zero. As ações do programa "Formulação e Desenvolvimento de Capacitação para Participação Social" também desapareceram, ou seja, a democracia foi a zero. O investimento na participação social saiu de 8,3 bilhões de reais para zero, de 2018 a 2020/2021. A estimativa de valores para o "Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo" saiu de 1,6 bilhões de reais, em 2018, e foi para zero. As ações do programa ficaram com menos dinheiro, porque a ação finalística saiu de 38,1 milhões para 14,2 milhões, de 2018 para 2021. "Estudos de Levantamentos Geocientíficos no IBGE", que é algo fundamental para entendermos o tamanho e as necessidades do povo brasileiro, para determinarmos o investimento a ser feito, saiu de 5,9 milhões para 1,4 milhões. "Gestão de Documentação e Disseminação de Informações no IBGE" caiu de 6,3 milhões para 1,3 milhões. "Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos", que é o investimento no servidor, saiu de 7,2 milhões para 4 milhões. Os valores previstos pela Presidência da República para "Comunicação para o Desenvolvimento e Inclusão à Democracia" caíram de 96,5 milhões em 2018 para 88,9 milhões em 2019, e depois chegou a zero. Esses são dados tirados dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Projetos de Lei Orçamentária Anual — PLOA de 2018, 2019, 2020, 2021. São dados.

Eu queria dizer com isso que nós temos uma diferença concreta, que é o restabelecimento de um espaço democrático ao ouvir a população. Isso é fundamental, porque a população é muito sábia. O Ministro Márcio nos mostrou aqui — olhe a sabedoria popular — que a primeira preocupação da população é o enfrentamento à emergência climática. Nós estamos vivendo um problema relacionado a isso lá na Amazônia, estamos vivendo a maior crise climática e seca que já vimos na região. A população há meses apontava nesse sentido. A população também aponta preocupação com a atenção primária e a atenção especializada.

Peço a V.Exas. que se concentrem em dois pontos específicos sobre a Amazônia. O primeiro é a necessidade de investimento para fortalecer a vacinação. O vírus sincicial respiratório acometeu muitas cidades na Amazônia, principalmente no Amapá, o que elevou o nível de mortalidade ao extremo. Então, o investimento nessa área é importante para todos nós. O outro ponto também tem a ver com crianças, principalmente na Amazônia: a malária. Nos debates sobre a Amazônia, pouco se fala sobre a malária. O investimento no combate à malária é em torno de 0,08% do total de recursos que vão para o SUS. Nós precisamos avaliar por que existe esse déficit tão grande. As pessoas ainda sofrem com a malária na Amazônia, principalmente as crianças. As crianças acometidas por malária têm mais dificuldade na aprendizagem, e essa situação é muito preocupante. Eu queria agregar esses pontos, para garantir investimento nessas áreas na peça orçamentária.

Muito obrigado e parabéns.

Esse é um PPA democrático. Quem votar contra ou quem reformular no sentido contrário estará votando contra a população, porque foi a população que disse para onde quer que vá o dinheiro, para onde quer que vá todos os investimentos. (*Palmas.*)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Dorinaldo Malafaia.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (Bloco/PT - MG) - Cumprimento o Deputado Bohn Gass, que é o Relator do orçamento nesta Comissão, e todos os meus colegas Deputados e Deputadas que estão participando da reunião.

Cumprimento também os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias presentes aqui, nessa luta, nessa reivindicação justa deles e delas, sobretudo, porque é uma categoria majoritariamente de mulheres. *(Manifestação na plateia.)*

Tanto a Ministra quanto o Ministro sabem que a nossa agenda de terças-feiras e quartas-feiras é intensa, mas fiz questão de estar presente para cumprimentar o Ministro Márcio Macêdo, que é nosso companheiro e colega, e a Ministra Simone Tebet, que é Senadora.

Tenho satisfação e alegria por ter acompanhado esse PPA participativo.

Ministra, eu sou da turma mais velha, do início do nosso partido, quando fazíamos, com muita força, o orçamento participativo nas cidades. Essa era uma bandeira do nosso partido, e V.Exa., que é política, sabe disso. Agora, vemos o nosso Governo Federal resgatar o PPA participativo, o orçamento participativo.

Acompanhei a plenária de Belo Horizonte, onde V.Exa. estava, e fiquei muito feliz de ver sua apresentação. V.Exa. falou com o coração sobre o pedido do Presidente Lula para construir uma proposta de participação popular que pudesse refletir no orçamento a vontade do povo brasileiro. E parece que quase 80% das propostas aprovadas do PPA vieram das plenárias, sejam presenciais, sejam *on-line*.

Então, eu queria parabenizar V.Exa. pelo trabalho, que é mais técnico, no Ministério do Planejamento, com a contribuição da Secretaria-Geral para a mobilização social. Fizeram uma dupla perfeita para garantir o orçamento com a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

participação popular, com a participação da sociedade brasileira em geral, refletindo a vontade do povo brasileiro.

Companheiro Deputado Bohn Gass, Ministra e Ministro Márcio, uma das nossas prioridades em Minas Gerais, no meu mandato, é a educação. Nós ainda temos uma dívida muito grande com o Estado. Nos primeiros Governos do Presidente Lula e no mandato da Dilma, conseguimos instituir alguns *campi* de universidades federais e de institutos federais, mas eles ainda precisam ser consolidados. Alguns *campi* precisam de sedes, quadras, restaurantes universitários, que ainda não foram construídos. Esse é o caso, por exemplo, em Teófilo Otoni, cujo *campus* busca sua emancipação. Em Governador Valadares, que é a minha cidade, existe um *campus* avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora, cidade que fica a 450 quilômetros. Valadares tem hoje quase 4 mil alunos e 10 cursos, mais do que muitas universidades, mas não tem uma sede, todos os prédios são alugados. A nossa bandeira é conseguir a emancipação do *campus* e a construção da sede, que foi iniciada no primeiro Governo do Presidente Lula e que durante esses anos todos ficou parada. Precisamos agora retomar essa sede. Nós estamos em contato com o Ministério da Educação, temos resultados positivos lá, com o Ministro Camilo e com a Secretária Profa. Denise, mas, com certeza, vamos precisar de recursos do orçamento.

Eu quero reforçar essa reivindicação, porque investir em educação é investir em uma das políticas públicas mais democráticas que existem. Quando a pessoa estuda, as condições se igualam. Sejam pobres, sejam ricos, se as pessoas estudam, as condições delas se igualam. Portanto, essa é uma política democrática.

Deputado Bohn Gass, reforço também a educação no campo, já que estamos na Frente Parlamentar Mista pela Educação do Campo. V.Exa. sabe muito bem como é importante investirmos na metodologia de alternância.

Quero deixar aqui esses pontos fundamentais para garantirmos recursos no orçamento do nosso Governo e no nosso próximo mandato.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Parabenizo V.Exas., Ministra Simone Tebet e Ministro Márcio Macêdo, pelo seu trabalho. V.Exas. podem contar conosco aqui no Parlamento e lá no Estado de Minas Gerais para implementar esse orçamento participativo no País, sobretudo em Minas Gerais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Leonardo Monteiro.

Nós recebemos da Secretaria duas inscrições: do Deputado Alencar Santana e da Deputada Marussa Boldrin. Se outro Deputado quiser se inscrever, pode dirigir-se à Secretaria.

Tem a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Sr. Presidente Bohn Gass, cumprimento e parabenizo V.Exa., que é Relator do PPA, por esta audiência pública.

Cumprimento também a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, e os parabenizo por essa construção coletiva social que fizeram, dialogando com o povo nos diferentes Estados.

Públicos diferentes trouxeram suas contribuições para que a peça do PPA pudesse ser apresentada a esta Casa. Ela é um retrato não de uma vontade, de um desejo especificamente da equipe de qualquer um dos Ministérios, mas expressa um pouco a vontade extraída dessas audiências. Eu acho que isso, sem dúvida, é um forte ganho para o Brasil, para este Governo que se inicia e para a sociedade como um todo, porque fortalece também o processo democrático e de construção de uma lei. Sem dúvida, essa lei servirá de baliza para os próximos 4 anos, mesmo que ela possa, eventualmente, ter algumas de suas metas alteradas por outra lei anual, que é a lei orçamentária. Acho que essa é uma importante inovação, porque dá maior dinamismo ao conceito do PPA. As equipes, o conjunto do Governo também já mostrou aquilo que deseja, aquilo que quer, a partir de programas novos e de alguns programas que foram relançados: a retomada de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

obras paradas, o PAC, o programa Minha Casa, Minha Vida, o programa Mais Médicos, na área da saúde, que vai, sem dúvida alguma, garantir atendimento a pequenas comunidades, regiões centrais e locais periféricos, e outros programas que foram relançados. Eles são importantes por quê? Porque vão permitir que algumas metas ao longo desse tempo possam ser cumpridas.

A Ministra disse muito bem que, além de ser uma peça que expressa uma vontade, estamos tratando de produzir algo lá na frente. Esse é o resultado que deve ser avaliado, seja com a ampliação do acesso à educação pública, seja com a redução do desemprego, que eu acho uma meta muito importante, porque mexe com a vida das pessoas, com o dia a dia do povo trabalhador, porque é um retrato de como a economia estará. E nós sabemos a importância disso.

O Deputado Leonardo falou da importância do ensino tecnológico dos institutos federais na vida de muitos estudantes e de muitas estudantes. Sem dúvida alguma, se conseguirmos ampliar essa rede e fazê-la chegar a tantos outros Municípios, será uma grande conquista para todos nós. Em relação à questão climática e à sustentabilidade do meio ambiente, há uma meta de reduzir o desmatamento, que o Governo já está cumprindo, e vamos avançar em outras políticas...

Já acabou meu tempo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Ainda não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Eu vi o zero na minha frente agora.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - V.Exa. já usou os 5 minutos

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não estava marcando. Eu vi o zero só agora e me perguntei: já?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Mas conclua o seu raciocínio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Enfim, precisamos avançar na questão ambiental e em tantas outras metas colocadas por esse processo participativo que V.Exas. acompanharam, Ministra Simone e Ministro Márcio Macêdo.

Isso demonstra também, no caso da Ministra do Planejamento, a transparência de um Governo que está dizendo: *"Eu quero fazer isso e chegar a isso. E quero que vocês me avaliem ao final do trabalho"*. Isso lança um desafio também a todos os Ministérios, a todas as equipes, para dizer que a meta está colocada e é preciso alcançá-la. Esse resultado tem que ser produzido. Ao mesmo tempo, isso permite que a sociedade cobre de uma maneira muito mais objetiva. Então, parabenizamos todos da equipe.

Acho que o Congresso pode fazer e está fazendo a sua parte. Hoje, se as leis que vão entrar na pauta forem aprovadas, daremos mais um sinal positivo para a sociedade brasileira. É uma medida justa, do ponto de vista tributário, mas que tem um efeito econômico muito grande no País, porque permite que as peças orçamentárias sejam cumpridas e, conseqüentemente, tenham seus resultados. Então, não tenho dúvida de que todos nós aqui estamos com esse espírito e vamos trabalhar dessa maneira.

Parabéns mais uma vez, Deputado Bohn Gass, Ministra Simone e Ministro Márcio Macêdo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Alencar Santana.

A Deputada Marussa Boldrin, de Goiás, está com a palavra.

A SRA. MARUSSA BOLDRIN (Bloco/MDB - GO) - Obrigada, Deputado. Quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e pela relatoria. Não é simples,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

não é fácil conduzir e mostrar a ideia de todos os Deputados e Senadores e do Governo.

Parabenizo a Ministra Simone Tebet. Tenho alegria em recebê-la novamente aqui na Câmara dos Deputados. Tenho um orgulho muito grande da sua liderança e da sua referência do nosso MDB, do qual faço parte e onde a senhora é uma grande referência. Fico feliz porque V.Exa. está despontando no Governo, porque é uma indicação do MDB que está fazendo sucesso junto do Governo do Presidente.

Ministro Márcio, obrigada pela presença. Tenho uma alegria muito grande em tê-lo conhecido recentemente. Eu já sabia da sua história e do seu comprometimento com o País. Queremos que o Brasil ande, caminhe, e agora com o PPA vamos dar encaminhamento a tudo isso.

Eu sou de Goiás, represento a agricultura, represento o agronegócio. Mas nós não estamos aqui apenas para um setor; estamos aqui para representar quem precisa em todo o Brasil e para mostrar para os outros países a importância do Brasil e a relevância da estrutura que nós temos aqui. Precisamos vender o nosso País cada vez melhor, mostrar o quanto nós somos competentes no que fazemos, graças à agricultura, à indústria, ao comércio. Para isso, o Governo deve dar encaminhamento para que cada um possa trabalhar. Se o Governo ajudar, nós sabemos que isso vai dar certo e nós teremos muito sucesso nos próximos anos.

Muito obrigada pela presença de todos vocês. Contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputada Marussa.

Eu vou passar a palavra para o último inscrito — que bom que ele está conosco —, que é o Deputado Márcio Correa.

O SR. MÁRCIO CORREA (Bloco/MDB - GO) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Cumprimento a Ministra Simone Tebet, do meu partido.

Eu quero ser muito breve e não desfocar muito o tema.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Esta semana se noticiou muito o relatório de gastos do Governo e o rombo fiscal que houve nos últimos 8 meses. Eu acho que isso já estava previsto no Arcabouço Fiscal, mas a situação gera preocupação e insegurança. Vemos metas ousadas do Ministro para o próximo ano, como déficit zero. Sabemos que as despesas são rígidas dentro dessa meta, que poucas despesas ali podem ser remanejadas. Qual que é o plano do Governo para tratar dos gastos públicos? O Ministro apresentou um plano de aumento de arrecadação, que eu acho muito ousado. Mas esse plano de déficit zero já traz uma certa segurança para o mercado. Porém, nós não observamos um plano para corte de gastos. Onde seria feito o corte de gastos? Já estão previstas reformas, como a reforma administrativa. Dentro desse plano, os economistas dizem que é necessário haver um contingenciamento de 50 bilhões.

Eu queria que, de forma sucinta, a senhora pudesse passar para nós onde está previsto o corte de gastos do Governo para que consigamos diminuir a dívida fiscal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Márcio Correa.

Nós encerramos assim as falas de todos os Parlamentares que se inscreveram, e passaremos a ouvir os Ministros.

Ministros, tirem a fichinha para decidir quem fala primeiro. *(Risos.)*

Quero deixar registrada a presença do nosso sempre colega Deputado Altenir, que está ajudando na articulação com o Governo.

Seja sempre bem-vindo à nossa Casa. É uma satisfação encontrá-lo aqui.

A Ministra está com a palavra para comentar as contribuições que foram feitas aqui ou para apresentar outro elemento que queira.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Agradeço a forma sempre gentil, calorosa e democrática com que sou recebida nesta Comissão,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

independentemente de partido. Eu agradeço imensamente. Essa será a quarta de muitas visitas que ainda farei este ano.

Eu gostaria de começar respondendo a Deputada Marussa Boldrin, que representa a bancada feminina da Câmara e que é do meu partido, ao lado do Deputado Márcio Correa. Agradeço muito a pergunta, que está relacionada à preocupação do Deputado Zé Neto com a qualidade dos gastos. Essa é a preocupação também do Deputado Odair Cunha, que falou de indicadores e metas visando a qualidade de gastos e de investimentos. Para haver investimento, é preciso gastar bem o recurso.

O Deputado Dorinaldo Malafaia trouxe a questão de cortes equivocados feitos na gestão passada, e citou o exemplo do IBGE. Eu estava como Senadora da República e vi o estrago feito. Não se colocou recurso necessário para se fazer aquilo que é a base de tudo. Sem dados, não se sabe que Brasil somos, quantos somos, onde vivemos, como moramos. O IBGE traz essas respostas todos os anos e faz, a cada 10 anos, o censo demográfico. Mas, se não temos absolutamente nada, não podemos falar de qualidade de gasto e de investimento. Ao contrário, vamos arrecadar muito e gastar mal.

Agradeço imensamente ao Deputado Márcio Correa e, antes de responder a pergunta mais objetiva feita por S.Exa., quero responder ao Deputado Leonardo Monteiro, em relação ao *campus* da sede de Minas Gerais, e ao Deputado Zé Neto, sobre o *campus* de Feira de Santana.

O PPA permite a execução de investimentos na educação, que foi o segundo tema mais votado pela população brasileira como principal demanda. A prioridade número um é erradicar a miséria, diminuir a pobreza e a desigualdade social, a segunda prioridade é a educação básica, e a terceira, a saúde. Aprovado este PPA, é possível que o Congresso, no seu direito democrático e constitucional de fazer o orçamento brasileiro, direcione recursos para essas áreas. Como disse o Ministro Márcio, o PPA participativo não briga com a atribuição do Congresso Nacional. Muito pelo contrário, ele dá embasamento ao Congresso Nacional,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Deputados e Senadores, para formular e aprovar o orçamento federal brasileiro e, inclusive, investir mais recursos na educação, na execução de *campus*.

Respondo a pergunta do Deputado Márcio em forma de súplica: peço que me ajudem. Todos falaram em qualidade de gastos. Todos falamos em qualidade de gastos, mas, na hora de definir o que cortar e como cortar, vem a grande dificuldade.

O Deputado Márcio Correa foi muito feliz quando falou que o orçamento está engessado. É preciso pagar servidor público, Previdência, os pisos constitucionais. Quando sobra, apenas 6%, 7%, 8% vão para despesas discricionárias. É muito dinheiro, mas não estou dizendo que é o suficiente. Não é, mas é um recurso significativo, se nós garantirmos a qualidade dos gastos.

Sáímos de uma pandemia muito machucados, com um *déficit* significativo. Nós aprovamos uma PEC que abriu espaço fiscal, no final do ano, de quase 170 bilhões de reais. Isso gerou um *déficit* para este ano de 2,3% do PIB brasileiro. O nosso objetivo é fechar este ano com metade desse *déficit*. Começamos o ano com déficit autorizado de 2,3% do PIB, o que daria algo em torno de 250 bilhões negativos... O valor correto é 240 bilhões. Desculpem, não os tenho de cabeça, mas é mais ou menos isso. Estamos tentando, ao máximo, fechar o déficit em 1,1%, 1,2%, ou seja, reduzi-lo pela metade neste ano, para cumprir a meta fiscal zero no ano que vem, com a banda de 0,25% negativo.

Essa é uma forma de, indiretamente, garantir qualidade do gasto, porque, se eu tenho que garantir meta, eu tenho que gastar bem o pouco que eu vou ter e direcioná-lo para as demandas que a população mais precisa; mas não é só isso — e V.Exa. tem toda a razão —, precisamos garantir a qualidade dos gastos. Já estamos avançando. Fizemos, pelo menos, três grupos de trabalho.

Na época do pagamento do Bolsa Família, lá atrás, ele representava mais ou menos 0,5% do PIB do Brasil. Hoje, ele representa três vezes isso. O problema não é gastar, porque este é um gasto necessário, não só porque alimenta as nossas crianças, as nossas famílias que passam fome, como também aquece a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

economia local, gera mais emprego e mais arrecadação. Porém, é preciso avaliar, neste CadÚnico, neste cadastro único, se quem está recebendo realmente o merece, se não é o caso, por exemplo, de um trabalhador que recebe 3, 4 salários mínimos; de um parente de Vereador; de quem o recebe porque conhece o Prefeito da cidade.

Dentro dessa ótica, há um grupo de trabalho no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social avaliando se aqueles unipessoais, aquelas pessoas que, sozinhas, ganham 600 reais, que foram inseridas lá atrás, em 2021, 2022, realmente são pessoas aptas. Isso porque houve um salto de unipessoais, de uma pessoa só, ganhando 600 reais.

(Desligamento do microfone.)

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Estou falando demais. O Márcio até já desligou o meu microfone.

Este é um número significativo. O Tribunal de Contas, salvo engano, avaliou-o em algo em torno de 3 milhões de famílias. Estamos avaliando isso.

A qualidade do gasto passa por corrigir erros e fraudes. Da mesma forma, há um grupo de trabalho para rever possíveis fraudes e erros no BPC, na aposentadoria de quem não tem direito à aposentadoria na Previdência — e não é pouca coisa. O Tribunal de Contas da União fala que, deste 1 trilhão da Previdência, poderíamos estar falando de 8% de erros ou fraudes.

Por fim, peço a ajuda das senhoras e dos senhores, de V.Exas., pois criamos, pela primeira vez na história, no nosso Ministério, uma secretaria de avaliação prévia, de avaliação de políticas públicas, de avaliação e monitoramento das políticas públicas no Brasil.

Vamos oferecer relatórios aos senhores a cada trimestre. Os senhores é quem decidem. V.Exas. têm o poder do voto, mas vamos mostrar aquilo que é eficiente e aquilo que não é eficiente.

Nós temos 400 bilhões de reais — estou falando números redondos; é um pouquinho mais ou um pouquinho menos — de renúncias fiscais, de benefícios





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

fiscais, todos os anos. O que é bom? O Super-SIMPLES? Sem dúvida nenhuma. O Bolsa Família? Sem dúvida nenhuma. Porém, quantas renúncias estamos fazendo, que não estão chegando lá na ponta, em forma de geração de emprego, de renda, de qualidade de vida?

Estamos fazendo esse tipo de levantamento. Temos um grupo de trabalho que tem 1 ano para apresentar esses relatórios para que, na vontade política nossa, do Governo e do Congresso Nacional, tomemos as decisões mais importantes para o Brasil. Não é fácil. É mais fácil até aumentar a arrecadação, de modo geral, e aprovar, inclusive, tributação — como está sendo votada agora a taxa de *offshores* —, do que propriamente cortar gastos.

Em um País tão pobre, esta não é uma decisão tão simples, mas precisamos ter coragem. E coragem não nos falta para fazer isso, porque sabemos que, na pior das hipóteses, não falamos nem de cortes de gastos, mas de melhorar a qualidade do gasto, de tirar de quem não merece e está recebendo de forma justa, para dar a quem precisa, se nós conseguirmos virar essa chave e garantir qualidade dos gastos públicos, nós teremos, sem dúvida nenhuma, um novo Brasil.

Então, é dessa forma que eu encerro, agradecendo muitíssimo a forma carinhosa como somos sempre recebidos pelo Relator. O PPA não poderia estar em melhores mãos, mãos tão democráticas, tão generosas, tão abertas ao diálogo, como é o caso do Deputado Bohn Gass. Que bom que, nesse período do segundo turno, nós estreitamos as relações, e eu fiz grandes amigos nessa eleição. Porque é isto, democracia significa dialogarmos com os diferentes e nos somarmos àquilo que nos une.

Antes de passar a palavra ao Ministro Márcio, eu quero dizer claramente que eu estou muito feliz de ver o Brasil indo para um momento de pacificação, tendo como exemplo esta audiência, independentemente de partido e da forma como fomos tratados. É disto que nós precisamos: unir o Brasil em torno daquilo que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

mais nos interessa, que é a população brasileira. Aquilo que nos une é infinitamente maior.

Quero muito dirigir a palavra especialmente aos mais novos. Tenho idade para ser mãe da Marussa ou a irmã muito mais velha. Quero dizer o seguinte, como quem tem mais de 30 anos de vida pública: neste momento, aquilo que nos une, independentemente de partido, é infinitamente maior do que aquilo que nos separa. (*Palmas.*)

O que nos une é o povo brasileiro. O que nos une é o combate à miséria, à desigualdade, à fome. O que nos une é ver um pai de família com carteira de trabalho e ter orgulho de dizer que sustenta a família com suor do seu trabalho.

É nesse sentido que eu me apresento aqui e passo a palavra ao nosso generoso Ministro Márcio Costa Macêdo.

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - A voz da Ministra Simone Tebet, das mulheres emponderadas, é tão potente, e veio com 61% da participação das mulheres no PPA, que eu nem percebi a indelicadeza acidental que cometi aqui ao desligar o som de S.Exa. Desculpe-me.

Eu quero agradecer, Deputado Bohn Gass, o convite. V.Exa. está tendo a tarefa agora de coordenar esse debate na Câmara dos Deputados, como Relator da Comissão Mista de Orçamento, do PPA, que é uma tarefa gigantesca. Eu quero agradecer-lhe o convite, pela possibilidade de debatermos e apresentarmos a peça do planejamento participativo na Casa do Povo do nosso País. Quero agradecer também a oportunidade que V.Exa. me deu de visitar a minha sempre Casa, onde eu tenho grandes amigos, a Casa do nosso povo, a Câmara dos Deputados.

Eu tenho muito orgulho de ter passado por aqui, ter tido dois mandatos de Deputado e ter contribuído como Parlamentar para o meu País. Então é sempre motivo de alegria estar aqui.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 46

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Quero agradecer aos Deputados e às Deputadas que passaram por este debate hoje. Quero cumprimentar e agradecer a qualidade das intervenções que aqui foram feitas, independentemente de qualquer matiz ideológica.

Eu quero cumprimentar e agradecer ao Deputado Vicentinho Júnior pela sua intervenção; aos Deputados Zé Neto, Odair Cunha, Icaro de Valmir, Dorinaldo Malafaia, que fez aqui um comparativo importante, que eu quero incorporar às minhas futuras apresentações do PPA Participativo. É muito importante o comparativo que S.Exa. fez aqui.

Quero cumprimentar o Deputado Leonardo Monteiro e agradecer ao Deputado Alencar Santana a intervenção. Quero cumprimentar a Deputada Marussa Boldrin, o Deputado Márcio Correa e a Deputada Maria do Rosário, que se incorpora a esta audiência.

Deputado Leonardo Monteiro, a educação foi um dos temas prioritários do PPA Participativo. O povo identificou a importância da educação na peça orçamentária para os próximos 4 anos.

Quero dizer ao Deputado Alencar Santana que o povo, na sua sabedoria, também elencou como prioridades emprego, renda, enfrentamento ao desemprego, citado por V.Exa. Essa construção foi coletiva e, por si só, é transparente pelo processo de participação intensa da sociedade brasileira.

Deputada Marussa Boldrin, eu sou um daqueles que não vejo nenhuma contradição entre agronegócio e agricultura familiar. O agronegócio é muito importante, fundamental para o PIB brasileiro, para a balança comercial favorável do nosso País, para colocar o Brasil no mundo, com exceção soberana. A agricultura familiar é responsável por levar 70% da comida às mesas dos brasileiros. Essa dicotomia é de um tempo que nós queremos nos esquecer, de intolerância, de ódio, de violência. Essa página tem que ser virada no Brasil. Agora, nós estamos escrevendo uma página de união, reconstrução, amor, prosperidade, respeito às divergências e tolerância. (*Palmas.*)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 47

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Este é o Brasil! O Brasil não é um país do ódio, tem a tradição de ordeiro, trabalhador, alegre, feliz, que faz o São João, o carnaval, o bumba meu boi, onde há futebol. O País não é de tristeza, de violência, de perseguição, de ódio, mas de alegria, de trabalho ordeiro e de uma gente generosa.

Eu quero finalizar com uma frase que eu disse, quando nós entregamos o PPA, do Presidente Lula, que marcou minha vida. Eu coordenei as caravanas do Presidente Lula pelo Brasil, num momento muito delicado da nossa história, especialmente de todos nós que estamos compondo o Governo democrático popular do País. O Presidente Lula, em uma dessas andanças, na estrada — eu não lembro exatamente onde, mas estávamos no Nordeste, rodando de ônibus o Brasil, por 30 dias —, disse que o coração sente e os olhos veem onde os pés pisam.

Nós pisamos o chão deste País. Eu, a Ministra Simone Tebet e a equipe, junto com o povo, vimos e sentimos as dores, as necessidades, os desejos, as vontades do nosso povo. Essa peça orçamentária que está na Câmara dos Deputados para a apreciação constitucional dos Deputados e das Deputadas, do nosso Congresso Nacional, que tem a prerrogativa fundamental de discutir, votar e aprovar, tem o retrato do Brasil, profundo, real, com os sabores, os saberes e os sotaques da nossa gente.

Bom trabalho a V.Exas!

A bola está com o Congresso Nacional. Façam um bom debate, cumpram o papel constitucional e saibam que aqui é um planejamento participativo do Governo do Presidente Lula, dos Governos Estaduais, das Prefeituras, dos movimentos sociais organizados e do povo do nosso País.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, pessoal.

Antes de encerrarmos, peço um minutinho para anunciar a presença do meu querido colega, sempre Deputado, que nos está dando assistência, Valadares Filho. Quero só saudar o Valtenir e o Valadares.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 48

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - Bohn Gass, V.Exa. me permite interromper?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu preciso só dar 1 minutinho à Deputada Maria do Rosário, para fazer uma mensagem final, mas, por favor.

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - Quero somente agradecer tanto ao Valadares Filho quanto ao Valtenir. Nós fomos Deputados juntos aqui. Valadares, agora na Assessoria Parlamentar da Secretaria-Geral, e Valtenir, lá na SRI — Secretaria de Relações Internacionais, foram fundamentais nesse processo que mobilizou os Parlamentares nos três níveis da Federação, no País inteiro, para fazer o debate conosco.

Então, obrigado, queridos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu fiz esse registro merecidamente porque eu vi o trabalho deles aqui.

Pessoal, a Deputada Maria do Rosário — falou-se muito de mulher — é uma mulher integrante da Mesa Diretora da Casa e está coordenando nesta semana um conjunto de eventos dos 35 anos, Ministra Simone Tebet e Ministro Márcio Macêdo, da nossa Constituição de 1988.

Então, com muita honra, passo a palavra a V.Exa. neste momento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Muito obrigada, meu colega, Deputado Elvino Bohn Gass, Relator do PPA. É um prazer imenso estar aqui. Muito obrigada mesmo.

Prezada Ministra Simone Tebet, Ministro Márcio Macêdo, colegas Parlamentares, com muita alegria, sentindo-me honrada, passo às mãos de vocês a edição atualizada da Constituição Federal, uma edição comemorativa aos 35 anos, que leva na capa o nosso querido Parlamentar Ulysses Guimarães, Presidente que denominou esta Constituição de Constituição Cidadã, porque ela conjuga, Ministro Márcio Macêdo, a dimensão da democracia representativa e participativa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 49

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Ela é fruto da sabedoria e da síntese de um País, de uma Nação que quis, desejou fortemente superar o tempo difícil, a noite difícil da ditadura e construir a democracia. E nessa democracia tem que ter lugar para as mulheres, tem que ter lugar para a participação, para as crianças, para os jovens, para todas as pessoas.

Então, neste momento, quando o Governo Federal implementa também uma forma participativa e que foi a todo o Brasil com o PPA Participativo, aqui da Câmara dos Deputados, nós queremos saudar, homenagear essa atitude, decisão política, para reafirmar que só pelo caminho da democracia é que o Brasil pode chegar ao desenvolvimento.

Eu tenho certeza de que, entregando nas mãos de vocês esta Constituição, que já tem 129 emendas, mas que não foi descaracterizada, porque os Constituintes e as Constituintes tiveram a sabedoria de nos legarem cláusulas pétreas, como o Estado Democrático de Direito, a paz, os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres, entre tantas outras questões, inclusive as previstas no art. 5º, como a inviolabilidade da pessoa humana, as garantias e direitos individuais, eu digo a vocês, com certeza, que hoje vocês são Ministros de um Governo democrático, que trata da Constituição com amor ao povo.

Tomara que, no próximo ano — já vai aqui uma ideia —, cada criança, através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, Ministra Simone, Ministro Márcio — tomara o Ministro Camilo nos escute —, possa receber junto com seus livros uma Constituição para chamar de sua — ela, sua família, todo o Brasil.

Ao contrário do que o 8 de Janeiro pretendeu, nós aqui reafirmamos, como instituições, que somos o 5 de outubro, o 5 de outubro de 1988 renovado agora.

Viva a democracia! Viva a Constituição!

Vou levar para V.Exas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado.

Pessoal, só um aviso agora para nós encerrarmos juntos aqui.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 50

CMO (Reunião, Audiência Pública)

04/10/2023

Ministros Simone e Márcio e colegas Deputados, esse PPA foi recheado com isso que V.Exas. ouviram. A bola está conosco aqui agora. E nós estamos recebendo muitas contribuições que já estão dentro desse processo aqui. Para encerrar, eu preciso dizer que nós vamos continuar aprofundando o assunto.

Eu quero convidar V.Exas. para as próximas reuniões, porque a aprovação que nós fizemos na CMO agora são de três audiências públicas para aprofundarmos cada um dos eixos. A primeira será sobre desenvolvimento social; diminuição das desigualdades; respeito aos direitos humanos. Nós vamos ter uma sessão específica sobre esse tema com especialistas, Ministros da área, sociedade civil, em outro momento. Depois, teremos outra audiência pública, já aprovada aqui nesta Comissão, sobre desenvolvimento econômico; geração de renda; emprego; trabalho — a neindustrialização neste País, como é que vai ser —; estabilidade; sustentabilidade, toda a geração de descarbonização, enfim, o processo de produção energética de que nós precisamos no País. Será o segundo o grande evento. A terceira será sobre democracia, reconstituição do Estado e soberania.

Então, nós vamos fazer realizar essas três audiências, além das outras que estamos fazendo, recebendo pessoas e entidades a todo momento para falarmos sobre o PPA. Será um grande trabalho nesses próximos 2 meses. Participem conosco e contribuam, porque, quando o Lula falou que o povo tem que estar no orçamento, e os ricos, no Imposto de Renda, Ministros, temos que ajudar e contribuir para que o povo tenha recursos e dinheiro para poder efetivar o que nós queremos para o nosso País.

Então, é esse o debate salutar que nós estamos fazendo.

Muito obrigado. Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente audiência. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para debater o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº28, de 2023, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”, especificamente sobre o Eixo 1: Desenvolvimento social e a garantia de direitos, em atendimento ao Requerimento n. 12/2023-CMO, de autoria do Deputado Bohn Gass (PT/RS), aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, ocorrida em 26/09/2023. Para isso, foram convidados representantes dos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde e da Marcha das Margaridas. Embora tenham sido convidados, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional encaminharam e-mail informando que, por incompatibilidade de agendas, não poderiam participar. Verificaram-se as presenças dos Deputados Titulares: Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Dilvanda Faro, João Carlos Bacelar, João Leão, Luciano Amaral, Marx Beltrão, Mauro Benevides Filho e Otoni de Paula; do Senador Titular Beto Faro; dos Deputados Suplentes: Átila Lira, Capitão Alden, Carlos Veras, Luciano Vieira, Luiz Gastão, Túlio Gadêlha e Weliton Prado; e dos Deputados Não Membros: Ana Pimentel, Messias Donato e Welter. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e oito minutos, foi iniciada a reunião sob a condução do Deputado Bohn Gass (PT/RS) que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorreria de forma semipresencial com parlamentares e palestrantes participando de forma presencial no plenário e virtualmente por meio da plataforma Zoom. Em seguida, apresentou a composição da Mesa onde estavam presentes o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira; a Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Leany Lemos e a Assessora Técnica do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Sra. Carmem Priscila Bocchi. Na sala virtual do zoom estavam o Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Sr. Arionaldo Bonfim Rosendo juntamente com a Coordenadora-Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento Orçamento do Ministério da Saúde, Sra. Cristiane Maria Simão Munhoz; a Secretária de Política Agrícola da CONTAG, Sra. Vânia Marques Pinto, representando a Marcha das Margaridas; o Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde, Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior. Após fazer algumas colocações sobre o Requerimento que originou a Audiência e sobre o PPA 2024-2027, o Deputado Bohn Gass lembrou a maneira que o projeto foi concebido a partir da coordenação e execução do Programa pela Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macedo, que já estiveram presentes na CMO nas últimas semanas para expor esse fato. Além disso, ressaltou que será um Plano acompanhado e supervisionado não só pelo Governo, mas também pela Sociedade Civil e Parlamento para avaliá-lo, melhorá-lo, aprimora-lo e ampliá-lo. Após introduzir o tema e citar os três eixos temáticos do plano que serão debatidos nas próximas semanas, o presidente em exercício, passou a palavra para o Ministro Paulo Teixeira que fez sua explanação sobre o tema, sobre agricultura familiar e informou, entre outras coisas, o principal objetivo de seu ministério, aumentar a produção de alimentos no Brasil, listando os programas existentes hoje para atingir esse objetivo. Posteriormente, passou a palavra para a Sra. Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira que complementou a fala do Ministro. A seguir, a palavra foi concedida aos representantes



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

do Ministério da Saúde, iniciando a fala com o Sr. Arinaldo Bonfim Rosendo que introduziu o tema relacionado ao Ministério da Saúde e em seguida permitiu que a Coordenadora-Geral de Planejamento do Ministério, Sra. Cristiane Munhoz, expusesse os principais programas do Ministério da Saúde, seus objetivos e atributos por meio de apresentação disponibilizada aos participantes. Após, a palavra foi concedida a Sra. Leany Lemos, Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil, que também, utilizando recurso multimídia, fez sua exposição sobre o tema, citando números e vantagens desse Plano Plurianual bem como os principais desafios. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. José Arimatéia de Oliveira do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome que fez sua apresentação citando as prioridades e desafios do MDS. Dando continuidade aos trabalhos o Deputado Bohn Gass passou a palavra para a Assessora Técnica do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Sra. Carmem Priscila Bocchi que fez um resgate histórico da participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no orçamento e no PPA bem como as necessidades e pontos críticos vividos pelo órgão. Citou também sobre o Programa 5133 do PPA – Programa de Segurança Alimentar e o Plano Brasil Sem Fome e o que se espera a partir do ano que vem: a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com a participação social. Em seguida, o presidente em exercício, passou a palavra para à Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola, representando a Marcha das Margaridas, as vozes das mulheres campo, que estão organizadas no Sistema CONTAG e, por fim, o Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde que finalizou o ciclo de apresentações do dia citando, entre outros assuntos, sobre a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde cujo resultado trouxe um amplo debate dentro do Conselho culminando na aprovação da Resolução n. 715/2023 que aponta os diretrizes para o PPA. Acrescentou dizendo que o Conselho Nacional de Saúde entende a importância do PPA Participativo e acredita que deva ser a entrada da sociedade brasileira na construção das demais leis orçamentárias. Em continuidade a reunião, após as explanações de todos os convidados, o presidente em exercício concedeu a palavra aos parlamentares presentes, dentre eles, os Deputados Welter (PT/PR), Túlio Gadêlha (REDE/PE) e, por fim, o Deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) teceram seus comentários sobre o tema. Em seguida o Deputado Bohn Gass passou a palavra para Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos que esclareceu os questionamentos dos Deputados Túlio Gadêlha e do Mauro Benevides Filho. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e quatro minutos, Deputado Bohn Gass, Presidente em exercício, agradeceu a presença de todos os convidados e parlamentares presentes encerrando a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputado Bohn Gass, Presidente em Exercício.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Declaro iniciada a 13ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2023/CMO, de minha autoria, aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26 e 27 de setembro, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, mais especificamente o eixo do desenvolvimento social e da garantia de direitos.

A Mesa já está composta. Tenho a satisfação de ter ao meu lado o nosso colega Deputado Paulo Teixeira, neste momento Ministro do Desenvolvimento Agrário do nosso Governo do Presidente Lula — muito obrigado pela sua presença neste debate —; a Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli — que bom você estar conosco na Mesa! —; a Sra. Leany Lemos, que é a pessoa que está na Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil; a Sra. Carmem Priscila Bocchi, Assessora Técnica do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA.

Contaremos ainda hoje com a participação virtual do Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde; da Sra. Cristiane Maria Simão Munhoz, Coordenadora-Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde; da Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da CONTAG, representando a Marcha das Margaridas; do Sr. José Arimateia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social, representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome — MDS; e do Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Eu quero informar que representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO também participaria deste debate, mas, em função do dia Mundial da Alimentação e da sua agenda na sede, em Roma, ficou impossibilitada tecnicamente a sua participação neste instante.

Eu quero agradecer a presença de todos, do pessoal da assessoria que nos acompanha, das entidades representadas, as quais vamos apresentar no decorrer do tempo, e dos Parlamentares que por aqui já passaram e vão retornar.

Eu vejo o Deputado Distrital Gabriel, que está ao fundo, que eu queria saudar — V.Exa. também pode participar conosco à frente das atividades.

Eu queria, Ministro e colegas de Mesa, falar do espírito da nossa audiência pública do dia de hoje. O planejamento voltou ao País. Voltou a existir Ministério do Planejamento, mas também planejamento. Quando fazemos o debate do PPA, é fundamentalmente isto o que se pensa: que Brasil nós precisamos estruturar para o próximo período? O período mais fixo é o de 2024 a 2027, que é o período do PPA, mas ele vai, obviamente, desencadear programas que vão ter continuidade não apenas em 4 anos.

Nós já fizemos aqui na Comissão Mista de Orçamento um debate com a presença dos dois Ministros que, pelo Presidente Lula, andaram pelo País e coordenaram a execução desse programa. Na reunião anterior estiveram presentes a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, que são os nossos dois Ministros que participaram do debate para falar do aspecto geral da organização, da participação, das temáticas elaboradas, das metas, do processo de elaboração de um plano que não só será lembrado daqui a 4 anos, mas também terá acompanhamento por parte do Governo, terá acompanhamento por parte da sociedade civil, terá mecanismos de transparência, terá participação do Parlamento. Esse plano terá o acompanhamento dessas três entidades para que possa ser avaliado, melhorado, aprimorado, ampliado. Esse é o nosso desejo.

Nós aprovamos também na Comissão Mista de Orçamento, já que o Governo os apresentou no Plano Plurianual, três eixos. Um é o eixo do desenvolvimento





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

social e combate às desigualdades, tema que nós vamos aprofundar hoje aqui. Não foi possível convidar todos os Ministérios e todas as áreas que têm a ver com isso, mas convidamos os três Ministérios mais diretamente interessados, que são o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — MDA, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, juntamente com as entidades da sociedade civil representadas aqui também.

No dia 24 ocorrerá a segunda audiência pública, sobre desenvolvimento econômico, que é o segundo eixo. O desenvolvimento econômico carrega a ideia de neindustrialização, de geração de renda, emprego e trabalho, de crescimento econômico. Aliás, sobre isso é muito importante que registremos a boa notícia que recebemos de ontem para hoje. Qual é? O Brasil volta a estar entre as dez economias do mundo. Isso significa, na análise interna, não só inflação controlada, mas também crescimento econômico. Todos achavam que, na melhor das hipóteses, o PIB cresceria 0,9%, ou seja, menos de 1%, mas já existe a possibilidade de ele crescer 3,2% — alguns analisam um crescimento de 3,3% — neste ano, graças a políticas acertadas e trabalhadas pelo nosso Governo Federal.

Estarmos entre as dez economias do mundo também é consequência, com certeza, de políticas afirmativas qualificadas, no sentido de um crescimento do Brasil, que precisa crescer para dialogar com o nosso tema de hoje, que é distribuição de renda. Não adianta só crescer. Precisamos distribuir a renda, e essa renda tem que chegar para o povo. Este é o debate que nós vamos fazer aqui: como vamos fazer chegar essa renda para a população?

O terceiro eixo é o tema da democracia, da reconstrução do Estado, da soberania do Brasil. Sobre esse tema haverá outra audiência, na terceira semana. Então, a cada semana nós faremos aqui na CMO uma audiência pública para aprofundar os eixos específicos desse PPA, o qual queremos mais participativo, dialogando com a realidade, acompanhado, para efetivamente ser implementado no próximo período do nosso País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Um bom debate a todos!

A sequência do nosso trabalho é ouvirmos em primeira mão o nosso querido Ministro Paulo Teixeira.

O SR. MINISTRO PAULO TEIXEIRA - Eu quero desejar um bom dia a todas e a todos e agradecer ao nosso querido Deputado Elvino Bohn Gass, que é o Relator do Plano Plurianual — PPA de 2024 a 2027.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares presentes, a Deputada Dilvanda Faro, o Deputado Luiz Gastão, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, o Deputado Weliton Prado, o Deputado Distrital Gabriel Magno; a representante do Ministério do Planejamento, Sra. Leany Lemos; a Sra. Carmem Bocchi, aqui presente, e venho acompanhado da Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli; do Diego, que é o nosso Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração — SPOA, e também da nossa assessoria na área parlamentar.

Eu quero agradecer o convite, primeiro, parabenizando a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, que visitaram 27 Unidades da Federação para ouvir as demandas do povo brasileiro para os Orçamentos de 2024, 2025, 2026 e 2027. Esse foi um trabalho riquíssimo de escuta e não se deu apenas presencialmente, mas também por meio digital, com votações que ocorreram em todo o território nacional.

O Ministério tem como objetivo aumentar a produção de alimentos no Brasil. Por que se fala em aumentar a produção de alimentos no Brasil? Nos últimos anos, houve aumento da produção de grãos no Brasil: milho e soja. Parte dessa produção está associada à produção de alimentos no Brasil, mas parte dessa produção está associada à exportação, conferindo ao País uma balança comercial favorável. Assim, a produção de grãos tem um papel econômico fundamental. Mas nós tivemos outro fenômeno na sociedade brasileira, que foi a diminuição da produção de alimentos para consumo do povo brasileiro. No Brasil, houve diminuição da produção de arroz, de feijão, de mandioca, de hortaliças, de legumes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

E o que aconteceu no Brasil? Houve a volta ao *Mapa da Fome*, segundo dados da FAO, e parte do País tem insegurança alimentar grave: estima-se que 20 milhões de brasileiros e brasileiras estejam vivendo em insegurança alimentar grave, mas 80 milhões também estão em insegurança alimentar, por se alimentarem mal, por terem mudado os seus costumes alimentares, talvez pela perda de renda ou pela pandemia, e passaram a se alimentar com ultraprocessados, embutidos, açucarados, bebidas açucaradas. Assim, o Brasil passou a ter problemas graves de saúde em razão da má alimentação do seu povo. Por isso a importância de se aumentar a produção de alimentos a serem colocados na mesa do povo, alimentos saudáveis, e de se recuperar, através de uma reeducação alimentar, a cultura alimentar do nosso povo.

Para isso, o Presidente Lula passou a distinguir a agricultura familiar, aquela que tem quatro módulos na sua propriedade e que tem imensa importância na produção desses alimentos que são da cultura alimentar do nosso povo. Por essa razão, ele criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — MDA e a ele associou o INCRA, a CONAB e a ANATER. A CEAGESP, de São Paulo, e a CEASA Minas Gerais são ambas responsáveis por 44% do abastecimento de alimentos no Brasil.

Cumprimento aqui novamente a Deputada Dilvanda Faro e o Senador Beto Faro, a quem agradeço o prestígio da presença.

Ao recriar esse Ministério, o Presidente Lula recriou e fortaleceu políticas públicas que haviam sido implementadas durante o seu primeiro e o seu segundo Governos e o primeiro e segundo Governos da Presidenta Dilma Rousseff, que foi interrompido por um golpe. Naquele momento, essas políticas ajudaram a tirar o Brasil do *Mapa da Fome*. E quais são essas políticas que foram fortalecidas ou recriadas durante este ano, nos 10 meses deste Governo do Presidente Lula? A primeira grande ação foi a de corrigir os valores da alimentação escolar. A correção esteve em torno de 40% do valor da merenda escolar por aluno, o que representou um aumento de 1,5 bilhão de reais para a alimentação escolar. E essa estratégia





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

para a alimentação escolar tem em vista a compra de alimentos na região — por isso é que 30% são da agricultura familiar —, de alimentos frescos e de qualidade para a alimentação das crianças brasileiras.

Além de colocar 1,5 bilhão de reais no Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Presidente Lula criou o Programa de Aquisição de Alimentos.

E neste ano, Leany, esse programa foi muito importante porque usou, para a seleção das famílias que participariam do PAA, o Cadastro Único. Ao utilizar o Cadastro Único, aconteceu uma coisa muito rica na sociedade brasileira: esse programa chegou aos mais pobres, e então passaram a vender para o PAA comunidades extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, programa de reforma agrária.

Houve uma mudança muito substancial, Deputado Bohn Gass, em relação ao PRONAF. O PRONAF tem uma incidência no Sul do Brasil, o que é muito bom, mas tem menor incidência relativa no Nordeste, no Centro-Oeste, no Norte e no Sudeste.

Já o PAA, Deputada Dilvanda, realiza agora uma compra muito substantiva no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul. Ele é mais a cara do Brasil nessa compra que foi feita. E assim o PAA estimula o agricultor familiar a produzir, porque ele tem certeza de que, se ele produzir, ele vende e ajuda a organizar a renda do agricultor familiar, para que ele produza uma diversidade de alimentos.

Eu falei que o agro tem 15 produtos no seu repertório, a agricultura familiar tem 400 produtos. Por essa razão, o PAA é muito virtuoso. No Orçamento do ano passado, havia 2 milhões de reais para o PAA, que é um valor irrisório. Na transição, conseguiu-se um orçamento de 500 milhões de reais para o PAA. Ontem, o Presidente Lula anunciou o valor de 250 milhões de reais a mais. Assim, o PAA terá, já neste ano de 2023, 750 milhões de reais. Esse programa tem a virtude de produzir alimentos, de produzir alimentos com diversidade, produzir alimentos saudáveis e doá-los às comunidades com insegurança alimentar.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Recentemente eu estive com o Governador do Amapá, o Clécio. O Governador do Amapá me trazia o problema da contaminação da mandioca no norte do Amapá, em virtude de um problema que houve na plantação de mandioca, que atingiu as comunidades indígenas que se alimentam com mandioca. E quem está oferecendo mandioca para essas comunidades do norte do Amapá? O PAA. É o PAA que compra mandioca em outras regiões, mesmo do Amapá, e manda para as comunidades indígenas do norte do Amapá. O PAA é um programa muito importante.

Eu estou falando isso porque depois eu vou dialogar com os Srs. e as Sras. Parlamentares. Aliás, o Senador Beto Faro é o Relator da área de agricultura no Orçamento de 2024. Eu quero fazer esse diálogo.

Se V.Exa. me permitir, vou desenvolver mais os programas, para voltar a esse diálogo do Orçamento de 2024.

O PAA é um programa muito virtuoso e voltou com força no Governo do Presidente Lula. Ele é um programa feminino, porque 70% das ofertas de produtos se deram por mulheres. Nos critérios que estão colocados, é de metade. No Nordeste, chegou a 75% de produtos ofertados por mulheres. Portanto, o PAA é um programa muito feminino.

Por essa razão, eu quero dialogar sobre o Orçamento 2024. O que está previsto no Orçamento de 2024 é um valor menor do que o previsto no Orçamento de 2023. Eu quero aproveitar aqui este momento de diálogo — sei que aqui estão as assessorias dos Parlamentares e das Parlamentares — para ver como nós conseguimos melhorar o valor no Orçamento de 2024 para o Programa de Aquisição de Alimentos.

O terceiro programa que o Presidente Lula instituiu foi o programa de compras institucionais. As Forças Armadas terão que comprar 30% da produção da agricultura familiar, assim como os hospitais universitários, os centros, os institutos federais. A Ministra Nísia me disse que vai estender essa exigência aos hospitais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

que recebem dinheiro do SUS. E assim nós vamos ter formado um sistema de compras públicas muito importante.

Bom, feita essa relação com o sistema de compras públicas, o nosso Governo também lançou um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. São 50 milhões de reais para as mulheres, para a agricultura produzida por mulheres. Agora, está soltando dois editais de agroecologia de 20 milhões de reais, um para o Norte e um para o Nordeste, de mais 40 milhões de reais, totalizando 90 milhões de reais, e transferimos para as empresas públicas de assistência técnica 30 milhões de reais, totalizando 120 milhões de reais.

Aí eu quero fazer uma reflexão que vai no Orçamento de 2024. Na minha opinião, há pobreza no campo, mesmo havendo posse da terra, por falta de assistência técnica. Nós temos tecnologia na EMBRAPA, temos tecnologia nas universidades, nos institutos federais, temos sistema de crédito, temos fomento, mas, muitas vezes, não temos assistência técnica que chegue a esse agricultor e não temos outro aspecto, que é o acesso ao mercado. Assim como desenvolvemos essas políticas de acesso ao mercado, é fundamental aumentar a assistência técnica e extensão rural.

Nós vamos realizar um seminário, no início de 2024, sobre assistência técnica e extensão rural. Esse sistema de assistência técnica e extensão rural foi desarticulado no Governo do então Presidente Fernando Collor de Mello. Ele desarticulou o sistema de assistência técnica e extensão rural. Precisamos repensá-lo, para fortalecê-lo nos termos do SUS, nos termos do sistema de educação — FUNDEB —, nos termos do sistema de habitação, nos termos do sistema de assistência social. Portanto, nós temos que fortalecer o sistema de assistência técnica no Brasil, e para isso precisamos de dinheiro. Parte desse dinheiro eu acho que tem que vir do orçamento. Mas nós temos que discutir recursos que estão sendo reservados em alguns lugares, que eu acho deveriam ser redistribuídos para a assistência técnica do pequeno agricultor.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Por isso, eu queria trazer esse tema aqui, porque também o valor no Orçamento para assistência técnica e extensão rural não responde a essa necessidade de universalização do sistema de assistência técnica e extensão rural.

Bom, além do sistema de compra e de assistência técnica e extensão rural, nós voltamos a demarcar terras de quilombos e a dar créditos aos quilombolas. Mas todos os senhores e as senhoras sabem que a demarcação de terras de quilombos requer recurso, isso é, não basta demarcar. No caso da pessoa que esteja com a titularidade da terra, para ter os seus títulos, ela tem que pagar. E assim precisa de recurso para pagar, mas nós voltamos ao programa de demarcação de terras remanescentes de quilombos. Vamos fazer uma entrega substantiva no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Retomamos o Plano Safra da Agricultura Familiar — PRONAF, com valor recorde, 77,7 bilhões de reais, e tem muitas novidades, está cheio de novidades. Primeiro, os juros para quem produz alimentos é menor nesse plano safra; segundo, há um PRONAF para as mulheres; terceiro, há um PRONAF agroecologia com juros de 3%. E aumentou o valor do microcrédito para a reforma agrária, aumentou o valor para as comunidades indígenas, para os quilombolas. O PRONAF microcrédito, que antes podia ser só de uma família, hoje pode ser desdobrado entre a mulher e o homem, que podem pegar dois financiamentos, somando-se os seus financiamentos.

Qual é o problema disso? O problema disso são as regras bancárias. O agricultor, se fosse bem de vida, teria parentes que pudessem dar garantias no lugar dele. Mas ele não tem o que dar em garantias.

Por que o microcrédito funciona bem, Senador Beto e Deputada Dilvanda, na Região Nordeste? Por causa do Fundo Constitucional do Nordeste. Mas deveria agora funcionar, nós deveríamos estender o microcrédito para o Norte, porque há o fundo constitucional.

Nós temos que garantir que o Fundo Constitucional do Norte e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste provisionem dinheiro para garantir o microcrédito.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O que acontece hoje é que esses fundos constitucionais do Norte e do Centro-Oeste todos vão para grandes empresas e para a grande agricultura, o que é bom. Mas tem que tirar uma parte para a pequena agricultura e o agricultor familiar.

Por isso, nós estamos em debate dentro do Governo para que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste provisione um recurso para assegurar e garantir o PRONAF. Se isso acontecer, o PRONAF vai melhorar.

No Norte e no Centro-Oeste, na minha opinião — quem sou eu para dar conselho aqui —, o BASA deveria usar a mesma metodologia que o BNB usa, que o Banco do Nordeste usa para aplicar o microcrédito no Nordeste. O microcrédito é um sucesso no Nordeste. Eu não entendo por que ele não é um sucesso no Norte e não é um sucesso no Centro-Oeste.

Acho, Deputada Dilvanda e Senador Beto Faro, que V.Exas. deveriam entrar nesse debate. Nós vamos chamar os bancos, vamos chamar os fundos. Já temos uma reunião prevista para dizer: *"Olha, nós temos que estender ao Norte e ao Centro-Oeste os mesmos privilégios, as mesmas garantias que existem no Nordeste"*.

Para os senhores, qual é o lugar onde há mais assentamentos no Brasil, quais são os Estados de maior quantidade de assentamentos? O Pará e o Maranhão. Acho que isso teria uma repercussão muito grande. Acho também que o BASA e o Banco do Brasil deveriam fazer correspondentes financeiros, correspondentes bancários para desconcentrar a atenção ao agricultor e haver mecanismos digitais para atender o agricultor, para ele não precisar ir àquela região onde ele está.

Por isso, é um tema que eu quero trazer aqui, que é o tema do Plano Safra da Agricultura Familiar. Mas nós já conseguimos aumentar o investimento no Nordeste nesse balanço que temos do Plano Safra.

É uma alegria cumprimentar o Deputado Alencar Santana, que está como Vice-Líder do Governo.

Deputado João Leão, também quero agradecer a sua presença.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Quanto ao Plano Safra da Agricultura Familiar, nosso desafio, então, é: um, distribuir melhor o dinheiro no território nacional; dois, fazer com que esse recurso regue a base da agricultura, que são os pequenos agricultores.

Além do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Presidente Lula relançou o Programa Mais Alimentos.

Nós queremos agora, nós vamos dar posse ao Conselho do Programa Mais Alimentos de Produção de Máquinas.

Eu estou levando três desafios para a produção de máquinas no Brasil. O primeiro é para colher açaí. O segundo é para quebrar coco do babaçu. Não só o coco do babaçu, mas também a macaúba. Há outros produtos que precisam de quebradeiras. O terceiro é para quem trabalha com camarão. Normalmente, são mulheres que trabalham dentro da água para a limpeza do camarão. Por isso, nós precisamos desenvolver máquinas mais apropriadas à agricultura familiar.

O Mais Alimentos foi um programa lançado pelo Presidente Lula. Agora, nós estamos dando posse ao grupo gestor desse programa, para ver como as empresas desenvolvem mais máquinas adequadas à pequena propriedade, já que nós temos máquinas muito modernas, adequadas à grande propriedade, mas temos poucas máquinas adequadas à pequena propriedade.

Lançamos dois outros programas.

No Programa de Reforma Agrária, também nós conseguimos um aumento de valor para o INCRA, mas muito aquém do tamanho do desafio da reforma agrária no Brasil, muito aquém do tamanho do desafio.

Lançamos o Programa Quintais Produtivos, 90 mil quintais produtivos, que engloba produções de pequeno porte, voltado para as mulheres, para a produção de alimentos.

Eu estive no Rio de Janeiro, Fernanda, na EMBRAPA Agrobiologia, como eles a chamam.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Na EMBRAPA Agrobiologia, Elvino, eles têm um modelo de quintal produtivo que dá uma renda de 6 mil reais para a família naquele pequeno quintal produtivo. Quem toca esse programa é uma pessoa que você conhece, a Conceição Dantas.

Foram esses os programas lançados para aumentar a produção de alimentos e ao mesmo tempo aumentar a diversidade desses alimentos; e fazer uma transição de uma agricultura de base química para uma agricultura de base biológica, fazer uma transição ecológica ambiental na agricultura, para nós termos uma maior produção de produtos orgânicos e agroecológicos. Esse é o grande desafio também.

Por isso, estou aqui com a Deputada Dilvanda e com o Senador Beto. Nós estamos lançando agora um programa de florestas produtivas, de agroflorestas voltadas ao Brasil. Nós vamos começar pelo Norte, vamos começar pelo Estado em que eles estão.

Eu já pedi uma agenda com o Governador do Pará para discutir o sistema agroflorestal e florestas produtivas. Hoje, a produção de açaí, de castanha, de cacau, de guaraná, de cupuaçu é muito mais rentável do que a pecuária extensiva e a produção de soja naquelas regiões.

Assim, nós temos a proposta de uma agricultura restaurativa capaz de recompor a função climática daquele bioma amazônico para o mundo. Estou pedindo agora uma reunião na Casa Civil e estamos desenvolvendo um sistema de irrigação com energia solar fotovoltaica.

Eu percebi, Deputado Alencar e Deputado João Leão, que hoje no Brasil quem paga energia cara são os mais pobres. É um sistema regressivo. Os ricos saíram para o mercado livre. A classe média saiu para a energia solar fotovoltaica. Os pobres ficaram no sistema nacional, pagando uma fortuna pela energia.

Eu fui ao Amapá. Lá, a D. Sebastiana, que devia ter a minha idade, mas aparentava ser muito mais velha, me disse: *"Meu filho, quando é que vocês vão conseguir trazer água para eu plantar?"* Ai eu falei dessa ideia do sistema solar fotovoltaico com irrigação. Ela falou assim: *"Se eu tiver isso, eu vou ser uma mulher*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

feliz". Eu acho que nós temos que fazê-la uma mulher feliz. Então, esse é outro programa que está em curso.

Nós temos que lançar um programa para termos uma agroindústria mais forte. No Brasil, você vai encontrar muita agroindústria familiar. No Centro-Oeste, você vai encontrar uma agroindústria familiar importante, assim como no Nordeste, no Norte, enfim, no Brasil inteiro, mas é preciso orçamento para a agroindústria.

Quando houve a regulamentação do tema de cooperativas no Brasil, foi criado um fundo garantidor para as grandes cooperativas, mas não foi criado um fundo garantidor para as pequenas e microcooperativas. É por isso que não temos um sistema cooperativado mais forte no Brasil, como existe na Itália, e de agroindústrias, como há na Europa. Nós poderíamos ter esse sistema, porque o povo brasileiro, gente, sabe fazer tão bem ou melhor do que outros povos.

Eu cumprimento o nobre Deputado Bacelar, baiano, aqui presente na nossa reunião.

Por essa razão, eu descrevi um pouco os nossos programas. Eles estão todos no PAA. Mas eu estou querendo aproveitar esta oportunidade para pedir para os Parlamentares nos ajudarem no Orçamento de 2024.

Quanto ao Orçamento de 2024, eu vou citar uma tabela comparativa aqui para as senhoras e para os senhores. O orçamento do MDA, em 2010, era de 6 bilhões; em 2014, 5 bilhões; em 2023, 1 bilhão, com o custeio junto e somando MDA, INCRA e CONAB. Agora, em 2023, é de 1.200 bilhão. Em 2024, foi para 1.400 bilhão, pelo PLOA. Está muito longe daqueles 6 bilhões lá de 2010.

Por isso eu sempre olho aqui para a Leany Lemos, do Ministério do Planejamento, e olho para os Srs. Parlamentares. Eu queria ver se cada bancada poderia providenciar uma reunião conosco. Eu vou até pedir para o Alencar fazer uma reunião da bancada de São Paulo em geral e da nossa bancada, para nós discutirmos orçamento, e da bancada do Pará.

Nós estamos tentando pedir uma força para os Srs. Parlamentares. Em que os Parlamentares poderiam apor recursos? Primeiro, no PAA, para aumentarmos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

os recursos para o PAA. Segundo, para aumentar os recursos para a reforma agrária. Terceiro, para aumentar recursos para a agroindústria. Quarto, para aumentar os recursos para máquinas. Quinto, para aumentar os recursos em cobertura de celular. Não vai ficar jovem no campo se não houver cobertura de celular. Nós temos que fazer é incentivar esse jovem a estudar, para que ele volte e ajude a modernizar a administração e a gestão da propriedade familiar e fazer a sucessão da propriedade familiar.

Então, nós queremos agradecer ao ilustre Deputado Bohn Gass.

Eu pedi para o Núcleo Agrário e para a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar para realizarmos um café da manhã amanhã. Eu voltarei aqui amanhã para pedirmos essa força para V.Exas. Eu queria ver se a Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli gostaria de complementar as questões.

Senador Beto Faro, as nossas esperanças residem no seu relatório. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sr. Ministro Paulo Teixeira, pela excelente apresentação dos desafios para o próximo ano e para o próximo período, porque vão estar ligados.

Antes de passar a palavra para a Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli, anuncio que o Senador precisa ir à reunião da CPI das ONGs. Eu achei que era outra CPI, porque hoje será lido o relatório da CPMI do 8 de Janeiro.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Quero cumprimentar o Deputado Elvino Bohn Gass, sempre muito comprometido com a pauta da agricultura e da agricultura familiar. Participamos juntos, em todos os nossos mandatos como Deputados, da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Agora, S.Exa. continua atuando. Cumprimento o nosso Ministro Paulo Teixeira, todos os representantes dos demais órgãos e os nossos Parlamentares aqui presentes.

Como já começou a CPI, terei que sair. Eu tenho que estar lá na CPI das ONGs. Eu não poderia deixar de vir, primeiro porque o nosso Estado representa muito na pauta do MDA. Nós temos mais de 200 mil assentados da reforma agrária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Só na nossa Superintendência 01 — eu fui superintendente lá atrás, nesse tempo bom, Ministro, quando o orçamento era de 6 bilhões —, em Belém, tem 102 mil famílias assentadas, em RBs registradas dentro das áreas. Há áreas para serem retomadas. Há áreas novas para a criação de novos assentamentos, com modalidades diversas de assentamentos. Não é só um modelo.

Nós temos lá uma base importante nas ilhas, que são áreas preservadas. Hoje, são as áreas mais preservadas, inclusive. As pessoas moram quase que em cima da água e não têm água tratada para poder tomar, para poder suprir suas necessidades.

Uma das questões que nós temos que trabalhar muito, na minha avaliação, naquela região toda do Marajó, do Baixo Tocantins, na região toda ali, é a questão do tratamento de água. Como investir nisso?

Eu sei hoje da necessidade, até porque nós acompanhamos. Uma coisa para mim hoje no INCRA que está ligada à sua Pasta é essa reestruturação dos órgãos. Eles estão muito pequenos diante da demanda de trabalho. Eu fui superintendente quando tínhamos 450 funcionários, servidores, na Superintendência de Belém.

Voltando agora — não sei como é que conseguiram fazer, num espaço tão curto de tempo, um negócio desse —, nós temos 120. E dos 120 temos uns 40 que chegaram à idade da aposentadoria. Então, estão ali precisando inclusive de uma motivação para poder continuar. E é gente que não dá mais conta de se mobilizar para ir às regiões. Então, há uma deficiência até para elaborar um projeto, para acompanhar um projeto.

Até porque hoje eu acho que, na nossa condição, num Estado como o nosso, há possibilidade de buscar recursos para dentro dos assentamentos, para a agricultura familiar, até fora do MDA, em outros órgãos do Governo. Mas tem que haver uma equipe capaz de elaborar um projeto, de acompanhar um projeto. E isso o INCRA e o MDA no Estado podem ajudar e muito nessa articulação.

Então, acho que há uma questão que é de reestruturação e outra que é de grana mesmo. Não dá para imaginar o INCRA com 20 milhões de reais em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

infraestrutura para fazer política no Brasil inteiro. O que nós temos de recursos no INCRA ou no MDA para fazer infraestrutura dentro dos assentamentos é muitas vezes menor do que o valor de uma ponte que se faz para ligar uma cidade à outra, um Município a outro. Então, dentro do Governo, mesmo com uma carência, nós temos que olhar para esse segmento com uma diferença.

Eu queria muito estar na relatoria. Eu sou Relator Setorial de Educação e Cultura. Essa foi a que eu pedi, mas não me deram essa daí. Não achando que a de educação não é importante. É importante. Lá nós vamos fazer... Eu sou da Educação e Cultura. A Deputada Dilvanda é Relatora Setorial de Direitos Humanos e Mulheres. Mas nós vamos dialogar. Eu coordeno a bancada do Estado. Então, vamos dialogar com a bancada.

Eu acho que inclusive no Estado dá para pensar em uma reunião geral da bancada. Mas já conhecemos ali quem tem relação com a base rural e quem topa aportar dinheiro na área rural. Então, daqui a pouco, uma reunião aqui com todo mundo, mas uma reunião lá no seu gabinete com aqueles com quem sabemos que têm coragem de aportar o dinheiro para irmos lá fazer uma conversa e acertar essas questões.

Eu queria saudar isso. Eu sei que você tem sido uma pessoa que tem recebido muito bem. É orientação do Governo, todo mundo tem recebido, mas você tem feito uma deferência muito importante, especial para nós do Estado. Já foi em todas as regiões do nosso Estado. Já ficou em agenda em Belém 3 ou 4 dias seguidos conosco. Ajudou-nos inclusive na articulação com organismos como o Banco da Amazônia, por exemplo.

Aqui tem que haver um debate muito claro. O Banco da Amazônia não mudou ainda, em minha avaliação. Nós ainda não conseguimos mudar. Mudou o Governo, mas ainda não conseguimos a prática, a ação. Mesmo tendo mudado já parte da direção, mas a prática... Pegamos lá uma região onde a agricultura familiar, percentualmente, deve ser uma das maiores do Brasil, hoje as pessoas que têm acesso ao PRONAF não chegam a 10%. Os agricultores familiares daquela região





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

não chegam a 10%. Nós temos 10,3 bilhões de recursos do FNO disponibilizados — esse é o orçamento do Banco da Amazônia —, e o que está disponível para a agricultura familiar, *a priori*, para esse programa todo, são 600 milhões de reais.

Eu queria inclusive que se disponibilizasse pelo menos na proporção do Plano Safra para o agronegócio e para a agricultura familiar: 70 não, mas 5 vezes mais para a agricultura. Fazendo pelo menos nessa proporção, já dobraríamos o dinheiro para poder fazer o da agricultura familiar. Eu acho que essa tem que ser uma conversa de todo o Governo, para poder acertar esse procedimento com as garantias e com as ações que o FNE faz no Nordeste. É importante ressaltar isto aqui, que o FNE sempre fez isso. Mas precisamos de apoio, de suporte.

Quero agradecer inclusive as intervenções que o senhor tem feito para nos ajudar nessa articulação na região. Na minha avaliação, o MDA está de parabéns pelo trabalho que vem fazendo com os poucos recursos que tem. Isso tem criado uma expectativa muito grande. Para nós do Estado, há uma expectativa muito grande. Estamos nos segurando neste ano e dizendo o seguinte: neste ano, nós estamos trabalhando com o orçamento que não foi deste Governo e uma série de coisas. No ano que vem, não dá mais para poder viver com isso. No ano que vem, nós temos que iniciar o ano já com ações e com programas, sob pena de criar uma frustração muito grande com o nosso Governo Federal e com o novo MDA.

Obrigado.

O SR. MINISTRO PAULO TEIXEIRA - Eu queria cumprimentar o Deputado Elton Welter, do PT do Paraná, e o sempre Deputado Luiz Alberto, da Bahia, que está aqui também. Agradeço-lhe a presença.

Peço licença — não sei se alguém gostaria de falar mais —, mas eu pedi para a Fernanda ficar. Eu tenho um compromisso com o Ministro da Agricultura e peço licença para ir, porque já estou atrasado para fazer essa reunião com ele.

Muito obrigado, Deputado Elvino Bohn Gass. Muito obrigado a todas e todos. Nossa Secretária Fernanda, sempre com muita competência, vai poder ajudar aqui no desenvolvimento desta reunião.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Perfeito.

Nós agradecemos a presença do Ministro e saudamos os colegas que já foram citados aqui. Ao fundo, vejo também o Deputado Luciano Amaral, que também está presente.

Eu passo, então, a palavra para a Fernanda Machiaveli.

Eu te agradeço, Ministro Paulo Teixeira. Boas atividades lá no Ministério! Seguimos com as nossas reuniões e articulações aqui, internamente.

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA - Obrigada.

Bom dia a todas, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Elvino Bohn Gass, que é um grande defensor da agricultura familiar e um parceiro muito importante do Ministério do Desenvolvimento Agrário desde a sua fundação. Quero cumprimentar os Deputados e as Deputadas aqui presentes, os assessores, as assessoras e os representantes da sociedade civil que também estão aqui acompanhando este debate tão importante, que é o debate sobre o PPA — Plano Plurianual.

Cumprimento a Secretária Leany Lemos, que nos liderou no Poder Executivo, na elaboração desse projeto de lei que foi enviado ao Congresso, e a colega Carmem, da equipe do CONSEA, também liderado pela grande Elisabetta Recine, que tem feito todo um processo de elaboração das políticas para a segurança alimentar e nutricional do nosso País.

Eu quero só complementar explicando exatamente o que está dentro do PPA para o MDA. Acho que é importante os Deputados e as Deputadas saberem que agora, Deputado Elvino, nós estamos enviando nesse PL três programas que se referem à agricultura familiar.

No passado, no último PPA, não houve nenhum programa que tratasse da agricultura familiar especificamente. Agora nós vamos ter um programa que se chama Agricultura Familiar e Agroecologia. Esse programa foi o oitavo mais votado na votação que ocorreu, de forma ampla na sociedade, sobre as prioridades. Esse





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

é o programa que concentra as políticas para o desenvolvimento produtivo da agricultura familiar.

Acho também importante dizer a todos que hoje são quase 4 milhões de estabelecimentos rurais da agricultura familiar no País. Isso significa que 77% dos estabelecimentos rurais que existem no Brasil todo são da agricultura familiar, um contingente muito grande da população. São 4 milhões de estabelecimentos. É importante dizer também que 44% deles estão no CadÚnico, ou seja, estão em situação de pobreza.

Então, nós também temos que ter um conjunto de políticas para inclusão produtiva dos agricultores familiares, políticas que incluam os assentados da reforma agrária, os quilombolas, os indígenas, as mulheres rurais, a juventude rural, os povos e comunidades tradicionais de forma mais ampla. Nesse programa, vai estar todo o conjunto dos objetivos específicos que se referem às políticas de fortalecimento da produção, que é o Crédito Rural, o Garantia-Safra, a ATER, formação de agentes ATER, todo o processo de transição agroecológica, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, o objetivo de ampliar a capacidade produtiva da agricultura familiar por meio de máquinas e implementos agrícolas, além de promover a autonomia econômica das mulheres rurais.

Nós temos um segundo programa inédito — eu acho que também precisamos reforçá-lo —, que é de abastecimento e soberania alimentar. Aqui, sim, nós vamos ter, pela primeira vez, uma política de abastecimento alimentar no nosso País. E os objetivos específicos refletem essa estratégia mais ampla de pensar o abastecimento alimentar de uma forma conectada, pensando a CONAB, a CEAGESP, a CEASAMINAS e todas as CEASAS estaduais com os estabelecimentos de abastecimento popular, como sacolões, enfim, todos esses que levam os alimentos para as nossas periferias urbanas, onde a fome assola a nossa população.

Por fim, nós temos um programa que será retomado agora, que é o Programa de Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais. Reforma agrária e titulação de quilombolas eram temas interditados no último período, e nós voltamos a falar disso de uma forma estruturada.

Dentro do PPA, nós temos os objetivos específicos de organizar políticas públicas, reestruturar o INCRA, para que possamos voltar a assentar famílias que estão em situação de pobreza, dando terra e condições para que possam produzir alimentos saudáveis para a nossa população do campo e da cidade. Ali também vai haver toda a estratégia de assentamentos de famílias, estruturação desses assentamentos, promoção do acesso aos territórios e sistemas produtivos, educação no campo e retomada do PRONERA.

Então, dentro do Plano Plurianual, no que se refere à agricultura familiar, esses são os nossos objetivos amplos. Há esses três programas e, dentro deles, objetivos específicos. Internamente, nós já estabelecemos as metas. Temos metas para cada uma dessas ações, metas que se estabelecem para os próximos 4 anos. Para alcançá-las, sem dúvida, nós vamos precisar da colaboração do Congresso para garantir um orçamento robusto para a agricultura familiar, para a reforma agrária e para a área de abastecimento alimentar.

Acho que esses eram os pontos mais relevantes para destacar aqui, Deputado Elvino Bohn Gass, no que se refere ao PPA da agricultura familiar.

Agradeço a oportunidade de dialogar aqui na Câmara.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos, Secretária-Executiva Fernanda. Com certeza, aqui vai ter esse acompanhamento.

Na sequência, nós vamos ouvir o Ministério da Saúde. Depois passarei a palavra para a Leany, porque esse tema de metas, indicadores e acompanhamento é uma inovação.

Eu estou acompanhando a CMO. Como os colegas Deputados sabem, há anos sempre acompanhamos isso na CMO. De fato, essa é uma dedicação especial em que nós vamos aprofundar logo à frente, com a fala da Leany.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Eu vou chamar agora, para participar de forma virtual, o Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, e a Sra. Cristiane Maria Simão Munhoz, Coordenadora-Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, que representarão esse Ministério, que tem muito a ver com o desenvolvimento social.

Lembro que nós estamos no eixo do desenvolvimento social. Então, escolhemos aqui três Ministérios para aprofundar no tema. Há outros que interagem por causa dos aspectos da transfuncionalidade, que são fundamentais, mas com certeza é necessário ouvirmos o Ministério da Saúde.

Sr. Arionaldo, a palavra está com você.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu queria só verificar se todos estão nos ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Estamos ouvindo bem. Esteja à vontade para usar os próximos 10 minutos.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO - Está certo.

Eu queria cumprimentar, na pessoa do Sr. Deputado Bohn Gass, todos os Parlamentares presentes e, na pessoa do Ministro Paulo Teixeira, cumprimentar todas as pessoas que estão representando o Poder Executivo nesta audiência pública, que trata de algo tão importante do ponto de vista nosso: o eixo do desenvolvimento social e a garantia de direitos. Quero também cumprimentar os membros dos conselhos de representação das diversas classes sociais que estão aqui também presentes conosco.

Eu vou fazer uma breve introdução e depois passar a palavra à Dra. Cristiane para fazer uma apresentação também breve, devido ao tempo estabelecido para esta audiência, sobre o PPA do Ministério da Saúde.

Já entrando na questão do PPA, quero dizer que ele é construído a partir do arcabouço legal da Constituição Federal, mas não podemos deixar de citar, no âmbito da saúde, que é de suma importância também, a construção do Plano





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Nacional de Saúde, ambos instrumentos de planejamento de médio prazo, que são norteados a partir de processos de escutas municipais, estaduais, até chegarem à esfera federal.

Estou me referindo às Conferências Nacionais de Saúde, que são estabelecidas de 4 em 4 anos. Este ano aconteceu do dia 2 ao dia 5 de julho de 2023. São essas conferências que apresentam as diretrizes ao Ministério da Saúde para que sejam construídos esses instrumentos de planejamento a que eu referi, o PPA e o Plano Nacional de Saúde.

Não poderia também deixar de citar que, no PPA, utilizamos a metodologia estabelecida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Quero, inclusive, cumprimentar a Dra. Leany Lemos, que está aqui presente, que é a pessoa que nos orientou na construção desse instrumento.

Antes de passar a palavra para a Sra. Cristiane, queria só acrescentar algo que diz respeito à dificuldade que o Ministério da Saúde terá, por esses próximos 4 anos, para dar concretude ao Plano Plurianual e Plano Nacional de Saúde. Está previsto na Lei nº 8.080, de 1990, que é a nossa Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, que a saúde deverá ser desenvolvida, custeada, financiada e executada por três esferas de Governo: o Município inicialmente, que é quem executa as ações de saúde; na ausência do Município, o Estado e, na ausência de ambos, a esfera federal, o Ministério da Saúde. A dificuldade à que me refiro diz respeito às metas estabelecidas no Plano Plurianual, no Plano Nacional de Saúde, em que todas elas têm que ser levadas ao conhecimento das duas outras instâncias, estaduais e municipais, através do processo tripartite, que vai, então, induzir a realizar aquilo que nós estamos prevendo nesses dois instrumentos de trabalho.

Então, não fica apenas a responsabilidade de o Ministério da Saúde realizar. O Ministério precisa convencer Estados e Municípios de que aquelas metas previstas são as mais adequadas para o enfrentamento da saúde nos próximos 4 anos a que ele se refere.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Eram essas as palavras iniciais que eu queria passar para os senhores, para dar um entendimento. Fizemos uma apresentação bastante extensa sobre o PPA, que está à disposição dos senhores nos arquivos da audiência pública, mas nós vamos restringir e apresentar um resumo da questão do PPA da Saúde, para que todos tenham uma ideia inicial do PPA da Saúde. Mas, tendo a necessidade de se ampliar esse conhecimento, todo o material estará à disposição, como eu disse, na CMO. Nós o enviamos na última sexta-feira da semana passada.

Agradeço a possibilidade de estar participando deste evento, representando o Ministério da Saúde, e já passo, então, a palavra para a Sra. Cristiane Munhoz, que é a pessoa responsável pela área de planejamento do Ministério da Saúde.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Exmos. Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, muito bom dia.

Eu vou ser mais objetiva e bastante breve na nossa apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sou Coordenadora-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde e a Coordenação-Geral do Planejamento, que, entre outras atividades, coordena o processo de elaboração do PPA, dentro do Ministério da Saúde, obviamente sob a liderança do Ministério do Planejamento e Orçamento, que conduz todo o processo de forma geral.

Nós utilizamos bastante a referência do próprio Ministério do Planejamento e Orçamento, nessa imagem que nós usamos bastante internamente aqui, trazendo a estrutura do PPA 2024-2027, dividida em duas dimensões: a dimensão estratégica e a dimensão tática. A dimensão estratégica é validada, em termos estratégicos realmente, com visão de futuro, diretrizes, eixos e objetivos, e as camadas legal e gerencial dentro da direção tática...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Cristiane, só está aparecendo a tela inicial aqui. Eu não sei se você passou o eslaide adiante, se já está passando outros eslaides.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Eu já passei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Vou voltar. Foi agora?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Não, só está o eslaide inicial: PPA 2024-2027.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Vou tentar compartilhar novamente para vermos se conseguimos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Você precisa compartilhar a sua tela pelo programa técnico.

Agora estamos vendo.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - A segunda lâmina já está aparecendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Sim. Peço que utilize os 10 minutos. Desse modo, poderá colaborar conosco.

Obrigado.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Então, vou ser breve.

Em termos de contextualização, essas são as principais datas do Ministério. Desde março, houve uma mobilização no dia 2, que foi coordenada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. O Ministério da Saúde teve a sua primeira oficina no dia 26 de abril, quando definimos os programas e os objetivos dos programas. No segundo ciclo de oficinas, em junho, nós discutimos cada programa. Então, nós tivemos uma oficina por programa. Foram sete oficinas. A seguir, nós seguimos com a captação dentro do Sistema de Informações, que, é claro, são validações internas, sempre e ao mesmo tempo observando as informações e discussões feitas no âmbito do PPA Participativo, que foram os canais de participação social pela Plataforma Brasil Participativo. As plenárias, também, foram feitas nos 27 Estados, e os Fóruns Interconselhos, todas as discussões e informações feitas nesse âmbito foram refletidas no Ministério da Saúde. Além disso, nós observamos a inclusão dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que foram todos traduzidos como entregas dentro do PPA do Ministério da Saúde.

De forma geral, eu vou falar sobre cada programa, que são sete.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O primeiro deles trata da Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde, em que trazemos objetivos e entregas voltados para medicamentos e insumos estratégicos, acesso a serviços farmacêuticos.

Temos o programa de Atenção Especializada à Saúde, que trata da oferta e do acesso a ações e serviços de atenção especializada. Trazemos a rede de urgência e emergência, o SAMU, a parte de câncer, enfim, todo o detalhamento do restante do material que nós disponibilizamos a todos.

O programa de Atenção Primária à Saúde, que traz a cobertura da estratégia de saúde da família e de saúde bucal como foco, também se traduz entre entregas, indicadores e objetivos.

Temos o programa de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde, que trata do desenvolvimento científico e tecnológico da produção, inovação e avaliação em saúde.

O programa de Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde traz a saúde digital para dentro da discussão e das metas entregues do Ministério, além de gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde.

No programa Saúde Indígena, temos ações e serviços de saúde e saneamento ambiental.

Por fim, temos o programa de Vigilância em Saúde e Ambiente, que tem como objetivo reduzir e controlar as doenças e agravos passíveis de prevenção e controle.

Trabalhamos com um total de 7 programas, que tratam de 39 objetivos específicos, 191 entregas, 230 indicadores e 40 medidas institucionais e normativas — todas, dentro desses 7 programas —, além de termos também 2 programas multissetoriais. Compartilhamos entregas com outros Ministérios. O programa de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome é do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, e o programa nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua é do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Era isso.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Dra. Cristiane e Dr. Arinaldo pela presença e participação, representando o Ministério da Saúde, no debate sobre o PPA e o desenvolvimento social.

Nós seguimos agora com a Sra. Leany Lemos, que tem nos acompanhado e interagido com a nossa Comissão Mista de Orçamento e na coordenação por parte do Planejamento. Exatamente o que eu estava destacando aqui era a questão dos indicadores, porque nós queremos, no próximo período, diminuir a desigualdade, tirar o Brasil do Mapa da Fome, manter o SUS atendendo as pessoas, criar de fato condições para elaborar políticas públicas que tenham metas, que tenham a cada ano recursos e que tenham um mecanismo de acompanhamento da sociedade, do Governo e do Parlamento.

Eu estou passando a palavra para a Sra. Leany Lemos para exatamente falar dessa construção que foi feita dentro do Governo.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, nosso Relator, Deputado Bohn Gass, que, antes mesmo do encaminhamento da matéria para o Congresso, tem sido um grande parceiro no diálogo para que possamos ter a melhor peça de planejamento possível para o monitoramento nos próximos anos e o alcance dos objetivos que foram construídos aqui.

Eu gosto muito, Deputado, desse modelo de audiência, porque ouvimos quem realmente fez. Quero cumprimentar também a equipe — não que nossa equipe não tenha feito; fez muito. Nossa equipe está aqui presente hoje também — uma parte, aqui; uma parte, em casa. Nós coordenamos o trabalho, nós induzimos um processo, nós fazemos provocações, mas a política pública é desenhada na ponta. Com o esforço de coordenação dos 37 Ministérios e de suas vinculadas, nós fizemos 125 oficinas. Eu agradeço muito aqui à Cristiane, do Ministério da Saúde, porque ela relembrou todo um processo que foi feito desde março deste ano. Houve 125 oficinas, mais de 4,4 mil servidores envolvidos, 716 horas de oficinas, fora todo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

o trabalho que foi feito internamente nos Ministérios, fora todo o trabalho, todas as reuniões bilaterais que também foram feitas entre a nossa equipe e as equipes dos Ministérios.

Então, Deputado, de um lado, esse é o resultado de um esforço do Governo no primeiro semestre que teve como foco o desenhar dessas políticas públicas para alcançar os resultados, as transformações necessárias e, de outro lado, um esforço também muito intenso, muito grande de participação.

O Deputado lembrou muito bem a presença do Ministro Márcio Macedo. Eu vejo a equipe do Ministro Márcio Macedo aqui presente. Quero cumprimentar aqui o Bira, que vai levar um abraço para o Secretário Renato Simões e para o Ministro Márcio Macedo, porque nós trabalhamos muito intensamente ao longo desses meses para que tivéssemos a peça, o PPA, com quase 800 páginas, com muito orgulho nosso e muito orgulho de muita gente na Esplanada, gente que está trabalhando para que essas transformações de fato aconteçam.

Eu não sei se a apresentação já está disponível, se ela já pode ser colocada.

Eu queria chamar a atenção de todos para alguns pontos básicos, porque eu acho importante ouvirmos aqui o que cada Ministério presente e a sociedade civil têm a dizer a respeito do tema.

(Segue-se exibição de imagens.)

Chamo a atenção de todos para alguns pontos iniciais.

Primeiro, nós temos o marco de reconstrução. Nós nos diferenciamos de outros planos, de outros planejamentos. Estamos em um processo de reconstrução do País, de retomada de políticas públicas, de aceleração de políticas públicas, de estabelecimento de prioridades, que são muito diferentes e que são uma ruptura, em certo sentido, com o que aconteceu nos últimos anos. Na capacidade de planejamento, isso é muito verdadeiro. Então, tomamos esse plano plurianual como um plano de reconstrução.

Ele também é um guia de ações do Governo para os próximos anos. Os orçamentos anuais, como dispõe a nossa Constituição, são relevantes, são





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

essenciais para a alocação de recursos, mas a despesa sem uma orientação, sem uma diretriz e sem clareza do que vai ser realizado não traz eficiência e não traz resultados. Então, é muito importante que tenhamos uma visão de futuro, que tenhamos diretrizes claras, valores claros, os nossos eixos, onde se apoiaram todos os programas do PPA. Os 88 programas estão vinculados a objetivos estratégicos, com indicadores-chave e metas nacionais. Isso é uma inovação desse PPA. Nós estamos trazendo uma prática adotada por mais de 18 países, que são os indicadores-chaves. São 69 indicadores-chaves na camada estratégica. A partir disso, há todo um desdobramento dos programas, com seus indicadores e metas também, até o nível gerencial de entrega.

Então, isso é muito importante. Os indicadores-chaves vão nos guiar nos próximos 4 anos e certamente nos anos posteriores, porque há alguns desafios, como, por exemplo, o desafio de emissão de gases, o das metas de descarbonização do País, que consta no Acordo de Paris, para 2050. Ainda vai ter que haver mais alguns PPAs para isso acontecer. Reforço o esforço interno e externo do que aconteceu.

Nós gostamos de olhar o PPA como uma carta de desejos, como uma transformação daqueles desejos que estão num plano de Governo, que estão nas falas do Presidente, que estão na mensagem presidencial encaminhada ao Congresso no primeiro discurso do Presidente, que estão em mais de 20 documentos de planejamento internacionais e nacionais, que estão nas entrevistas que os Ministros fizeram. O Ministro Paulo Teixeira deu entrevista falando sobre legados e os grandes gargalos e legados que ele espera deixar no seu Ministério. Então, há todo um esforço coletivo.

O PPA tem oito anexos. Apresento aqui um pouco da complexidade do trabalho. O Anexo I trata da dimensão estratégica. É a primeira vez que temos dimensão estratégica na lei. Isso é muito importante, porque nós nos ancoramos no que é mais estratégico e mais operacional, embora o que seja operacional também venha na lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O Anexo II trata do sumário executivo de informações macroeconômicas e fiscais. Então, toda e qualquer informação macroeconômica e fiscal, que antes ficava dispersa na peça do PPA, hoje está concentrada. Qual é o cenário macroeconômico? Quais são as metas? Quanto tem por programa? Aqui na frente há uma lâmina demonstrando o PPA. Nós estamos falando de 13,3 trilhões reais para 4 anos — e não é o Orçamento. O Orçamento ainda inclui dívida, encargos. Então, aqui é só o finalístico: 13,3 trilhões reais, sendo que 3,9 trilhões reais são de não orçamentário. Parte daquilo de que vocês estavam falando aqui, por exemplo, é crédito — crédito é não orçamentário. Nós temos, também nos anexos, o detalhamento de informações de subsídio creditício, subsídio tributário e crédito. Esse Anexo II é um sumário.

No Anexo III, nós trazemos os programas finalísticos. Trata-se do PPA clássico: toda a parte tática, em que temos os indicadores e metas de cada Ministério e também a macro-orçamentação do programa — cada programa e cada Ministério. Obviamente, no PPA, falamos sempre com relação ao programa.

Outra novidade são as transversalidades e as prioridades. Então, nós extraímos do total do que é o Plano Plurianual um extrato, um anexo que traz as prioridades, o detalhamento de objetivos, metas, indicadores das prioridades. Nós temos seis prioridades. Mais à frente vou falar um pouco delas, bem como das transversalidades, que também são formas de priorizar. Trata-se de um olhar diferente sobre temas complexos, que exigem mais do que um setorial trabalhando sobre ele. Nós trouxemos isso também. É a primeira vez que temos transversalidade na lei do PPA.

Além disso, nós temos o anexo de investimentos plurianuais e o anexo de investimento das estatais. Isso é uma inovação das estatais. Além disso, acompanha a exposição de motivos da Ministra a mensagem presidencial. Nós ficamos muito emocionados no Palácio, Deputado, porque foi muito bonito o Presidente Lula falar sobre o plano, sobre a retomada do planejamento e sobre a qualidade que os Ministérios imprimiram a essa peça, que envolveu alma e coração,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

músculo e cérebro. Eles colocaram todas as suas energias para que pudéssemos ter essa trilha dos próximos anos. Há também, o que é muito importante, um relatório de participação social no PPA, construído com a Secretaria-Geral da Presidência, que fala de todo o processo de consulta e de incorporação.

A Ministra já apresentou essa lâmina. Ela traz um resumo. É uma apresentação também bem grande, com muito detalhamento, que vai ficar à disposição da Comissão. Ela diz quais são os objetivos estratégicos e quais são os eixos. Eu não vou detalhar muito, porque, além de tudo, é cansativo, mas eu acho que vale a pena vocês que estão aqui presentes ou que estão nos acompanhando pela Internet olharem, depois, essa apresentação que está no *site* da Comissão, porque ela está detalhada.

Portanto, nós temos 7 indicadores-chave nacionais e metas para explicitar a visão de futuro; 7 valores; 13 diretrizes; 3 eixos temáticos, que as audiências públicas vão atender; 35 objetivos estratégicos; 62 indicadores — por isso são 69 nessa camada estratégica —; e 88 programas, que trazem 464 objetivos com indicadores e metas.

Todo o PPA tem metas e indicadores na camada estratégica, na camada tática e também na camada gerencial, que não vêm na lei, mas ficarão disponíveis e abertos para consulta.

Nós temos 13,3 trilhões, distribuídos entre recursos orçamentários e não orçamentários, como eu disse.

Aqui temos uma previsão de futuro. Depois vocês podem olhar os gráficos.

Tivemos uma ampla participação social. Foram mais de 4 milhões de acessos; 1 milhão e 500 mil votos; mais de 1 milhão e 400 mil participantes e mais de 8 mil propostas apresentadas, das quais as 20 mais votadas por Ministério foram encaminhadas e analisadas, uma a uma, dentro de uma matriz, e o que não pôde ser incorporado foi justificado. Nós tivemos a incorporação de 76% daquilo que foi encaminhado aos Ministérios.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

A visão de futuro que consta no nosso PPA é a visão de um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades. E tudo isso vai se traduzir, então, nesses programas, nesses objetivos específicos, em todas as entregas relacionadas.

Numa inovação importante, que são os indicadores-chave nacionais, trabalhamos com o sistema de banda das metas. Nós trabalhamos muito com o IPEA. Aliás, as parcerias foram muito importantes, Deputado. Nós tivemos o IPEA como nosso parceiro, especialmente na camada estratégica, nas oficinas. Também tivemos como parceiros a ENAP, o BID, o CAF, que nos apoiaram. Sozinhos não fazemos nada. Foi um esforço realmente muito grande.

E aqui estão os eixos com os principais desafios que nós temos e que são endereçados, que são tratados pelos programas. No Eixo 1 estão os temas correlatos à desigualdade social, à igualdade de direito e ao fortalecimento de direitos.

No Eixo 1, nós temos 13 objetivos estratégicos, 31 indicadores-chave e metas, 41 programas e 211 objetivos específicos, tendo, cada um deles, indicadores e metas.

Eu não vou ler os 31 indicadores-chave, mas eles tratam de insegurança alimentar, cobertura e qualidade da educação, cobertura e qualidade da saúde, transversalidades, direitos pluriétnicos, direitos das mulheres, igualdade racial, povos indígenas. Toda a parte de garantia de direitos, redução de desigualdades sociais e desenvolvimento social estão nesses objetivos estratégicos. E todos os 31 indicadores-chave e metas estão descritos com as suas bandas também. Dos 88 programas, 41 deles estão relacionados com esse primeiro eixo. Nós temos um PPA que tem um forte apelo, uma forte atuação na área social.

Para finalizar, eu gostaria de trazer aqui as agendas transversais e as prioridades, que também estão muito conectadas com o Eixo 1.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

As nossas agendas transversais tratam de mulheres, crianças e adolescentes, igualdade racial, povos indígenas e agenda ambiental. Se vocês olharem o anexo de transversalidade, vocês vão ver todos os indicadores, todos os objetivos que estão relacionados a cada um desses temas.

Também, nas prioridades, alguns temas tiveram forte votação na plataforma digital, como combate à fome e redução das desigualdades, que foi a sexto; saúde, com atenção primária e atenção especializada; educação básica, que foi a nona mais votado, mas foi o tema número 1 das propostas apresentadas; o Novo PAC e a neoindustrialização, que são temas de centro de Governo, que foram colocados como relevantes também pela Casa Civil, pelo centro de Governo; e combate ao desmatamento e enfrentamento de mudança climática. O enfrentamento de mudança climática foi o programa mais votado na plataforma.

Essas prioridades se comunicam muito fortemente também com o Eixo 1, principalmente combate à fome, desigualdades, educação básica e saúde.

O restante da apresentação traz exemplos de cada uma dessas agendas transversais e como elas estão espelhadas no PPA, com suas metas para os 4 anos. Criança e adolescente também é uma meta que comunica muito com esse primeiro eixo e também é uma agenda transversal. Esse material de consulta pode ficar para vocês.

No Eixo 2, vamos trazer um pouco mais de detalhamento sobre a questão climática, ambiental e neoindustrialização.

Eu queria agradecer mais uma vez, Deputado, e parabenizar todos os presentes aqui que trabalharam muitíssimo para que tivéssemos um planejamento e agora o desafio da implementação dessa transformação.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Agradeço à Sra. Leany.

Já fiz referência ao Bira, que está aqui. O Renato Simões não pôde participar hoje, mas está aqui representado pela Secretaria-Geral de Governo, que, junto com o Ministério do Planejamento, coordenou este trabalho.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Já saudamos o Deputado Welter, o Deputado Túlio Gadêlha, que também está presente — obrigado.

Nós teremos mais quatro falas. Depois, nós vamos abrir a palavra para as manifestações dos nobres Parlamentares.

Na sequência, passo a palavra para o Sr. José Arimateia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Tem a palavra o Sr. José Arimateia de Oliveira.

O SR. JOSÉ ARIMATEIA DE OLIVEIRA - Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham de forma virtual e presencial.

Primeiro, quero pedir desculpas por não estar aí presencialmente. Estamos cumprindo agenda aqui no Amazonas devido às questões de emergência e calamidade por que estamos passando aqui na Região Amazônica. E o Ministério também está presente dando suporte aos entes federados, aos Municípios e ao próprio Estado do Amazonas.

Quero aqui cumprimentar todos os Deputados, na pessoa do nosso requerente, o Deputado Bohn Gass. Cumprimento os nossos colegas de Ministério, e aí eu abraço a todos, a partir da nossa querida Secretária Leany Lemos. Cumprimento a sociedade civil, na pessoa da Vânia Pinto, que representa a Marcha das Margaridas, que também faz parte do processo construtivo desse instrumento de planejamento, que é o PPA.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social deu suas contribuições essenciais para esse processo de reconstrução do nosso processo de governabilidade, de democracia; de reconstrução das características básicas do próprio Sistema Único de Assistência Social, que, nos últimos 6 anos, teve diversos problemas, diversas desconstruções a partir da ótica do desfinanciamento público, do desinvestimento público. Tivemos uma redução de mais 168% no orçamento da Política Nacional de Assistencial Social, o que nos afetou drasticamente. Como resultado inevitável, tivemos o aumento da fome, da desigualdade e a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

descaracterização da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, ainda mais com o problema de sucateamento por parte do Governo Federal nas gestões anteriores. E nós temos um papel estratégico nesse processo de reconstrução do Sistema Único de Assistência Social, porém num pilar muito maior, com a segurança alimentar, o Programa Bolsa Família, a qualificação do Cadastro Único, dos dados que estão lá à disposição da sociedade brasileira, a inclusão socioprodutiva, o cuidado com a família em suas diversas dimensões e atribuições que ali estão postas como princípios dentro do nosso Ministério.

E quero dizer que há uma estrutura macro, a partir dessa conceituação, dentro do PPA, que é esse instrumento que vai nos nortear, para que, nos próximos 4 anos, tenhamos um processo de desenvolvimento social a partir do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, do processo de redistribuição de renda, que é o Programa Bolsa Família, da qualificação e melhoria do Cadastro Único.

Precisamos fazer uma ressalva. Nos últimos 4 anos, o Cadastro Único teve diversos formatos, o que o fez ter uma fragilidade. Assim, estamos buscando, a partir do PROCAD-SUAS, que é um programa emergencial efetivado pelo nosso Ministro Wellington Dias e pelo nosso Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão, estabelecer um regramento para que possamos requalificar as informações do Cadastro Único, o processo de busca ativa, para reconhecer onde estão as fragilidades dentro dos territórios, dos Municípios. É claro que isso nos dará o apoio e o suporte necessários para que possamos retomar a requalificação do Cadastro Único, a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social e também, como prioridade, o processo de segurança alimentar e combate à fome.

Então, esses são os pilares principais que estão elencados dentro do PPA, a partir da ótica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. E é claro que, dentro desse efetivo planejamento, para os nossos próximos 4 anos, também temos alguns desafios prioritários.

O primeiro deles é a recomposição do orçamento. O orçamento da Política Nacional de Assistência Social, que mantém o Sistema Único de Assistência Social





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

funcionando, é ainda um orçamento discricionário, é totalmente diferente. Apesar de ser uma política extremamente essencial, o SUAS ainda não é uma política com orçamento obrigatório, como educação e saúde. E nós temos um déficit orçamentário de mais de 68%. No nosso último orçamento, de 2016, antes do golpe, nós tínhamos aproximadamente 4 bilhões de reais para o Sistema Único de Assistência Social. O último orçamento, de 2022, foi de 900 milhões de reais. Nós tivemos uma perda de mais de 3 bilhões de reais para a manutenção do Sistema Único de Assistência Social. Então, nós temos um grande desafio.

A perspectiva para o PLOA 2023 era de apenas 66 milhões reais, mas é claro que houve uma articulação política, e nós conseguimos chegar ao orçamento de 2 bilhões de reais no discricionário para a manutenção do Sistema Único de Assistência Social. Porém, hoje, pela necessidade e complexidade do País, em função dos retrocessos que encontramos neste Governo e dos desafios que temos para superar essas questões, precisamos minimamente de 8 bilhões de reais para a manutenção do Sistema Único de Assistência Social, que é qualificação de rede, ampliação de vagas dos atendimentos da alta e média complexidade dentro da assistência social, atendimento de acompanhamento das famílias, busca ativa para a qualificação profissional dessas pessoas que são acompanhadas pelo Sistema Único de Assistência Social. Nessa perspectiva, embora esteja no nosso planejamento, nós vamos precisar muito do Parlamento nesse processo de recomposição do nosso orçamento.

Nós temos hoje uma PEC que garante 1% da Receita Corrente Líquida para serviços e gestão do Sistema Único de Assistência Social, mas ela está parada. Ela pode entrar, a qualquer momento, em votação. A aprovação dela daria estabilidade ao processo de financiamento do Sistema Único de Assistência Social; alavancaria o processo de retomada de reconstrução desse sistema; faria com que tivéssemos conectividade com a diminuição das desigualdades sociais — esse é o nosso grande papel, nosso grande desafio para os próximos 4 anos; contribuiria para o processo de reconexão com a sociedade brasileira. Tivemos um grande problema





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

nos últimos anos, a falta de conectividade com a população e com os entes federados. Houve uma quebra do pacto federativo, e, a partir desse PPA e do processo de retomada de reconstrução do SUAS, começamos a nos reconectar com os entes federados na perspectiva de fortalecer esses pilares, seja da redistribuição e qualificação do Programa Bolsa Família, seja do Cadastro Único, fortalecido para acesso aos diversos programas do Governo Federal. O Cadastro Único é uma porta, uma ferramenta essencial para a qualificação de dados e o reconhecimento dos territórios da nossa população para o combate à fome — é preciso reconhecer onde estão os bolsões da fome. Então, temos essas dimensões. E é claro que isso visa a garantir proteção social para todo o território brasileiro.

Nós temos essas prioridades e também o desafio de termos um orçamento condizente com a realidade das nossas atividades e daquilo que está planejado para o nosso PPA, para conseguirmos atingir todas as metas postas. Então, são diversos os desafios, mas nós precisamos visualizar que nós passamos 6 anos de lacuna, de desconstrução das políticas públicas, de aumento da pobreza, de aumento da fome, da insegurança alimentar. Com isso, temos um desafio, que é requalificar o Sistema Único de Assistência Social, para que possa dar o maior suporte a quem realmente necessita do Sistema Único de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social nas suas perspectivas e naquilo que está posto no desenho institucional para o plano plurianual do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

No mais, colocamo-nos à disposição, tanto o Fundo Nacional de Assistência Social como a Secretaria Nacional de Assistência Social e o próprio Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Eu fico grato pela participação nesse momento que é importantíssimo. É um momento democrático, é um momento de reafirmarmos que o MDS voltou, que a SNAS voltou e voltou para o diálogo e o pacto federativo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sr. José Arimateia. Deixo uma saudação para o nosso Ministro Wellington Dias. Obrigado pela participação.

E nós seguimos aqui registrando também a presença da Deputada Ana Pimentel, que aqui nos prestigia. Obrigado pela presença.

Passamos, imediatamente, a palavra para a Sra. Carmem Priscila Bocchi, Assessora Técnica do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA.

O nosso desejo é ouvir o Governo e a sociedade civil. Então, passo-lhe a palavra neste momento.

A SRA. CARMEM PRISCILA BOCCHI - Obrigada. Eu queria parabenizá-lo por essa iniciativa, Deputado Bohn Gass.

Cumprimento a Secretária Nacional de Planejamento, Leany Lemos; a Secretária-Executiva do MDA, Fernanda Machiaveli; os representantes dos Ministérios que estão *on-line*; e a sociedade civil, que vai participar ainda.

Quero dizer que a Presidenta do CONSEA, Elisabetta Recine, está, neste momento, numa conferência estadual na Bahia. Nós estamos em processo de conferência. Nós vamos ter a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrerá de 11 a 14 de dezembro, aqui em Brasília. Neste momento, várias conferências estaduais estão ocorrendo em todo o Brasil. Hoje é a da Bahia. Já recebi aqui várias fotos. A Bahia é um Estado que tem muita mobilização, muita participação. Por isso, nossa Presidenta não está aqui presente.

Eu queria fazer um resgate histórico da participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tanto na questão do orçamento quanto na questão do PPA. Eu sou especialista em Políticas Públicas de Gestão Governamental e trabalho nessa área de segurança alimentar desde 2005. Já trabalhei no CONSEA, já trabalhei na CAISAN — Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e agora estou novamente no CONSEA. Eu sempre acompanhei e participei desse processo de como o CONSEA, a sociedade





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CD - 38

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

civil do CONSEA foi incidindo... O CONSEA é composto em sua maioria pela sociedade civil: dois terços são sociedade civil; um terço, Governo. Então, desde o início do CONSEA, da reinstalação do CONSEA, em 2003, sempre houve uma preocupação muito grande em fazer propostas para o orçamento.

Eu lembro que até 2008 o PPA era um conjunto de ações orçamentárias. Está aqui o pessoal do planejamento que não vai me deixar mentir. Não tínhamos essa peça do PPA como é hoje, com metas, com esse viés de planejamento mesmo. Então, todo ano o CONSEA fazia reuniões com o Ministério do Planejamento, com os gestores das Pastas, para incidir no orçamento, em todo o processo do orçamento — começa com LDO, depois chega ao projeto de lei orçamentária.

O CONSEA tem já uma tradição de participar tanto do orçamento quanto do PPA. A ideia não era só participar, fazer propostas, incidir, mas eu acho que também é uma necessidade de enxergar a segurança alimentar e nutricional como uma política pública. Por quê? Porque ela é uma política intersetorial. Apesar de nós termos lá dentro do Ministério do Desenvolvimento Social uma Secretaria de Segurança Alimentar, ela abrange muitas outras áreas, muitas outras políticas públicas. Como ela tem essa gênese intersetorial, era preciso, então, buscar onde estavam todos esses programas.

Quando nós falamos em segurança alimentar com essa perspectiva intersetorial, nós estamos falando desde a questão do acesso aos alimentos, que se daria, principalmente, pela transferência de renda e pelo programa de alimentação escolar — no caso do Brasil, são os dois grandes principais programas de acesso aos alimentos do Brasil —, até a questão da produção de alimentos. No caso do Brasil, é a agricultura familiar que produz os alimentos que são consumidos pela população. A maioria dos alimentos é produzida pela agricultura familiar, como os próprios censos agropecuários demonstram.

Então, é preciso garantir essa produção através de políticas de crédito, como é o caso do PRONAF, da Política Nacional de ATER, que sempre é considerada uma política muito importante e com necessidade de aprimoramento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

E há também o acesso à produção na dimensão da disponibilidade de distribuição dos alimentos. Hoje temos o Programa de Aquisição de Alimentos, que tem essa finalidade, mas também tem toda a lógica do abastecimento, que é necessário ser trabalhado. Agora existe a perspectiva de termos uma política de abastecimento sendo desenhada no MDA, que chega à questão do consumo.

Hoje, no Brasil, a questão da fome e da obesidade está cada vez mais crescente. Então, é necessário haver políticas de promoção à saúde. O próprio Ministério da Saúde falou que um dos seus programas na área da alimentação e nutrição faz parte do programa de segurança alimentar.

Houve, então, nesse primeiro momento, uma incidência mais orçamentária.

Num segundo momento, quando o PPA começou a ter essa função mais de planejamento, com metas, objetivos e grandes programas, o programa de segurança alimentar — acho que foi no PPA 2008-2011 — foi um dos programas exemplares na questão da intersetorialidade. Foi o exercício anterior, na busca dessas várias ações de segurança alimentar no orçamento, que fez com que o PPA começasse o programa intersetorial. E o programa de segurança alimentar e nutricional foi um exemplo disso.

Num terceiro momento, eu queria destacar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mesmo com o programa intersetorial, ainda há a necessidade de se ter mais abrangência.

Eu queria citar um exemplo. Foi falado que um dos programas do Ministério da Saúde é o Saúde Indígena, cujo principal objetivo é a redução da mortalidade infantil dos indígenas e também o acompanhamento nutricional. Ainda existem índices de desnutrição altíssimos entre os indígenas, e isso tem piorado. Essa também é uma questão de segurança alimentar.

Quando tivermos o Plano Nacional de Segurança Alimentar, cujo cronograma eu vou falar aqui — a ideia é fazer o monitoramento e trazer não só o programa do PPA, mas também outros programas para dentro desse plano —, ele vai dar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

justamente a essência da segurança alimentar, que é abranger todos os aspectos relacionados a ela.

O que temos hoje no atual PPA? Temos o Programa 5133, que é o Programa de Segurança Alimentar, que basicamente tem as ações do MDS, do Ministério Saúde e de mais algum outro Ministério. Temos o Plano Brasil Sem Fome, que já é um exercício maior de intersetorialidade.

O que se espera, a partir do ano que vem, é a elaboração do plano. E como o plano está sendo pensado? Ele está sendo pensado para vigor no mesmo período do PPA. Todo esse processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional sempre esteve muito atrelado ao PPA. Imagino que ele vá continuar dessa forma. Ele vai ser elaborado pela Câmara.

Eu queria destacar a questão da participação social. O plano vai ser elaborado a partir do ano que vem por quê? Porque teremos a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional agora no fim do ano. E um dos objetivos da conferência é justamente levantar elementos e propostas para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, não tínhamos como fazê-lo antes da conferência.

Eu queria falar um pouco da nossa conferência, mas, antes, quero falar do PPA Participativo, que já foi destacado aqui. Eu acho que esse é um importante exercício de participação social, que é a participação digital, vamos dizer assim. Junto com o Fórum Interconselhos, acho que isso, de fato, deu uma nova cara para o PPA. O PPA deixou de ser aquele instrumento feito só nos gabinetes e foi compartilhado com a sociedade, que pôde fazer propostas. Havia propostas de vários tipos. Acho que isso mostra a necessidade de as pessoas também participarem e é superválido. Foi muito interessante esse processo, assim como todo o trabalho de acolhimento dessas propostas.

Para a Conferência Nacional, nós estamos usando a mesma plataforma utilizada pelo Brasil Participativo, que é a plataforma Brasil Participativo — se eu não me engano, é esse o nome dela. Vamos utilizar essa plataforma para fazer toda





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

a interação com as conferências estaduais que vão ocorrer. Já tivemos a conferência no Estado de São Paulo. Nesta semana, acho que vamos ter cinco ou seis. Na semana que vem, acho que vamos ter umas dez conferências. Todos os Estados do Brasil estão fazendo suas conferências.

Nós percebemos também que houve um grande processo de mobilização nos Municípios. Houve muitas conferências municipais, muito mais do que antes. Acho que isso mostra um pouco a necessidade de as pessoas participarem e colocarem suas propostas, com o próprio processo de consolidação do nosso Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN, que prevê, na sua governança, que haja conselhos municipais de segurança alimentar, câmaras e todo um sistema de governança da segurança alimentar no âmbito local.

Então, nós temos as conferências nacionais e também as conferências livres. As conferências livres foram um exercício feito na conferência de saúde que ocorreu agora em junho. São conferências autogestionadas, organizadas pela sociedade civil e que podem tanto eleger delegados quanto fazer propostas para a Conferência Nacional. Nós temos 23 conferências livres, cujos processos foram inscritos e que têm todos os tipos de tema.

A sigla SAN significa Segurança Alimentar Nutricional. Temos SAN das mudanças climáticas; temos SAN da população negra e das comunidades tradicionais; temos SAN das cidades. Há vários projetos de SAN, e tudo isso está muito rico. Quem quiser pode acompanhar pelo Instagram da Secretaria-Geral da Presidência ou pela nossa plataforma do Brasil Participativo. Então, todas essas informações das conferências livres e das conferências estaduais, também das datas, estão disponíveis nessas duas ferramentas.

A conferência está baseada em três eixos. Um eixo é dos macrodesafios relacionados à segurança alimentar e nutricional, ou seja, a grande pergunta é: por que ainda existem no Brasil fome e insegurança alimentar? Quais são as causas disso? Como combater essas causas? Eu acho que esses são os macrodesafios da segurança alimentar e nutricional. Temos também um eixo que vai tratar das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

políticas de segurança alimentar e das propostas para as políticas, desde o acesso e a produção até a disponibilização e o consumo dos alimentos, e também vai tratar do fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN. O terceiro eixo vai tratar da participação social. Quais são os principais desafios? Como garantir a participação social, nesse processo de construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional?

Então, eu acho que era isso, Deputado.

Muito obrigada pelo convite para participar da audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Carmem, ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA, o nosso agradecimento, pela transversalidade.

Eu preciso fazer um registro aqui. Desde o início do Fome Zero, no CONSEA havia uma pessoa que sempre foi muito atuante: o Dom Mauro Morelli. Ele faleceu nesta semana.

Ele dizia, Carmem, uma frase. Um dia ele disse assim: "*Bohn Gass, não basta termos a segurança alimentar. Ela precisa ser nutricional!*" Ele falava esse "nutricional" com um peso muito grande.

Então, eu quero parabenizar o CONSEA e todos os seus integrantes.

A Fernanda precisa se retirar agora para participar de uma atividade para qual ela foi chamada imediatamente lá no Ministério.

Se quiser fazer, em 1 minuto, algum comentário final, eu lhe passo a palavra.

Depois passaremos a palavra para a Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, representando a Marcha das Margaridas.

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA - Quero só justificar minha saída, porque estamos recebendo o Acampamento da Juventude da Via Campesina, que está hospedado no Ginásio Nilson Nelson.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Eles fizeram agora a marcha e chegaram ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — MDA. Eles estão esperando ser recebidos pelo corpo de Secretários. Então, estamos sendo convocados para fazer esse acolhimento da juventude rural.

Ontem, no evento do Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, não só houve o anúncio do Governo Federal — eu acho que é importante todos os Parlamentares saberem disto — de que mais 250 milhões de reais foram destinados para o PAA, como também assinamos os primeiros contratos de Fomento Jovem, para essa juventude assentada da reforma agrária, que agora passa a ter o seu próprio crédito para produzir alimentos, para seguir e fazer a sucessão rural.

Então, nós vamos lá para participar desse almoço com a juventude, e eu peço, por isso, licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Agradecemos, Fernanda, a presença aqui. Com certeza, teremos novos debates pela frente.

Temos mais duas falas.

Eu passo a palavra às Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da CONTAG, representando aqui a Marcha das Margaridas.

Neste momento Vânia está com a palavra.

A SRA. VÂNIA MARQUES PINTO - Muito obrigada, Deputado Bohn Gass.

Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar todas as pessoas que estão acompanhando, virtual ou presencialmente, esta importante audiência. Eu estou em atividade de campo. Estou na minha terra, na Bahia. Por isso não pude estar presente com vocês. Então, já justifico estar participando virtualmente.

Quero parabenizá-lo, Deputado Bohn Gass, pela iniciativa de realizar este importante debate nesta Comissão. Nós estamos agora em um momento de reconstrução do nosso Brasil.

Eu vou aqui falar, enquanto Marcha das Margaridas, das vozes das mulheres do campo, que estão organizadas no Sistema CONTAG, com seus sindicatos,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

federações e a nossa CONTAG, mas também falo da voz de várias mulheres que compõem os movimentos que são parceiros da nossa Marcha das Margaridas, para falar dessa proposta de PPA, para tratar do desenvolvimento social e da garantia dos nossos direitos.

Quando falamos em desenvolvimento, é fundamental também entender que não há como falar em desenvolver sem envolver. E essa iniciativa de fazer um PPA participativo é a possibilidade que tivemos de envolver toda a sociedade. É muito positivo vermos isso em um Governo que é democrático. Então, esse PPA participativo ouviu as várias vozes da nossa população, organizada ou não organizada, em organizações da sociedade civil, inclusive através das plataformas.

Passaremos por esses momentos, como já vimos falando, para a instituição de um plano plurianual para o período de 2024 até 2027. Essa iniciativa é pensar o agora, mas também olhar para o futuro, olhar para o amanhã, olhar para aquilo que temos de perspectiva. E não podemos falar em planejamento e desenvolvimento se dissermos que o Brasil ainda tem fome. Então, acabar com a fome no País tem que ser essa pauta central. E também não há como falar em acabar com a fome do País se não falarmos na reforma agrária, que é estruturante.

Quando nós estávamos participando de um dos encontros para poder discutir o PPA, nos interconselhos, colocávamos isso como pauta. Nós da CONTAG e da Marcha das Margaridas dizemos que a reforma agrária deve ter essa centralidade. Então, para se poder falar em acabar com a fome, tem que se falar de reforma agrária, tem que se falar da desapropriação do latifúndio, da desconcentração de terras e também da desconcentração de renda, para poder haver o fortalecimento da agricultura familiar.

Para se poder falar em acabar com a fome, também tem que se fortalecer a agricultura familiar, que é quem produz comida no nosso País. Sabemos que 23% das áreas que são ocupadas pela agricultura familiar correspondem a 3,9 milhões de estabelecimentos, que são responsáveis por 23% do valor bruto da nossa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

produção agropecuária e também por 67% das ocupações no campo. Então, esses dados nos mostram a importância da agricultura familiar.

Quando olhamos para a quantidade de terras que nós ocupamos, percebemos que elas são muito pequenas, mas a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e das brasileiras. Então, esses dados nos mostram a importância da agricultura familiar para a população brasileira.

Temos dados do Censo de 2017 — infelizmente, nós não temos dados tão atualizados —, que mostram que, em 2017, já havia mais de 2 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar com menos de 10 hectares. Isso equivale a 53% dos estabelecimentos da agricultura familiar e 41% do total desses estabelecimentos.

Nós, da agricultura familiar, que estamos com menos de 10 hectares, representamos 8% da área total ocupada e 2% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil. Então, ainda temos essa deficiência no que diz respeito à terra, à distribuição de terra, à distribuição de renda no nosso País. O PPA precisa olhar para esse lugar e propor ações estruturantes.

Quando trazemos aqui a pauta da nossa Marcha das Margaridas, que, em seu Eixo 7, trata da democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e marítimos, nós estamos dizendo que é necessário elaborar um novo plano nacional de reforma agrária, com definição de metas, com prazos, garantir a regularização fundiária da agricultura familiar, a democratização e titulação de territórios quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, a atualização dos índices de produtividade, priorizar as mulheres como beneficiárias dos programas de reforma agrária — porque sabemos a importância de nós, mulheres, na agricultura familiar — e, sobretudo, reestruturar e fortalecer a estrutura, para garantir recursos, com especial atenção à recomposição do nosso INCRA.

Nós temos um INCRA que está fragilizado. Conseguimos perceber isso quando Lula assume o Governo, quando vamos reorganizar todo o processo do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 46

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

nosso Brasil e vemos como estão fragilizados os escritórios do nosso INCRA. Então, é preciso ter recursos financeiros. E o PPA precisa olhar também para esse lugar, para poder garantir, no processo de seleção das ocupações das parcelas de reforma agrária, pontuações específicas para as mulheres, olhando para a questão da violência doméstica, para as mulheres transgênero, para as mulheres assalariadas rurais, que estão na informalidade.

Então, esses e vários outros pontos estão na nossa pauta da Marcha das Margaridas. E nós não podemos falar em acabar com a fome, sem falar da inclusão produtiva. A inclusão produtiva, para nós da CONTAG, é fundamental. Ela está na nossa pauta da Marcha e também esteve na nossa pauta do Grito da Terra Brasil, porque compreendemos que temos hoje 1,7 milhão de famílias que produzem apenas para o autoconsumo e comercializam o excedente. Então, é necessário que consigamos incluir essas famílias, fazendo a inclusão produtiva. Com isso, consequentemente, vamos ter aumento da produção de alimentos. E não é qualquer alimento: é alimento saudável que vai chegar à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Eu ouvi atentamente a fala do Ministro quando ele falava em relação à assistência técnica e extensão rural. Para poder haver inclusão produtiva, tem que haver assistência técnica, tem que haver extensão rural. Em 2017, 82% das nossas famílias não recebiam nenhum tipo de assistência técnica, menos de um terço das nossas famílias não conseguiam acessar o PRONAF. Então, vemos com bons olhos as iniciativas, mas é preciso ter dinheiro, ter recursos, ter orçamento para poder garantir que as questões que estão na nossa pauta sejam atendidas.

Deve-se também dialogar com a autonomia econômica e a inclusão produtiva, com trabalho e renda, implementando o projeto de fomento chamado Casa, Terreiro e Quintal. Vimos que uma das medidas que foi anunciada durante a Marcha foi o Programa Quintais Produtivos, mas nós da CONTAG compreendemos que o campo é um lugar de vida e que não podemos falar apenas de negócio, temos que falar de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 47

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

produção e falar de bem-estar. Isso está relacionado com a questão da saúde, da alimentação e também da moradia.

Então, nós propusemos o projeto de fomento Casa, Terreiro e Quintal, tendo essa perspectiva do ATER agroecológico e feminista, para poder reconhecer a produção das mulheres para além dos quintais produtivos, compreendendo também que essa habitação deve ter uma cisterna para garantir o abastecimento de água para consumo, energia solar, acesso à eletrificação, quintais que sejam produtivos, a fim de garantir a soberania alimentar com a produção agroecológica e pecuária de pequeno porte, como galinhas, porcos e peixes.

Então, todo esse sistema integrado — eu não tenho tempo para poder detalhar isso aqui — faz parte da nossa pauta, porque considera o campo como esse lugar de vida. E para podermos produzir alimentos para alimentar o mundo, nós temos que ter todas as condições e todas as políticas públicas necessárias para a permanência no campo, que vão desde a educação no campo até à agroindústria familiar. Eu estou citando isso porque também ouvi aqui dizerem que tem que haver tecnologia no campo, Internet para o jovem permanecer. Tem que haver isso sim, mas também precisa haver autonomia financeira.

Entre 2012 e 2020, cerca de 769 mil jovens saíram do campo. Esse dado é muito alarmante. Nós temos que trabalhar a garantia da permanência, para que os nossos jovens queiram permanecer no campo. Então, a educação no campo é fundamental, e eu tenho certeza de que também está pautada dentro do nosso PPA.

Então, não basta ter crédito. Nós temos que ter assistência técnica, temos que ter orçamento para agregar esse valor. E eu tenho certeza de que esta Comissão também vai discutir a questão da industrialização. É preciso destacar que as famílias podem ter condição de beneficiar os seus produtos e acessar os mercados.

Eu sei que o meu tempo aqui está se esgotando, mas eu não poderia deixar de citar programas importantes, como o PAA e o PNAE, e o fortalecimento das feiras, não apenas feiras da agricultura familiar, mas também das feiras de um modo geral, que são as cadeias médias e curtas, para que a agricultura familiar possa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 48

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

escoar a sua produção e para que esse produto chegue com qualidade à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Orçamento eu acredito que é a palavra fundamental para que tenhamos infraestrutura para armazenar os alimentos, para que tenhamos políticas estruturantes, para garantir seguro, para garantir também essa produção agroecológica, produção com resiliência às mudanças climáticas por que estamos passando agora, nesse momento em que o planeta está gritando. Nós precisamos olhar para as condições ambientais. E sendo esse um dos primeiros pontos mais votados no nosso PPA, eu tenho certeza de que é preciso fazer toda essa articulação, para que consigamos produzir, olhando para toda essa nossa realidade, e para que a agricultura familiar brasileira, que hoje está em oitavo lugar na produção de alimentos no mundo, possa ser a primeira. Isso é possível, desde que tenhamos políticas públicas estruturantes.

Então, eu quero aqui agradecer imensamente pela oportunidade de participar deste importante momento e dizer que nós, da CONTAG, da Marcha das Margaridas, seguiremos aqui pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que agradecemos, Vânia, a sua participação.

Quero parabenizá-la também pela Marcha, que é uma mobilização tão forte que foi feita e faz parte desse ambiente de mobilização social para garantirmos um Brasil com desenvolvimento social realmente sustentável.

Passaremos agora à última inscrição aqui da nossa lista. Na verdade, esta audiência pública virou um grande seminário, com uma participação tão diversa.

Convidamos o Getúlio Vargas de Moura Júnior, que é do Conselho Nacional da Saúde, para falar pela sociedade civil.

O SR. GETÚLIO VARGAS DE MOURA JÚNIOR - Bom dia, Deputado Elvino Bohn Gass. Ao cumprimentá-lo, eu cumprimento todos os Parlamentares presentes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 49

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

nesta audiência pública, assim como os representantes dos Ministérios e os da sociedade civil.

Antes de mais nada, eu gostaria só de fazer a referência de que hoje é dia 17 de outubro. Ontem, dia 16 de outubro, fez 40 anos a União das Associações de Moradores de Porto Alegre, uma das filiadas da CONAM, entidade que eu presido. O primeiro Presidente da UAMPA foi Waldir Bohn Gass, seu irmão. Então, receba um abraço, Deputado Elvino Bohn Gass, lembrando essa luta histórica do Waldir Bohn Gass no movimento comunitário de Porto Alegre. Waldir Bohn Gass está hoje no Conselho de Saúde representando a própria UAMPA, a nossa União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

Feito esse registro, Deputado, é muito bom saber que o Brasil voltou. O Brasil voltou com participação, controle e debate com a sociedade. E o Conselho Nacional de Saúde, já tendo como tema *Amanhã vai ser outro dia*, já antecipando que a democracia iria voltar ao Brasil, tendo essa esperança, marcou para julho desse ano a nossa 17ª Conferência Nacional de Saúde.

Vimos, nos últimos 2 anos, fazendo um imenso debate e construção coletiva com amplos setores da sociedade. Mais de 2 milhões de brasileiros foram mobilizados nesse processo. O resultado desse processo é que a conferência aconteceu entre os dias 2 e 5 de julho e, no dia 20 de julho, depois de um amplo debate dentro do Conselho, com a comissão de relatoria e as comissões afins, conseguimos aprovar a Resolução nº 715, de 2023, por unanimidade, ou seja, os votos da sociedade civil e do Governo foram juntos apontar as diretrizes a partir da 17ª Conferência Nacional de Saúde para o PPA.

A maioria dessas diretrizes se encontram hoje contempladas no texto que o Ministério da Saúde encaminhou ao Ministério do Planejamento e à Secretaria-Geral da Presidência, nesse bonito processo que dialogou com diversos conselhos, inclusive com o recém-construído Conselho da Participação Social, e houve o Fórum Interconselhos, ou seja, várias ferramentas e espaços de construção coletiva desse processo. Então, mais de 2 milhões de brasileiros fizeram apontamentos. E





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 50

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

dentro do processo de PPA, a maioria das primeiras propostas votadas eram pautas ligadas à saúde. Isso, para nós, é muito rico, porque faz o *link* real da luta e da demanda do povo com o programa escolhido nas urnas pelo povo brasileiro em 2022, o programa que reafirma a democracia, a participação, a vida em detrimento da morte.

Então, é importante que consigamos transformar toda essa pauta mudancista das urnas de 2022, da luta do povo que acumulou na resistência nesse último período, com as ações do Governo. Sabemos que as correlações de força nem sempre são favoráveis, mas o fato é que o papel da sociedade é de reforço. Então, nós temos amplos desafios para garantir o financiamento adequado da saúde, mas também do conjunto das políticas sociais.

Cabe destacar, Deputado Elvino, que só a Emenda Constitucional nº 95 tirou do SUS, no mínimo, 72 bilhões de reais. Se formos considerar que a saúde é transversal, 33 milhões de brasileiros estão passando fome.

A falta de investimento em saneamento, entre outros exemplos que eu poderia dar aqui, direta ou indiretamente tem um impacto muito forte dentro da saúde. O SUS sempre fez muito com muito pouco. Se fizermos uma linha histórica a partir de 1990, quando vem a Lei do SUS, ou a partir de 1988, da Constituição, até 2015, veremos que houve um processo de subfinanciamento, ou seja, os recursos do SUS nunca foram suficientes para dar conta de todas as demandas, de tudo aquilo que está previsto na Constituição e que o povo brasileiro merece: uma saúde de qualidade, pública e universal. De 2016 para cá — o maior exemplo é a EC 95, mas houve outras desestruturações também, e, ainda, não por acaso ela coincide com a ruptura democrática que tivemos no País —, até 2022, houve um processo de desfinanciamento, ou seja, aquele recurso que era insuficiente para a saúde foi desidratado, retirou-se de onde ele já era insuficiente.

O que acontece em 2023 — começa com a PEC da Transição e se reafirma neste PPA, e esperamos que se reafirme nas leis orçamentárias — ainda não é aquilo que o movimento sanitário sempre defendeu, mas pelo menos é o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 51

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

restabelecimento dos patamares anteriores a 2016, que são, no mínimo, 15% da receita corrente líquida para o financiamento adequado à saúde. Nós não podemos admitir retrocessos nesse processo.

Então, o PPA dá o tom para o conjunto das outras leis orçamentárias — para as LDOs, para as LOAS, para o Plano Nacional de Saúde, para a Programação Anual de Saúde —, ou seja, o PPA dá o tom para as outras construções que vêm pela frente.

O Conselho Nacional de Saúde entende que o caminho é a democracia — a participação e a construção coletiva. O PPA Participativo é uma experiência inovadora, enriquecedora, e entendemos que ele deve ser desdobrado com experiências de orçamento participativo, de construção coletiva. Enfim, o PPA Participativo tem que ser a porta de entrada da sociedade brasileira na construção das leis orçamentárias.

Quero também fazer um destaque, Deputado Elvino, saudando esta audiência pública, porque, infelizmente, nos últimos anos, na elaboração tanto das leis de diretrizes quanto das leis orçamentárias, não houve espaço de diálogo entre o Parlamento e a sociedade brasileira, entre os governos e a sociedade brasileira. As peças orçamentárias foram votadas sem a participação coletiva. Inúmeras vezes, o Conselho Nacional de Saúde, a Coalizão Direitos Valem Mais, da qual o Conselho faz parte, entre outras iniciativas, tentaram estabelecer diálogos com o Congresso no sentido de incidir nas peças, nas leis orçamentárias, e não houve audiências públicas, não houve uma interlocução. Fora algumas bancadas, naquele momento, de oposição e minoria que dialogaram e que levaram as nossas pautas, não houve um acolhimento do Congresso Nacional para a pauta da participação.

Esperamos que essa prática de ouvir, de dialogar, de construir coletivamente seja a prática de todas as leis orçamentárias, não só para a construção do PPA. É importante que não só o Governo, mas também o Parlamento dialoguem com a sociedade, com os movimentos, com os Conselhos, enfim, com a sociedade organizada, procurem estabelecer não apenas políticas de Governo, mas também





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 52

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

políticas de Estado, garantindo o controle e a participação social. Sem povo, não há democracia.

Por fim, quero destacar, até pelo adiantado da hora, que o Presidente Lula esteve na 17ª Conferência Nacional de Saúde, no último dia da conferência, e a fala dele foi muito saudada. O Presidente Lula destacou, ali, entre outras questões, a importância de garantir o financiamento adequado da saúde no próximo período. Eu acredito que esta proposta de PPA é um instrumento inicial para que possamos construir isso no próximo período. Hoje não temos mais a EC 95 e sim o arcabouço fiscal — o arcabouço não é o arcabouço que nós queremos —, e só o fato de ele não ser um dispositivo constitucional, por si só, já é uma proposta muito mais avançada.

Entendemos que não pode haver retrocesso na saúde e nas políticas sociais, e não haver o financiamento adequado das políticas sociais sobrecarrega a saúde. Não haverá o financiamento adequado à saúde se não houver o financiamento adequado ao conjunto dessas políticas, em especial a uma das obsessões do Presidente Lula, como tem destacado nesse último período, que é o combate à fome. O direito à saúde e o combate à fome andam juntos, são fundamentais para garantir cidadania e dignidade para o povo brasileiro.

Parabéns ao Congresso pelo processo coletivo de construção do PPA! Esperamos que ele rapidamente seja aprovado e sirva de diretriz para a aprovação das demais leis orçamentárias, com diálogo, participação e construção coletiva.

O "*Amanhã vai ser outro dia*" já começa hoje, porque o Brasil voltou.

Parabéns, Deputado Elvino, e ao Congresso Nacional, por esta audiência!
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Getúlio. Eu quero também lhe agradecer a referência que fez ao nosso querido irmão. Waldir Bohn Gass é militante nessa área dos Conselhos.

Bira, vocês o conhecem bem.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 53

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Quero fazer esta referência, que eu já tinha feito; o Bira é militante em Porto Alegre da mobilização.

O SR. GETÚLIO VARGAS DE MOURA JÚNIOR - Grande amigo Bira!

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Saúdo o Motta também, aqui presente, pelo GHC, de Porto Alegre também, que participa dos debates e da busca de recursos efetivos para o nosso GHC.

Eu quero agradecer a todos os que participaram do nosso painel. Nós tivemos já a fala do Senador Beto Faro, aqui, hoje de manhã, que precisou ir a uma reunião da CPI.

Franqueio agora a palavra ao querido colega Deputado Welter, do nosso Paraná. Depois ouviremos o nosso Deputado Túlio Gadêlha.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) - Estou muito feliz de estar aqui, Deputado Bohn Gass, Relator do PPA, pelos conceitos desse instrumento de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, que foram passados por todos os que aqui falaram. Certamente, essas diretrizes, essas linhas que vão nortear os gastos públicos nos próximos 4 anos tirarão o Brasil do *Mapa da Fome*.

Essas articulações envolvem — eu sou ligado à agricultura — o Fome Zero, a compra direta de alimentos aos mercados públicos, que vão se ampliar, a extensão rural, que precisa ser ampliada. Hoje de manhã, eu participei de um evento com a ASBRAER. Nós temos que fomentar realmente a produção de alimentos de qualidade para garantir saúde.

Ressalto a questão nutricional. E V.Exa. mesmo citou, Deputado Bohn Gass, o que o finado Dom Mauro Morelli falava. De fato, eu, que já fui conselheiro de saúde, Vereador, Deputado Estadual e agora sou Deputado Federal, não tenho dúvida de que o Brasil, nesses conceitos de planejamento do gasto público, está inspirado nas pessoas que ganharam o Prêmio Nobel de Economia e de desenvolvimento. Amartya Sen dizia que temos que investir dinheiro no trabalhador, no povo. Esses gastos dos programas e essas metas vão garantir isso. Nós vamos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 54

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

novamente sair do *Mapa da Fome*. Nós vamos novamente fortalecer o SUS. Nós vamos novamente fortalecer as políticas públicas de inclusão social na política da assistência, e as classes vão ser elevadas. O IBGE vai mostrar isso em breve. Não tenho dúvida disso — eu espero. Aí que está o grande desafio.

Quanto à economia, o Banco Mundial já sinalizou um aumento de 3,1%. Então, se o Brasil crescer, melhora a economia e aumenta o orçamento de cada programa e de cada meta.

Presidente Bohn Gass, V.Exa. é o Relator do PPA, eu estou orgulhoso do que eu ouvi e vi aqui, com a participação da sociedade civil. A democracia é retomada com essa discussão ampla com a sociedade organizada, este Parlamento se enaltece e também cresce com essa discussão.

Então, viva a volta da discussão participativa do PPA! Viva a volta da discussão de programas e de projetos juntamente com a sociedade civil organizada! E aí eu espero que as políticas realmente cheguem lá na ponta. Por onde passo, vejo que as pessoas que mais precisam estão mais desorganizadas. Então, é preciso fazer uma busca ativa. Este é o grande desafio: a busca ativa da política da assistência, da política de saúde, para podermos cuidar mais das pessoas que mais precisam. Quanto mais o povo estiver organizado, mais demanda chegará aos gabinetes dos Deputados. Quando desorganizados, eles não vêm aqui pedir emenda. Nós temos que tentar assisti-los com os programas que vão incluí-los. E nós temos que fazer necessariamente a busca ativa para diminuirmos a desigualdade, a miséria e a fome, para fazermos a verdadeira inclusão social, que é o maior sentimento de amor que podemos praticar na vida pública.

Muito obrigado. Parabéns, nobre Relator!

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu que lhe agradeço. O Deputado Welter é destaque aqui também por sua atuação em várias pautas, assim como nesta, que é muito importante. Quero agradecer sua presença e participação aqui.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 55

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Quero registrar a presença do Deputado Mauro Benevides Filho, que atua também muito nessas questões tributárias e nesta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Agradeço, Presidente, por me conceder a palavra e pela condução dos trabalhos. Parabenizo cada convidado pela exposição, pelas falas, com muita clareza, com muita precisão. Parabenizo o Getúlio, que participou virtualmente conosco e que nos trouxe uma informação muito importante. O nome de V.Exa., Deputado Bohn Gass, é Elvino. Eu convivo há 5 anos com V.Exa. e não sabia que se chamava Elvino. Sempre o chamei de Deputado Bohn Gass, que, provavelmente, deve ser o sobrenome.

Já parabenizo todos e todas. Vejo muitos servidores da Casa e muitos servidores do Governo Federal aqui presentes.

Eu gostaria apenas, Presidente Bohn Gass, de reforçar que nós vivemos, nesses últimos 4 anos, um período de autoritarismo exacerbado, em que tivemos um Governo que centralizou as decisões e afastou a sociedade desse processo de participação de suas prioridades. E o Governo Lula tem feito o contrário. O Governo Lula tem tratado a democracia de maneira participativa. E é a democracia participativa a vacina para o autoritarismo. É isso que nós temos percebido quando ele chama a sociedade para participar, opinar, dizer quais são suas prioridades. E o que nós vimos aqui foi muito bonito e necessário para a democracia no Brasil, para recuperarmos a participação popular, o fortalecimento dos conselhos, das conferências, onde as pessoas possam dizer do que elas precisam e ajudar na gestão pública.

Eu, colegas, não sei se vocês sabem, destino, há 4 anos, 100% das minhas emendas Parlamentares através das emendas participativas — nós chamamos assim. Nós oferecemos à população a consulta popular sobre os projetos prioritários para aquela cidade, aquele bairro, para o Estado como um todo. Todos os anos, mais de 300 projetos são inscritos e mais de 200 mil pernambucanos participam, opinam e votam nos projetos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 56

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

É isso que o Presidente está fazendo, só que no âmbito nacional, e conseguiu números muito interessantes para o para o Brasil: mais de 1 milhão e 500 mil pessoas votando, mais de 4 milhões de acessos ao *site* do Governo. Isso é participação. E eu digo, Deputado Bohn Gass, que esse número tende a crescer à medida que isso se popularizar e as pessoas passarem discutir mais suas prioridades.

Eu ouvi aqui falas interessantes e necessárias, até porque isso saiu do processo da democracia participativa, saiu do processo da escuta, da construção do Plano Plurianual, acerca do combate ao desmatamento, do enfrentamento das emergências climáticas, dos programas para a saúde indígena, dos programas de combate à fome e para o fomento das cozinhas solidárias. Mas eu senti falta de três pontos de que nós tratamos muito aqui no Congresso. Não vimos a destinação de orçamento para políticas para migrantes e refugiados que estão no Brasil; para políticas de combate ao trabalho infantil, que aumentou muito nesse período de pandemia, e muitas crianças saíram das escolas, resultando numa evasão escolar altíssima, e precisamos desenvolver programas para combater o trabalho infantil; e para programas — o Deputado Bohn Gass sabe muito bem disso, pois nossa militância atua em conjunto — de combate ao trabalho escravo e ao trabalho análogo à escravidão.

Então, gostaria perguntar aos expositores e aos convidados onde podemos encontrar esses programas para trabalharmos o orçamento de uma maneira mais ampla.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu que agradeço, Deputado Túlio Gadêlha.

Antes de passar a palavra para o Deputado Mauro Benevides Filho, já quero fazer um encaminhamento acerca do qual, nas considerações finais, eu vou pedir para a Leany fazer um comentário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 57

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Hoje estamos falando de desenvolvimento social e o próximo debate será sobre desenvolvimento econômico, com geração de renda, trabalho e emprego. Será no dia 24, pela parte da manhã. Eu já convido vocês. Depois, na outra semana, será sobre democracia e soberania.

Portanto, são três seminários de aprofundamento sobre o eixo social, o econômico e o de geração de renda e trabalho. Dentro deste, nós vamos ter inclusive a representação de centrais sindicais, Deputado Túlio Gadêlha, onde nós vamos aprofundar essa parte sobre o trabalho, sobre uma neointustrialização, empregos mais qualificados, todo aquele debate.

Eu preciso registrar que o Deputado Túlio Gadêlha, na Comissão de Trabalho, tem sido um timoneiro nesse debate específico contra o trabalho escravo. Fizemos uma subcomissão conjunta, com sua sugestão, da qual eu sou honrosamente o Relator. E nós faremos ainda neste ano um seminário específico, convidando o Governo, a sociedade civil e o setor do Judiciário, sobre essa temática específica.

Então, Leany, a incorporação desse tema, para nós, é pauta importante. Eu quero só reforçar isso. O tema trabalho infantil e imigrantes eu vou deixar para V.Exa. comentar.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho, por favor.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a oportunidade de debater este assunto com brilhantes Parlamentares que aqui estão sempre participando desses debates.

Quero agradecer também aos expositores. Quero abraçar, em especial, a Dra. Leany, que eu tive o privilégio de conhecer de outros trabalhos que ela fez pelo Estado do Rio Grande do Sul e por outros Estados. É importante a participação dela na estrutura do planejamento que o Brasil está vivenciando.

Infelizmente, eu tenho um viés, por formação, muito específico. Eu acho que discutir políticas públicas e políticas sociais é muito relevante, mas é preciso que se tenha o dinheiro para executar. Senão, vai ficar sempre na boa vontade: "*Vamos*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 58

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

fazer isso, vamos fazer para crianças assim assado, vamos prestigiar o autismo".

O.k. Tudo bem.

O Brasil tem um Orçamento de 5,5 trilhões de reais, sendo 150 bilhões de reais de investimento de estatais. Portanto, o Orçamento da União é de 5,3 trilhões de reais. Mais da metade desse montante é para cobrir despesa financeira, e o diferencial, para despesa primária. Da despesa primária, vamos ter 211 bilhões de reais de despesa discricionária, e todo o resto é despesa obrigatória, não há como mudar. Então, nós estamos tratando aqui, no Orçamento da União, de 211 bilhões de reais de despesas discricionárias. Desses 211 bilhões, 69 bilhões de reais, em tese, eram para ser de investimento. O arcabouço diz que nós temos que ter 0,6% do PIB em investimento.

Quando vamos ler, vemos que — eu já disse isso para a Ministra. Ela sabe do que eu estou falando; não há nada escondido — esse 0,6% para investimento, Deputado Túlio Gadêlha, é *fake*. Esse 0,6% é para fazer a LOA, não é para executar o Orçamento. Se eu quiser executar zero de investimento, eu posso executar zero de investimento. Então, criou-se uma história de que há um piso para investimento, quando, na realidade, esse piso é só para eu confeccionar a lei orçamentária.

Eu fiz uma emenda ao arcabouço, e nós vamos votar depois dos vetos. Um deles foi exatamente... Eu interpreto, Presidente, Leany e nossa outra nossa expositora que também está aqui, que o maior erro do teto de gastos foi que o investimento foi a variável de ajuste do Governo Federal. Nós vamos no mesmo erro. Esse Governo está indo no mesmo erro. E olhem que eu tenho votado tudo com o Governo, V.Exa. sabe, e tenho feito até defesas mais técnicas, específicas, e tudo. É a mesma coisa! Não mudou nada.

Fiz, então, uma emenda dizendo que o investimento era para ser preservado. Fui procurado, e me sensibilizaram: *"Nós podemos ter que cortar alguma coisa"*. Aí a emenda foi assim, Leany: se vai cortar, tudo bem, eu aceito cortar o investimento, mas, pelo menos, corte no mesmo percentual em que vai cortar a despesa discricionária. *"Ah, você é gente muito boa"*, não sei o que mais lá. O nosso Cajado





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 59

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

incorporou ao seu relatório, e assim ele apresentou, com essa regra. Pois até isso foi vetado agora. Ou seja, não há mais investimento no Brasil, se assim for a interpretação da execução orçamentária.

Portanto, o que eu acho, resumindo, para concluir, é que, quando nós formos definir políticas públicas e dizer que é prioridade, a prioridade não pode existir só no discurso. Nós temos que definir, dentro do Orçamento, já que nós estamos aqui na Comissão Mista de Orçamento, e dizer: *"Olhem, para essa ação, inclusive definida como prioridade na LDO, eu tenho que assegurar um valor mínimo de recursos, para que ela possa efetivamente ser executada"*.

Era a única ponderação que eu queria fazer. Em política pública, a boa vontade sempre é necessária, mas, se não tivermos o dinheiro para executar, nós vamos ficar... Até porque o maior componente de despesa do Governo Federal são esses juros, de 700 bilhões de reais. Vamos gastar 218 bilhões de reais em saúde, 160 bilhões de reais em educação e 700 bilhões de reais em juros. E esta Casa acha que está tudo muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - E fica o desafio para que, no Interconselhos, nas próximas sessões participativas sobre o Orçamento a ser debatido com a população, possamos dizer exatamente quanto vai, para o pessoal compreender por que nós estamos lutando aqui internamente. Inclusive, queremos aprovar ainda este mês a taxação dos fundos exclusivos, das *offshores*, *trusts*, que não são taxadas, e a população paga em qualquer aplicação.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Isso era para ter sido votado hoje, Sr. Presidente.

Eu vim da reunião de Líderes, e o meu sentimento — quero estar errado — é de que não vai ser votado e vai ficar para a outra terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós estamos fazendo um esforço aqui, não é?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Isso.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 60

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós estamos fazendo um esforço para levar para a sociedade esse debate. Por isso esta audiência pública aqui, que é uma audiência um pouco diferenciada.

Dependendo do tema, LDO, PLOA, que são anuais, orçamentários, geralmente há mais presentes aqui, mas nós precisamos desenvolver uma cultura de planejamento, e não é no orçamento anual que nós vamos resolver isso. Precisamos ter um período de políticas públicas combinadas com orçamentos que permitam a execução delas, para que nós possamos sonhar, desejar um Brasil com menos desigualdade, com mais justiça, com mais respeito, todos os elementos que nós colocamos aqui.

Então, parabéns pela sua observação. Não é por nada que foi Secretário da Fazenda lá no Ceará e está sempre lembrando esses temas importantes aqui.

Para encerrarmos, pessoal, eu quero agradecer muito a todos os que participaram. Nós queríamos ter encerrado há 1 hora. Vamos passar 3 minutinhos, porque temos 5 minutos ainda para a Leany fazer seus comentários.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, Deputado.

Eu agradeço as intervenções e os questionamentos dos dois Deputados, porque esta é uma oportunidade de falarmos um pouquinho mais sobre o trabalho.

Deputado Túlio, a estrutura do PPA está dividida em estratégia, em que trazemos esses indicadores-chave nacionais; uma camada tática, em que há indicadores e métricas para cada objetivo específico dentro dos programas; e uma camada gerencial. Algumas ações, algumas iniciativas não estão visíveis no nível de programa. Elas estão com objetivos específicos de indicadores e metas ou como ações, entregas, bens, produtos, serviços, numa camada gerencial. Então, esses temas estão tratados. Depois, nós vamos fazer um extrato e mandar para o nosso Relator e também para o seu gabinete.

Eu estou recebendo cola desse rapaz que está aqui na minha frente, que é o Daniel, diretor da área, e vou revelar a cola dele. *(Risos.)*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 61

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Nós temos um programa chamado Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda, que tem o objetivo específico de retirar crianças e adolescentes da situação de trabalho infantil, com uma redução do número de crianças expostas à situação de trabalho escravo e de trabalho infantil. Vamos encaminhar isso para o senhor.

Outro exemplo é a promoção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes como absoluta prioridade. Isso está dentro desse programa. É um programa que trata de crianças e adolescentes.

Nós também temos um projeto de ampliar o acesso adequado de povos indígenas aos direitos, políticas e serviços. E há, aí, toda uma pluralidade de públicos que são atendidos em acesso a serviços, e, no caso específico — aqui é só um exemplo: cultura, mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços em contexto urbano e pessoas com deficiência. São só dois desses exemplos.

E, por último, o trabalho escravo: combater a exploração do trabalho análogo à escravidão e o tráfico de pessoas. Nós temos, inclusive, metas e indicadores regionalizados, que foi uma tentativa nossa de induzir a esse processo de regionalização de metas. Então, no nível mais granulado, mas nós trazemos esses temas dentro de uma estratégia mais geral.

Eu queria encerrar, Deputado, nosso Relator, Deputado Bohn Gass, falando um pouco do meu amigo Deputado Mauro Benevides Filho, que é um defensor do investimento público como motor do desenvolvimento, como e eu também sou. Nós já fizemos ajuste fiscal e sabemos como é difícil e como a despesa discricionária de investimento acaba sendo onde mais facilmente se penaliza a entrega de serviços públicos, porque logística, saneamento, toda a parte de infraestrutura também é bem-estar social e competitividade.

Mas eu acho que nós temos aqui no Brasil um descasamento muito ruim, Deputado, entre planejamento e orçamento. É uma das nossas fragilidades. É uma das fragilidades do nosso ciclo orçamentário. Nós temos o PPA, nós temos a LDO,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 62

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

nós temos a LOA, mas nós temos um foco em despesa, nós discutimos a despesa. E, como nós vivemos em escassez há muitos anos e com o orçamento muito pressionado, estamos sempre discutindo a falta.

Nós falamos — e aí eu vou usar o inglês, os senhores me permitam — em *expenditure budget*. Nós não falamos em *performance budget*. E o PPA é o orçamento de desempenho, é o orçamento de resultado. Você tem um impacto: quantas famílias atendidas; quantas crianças deixaram de trabalhar, de estar em situação de trabalho infantil; quantos refugiados foram atendidos; qual a nota do IDEB que nós queremos; quantas pessoas saíram da fome.

O nosso esforço, e aí é na linha do que o Deputado Bohn Gass, nosso Relator falou — e é por isso que ele é o Relator —, é para olhar o impacto junto com a despesa, porque nós fazemos a despesa, e ela é ineficiente, muitas vezes. Então, precisa haver o dinheiro, ele precisa ser alocado, mas ele precisa estar performando, como nós falamos, nós precisamos ter um resultado. E para isso nós temos que casar os instrumentos, alinhar os instrumentos.

Esse é o esforço que nós estamos começando no Ministério. Não é fácil. Trata-se de uma discussão também na OCDE, uma discussão em outros países — como fazer o orçamento de desempenho. E quanto menos nós temos, mais nós precisamos fazer o orçamento de desempenho e casar impacto com alocação.

Então, esse, sem dúvida, é um dos temas...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - O Ministério está inovando. O Sergio Firpo vai fazer toda uma análise da eficácia dessas políticas públicas que estão sendo... Eu acho que isso vai ser também um grande avanço que o Ministério vai fazer.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Certamente. A avaliação e a incorporação disso pelos gestores, que é o grande desafio: você rodar o sistema todo. Aí tem que ter uma chibatinhazinha para poder fazer....

Eu queria agradecer, então, mais uma vez, Deputado, ao senhor, e cumprimentar todos os que participaram, inclusive os colegas que estão *on-line*,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 63

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

porque esse é o resultado de um grande esforço, como eu disse aqui no início, de milhares de pessoas participando e construindo esse planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu que a agradeço.

Nós vamos encerrar nossa reunião. Mas, realmente, agradeço a todos, à Carmem, que está conosco na Mesa ainda, à Leany, aos Deputados, e eu quero citá-los aqui.

Eu preciso fazer o registro, porque esse projeto veio, então, com participação social. O Governo, ouviu todas as (*ininteligível*), mandou-o para o Congresso. Então, está na nossa mão aqui agora.

E para o que eu tenho chamado a atenção do Congresso? Muitos discursos e falas, queridos Deputados, Deputado Túlio Gadêlha e Deputado Mauro Benevides Filho, são feitos sobre o equilíbrio das contas do Governo. Só que, ao mesmo tempo que se cobra equilíbrio das contas, se aprovam enormemente isenções, renúncias e não se aprova a possibilidade de termos tributação sobre fundos exclusivos, por exemplo. Isso é uma contradição. Nós temos que enfrentar com transparência esta contradição de uma Casa que exige equilíbrio, aprova renúncias — e geralmente não são para os pequenos; são muitas para os grandes — e não cobra de quem tem que pagar. Para mim, é exatamente este o dilema.

E cobram-se do Governo políticas públicas. Se são cobradas políticas públicas, tem que haver o acompanhamento da viabilidade, da possibilidade da ambientação, da sustentabilidade. Quando se fala em sustentabilidade, nós sempre pensamos no tema ambiental apenas. "*Sustentável ambientalmente.*" Não. Sustentabilidade econômica, financeira: é isso que nós queremos, é exatamente esse o tema.

Eu quero agradecer a toda a equipe que está aqui, a da assessoria também. Nós temos um colegiado da assessoria tanto do Senado quanto da Câmara na interação com o Governo, com as nossas bancadas. Eu quero agradecer a presença da equipe da Consultoria que está nos acompanhando.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 64

CMO (Reunião, Audiência Pública)

17/10/2023

Eu coloquei isto como a primeira questão quando fui designado Relator: nós vamos fazer o debate, mesmo que não haja uma presença tão forte no PPA, que é algo mais a longo prazo, com diretrizes, não é tão direto como o Orçamento Anual, quando cada entidade vem aqui pressionar, fazer o seu *lobby* legitimamente, corretamente, para as atividades da sua paróquia, da sua região. São importantes.

Aqui nós estamos pensando o País. E esta ideia de uma cultura de planejamento, de uma cultura com programas encadeados na sua transversalidade, com todos os elementos, é fundamental. Se, no fim das nossas audiências públicas, nós pudermos aumentar a ideia de cultura de planejamento, de rede, de transversalidade, de intersetorialidade, eu ficarei muito feliz. Aí, eu terei cumprido uma das funções às quais eu me propus quando assumi a função de ser Relator deste PPA.

Nós vamos ter mais dois eventos aqui. Há outros eventos Estados afora, há muitas audiências. Os setores me procuram para fazer reuniões específicas. Nós estamos em diálogo permanente sobre isso. No mês de novembro, haverá espaço para adendos, sugestões que os Parlamentares poderão ainda fazer a partir do relatório preliminar, que, nos próximos dias, nós vamos disponibilizar. Desejamos que no fim de novembro, início de dezembro, tenhamos essa peça construída a mais mãos — como ela veio: a mais mãos —, para que nós possamos encerrar o ano com a aprovação da LDO, do PLOA e, também, do PPA para o próximo período.

Agradeço o comparecimento de todos os convidados, de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, dos assessores e servidores das Casas Legislativas. Muito obrigado.

A reunião está encerrada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para debater o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº28, de 2023, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”, especificamente sobre o **Eixo 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática**, em atendimento ao **Requerimento n. 12/2023-CMO**, de autoria do Deputado Bohn Gass (PT/RS), aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, ocorrida em 26/09/2023. Para isso, foram convidados representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, da Central Única dos Trabalhadores, bem como do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Embora tenha sido convidado, a Confederação Nacional da Indústria encaminhou e-mail informando que não poderia participar. Verificaram-se as presenças dos Deputados Titulares: Alencar Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dilvanda Faro, Geraldo Resende, Gilson Daniel, João Leão, Luciano Amaral, Luiz Carlos Motta, Marcelo Lima, Odair Cunha e Vicentinho Júnior; dos Senadores Titulares: Beto Faro e Izalci Lucas; dos Deputados Suplentes: Carlos Zarattini, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Joseildo Ramos, Misael Varella e Weliton Prado; e dos Deputados Não Membros: Denise Pessôa, Leo Prates, Marcelo Queiroz, Pedro Campos, Reginete Bispo, Roberta Roma, Roberto Monteiro Pai e Welter.

ABERTURA: às dez horas e treze minutos, foi iniciada a reunião sob a condução do Deputado Bohn Gass (PT/RS) que comunicou a finalidade da audiência pública e logo anunciou a presença do Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Geraldo Alckmin e do Líder do Governo, Deputado José Guimarães. Esclareceu a organização da audiência pública no qual, inicialmente, a mesa seria composta apenas pelo Vice-Presidente do país e, posteriormente, pelos representantes Ministeriais e sindicais. Depois rapidamente contextualizou o tema, citando a forma como o PPA foi elaborado, com a participação da população, presencialmente, em audiências públicas pelo país e, virtualmente, pelo site. Citou ainda que o resultado disso foi a definição de seis grandes objetivos a serem alcançados, dentre eles a emergência climática, a retirada do Brasil do Mapa da Fome, a educação, Saúde, neoindustrialização, o último tema desta audiência. Em seguida, já concedeu a palavra ao Ministro Geraldo Alckmin para fazer sua exposição, pois anunciou que o ministro teria outro compromisso agendado com o Presidente Lula e precisaria se ausentar logo após sua apresentação. O Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços fez sua exposição sobre a neoindustrialização para o nosso país, a descarbonização e os biocombustíveis como alternativa mais sustentável para os automóveis e indústrias. Terminada a apresentação, o Vice-Presidente, Sr. Geraldo Alckmin, agradeceu o convite e pediu licença para se retirar, em virtude de reunião agendada com o Presidente Lula e Governadores do Nordeste. Em seguida, o presidente em exercício, Deputado Bohn Gass, chamou a próxima composição da Mesa, formada pela Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento, a Sra. Anna Flávia de Senna Franco, Secretária-Executiva Adjunta, da Secretaria Executiva e o Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil; a Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Regional e o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Participará ainda, virtualmente, o Sr. Nelson Karam, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE. Os representantes dos Ministérios apresentaram o que, nas suas áreas, têm planejado para o Plano Plurianual. Já o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, representantes da Central Única dos Trabalhadores – CUT - expos sobre a política industrial, os reflexos para o mercado de trabalho e o modelo de desenvolvimento econômico e de industrialização que desejam para o país. Finalizando as apresentações, o Sr. Nelson Karam, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, apresentou, virtualmente por meio da plataforma Zoom, uma contextualização que fizeram sobre o eixo 2, além dos desafios que encontrarão para a busca de um desenvolvimento sustentável, ou seja, o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental. Para isso, citou a necessidade de criar indicadores não só do resultado final, mas dos processos. Em continuidade a reunião, após as explanações de todos os convidados, o presidente em exercício concedeu a palavra aos parlamentares presentes, dentre eles, os Deputados Welter (PT/PR), Marcelo Queiroz (PP/RJ), Pedro Uczai (PT/SC) e, por fim, a Deputada Erika Kokay (PT/DF) teceram seus comentários sobre o tema. Em seguida o Deputado Bohn Gass passou a palavra novamente a todos os convidados para considerações finais. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e dezenove minutos, o Deputado Bohn Gass, Presidente em exercício, agradeceu a presença de todos os convidados e parlamentares presentes e encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputado Bohn Gass, Presidente em Exercício. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Saúdo todos os nossos participantes presenciais e virtuais desta 14ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2023, da CMO, de minha autoria, com o objetivo de discutir o Plano Plurianual — PPA 2024-2027, do qual sou Relator, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, mais especificamente, o eixo do desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental.

Nós vamos ser bem objetivos aqui, e vocês vão compreender por quê. Hoje nós temos a presença honrosa aqui do Vice-Presidente — a quem quero agradecer pela presença —, que é também Ministro da Indústria e Comércio. V.Exa. tem coordenado os trabalhos, por determinação do Presidente Lula, desde o processo da transição à posse deste Governo do Presidente Lula, e contribuído muito para o debate sobre os orçamentos e também o PPA, que é o planejamento de futuro para o nosso País.

Ilustre Geraldo Alckmin, a presença de V.Exa. na nossa Comissão do Congresso Nacional nos honra muito.

Nós contamos com a presença do Líder do Governo aqui na Câmara dos Deputados, nosso querido companheiro José Guimarães.

Demais Líderes e Deputados que nos acompanham, sintam-se todos saudados. Depois, eu vou fazer as saudações.

Nós temos a colaboração enorme do nosso Vice-Presidente, que já foi chamado para uma reunião, às 11 horas, com o Presidente Lula e com os Governadores do Nordeste. E nós estamos organizando a nossa reunião de hoje da seguinte forma: a primeira parte, só convidei o nosso querido Alckmin para a Mesa, para depois termos os Ministérios, cuja presença nós já temos também por meio dos seus representantes ministeriais: a Sra. Anna Flávia de Senna Franco, Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria Executiva; o Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; a Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, representando a Central Única dos Trabalhadores; o Sr. Nelson Karam, economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos — DIEESE.

Preciso saudar a Leany, Coordenadora Adjunta, pelo Ministério do Planejamento, que nos acompanha. Já na sequência, nós vamos convidá-la para participar da Mesa. Mas ficamos nessa primeira forma de trabalho, porque, depois, o Ministro precisará se ausentar.

Quero, resumidamente, colocar para V.Exas. e para a sociedade brasileira que nos acompanha, como eu tenho dito, colegas Deputados, que nós precisamos imprimir uma cultura de planejamento no nosso País, e o PPA traz exatamente essa dimensão. E estão sendo realizadas, sob a coordenação da Ministra Simone Tebet e do Ministro Márcio Macêdo, por determinação do Presidente Lula, audiências em todos os Estados do País. Mais de 30 mil pessoas estiveram presencialmente em audiências públicas em todos os Estados, numa mobilização da sociedade. Além disso, houve a presença virtual de 4,5 milhões de pessoas que visitaram o *site*, interagiram.

Ministro Alckmin, chegaram a votar 1,5 milhão de pessoas nas propostas do PPA, para ser um PPA participativo, e ainda na retomada dos conselhos, dos interconselhos, o que foi também uma participação no debate. Isso gerou seis grandes objetivos que foram trabalhados. Um deles é a questão inicial do enfrentamento das emergências climáticas, que nós estamos vendo com grande preocupação.

Também o debate para retirarmos o Brasil do mapa da fome; educação; saúde; neoindustrialização, que é exatamente o tema que aprofundaremos hoje. E um conjunto de elementos, como a transversalidade necessária para abranger a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

questão ambiental, crianças e adolescentes, negritude, a questão LGBTQIA+, mulheres, para que todos esses aspectos sejam valorizados de forma transversal em todas as políticas públicas no próximo período, nos três eixos, e esse foi um trabalho desta Comissão.

Nós teremos quatro audiências públicas aqui. Na primeira, houve uma apresentação geral, na qual a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo estiveram presentes para apresentar o trabalho geral realizado. E os três eventos aqui se seguem agora com o aprofundamento dos eixos.

O primeiro, com a presença de vários Ministros das áreas e da sociedade civil, sobre o desenvolvimento social, o desenvolvimento para tirarmos o Brasil do mapa da fome, para diminuirmos as desigualdades. Esse debate nós já realizamos na semana passada.

Hoje esse enfoque para nós entrarmos neste momento com a palavra do Vice-Presidente e Ministro da Indústria e Comércio sobre o tema do desenvolvimento econômico. E eu só vou ler três objetivos, entre tantos outros que se apresentaram, para introduzir a sua fala neste momento: conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente; ampliar a capacidade de prevenção; a gestão de riscos; as respostas aos desastres e adaptação às mudanças climáticas; a promoção da industrialização em novas bases tecnológicas; e a descarbonização da economia.

Foi exatamente essa a razão principal da insistência — e deixo aqui o nosso agradecimento — da sua presença, Vice-Presidente, porque o termo "neoindustrialização", não apenas reindustrialização, é o que queremos, como tem dito o nosso Ministro, e o que significa, então, essa neoindustrialização para o nosso País.

Então, nada melhor do que V.Exa. poder expressar e desenvolver acerca desse tema com este Plenário aqui e com a sociedade brasileira, que está acompanhando esse nosso PPA.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Com a palavra o Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República e Ministro da Indústria e Comércio.

O SR. MINISTRO GERALDO ALCKMIN - Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Federal Bohn Gass, Relator do PPA; o Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sr. Aroaldo Oliveira da Silva.

Saúdo aqui os Deputados Federais. Vejo aqui o Deputado Luiz Carlos Motta, que é o Relator do Orçamento. Estiveram também conosco o Líder do Governo, Deputado José Guimarães; o Deputado Pedro Campos, que está aqui conosco; o nosso sempre Deputado Valadares Filho. É uma alegria revê-lo.

Também cumprimento o Deputado Odair Cunha, o Deputado Alencar Santana, o Deputado Heitor Schuch.

Saúdo aqui os que participarão deste importante encontro: a Sra. Anna Flávia Franco; o Henrique Portella; a Marina Soares Almeida; a Leany Lemos.

Cumprimento também a Deputada Denise, que está aqui conosco. É uma alegria e uma satisfação revê-la.

Cumprimento ainda o Deputado Marcon, as amigas e os amigos.

Inicialmente, quero destacar a importância do PPA e a importância das audiências públicas, extremamente relevantes. Eu disse já que governar é escolher. O dinheiro nunca vai dar para tudo em nenhuma esfera de Governo, em nenhum lugar do mundo. Então, governar é escolher, é priorizar. E ouvir a sociedade civil organizada é fundamental para se fazer boas escolhas e elaborar bem a proposta. É por isso que quero saudar a participação enorme que tivemos no Brasil inteiro, no PPA, para a elaboração do orçamento.

Cumprimento o Líder, Senador Randolfe.

Depois darei uma palavra sobre a ANEEL, industrialização.

O Brasil teve, nos últimos 40 anos, uma desindustrialização grave. Nós saímos de 22% da indústria manufatura para 11%, de forma precoce. Geralmente,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

quando se fica rico, fica caro. E a pergunta sempre é: onde eu fabrico bem e barato?

Então, eu vou para um lugar em que eu consiga fabricar um bom produto, que funcione e que caiba no meu bolso, por um custo menor. E nós acabamos tendo, pelo Custo Brasil, uma perda de competitividade, de produtividade, que levou a uma desindustrialização precoce. Como não reindustrializar, mas neoindustrializar? Como nós podemos recuperar a indústria, o setor secundário da economia e fazê-lo em novos moldes? E a pergunta é: onde eu fabrico bem, barato, e consigo compensar as emissões de carbono e gás de efeito estufa? E aí se abre uma grande oportunidade para o Brasil, porque o País será o grande protagonista da descarbonização. É fácil entender a gravidade do momento.

Quando nós, Senador Randolfe Rodrigues, inspiramos... E quem já foi candidato pode cair em debate. Eu fui candidato a Prefeito de São Paulo, e essa foi a pergunta do então candidato a Prefeito, Dr. Enéas, para o então Presidente Fernando Collor de Mello, que foi candidato a Prefeito de São Paulo. Depois ele foi cassado no finalzinho da campanha, mas participou dos primeiros debates. E a pergunta foi sobre o Distrito de Marsilac, na Zona Sul da Capital, sobre a composição do ar atmosférico, que era o percentual de oxigênio, nitrogênio, monóxido e dióxido de carbono.

É evidente que o Collor naufragou na pergunta do Enéas. Quando nós inspiramos, 80% é nitrogênio e 20%, oxigênio, em números redondos. Quando nós expiramos, os 80% de nitrogênio não mudam, mas os 20% de oxigênio viram 15%, e 5% viram gás carbônico.

Então, todos nós respiramos 16 vezes por minuto. Dormindo de manhã, à tarde e à noite, todos nós estamos consumindo oxigênio e jogando carbono na atmosfera. Quando digo "todo mundo", me refiro a animais: nós, vaca, cachorro, gato, ave, peixe. Todo o reino animal consome oxigênio e lança carbono na atmosfera. O reino vegetal faz o inverso: ele fixa o carbono e solta o oxigênio, através da fotossíntese. A natureza é perfeita, e o mundo está equilibrado: o reino





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

animal está lançando carbono, consumindo oxigênio, e o reino vegetal fixando carbono e devolvendo oxigênio.

O problema é que isso chegou à mão humana, que foi lá embaixo e pegou o combustível fóssil. Então, o escapamento do carro, da moto, do avião, do navio, do trem, da indústria, da fábrica, todo mundo está lançando carbono na atmosfera. E esse excesso de carbono e gás de efeito estufa destroem a camada de ozônio, e o planeta começa a ter um aquecimento anormal, com todas as suas consequências. O Sul do Brasil fica debaixo d'água, há enchentes; no Rio Grande do Sul há três ciclones; o Norte está seco. O Rio Amazonas, o maior rio do mundo, está chegando à sua menor batimetria, a maior seca.

E aí vem um esforço planetário de descarbonização. A primeira tarefa é acabar com o desmatamento. Um hectare de mata derrubada e queimada emite 300 toneladas de gás carbono. Então, já caiu 48% o desmatamento na Amazônia, que não é feito por agricultores, é feito por grileiros de terra. A primeira tarefa é combater o desmatamento; a outra é descarbonizar.

Eu vou trocar o carbono por quê? Então, eu tenho as rotas tecnológicas. E para o Brasil surge uma enorme oportunidade: o Presidente Lula, com o Primeiro-Ministro Modi, da Índia, e o Presidente Biden, dos Estados Unidos, lançaram a Aliança Global para os Biocombustíveis. Então, o diesel que eu importo, porque a PETROBRAS exporta petróleo bruto, mas importa *diesel*, eu vou trocar por biocombustível, por bio — óleo vegetal, mamona, soja, dendê, girassol ou gordura animal. Então, eu descarbonizo.

Começou com o Presidente Lula, no primeiro mandato, o B3, e Roberto Rodrigues era o Ministro da Agricultura. Isso deu tão certo que foi para B5, B7 e chegou até a B13 e, depois, baixou para B10. Agora voltou para B12 e deve ir para B13, B14 e B15. E está aqui no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Combustível do Futuro. Qual é o combustível do futuro? Um deles é o biocombustível. Então, há proposta para se chegar até a 20%. Inúmeras fábricas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

estão sendo inauguradas, como em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; aqui em Goiás; no Paraná; na Lapa. São inúmeras indústrias de biocombustível.

Quando eu esmago a soja — o Brasil é o maior exportador do mundo de soja, que é o primeiro produto da pauta de exportação brasileira para se fazer a ração — sobra, de cada cinco, um de óleo vegetal e substitui-se pelo *diesel*. Deixa-se de importá-lo e troca-se por óleo vegetal.

Biocombustíveis, óleos vegetais: uma nova indústria, inovadora e verde. A neointustrialização é inovação, fazer coisas novas, e verde, com sustentabilidade.

Deputado Bohn Gass, quero destacar o papel do Congresso Nacional, que aprovou a TR, com 4% de taxa de juros, para a pesquisa, desenvolvimento, inovação e digitalização. As empresas brasileiras vão ter acesso a 60 bilhões de reais, disponibilizados pelo BNDES, pela FINEP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, mais 20 bilhões de financiamentos, não reembolsáveis, só para inovação e digitalização.

Outra alternativa: etanol. E 83% da frota brasileira é formada por carros flex. O etanol é uma energia limpa, renovável. Planta-se cana ou milho para fazer etanol, que fixa carbono no solo; emite-se menos carbono; geram-se emprego e renda. Acabamos de lançar uma nova fábrica em Balsas, no sul do Maranhão, na região do MATOPIBA, com investimento de 1,5 bilhão de reais, que vai fazer etanol de milho, assim como DDG, aquela massa, aquilo vai para a proteína, que vai para a ração animal, óleo comestível e bioeletricidade. Portanto, são quatro fábricas num complexo industrial. Planta-se milho, transforma-o e, ao invés de exportá-lo, fabrica-se óleo etanol, óleo combustível, ração animal e bioeletricidade, através do vapor, através de biomassa.

Etanol, combustível do futuro, o projeto está aqui no Congresso Nacional. A proposta é aumentar de 27% para 30% o etanol na gasolina. Além do carro flex, poder colocar o etanol... Em São Paulo, o ICMS na gasolina era de 25% e no etanol, 25%. Baixou para 12%, não é para o usineiro, mas para o consumidor. O





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

consumidor escolhe, na hora de abastecer o carro, colocar etanol. E isso ajuda a melhorar a qualidade do ar.

A primeira causa de morbimortalidade no mundo e no Brasil é o coração; a segunda, câncer, alcançando o coração. Em 10% dos Municípios brasileiros, o câncer já é a primeira causa de morbimortalidade, subindo, em razão da mudança demográfica. O envelhecimento do País aumenta a incidência de neoplasias. A terceira causa é doença pulmonar. Portanto, a qualidade do ar é fundamental.

Outro projeto, ainda referente ao combustível do futuro, é o SAF. Vou trocar todos os querosenes dos aviões do mundo. E eu vou trocar pelo quê? Vou trocar pelo *Sustainable Aviation Fuel* — SAF, biocombustível. Vou trocar um combustível fóssil. Estou sempre trocando o carbono por alguma coisa. Quem vai produzir o SAF? Ou nós, ou a Índia, ou os Estados Unidos.

Então, há uma corrida, em termos de pesquisa e desenvolvimento, para ver quem chega primeiro. E é grande a possibilidade de termos o SAF substituindo o querosene. A mesma coisa acontece com os navios, enfim, sempre buscando uma rota tecnológica, *diesel* verde, hidrogênio verde. Eu vou produzir hidrogênio. Como é que eu faço o hidrogênio? Vou trocar o carbono pelo hidrogênio, eu pego a água, H₂O, e quebro. Aí eu tiro o hidrogênio, dois átomos de hidrogênio. Para quebrar a água, para fazer a hidrólise, é uma fortuna de energia. Se essa energia for renovável, eólica ou solar... O hidrogênio é verde. Quem pode fazer hidrogênio verde no mundo? O Brasil.

O Brasil é hoje o segundo receptor mundial de Investimento Estrangeiro Direto — IED. Nós só perdemos para os Estados Unidos. O mundo investe onde? Primeiro, nos Estados Unidos; segundo, no Brasil. O Brasil é o segundo receptor de Investimento Estrangeiro Direto, é o quinto maior País do mundo em extensão territorial, em que não há terremoto, não há gelo, há solo fértil, água e sol. Tem a sexta maior população mundial. Tem escala, tamanho, mais de 200 milhões de pessoas. É a nona economia, o nono PIB do mundo — Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França, Itália e Brasil. Passamos o Canadá





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

e passamos a Rússia. Somos o nono PIB mundial. Então, o País tem escala, tem tamanho.

Eu destacaria que nós temos a neoindustrialização, inovação. Há inúmeras rotas tecnológicas. Na indústria automobilística, temos o carro elétrico, o híbrido. O etanol puro, do poço à roda, praticamente se equivale ao carro elétrico. Então, vamos ter carro elétrico, carro híbrido, a biodiesel, o aumento do biocombustível nos combustíveis fósseis, inúmeras rotas tecnológicas.

Destacaria, Presidente Bohn Gass, uma outra questão, que é a depreciação acelerada. O parque industrial brasileiro está envelhecido — a média são 14 anos. Temos produtividade baixa. É preciso renovar equipamentos, máquinas, melhorar a produtividade, melhorar a competitividade. O que é depreciação acelerada? Uma máquina se deprecia, por exemplo, em 10 anos. Eu vou depreciar no primeiro ano. O Governo não está abrindo mão de impostos. A empresa paga 100 milhões de reais em 5 anos, ela vai pagar 100 milhões de reais em 5 anos, mas, no primeiro ano, eu reduzo o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e estímulo a renovação das máquinas e equipamentos. Recupero no segundo, terceiro, quarto e quinto anos. Então, eu faço uma depreciação acelerada e consigo recuperar. Enfim, há inúmeros caminhos.

A economia depende de um tripé: câmbio, juros, imposto. Há um tripé fundamental, e o câmbio está bom, 5 reais para comprar 1 dólar é um câmbio competitivo, porque ajuda a exportação, ajuda a exportar, e dificulta a importação. Então, o câmbio atual é um câmbio competitivo. Quando o câmbio estava um para um, 1 dólar, 1 real, tudo era mais barato importar. Você fecha a indústria, não há como competir. Então, o câmbio é competitivo. Ele não pode é ter muitas alterações, mas ele está competitivo hoje. Os juros estão altos, mas eles estão em queda. O que precisa é que ele caia mais depressa, mas ele está em queda. O arcabouço fiscal vai ajudar, lei aprovada pelo Congresso. O imposto é alto. Não há como reduzi-lo nesse momento, mas ele vai melhorar a eficiência econômica pela





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

reforma tributária. A reforma tributária desonera completamente o investimento e desonera completamente a exportação, porque ela acaba com a cumulatividade, ela elimina a cumulatividade. Essa é uma reforma que faz o PIB crescer.

Os estudos mostram que, em 15 anos, o PIB brasileiro pode crescer 12%, quase 1% ao ano, porque ela traz eficiência econômica. Tudo cresce, serviços crescem, agricultura cresce e a indústria cresce ainda mais. Então, ela ajuda enormemente na questão, reduz o Custo Brasil. Como é na União Europeia? Um IVA. Pode ter mais de uma alíquota, um imposto, mas pode ter mais de uma alíquota. Não precisa ter alíquota única. Esse é o modelo, por exemplo, europeu. Mas você troca cinco tributos sobre consumo — ICMS, IPI, PIS, COFINS, ISS — por um IVA Dual, e a transição federativa pode ser longa, não precisa ser curta. O que precisa ser curto é a aplicação da reforma sob o ponto de vista de eficiência econômica.

Enfim, Presidente Bohn Gass, quero trazer uma palavra aqui de otimismo: câmbio bom; juros em queda; inflação sob controle; e reforma tributária, cujo relatório, de autoria do Senador Eduardo Braga, deve ser apresentado no Senado, e vai ajudar muito. Eu fui Constituinte — não era nem careca, Bohn Gass, naquele tempo. Embora o nosso lema seja "dos carecas que elas gostam mais", isso tem explicação científica. Isso não é lenda, não, tem explicação científica. Já viu mulher careca? O que derruba cabelo é testosterona. *(Risos.)*

Na Constituinte, nós aprovamos medida provisória. Por que nós aprovamos medida provisória? Porque o nosso tempo é o tempo da mudança e da velocidade da mudança. As coisas são muito rápidas. E, às vezes, você precisa ter um instrumento mais rápido. Então, nós aprovamos, há 35 anos, a medida provisória, para dar ao Governo rapidez em medidas de extrema urgência e de extrema relevância.

Quero dizer que, há 4 décadas, estudamos a questão tributária e, finalmente, em poucos meses, a Câmara aprovou a reforma tributária. Ela não é perfeita, mas vai fazer a diferença, e vai ajudar a economia brasileira, bem como o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

desenvolvimento inclusivo, para não deixar ninguém para trás, e ajudar a população mais necessitada, com estabilidade e previsibilidade, com inflação sob controle. Aliás, a inflação de alimento foi a que mais caiu, e com sustentabilidade, com descarbonização. E aí a indústria tem um papel relevante nesse novo cenário de neoindustrialização.

O Brasil vai ser o grande protagonista do mundo das energias renováveis — eólica, solar, hidrogênio verde, mercado regulado de carbono. Só aqui estão quatro projetos de lei: combustível do futuro, hidrogênio verde, eólica *offshore*, e mercado regulado de carbono. Estes são projetos importantes que vão ajudar a atrair investimentos e a retomar a atividade econômica.

O Presidente Lula fará uma reunião, daqui a pouco, com os Governadores do Nordeste. S.Exa. me pediu para que eu também estivesse presente. Por isso vou pedir licença para vocês para me retirar, mas quero agradecer muito o convite. Matei a saudade aqui do meu tempo de Deputado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Serei muito breve aqui. Vou fazer considerações super-rápidas.

Nós temos vários Parlamentares inscritos. Quero que compreendam que as falas serão logo na sequência, pois o Ministro precisa se retirar.

Mas eu quero, na sua presença, fazer o registro do nosso querido Senador Randolfe, que está presente, nosso Líder no Congresso Nacional, que nos assessora e nos coordena diretamente aqui; do Deputado Luiz Carlos Motta, Relator da PLOA; e do Senador Danilo Fortes, que é o Relator da LDO. Então, nós temos os três Relatores aqui presentes. Quero saudar todos vocês.

Quero saudar os colegas: Deputada Denise, Deputado Welter, Deputado Ailton Faleiro, Deputado Marcon, Deputado Nilto Tatto, Deputado Heitor Schuch, Deputado Silvio, Deputado João Leão, Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Pedro Campos, Deputada Dilvanda, Senador Faro, que se encontra presente agora, Deputado Gaguinho, que foi também de Tocantins, Deputado João Leão,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

obrigado pela presença. Quero saudar todos. E obrigado pela presença — acho que saudei todos que estão aqui. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

O Vice-Presidente precisa se ausentar, mas nós vamos continuar com a nossa atividade.

Eu já vou chamar a próxima composição da Mesa. O Deputado Reimont já está anotando os nomes aqui dos Deputados que vão falar na sequência.

Mais uma vez, meus agradecimentos.

Peço uma salva de palmas ao nosso querido Ministro Geraldo Alckmin.
(Palmas.)

Chamo imediatamente para compor a Mesa a Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem nos acompanhado diretamente aqui na CMO; a Sra. Anna Flávia de Senna Franco, Secretária-Executiva Adjunta, da Secretaria Executiva; o Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil; a Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Quero saudar o Deputado Padovani, Presidente da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional — obrigado, Deputado Padovani, pela presença.

Saúdo o Deputado Zé Neto, Deputado Federal da Bahia, também presente aqui — obrigado.

Nós convidamos também, do mundo do trabalho e do mundo empresarial, representantes da CNI. Estamos aguardando a presença deles, que participarão desta reunião.

Convidamos o Sr. Nelson Karam, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Já que são vários painelistas representantes aqui, vamos combinar o seguinte: dissemos que o tempo seria em torno de 15 minutos, para que cada um pudesse apresentar bem o que os Ministérios, nas suas áreas, têm planejado para esse Plano Plurianual.

Podemos começar com a Anna Flávia? (*Pausa.*)

A Sra. Leany poderia fazer, primeiro, a *reprise* de alguns aspectos. Da outra vez ela o fez, por isso eu achei que agora ela poderia apresentar complementações.

Então, a primeira fala será da Sra. Leany Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Obrigado pela sugestão, já acatada.

Com a palavra a nossa querida Leany.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

É um grande prazer estarmos de volta aqui com o nosso Relator, podendo falar sobre o Eixo 2 do PPA.

Eu já vou pedir a apresentação, se possível.

Nós vamos apresentar um painel mais amplo, Deputado, sobre quais são os temas, os eixos, os princípios e as diretrizes que regem esse Plano Plurianual, que foi feito de uma maneira bem diferente. Ele contrasta bastante de PPAs anteriores, não só porque traz uma camada estratégica reforçada e métricas muito claras de como é que nós vamos ver a transformação, enxergar a transformação das políticas públicas, como também traz uma camada tática e uma camada operacional muito voltada para resultados, onde houve um processo muito amplo de participação e de incorporação de sugestões da sociedade.

Eu fico aqui muito feliz, Deputado, de estar com os meus colegas da Esplanada, porque nós sempre dizemos que o nosso trabalho no Ministério do Planejamento é um trabalho de coordenação, é um trabalho de fomento, é um trabalho de qualificação. Mas quem faz o trabalho é quem está na ponta, é quem





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

conhece os temas, que é quem vai implementar essas políticas ao longo do tempo.

Nós temos este papel no Ministério, primeiro, de apoio na formulação e, posteriormente, no monitoramento e na avaliação dessas políticas para o redirecionamento dos resultados, para que, de fato, possamos ter resultados palpáveis e não seja só uma alocação orçamentária sem o efetivo resultado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse é um resumo do nosso PPA. Nós temos uma visão de futuro que é um país democrático, desenvolvido, ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.

Isso eu acho que foi muito bem traduzido aqui pelo nosso Vice-Presidente, que falou não só de algumas prioridades, como combate à fome, enfrentamento da mudança climática, educação básica, atenção básica e especializada da saúde, neindustrialização e PAC, que são as nossas prioridades, como também de transversalidade.

Nesse Plano Plurianual, nós estamos dando uma especial atenção a alguns temas, que são multissetoriais, não são políticas localizadas, gênero, igualdade racial, pauta ambiental, povos indígenas, criança e adolescente, que são pautas que têm que ser vistas transversalmente. Nós trazemos isso nesse plano.

Muito importante é o que já foi dito aqui pelo nosso Relator sobre o volume de participação.

E esse PPA está estruturado, então, em três eixos. Para que nós alcancemos essa visão, nós temos 3 eixos e 35 objetivos estratégicos.

Com relação ao Eixo 1, nós tivemos na semana anterior uma audiência pública. Quanto ao Eixo 3, nós faremos isso na próxima semana.

O Eixo 2 está focado em economia, desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática. Ele tem 15 objetivos estratégicos e 23 indicadores-chave.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Só lembro que o PPA traz uma volumetria de recursos em programas finalísticos de 13,3 trilhões de reais, que serão realizados nesses 4 anos, sendo que 3,9 trilhões de reais são não orçamentários, 566 milhões de reais são investimento das estatais e cerca de 8,9 trilhões de reais são de orçamento. Aqui no PPA não entra dívida, não entra encargos. É só a parte finalística. Do total orçamentário, 14%, 1,8 trilhão de reais, referem-se à gestão. Todo o resto é na política pública, é na ponta.

Eu já falei da visão de futuro. Vou passar mais rapidamente.

Nós sempre gostamos de trazer os indicadores-chave nacionais que têm indicadores com metas por banda. Nós estabelecemos um piso inferior, um piso superior, sendo que o verde, que vocês vão ver na apresentação, que vai ficar disponível, é sempre o cenário desejado. E por que é importante isso? Porque, por mais que nós tenhamos textos bonitos que traduzam o desejo do conjunto do Governo, que está expresso nos documentos, nos planos de governo do Presidente, nas suas falas, nos planejamentos setoriais, é muito importante que tenhamos métricas. Esse é um ponto muito forte deste PPA.

Na visão de futuro, especialmente, há um forte componente do Eixo 2, tanto na questão climática ambiental quanto na questão econômica. Trata-se de desemprego, investimento, crescimento de PIB, redução de emissões de gases de efeito estufa, redução de desmatamento, aumento de renda *per capita*. Então, esses são elementos muito importantes.

O Eixo 2, portanto, traz as seguintes questões: competitividade e produtividade; crescimento econômico; ambiente de negócio; toda a pauta de reindustrialização em novas bases, com agregação de valor de bens e serviços; toda a parte de desenvolvimento científico e tecnológico; inserção do Brasil na economia verde e digital; infraestrutura; redução de desigualdades regionais; economia solidária; e desenvolvimento rural. Então, é bastante amplo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Como eu disse, além dos objetivos e dos 23 indicadores-chave, são 35 programas dos 88 e 176 objetivos específicos, todos com indicadores e metas, como vocês podem ver nos oito anexos que estão na lei.

Eu não vou ler todos os objetivos estratégicos, mas é importante dar um panorama do que ele traz: toda a parte de transição energética; toda a pauta de meio ambiente, de maneira transversal e priorizada; industrialização e produtividade, que eu já comentei; trabalho e emprego; ciência e tecnologia; eficiência; logística; e segurança hídrica, que foi um tema muito falado nas plenárias no Nordeste e também no Norte, por razões diferentes, um tema bastante mencionado nas nossas viagens.

A apresentação que vocês têm está disponível no *site* e tem todos os indicadores-chave e metas considerados. Apenas para dar um exemplo de indicadores: metas para dispêndio em pesquisa e desenvolvimento; metas de participação de energias limpas e renováveis na oferta interna de energia; valor adicionado da indústria de transformação em proporção ao PIB, ou seja, o crescimento da indústria no nosso PIB; famílias com cadastro ativo em Cadastro Único; população ocupada. Enfim, são vários indicadores que estão relacionados a cada um dos objetivos estratégicos.

Dos 35 programas, eu gostaria de destacar justamente alguns subeixos. Nós temos a parte de infraestrutura muito forte, de ciência e tecnologia e de produtividade e competitividade na economia.

Lembro as nossas agendas transversais, que eu citei no início: crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas, ambiental. E menciono as prioridades que estão elencadas no texto do PLN 28: neoindustrialização; Novo PAC; combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática; combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; e saúde, atenção primária e especializada.

Existem algumas diferenças entre pautas transversais e prioritárias, não vou me alongar, mas a prioridade é reduzida. Temos um conjunto menor, um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

subconjunto de atributos quando conseguimos ver e marcar a transversalidade de uma maneira mais ampla.

Para vocês terem uma ideia — eu acho que a Secretária Flávia vai falar bastante sobre o tema —, nós temos marcações no nível de programa, objetivos específicos, entregas e medidas institucionais tanto para a pauta ambiental quanto para a pauta prioritária de enfrentamento da emergência climática. Por exemplo, a pauta ambiental está em 50 dos 88 programas. Eu acho que essa é uma informação bastante relevante que traz tanto a agenda de mitigação quanto a agenda de adaptação. Nós trazemos bem completa a apresentação porque, como fica no *site*, eu acho que quem quiser se aprofundar pode olhar cada um dos detalhamentos, como cada programa está relacionado à pauta de mitigação e à pauta de adaptação.

Outro tema também muito importante, além do ambiental, é o novo PAC. O novo PAC é uma prioridade bastante relevante de centro de Governo. Nós temos aí quase mil entregas e praticamente 52, um pouco mais de 50 medidas institucionais, ou seja, normas que serão realizadas para viabilizar o PAC, ou para melhorar o ambiente para a execução, para a melhoria de infraestrutura e logística. Lembro que o novo PAC está em 15 Ministérios e em 38 dos 88 programas do PPA.

Então, quem quiser olhar o PAC, ele não está só no transporte, ele não está só em portos e aeroportos, ele está fundamentalmente na infraestrutura, mas ele está também na educação, ele está na saúde, ele está na cultura. Existem ações, iniciativas em mais de 30 programas em relação ao PAC. Nós trazemos alguns exemplos de objetivos com seus indicadores. Por exemplo, concessão de rodovias com mecanismos aprimorados, com indicador de quilômetros de rodovias concedidos e uma meta ao final do PPA de 14 mil quilômetros concedidos. Então, para cada uma das ações, nós temos indicadores e metas.

Sobre neoindustrialização, não vou me deter mais, porque já tivemos o dono da agenda, mas é muito interessante ver o que tem sido feito no Conselho





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Nacional de Desenvolvimento Industrial. A nossa equipe tem apoiado a equipe do MDIC para fazer uma conciliação do plano com as missões do conselho nacional, aquelas que foram aprovadas pela Resolução nº 1, de 2023. Então, para cada uma das missões que foram elencadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento, nós conseguimos identificar quais são os programas do PPA que têm alguma contribuição a dar e quais são os indicadores que devem ser acompanhados para melhor implementação dessa política, que pode ser acompanhada por todos, porque serão todos públicos. Haverá monitoramento, haverá relatórios, para que nós possamos acompanhar.

Gostaria aqui de agradecer mais uma vez aos nossos parceiros que ajudaram na construção desse PPA. Nós trabalhamos muito proximamente com o IPEA, com o IBGE, com o BID, com o CAF e também com a equipe que está aqui presente e que trabalhou e tem trabalhado ainda intensamente nessa segunda fase agora de revisão e de aprovação do PPA.

Obrigada, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - É sempre bom dar essa visão geral. Agradeço, inclusive, à Raquel, que deu a sugestão.

Nós temos aqui o Bira, Ubiratan de Souza, que está acompanhando aqui pelo Ministério da Secretaria Geral do Governo. Foram os dois Ministérios que organizaram, o Márcio Macêdo e a Simone Tebet, e essa equipe está lá junto. Deixo um abraço também para o Renato Simões, mas o Bira está nos acompanhando aqui. A Raquel também está junto e a Leany, que são as pessoas com quem nós tivemos mais contato nesse processo todo do PPA participativo, que é uma inovação.

Saúdo, mais uma vez, os Deputados Zé Neto, Dilvanda Faro, Welter, e Nilto Tatto, que estão presentes.

Eu queria citar também a Deputada Reginete Bispo, que está presente, e a Helena.

Anuncie, por favor, porque eu gosto que o nome esteja correto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

A SRA. HELENA LIMA - Bom dia. Eu sou a Helena Lima, de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Isso. Obrigado, colega Helena Lima. Vários Deputados já passaram por aqui e já fizemos o registro anteriormente.

Vamos passar a palavra, então, para a Anna Flávia de Senna Franco, para fazer sua apresentação. Ela atua no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esse tema nós colocamos como o centro das nossas preocupações. Já foi dito aqui, antes, que são sinistralidades que nós vemos nas mínimas e máximas, digamos assim, em curto espaço de tempo, não só no Brasil, mas também no mundo. O tema de enfrentamento das emergências climáticas passa a ser o centro das preocupações.

Por isso nós queremos ouvi-la agora.

A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - Bom dia a todos e todas, Deputados e Deputadas aqui presentes. Eu cumprimento aqui os integrantes da Mesa, nossa colega do Ministério do Planejamento, que muito contribui para a consolidação do PPA. Cumprimento todos na pessoa do nosso Deputado Bohn Gass e cumprimento também os representantes dos órgãos, do Ministério do Meio Ambiente, os assessores parlamentares. Agradeço o convite para participar deste evento. Eu acho que é muito honroso estar presente aqui, porque o PPA representa um dos instrumentos mais importantes para a transparência e o controle social das políticas públicas nacionais. E o modelo que foi instituído pelo Ministério do Planejamento conseguiu agregar instrumentos de participação pública riquíssimos e contribuiu para que seja legitimada a política pública nacional para a sociedade brasileira.

Parabenizo-os pelo trabalho e reconheço o esforço da equipe do Ministério do Planejamento.

Eu vou fazer uma abordagem bastante ampla dos programas afeitos à área ambiental, mas o nosso Vice-Presidente acho que já conseguiu fazer uma





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

contextualização muito grande dos principais desafios afeitos à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou retomar, inclusive, um eslaide que já foi apresentado pela nossa colega do Ministério do Planejamento que menciona os três eixos estabelecidos pela metodologia do PPA. Eu gostaria de reforçar como foi apropriada a inclusão do tema ambiental no eixo de desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Eu acho que isso demonstra um reconhecimento da política pública nacional, expressa no PPA, de que o desenvolvimento econômico está inteiramente condicionado e alinhado às questões de sustentabilidade ambiental, social. Não há mais — e acho que o nosso Presidente reforçou aqui — como promover o desenvolvimento econômico e social sem considerar as bases para uma economia limpa, um sistema renovável de energia e uma transformação ecológica capaz de dar sustentabilidade ao futuro.

Podemos passar o eslaide, mas este eslaide era para registrar a importância de a concepção da área ambiental estar junto ao eixo de desenvolvimento.

Bem, no segundo eslaide, eu vou destacar dois dos indicadores-chave nacionais que estão entre os mais importantes que foram pressupostos para a proposta do PPA. O primeiro indicador é de emissão de gases de efeito estufa no Brasil. Conforme a metodologia definida pelo Ministério do Planejamento, temos duas grandes metas a serem atingidas: uma mais realista e uma mais, digamos assim, otimista. O gráfico apresentado se baseia em informações do Sistema de Registro Nacional de Emissões — SIRENE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Podemos observar que o pico de emissão de gases de efeito de estufa se deu em 2001. Esse é um registro com evidências de que há alguns indicadores que estavam impactando a carbonização, os gases de efeito estufa decorrentes de processos de uso do solo e do desmatamento no Brasil, e que chegaram a um patamar de pico em 2021.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

As projeções para o futuro têm como referência principalmente a meta estabelecida no Acordo de Paris de reduzir em 50% as emissões detectadas atualmente. Isso significa que a perspectiva é chegar a 2030 com uma emissão da ordem de 1,2 gigagama de CO₂ equivalente, que é a medida das emissões. Este é o indicador de medida: gigagama de CO₂ equivalente.

Para 2027, que é o patamar do PPA, a proposta e a tendência é reduzir a emissão de gases de efeito estufa para a ordem de 1,3 ou 1,4 gigagama de CO₂ equivalente. Esse é um desafio enorme. É um desafio que não vai ser alcançado apenas com ações afeitas à área ambiental, mas é um desafio que vai envolver ações em todos os setores de desenvolvimento e em todos os programas e políticas que têm impacto sobre emissão de gases de efeito estufa e, principalmente, eu diria que envolve transformações importantes nos setores de energia, agricultura, transporte, mineração e outros setores que impactam a emissão de gases de efeito estufa. Gostaria de destacar que um dos principais responsáveis pelo aumento da emissão de gases é o processo de desmatamento. Esse é um enfoque, é uma prioridade em que o Ministério do Meio Ambiente tem atuado.

O segundo indicador representa esse desafio que é o controle e a redução do desmatamento no Brasil. O indicador se refere ao desafio de redução do desmatamento no Bioma Amazônia.

Para informação dos senhores, hoje dois terços das emissões de gases no País são decorrentes de desmatamento ou de atividades de uso do solo, tais como as atividades agrícolas. Esses dois tipos, digamos assim, de intervenções são os que mais interferem na emissão de gases de efeito estufa.

Então, a prioridade na definição de um plano e de uma ação estruturada, permanente e sistêmica de combate ao desmatamento é um desafio bastante importante para atingirmos essas metas.

Os esforços do Ministério, especialmente por mediações do IBAMA, do ICMBio, da Polícia Federal, vêm demonstrando o êxito das ações nesse propósito.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Nos primeiros 9 meses do exercício de 2023, já conseguimos reduzir em 50% o desmatamento da Amazônia se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esses dados são apurados pelo DETER, com consistência técnica verificada.

Também em relação ao presente indicador, ressalta-se que é muito importante para o desafio de redução do desmatamento que haja o alinhamento com muitas outras políticas. Quanto às políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, temos que fomentar a modernização tecnológica, temos que propiciar alternativas tecnológicas e sustentáveis para que o País continue se desenvolvendo de maneira transformadora, como já disse o nosso Vice-Presidente.

O outro eslaide — estou reforçando o que já foi dito pela nossa colega do Ministério do Planejamento — é para mostrar que a agenda ambiental faz parte de uma das seis agendas transversais do País.

Destaco que hoje não só o Ministério do Meio Ambiente tem um relacionamento com o programa, integrando ações de 25 Ministérios, mas existem 19 Ministérios que já têm estruturas internas dedicadas ao meio ambiente, que já estão dotados de estruturas organizacionais com competência voltada para as questões ambientais relacionadas às suas competências finalísticas. E isso é um indicador muito importante de governança para a área ambiental, para a agenda ambiental.

Outro fator importante que eu quero destacar é que o programa de enfrentamento das emergências climáticas foi o mais votado na plataforma Brasil Participativo. Isso eu acho que tem um significado extremamente importante, porque significa que o tema está no radar da sociedade. Isso significa que os impactos decorrentes das mudanças do clima, que já são sentidos na realidade brasileira, diretamente na sociedade, nos Municípios... Como disse o nosso Presidente, hoje nós enfrentamos uma seca quase imprevisível no Norte do País, decorrente do fenômeno El Niño, mas também do aquecimento das águas do Pacífico. Acho que isso trouxe à tona uma realidade bastante explícita da situação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

de mudanças do clima. Também na Região Sul do País nós vemos as chuvas e os ciclones. É importante destacar como a sociedade já reconhece esse programa como prioritário.

Fazendo agora um resumo rápido dos programas afeitos à pauta ambiental, nós coordenamos quatro grandes programas ambientais que atendem aos principais desafios da Pasta:

Enfrentamento das emergências climáticas, que tem como objetivo o fortalecimento da ação nacional frente às mudanças do clima, enfrentando os desafios de mitigação e adaptação, promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos e viabilizando, de forma transversal, oportunidades de transição para a economia de baixo carbono.

Eu não vou me aprofundar, porque eu acho que o Vice-Presidente, no início desse evento, já discorreu bastante sobre o desafio das mudanças climáticas e diretrizes para o Brasil, como a política de transformação ecológica, energia renovável e fortalecimento de biocombustíveis. E temos vários desafios de governança. A atuação para o enfrentamento das emergências depende de vários programas de Governo, mas esse programa traz em si a responsabilidade de estabelecer a governança, os planos setoriais para o enfrentamento da mudança do clima, a questão do mercado de carbono e a desertificação, que está inserida nesse desafio do programa de emergências climáticas.

O segundo programa é de proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios florestais. Também não vamos discorrer. Nós sabemos que temos uma meta de Montreal, estabelecida na Convenção de Montreal, de ampliação das áreas protegidas em 30% até 2030, e vamos ter desmatamento zero, que é a meta estabelecida e explicitada pelo Presidente da República. A nossa meta é reduzir 20% do desmatamento anualmente até 2030, quando atingiremos praticamente o desmatamento zero.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

A meta de ampliação de áreas protegidas, que eu acho que concorre também como controle do desmatamento para a melhoria da situação da cobertura vegetal nacional, prevê 30% de acréscimo de áreas protegidas.

Nós temos hoje, das áreas protegidas, cerca de 20% em áreas protegidas terrestres e 25% em áreas protegidas marinhas, e a tendência é chegar, no período do PPA, em 2027, a 28% de áreas protegidas no País. Essa é a nossa meta, e estamos fazendo todos os esforços para atingi-la.

Qualidade ambiental nas cidades e no campo. Esse é um programa que visa a promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, mitigação dos impactos negativos das atividades urbanas, melhoria da qualidade ambiental e de vida e proteção dos direitos dos animais nas cidades e no campo.

Trabalhamos com estímulo à reciclagem de resíduos, apoio aos catadores, fortalecimento da logística reversa, controle das substâncias químicas, monitoramento da qualidade do ar, água e solo e defesa dos direitos dos animais.

Gostaria de dizer que a Vanessa, nossa diretora, está aqui. *(Palmas.)*

Gostaria de ressaltar que ação do Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional de Cães e Gatos foi considerada a ação mais votada no processo de votação da participação pública do PPA. *(Palmas.)*

Por último, eu ressalto o programa de bioeconomia para o novo ciclo de prosperidade. Trata-se de um programa inovador, que não existia, é novo no Ministério. Essa ação visa a promover a transição para uma economia que estimule cadeias de valor da biodiversidade, soluções baseadas na natureza e no modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa dos seus resultados.

Estamos trabalhando na constituição dos programas que visem a fortalecer cadeias de valores de produtos da sociobiodiversidade, que possibilitem gerar renda, fortalecer as comunidades e promover o desenvolvimento local.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Temos ainda a retomada do Programa Bolsa Verde, que visa à transferência de renda e ao fortalecimento das sociedades, dos povos e comunidades tradicionais, dos povos das FLONAs, para a conservação da biodiversidade.

Temos também a proteção do patrimônio genético. Estamos agora com o novo comitê já instalado, temos o fundo de patrimônio genético, que já está em funcionamento, e as concessões florestais.

As concessões florestais são um grande desafio também na linha de fortalecer o mercado de carbono. No PPI já existem propostas robustas para estabelecer concessões florestais nas nossas florestas nacionais, e o modelo de concessão tem por trás dele também diretrizes de que parte dos recursos das concessões serão canalizados para o desenvolvimento das comunidades do entorno dessas florestas nacionais.

Eu vou parar por aqui.

Peço desculpas pelo tempo. Eu queria que passassem a palavra para o Henrique para ele detalhar melhor o que falei, mas, em decorrência do tempo — não é, Henrique? —, eu vou propor que ele passe para os últimos eslaides, para falarmos das contribuições que o Congresso pode dar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sra. Anna Flávia, pela sua participação.

Nós passaremos a palavra ao Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, que vai dar sequência agora, ainda pelo Ministério do Meio Ambiente.

É muito justo que neste momento tenhamos aqui o cartão da nossa querida Vanessa Negrini, que é diretora. Eu anuncio a sua presença. Ela é militante na área da proteção e defesa dos animais.

Eu vejo que várias pessoas estão nos acompanhando aqui. É este o ponto de aprofundamento que nós exatamente queremos abordar hoje: desenvolvimento com crescimento, distribuição de renda e sustentabilidade. Então, todos os temas entram aqui. E eu sempre faço a minha propaganda para termos a aprovação de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

um projeto de que eu sou autor que proíbe a produção de fogos com estampido.
(Palmas.)

A beleza dos fogos tem que ser o brilho, as cores, e não o barulho para incomodar. A alegria de um não pode ser a desgraça do outro, não se pode largar um foguete metendo barulho na cabeça do outro. Crianças, pessoas com necessidades e idosos sofrem muito, assim como os animais, a natureza.

Então, parabéns pela militância!

Quero aproveitar a oportunidade para saudar o Gervásio, o nosso Diretor Presidente da UNICAFES, que está presente aqui. Obrigado pela sua presença também.

Passo a palavra para o Sr. Henrique, do Ministério do Meio Ambiente. Depois nós passaremos para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

O SR. HENRIQUE DE VILHENA PORTELLA DOLABELLA - Obrigado, querido Deputado Bohn Gass. Quero cumprimentá-lo e agradecê-lo pela oportunidade de estar aqui debatendo as propostas do Governo de estruturação do Plano Plurianual, para apreciação por esta Comissão e por toda a Casa. Sempre que realizamos o diálogo, conseguimos alinhar melhor as nossas expectativas em relação ao que está na pauta. Isso certamente resulta numa coordenação mais clara e na construção de propósitos em comum. Isso ajuda todos nós a, de forma fundamental, concretizarmos o que queremos para o País.

Quero cumprimentar o Deputado Nilto Tatto, Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, e quero agradecê-lo por todo o trabalho que está sendo feito.

Cumprimento os demais integrantes da Mesa: a Sra. Marina, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Aroaldo, Presidente da IndustriALL-Brasil e Diretor-Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; a Sra. Secretária Leany; e a Sra. Anna Flávia, minha chefe — obrigado pela oportunidade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

A minha exposição está muito relacionada às metas. Quais são os objetivos específicos e as metas que foram estabelecidas para a dimensão ambiental do PPA?

Antes disso, eu queria colocar que o que orientou a definição dessas metas foi um trabalho técnico muito guiado por parâmetros políticos estabelecidos em outras esferas. Em primeiro lugar, nós fomos muito guiados pelas prioridades estabelecidas no programa de Governo. Isso se reflete nas diretrizes postas no PPA.

Em segundo lugar, o nosso trabalho foi muito pautado pelos diversos acordos internacionais do qual o Brasil é signatário, pelas diversas convenções a que o Brasil aderiu, que refletem o nosso compromisso perante o mundo. Assim, nós tentamos internalizar esses compromissos também nos nossos instrumentos internos de planejamento, afinal os problemas ambientais do mundo exigem a coordenação global, não é uma ação isolada que vai resolvê-los, razão pela qual nós precisamos demonstrar as nossas contribuições.

Em terceiro lugar, também nós não podemos ignorar os compromissos nacionais que o Brasil já assumiu perante a sua população. Falo de compromissos nacionais que foram celebrados por esta Casa, pelo Parlamento brasileiro, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Política Nacional sobre Mudança do Clima, entre diversos outros. Então, nós fizemos um grande trabalho de recuperação dessas metas, desses objetivos colocados nessas outras esferas, e eles foram internalizados no Plano Plurianual.

Indo direto ao ponto, em relação ao primeiro programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que é o enfrentamento da emergência climática, temos algumas metas muito claras, para nos comunicar de forma clara com a população e também orientar toda a ação governamental. Esperamos também ajudar a orientar esse trabalho de coordenação com o Legislativo.

(Segue-se exibição de imagens.)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Em primeiro lugar, há a meta de que todas as emissões nacionais de gases de efeito estufa sejam cobertas por planos setoriais de mitigação. Há um trabalho muito grande de revisão desses planos setoriais de mitigação. São oito grandes setores, com destaque para o desmatamento. Já estão se concretizando os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, no Cerrado, que está em consulta pública, e, posteriormente, também haverá planos voltados aos outros quatro biomas nacionais.

Em segundo lugar, temos o desafio de aumentar a resiliência das Zonas Costeiras e Marinhas frente aos efeitos da mudança do clima. Nós fazemos isso principalmente por meio da conservação da biodiversidade nessas zonas. O oceano é um grande sumidouro de carbono. Ele é essencial para diminuir as nossas emissões líquidas. Por outro lado, a biodiversidade nas zonas costeiras e marinhas é fundamental para aumentar a resiliência dessas áreas aos impactos e às alterações climáticas que estão aí para todos nós vermos.

Então, o indicador com que nós conseguimos sintetizar esse objetivo é o aumento da área protegida costeira e marinha do Brasil. Dessa forma, pretende-se passar dos 26%, chegar a 28% até o final de 2027, para chegarmos à meta estabelecida em acordo internacional de 30% de proteção dessas áreas até 2030.

Em terceiro lugar, nós temos o grande trabalho de aumentar o número de Estados cobertos com ações para a implementação de políticas de combate à desertificação e para a mitigação dos efeitos da seca. Atualmente, há seis Estados cobertos. A desertificação é um problema que não se restringe à região do Semiárido, não se restringe à Caatinga, já afeta todos os Estados da Região Sul do Brasil e, lamentavelmente, como estamos vendo aí no noticiário, também está chegando à Amazônia e já consegue abarcar o Cerrado.

Parafraseando o Vice-Presidente, que eu já ouvi falando isso diversas vezes, prevenir é melhor do que remediar. A desertificação gera um desastre não só ecológico, mas também econômico e social, por perda da capacidade produtiva da terra, com impactos absolutamente perversos para as populações que dependem





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

dessa terra, que dependem desses ecossistemas para a sua sobrevivência. Então, é fundamental nós conseguirmos aumentar o número de Estados cobertos com planos de combate à desertificação.

Ainda em relação à mudança do clima, temos uma ação contínua de educação ambiental. Temos a meta de implementar 220 iniciativas de educação ambiental participativa, popular e territorial, com muita participação popular. É preciso que isso seja adequado ao território em que as populações estão localizadas, contemplando centros, salas verdes. A Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente também é um instrumento importante para conseguirmos alcançar essa meta.

Em quinto lugar — isso aqui ilustra muito bem a transversalidade do PPA —, menciono dois objetivos específicos coordenados por outros Ministérios, mas que estão dentro desse programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O primeiro deles, coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e pela Agência Nacional de Águas, é chegar a 100% dos Municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos. Esses eventos contemplam tanto chuvas excessivas, que causam grandes desastres por deslizamentos, enchentes, etc., que anualmente observamos, quanto seca extrema. Refiro-me a uma adaptação não só relativa à agricultura, mas também para a garantia da própria sobrevivência da população. Então, a meta é chegar a 100% dos Municípios até o final de 2027.

Por fim, temos uma dimensão desse programa muito calcada na ciência. Sem ciência, não conseguimos fazer diagnósticos corretos, não conseguimos ter informações precisas para balizar a ação do poder público. Então, este objetivo específico está muito vinculado à valorização dessa dimensão da ciência para fundamentar as ações do poder público: ampliar o número de instrumentos de informações, previsões e modelos de mudanças climáticas, para assim mitigarmos as nossas emissões e nos adaptarmos a essas inevitáveis mudanças.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Partindo agora para o Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios, o nosso primeiro objetivo específico é prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa do Brasil. A meta aqui é reduzir o desmatamento no País em 20% anualmente. Isso foi calibrado, orientado pelo Acordo de Paris e também pela meta de desmatamento zero até 2030.

Só vou pedir correção na linha de base. Partimos de um patamar de 11.568 quilômetros quadrados em 2022. Mas, se cumprirmos essa meta de 20% de redução de desmatamento anualmente, chegaremos, em 2030, a um patamar de desmatamento líquido zero.

Em segundo lugar, temos um trabalho contínuo de combate aos incêndios florestais, o que envolve também ações de capacitação e educação ambiental para a realização de manejo integrado do fogo. O manejo integrado do fogo é fundamental para conseguirmos minimizar os riscos dos incêndios.

É impressionante como o trabalho neste ano já foi muito bem feito, porque, a despeito de estarmos enfrentando uma das piores secas da história da Amazônia, estamos tendo um nível de desmatamento e de incêndios muito menor do que nos anos anteriores, apesar de condições externas muito mais desfavoráveis. Então, isso demonstra que o trabalho que o IBAMA vem fazendo, que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem fazendo, sempre em articulação com os Estados e as Prefeituras, está sendo muito bem feito. E isso precisa ser mantido para o futuro.

Também temos uma meta de aumentar o número de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção alcançadas por instrumentos de conservação de espécies.

Em quarto lugar, temos uma meta norteadada pelo Acordo de Paris. Nesse acordo há o compromisso de promover a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil. Essa é uma meta na qual, lamentavelmente, não progredimos nos últimos anos como Nação. E agora





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

temos muito pouco tempo para tirar o atraso. Esse é um compromisso fundamental que baliza a posição do Brasil não só internacionalmente, mas também para a sua população, porque plantar floresta é plantar água, é plantar vida, é aumentar a produtividade. Isso está muito associado a toda nova estratégia de desenvolvimento na bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade.

Por fim, nós temos também essa meta alinhada a um acordo, à Convenção sobre Diversidade Biológica, uma convenção internacional, e ao Protocolo de Montreal recentemente, de aumentar para 28% o território terrestre marinho sob proteção. Nós partimos de uma linha de base de 21%, e, se nós chegarmos a 2027 com 28% protegidos, nós estaremos bem na fita para chegar a 30% em 2030.

Agora, mudando um pouco a esfera, partindo para a qualidade ambiental, que é tão fundamental não só para a saúde do meio ambiente, mas também para a saúde humana e também para a nossa pujança econômica, em primeiro lugar, nós temos essa meta de aumentar a taxa de resíduos recicláveis secos e orgânicos.

Hoje nós estamos num patamar muito baixo. Mais uma vez, essa é uma dimensão na qual não progredimos nos últimos anos, e a taxa está completamente desalinhada do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu metas muito mais ambiciosas para esse indicador. Nós temos a meta de chegar a 8,3% de taxa de reciclagem, o que representa um aumento de quase 4 vezes na taxa de reciclagem.

Em segundo lugar, nós temos a meta de ampliar a quantidade de substâncias químicas controladas, de 24 mil para 30 mil, e de ampliar o número de Municípios com iniciativas para aperfeiçoar a gestão ambiental municipal sempre de forma integrada — ampliar para 400. Haverá a cobertura de uma parcela muito grande da população brasileira se chegarmos aos 400 maiores Municípios.

Outro elemento fundamental é aumentar para 50% a integração das Unidades da Federação que geram dados de monitoramento da qualidade do ar,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

água e solo para o Sistema de Monitoramento Federal. Isso é muito importante para aumentar a capacidade de resposta de Estados, de Municípios e da própria sociedade civil a eventos que alteram a qualidade do ar, que comprometem a saúde; a eventos que alteram a qualidade da água, que comprometem a saúde e a agricultura; entre outros.

Nós temos também a meta de ampliar para 40% a quantidade de Municípios brasileiros com ações ou instrumentos na Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos dos Animais, um aumento significativo. Hoje nós só conseguimos alcançar 2% dos Municípios brasileiros. Isso vai dar mais ou menos 110 Municípios para nós chegarmos a 40% dos Municípios brasileiros, chegar a mais de 2 mil Municípios. Então, essa é uma agenda muito ambiciosa que exige muita participação também da sociedade civil para se concretizar.

Por fim, para tratar da Agenda da Bioeconomia, que é uma agenda nova, é um programa novo que está inserido nesse novo enquadramento da ação pública para desenvolver esse setor, nós temos aqui as metas de ampliar para mil o número de negócios de bioeconomia — associações, cooperativas e empresas associadas ao Governo Federal. Hoje essas iniciativas são muito dispersas, elas não são integradas, e essa integração é fundamental para nós conseguirmos gerar uma prosperidade baseada no novo modelo de desenvolvimento.

Em segundo lugar, nós temos uma agenda já histórica das concessões florestais, que já está prestes a fazer 20 anos. Então, é preciso aumentar muito o patamar dessas áreas, partindo de 1 milhão e 300 mil hectares para chegar a mais de 5 milhões de hectares. Isso gera emprego na veia e gera renda na veia e em áreas que estão muito suscetíveis a práticas ambientais predatórias não só de grilagem, mas também de garimpo. Então, isso é fundamental para nós cumprirmos o compromisso do Presidente Lula de dar alternativa econômica, de propiciar alternativas para a população gerar desenvolvimento em bases sustentáveis.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Em terceiro lugar, nós temos a meta de ampliar dramaticamente o acesso ao patrimônio genético também. Isso envolve pesquisas, envolve ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial de ponta para acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em quarto lugar, está uma das agendas prioritárias do Ministério do Meio Ambiente que é atender, em mudança do clima, 120 mil famílias pelo Programa Bolsa Verde, que está sendo empacotado de várias formas. Ele não é só uma transferência de renda, que remunera os serviços ambientais prestados pelos povos e por comunidades tradicionais. Ele tem um papel fundamental na preservação de ecossistemas, na preservação de florestas. Todos nós nos beneficiamos com isso, por meio das chuvas e por meio da qualidade do ar. Nós temos que atender a essas 120 mil famílias. Temos que aumentar também o número de famílias atendidas, com instrumentos de gestão e assessoria técnica e extensão rural socioambiental para aumentar a qualidade ambiental no campo.

Temos que aumentar a área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil para 502 milhões de hectares. Essa é uma agenda que, no passado, progrediu bem. Temos a meta de chegar a 60% do território nacional, com informações florestais importantes, que vão fundamentar não só a agenda de desenvolvimento, mas também uma agenda de carbono.

Por fim, temos três objetivos específicos coordenados em programas por outros Ministérios.

Era isso. Agradeço a oportunidade de tratar do assunto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Somos nós que agradecemos, Henrique, a presença do Ministério do Meio Ambiente.

Vamos passar a palavra agora para a representação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Eu quero que transmita nossa saudação, em nome desta Comissão, tanto para a Ministra Marina Silva quanto para o Ministro Waldez Góes, que estão sempre presentes aqui e são muito engajados nas atividades neste momento tão importante em que precisamos de toda a atenção para essa temática que está nas prioridades e nos eixos do PPA.

Tem a palavra a Sra. Marina.

A SRA. MARINA SOARES ALMEIDA - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer e registrar a participação do meu colega Sergio Queiroz, Coordenador-Geral de Planejamento, que está me acompanhando, e do meu colega Vitor, da Assessoria Parlamentar. Muito obrigada.

Em nome do Deputado Bohn Gass, eu cumprimento todos os colegas da Mesa.

Vamos rapidamente para a apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós trouxemos um balanço de como foi o nosso processo de PPA no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Eu trouxe dois eslaides iniciais na intenção de valorizar o processo. Chegamos a essa altura do ano com um planejamento robusto, bem estruturado. Trazemos para este debate um planejamento muito bem estruturado, mas o processo foi longo, com participação de muita gente, houve muita gente envolvida. Foi um processo conduzido pelo Ministério do Planejamento, com apoio da ENAP, e muita gente participou.

Passamos por realização de oficinas; análise dos relatórios produzidos nessas oficinas; definição de entregas, indicadores e medidas institucionais e normativas; inserção dos atributos no SIOP; e revisão desses atributos.

Foram duas rodadas de oficinas em que participaram diversos técnicos em nível gerencial.

No primeiro ciclo, houve definição dos programas e dos indicadores e verificação da convergência dos planos regionais de desenvolvimento com os programas e entregas dos Ministérios. No nosso caso, do Ministério da Integração





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

e do Desenvolvimento Regional, é uma parte do planejamento bastante relevante essa vinculação, articulação com os planos regionais.

No segundo ciclo, houve as propostas de entregas, indicadores e medidas institucionais e normativas, de forma transversal em cada programa, envolvendo diversos Ministérios.

Esse processo, no que diz respeito ao MIDR, foi bastante fluido. Tivemos bastante parceria dos colegas do Planejamento. Na minha opinião, se temos um engajamento, uma harmonização do corpo técnico, temos uma chance de ter um planejamento muito mais forte, muito mais representativo ao final do processo.

Esse eslaide, eu vou passar direto porque nossos colegas já falaram bastante sobre a estrutura do PPA 2024-2027. Eu gostaria apenas de registrar que há uma complexidade, uma estratificação muito maior do que os PPAs anteriores. Isso tende a pesar bastante o monitoramento, mas tende também a demonstrar muito mais os resultados alcançados ao final do processo. Então, me parece que as entregas mais estratificadas, ali na camada gerencial, vão trazer um ganho para esse planejamento.

No que diz respeito ao MIDR, no Eixo 2, apuramos três indicadores estratégicos: índice de capacidade municipal de gestão de riscos e de desastres; razão entre rendimento domiciliar *per capita* nas grandes regiões e rendimento domiciliar *per capita* nacional; e a razão entre o PIB *per capita* regional e o PIB *per capita* nacional.

Os programas que são coordenados pelo MIDR são três: Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, aqui nós contamos com a participação do Ministério do Meio Ambiente; Gestão de Riscos e de Desastres, contamos com a participação do MCID, do MCTI, do MME e do IBGE; e Recursos Hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre, aqui contamos com a participação do MMA e do MME.

Outros programas em que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional tem participação são: Cidades Melhores; Saneamento Básico; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Enfrentamento da Emergência Climática, sobre os quais os colegas do MMA já falaram anteriormente.

Aqui é um detalhamento um pouco maior acerca dos programas que são coordenados pelo MIDR.

No Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, nós temos três objetivos específicos. O responsável por essas entregas, por essas medidas institucionais e normativas é a nossa Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional. Os objetivos são: assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável, em todo o território nacional, com foco nas prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria de governança e transparência; e aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional. Aqui, nós contamos, como responsável, com a participação da nossa Secretaria Nacional de Fundos e Investimentos.

No Programa de Gestão de Riscos e Desastres, nós temos dois objetivos específicos. É importante enfatizar aqui que o primeiro objetivo, que é ampliar a capacidade dos Municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento e monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, é um objetivo específico muito mais voltado para o planejamento, para a preparação; e o segundo objetivo, que é otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós-desastre, é um objetivo específico mais de reação, uma vez que a catástrofe já aconteceu. É um objetivo que visa atender de forma mais eficiente e eficaz possível. A nossa Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil é a responsável por essas entregas.

E, por fim, o último programa, o Programa de Recursos Hídricos, que tem quatro objetivos específicos: preservar, conservar e recuperar bacias





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade; ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais; ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica; e aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos. Aqui, nós contamos também com a participação, em diversas entregas, de várias unidades vinculadas ao MIDR, como CODEVASF, DNOCS e a própria ANA.

Eu gostaria de destacar ainda — o que é também uma inovação desse PPA — a participação social. O MIDR recebeu algumas propostas da população. Algumas já haviam sido encaminhadas pelas próprias propostas das nossas Secretarias Nacionais. Outras foram incorporadas. E boa parte delas foi endereçada a outros Ministérios, a exemplo do Ministério dos Transportes, que não era exatamente competência do MIDR.

Eu queria fazer aqui um recorte do nosso PPA relativo ao Novo PAC. Temos 69 entregas, todas de recursos hídricos, algumas medidas institucionais e normativas. Eu queria mostrar para vocês dois recortes territoriais. Essas imagens são do próprio Novo PAC, do *site* da Casa Civil.

Então, temos aqui na parte de revitalização de bacias hidrográficas um investimento previsto de 2 bilhões até 2026; após esse ano, 2,3 bilhões. São dessas regiões aqui as bacias hidrográficas em que esse investimento será feito. Estamos ainda na fase de novas seleções.

Por fim, quero mostrar esse outro recorte territorial também, das obras relativas à infraestrutura hídrica. Temos o foco principal na Região Nordeste, e alguma coisa também nas Regiões Sul e Sudeste. Aqui há algum detalhamento mais específico. Tudo isso está no *site* da Casa Civil, no que se refere ao Novo PAC. Essa territorialização é relevante para nós que tratamos de desenvolvimento





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

regional. No geral, tendemos a ver os nossos investimentos de forma territorializada. Essa visualização em mapas faz bastante sentido para nós.

Era isso que eu tinha para apresentar.

Eu queria, em nome do Ministro Waldez e do Secretário-Executivo Valder, agradecer por esta oportunidade. Eu acho que este debate, a essa altura do campeonato, na Comissão, é superrelevante.

Muito obrigada pela oportunidade de participar do debate, de ouvir os colegas e de apresentar o que o MIDR está planejando fazer para os próximos anos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, Sra. Marina. Nós que agradecemos.

Eu quero aqui fazer apenas um rapidíssimo comentário, passando já a palavra na sequência. O Presidente Lula tem falado muito que nós precisamos — são três palavrinhas básicas — de credibilidade, estabilidade e previsibilidade. São essas três palavras. E elas estão presentes em todo o planejamento.

Eu estava comentando com a Leany sobre o nosso desejo, como Relator, quanto ao PPA, e é bom que digamos, porque, muitas vezes, as pessoas não têm a cultura de planejamento, de olhar algo no médio e longo prazo, e ficam muito focadas apenas na LOA, que é a Lei Orçamentaria Anual, e na Lei de Diretrizes, que é também anual. Há mobilização setorial legítima, interesses localizados legítimos. Mas nós precisamos olhar essa intersectorialidade. Não sei se a palavra mais correta é essa, a transversalidade, mas a intersectorialidade.

Aqui nós estamos tendo uma composição de Mesas que dialogam exatamente sobre esses aspectos. Se isso estiver bem compreendido e se debatermos isso em todas as esferas — federal, estadual, municipal —, com a participação da sociedade, nós poderemos, sim, criar outro ambiente onde nós vamos apresentar todas as pautas e ter o controle social e a participação social.

Eu queria chamar a atenção para isso, porque esse diálogo que vocês estão apresentando dá para compreender bem por que nós estamos fazendo essas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Mesas separadas, mas que se cruzam. É muito importante ouvir vocês. Obrigado pela participação aqui.

Agora, a próxima fala será do Sr. Aroaldo, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Quando se fala aqui em desenvolvimento econômico, geração de renda, trabalho, emprego, nós queremos um modelo de emprego não precarizado, emprego de qualidade. Quando se fala em neoindustrialização, descarbonização, indústria mais verde, nós queremos empregos mais qualificados. Então, a sua presença aqui, Aroaldo, é muito importante para darmos esse tom e ouvir V.Sa. sobre o que os trabalhadores do mundo do trabalho, as centrais sindicais imaginam de políticas públicas e de desenvolvimento com sustentabilidade no próximo período.

Com a palavra o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva.

O SR. AROALDO OLIVEIRA DA SILVA - Obrigado, Deputado.

Primeiro, bom dia a todas e todos.

Quero agradecer pelo convite. Acho que é importante interagirmos.

Como foi anunciado, sou Aroaldo, trabalhador da Mercedes, em São Bernardo do Campo, na Região do ABC Paulista. Estou na direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Presidente de uma organização chamada Industrial Brasil. Essa é uma organização do movimento sindical que congrega trabalhadores metalúrgicos, trabalhadores químicos, trabalhadores da confecção e calçados, trabalhadores dos setores de energia, da construção civil e da alimentação.

Fizemos essa articulação com esse sindicato, com essas confederações, para começarmos a debater e aglutinar toda a discussão de política industrial, principalmente de política industrial, e os reflexos para o mercado de trabalho, para os trabalhadores, e qual modelo de desenvolvimento econômico e de industrialização queremos.

(Segue-se exibição de imagens.)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

A primeira questão que está norteando todo o debate, até pelo próprio Ministério da Indústria — estava aqui o Vice-Presidente, Ministro Alckmin —, acho sempre importante reforçar, é que o mercado interno brasileiro é patrimônio do Brasil. Isso está na Constituição. O Vice-Presidente Alckmin pontuou bem: a extensão territorial do Brasil, a população que temos, o potencial econômico, isso é patrimônio brasileiro. Isso faz parte do debate da soberania nacional. É uma questão de segurança nacional. Então, na hora em que vamos debater desenvolvimento econômico, na hora em que vamos debater a indústria, temos que levar muito isso em consideração.

E para se pensar nesse desenvolvimento econômico, como todo mundo aqui fez questão de ressaltar em todas as falas e o Ministro Alckmin também — e aqui já cumprimento todo mundo da Mesa —, nós estamos no meio de diversas transições.

Já foi pontuado muito sobre a questão da transição energética. Nós temos que ir para uma economia descarbonizada. Nós estamos em uma transição ecológica muito debatida sob todas essas ações aqui já relatadas. Quanto à emergência climática, nós precisamos pensar nessa transição ecológica, e nós estamos em uma transição tecnológica porque há a digitalização, a indústria 4.0, a manufatura avançada, enfim, diversos nomes. Mas o que foi mais cunhado no último período é a digitalização.

Então, temos alguns cenários que podemos vivenciar no Brasil e nós, os trabalhadores, o movimento sindical, temos debatido muito sobre isso, começando pelo cenário da direita. Nós podemos ter um cenário de relevância global, estagnar do jeito que estagnamos no último período, o Brasil não acreditar nem na ciência, como foi no último período. Então, nós podemos parar no mundo, ver o mundo passar e não termos relevância alguma em nenhuma dessas áreas ou podemos querer nos adaptar a essas áreas, que é o cenário do meio, com a degradação dos instrumentos e do patrimônio nacional que temos, fazendo uso só





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

da tecnologia estrangeira ou do que os países centrais decidem para o sul do mundo.

Mas como o Deputado Bohn Gass reforçou a todo instante, vivenciamos no Brasil um momento de pensarmos, planejarmos e sabermos, de fato, qual é país que queremos com inclusão social, melhoria da qualidade de vida das pessoas, trabalho e renda de qualidade.

Então, é o primeiro cenário que começamos a discutir, que temos que pensar em uma transição qualificada, com planejamento, reposicionando o Brasil e o inserindo no mundo. E o que isso significa? Que, em todas essas áreas de transição, nós temos potencial de desenvolvimento nacional com desenvolvimento do povo brasileiro.

E aqui eu fiz uma apresentação que acho que depois vai ficar para o pessoal, porque, na hora em que debatemos o desenvolvimento econômico, fixamos muito e debatemos muito a indústria — e o Ministro e o Vice-Presidente vieram falar um pouco da indústria. E por que a indústria? Porque a indústria é o setor da economia que tem capacidade de gerar mais inovação, mais soluções materiais — é a cadeira onde estamos sentando; é o microfone que estou usando, e o Ministro já usou esse exemplo; a roupa produzida que vestimos. Todos são frutos da indústria. Por mais que haja outros setores que dialogam, todos são frutos da indústria. Também a indústria tem a capacidade de ser o inverso, tem a capacidade de ser mais destrutiva com relação ao meio ambiente nos territórios.

Por isso há o debate sobre a indústria, as longas cadeias que ela tem e a possibilidade do transbordamento para outros setores da economia. Mas nós assistimos, nos últimos anos, à degradação da nossa indústria, em que não houve investimento em ciência e tecnologia, em pesquisa e inovação, assistimos à subserviência ao norte global, à alta dependência tecnológica. É só olharmos a nossa balança comercial: exportamos *commodity*, petróleo bruto, grão; exportamos baixa tecnologia e importamos alta tecnologia.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Passamos por uma degradação muito grande, o que traz imediato efeito ao desenvolvimento econômico. Há o rebatimento no desenvolvimento tecnológico, na distribuição de renda, na geração de emprego.

Um ponto que foi muito debatido, que também os Ministérios vêm debatendo muito, trata das missões. Isso é de extrema importância para o nosso debate do desenvolvimento econômico, é de extrema importância para o debate da política industrial, da economia, de forma geral: nenhum setor econômico, seja a indústria, seja a tecnologia, nenhum investimento em tecnologia pode se basear, ao fim, nele próprio. Ele está a serviço de alguma coisa.

Nós temos isso bem claro. Como já foi dito aqui pelos representantes dos Ministérios, o segmento tem que estar a serviço do social, tem que atender às demandas sociais, para melhorar a qualidade de vida do povo. O debate sobre missões tem extrema importância na discussão do desenvolvimento econômico.

Como já possuímos no Brasil regiões que já estão inseridas em algumas cadeias, regiões que já possuem uma industrialização madura, precisamos pensar como essas regiões vão ficar com essas transições todas que estamos vivenciando, seja transição energética, seja transição ecológica, seja transição tecnológica.

Então, vimos discutindo muito como pensar a reconversão desses territórios, dessas bases industriais que já existem e que já estão colocadas em diversas regiões do Brasil. E nós temos que pensar — e este é um debate muito importante para os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil — no debate da justa transição. Este é um debate que vimos fazendo muito. O Deputado falou muito bem sobre isso e os representantes dos Ministérios aqui também, há um debate diferente neste momento da política pública nacional, que é o debate da participação social.

Mas na hora em que se debatem todas essas transições, temos que perceber que em todos os territórios que estão em modificação há pessoas ali estabelecidas, que em todos os lugares em que há essas transições há trabalhadores e trabalhadoras.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Também não adianta somente fazermos uma transição energética para descarbonização, não adianta somente alcançarmos todas as metas de transição ecológica, que são fundamentais para o futuro do mundo e da humanidade, apoderarmos de todas as tecnologias necessárias e fazermos a transição ecológica, se vamos destruir centenas de comunidades, se vamos destruir centenas de milhares de empregos, se vamos criar somente subempregos, diminuindo a renda do povo brasileiro. Se assim for, perdeu-se o fundamental, que é política pública a serviço do povo, política pública para melhoria da qualidade de vida do povo.

Então, temos que pensar como vamos fazer essa transição com a participação social, inserindo tanto comunidades e territórios quanto trabalhadores nesse debate.

Aqui trago, muito rapidamente, só a importância da indústria.

Temos aqui 23,9% do PIB, considerando as três indústrias: de transformação, de extrativismo e da construção civil. Eu não coloquei no eslaide, mas, quando se pensa só na indústria de transformação, são 11% do PIB; 14% da massa salarial; 16% da renda dos trabalhadores; e 16% dos empregos no Brasil. Então, a indústria de transformação tem média salarial maior e gera mais empregos. E, em termos de balança comercial brasileira, exportamos produtos com maior intensidade tecnológica.

Nós estamos perdendo relevância no mundo industrial, produtivamente falando. Ali percebemos que a China já tem mais de um terço da produção.

Hoje à noite, Deputado Bohn Gass, eu vou estar na Universidade Federal do ABC, na abertura da Semana de Inovação China-Brasil, com alguns debates que estamos fazendo lá na região. Vão estar presentes o Embaixador da China e um monte de gente. Vimos conversando muito, no último período, com empresas chinesas, inclusive com parte do Governo chinês. E eles não cansam de dizer que, quando fizeram todo esse processo de planejamento industrial, eles copiaram o modelo brasileiro, nas décadas de 60, de 70 e de 80, porque, até o início dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

anos 80, a indústria brasileira era mais pujante, era maior do que a indústria chinesa. Então, eles copiaram nosso modelo e são um terço da produção mundial. Nós, hoje, estamos caindo a cada dia, ocupando a 15ª posição no mundo. Representamos 1,2% da produção mundial.

Então, quais são as nossas indústrias e empresas no Brasil? Majoritariamente, de média e baixa intensidade tecnológica. O que significa ter média e baixa intensidade tecnológica? Significa baixa e média intensidade em conhecimento, empregos mais precários, com renda menor. Isso mostra concentração de conhecimento no norte global, concentração tecnológica no norte global, com maior distribuição de renda nos outros países, não no nosso.

Vou passar alguns eslaides por causa do tempo. Quero destacar alguns pontos importantes.

Deputado, quero trazer aqui algumas sugestões que eu não coloquei na apresentação.

Nós temos uma enorme perda da nossa autonomia produtiva. Não decidimos o que produzimos no Brasil, o que consumimos no Brasil, porque, se desenvolvimento, pesquisa e inovação não estão baseados no Brasil, nós consumimos, com esse potencial de mercado, como o Vice-Presidente nos falou, o que os outros pensam e nos apresentam. Então, temos uma perda de autonomia, uma perda de soberania.

Como eu já disse, temos um enorme problema das importações. Assistimos, nos últimos 4 anos, a uma enorme abertura do mercado brasileiro, seja em alguns acordos bilaterais que foram feitos, seja em um mecanismo chamado Ex-Tarifário, por meio do qual permitiu vários setores importarem diversos produtos, matando as nossas cadeias produtivas e matando a pesquisa e o desenvolvimento nacional.

Aqui só vou fazer referência a seis missões que estão organizadas no CNDI, na retomada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que são de extrema importância:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

1. Debate sobre cadeias agroindustriais, que é uma oportunidade de agregarmos valor ao nosso agronegócio;

2. Complexo econômico-industrial da saúde. O complexo econômico-industrial da saúde, com toda a cadeia da saúde, significa 10% do PIB nacional;

Até 1990, antes da abertura comercial feita pelo Collor, produzíamos no Brasil 55% de todos os insumos médicos hospitalares que consumíamos, de medicamentos a camas de hospital. Hoje produzimos menos de 5%. Não é à toa que ficamos tão reféns durante a pandemia.

3. Debate da infraestrutura, que já foi apresentado;

4. Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;

5. Bioeconomia, que já foi reforçada aqui pelos Ministérios; e

6. Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Nós tínhamos alguns projetos estratégicos na área da defesa que tinham enorme transbordamento para outros setores da economia. Apesar de o Governo anterior falar muito em nacionalismo, em defesa da Pátria, ele deixou de lado todas essas tecnologias, ficando refém da tecnologia dos países centrais.

Deputado, durante todo o debate, nas eleições do ano passado, no Governo de transição, nós participamos de debates sobre muitas coisas, elaboramos até o Plano Indústria 10+, em que prevemos algumas discussões sobre indústria, princípios, diretrizes, ações. E temos dialogado muito sobre isso com o Ministro Alckmin.

Para finalizar, eu quero aqui pontuar algumas questões. Primeiro: participação. A participação social é fundamental na discussão da política pública. Como eu disse, o impacto na vida das pessoas, nos territórios, nos empregos e na renda é fundamental para balizarmos se há, de fato, um desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Nesses dias, nós estivemos com o Ministro Marinho, o Ministro Márcio Macedo — estava marcado também para o Ministro Alckmin estar nesse dia, mas nós estamos marcando a agenda em paralelo. Em todos os programas onde há





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 46

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

dinheiro público envolvido, nós precisamos ter meta de emprego, meta de geração de emprego, tema do trabalho decente colocado como meta a ser cumprida, porque há envolvimento do dinheiro público.

Então, toda a história e todo o debate do PAC — e nós vimos dialogando sobre o tema e é por isso que conversamos com os Ministros —, nós queremos dialogar para que tenhamos meta de geração de emprego, com trabalho decente.

Propusemos ao Ministro Marinho, depois da visita do Presidente Lula aos Estados Unidos e de ter lançado um pacto global também pelo trabalho decente, criarmos um laboratório de trabalho decente no Brasil, a fim de começarmos a dialogar qual é o tipo de emprego e renda que temos no País. Por quê? Porque, quando começamos a enxergar alguns setores, chega a nos dar arrepio na hora em que começamos a ver a condição de trabalho e renda dos trabalhadores.

Cobramos também — e por isso a conversa nos próximos dias com o Ministro Alckmin, e também nós estamos pedindo uma conversa com o Ministro Haddad — a participação dos trabalhadores na Câmara de Comércio Exterior, porque muitas das medidas do Ex-Tarifário desmontaram cadeias inteiras. Estávamos no debate, inclusive com a ABIMAQ, só para vocês saberem, sobre a indústria de máquinas e equipamentos no Brasil, bens de capital. Aí o Ministério da Fazenda nos apresentou o seguinte: nos últimos 4 anos, foram concedidos mais de 3 mil Ex-Tarifários para máquinas e equipamentos, porque a nossa indústria de máquina e equipamento quase sumiu do Brasil.

Mas começamos a fazer um debate com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE, e também fomos para o Ministério da Indústria e para o Ministério da Fazenda. Eles apresentaram os Ex-Tarifários dos últimos 4 anos na indústria de eletroeletrônicos: foram mais de 30 mil! Mataram de vez a indústria brasileira de eletroeletrônicos. Por isso, que não achamos nada. Somos refém, não vamos ter desenvolvimento tecnológico se não tivermos uma indústria de eletroeletrônicos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 47

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Nós temos que consolidar um suporte e uma atenção especial tanto para a economia solidária, como foi bem citado aqui, quanto para as micro e pequenas empresas, porque essas vão desaparecer, se não conseguirmos dar um suporte nessa transição energética para essas empresas. Nessa transição ecológica, essas empresas não conseguem se adaptar, então precisamos dar a elas uma atenção especial.

Deputado, estamos solicitando ao Governo como um todo algumas mesas tripartites nacionais, com alguns setores econômicos, para acompanharmos essas transições.

E aqui, eu finalizo, Deputado, e aqui falo para os Deputados, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal: precisamos fazer um debate urgente no Brasil sobre redução de jornada de trabalho. A última redução de jornada de trabalho no Brasil, foi lembrado aqui pelo Ministro e Vice-Presidente Alckmin, foi feita na Constituição de 1988. A última redução foi em 1988. O mundo está discutindo trabalhar 4 dias por semana, e aqui no Brasil temos 44 horas como jornada de trabalho e uma precarização de trabalhadores, por causa da reforma trabalhista de 2017, que aumenta essa jornada. São esses absurdos que assistimos no dia a dia.

Obrigado, Deputado pelo convite, obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos, Aroaldo. Obrigado.

É importante neste debate ouvirmos todas as entidades sobre esse tema do desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

Nós temos ainda a presença do representante do DIEESE, e depois nós vamos dar a palavra para os Parlamentares.

Passo a palavra agora ao Sr. Nelson Karam, que está virtualmente participando conosco desta reunião. Eu te agradeço pelo acompanhamento da sessão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 48

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

O Nelson Karam é economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE

Sr. Nelson, V.Sa. está com a palavra.

O SR. NELSON KARAM - Boa tarde, Deputado Bohn Gass. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os participantes desta audiência.

Começo parabenizando-o pela iniciativa. O senhor coordenou as consultas públicas do PPA como Relator. O movimento sindical teve a oportunidade de participar, e vários sindicatos apresentaram propostas, que foram incorporadas no plano.

Como o senhor bem disse, Deputado Bohn Gass, acho que este é um momento de retomada histórica do planejamento no Brasil, com a participação, a coordenação e a regulação do Estado, sem o qual nós não fazemos nem desenvolvimento, que dirá desenvolvimento sustentável. Então, acho que é um momento para nós saudarmos este novo contexto do País.

O que eu vou fazer aqui é bem breve, é uma contextualização da leitura que nós fizemos do Eixo 2. Ao final, pela análise que nós fizemos, vou sugerir a inclusão de algumas métricas em sintonia com as preocupações que já foram levantadas aqui, sobretudo pelo Aroaldo.

Todos sabemos — isso já foi reafirmado — que o País atravessa o desafio de implementar ações para o enfrentamento das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que tem urgência de enfrentar a desigualdade social, da perspectiva que nós dissemos, sobretudo a desigualdade no mercado de trabalho, expressa nos indicadores nacionais, e também a concentração de renda, a exclusão social, o elevado nível de desemprego, a precarização do trabalho e a informalidade, como é de conhecimento de todos.

Obviamente, os trabalhadores estão preocupados com os impactos dos desafios ambientais, sobretudo do aquecimento global. A própria OIT estima que, se nada for feito até 2030 no Brasil, 850 mil postos de trabalho estarão em risco. E, além dos riscos do aquecimento global, já há todo um processo de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 49

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

transformação produtiva e de transição em curso na economia brasileira, o que requer um acompanhamento de todos os agentes.

O Aroaldo, que é Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, já colocou a questão das transformações dos carros elétricos. Só para trazer um exemplo, um carro elétrico requer dois terços das peças de um carro a combustão, ou seja, a simples transição do carro a combustão para o carro elétrico implicaria uma perda enorme de empregos na cadeia de autopeças no Brasil.

Nós também estamos acompanhando toda a transformação que vem acontecendo no setor de energia, sobretudo com o crescimento das energias renováveis eólica e solar, também com pouca geração de emprego. Eu vou detalhar isso mais à frente.

De um modo geral, o ponto central do Eixo 2 está bem sintonizado com esses desafios do desenvolvimento sustentável e busca equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental. Entretanto, todos nós sabemos que esse conceito de desenvolvimento sustentável, assim como outros conceitos, como por exemplo, o da transição justa, a que o Aroaldo já se referiu, são conceitos que estão em disputa na sociedade. Há visões diferentes, o que requer determinados apontamentos e métricas para que cheguemos a um alinhamento comum.

Algumas indicações que foram feitas no Eixo 2 trazem também algumas preocupações ou talvez mais necessidade de aprofundamento e debate.

Entre as preocupações, a primeira é trazer para o conjunto de métricas do plano uma maior centralidade na preocupação com relação aos trabalhos. Acho que a perspectiva e a preocupação em relação à geração de emprego e renda perpassam toda a proposta, mas, quando nós analisamos os detalhes, parece que esses aspectos perdem um pouco de centralidade.

A segunda questão é lembrar que, embora no PPA os diferentes Ministérios tenham colocado a preocupação em relação à descarbonização, que é uma meta absolutamente necessária para o enfrentamento das mudanças climáticas, ela não é a única para o enfrentamento dessas mudanças. Aqui eu cito, como já foi dito





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 50

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

pelo representante do MMA, a perda de biodiversidade. Não adianta nós termos uma economia mais limpa, menos carbonizada, mas com um predomínio de monoculturas, cuja grande expressão hoje no Brasil é a soja. Também há uma questão estrutural que tem que ser enfrentada: a perda de conhecimento dos povos originários, que tão bem nos trazem informações e conhecimentos sobre como enfrentar essa relação entre o homem e a natureza.

A terceira questão que de certa maneira nos preocupa e que precisa ser, talvez, mais bem calibrada, é a ideia do próprio crescimento econômico. Nós sabemos que ele é importante para a geração de renda e a redução das desigualdades, mas, ao mesmo tempo, ele pode ser um fator de tensão também nas questões ambientais. Então, seria importante haver um olhar, vamos dizer, mais orientado e seletivo para onde de fato o País pode e deve crescer, não sobrecarregando os seus recursos naturais. É preciso responder as questões sobre quais setores devem crescer, em que perspectiva, e quais setores devem ter crescimento moderado. Na verdade, são perguntas não muito fáceis de serem respondidas, mas os planos são feitos para enfrentarem essas situações.

A quarta questão é que não se pode tratar também de pensar em desenvolvimento sustentável sem se ter em referência mudanças no padrão de consumo. E aí, de fato, pelo que eu pude ler do documento, há uma lacuna na indicação de algumas métricas que repensem a mudança nos padrões de consumo, tão necessária também para o enfrentamento das questões ambientais.

A quinta questão, que já foi dita aqui — o Aroaldo já lembrou dela também, mas eu quero destacá-la —, é que nós estamos enfrentando várias perspectivas de fechamento de acordos comerciais internacionais, como o do MERCOSUL, e a própria Alemanha instituiu, no início deste ano, uma nova lei com as devidas diligências, e isso pode impactar também as nossas perspectivas de desenvolvimento. Então, ter atenção nos impactos desses acordos comerciais internacionais sobre o desenvolvimento brasileiro é fundamental.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 51

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Aqui eu vou fazer um destaque sobre a transição energética, sobretudo eólica e solar, o que nós estamos acompanhando junto com os sindicatos e tem nos trazido uma preocupação grande. E acho que isso pode servir de exemplo, de embasamento para se repensar o planejamento para os próximos 4 anos.

Essa transição energética, que é muito bem-vinda, com todos os investimentos, todos os esforços que estão sendo feitos para se expandir a oferta de energia eólica e solar, vem correndo numa direção que nós não poderíamos chamar de transição justa. Nós temos observado, por exemplo, nessa transição para as renováveis, o pagamento de salários menores. Hoje, a remuneração média de um trabalhador do setor de energia solar é de 2 salários mínimos, enquanto, por exemplo, um trabalhador mineiro do setor de carvão ganha o dobro disso. São empregos sem acompanhamento sindical, são investimentos que estão, na verdade, indo, em alguns aspectos, na contramão da redução das desigualdades, como é o caso de várias propriedades rurais que estão perdendo a função social da terra e, com isso, os trabalhadores ficam impossibilitados de ter acesso às aposentadorias especiais do campo, por conta dos contratos que estão sendo feito com as empresas de energia eólica e solar.

Há também um processo crescente de estrangeirização do território. Ou seja, temos que pensar na questão da soberania nacional nesses investimentos. Além disso, há perda de fertilidade do solo; há perda de fauna e de flora; há baixa geração de empregos, e os empregos gerados são sem requisitos de qualificação e empregos basicamente para homens, o que acaba dando continuidade à exclusão das mulheres do mercado de trabalho, e empregos com agravantes de saúde, com ruído, calor, etc.

O que mais nos preocupa nesses investimentos é que inclusive o setor produtivo tem identificado essas energias como as novas *commodities* brasileiras. E nós sabemos que *commodity* não agrega valor, não agrega conhecimento, não agrega tecnologia e não gera emprego em quantidade no País. Então acho que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 52

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

temos que repensar esses caminhos da transição, sobretudo nesses setores que estarão sendo incentivados pelo PPA nos próximos anos.

Outro aspecto que destacamos e que também já foi falado é que as comunidades não estão sendo mobilizadas para o enfrentamento dessas discussões. O próprio Deputado Bohn Gass tem sido um parceiro nas nossas discussões sobre a transição energética do carvão no Município de Candiota, no Rio Grande do Sul, onde temos enfrentado também dificuldades de ter maior participação e adesão da comunidade para a transformação da economia local. Aqui, vou remeter ao final, a necessidade também de se pensar em métricas de diálogo social e adensar a representação das comunidades nessas discussões.

Outro elemento que também já foi destacado é a necessidade de fontes de financiamento claras e disponíveis para enfrentar essa transição ecológica, ambiental, energética, justa, seja qual for o nome que queiramos dar. E reforço aqui a fala final do Aroaldo: que elas sejam vinculativas à geração de trabalho e renda decentes, porque hoje há muitos financiamentos e investimentos que anunciam a perspectiva de geração de emprego e renda e, ao final e ao cabo, acabam frustrando as perspectivas de desenvolvimento do mercado de trabalho.

Também destaco aqui, da leitura do Eixo 2, que o orçamento público segue direcionando subsídios e incentivos fiscais para setores grandes emissores de gás de efeito estufa. Então, teria que haver uma priorização desses investimentos para setores com pouco impacto ambiental e muito impacto social. E acho que o saneamento, a agricultura orgânica, a indústria da reciclagem são exemplos vivos dessa perspectiva.

É preciso assegurar, nas metas do PPA, que os ganhos de produtividade do trabalho sejam compartilhados com a sociedade, ou seja, não basta ter ganhos de produtividade sem que esses ganhos se traduzam em benefícios para os consumidores, através de preços mais baixos; para os trabalhadores, através de aumento da renda; e, para o próprio Estado, através do aumento da arrecadação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 53

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

A nossa experiência histórica com o aumento de ganhos de produtividade é bem conhecida: o bolo cresce e dificilmente é distribuído.

Algumas indicações de sinal contrário aparecem nos Objetivos Gerais do Eixo 2, como, por exemplo, o incentivo à mineração *versus* impacto ambiental. Nós sabemos que a atividade mineradora, por mais que ela se tenha modificado nos últimos anos e se transformado tecnologicamente, vem causando impactos ambientais. Outro ponto é o incentivo à mineração *versus* impactos econômicos. Normalmente, a atividade de mineração é uma atividade que agrega pouco valor. E destaco também o apoio à digitalização, a inovações disruptivas. É óbvio que o Brasil precisa acompanhar esse processo todo, mas deve ter em mente, também, que essas iniciativas trazem impactos diretos na geração de empregos, como aqui já foi dito.

Quanto à menção que se faz hoje de que a reforma tributária vem para simplificar e apoiar o processo de desenvolvimento, eu acho que é uma visão um pouco limitada. O sistema tributário está aí também para reduzir as desigualdades sociais, através da redução da regressividade, e também pode ser um instrumento para penalizar setores que não atuem na descarbonização das suas plantas.

Por fim, Deputado, no Eixo 2, há um único indicador de emprego e renda importante, que, por sinal, é a ampliação da geração de oportunidades dignas de trabalho, com inserção produtiva dos mais pobres, o que é muito bem-vindo. Mas nós imaginamos que faltaram algumas indicações — talvez estejam presentes em outros eixos — de indicadores finalísticos e de indicadores de processos.

Tão importante quanto nós olharmos para o resultado final talvez seja o PPA também incorporar na sua avaliação indicadores de processo. Eu vou lembrar aqui alguns deles, para encerrar a minha fala.

É preciso que haja mais indicadores sobre desconcentração da renda.

É preciso que haja também indicadores de aumento do investimento na qualificação profissional, o que é fundamental num processo de transição ecológica, porque precisamos saber como requalificar os trabalhadores. Então





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 54

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

acho que aqui caberia um indicador de métrica de investimentos em qualificação profissional nos próximos anos.

É preciso que haja indicadores relacionados à qualidade do emprego, porque não basta só gerar o emprego. Às vezes, são empregos por tempo determinado, empregos sem carteira assinada. Então, deve haver métricas que indiquem nível de formalização, menor rotatividade, maior participação das mulheres e de populações vulneráveis no mercado de trabalho, redução nas jornadas extras de trabalho, como também o Aroaldo lembrou. Talvez a redução da jornada de trabalho seja um dos grandes vetores, inclusive, para enfrentarmos as questões ambientais.

É preciso que haja também indicadores relacionados a saúde e segurança no trabalho. Aqui são os indicadores de processo a que eu estava me referindo, indicadores de maior participação social, de diálogo social. E aí poderíamos pensar alguma coisa em termos de negociações coletivas, com a representação nos conselhos de trabalho e outros conselhos da administração pública.

É preciso que haja ainda indicadores de financiamento mais claros para efetivação de uma transição justa; indicadores de distribuição do valor adicionado, porque não basta gerar valor adicionado, é preciso ver como ele vai ser distribuído para o trabalho, para as empresas e para os impostos; e indicadores de transparência, com balanços públicos e divulgação de acionistas.

Essas são algumas das contribuições que gostaríamos de deixar aqui para o debate.

Desculpem-me se eu me estendi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que lhe agradecemos, Nelson, a participação, representando o DIEESE.

Nós concluímos a parte das explanações dos Ministérios e das entidades da sociedade civil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 55

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Eu quero registrar que, além do Deputado Welter, estão presentes também o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Zarattini e a Deputada Erika Kokay. Muito obrigado a V.Exas. pela presença aqui.

Eu vou franquear a palavra agora aos colegas Deputados.

Tem a palavra o Deputado Welter, que é o primeiro inscrito.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) - Bom dia a todos e a todas.

Faço um especial cumprimento ao Deputado Bohn Gass, que preside a Mesa, e a todos os que fizeram falas importantíssimas para o planejamento e a execução das atividades nos mais diversos setores da República que vão garantir o gasto público, esperamos, com eficiência.

Para a minha fala, eu me inspiro na agenda prioritária, que é fácil anunciar, mas é difícil fazer chegar à ponta. E esse é o desafio. Como nós vamos combater a fome e reduzir as desigualdades? Como vamos garantir que seja assistido um agricultor familiar que muitas vezes está no Bolsa Família, mas não tem assistência para melhorar a sua condição de vida e diminuir a desigualdade com o vizinho, que talvez tenha 40 alqueires, 50 alqueires e já está organizado? Esse é um grande desafio. Como unimos os Ministérios para fazer a busca ativa desse público que precisa ser assistido para cumprirmos o item 1 dessa pauta, dessa agenda prioritária? Os demais itens vêm como consequência. E é objetivo do Governo combater a fome e diminuir as desigualdades. Essa é a prioridade. Então, como faremos isso? Essa é uma pergunta que tem que estar na cabeça de todos os Ministros e Ministras e do pessoal do serviço público que tem responsabilidade nisso, para vermos se conseguimos fazer aquilo que queremos, aquilo que estamos anunciando. Isso é muito desafiador.

Eu fiz um estudo, num mestrado recente, sobre como se produz desenvolvimento local. É fácil fazer chegar o auxílio a quem está organizado numa associação. A quem tem associação, a quem tem sindicato, a quem tem cooperativa o auxílio chega muitas vezes. Mas a quem não tem não chega. Ou criamos um instrumento de provocação daquilo que o IBGE aponta, se os dados





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 56

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

forem fidedignos, e provocamos os Prefeitos daquele público que está precisando ser assistido, ou as ações não vão chegar lá.

Então, isso é desafiador, Deputado Bohn Gass. O que eu estou dizendo aqui não é nem minha opinião ou minha visão, é ciência para diminuir os problemas sociais do País e para atingirmos esse primeiro item da agenda prioritária: combater a fome e reduzir as desigualdades. Vamos pensar nisso.

Se eu puder deixar uma mensagem, é essa a que eu quero deixar. Eu acho que se esse é o foco, nós temos que pensar junto com o gestor local, com os que praticam a política de assistência lá na ponta, com os que praticam a extensão rural lá na ponta, para que a assistência chegue a quem precisa.

No topo está o Presidente da República, estão os Ministros, estão os diretores, estão os seus secretários executivos, mas lá na ponta está quem precisa ser assistido. E nós estamos falando em auxílio, mas o auxílio não está chegando a eles. Então, como é que nós vamos fazer isso chegar lá?

Eu sei que há muitas coisas boas que já estão chegando, mas nós precisamos andar mais rápido para tentarmos ser referência mundial de novo na diminuição da desigualdade ou no combate à fome. É desafiador.

Deputado Bohn Gass, eu finalizo dizendo que, na minha visão, como o nosso País é muito rural e tem muita produção de alimentos, é preciso que haja assistência técnica. Ela chega para quem está organizado, mas não chega como deveria chegar para quem produz, às vezes, um alimento de forma isolada e está cercado por lavouras de soja, de milho e tudo o mais. Para o cara que produz feijão e arroz no dia a dia, ou produz olerícolas, algo que é fundamental para um pequeno produtor ter renda, a assistência técnica não existe. Na minha visão, deveria haver uma espécie de SUS da roça para dar assistência técnica e extensão rural. Essa é uma sugestão também.

Muito obrigado e bom dia a todos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 57

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que lhe agradecemos, Deputado Welter, do PT do Paraná, a presença aqui e a contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Queiroz, a quem agradeço também pela presença desde cedo aqui na nossa atividade.

O SR. MARCELO QUEIROZ (Bloco/PP - RJ) - Querido Presidente Bohn Gass, primeiro, quero saudá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho.

Quero explicar que eu não estou aqui desde o início da audiência porque eu sou Presidente da Comissão de Cultura, e estávamos discutindo lá o patrimônio histórico, numa audiência que contou com o Presidente do IPHAN. Por isso eu só cheguei aqui agora. E vim para esta reunião porque eu fui eleito pela causa animal — somos sete Deputados nesta Casa —, a reunião trata do PPA e houve explanação aqui do Ministério do Meio Ambiente. Eu soube que V.Exa. já tem um projeto nessa área, do qual V.Exa. falou aqui nesta audiência, e eu até gostaria de participar dele também.

Hoje, o Rio de Janeiro tem o maior programa de castração gratuita do mundo para o controle populacional de animais. E foi com muita esperança que nós vimos o Presidente Lula subir a rampa do Palácio com a sua cachorrinha Resistência, como forma, obviamente, de agregar a causa animal às causas sociais mais importantes.

Num segundo momento, num evento lá em Salvador — eu, como Presidente da Comissão de Cultura, estive nesse evento porque haveria um evento de cultura logo em seguida, com a Ministra Margareth —, foi lançado o PPA participativo, para que a sociedade votasse nas propostas que são prioridades para a população, num gesto democrático deste Governo.

Eu participei, Deputado, ativamente da campanha pela política pública do controle populacional de cães e gatos, que foi a 9ª colocada no PPA participativo. As oito primeiras colocadas são causas muito ligadas a categorias, como aumento de salário, coisas muito específicas que obviamente não são políticas públicas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 58

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Então, a política pública do controle populacional de cães e gatos, se considerarmos que as outras são causas muito específicas, foi a mais votada.

A minha preocupação com o PPA, considerando tudo o que o Governo vem defendendo, é que, obviamente, para fazermos um programa de castração... O Rio de Janeiro tem o maior programa de castração do mundo. Foram feitas 200 mil castrações no ano passado, e serão feitas 200 mil castrações neste ano.

Eu acho que o Governo, quando sobe a rampa do Palácio e tem uma prioridade, deve demonstrar algo simbólico, que se traduza em efetividade. Eu também sou testemunha dos inúmeros debates feitos pela Diretora Vanessa no Ministério do Meio Ambiente e gostaria de parabenizá-la, mas devemos considerar o seguinte: não existe política pública sem orçamento.

Há uma preocupação: a política pública mais votada no PPA Participativo, excluindo-se obviamente essas de categoria, foi a política nacional de castração de cães e gatos, que tem um orçamento enviado pelo Governo Federal, para o ano que vem, de 1,8 milhão de reais. Resumindo, nós estamos desrespeitando a votação popular do PPA Participativo. É uma coisa que me preocupa bastante.

Eu acho que devemos corrigir, Deputado Bohn Gass, o que foi enviado pelo Executivo para este Legislativo, para respeitar e não desmoralizar um processo que foi aberto para a sociedade, que é o PPA Participativo. Se a ideia é haver participação democrática, que as pessoas votem em outras propostas! Se ganhou, isso tem que ser respeitado no PPA, como está sendo; mas principalmente no plano orçamentário, no qual não está sendo. Vamos ter que corrigir aqui um erro do Executivo.

Acho que todo o mundo deve ficar ligado, todo o mundo deve tentar lutar por nós — e lutar por nós não é lutar pelos animais; é, mesmo não gostando, lutar pelo PPA Participativo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito bem, Deputado Marcelo. Obrigado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 59

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Eu também sou apoiador da pauta da castração, do controle. Temos inclusive várias emendas colocadas nesse sentido. Eu quero encaminhar esse debate na LDO e no PLOA. Os Relatores estavam aqui hoje de manhã.

Aqui se trata especificamente do orçamento para o ano que vem. Aqui nós estamos mais na linha das diretrizes que estão incorporadas. Mas eu serei seu parceiro na CMO, para trabalharmos esse ponto, Deputado Marcelo.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai, de Santa Catarina.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Obrigado, Deputado Bohn Gass, Relator do nosso PPA. Parabéns pelos debates que V.Exa. tem promovido!

Quando eu não estava aqui, estava no gabinete ouvindo as falas em alguns momentos.

Eu quero me somar a essa ideia do Deputado Marcelo Queiroz: para garantir uma política pública, é preciso garantir o orçamento do próximo ano. Eu me somo a essa causa. Portanto, estou muito contemplado pela fala do Deputado, o que demonstra a importância da escuta.

Há um clamor da própria sociedade para que se construa uma política ambiental, uma política em defesa da causa animal, além de outras transições ecológicas.

Eu quero falar de dois pontos aqui, Deputado Bohn Gass.

Eu acredito que, quando se trata de desigualdade educacional, social, cultural, etc., o PPA tem uma grande responsabilidade no enfrentamento dos problemas mais estruturais da sociedade. Por isso, é importante planejar estes 4 anos. Nós vamos definir o que o Brasil será na próxima década, em grande parte, no PPA de agora. Então, o PPA é estruturante. É o PPA que enfrenta os problemas mais estruturais, que se transformam depois em recursos orçamentários, mas não só isso.

Eu queria destacar a importância do PPA Participativo, da escuta da sociedade como uma decisão de Governo para democratizar um tema mais árido,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 60

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

mais difícil, mais complexo. O orçamento é mais fácil de se compreender. O PPA tem uma perspectiva mais estruturante.

Eu acredito que já demos um passo. Nesse passo entre democracia e prioridade nacional, eu queria destacar a educação. Eu vou ser bem breve aqui.

O PPA ouviu a sociedade brasileira. Entre outros temas, discutiu-se a expansão de institutos federais e de universidades federais em várias regiões do País. A segunda proposta mais votada, com 8 mil votos, foi a criação da Universidade Federal do Vale Itajaí, em Santa Catarina. Foi a segunda proposta mais votada. No entanto, por iniciativa do Governo, o PPA não contempla a expansão de universidades.

Então, há uma contradição entre ouvir a sociedade e, efetivamente, contemplá-la no PPA. Não está contemplada! Está prevista somente a consolidação das universidades, diferente do que ocorre com os institutos, que, nos objetivos, têm previsão de consolidação e expansão.

Eu queria defender aqui publicamente — já fiz isso para o Relator, do ponto de vista pessoal — que fosse incorporado e contemplado, por iniciativa da democracia direta e deste Parlamento, um objetivo, que é expandir.

Eu quero fazer uma observação, em 30 segundos, sobre o aspecto político. O Governo anterior, a partir de mudanças de posições político-ideológicas, acabou com o Mais Médicos, que está sendo retomado; acabou com o Minha Casa, Minha Vida; acabou com programas sociais; acabou com programas agrícolas, como o PAA, etc., mas não conseguiu acabar com as universidades que foram criadas, não conseguiu acabar com os institutos federais que foram criados. Eles tiraram orçamento, mas não conseguiram demitir professores, não conseguiram demitir técnicos.

Portanto, se nós quisermos que o PPA promova uma mudança estrutural e estruturante no País, a expansão de instituições públicas, de instituições federais e de instituições de educação básica é estratégica e fundamental.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 61

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Lamento que o Governo tenha encaminhado o PPA sem a expansão de universidades como uma questão mais conjuntural. Não há orçamento para o ano que vem? E daí? O problema do orçamento não é do Governo, é da sociedade. Priorizar um setor, tirar daqui e colocar ali é decisão da sociedade. A sociedade brasileira decidiu que implantar e expandir instituições federais é prioridade. Ela deve ser escutada.

Se nós queremos nos subordinar à democracia, devemos realmente nos subordinar a ela. Senão, não deveríamos ter tomado a iniciativa de ouvir a sociedade. Expandir as universidades públicas está lá entre as prioridades da sociedade — não só uma universidade específica, mas muitas outras.

Esta minha fala está em sintonia com o seu debate, Deputado Bohn Gass.

O segundo ponto diz respeito ao Plano de Transformação Ecológica.

No Brasil, a indução da industrialização e da criação de empregos e oportunidades não vai se dar somente com a valorização de benefícios para um setor, como a exportação de *commodities*, de minério, de cana-de-açúcar, de soja para os porcos da China.

Efetivamente, o PPA tem que contemplar uma estratégia de indução do desenvolvimento nacional na perspectiva do que o Alckmin chama de "neoindustrialização", uma nova indústria, com qualidade profissional, na qual a economia se beneficia cuidando do meio ambiente. Não se trata só de uma discussão ambientalista. Trata-se de uma economia centrada numa nova estratégia de tecnologia, de ciência, de inovação, que beneficie o meio ambiente. Acho que devemos inverter esse debate. Devemos considerar que, para a economia, é central fazer essas mudanças de transição ecológica. Não é porque eu defendo o meio ambiente que eu quero um motor que não polui. O carro elétrico, a energia solar, a energia eólica são centrais para o Brasil se transformar numa potência econômica e industrial, com empregos qualificados, com engenharias qualificadas, com profissões qualificadas, que eu chamaria de classe média.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 62

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Eu acho que esse é o eixo central que esse PPA pode dar ao Brasil como uma grande contribuição.

Eu me estendi um pouco, Deputado Bohn Gass. Eu me empolguei porque quis reconhecer e legitimar esse extraordinário trabalho que V.Exa. tem feito na coordenação da relatoria do Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Informo a todos que a nossa Consultoria está acompanhando esta audiência para captar todos os pontos que aparecem aqui, para depois debatermos.

Especificamente sobre esse tema que V.Exa. comentou comigo, Deputado Pedro Uczai, a respeito da expansão do ensino superior, das nossas universidades, eu já falei com a Dra. Denise, da Secretaria de Educação Superior — SESU. Nós ficamos de marcar uma reunião. Eu quero que V.Exa. articule o grupo de Parlamentares que vai nos acompanhar nessa conversa. Eu sei que a Deputada Ana Pimentel estava junto naquele momento em que V.Exa. falou. Vamos fazer esse debate com o próprio Ministério da Educação. Há uma interação entre os Ministérios. Nós vamos falar sobre isso.

Aqui nós estamos fazendo audiências públicas mais gerais, mas há pautas específicas que nós vamos acompanhar. Vocês podem contar conosco para esses debates e encaminhamentos.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) - Deputado Bohn Gass, eu queria parabenizá-lo pela realização deste evento.

O PPA significa capacidade de planejamento para sair do açodamento do próximo ano, enfim, e trabalhar com políticas, como disse o Deputado Pedro, mais estruturantes para o País que nós queremos. Eu acho que nós expressamos o país que queremos a partir dessa construção do PPA.

Eu lembro que encontrei o Wellington Dias, que recentemente tinha sido eleito Governador do Estado do Piauí. Ele falava de um Piauí para 10 anos, de um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 63

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Piauí para 20 anos. Ele estabelecia prioridades. Eu me lembro de algumas delas: a cadeia do mel, a cadeia do bode, a valorização do patrimônio material e imaterial do Piauí. Ele dizia que, no Piauí, todos os Municípios teriam uma escola de ensino médio e as pessoas não teriam que sair do seu local, da sua moradia, do seu território para ter acesso ao ensino médio. Acho que hoje, no Piauí, há faculdades em todos os Municípios, não apenas escolas de ensino médio.

Ele falava alguma coisa mais ou menos assim: *"Muitas pessoas podem sair do Piauí porque querem sair do Piauí, porque querem vivenciar outras experiências, mas nós vamos construir um Estado do qual ninguém terá que sair expulso pela fome, expulso pela própria miséria, expulso pela falta de oportunidades"*. Eu penso que o PPA representa isso.

Nós tivemos uma experiência que precisa ser aprofundada em vários aspectos: o PPA Participativo, que mobilizou as pessoas. De repente, isso deu uma consciência também de pertencimento, de que o PPA deveria representar os anseios da própria população, que se expressaram nas urnas, mas têm que se traduzir concretamente na forma como se planejam as finanças de um país, na forma como se faz o planejamento, por 4 anos, das próprias estruturas de um país. As políticas públicas, se não estão no PPA, se não estão no orçamento, não têm condições de se fortalecer.

Aqui nós temos um projeto de desenvolvimento nacional, com a retomada da industrialização, que foi perdendo impacto, inclusive no PIB, durante as últimas décadas. A reindustrialização indica um projeto de desenvolvimento nacional que rompe a lógica da acumulação capitalista na mão do rentismo. O rentismo, que não produz, ou seja, o capital acumulado no rentismo não tem qualquer tipo de relação com o território; não tem relação com o mundo do trabalho, porque não produz; não tem relação com o mercado interno, ou seja, é desterritorializado.

Quando você resgata um projeto de desenvolvimento nacional, que é o que está em curso, você passa a ter a necessidade de instrumentos estratégicos para o desenvolvimento; você passa a ter relação com o mercado interno, relação com





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 64

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

o próprio mundo do trabalho. Então, é outra lógica a que está posta, que tem que se expressar no PPA e que tem que se expressar em todas as peças orçamentárias.

Nesse processo da necessidade de uma reindustrialização com qualidade, nós vamos trabalhar com instrumentos estratégicos — um deles, o fundamental, é a própria educação. Então, nós temos o objetivo de valorizar a educação, ou seja, de aumentar a educação integral e, ao mesmo tempo, estabelecer a construção de incentivos para que as pessoas fiquem no ensino médio. Enfim, é toda uma política que está posta.

Nós vamos falar de ciência e tecnologia. Nós vamos falar também de desenvolvimento na educação. Nós vamos falar de cultura, porque há uma economia criativa. Tem que haver um processo em que você possa retomar as cadeias produtivas que foram quebradas, fraturadas, eu diria, em função da acumulação do rentismo ou da supremacia do rentismo sobre o capitalismo produtivo.

Fundamentalmente, em todas essas condições que devem ser incluídas no PPA, o meio ambiente se faz presente. Então, eu queria dizer da minha alegria de termos aqui tantos representantes da defesa dos direitos dos animais na política de meio ambiente. Nós vamos ver, pelo PPA Participativo, que houve uma grande adesão. A cada dia se entende mais que nós fazemos parte de uma trama de vida e que defender os direitos dos animais é defender essa trama de vida. Uma política que precisa estar em todas as outras políticas é a política de valorização do meio ambiente.

Nós estamos falando de transição energética, mas também estamos dizendo que é preciso haver medidas para conter as mudanças climáticas. É preciso fazer algo que é absolutamente nítido, mas muitas vezes é negado: a relação do meio ambiente com todas as outras políticas públicas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 65

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Por isso, manifesto todo o nosso apoio à inclusão, no PPA, de uma política nacional de castração. Além disso, nós não podemos mais permitir o transporte de animais vivos para outros países. (*Palmas.*)

Nós temos que sair do nível de barbárie que foi posto neste País nos últimos 4 anos. Eu diria que, dentre tantas coisas, o Estado precisa se libertar para cumprir a sua função, que é enfrentar os problemas nacionais.

Eu falo isso porque nós tivemos o Ministério do Meio Ambiente tomado por uma política antiambientalista. Não é que não se priorizou a política ambientalista, é que se fez uma política antiambientalista. Essa captura do Estado precisa ser rompida. Isso é necessário para que tenhamos o combate à fome, o respeito aos animais, o respeito a uma agropecuária que não penalize, o respeito às políticas de defesa dos direitos dos animais como parte dos direitos de todas as pessoas e como parte da reafirmação de que nós não somos donos da vida, mas fazemos parte de uma trama de vida.

Parabéns, Vanessa, que aqui está! Parabéns a todos os militantes que têm feito uma luta contra o abate de jumentos e contra tantas outras formas de crueldade, que, ao serem permitidas e naturalizadas, vão sendo internalizadas como forma de se expressar na vida!

A política em defesa dos animais é a política em defesa da vida, é a política em defesa do amor. Façamos, portanto, um PPA do esperar, da amorosidade e da boniteza da vida falada por Paulo Freire. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Vamos agora para a última fase. Vamos retornar a palavra à Mesa.

Vamos seguir uma ordem inversa, porque o Aroaldo está com voo marcado e vai participar de uma atividade importante hoje à noite, um debate em São Paulo, conforme ele já anunciou.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 66

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Antes, eu queria colocar uma frase e anunciar o nosso próximo evento: o que nós queremos do Brasil? É disso que se fala. O PPA é isso. Essa é a pergunta que nós temos que responder. O que nós queremos do nosso País?

Eu estava comentando com a Leany, aqui ao lado, sobre as pautas mais emergenciais no mundo hoje. Cito a paz e lembro que o Brasil está lá lutando contra a guerra. Cito o combate à fome e à desigualdade e lembro que Lula é Presidente do G-20 e vai querer fazer uma aliança mundial pelo combate à desigualdade, para que todo o mundo possa ter alimentação. Cito a emergência climática, que, como nunca, é centro da pauta mundial. Precisamos estar na dianteira, inclusive na área de produção, de geração de renda, dentre outros conceitos que acompanham esse tema. Cito o reconhecimento da diversidade, uma pauta transversal que está posta aqui. Nós queremos um mundo respeitoso, sem ódio, sem violência. Nós precisamos estar na dianteira disso. Cito a economia que cresce com distribuição de renda, de forma sustentável. Esse foi o tema principal do aprofundamento de hoje. Por fim, cito o trabalho digno, tema que também está posto.

Eu poderia elencar outras pautas, mas estou priorizando essas para dizer que são pautas do mundo. O Brasil precisa estar à frente, na dianteira. É isso o que quero do meu País. Este é o debate.

Por isso, nós estamos aprofundando os três eixos aqui. Já debatemos o social e o econômico. O debate sobre o próximo eixo será no dia 31, terça-feira da semana que vem, quando falaremos sobre democracia. Só se constituirá isto na democracia — não com fascismo, não com ditadura. Somente com democracia se faz isso, respeitando diferenças e convivendo com elas, não as eliminando, como quer o fascismo. Debateremos sobre democracia, reconstrução do Estado brasileiro e soberania, que é o terceiro eixo, Leany, que vamos aprofundar na próxima audiência pública que nós faremos.

Retorno a palavra à Mesa, começando pelo lado inverso, de cá para lá.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 67

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Tem a palavra o Aroaldo, para fazer suas considerações, muito sinteticamente, no fim dos nossos trabalhos.

O SR. AROALDO OLIVEIRA DA SILVA - Agradeço o convite.

Acho que o Deputado Bohn Gass conseguiu sintetizar bem: só desenvolvermos o País econômica, tecnológica, sustentável e socialmente se trabalharmos todos esses elementos e se tivermos como meta de toda política pública o povo brasileiro, a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, a diminuição das desigualdades, com geração de trabalho decente, com renda decente.

Obrigado a todos. Desculpem-me por ter que sair correndo, mas tenho voo marcado e vou participar de outras atividades em São Paulo.

Fico à disposição para outros debates. Obrigado.

Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós lhe agradecemos pela presença.

Passo a palavra à Dra. Marina, para que faça suas considerações finais.

A SRA. MARINA SOARES ALMEIDA - Eu gostaria apenas de comentar que fiquei bastante contente ao ver que todos os Deputados privilegiaram e deram bastante atenção ao PPA Participativo, uma inovação que o Governo trouxe. Vemos que todos estão bastante engajados em fazer com que o PPA Participativo, de fato, seja efetivo.

No que diz respeito à política do MDR, há uma forte atuação nossa no combate à desigualdade social, na medida em que buscamos minimizar as desigualdades territoriais. Por exemplo, na Região Nordeste, há ausência de democratização da própria água. Então, as nossas políticas públicas visam à redução dessas desigualdades sociais.

Por fim, eu gostaria apenas de agradecer. Estamos à disposição para continuar o debate.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 68

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, Dra. Marina.

Passo a palavra ao Henrique, do nosso Ministério do Meio Ambiente.

O SR. HENRIQUE DE VILHENA PORTELLA DOLABELLA - Eu quero agradecer a participação numa reunião tão qualificada.

Quero agradecer, especialmente, as palavras inspiradoras do Deputado Bohn Gass e da Deputada Erika Kokay.

Quero agradecer as provocações dos Deputados Marcelo e Pedro Uczai.

Especificamente, em relação ao questionamento feito pelo Deputado Welter, a cobrança de S.Exa. é muito pertinente, porque precisamos efetivamente fortalecer as nossas redes de políticas públicas. Já temos bons instrumentos, como o Cadastro Único do Governo Federal. O Governo Federal, como um todo, está desenvolvendo outros instrumentos em um contexto de infraestrutura pública digital, para não só mapear as populações mais carentes de políticas públicas, mas também para ajudar a formar diagnósticos e calibrar as políticas públicas para melhor atendê-las.

Nesse aspecto, a retomada do Cadastro Ambiental Rural pelo Governo Federal, especificamente localizado no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, vai nos permitir esse reforço para contemplar esses atores com essas políticas públicas essenciais e para também embasar um novo pacto federativo. É, portanto, essencial a cooperação do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais para atingir essas populações.

Com isso, eu gostaria de terminar minha fala e agradecer mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Henrique.

Passo a palavra à Anna Flávia, que complementará sua intervenção pelo Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - Eu queria agradecer o convite ao Deputado Bohn Gass.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 69

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Fico muito satisfeita porque percebemos uma enorme convergência da Casa Legislativa e do Governo em relação aos principais desafios que temos a enfrentar, que são desafios extremamente complexos.

Temos diversas estratégias a serem enfrentadas, e esses desafios somente serão enfrentados se conseguirmos alinhar todas as ações nas esferas sociais, econômicas, políticas e técnicas. Não há como enfrentar um desafio de forma individualizada. Temos que trabalhar com uma estratégia alinhada.

Na fala do Deputado Pedro Uczai, quando cita a importância de integrar a questão social com o desenvolvimento econômico e com a área ambiental, no sentido de que a área econômica é que deveria prover o desenvolvimento ambiental, eu digo que a grande aspiração da área ambiental é exatamente que a questão ambiental se torne uma lógica de mercado e que o mercado já trabalhe com essa lógica. Acho que, naturalmente, isso vai acontecer. E acho que o alerta que a própria natureza está nos dando vai possibilitar que essa lógica mude.

Gostaria de agradecer também a manifestação da Deputada Erika Kokay e do Deputado Marcelo. Especialmente, quero dizer que convergimos no tocante à importância das ações de proteção aos animais e o controle populacional de cães e gatos. O orçamento reduzido dessas ações reflete também o orçamento reduzido do programa de qualidade ambiental. Temos cerca de 29 milhões para atender todas as ações no País relacionadas à reciclagem, logística reversa, monitoramento de poluição de ar, água e solo, todas as questões relacionadas às questões urbanas de resíduo, política de reciclagem, apoio aos catadores.

Então, não é fácil você administrar um orçamento para atender a todas essas demandas. Mas o importante é que não vamos atuar sozinhos. Contamos com o Congresso Nacional para incrementar essa pauta, que também tem que ser articulada com toda a sociedade, Estados e Municípios, para que tenhamos resultados efetivos. Como disse o meu colega, a questão federativa é importante para nos complementar em todos esses desafios que relatamos aqui.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 70

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Queria agradecer e me colocar à disposição para amadurecer, junto ao Congresso Nacional, as nossas estratégias e efetividade de nossos resultados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Anna Flávia.

Nós passamos a palavra ao Sr. Nelson Karam, que está em ambiente virtual, para fazer suas considerações finais pelo DIEESE.

O SR. NELSON KARAM - Deputado, quero apenas agradecer o convite e me colocar à disposição. V.Exa. está de parabéns pela iniciativa de aproximar um tema tão árido e tão distante da população, que é o planejamento, as diretrizes do Orçamento, mas tão fundamental para a transformação da vida das pessoas num contexto de grandes desafios nacionais e globais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Nelson, por sua participação. Nas demais atividades, o DIEESE tem tido sempre uma presença importante.

Obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Leany, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento, que está na coordenação direta dessa pauta conosco.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

É muito bom recebermos críticas e sugestões, porque esse é um processo de melhoria contínua, de incrementalismo também. Fizemos muitas alterações no processo do PPA. As sugestões do Karam, por exemplo, em relação a algumas das métricas, são muito bem-vindas. Só podemos criticar o sistema de métricas porque introduzimos o sistema de métricas. Senão nem poderíamos conversar sobre o que deveria estar ou não, se ela está bem calibrada, se ela pode melhorar ou não. Acho que isso é um enorme avanço na qualidade da formulação da política pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 71

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Eu vou sugerir, Karam... Há uma parte toda que acaba não sendo muito analisada, que é a parte não orçamentária, em que entra todo o crédito, subsídios creditícios, subsídios tributários. E ali você também consegue enxergar, especialmente na parte de crédito, onde está o fomento. Se você analisar o programa de neoindustrialização, do ponto de vista orçamentário, verá que ele tem um baixo orçamento. Se analisá-lo do ponto de vista não orçamentário, verá que ele tem um alto volume de recursos, porque é crédito para a indústria, via BNDES, BASA, BNB, os bancos, as agências públicas de fomento.

Acho que há um tema muito importante para o Deputado Welter sobre a articulação federativa. É um grande desafio fazermos a política chegar ao Município no nosso sistema multinível. Isso é muito difícil, porque na educação são três níveis, bem como na saúde. A implementação da política pública é um grande desafio. Mas eu acho que o monitoramento e a avaliação depois, Flávia, vão permitir que tentemos aperfeiçoar esse modelo.

Queria só fazer duas breves observações em relação ao conteúdo. A primeira, do Deputado Marcelo, sobre a questão orçamentária. Da mesma forma como é incremental do ponto de vista do planejamento, é incremental do ponto de vista orçamentário. Nem sempre se consegue fazer o melhor para o próximo ano, mas, sendo um elemento central, isso vai mudando ao longo dos tempos. Então, eu acho que entender a continuidade do processo e como isso vai mudar, a médio e longo prazo, é muito relevante.

Quanto à pergunta do Deputado Pedro sobre expansão da universidade, não está no PPA. O Ministério da Educação não colocou expansão física de universidades, mas colocou expansão de matrículas, taxa bruta de matrícula, aumento de 10% global e 20% para a população negra. Da mesma forma, há maior conclusão de mestrado e de doutorado — isso para graduação.

O projeto contém 800 páginas, é muito amplo e ainda há uma camada gerencial que não vem na lei. Há muita informação. Eu acho que o Parlamento poderá se apropriar de uma maneira muito positiva disso.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 72

CMO (Reunião, Audiência Pública)

24/10/2023

Finalmente, a Deputada Erika Kokay traz a cereja do bolo: o longo prazo. Precisamos olhar para o longo prazo para que possamos corrigir rotas das políticas, se estamos ou não fazendo o bem.

Deputado, mais uma vez, obrigado. V.Exa. sempre dá muita oportunidade para o Ministério do Planejamento estar aqui presente e falar um pouco desse trabalho, que foi um grande esforço de Governo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado à Leany, a todos que participaram da reunião e ainda estão presentes e a quem estava nos acompanhando virtualmente

Deputado Marcelo, faço um registro muito especial da sua presença.

Eu agradeço o comparecimento de todos os convidados e convidados, das Sras. e dos Srs. Parlamentares, dos assessores e servidores das Casas Legislativas.

A reunião está encerrada.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para discutir a estruturação dos Núcleos de Atenção às Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN 4/2023 – LDO para 2024, em atendimento ao **Requerimento n. 13/2023-CMO**, de autoria do Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, ocorrida em 27/09/2023. Para expor sobre o tema, foram convidadas a Assessora Técnica da Clínica Escola do Autista de Itaboraí/RJ, **Sra. Berenice Piana de Piana**; a Prefeita de Irauçuba/CE, **Sra. Patrícia Maria Santos Barreto**; a Diretora do Centro de Reabilitação São Pedro da Aldeia - RJ, **Sra. Fernanda Suzarte** e Coordenadora de Projeto da Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, **Sra. Josiane Pereira Torres**. Todos os convidados participaram presencialmente. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Carlos Henrique Gaguim, Luciano Amaral e Mauro Benevides Filho; dos **Senadores Titulares**: Daniella Ribeiro e Izalci Lucas; dos Deputados Suplentes: Alberto Mourão, Benes Leocádio, Charles Fernandes, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Duda Ramos e Ruy Carneiro; e dos **Deputados Não Membros**: Domingos Sávio, Dr. Francisco, Fernanda Pessoa, Pastor Sargento Isidório, Rodrigo Gambale e Silvia Cristina. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta minutos, foi declarada iniciada a reunião sob a condução do Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE) que comunicou a finalidade da audiência pública e contextualizou sobre o tema. Chamou para compor a Mesa os convidados anunciados e esclareceu o ordenamento dos trabalhos. Em seguida, convidou a Senadora Daniella Ribeiro, presidente da Comissão Mista de Orçamento, para coordenar a reunião, que também fez suas considerações sobre o tema e retornou os trabalhos ao autor do Requerimento, Dep. Danilo Forte, que concedeu a palavra aos convidados para fazer suas exposições. Inicialmente a **Sra. Berenice Piana de Piana** fez sua apresentação com um histórico da sua trajetória, e desenvolvimento do seu filho diagnosticado com autismo, bem como da Clínica-Escola do Autista em Itaboraí. Em seguida, falaram a prefeita de Irauçuba/CE, **Sra. Patrícia Maria Santos Barreto**; a Diretora do Centro de Reabilitação São Pedro da Aldeia/RJ, **Sra. Fernanda Suzarte**, e a Representante do Ministério da Educação, **Sra. Josiane Pereira Torres**. Encerrada as participações, o presidente em exercício abriu para discussão e chamou os parlamentares e público presente inscritos na seguinte ordem: Deputado Domingo Sávio (PL/MG), Deputada Silvia Cristina (PL/RO), Ex-Deputado Benito Gama, Dra. Camila Silva de Medeiros da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Prefeita de Solonópole, Sra. Ana Vladia, Sr. Clailson Farias, representante do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Sra. Daniela Freitas, Deputada Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE), Sra. Lidice Braga, acompanhando a Secretaria da Educação do DF e Sra. Iraê Cardoso e Sr. Joel Bitencourt Serra, conselheiro tutelar do Rio de Janeiro, que deram suas contribuições e agradeceram o empenho do Deputado Danilo Forte. Para finalizar, foi passada a palavra novamente a todos os convidados para as considerações finais. **ENCERRAMENTO**: às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, o Deputado Danilo Forte, Presidente em exercício, agradeceu a presença de todos os convidados e parlamentares presentes e encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputado Danilo Forte, Presidente em Exercício. xxxxxxxxxxxxxxxxx**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Boa tarde a todos e a todas.

É uma alegria estar nesta audiência pública da Comissão Mista de Orçamento tratando de um tema que é uma inovação na lei orçamentária do Brasil e que aproxima o orçamento do País da realidade das famílias, das pessoas, dos brasileiros e das brasileiras.

Hoje pela manhã, tive oportunidade de fazer um debate na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e fiquei muito preocupado com a dimensão que essa situação está tomando. Um dado apresentado pelo nosso colega Deputado Dr. Zacharias Calil, que é muito respeitado por todos nós, mostra que 1% da população mundial hoje tem algum transtorno vinculado ao autismo. Esse número é crescente, inclusive na realidade brasileira. Pelo Censo, em torno de 18,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, e mais da metade desses estão vinculados ao TEA.

Eu agradeço à Prefeita Ana Vladia, de Solonópole, e à Prefeita Patrícia Barreto, de Irauçuba — que vai compor a Mesa conosco —, que nos ajudaram a ter maior clareza da realidade e da dificuldade que os Municípios têm de oferecer tratamento, acompanhamento e inclusão social para essas crianças, que ainda estão na fase de descoberta, conhecimento, crescimento e evolução. É preciso construir uma inclusão social mais benéfica para o desenvolvimento e o convívio social delas.

Ao tratar de Lei de Diretrizes Orçamentárias, fala-se muito de números, marco fiscal, contas, orçamento, receita e despesa. Aqui no Congresso fala-se muito de emenda: emenda individual, emenda de bancada, emenda de tudo quanto é jeito. Nós quisemos inovar, e essa iniciativa tem tido um resultado extraordinário. Em todas as audiências públicas de que eu participei, em São Paulo, no Rio, em Minas, na Paraíba, no Ceará, no Tocantins, em todos os Estados aonde fomos, vimos a curiosidade, a preocupação e o aplauso das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

peçoas que participaram dessa iniciativa de construir uma política integrada em âmbito nacional para algo que chama tanto a nossa atenção.

Declaro iniciada a 15ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2023, da Comissão Mista de Orçamento, de minha autoria, com o objetivo de discutir a estruturação dos núcleos de atenção às crianças com transtorno do espectro autista — TEA como prioridade no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que é a mesma LDO para 2024.

Vou compor a Mesa e peço uma salva de palmas para essas guerreiras, que assumiram essa bandeira e estão mudando a vida e a realidade de milhões de brasileiros: Sra. Berenice Piana de Piana, Assessora Técnica na Clínica Escola do Autista de Itaboraí, Rio de Janeiro; Sra. Josiane Pereira Torres, Coordenadora de Projeto da Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão — SECADI do Ministério da Educação; Sra. Patrícia Maria Santos Barreto, Prefeita de Irauçuba, do meu Estado do Ceará — cidade que eu quero muito bem e que tem uma bela gestão, iniciada pelo grande líder Nonatinho Souza; e Sra. Fernanda Suzarte, Diretora do Centro de Reabilitação São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para as suas exposições. Conforme estipulado no art. 94, § 2º e § 3º, do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Parlamentares inscritos poderão interpelar os palestrantes estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Também vamos dar espaço para as demais pessoas que vieram participar desse evento se manifestarem. Está aqui um grupo grande de pessoas que compareceram e contribuíram para a organização desse evento.

Quero registrar a presença do Deputado Benito Gama e do Deputado José Carlos Aleluia, que são dois decanos que muito contribuíram como Parlamentares e agora estão contribuindo com a sua experiência e a sua vivência para o crescimento e o fortalecimento do Congresso Nacional.

O Deputado Federal Zé Vitor, que é o Presidente da Comissão de Saúde, está chegando.

Estão presentes o Dr. Wilen Heil e Silva, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional — COFFITO; a Dra. Camila Silva de Medeiros, Coordenadora da Rede de Cuidados à Pessoa com TEA da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; a Sra. Natalia Padovani, acompanhante, terapeuta e mãe de autista; a Sra. Daniela Freitas, coordenadora da maior comunidade sobre autismo no Brasil; e a Sra. Susana Cristina, que nos ajudou muito na elaboração desse projeto e na construção de um subtítulo no orçamento — muito obrigado.

Convido a Presidente da Comissão para se manifestar, já que a Mesa é tão feminina e tão bonita hoje. Peço uma salva de palmas à Senadora Daniella Ribeiro, que contribuiu muito para esse debate. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço ao Deputado Danilo Forte, que é o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Brasil rende homenagem a S.Exa. neste momento, principalmente os brasileiros que compreendem a necessidade de incluir no orçamento um investimento voltado para pessoas que estão no espectro autista.

Mesmo considerando que há subnotificação de casos, acompanhamos um aumento significativo do número de pessoas nessa condição de necessidade especial. Fui Deputada Estadual na Paraíba, quando tive a oportunidade de participar da Frente Parlamentar em Defesa do Autismo. Esse tema muito mexe





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

com o meu coração, e por isso temos compromisso com ele dentro do Congresso Nacional.

Eu agradeço a participação do Deputado Moses Rodrigues, Presidente da Comissão de Educação; da Deputada Lêda, representando a Comissão da Mulher; do Dr. Wilen Heil e Silva, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Assuntos Parlamentares, representando o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional — COFFITO; da Coordenadora Camila Silva de Medeiros, representando a Rede de Cuidados à Pessoa com TEA, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; da coordenadora da maior comunidade sobre autismo do Brasil, que é a Daniela Freitas; da acompanhante, terapeuta e mãe de autista Natalia Padovani; da Sra. Aline Couto, psicóloga e Presidente do grupo de trabalho da Linha de Cuidado da Saúde da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; de Lídia Isabel, que está representando os terapeutas ocupacionais do ADOLESCENTRO — centro de atendimento para adolescentes com transtornos mentais; da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde e TEA, representada por Eddi Sofia Medrei; das Redes de Atenção da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde — SAIS, representadas por Andrielle Haddad, nutricionista e Chefe de Assessoria do SAIS; do Deputado Distrital Eduardo Pedrosa, que preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Autismo; da Associação Tudo Azul Autismo; de Vera Barros, representante da Secretaria da Educação e da Subsecretaria de Educação Inclusiva; do Centro de Ensino Especial do TEA, representado pela Diretora Marli de Jesus e pela educadora de alunos com deficiências múltiplas Betânia Barreiros, representando a Secretaria de Educação; dos membros da Liga do Autismo, representada por Larissa Oliveira, que é psicóloga, Camila Câmara, que é fisioterapeuta, Anita Brito, que é neurocientista, e Amanda Cristina, que é educadora especial; de Mirela Carla, que promove o Autispod, *podcast* autista; de Kátia Quintino; de Larissa Narici; de cuidadoras e demais envolvidos que foram convidados para esta audiência pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Deputado Danilo Forte, há um projeto de minha autoria que...

Todos sabem a realidade da família ou do casal que tem uma criança autista. Infelizmente, muitas vezes os homens, os pais vão embora e deixam as mulheres com todo o peso. Eu chamo de peso principalmente os encargos financeiros. A mulher tem dificuldade para trabalhar, porque não conta com a tranquilidade de deixar seus filhos em locais onde possam ser cuidados.

Cumprimento o Deputado Aleluia, que se encontra presente.

Conversando muito com pessoas ligadas a associações no meu Estado, apresentamos um projeto de lei que obriga esses pais a prestar assistência financeira e psicológica, emocional. Não se pode aceitar que...

Tenho respeito a tantos homens que têm sensibilidade e que estão participando desta reunião por causa dessa sensibilidade que têm. Mas, infelizmente, no País há homens que só aceitam ficar com suas esposas se seus filhos não tiverem nenhum tipo de problema — quero utilizar a palavra correta.

Ouvir os depoimentos muito me doeu, mas essa é a realidade das mulheres. Como elas fazem para trabalhar? Como elas fazem para sustentar seus filhos? Eu sou mãe de três filhos. É como se não tivéssemos saída, é como se essas mulheres não tivessem saída. São mulheres condenadas. Dificilmente uma mãe abandona seu filho. Eu diria que é quase impossível que isso aconteça. Lamentavelmente, os pais abandonam esses filhos, e os abandonam rápido. Essa é a realidade.

Acredito que os institutos e as pessoas que trabalham integralmente com esse tema sabem bem mais do que eu. Como Parlamentares, escutamos relatos, participamos de discussões, procuramos apresentar leis e, assim como o Deputado Danilo Forte, compreendemos a necessidade de buscar recursos no orçamento para investir em todo um aparato para cuidar das crianças, dos jovens e dos adultos, porque eles ficarão adultos. Chega um momento em que essa mãe não tem mais controle, porque a assistência é simplesmente zero. Essa é a realidade do Brasil. Eu não conheço os números, mas vou ter conhecimento deles.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Eu gostaria de parabenizar de forma muito especial o Deputado Danilo Forte, que teve todo o meu apoio desde o princípio, quando levantou o tema. Como eu disse, a experiência de participar da Frente Parlamentar em Defesa do Autismo no meu Estado me deu a compreensão de que é preciso contribuir apresentando projetos para ajudar essas pessoas.

No passado, não conhecíamos esse tema. O problema existia, mas não tínhamos acesso à informação nem tínhamos conhecimento do que se tratava. A ciência não tinha nos entregue essa realidade. Hoje, estão aqui desde mães jovens até mães mais velhas que vivenciam esse tipo de situação.

Eu sou autora de um projeto de lei que trata desse tema e vou trabalhar para que Câmara e Senado aprovem esse projeto que obriga os pais a assumirem a responsabilidade com relação aos seus filhos autistas. Ele está na Comissão de Constituição e Justiça, e precisamos dar andamento à sua tramitação no Senado Federal.

Eu gostaria, por fim, de devolver a Presidência dos trabalhos ao autor do requerimento, meu querido amigo Deputado Danilo Forte.

Vou ter que sair agora, porque houve uma mudança na agenda do Senado, e a reforma tributária vai ser votada na CCJ às 16 horas. Portanto, não vou poder acompanhar esta audiência, mas faço questão de assisti-la depois, porque tenho muito interesse em participar dessa luta, ajudando e contribuindo como eu puder, tanto dentro desta Comissão quanto no meu mandato.

Parabéns a todos vocês.

Eu retorno a Presidência dos trabalhos ao querido Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Gostaria de registrar a presença do nosso Vice-Presidente Deputado Luciano Amaral, do Deputado Florentino Neto, da Deputada Flávia Moraes, do Deputado Fernando Mineiro, do Deputado Dr. Zacharias Calil, que está chegando agora e que é nosso candidato ao Nobel.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O Deputado Dr. Zacharias Calil é brilhante, é um dos médicos e um dos cirurgiões mais afamados do mundo hoje. E o Brasil pode ter com ele o primeiro Prêmio Nobel, se Deus quiser e o Padre Cícero ajudar. Nós estamos na torcida.

Quero também registrar a presença do Prefeito de Iguatu Ronald Bezerra e do ex-Deputado Leo Alcântara, que estão acompanhando esta reunião conosco.

Para dar início às apresentações, eu convido a Sra. Berenice Piana para fazer a sua exposição.

A SRA. BERENICE PIANA DE PIANA - Boa tarde, senhoras e senhores.

É uma honra estar aqui representando a comunidade do autismo, suas mães, suas famílias.

Inicialmente, agradeço ao Deputado Danilo Forte, que nos brindou com esse grande presente, e à Senadora Daniella, que nos brindou com suas lindas palavras. Ela tem o espírito de mãe. Apesar de não ter um filho autista, está do nosso lado e compreende o nosso sentimento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é o retrato do meu filho Dayan, que hoje tem 29 anos. Eu não poderia começar de outra forma que não fosse com o autista mais lindo do mundo. Eu tenho certeza de que todas as mães pensam como eu: o seu filho é sempre o mais lindo do mundo.

O Dayan teve o diagnóstico só aos 6 anos de idade, numa época em que quase ninguém falava em autismo no Brasil. Essa palavra era quase que desconhecida. Então, eu tive que peregrinar por um caminho muito árduo e bastante difícil, tive que estudar para entender que o meu filho tinha autismo. Todos os profissionais que eu consultava diziam que eu estava inventando problema para o meu filho.

Ele tem autismo nível 3, considerado severo, ou até pior que isso, porque a dificuldade que nós passamos na nossa família — eu tenho 3 filhos — foi imensa. Com 6 anos de idade, ele já tinha destruído uma casa inteira. Na minha casa não havia móveis, não havia absolutamente nada, tudo era destruído.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Para conseguir o tratamento adequado foi uma luta imensa, com o pai, o sogro, a família inteira ajudando a pagar o tratamento, porque não havia absolutamente nada na rede pública.

Coloquei esta frase de Dom e Ravel, "*Você também é responsável! Eu sinto sede de saber! Eu tenho a minha mão domável, então me ensine a escrever!*", porque eu tinha certeza, meu coração de mãe dizia, de que meu filho era capaz, de que ele poderia melhorar, de que ele poderia fazer alguma coisa que não fosse só destruir a casa. E foi por meio do tratamento adequado, de investimento maciço nisso, que meu filho melhorou muito. Hoje ele vai comigo a todos os lugares, trabalha com marcenaria, é um exemplo para quem quiser ver. Ele não toma uma gota de medicação — nenhuma! Ele fez um tratamento adequado mesmo!

Esse menino me levou a lutar por aquelas mães que não tinham aonde levar os filhos — elas começaram a aparecer. Eu comecei a entender que esta seria a minha luta. Hoje eu digo a vocês, sem sombra de errar: se mil vezes eu vivesse, mil vezes eu pediria que tivesse um filho como ele, porque meu filho me ensinou a ver os outros, aqueles que eu não via, que eu não conhecia. Então, eu comecei a prestar atenção para isso.

E foi aqui no Congresso Nacional, no Senado, que eu dei início a essa luta, em 2009.

Agora o senhor vai entender, Deputado Danilo, por que louvo tanto sua atitude. Eu estava sempre aqui, na Câmara ou no Senado, pedindo, pedindo, implorando que alguém olhasse para nossa causa, e ninguém olhava. Depois de muita luta, eu consegui um Senador que abraçasse a nossa causa e resolvesse tocar adiante o projeto de lei que eu tinha na cabeça. Por quê? Porque no Brasil inteiro não havia nada. Então eu precisava muito que alguém prestasse atenção nisso. E o meu pai, na época, me disse: "*Se é uma lei, então tem que ser uma lei federal, que seja um imenso guarda-chuva e contemple a todos eles*".

A história é longa, e não vou poder contar tudo aqui. Mas eu cheguei com o projeto de lei, e o Senador aceitou, quando em todos os outros lugares só diziam





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

"deixe o e-mail, o número de telefone", e viravam as costas. Agora vemos um Deputado que foi ao nosso encontro. Eu não vim aqui pedir, ele foi ao nosso encontro na Clínica-Escola do Autista, lá em Itaboraí, que é um projeto criado por mim também, que hoje, graças a Deus, está sendo multiplicado.

O que aconteceu ao longo desses anos? Eu vou passar vários eslaides rapidamente, porque não vai dar para explicar tudo.

O que é autismo? Temos aqui alguns sintomas: a criança que brinca com o brinquedo de forma incomum; que tem dificuldade de se relacionar com os pares da mesma idade; que tem hiperatividade ou muita passividade; que tem sensibilidade a alguns sons; que fala ruim ou tem ausência da fala; que tem dificuldade de lidar com alterações; que tem falta de noção do perigo real. Enfim, são muitas características que aparecem já na primeira infância do autista nível 1. É claro que o nível 2 ou 3 vai demorar muito mais para ser diagnosticado, porque são apresentados de forma mais sutil alguns sintomas.

Nós vamos entender agora o que é a estatística do autismo e como eu acompanhei tudo isso.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças — CDC dos Estados Unidos, era 1 em 10.000 nascimentos; 1 em 500; 1 em 250; e nós vamos chegando a 1 em 45. Ainda está faltando aqui uma estatística no meio: a de 1 em 36 nascimentos, que é hoje a realidade que nós temos. Em 2025, pasmem, será de 1 a cada 2 nascimentos. Esse dado me chocou, na época em que fiquei sabendo dele, mas hoje isso não é surpresa alguma; não tenho dúvida de que nós vamos chegar a esse número.

Lá atrás, em 2009, na minha primeira fala no Senado Federal, eu disse que, em breve, teríamos uma geração inteira de autistas nascendo. Todo mundo me chamou de maluca, mas agora todo mundo está chegando à mesma conclusão a que eu cheguei. Esse número jamais estacionou. Esse número jamais retroagiu. Ele só avançou. E a Clínica-Escola do Autista acabou se tornando um termômetro





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

para tudo isso. Nós estamos recebendo milhares de crianças abaixo de 5 anos. Raramente aparece um adulto.

O que conquistamos e o que nos falta conquistar?

Esta imagem é a da primeira audiência pública, como eu falei.

Isto é um pouco da minha luta, para vocês entenderem. Foram muitas e muitas idas e vindas a Brasília e a vários outros lugares.

A situação no Brasil. Dessa luta toda, em 2012, surgiu a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Depois de muito esforço, a lei foi sancionada, em 2012, no dia 27 de dezembro, faltando 15 minutos para a meia-noite. Sei disso porque, até aquele momento, eu acompanhei.

Acho que, em primeiro lugar, a grande conquista foi: *"Reconhece-se a pessoa com autismo como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais"*.

E o que há também no meio dos ganhos da lei? Separei algumas manchetes: *Entenda como era o cotidiano da mulher autista mantida em cárcere privado*, jornal *Estado de Minas*; *Menino autista resgatado pela polícia vivia isolado, sem água e em (...)*; *Escola pública em Brasília mantém aluno autista em 'cárcere privado'*; *Criança autista é mantida em cárcere privado por mãe e avó*.

Um ganho foi o direito ao diagnóstico precoce, ainda que não conclusivo.

Trouxe outras manchetes: *Polícia liberta criança autista que era mantida em cárcere privado (...)*; *Criança autista de 8 anos que era mantida em canil é resgatada pela polícia*.

Vão olhando o que nós conquistamos e o que nós estamos vendo ainda nos dias de hoje: direito ao tratamento multidisciplinar; direito à moradia assistida, em caso de perda de referência familiar — isso não existe ainda no Brasil.

Olhem: *Mulher autista é mantida presa pelo pai e se alimenta de terra e fezes*, jornal *Metrópoles*; *Idoso é suspeito de manter filha autista em cárcere privado no bairro de Goiânia*; *Adolescente é mantida em cárcere privado por dois anos em Guaçu*.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Destaco também: direito à vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer.

Há o direito à matrícula na rede regular de ensino. O gestor escolar que recusar a matrícula ao aluno autista estará sujeito à multa de 3 salários a 20 salários mínimos e perda do cargo, no caso de reincidência. Contudo, ainda é negada a matrícula, o que acontece muito.

Há também o direito à proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, o direito a acompanhante especializado em salas de aula, no caso de comprovada a necessidade, o direito a medicamentos e o direito ao tratamento nutricional.

Deputado, preste atenção! Eu lembro perfeitamente o que o senhor me disse sobre o que o levou a se mobilizar: o senhor viu um autista fechado em uma jaula. Eu vi muitos em lugares piores que esse. Estou preservando a identidade de todos eles, não vou dizer nem onde isso se sucedeu, mas aí havia 30 pessoas com autismo sentadas em cima de fezes. Alguns estavam mutilados; todos, enjaulados. Os tipos de medicamento que havia lá eram todos vencidos. As pessoas que mantinham essa gente assim receberam voz de prisão na hora, mas, no ano seguinte, estavam soltas e abriram outro lugar desses.

Esse tipo de coisa choca os senhores? Imagine a mim, que sou mãe de um deles! Nenhuma mãe que eu conheça pode dormir um sono tranquilo, tendo a certeza de que um dia nosso filho não vai parar num lugar como esse. Mas ninguém nos garante que um dia nosso filho não vá parar num lugar como esse. É por isso que essa luta nunca pode parar. É por isso que eu não vou me cansar até o último dia da minha vida.

Peço que todos olhem de forma humanizada. Não tenham dúvida de que há muitos pardieiros como esse pelo Brasil afora, até que eu os encontre. Aí eu vou lá com a Polícia Federal. Não é possível que ainda tenhamos que ouvir várias notícias de mães se suicidando, de crianças em cárcere privado, fechadas em gaiolas, fechadas em canis. É assim que eles são tratados hoje, ainda. De todas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

as formas, seus direitos são violados. Nós não podemos dormir com um barulho desses. Hoje é o meu filho que é autista, amanhã pode ser um neto, sobrinho ou filho de qualquer um de vocês. Então, não adianta só se importar quando o problema é consigo. Nós temos que nos importar sempre, porque são nossos irmãos.

Hoje, Deputado, eu louvo muito mais o seu ato, porque o senhor viu um enjaulado e tomou uma atitude como essa, sem ser pai. Eu estou sofrendo na pele todos os dias, mas agradeço a Deus a causa que ele colocou na minha frente e a minha saúde, para que eu nunca me canse.

A LDO pode nos ajudar a escrever uma nova história, e essa história já começou. Por isso, nós temos que prestar atenção. Existe um projeto, existe verba para isso, só não faz quem não quiser. Todas as Prefeituras agora o podem fazer. O senhor conhece o meu projeto, e não estou dizendo que é o único que é bom, não. Qualquer outro que venha a beneficiar, que seja bem-vindo! Mas é óbvio que essas crianças precisam de tratamento urgente. Essa mãe que, como muito bem disse a nossa Senadora, é abandonada pelo marido, a grande maioria — 90% dos pais vão embora —, ela abraça tudo sozinha. E ela não larga, ela não desiste desse filho.

O que tem acontecido é a morte social dessa família. Quando ela não tem acesso a nenhum tratamento, a nenhum lugar para esse filho ser tratado, ela se fecha em casa com ele. Essa mãe tem que proteger o filho, porque ele se expõe a perigos constantes. Então, se essa mãe tem a morte social, com certeza isso vai ser um ônus para a sociedade mais tarde. A morte social é o pior tipo de morte que existe. A pessoa está viva, mas não vive. Hoje nós temos que proporcionar a eles o direito de tratamento adequado para que possam sair à rua e ir a todos os lugares em que queiram estar.

Esta é a Clínica-Escola do Autista, a primeira do Brasil, e graças a Deus está se multiplicando. Estamos inaugurando várias outras.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Quero deixar a frase: "*A única luta que se perde é a aquela que se abandona!*" Nós não temos nenhuma intenção de desistir.

"Nunca, nunca, nunca desista!" Não se desiste de um filho, jamais.

Tudo o que eu faço é dedicado ao Seu Saraiva Piana, meu pai, que me ensinou espírito público.

Muito obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Gostaria muito de agradecer à Dra. Berenice o depoimento e as palavras.

Dando segmento a nossas oitivas, passarei a palavra à Prefeita de Irauçuba, Patrícia Maria Santos Barreto.

Foi exatamente em Irauçuba onde eu vi o primeiro núcleo funcionando, e isso me causou uma admiração muito grande, porque se trata de um Município que é o terceiro em desertificação do Brasil, no meio do Semiárido cearense, com uma população em torno de 28 mil habitantes, e que tem tido uma política pública extraordinária, tanto no que diz respeito à valorização dos seus concidadãos como em relação às pessoas. É um Município pobre de recursos, mas muito rico na excelência da governabilidade, iniciada por um filho de agricultor, que está aqui conosco, o Nonatinho, que foi Prefeito e fez essa transformação em Irauçuba.

Parabéns, Irauçuba!

Esperem um minuto, porque a Presidenta, a Senadora Daniella Ribeiro, quer fazer um depoimento.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (PSD - PB) - Parabenizo a Berenice pelo seu depoimento, que na verdade é um testemunho muito forte que contribui não sensivelmente apenas, mas também de forma muito contundente, para que nós todos possamos nos unir em torno desse processo.

Eu queria dar uma sugestão aos colegas. O meu primeiro contato com o autismo foi bem antes de eu ser Senadora — fui Vereadora antes —, foi com a leitura de um livro chamado *Um mundo à parte* — não sei se alguém aqui teve a oportunidade de ler, mas recomendo —, cuja autora é Jodi Picoult. Ela inicia





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

falando do asperger, que se manifesta de forma mais leve e com característica de genialidade. Ali foi o meu primeiro contato, meu primeiro toque, o despertar, para que eu pudesse, depois, quando cheguei à Assembleia, participar e me engajar no movimento todo.

Estou dando apenas uma sugestão, porque essa leitura foi meu primeiro contato. Quem nunca teve contato, vale a pena começar com esse livro. Hoje estamos em outro patamar, obviamente — isso foi lá atrás. Há muito mais literatura falando a respeito do tema, mas é uma ficção sobre uma realidade que é a Síndrome de Asperger, um tipo de autismo mais brando e que tem essa característica de genialidade.

Obrigada.

Era só esta contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidenta Daniella.

Concedo a palavra à Prefeita Patrícia Maria Santos Barreto.

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Boa tarde a todos.

Boa tarde a toda a Mesa.

Cumprimento, de forma muito especial, a nossa Presidente Daniella Ribeiro.

De uma maneira grata, cumprimento o nosso querido Deputado Federal Danilo Forte, a quem eu inicio minha fala parabenizando e agradecendo, como mãe que sou, como membro da sociedade, como defensora daqueles que mais precisam.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. escreve o seu nome na história do nosso País ao defender, de forma muito especial, essa parcela da sociedade. Como, de maneira muito bela, eu diria tocante, foi aqui apresentado pela Dra. Berenice, é uma causa que merece de todos nós, pais, mães, membros da sociedade, o nosso abraço — deve ser uma causa de todos.

Eu fico muito feliz por poder apresentar a experiência do nosso Município de Irauçuba, no interior do Estado do Ceará, de 24 mil habitantes, que iniciou em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

2019 um atendimento especializado, implantando um centro neuropsicomotor para atendimento a crianças da nossa cidade portadoras de diversas deficiências, dentre essas o autismo, sendo o principal foco de atendimento.

Nós fizemos isso com recursos próprios do nosso Município. A partir do ano que vem, nós poderemos contar com emendas, com recursos destinados, inclusive para a implantação de um centro específico para atender a essas crianças. Nós, que começamos pequenos e fizemos muito com muito pouco, poderemos ter a oportunidade de fazer muito mais e em diversos Municípios. Como disse a Dra. Berenice, a partir de agora só não vai fazer quem não quer, porque o Deputado Danilo Forte abriu a porta e iniciou uma nova história no nosso País.

Deputado, eu o parabenizo e lhe agradeço muito.

Vamos passar à apresentação sobre o nosso Centro de Atendimento Infantil Neuropsicomotor, no Município de Irauçuba.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Essa é nossa Irauçuba. Foi lá que o Deputado Danilo Forte conheceu o nosso centro e iniciou sua caminhada em defesa dessa causa muito nobre.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Centro de Atendimento Infantil Neuropsicomotor Dra. Fátima Lotif é um equipamento municipal de saúde que assiste a crianças de 0 a 11 anos, advindas de todas as regiões de Irauçuba, com déficit neurológico, psicológico e motor.

A finalidade do nosso centro é desenvolver habilidades neuropsicomotoras nas crianças atendidas e oferecer suporte à família, visando a uma melhor qualidade de vida.

Atualmente, o nosso centro atende a 139 crianças com laudo e a 128 com laudo ainda não conclusivo, totalizando 267 crianças atendidas.

As deficiências predominantes nas crianças atendidas pelo centro são: transtorno do espectro autista, 72 com laudo, 99 com diagnóstico ainda não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

concluso, totalizando 171 casos. Se olharmos para um total de 267 casos, temos 171 com transtorno do espectro autista. Com TEA mais TDAH, temos 13 casos; Síndrome de Down, 6; TDAH somente, 8; microcefalia, 4; hidrocefalia, 1. Essa é a amostra do nosso Município sobre as crianças atendidas hoje.

Quanto ao tempo de funcionamento do nosso centro, ele foi inaugurado em 2019, na gestão do ex-Prefeito Nonatinho. No ano de 2023, esse espaço completou 4 anos de funcionamento. Há 7 meses o equipamento recebeu uma nova sede, com novo espaço de atendimento, ampliando consultório médico, salas multifuncionais, salas de fisioterapia, espaço para atividades físicas, tornando o nosso ambiente lúdico e acolhedor, para que o atendimento às nossas crianças pudesse ser melhor e mais amplo.

Atualmente, dispomos de nove especialidades médicas; são elas: educador físico, psicólogo, psicopedagogo, nutricionista, assistente social, fisioterapeuta, neuropediatra, pediatra e fonoaudiólogo.

Nós temos atualmente 36 crianças, dentre as que deram entrada no nosso centro, já com o laudo emitido a partir desse atendimento e que conseguiram o atendimento de apoio social e o benefício do BPC.

Quanto à ação estratégica, garantimos o acesso gratuito ao transporte. Nós implantamos uma lei em nosso Município que garante transporte gratuito às crianças que moram no interior, na zona rural, para que possam se deslocar para a sede do Município, para o atendimento, de forma totalmente gratuita. Refiro-me à Lei nº 1.813, de 2022.

Este é o número de crianças atendidas no centro neuropsicomotor que estão inseridas na rede municipal de Irauçuba. Entre as crianças atendidas na educação infantil de 2 anos a 6 anos, temos 148 crianças; no ensino fundamental I, 87 crianças; totalizando 235 crianças. Esses são alunos da rede municipal de ensino também atendidos pelo nosso centro, estando, portanto, inseridos no sistema e tendo garantida toda a sua socialização.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O desempenho escolar das crianças atendidas pelo nosso centro é o seguinte: dentre as 148 crianças de 2 anos a 6 anos, 49 delas apresentaram resultados satisfatórios em relação ao desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita. O número é equivalente a 33% nessa faixa etária.

Das 87 crianças de 7 anos a 11 anos, 53 delas apresentaram resultados satisfatórios em relação à oralidade, leitura e escrita e as quatro operações matemáticas, ou seja, 60% das nossas crianças nessa faixa etária apresentaram desempenho satisfatório.

Quais são os custos para manter esse centro? As contas fixas do nosso centro são: aluguel do prédio, 600 reais; conta de energia, em média 301 reais; conta de água, em média 152 reais; Internet, 139 reais; totalizando uma despesa fixa de 1.193 reais.

Os custos variados com material de expediente, limpeza ou EPIs giram em torno de 3.000 reais.

Quanto aos custos de recursos humanos para o funcionamento do centro, temos os seguintes valores: coordenador, 1.800 reais; educador físico, 3.030 reais; psicólogo, 3.143 reais; psicopedagogo, 1.320 reais; nutricionista, 3.000 reais; assistente social, 2.500 reais. Temos também fisioterapeuta, pediatra, neuropediatra e outros, totalizando um investimento por mês com recursos humanos de 47.443 reais.

Quando somamos tudo, o nosso custo mensal gira em torno de 50.000 reais, e o nosso custo anual é de 605.000 reais para o funcionamento desse centro, que hoje atende quase 300 crianças, apresentando como resultado desse trabalho elevado nível de satisfação nas duas habilidades, especialmente português e matemática, ambas testadas na respectiva faixa etária.

Portanto, o nosso centro é referência em nossa região como desenvolvimento social e humano. As nossas famílias também são atendidas pelo centro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

E eu gostaria de apresentar a vocês depoimentos. Melhor do que eu, as mães que são atendidas pelo centro podem falar. Por favor, peço que exibam o vídeo.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Esta é uma amostra do que nós temos feito no Município de Irauçuba, em atendimento às nossas crianças com deficiência e com necessidades especiais. A maioria delas, como aqui já foi dito, tem autismo.

A partir da luta travada, do desbravamento encabeçado pelo Deputado Federal Danilo Forte, da iniciativa de mulheres guerreiras, que são exemplo para a sociedade, que lutam há muito tempo por esta causa, a partir da nossa amostra, espero que outros Municípios sejam iluminados para levarem o atendimento necessário às crianças. Atendê-las é atender também as famílias. Atender essas famílias é atender uma parcela cada vez mais significativa da sociedade, como aqui já foi demonstrado.

A partir do atendimento feito agora no Centro Neuropsicomotor de Irauçuba — eu acredito nisso —, essas crianças poderão futuramente ajudar a construir uma sociedade melhor e mais justa. Sendo bem atendidas hoje, elas serão grandes cidadãos, para colaborar com o bem da sociedade no futuro.

Boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito bem! Obrigado, Prefeita Patrícia.

Quero agradecer aqui a presença à Deputada Rosângela Moro, ao Deputado Pedro Uczai, ao Deputado Domingos Sávio, ao Deputado Jonas Donizette, à Deputada Silvia Cristina, à Deputada Lêda Borges.

Pela rotina, pela norma das audiências públicas, nós vamos concluir as apresentações e, posteriormente, vamos abrir para os depoimentos, para as perguntas e para os questionamentos que advirão.

Então, passo a palavra agora à Dra. Fernanda Suzarte.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

A SRA. FERNANDA SUZARTE - Boa tarde a todos.

Eu sou Fernanda Suzarte, fisioterapeuta de formação e mãe de um casal.

O meu filho Yuri é a minha inspiração, além de todo o histórico da Berenice, que nos inspira e norteia cada passo que damos dentro desse movimento.

Eu lhe agradeço, Deputado, muitíssimo por esse movimento que o senhor está encabeçando, está capitaneando, porque move cada mãe que, dentro do seu universo, do seu secreto, guarda as suas angústias. Então, muito obrigada por acolher, por abraçar e, na verdade, por realizar esse sonho.

Toda a batalha de Berenice começou em 2009. Aí houve uma ajuda. O projeto caminhou, nasceu a lei. E agora o senhor consegue realizar o sonho não só da Berenice, mas de todas as mães que unem as suas forças e unem a sua voz, demonstrando a necessidade de um grupo que é muito especial. E eu me incluo nele. O meu filho hoje está sendo avaliado. Esse movimento de mãe é aquele que toca a todos.

Eu não trouxe apresentação. Como profissional de saúde, dentro do meu universo, que é o Município de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, eu estou Diretora do Centro Municipal de Reabilitação, que antes era um centro de fisioterapia, quando pouco tínhamos o olhar para o autista. Na realidade, isso acontece muito em vários Municípios que têm uma população pequena.

Dentro da rede da pessoa com deficiência, que é uma das redes da saúde, eu represento a Baixada Litorânea. Portanto, eu sou a voz, dentro dessa rede, de 900 mil pessoas, o que é um impacto grande. Levamos para o Estado e trazemos para o Ministério todas essas demandas da rede da pessoa com deficiência, tocando o transtorno do espectro autista.

Dentro dessa realidade, falando de equipamento, o Centro Especializado de Reabilitação hoje conta com um grupo de acolhimento pediátrico. O nosso universo de pessoas com deficiência hoje no Município ultrapassa 630 pessoas. Isso ocorre dentro de São Pedro da Aldeia, que tem uma população de 110 mil pessoas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Muitas pessoas migram para a nossa região, que fica na Baixada Litorânea. Todos devem conhecer Arraial do Cabo, Búzios, São Pedro da Aldeia. Então, temos voz e temos vez hoje porque conseguimos conversar tanto com a rede da pessoa com deficiência quanto com a rede de apoio psicossocial.

Temos a saúde mental olhando a questão de forma diferenciada, o que não era um movimento anterior, entendendo a completude, a pluralidade e a transversalidade do tema. Na verdade, qualquer pessoa dentro do espectro autista é uma cidadã, exatamente como a Prefeita falou, e compõe cada esfera da sociedade. Não importa se hoje é uma criança. Não temos só autistas crianças. Temos vários autistas adultos.

Então, já temos essa composição na nossa sociedade. São pessoas de extrema relevância e que só conseguem o diagnóstico tardiamente. Penso que hoje temos os equipamentos da saúde mental. Dentro da rede da pessoa com deficiência, há um centro de reabilitação. E vai fazer total diferença o núcleo do autista chegar com essa força e com essa voz, com o Deputado capitaneando e com todos entendendo a necessidade desse equipamento.

Temos que entender principalmente que ele não precisa ser permanente. Pode ser um momento de transição. Todos pensamos na inclusão, e, quando o fazemos, nós entendemos que aqueles recursos são transitórios. Ele precisará de todas as ferramentas em níveis diferentes, em momentos diferentes da vida.

Como a Berenice bem ressaltou, o filho dela já recebeu muitas ferramentas, ele já teve muito suporte, principalmente aquele dado em casa.

Portanto, precisamos entender esse apoio familiar, precisamos capacitar aqueles que cuidam, e precisamos cuidar também daqueles que cuidam.

É isso. Fica a minha voz no sentido de fortalecer essa questão do núcleo do autista, mas com um olhar técnico de disponibilizar realmente as ferramentas necessárias, dar voz às pessoas dentro do espectro do autismo e entender que se trata de um equipamento de extrema relevância, transitório ou não, mas com um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

olhar de preparar para a inclusão real, sem ser aquela inclusão que muitas vezes percebemos que, na verdade, está excluindo.

Fica também o meu agradecimento ao Deputado, à Berenice também, por toda a sua luta, à Prefeita — que exemplo! Muito obrigada mesmo. O meu Prefeito também nos dá total apoio. Fábio do Pastel, Prefeito de São Pedro da Aldeia, e todos os Secretários, o de Esporte, o de Cultura, a de Assistência Social, a de Educação, por meio de muita conversa — muita conversa! — entendem a importância disso. Quando olhamos para a educação, temos que olhar para os cuidadores e os mediadores. Não podemos mais fingir que isso não está acontecendo.

Então, o núcleo do autista tem que nascer como o Deputado está fazendo, com força, com a complementação de cada um que está aqui.

Deputado, muito obrigada, de verdade. Agradeço como mãe, como fisioterapeuta, como ativista da causa, e, querendo ou não, a Berenice inspira, é um norte para nós.

Eu fico à disposição, caso alguém tenha alguma dúvida sobre o centro de reabilitação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Fernanda Suzarte.

Vou passar a palavra para a última palestrante. E vou abrir as inscrições. Já há três Deputados inscritos aqui: a Deputada Flávia Moraes, o Deputado Domingos Sávio e a Deputada Silvia Cristina. Posteriormente, os demais participantes da audiência poderão falar, tanto os que estiverem presencialmente como os que estiverem acompanhando esta sessão de forma remota, virtualmente.

Com a palavra a Dra. Josiane Pereira Torres.

A SRA. JOSIANE PEREIRA TORRES - Boa tarde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Gostaria de fazer minha descrição para aqueles que não podem me ver. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanho-claros e longos. Sou jovem, uso óculos de armação escura e estou usando um *blazer* vermelho.

Na pessoa do Sr. Deputado Danilo Forte, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes. E gostaria de dizer que é uma honra participar deste momento. Agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública, representando a Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação.

Para iniciar a minha intervenção, é crucial registrar a Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, a Lei nº 12.764, de 2012, a Lei nº 13.146, de 2015, como documentos basilares para esta discussão, que nos ajudam a reforçar a questão do direito à escolarização em escolas regulares como algo indiscutível, que está firmemente garantido por diversas normativas nacionais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A fim de garantir isso, é imperativo estabelecer um sistema educacional inclusivo, para que os estudantes da educação especial, inclusive os estudantes com autismo, tenham acesso a todos os níveis e etapas da educação, sem qualquer forma de discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

De certa forma, o acesso dos estudantes com deficiência, estudantes da educação especial, às escolas regulares tem sido consistentemente assegurado. Esse fato pode ser verificado por meio dos dados de matrícula na educação especial, que mostram um aumento anual contínuo. Para ilustrar, no caso dos estudantes com autismo, aproximadamente 29% das matrículas na educação especial foram para os estudantes com transtorno do espectro autista, segundo os dados disponibilizados pelo INEP, para as classes comuns. Nos últimos 5 anos, acompanhamos um aumento aproximado de 3,8 vezes no número de matrículas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

desses estudantes nas classes comuns. No entanto, esses dados apenas revelam a garantia do acesso.

Um dos desafios que enfrentamos e que tem sido um compromisso do Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é, além de ampliar esse acesso que já tem ocorrido nas escolas regulares, sobretudo promover ações para garantia da participação, permanente e aprendizado dos estudantes públicos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Isso inclui os estudantes com autismo, que é o foco da discussão desta tarde.

A participação, a permanência e o aprendizado dos estudantes com autismo na classe comum da escola regular têm-se apresentado como um grande desafio na atualidade devido a vários fatores. Um deles, que eu gostaria de chamar a atenção, é a questão da formação de professores, seja os professores regentes, os professores que atuam no atendimento educacional especializado, os professores de apoio, entre tantos outros atores responsáveis que atuam nesse processo de escolarização desses estudantes.

Esse sentimento que os professores têm diante de um estudante, no caso, um estudante com autismo, que é um sentimento de despreparo frente a uma formação praticamente insuficiente, é muito legítimo. Nós percebemos que, considerando as oportunidades que esse professor tem de formação, durante a formação ainda inicial, as discussões ainda são limitadas ou praticamente inexistentes. Quando elas existem, geralmente se resumem a uma ou duas disciplinas que abordam a temática da inclusão escolar ou da educação especial, muitas vezes oferecidas à distância ou com uma carga horária insuficiente para abranger toda a complexidade no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Dessa forma, a cada ano, professores e professoras entram no mercado de trabalho sem terem recebido uma formação mínima sobre os desafios e os caminhos relacionados à inclusão escolar nas escolas regulares. Sem falar dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

desafios que esses profissionais enfrentam no que diz respeito às condições de carreira docente, que envolve os desafios de lecionar em salas de aula lotadas, sem acesso a professores especialistas com formação em educação especial na perspectiva inclusiva, baixa remuneração, entre vários outros desafios que, infelizmente, ainda é uma realidade no nosso cenário.

Nesse contexto, eu gostaria de reforçar o compromisso que o Ministério da Educação tem com a ampliação e fortalecimento da formação de professores na perspectiva inclusiva, pois entendemos que são esses profissionais que estão na ponta, enfrentando os desafios e buscando brilhantemente possibilidades para garantir a permanência e o aprendizado desses estudantes.

O Atendimento Educacional Especializado — AEE hoje é um serviço previsto na nossa política para apoiar os estudantes públicos da educação especial na escola regular. Os estudantes com autismo, por fazerem parte desse público, nos termos da nossa lei, têm também direito ao serviço do AEE. Nós da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva temos nos debruçado em fortalecer a oferta desse serviço nas escolas do País, contemplando todas as regiões, por meio da distribuição de recursos e por meio do Programa Sala de Recursos, o PDDE.

Nós entendemos que o atendimento educacional especializado, enquanto direito, pode sim ser ampliado para atender toda a diversidade que há entre os estudantes desse público. Mesmo que eu tenha na minha sala de aula, enquanto professora, dois estudantes identificados com autismo, as necessidades e os apoios educacionais que eles vão demandar são completamente diferentes, porque nós estamos falando de pessoas, visto que uma categoria não define as ações pedagógicas que o professor utilizará durante a escolarização desse estudante. Então, dessa forma, para uma diversidade de estudantes, uma diversidade de estratégias e serviços também são importantes.

Nesse sentido, reforçamos a importância do fortalecimento de práticas pautadas nos princípios dos direitos humanos e do desenho universal para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

aprendizagem, para atender toda a diversidade que há na escola regular. Nesse sentido, a respeito da educação especial na perspectiva inclusiva, nenhuma possibilidade de apoio educacional pode ser descartada. Aqui eu quero fazer um parênteses para reforçar que defendemos, sim, a classe comum da escola regular como *locus* prioritário de escolarização para todos os estudantes, inclusive os estudantes com autismo. A matrícula nesse espaço não pode ser, de forma alguma, questionada. Qualquer outro serviço deve ser considerado como complementar ou suplementar ao currículo da escola regular.

Dito isso, eu gostaria de reforçar que são bem-vindas todas as iniciativas que fortalecem o direito à escolarização de todos os estudantes na escola regular. É importante fortalecer e ampliar uma rede de apoio intersetorial para cuidado e atenção ao direito das pessoas do público da educação especial na rede pública de ensino. Precisamos refletir sobre diversos apoios educacionais multidisciplinares, como foi muito bem dito já aqui, que muitos estudantes com autismo demandam para o desenvolvimento de habilidades e que refletem diretamente na escola regular e no seu desempenho educacional.

No entanto, muitos desses serviços são custosos e inacessíveis para famílias de baixa renda, que vivem em vulnerabilidade social. Desse modo, o fortalecimento de redes de apoio intersetorial para o cuidado e atenção ao direito das pessoas do público de educação especial, na perspectiva inclusiva e na rede pública, pode garantir que famílias como essas tenham acesso também a esse tipo de serviço e atendimento. Assim, pode ser um caminho para equiparar as oportunidades para todos os estudantes com autismo, independente de suas condições sociais.

Nessa direção, quanto à estruturação desses espaços, é importante promover a parceria com a educação, segundo os princípios da educação inclusiva, por meio do diálogo com as escolas regulares, frequentadas por esses estudantes com autismo. Nesse aspecto, colocamo-nos abertos ao diálogo para contribuir com essa articulação. A longo prazo, essas redes de apoio para cuidado





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

e atenção ao direito das pessoas que são público da educação especial e os estudantes com autismo poderão ampliar as oportunidades de conclusão da educação básica para esses estudantes e posterior ingresso no ensino superior ou mercado de trabalho.

As pesquisas científicas têm evidenciado que muitos desafios que são enfrentados por esses estudantes na educação básica também têm se repetido na educação superior. E esses desafios têm comprometido o acesso a um diploma de nível superior por esses estudantes. Nos últimos anos, por exemplo, segundo os dados de matrícula da educação superior, nós notamos que as matrículas dos grupos de estudantes da categoria transtornos globais do desenvolvimento, entre os quais estão os estudantes com autismo, está sim aumentando, no entanto, o percentual é relativamente baixo. Em 2022, por exemplo, considerando o total de matrículas dos estudantes da educação especial no ensino superior, cerca de 7% era do grupo de estudantes que contemplam o autismo. Ou seja, esses estudantes ainda precisam ter oportunidades ampliadas para acesso a esse nível de ensino.

Desse modo, todas as iniciativas realizadas segundo os princípios da educação inclusiva para fortalecimento do desenvolvimento desses estudantes no período da educação básica poderão ser consideradas como medidas para somar esforços para proteção e inclusão em favor dos estudantes com autismo, e assim podemos vislumbrar o que preconiza a nossa Constituição como fins da educação, que é o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que o Ministério da Educação está atento às demandas de escolarização dos estudantes com autismo, além de todos os estudantes que são público da educação especial. Estamos trabalhando de modo a fortalecer a escola comum, o direito dos estudantes, as políticas públicas de cuidado, a atenção a esses estudantes e as suas famílias. Temos um compromisso em ampliar as possibilidades de acesso, participação, permanência





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

e aprendizado desses estudantes nas classes comuns das escolas regulares, de modo que nenhum deles fique para trás.

Eu agradeço a oportunidade de diálogo. Permanecemos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Josiane.

Obrigado a todos que aqui se apresentaram.

Agora nós vamos para a segunda fase da nossa audiência pública.

Eu quero aqui deixar claro que nós já existimos. Inclusive, eu pedi para colocar na nossa tela que nós já temos o subtítulo da emenda. Qualquer Parlamentar aqui, Deputado, Deputada, Senador ou Senadora, tem a obrigação que colocar 50% das emendas de bancadas na saúde. Assim, nós podemos tanto constituir os núcleos quanto garantir o custeio para esses núcleos, a partir desse subtítulo, que é o Subtítulo nº 6506, que trata da estruturação das unidades e atenção especial em saúde, especificamente no que diz respeito ao núcleo com atenção ao transtorno do espectro autista. Nós já nascemos aqui com uma força importante, pois a rubrica já está na LOA deste ano, com 156 milhões de reais.

Eu espero que cada um de nós, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, possamos assumir o compromisso de construir pelo menos um núcleo. Nós já vamos começar com 600 núcleos pelo Brasil afora. Nós não temos nenhum nessa estrutura e nessa dimensão que foi dada. Além disso, há todo um mercado de trabalho que está sendo gerado e estruturado em função dessa atividade.

Foi aí que eu descobri, no debate, Dra. Berenice, que hoje, no Brasil, falta terapeuta ocupacional. Hoje as universidades precisam retomar o seu curso de formação nessa especialização, que é muito importante para todos nós.

Então, vamos dar sequência. Primeiro falarão os Deputados e depois nós vamos abrir para as pessoas que se inscreveram e que vieram participar conosco desta audiência pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

A primeira inscrita é a Deputada Flávia Morais, mas ela não está presente. O segundo inscrito é nosso querido amigo Deputado Domingos Sávio, que muito bem representa o povo mineiro nesta Casa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Obrigado, prezado amigo Deputado Danilo Forte, que, para nossa felicidade, é Relator da LDO e toma essa iniciativa brilhante.

Quero cumprimentar todas as nossas convidadas, a Dra. Berenice, a Dra. Fernanda, a Prefeita Patrícia e também a Josiane, que aqui representa o Ministério da Educação.

Deputado Danilo, fiquei extremamente feliz com essa sua iniciativa. Claro que ficamos comovidos, mas também motivados com esses depoimentos que nos trazem uma realidade do Brasil inteiro, que nos emociona e, muitas das vezes, até nos deixa indignados ao ver tamanho descaso humano, tamanha desumanidade, tais como alguns exemplos que a Dra. Berenice nos mostrou.

No entanto, ficamos motivados ao ver que o Estado está acordando, está abrindo ouvidos, olhos e coração para que possamos dar tratamento digno e de respeito às crianças e também para tantos adultos, alguns que não tiveram a oportunidade de receber acolhimento adequado e, por isso, sofreram e sofrem com o transtorno do espectro autista.

E, muitas das vezes, se tivessem recebido o cuidado adequado, eles estariam hoje sendo verdadeiras luzes do pensamento, da atitude, da orientação. E seriam eles líderes, figuras especiais, no sentido de dar novo rumo à nossa humanidade, tão carente de amor e de respeito.

Devo dizer que acabei tendo essa felicidade — embora, em um primeiro momento, tenha nos causado certo susto e, por que não dizer, até uma preocupação muito assemelhada com o medo, o temor de que ele viesse a ter um sofrimento maior —, quando identificamos que meu netinho tinha transtorno do espectro autista. Embora em condição um pouco mais leve, percebíamos claramente que ele se comportava de forma diferente, e aquela diferença já





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

começava por não ser percebida pelos coleguinhas, pelos meus outros netos, alguns mais velhos e outros mais novos. Eu já tenho seis netos. E aquele comportamento deixava muito claro que teríamos, se não fosse ele cuidado adequadamente, grandes problemas e, talvez, muito sofrimento. E o que estamos tendo hoje é uma grande alegria, um ambiente repleto de luz, eu diria, porque o cuidado veio a tempo, logo nos primeiros anos de vida.

E eu até quero fazer um registro: esse meu neto mora aqui em Brasília — veio ainda muito pequenino para cá — e contou com um serviço que merece o nosso aplauso, um serviço chamado Programa Precoce. O meu netinho teve a oportunidade de frequentar esse programa em escola pública de Brasília. Hoje, ele frequenta uma escola privada, também muito qualificada, a escola Maria Montessori, que tem também todo um cuidado com esse processo de integração, de fazer com que possamos ter a oportunidade dessa convivência de maneira integrada. Esse é o caminho.

Sempre ficávamos com aquela dor no coração: o Pedro mora na Capital da República, teve a felicidade de ser atendido em escola pública e recebeu acompanhamento psicológico — obviamente, contratado; agora ele está em escola privada —, mas e as milhões de crianças com esse transtorno?

Estou sendo parceiro há algum tempo de uma entidade chamada Céu Azul, em Divinópolis, cidade de onde fui Prefeito. Quando fui Prefeito, criei lá o Centro de Referência de Saúde Mental. Aquela cidade já tinha quase 200 mil habitantes — 180 mil habitantes — e lá nada havia para a saúde mental. A verdade é que não tinha nada.

Quando criamos o Centro de Referência de Saúde Mental em Divinópolis, 100% municipal e atendendo a região, eu não ouvia falar de autismo. E vejam que sou um profissional ligado à saúde, sou médico veterinário, e também convivo com profissionais de saúde, inclusive minha esposa é enfermeira. O autismo era considerado raro. Quando vemos os números que a Dra. Berenice nos apresenta — e eu já vinha percebendo isso, embora não com essa dimensão —,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

constatamos que essa iniciativa do Deputado Danilo Forte de colocar esses recursos de maneira clara na LDO é fundamental.

E vou deixar claro aqui que vou apresentar emenda nesse sentido, porque, em Divinópolis, o Céu Azul funciona em espaço cedido, emprestado, precário. Vamos construir lá uma unidade e, obviamente, tentar construir esses centros em outras cidades. (*Palmas.*)

Esses aplausos são uma generosidade de vocês, mas não fazemos mais do que nossa obrigação. A primeira obrigação que eu vou assumir com V.Exa., Deputado Danilo, e com os demais colegas, é tentar sensibilizar outros colegas Deputados. A maioria deles não está sabendo disso — ouviu, Berenice? A maioria não tem noção e nem sequer conhece a dimensão do que está acontecendo. Então, temos que sensibilizá-los.

Esta audiência já é um passo nesse sentido. Conte comigo, Deputado Danilo. Vamos intensificar esse trabalho porque essas crianças lindas, maravilhosas, merecem todo o carinho, todo o cuidado. Obviamente, precisamos de dinheiro público para dar-lhes essa condição.

Eu vi aqui que quase 90% dos custos, quase 40 mil dos 50 mil de custo mensal, é com profissionais da saúde — a saúde é o maior custo. Porém, a educação também tem esse custo. Então, para as áreas de saúde e educação, vamos precisar estruturar. Para a saúde, não tenho dúvida de que a emenda de V.Exa. atenderá. Estamos nessa janela orçamentária, como costumamos chamar aqui.

Então, eu deixo com a Josiane uma questão. Vamos analisar com cuidado o orçamento da educação para sabermos o que podemos fazer para que toda escola pública tenha uma melhor condição para esse processo de inclusão. Refiro-me não só ao centro de recuperação, que está mais ligado à saúde, mas à inclusão na escola pública. O que poderíamos fazer para melhorar, inclusive, a condição orçamentária?

Obrigado, Deputado Danilo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Sabendo de seu engajamento, de seu compromisso com uma causa tão nobre como essa, fico feliz com a sua disponibilidade e, ao mesmo tempo, com sua parceria nessa luta importante para milhões de brasileiros.

Como um primeiro momento, inclusive, criamos essa janela na saúde em razão, primeiro, da obrigatoriedade das nossas emendas, e também porque tínhamos espaço neste primeiro momento, que é mais clínico do que educacional. Em um segundo momento — e já tive, inclusive, a oportunidade de conversar lá no Ministério no Ministério da Educação com o Ministro Camilo —, vamos abrir uma janela para também atender ao custeio na complementação das ações na área de educação.

Tem a palavra a Deputada Silvia Cristina.

A SRA. SILVIA CRISTINA (PL - RO) - Deputado Danilo Forte, estou tão feliz que V.Exa. nem imagina. O Forte, que é seu sobrenome, hoje nos fortalece nesta reunião de maneira tremenda, porque só vale a pena estar na política se for para mudar a vida das pessoas para melhor na base, onde as pessoas realmente precisam. Quando eu estava fechando as minhas emendas e ainda fazendo algumas colocações com alguns compromissos, eu estava preocupada com o compromisso que nós temos com as crianças autistas do Estado de Rondônia. Nós ajudamos algumas entidades, mas, de fato, o recurso, que é de 50% da Saúde — e nós poderíamos ajudar ainda mais —, vem em acordo com tudo o que nós precisávamos. Isso porque nós tínhamos que dar um jeitinho brasileiro, mas precisamos ajudar essas entidades. Faço alusão à AMAAR de Ariquemes, à AMA de Porto Velho, à AMAAB de Buritis, à AMAVI de Vilhena e a tantas outras cidades de Rondônia, entidades essas que funcionam pelo amor das mães, dos pais e daqueles profissionais. Vejam a dificuldade que, às vezes, os Municípios têm para disponibilizar profissionais da área da saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O senhor falou do terapeuta ocupacional, mas não é só no seu Estado, como também no Estado de Rondônia. Quero inclusive pedir à Universidade Federal de Rondônia que, pelo amor de Deus, forme esses profissionais para que, de fato, possamos atender a essas crianças. Como madrinha das APAEs do Estado de Rondônia, eu não me apaixonei apenas pelas crianças com Síndrome de Down, porque hoje as APAEs acabam agregando também os autistas devido às dificuldades que nós temos.

Eu fico feliz porque, há 6 meses, inauguramos o primeiro Centro de Reabilitação do Estado de Rondônia, fruto das nossas emendas, que atende ao autismo severo e a todos os que lá chegam. Isso acalenta o meu coração, enquanto Parlamentar, que tenho um compromisso com as pessoas que mais precisam e um carinho especial pelas pessoas com deficiência.

Com certeza, assim como disse o Deputado Domingos Sávio, a minha cabeça borbulha de informações. Assim, quero dizer a todos de Rondônia que a contribuição da Deputada Silvia Cristina vai ser tamanha, do jeito que eles merecem, com o compromisso que fizemos e com o amor que tanto essas crianças autistas nos dão. Então, Berenice, Fernanda, Patrícia, Josiane e meu querido Deputado Danilo, nada mais justo do que a nossa retribuição à oportunidade que nós temos de estar aqui.

É claro: Parlamento vem de falar, que significa falar. Mas, além do discurso, temos que fazer ações concretas para mudar a vida das pessoas para melhor. E nós vamos dar essa contribuição para as pessoas com autismo em nosso Estado também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito obrigado, Deputada Silvia Cristina.

Agradeço muito a todos os que se deslocaram dos seus Estados para virem aqui, à Dra. Berenice, à Dra. Fernanda e à Patrícia.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O intuito deste trabalho é fazer essa provocação mesmo e mobilizar toda a sociedade organizada para pressionarem os Deputados e Deputadas, os Senadores e Senadoras a abrigarem, no encaminhamento das suas emendas, exatamente essa priorização. Eu não tenho dúvida de que o tema sensibiliza com muita força, toca fundo no coração de qualquer pessoa que ama, que tem família e que sabe da dificuldade que a vida muitas vezes nos impõe. Espero que possamos contar com esse orçamento, se Deus quiser, e sair muito mais fortalecidos do que já estamos.

Eu fiquei feliz com a iniciativa do Ministério, que acordou conosco em já começar essa rubrica com 100, 150 milhões, mas eu tenho plena convicção de que nós temos capacidade de quintuplicar essa emenda se mobilizarmos os colegas Parlamentares.

Passo a palavra agora ao nosso querido decano e amigo, o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, cumprimento V.Exa., assim como a Mesa, composta pela Dra. Berenice, Dra. Fernanda, Patrícia, Dra. Josiani, e as Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, Deputado Danilo, muito obrigado por abrir este espaço na audiência pública a um ex-Deputado que participou e participa da vida política brasileira e do meu Estado da Bahia.

Eu quero fazer um registro importantíssimo nesta reunião, atendendo ao seu convite, Deputado Danilo. Em 1988, quando nós elaboramos a Constituição, eu tive a honra e o orgulho, como brasileiro, de estar presente. Eu fui Constituinte. Colocamos na Carta brasileira que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" e, na época, criamos o SUS. Infelizmente, a luta é grande, a cada dia que passa, para colocar os termos de referência da saúde e atender, sobretudo, às pessoas que mais precisam. É fundamental que isso aconteça.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Hoje, aqui nesta audiência pública, meu caro Relator, realmente não há como não se emocionar com os depoimentos individuais, mas, sobretudo, com a causa.

Nós estamos acostumados, aqui no Congresso Nacional, ao longo do tempo, a ver passarem trilhões e trilhões de reais por esta Comissão de Orçamento para obras, para serviços públicos, para o funcionalismo, para tudo. Mas nada disso me marcou tanto quanto essa causa, Deputado Danilo, que V.Exa. acrescenta na LDO com a sua relatoria. Essa é uma causa que realmente nós todos temos que respeitar, porque dinheiro não deixa marca nenhuma na vida, nem na história. O que deixa marca é a causa social, o discurso, a integração das pessoas, o relacionamento das pessoas. Isso joga uma luz para esse processo.

Desculpe-me fazer uma referência, que não é minha. Mas, conversando com o nosso colega ex-Deputado Miro Teixeira sobre algumas questões do orçamento da área da saúde, ele, sendo do Rio de Janeiro, lembrou-se do cientista Oswaldo Cruz, que entrou para a história do Brasil e do mundo pelo combate à febre amarela, uma luta solitária, sozinha, de que ele foi vencedor. E ele fez referência à sua relatoria na LDO — de que já conhece alguns dados — e à sua preocupação em colocar a causa social como obrigatoriedade no orçamento público brasileiro. Isso é fundamental.

Na época, ele disse: *“Benito, eu gostaria de pedir desculpas ao Danilo, porque eu não quero compará-lo com Oswaldo Cruz, com o cientista. Não tem nada a ver”*. Mas a luz que V.Exa. joga hoje nessa causa é uma luz extremamente importante. Sinta-se orgulhoso dos seus mandatos, da sua vida política e pública e desses gestos que faz como Relator da LDO.

Hoje, como membro do Congresso, o órgão da minha vida, eu tenho certeza de que o Congresso Brasileiro está sendo o Congresso do povo brasileiro. E V.Exa., Deputado Danilo, e essas senhoras que apresentaram tão bem os relatórios realmente merecem o nosso respeito.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Era esse o registro que eu queria fazer. Parabéns! Eu realmente me orgulho muito de ser seu colega e seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Benito Gama. Essas palavras, partindo de V.Exa., são muito importantes pela sua história e pelo seu conhecimento, assim como as de um grande e respeitado homem público, que é o Miro Teixeira, a quem eu também agradeço a referência. Longe de mim querer ter qualquer semelhança com Oswaldo Cruz, mas talvez nos unifique a vontade de lutar em busca exatamente de dar melhor condição de vida a esse tão sofrido povo brasileiro.

Estavam inscritos também o Deputado Fernando Mineiro e a Deputada Lêda Borges, mas não estão mais aqui.

Sra. Camila, pode usar da palavra. Só peço que coloque a instituição que representa, para podermos conhecê-la melhor.

Obrigado.

A SRA. CAMILA MEDEIROS - Boa tarde, Deputado. Obrigada pelo convite.

Sou Camila, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, e represento a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Distrito Federal.

Fico muito feliz com esta Mesa e me sinto lisonjeada por estar aqui em frente à Sra. Berenice Piana. Sou tia de autista, minha sobrinha é a Helena, que hoje tem 12 anos e foi diagnosticada aos 9 anos pela rede privada. Então, pensamos que, se na rede privada foram 9 anos para um diagnóstico, no SUS seria mais difícil ainda, não é? A fala da Fernanda foi cirúrgica; eu sou fisioterapeuta também.

No SUS, temos duas redes de atenção que prestam assistência a essa população: a Rede de Atenção Psicossocial e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. São duas redes muito importantes e que precisam conversar entre si. Elas recebem financiamentos diferentes, cada uma com seus equipamentos. Na Rede de Atenção Psicossocial, o DF tem dois serviços muito importantes, que são o COMPP e o Adolescento, e nós temos apenas três centros de reabilitação no DF. Se utilizarmos o CDC, como a Sra. Berenice apresentou, nós teremos mil





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

novos casos de autismo por ano. Então, três centros de reabilitação não são suficientes para atender a toda essa população. Sem dúvida, a lei orçamentária vem trazer uma luz para que possamos ampliar o acesso, os diagnósticos e os tratamentos a toda essa população que já existe e está gritando com a necessidade e a que ainda vai surgir.

A Josiane fala da educação e, sem dúvida, a articulação intersetorial é muito importante, não só a articulação entre as duas redes, mas a articulação entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação. Eles estão na Secretaria de Educação, que precisa conversar com a Secretaria de Saúde. Nós acreditamos que os núcleos de atendimento à criança e ao adolescente com TEA venham beneficiar muito essa população e ficamos muito felizes com essa nova possibilidade que surge para essa população.

Acho que é isso. Agradeço mais uma vez o convite e a presença aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Camila.

Queria agradecer também a presença da Deputada Fernanda Pessoa, que é engajada nessa luta e faz um grande trabalho nesse sentido. Inclusive, o pai dela, o nosso amigo, um grande homem público, que é o ex-Deputado Roberto Pessoa, atual Prefeito de Maracanaú, também implantou essa política pública no Município, que é a segunda cidade em termos econômicos do Estado do Ceará.

Agradeço também os Deputados que por aqui passaram: o Deputado Mauro Filho, a Deputada Talíria Petrone e o Deputado Gaguim.

E, agora, fará uso da palavra a Prefeita de Solonópole, a Profa. Ana Vladia.

A SRA. ANA VLADIA NOGUEIRA PINHEIRO JUCÁ - Boa tarde.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta tarde, uma tarde de emoção, de conhecimento e de muita alegria em saber que V.Exa., Deputado Danilo, teve esse cuidado, essa sensibilidade de olhar tão bem para essa causa nobre.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Eu sou Prefeita de uma cidade pequena, com 18 mil habitantes, e, por maior esforço que façamos pelas crianças com transtorno do espectro autista, nós estamos muito limitados com a falta de profissionais. Realmente, não há na região terapeutas ocupacionais, e até fonoaudiólogos está difícil conseguir. Como os casos são muitos, os profissionais querem ficar nos grandes centros.

Então, mais uma vez, louvo essa atitude. Com certeza, a criação desses núcleos vai melhorar a qualidade de vida dessas crianças. Espero que Solonópole tenha um.

V.Exa., Deputado, é um orgulho para nós do Ceará.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Ana Vladia. Para mim, essa é uma alegria muito grande. Parabéns pelo belo trabalho que você faz à frente da Prefeitura de Solonópole.

Esse é um M ou um C?

Passo a palavra ao Sr. Claílson Farias, do CREFITO.

Ele não fez caligrafia, viu, Claílson? Eu sou do tempo da caligrafia; lá em casa tinha que fazer caligrafia. *(Pausa.)*

Ah, a letra é sua? Então, é porque você é médico. Parece letra de médico. *(Risos.)*

Claílson, o senhor tem a palavra. Desculpe a brincadeira. Obrigado.

O SR. CLAÍLSON FARIAS - Boa tarde.

Parabéns, Deputado Danilo Forte, por essa aprovação histórica, que é quando as políticas públicas são criadas, mas falta o principal, que é a rubrica para o gasto orçamentário lá na ponta.

Eu aqui represento o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na pessoa do nosso Presidente, o Dr. Wilen Heil e Silva. Fazemos parte do Sistema COFFITO/CREFITOS, onde somos 18 conselhos, indo para 19. Em todo o País, há 400 mil fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais à disposição da população. Como o senhor mesmo falou, há a possibilidade de criação e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

abertura de 600 núcleos de atenção à criança com espectro autista e de que esses 600 sejam multiplicados. Mas, enquanto estamos aqui hoje falando em orçamento, como a Prefeita Patrícia nos mostrou, não podemos fazer com que esses núcleos cresçam com a falta de isonomia salarial que há.

Hoje, a realidade da Patrícia é essa. Nós vemos que a remuneração dos profissionais de saúde é entre mil e 13 mil reais, e ninguém é melhor do que ninguém. Nós estamos falando aqui em acolhimento, em humanidade, então, temos que prezar por essa autonomia profissional, por essa isonomia salarial dentro da construção desses núcleos.

E principalmente fala-se aqui muito que há uma demora no diagnóstico do autista, o que também exige uma quebra de paradigmas, porque o diagnóstico da doença não está concentrado em um único profissional. O diagnóstico da doença é multiprofissional, conforme prevê a Lei nº 12.842, de 2013. Então, em nosso Brasil, que é continental, temos que primar por que esse diagnóstico seja feito por equipe multiprofissional, incluindo fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assim como outro integrante dessa equipe.

Falamos ainda de educação, e será muito bem-vinda mais essa rubrica dentro da janela da educação. Mas hoje, com a alteração do FUNDEB, já é possível contratar — e lá ficou alterado como profissional técnico — o profissional de saúde dentro das escolas de atenção básica para dar esse suporte. E isso é pouquíssimo utilizado. Poucos Municípios abrem precedente para essa contratação. Mas, além dessa alteração, poderia vir essa rubrica também.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado.

Do ponto de vista técnico, nós já temos a rubrica. Certo? Isso aqui é por onde ela vai ser operacionalizada. A partir daqui, vai ser possível colocar a emenda suplementar, fazer o convênio com o Estado, com o Município, com qualquer ente federado, e fazer a transferência do recurso. O Parlamentar entra aqui no Subtítulo nº 6.506, coloca a emenda e, a partir daí, o Ministério faz o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

convênio e aporta o recurso multidestinado pelo Parlamentar para aquela cidade, para aquele Município ou para aquele Estado.

Portanto, já temos a rubrica. Precisamos agora aumentar o dinheiro. E é por isso que o CREFITO pode ajudar muito, cobrando inclusive de todos os Parlamentares.

Concedo a palavra à Daniela Freitas.

A SRA. DANIELA FREITAS - Eu sou autista, fui diagnosticada aos 15 anos, tenho um filho autista de 6 anos e passei toda a minha jornada achando que o autismo se resumia a mim. Imaginem todos os outros que estão no Brasil e que não fazem ideia do que seja autismo!

Então, para nós conseguirmos mais verbas e seguir todo esse processo, temos que furar essa bolha. Mas não adianta só furar a bolha sensibilizando, mostrando todas as nossas dores, porque as pessoas não se sensibilizam. Essa é uma tentativa que nós fazemos o tempo todo. Nós temos que pegar as pessoas pelo bolso, temos que ir pela via econômica.

A Sociedade Brasileira de Pediatria traz um documento, que eu acho muito interessante, falando sobre o autismo, suas características e que, tratando-o de forma precoce, podem-se alterar prognósticos, suavizar impactos e sintomas. E ele traz também, que é importante enfatizar, que o impacto econômico na família e no País também será alterado pela intervenção precoce, intensiva, baseada em evidência. E é isso que eu quero trazer para os senhores.

Vamos começar pelo conceito de transtorno. Como nós já discutimos aqui, o conceito de transtorno permeia várias questões. O autismo é um dos transtornos mais comórbidos que há no livro *DSM*. Ele faz uma interface com doenças, com outros transtornos, como, por exemplo, o TDAH — isso ocorre em torno de 80% dos autistas, segundo pesquisa. Portanto, o autista, além de ser autista, vem com um pacotinho de outros transtornos relacionados. E há várias outras questões.

O transtorno não causa transtorno somente à pessoa, mas também a todos a sua volta. Então, eu, autista, causo transtorno ao meu esposo, à minha família, a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

quem está perto de mim. Por isso, eu preciso de um suporte para reduzir tudo isso, todo esse impacto. O meu filho está no nível 3 de suporte, ele precisa de mais suporte em várias interfaces da vida dele.

Como já foi discutido, nós estamos trazendo o aspecto da saúde, que é importantíssimo. Só que nós trazemos que há outros impactos, como a questão educacional, a questão social. Essa é uma conversa muito importante, vai além da questão da busca da verba, de como conectar isso, e mais: o conceito dos profissionais envolvidos. Isso porque, como já discutido, é algo interdisciplinar, mas não basta ser formado em terapia ocupacional, em fisioterapia. Eu sou engenheira e estou nesse meio também.

E há intervenções baseadas em evidências. Nós precisamos que haja intervenções baseadas em evidência. Mas infelizmente as nossas instituições não estão preparadas para isso. Então, o foco é que precisamos educar. Parede é muito importante, mas parede não educa. A base de todo um transtorno é essa base educacional, que nós temos que inserir em nossos sistemas.

Muito obrigada pela iniciativa. Estou à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Daniela. Nós é que agradecemos. Parabéns pela sua luta!

Eu acho que tudo tem um começo, e nós estamos começando. Acho que, daqui a 3, 5 ou 10 anos, com certeza, vamos ter um nível de acolhimento, de acompanhamento e de tratamento muito melhor na qualidade da prestação do serviço, com o desenvolvimento da capacitação e do aprendizado. A vida ensina muito. Acho que esse nosso início é um pontapé para que possamos alcançar o objetivo. *"O ótimo é inimigo do bom."* Vamos começar aqui pelo bonzinho, que está indo bem.

Obrigado.

Com a palavra a Deputada Fernanda Pessoa, minha amiga e conterrânea.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

A SRA. FERNANDA PESSOA (Bloco/UNIÃO - CE) - Primeiro, quero cumprimentá-lo, em nome de toda a Mesa, Deputado Danilo, e lhe dar os parabéns pela iniciativa de podermos fazer uma audiência pública sobre um tema tão importante, tão sensível.

Nós precisamos ter empatia e nos colocar no lugar daquele autista, daquela família. Muito me preocupa hoje, Deputado Danilo, a questão das mães. Sabemos das dificuldades, primeiro, com o diagnóstico, segundo, em como iniciar o tratamento e, terceiro, em como vai estar psicologicamente aquela mãe. Hoje, pela manhã, eu tive a oportunidade de ouvi-lo falar um pouco na Comissão de Saúde, e me chamou a atenção aquele centro. Nós temos que ter, naquele centro, um espaço para as nossas mães, para os nossos pais, apesar de muitas vezes serem mais as mães que acompanham o autista, mas há muito pai também que o acompanha.

Eu me preocupo ainda com o fato de que, quando há uma criança autista, normalmente o pai ou a mãe é autista também. Ele só se descobre depois que está acompanhando aquele filho. E uma das coisas que eu queria é que pudéssemos fazer pesquisa, para descobrirmos por que está aumentando tanto a quantidade de autista. Como mãe, eu observo o seguinte: na geração em que o meu pai nasceu, não havia autista; na geração em que eu nasci, não havia; quando o meu filho nasceu, não havia; mas os meus filhos já conhecem filhos de amigos, sobrinhos e primos da mesma idade que têm o transtorno. Será que é por conta da alimentação? Será que são essas academias que usam aqueles suplementos alimentares? Enfim, o que é que está acontecendo? Precisamos ter um recurso disponível para pesquisa. Temos que descobrir isso! Será que é essa questão do uso de aparelhos? Uns falam que é. Outra questão é de as meninas começarem a vida sexual mais cedo e tomarem anticoncepcional. Não sabemos o que é. Precisamos saber o motivo.

Temos muitos médicos especialistas, neurologistas no Ceará; temos vários. Eu milito nessa causa desde o meu primeiro mandato como Deputada Estadual, e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

foram três mandatos. Então, o autismo é muito presente na minha vida. Primeiro, eu me dedico porque eu me preocupo muito. Como disse no início, primeiro, tenho empatia com a causa e me coloco no lugar dessas mães, sendo a voz para essas mães que muitas vezes não tem eco, e, no interior do Estado, elas procuram pelo atendimento que não existe. Então, este projeto realmente vem na direção do meu anseio de poder ajudar essas mães, de ser as mãos delas.

Como eu conversei com V.Exa., eu dei entrada no Projeto de Lei nº 3.119, que trata dos recursos que estão disponíveis nos bancos e que os cidadãos brasileiros não foram buscar, que estão lá parados. Muitos nem sabem que têm aquele recurso. Eu dei entrada ao PL para que esses recursos, que não forem procurados até o dia 20 de setembro, possam ser destinados aos centros de atendimento aos autistas de todo o Brasil. São mais de 10 bilhões de reais, Deputado! Nós precisamos desse dinheiro, que está parado. Só quem está ganhando com isso são os bancos. Eu conversei com V.Exa., que disse se tratar de um recurso a que não podemos ter acesso, porque seria apropriação indébita. Mas nós deveríamos arranjar alguma forma de ver isso, porque, com esse dinheiro, só quem está ganhando, como eu disse, são os bancos.

Parabéns pela iniciativa! Contem com o meu apoio e com a minha dedicação. Onde nós pudermos ser a voz, nós a seremos. Também vamos colocar recursos para que esses centros, em todo o Brasil, funcionem e para que as mães possam sentir no coração que têm alguém olhando por elas.

Mas não podemos nos esquecer de que isso é necessário não só no período da infância. Nós temos que nos preocupar com o adolescente e com o adulto, porque eles crescem e não morrem cedo, não há idade para isso. Então, temos que nos preocupar com todas as fases.

Obrigada, e parabéns mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputada Fernanda Pessoa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Realmente a sua emoção nos contagia. Eu sei do seu compromisso, da sua história e da sua luta em defesa dessa causa.

Tem a palavra a Sra. Lídice Braga, que deve ser professora, porque a letra é boa.

A SRA. LÍDICE DOURADO DIAS BRAGA - Eu quero cumprimentar a Mesa e agradecer a oportunidade de poder participar desta atividade aqui em Brasília, onde eu moro.

Eu queria engrossar a fala da Camila, que está na Secretaria de Saúde. Eu estou aqui acompanhando a Secretaria de Educação e queria dizer à Josiane, do Ministério, que temos recebido todos os recursos para as salas de recursos do AEE. Isso tem ajudado demais.

Eu sou da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral, da Diretoria de Educação Inclusiva e Atendimentos Educacionais Especializados, que é onde nós recebemos toda essa clientela da educação especial e onde trabalhamos para que as políticas públicas aconteçam na ponta.

O que nós temos visto e sentido — e não quero com isso jogar um balde de água fria, pois realmente o Brasil é um País de inovações, e é muito importante retomar as atividades —, muitas vezes, é uma pulverização dos recursos. E, como disse a Josiane, nós temos muita dificuldade com os nossos professores. A minha colega, que é gerente no setor que cuida desses recursos, fica buscando onde há professores nas salas de recursos, porque as salas de recursos existem, os recursos estão chegando, mas nós não temos os professores, eles estão adoecidos.

Há outro recurso que nós temos na Secretaria de Educação: todas as escolas são inclusivas aqui no Distrito Federal, são cerca de 700 escolas. Mas essa população está aumentando, e o número de escolas, o número de salas não atende à mesma, e nós temos salas lotadas. Muitas vezes, na situação de transtorno do espectro autista, o estudante seria muito beneficiado por uma turma





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

reduzida e inclusiva, onde ele convivesse numa unidade de educação regular. Essa é mais uma situação.

Eu sei que o centro é muito importante, é um centro de referência. Mas eu queria que vocês olhassem também para o que já existe hoje no País — e eu falo do Distrito Federal, em especial —: programas e políticas que já foram criados, já foram implementados e precisam ser fortalecidos.

Essa questão da formação dos professores, com um olhar para os professores, chamou a minha atenção, assim como a questão do quadro de remuneração. Embora seja um trabalho de referência, esse quadro que a nossa Prefeita colocou chamou a minha atenção. Eu entendo a relevância do profissional de saúde, mas hoje nós temos sofrido, porque a educação é um serviço compulsório. É lá aonde chega todo mundo, que nós recebemos e acolhemos. Muitas vezes, eu tenho uma turma com 35 alunos em que há um estudante com transtorno de espectro autista que tem uma hipersensibilidade ao barulho, ou que precisa de uma adaptação curricular ou de outras adaptações. Fica bem complicado para a professora, que também não teve a formação adequada, desde o seu curso de graduação, trabalhar com isso. Mas entendo que temos que trabalhar. O estudante tem que estar lá dentro, e ele está. Eu só queria fazer essa colocação.

Quero parabenizá-los por todo o trabalho, é sempre muito bom. Mas, por favor, fortaleçam o que já existe.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Sem sombra de dúvida, Lídice. Para aquilo que já está credenciado junto ao Ministério da Saúde, sejam instituições, sejam entes federados, Estados e Municípios, isso permanece. Nós não estamos aqui passando uma borracha para começar a partir de agora. Pelo contrário. Todo esse aprendizado precisa se somar a esse esforço, pois queremos construir algo mais integrado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O que nós estamos fazendo agora é uma integralidade de política pública: Governo Federal com os Governos dos Estados, com os Municípios, com uma base orçamentária, com um roteiro do funcionamento dos núcleos, desde o neurologista até a pontinha, com a educação física, a música e a inclusão social, como foi falado aqui. Tudo isso coordenado como política de Governo, política de Estado. É isso que estamos fazendo aqui.

Portanto, considero esse aprendizado muito importante e muito bom e agradeço a todos os que deram sua contribuição. Peço a cada um dos palestrantes para fazerem suas considerações finais. Eu acho que nós já marcamos aqui um momento muito importante.

Quero agradecer a presença também aqui conosco do Prefeito de Jaguaribe Alexandre Diógenes, do Estado do Ceará.

Ao mesmo tempo, quero reavivar a provocação do nosso intuito de trazer este debate à CMO, Comissão essa que gosta muito de discutir números. Nós estamos discutindo aqui política pública na área da saúde, e saúde mental. Então, acho que é uma inovação, até para esta sala, onde eu já participei de muita coisa, até missa nesta sala já houve. Mas, debate sobre saúde mental, sobre autismo, sobre criança com deficiência, é a primeira vez que nós estamos fazendo.

Eu já acompanho esta Casa há muitos anos: primeiro, como assessor parlamentar — comecei com o Deputado Paes de Andrade, em 1983 — e, depois, na condição de Deputado. Já trabalhei em diversas Comissões e em diversos setores da Casa, que conheço bem. O que precisamos, agora, é fazer uma mobilização para pressionar os Parlamentares ao engajamento. Vocês prestaram a atenção e viram que todos os Parlamentares que se manifestaram automaticamente já estão assumindo um compromisso de engajamento na causa. Mas precisamos dizer que são 513 Deputados e 81 Senadores, e precisamos alcançar todos. E, para que esse alcance seja efetivo, é necessária a mobilização dos setores organizados, principalmente de pais, mães, sociedade civil





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 46

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

organizada, CREFITO, associações aqui citadas, instituições e entidades que militam nessa área.

Então, vou pedir aos senhores palestrantes que façam suas considerações finais, para concluirmos esta audiência, que, para mim, já foi um sucesso, não só pela presença física neste plenário da CMO, mas também pela própria Internet, em que verificamos uma audiência qualificada para este debate.

E quero agradecer fundamentalmente às pessoas que vieram de longe para nos trazer sua experiência e sua vivência e enriquecer este debate, começando aqui especialmente pela Dra. Berenice Piana.

Antes, porém, concedo a palavra à Sra. Iraê Cardoso.

A SRA. IRAÊ CARDOSO - Deputado, eu trabalho há mais de 30 anos com pessoas com deficiência.

Meu nome é Iraê Cardoso. Sou do Rio, mas trabalho em Alagoas. Eu comecei a trabalhar nessa área porque tive um irmão surdo, que faleceu no Rio de Janeiro. Graças a Deus, meu trabalho conta com a ajuda de todos os Parlamentares de Alagoas e da sociedade. Nós evoluímos e atendemos a 5 mil pessoas por mês; estamos no Sertão, em Penedo, no Baixo São Francisco, e na Capital. Ao todo, temos oito unidades.

Vou falar rapidinho sobre uma realidade que o senhor poderia levantar com as universidades, que é a formação de fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, e sobre o investimento em comunicação alternativa.

Em nossa associação, que começou com quatro voluntários, temos hoje mais de 200 terapeutas e médicos. Só no mês passado, recebi oito pedidos de demissão de fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Com a judicialização, surgiram clínicas privadas para atender aos autistas pagando três vezes mais. Então, não temos como competir — nós, que atendemos pelo SUS — com o mercado privado.

E, mesmo sendo um Centro Especializado em Reabilitação — e somos CER III —, mesmo com o esforço do atual Governo, que fez um reajuste agora, não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 47

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

conseguimos alcançar aqueles valores. Vou explicar a V.Exa. Trata-se daquela história de demanda e de mercado: a nossa Faculdade de Fonoaudiologia não consegue formar sequer 10 fonoaudiólogos por ano. Com isso, há uma escassez de profissionais.

As famílias que têm conhecimento, porque os pobres nem sabem como judicializar, conseguem judicializar e obrigar a Prefeitura a pagar 6 mil reais para uma clínica da iniciativa privada. Nós somos filantrópicos, ninguém paga nada. Estamos no Sertão e só nós atendemos 23 Municípios. Do Sertão para a capital, uma família sai pela manhã, às 4 horas e 30 minutos, e volta à noite, deixando outros filhos em casa.

Outra questão é que atendemos deficiências intelectuais e nos chegam ordens da Secretaria e de outros para atendermos o autista imediatamente. Mas tenho uma criança com paralisia cerebral na fila de espera há 2 anos... Então, está difícil para atendermos pessoas autistas pobres e crianças com deficiências que vêm do campo, do Sertão — alguns chegam ao centro de carroça. Cadê a formação da universidade? O que podemos fazer?

Tenho uma filha que é psicóloga e mora nos Estados Unidos, em Boston. Ela estava trabalhando em uma empresa que atender autistas, a Riverside, e me falou que lá também faltam fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Como é brasileira, ela atende crianças autistas, de zero a 3 anos, filhos de imigrantes brasileiros. E ela me falou: *"Mãe, a nossa chefe, que inclusive é de Harvard também, deu-nos um treinamento em comunicação alternativa — para nós, psicólogos e psicopedagogos —, e eu tenho conseguido muitos resultados, porque muitos problemas estão na família. Assim temos conseguido esses resultados"*.

Então, precisa haver um debate sobre a política pública e o Instrutivo do CER, porque muitas famílias chegam lá e falam: *"Vocês têm que ter essa especialização. Eu quero tantas horas para o meu filho"*. Mas no SUS não nos dá essa condição — entendeu, Deputado?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 48

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

Eu louvo a iniciativa de V.Exa., mas acho que apenas esta audiência não é o suficiente, porque temos um Brasil grande, e a política feita no gabinete é diferente da política feita na rua, na ponta.

Eu sou do Rio de Janeiro, mas estou em Alagoas há mais de 30 anos. Todos os Parlamentares de Alagoas, inclusive Senadores, conhecem o nosso trabalho. Graças às emendas Parlamentares, ainda tenho conseguido pagar uma folha de quase 600 mil reais. Enquanto duzentas consultas especializadas de neuropsiquiatras e fisiatras custam-nos 48 mil reais, recebemos 2.010 reais por mês. Isso é esmola. Como fechar um diagnóstico?

É isso. Muito obrigada. Desculpe-me, mas eu estava aqui atrás e sou uma peregrina. Sou da época da CORDE, daquelas câmaras técnicas, quando estudávamos e virávamos noites para elaborar a Lei de Acessibilidade, a Lei de Cotas, da época da Marisa, que tinha um filho autista e desbravava esse caminho. Eu sou dessa época. Então, acompanho muito as políticas públicas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Ialê.

Sem sombra de dúvida, o esforço se soma ao trabalho que nós estamos fazendo. Acho que são ações complementares. Não tenho dúvida de que inclusive a Josiane já vai voltar lá para o MEC com essa cobrança, com relação ao estímulo da ampliação e da capacitação pelas universidades de profissionais nessa área.

Eu descobri que falta terapeuta e fonoaudiólogo. Eu também não sabia. Mas ninguém sabe de tudo. Foi exatamente nas audiências, foi visitando os Municípios, foi conversando com as pessoas da área que descobrimos isso. Essa é a importância das audiências regionais que temos feito. Lá no Rio de Janeiro, fizemos uma, inclusive foi muito boa. A Dra. Berenice participou junto conosco, com o auditório lotado. Nas assembleias por onde temos passado, temos convivido com esse debate.

A própria mobilização desse movimento é que vai fortalecer essa ação. Não tenha dúvida de que a sensibilidade política passa muito pela mobilização das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 49

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

peessoas. O político é muito focado na mobilização do povo. É isso que nós estamos provocando, fazendo, construindo e estimulando. Eu não tenho dúvida de que essa é uma política que ainda vai evoluir muito. Se Deus quiser, em pouco tempo, nós teremos sensibilizado todo o povo brasileiro.

Nós não tínhamos nada. Nenhuma política integrada em nível nacional existia. Havia muitas ações pontuais, como inclusive a que a senhora faz em Alagoas. Eu a parablenizo por isso. Agora, nós vamos ter a construção de uma política integrada.

Com a palavra a Dra. Berenice Piana. *(Pausa.)*

O SR. JOEL BITENCOURT SERRA - Deputado, posso só parabenizar?

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Peço que seja breve, porque eu só tenho 7 minutos para encerrar a sessão.

O SR. JOEL BITENCOURT SERRA - Peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Tem a palavra V.Sa.

O SR. JOEL BITENCOURT SERRA - Eu sou Joel Serra. Eu sou conselheiro tutelar eleito pelo Rio de Janeiro.

Eu queria parabenizar este debate. A área do espectro autista tem crescido muito. Na nossa região, eu trabalho há mais de 25 anos com crianças e adolescentes, com instituições que cuidam. A demanda tem sido muito grande.

Eu quero parabenizá-lo, Deputado, por toda essa proposta.

Que Deus possa nos abençoar! Sucesso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Joel. Na próxima, se você chegar mais cedo, poderá falar mais que 1 minuto.

Tem a palavra a Dra. Berenice.

A SRA. BERENICE PIANA DE PIANA - Eu quero só agradecer por tudo o que eu ouvi aqui hoje. Eu espero que isso não morra aqui, que esta voz continue





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 50

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

ecoando e que cada um que ouviu aqui o meu depoimento e tantos outros possa levar isso no coração.

Resumidamente, eu vou dizer o que eu disse no dia em que a nossa lei foi aprovada no plenário e foi para sanção. Quando alguém me perguntou como conseguimos isso tão rapidamente, uma vez que é tão difícil, eu falei: *"jamais subestime o poder do amor de uma mãe"*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Berenice.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Barreto, nossa Prefeita de Irauçuba.

A SRA. PATRÍCIA MARIA SANTOS BARRETO - Quero deixar meu abraço a todas as crianças, mães, famílias, em especial aos profissionais que fazem o Centro de Atendimento Infantil Neuropsicomotor Dra. Fátima Lotif, no Município de Irauçuba.

Gostaria de deixar meu abraço e minha gratidão ao Deputado Danilo Forte pelo convite e por ter, na tarde de hoje, discutido de forma ampla essa causa, que é muito necessária e plausível, e por ter apresentado à sociedade os resultados da sua caminhada em prol dessa causa.

Parabenizo todos os que aqui estão. Um abraço especial aos que nos assistem pela *TV Câmara* e pela página oficial da Prefeitura de Irauçuba, aos irauçubenses que nos assistem.

Espero que nós possamos, como aqui foi dito, ser luzes não em nós e no que nós fazemos, mas na causa que aqui nós estamos representando, a do autista, a das crianças com necessidades especiais. Queremos fazer muito mais ao longo da nossa trajetória política. Que nós que aqui estamos, de alguma forma, possamos ter, de forma muito positiva, impactado a vida das pessoas. Com o que nós viemos aqui construir possamos ser, no futuro próximo, um resultado muito positivo para a sociedade.

Um abraço!





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 51

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Prefeita Patrícia

Concedo a palavra à Sra. Fernanda Suzarte.

A SRA. FERNANDA SUZARTE - Gostaria de agradecer a Deus por esta oportunidade, ao Deputado e à Berenice, que acabou de trilhar mais uma fase importante junto com Deputado e com todos os que estão aqui ouvindo e colaborando, pensando dentro do seu universo como podem realmente fazer a diferença.

Agradeço a você, autista, que tem lugar de fala, assim como nós, as mães.

Obrigado, meu primo Jean pela presença! Ele é responsável pela educação especial em Brasília.

Gostaria de parabenizar a Prefeita e de agradecer aos meus pais, à minha família, à minha equipe, em especial, e a todos aqueles que são comprometidos com a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, a Rede de Atenção Psicossocial — RAPS, de Alagoas. Eu também sou do CER, ainda não habilitado e que está em andamento. Caminhamos, atendemos, acolhemos muito, mas na realidade precisamos rever a questão orçamentária, sem dúvida nenhuma. Eu acho que sensibilizar pessoas como o Deputado Danilo Forte, que tem essa abertura e esse coração gigante, é o caminho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Fernanda.

Tem a palavra a Sra. Josiane Pereira Torres, do Ministério da Educação.

A SRA. JOSIANE PEREIRA TORRES - Gostaria de agradecer a oportunidade desse diálogo, de reiterar o nosso compromisso com a escola regular e de dizer que todas as iniciativas são positivas e vão refletir na escola.

Convido a professora para entrar em contato conosco para poder estreitar esse diálogo e ampliar a conversa.

Permanecemos à disposição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 52

CMO (Reunião, Audiência Pública)

25/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Josiane e a todos que tiveram a paciência de nos ouvir e acompanhar e a todos os que participaram desta audiência pública. Ela é de fundamental importância para essa causa.

Nós estamos aqui construindo um novo Brasil, de inclusão social, respeito e dignidade com aqueles que muitas vezes não têm capacidade de se defender. A maior covardia que a sociedade pode fazer é marginalizar uma pessoa inocente, que não tem condição de levantar a sua voz para garantir os seus direitos. Esse é um caminho. A política precisa ser humanizada. Ela é feita por homens e mulheres que têm sentimentos, suas lutas, suas tradições, mas ela não pode ser distanciada da principal causa da sua existência, que é a capacidade de transformação e de mudança no cotidiano da vida das pessoas e das famílias.

Aproximar a política, o orçamento, a governabilidade, políticas públicas que sejam capazes de fazer essa transformação é a essência e a grande força motivadora da ação política na sua plenitude.

Quero aqui agradecer a todos os convidados e todos as Sras. e Srs. Parlamentares, aos assessores, aos servidores das duas Casas Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, que participaram desta audiência.

É apenas uma semente que está sendo aguada neste momento. Que possamos sensibilizar nossos pares e alavancar essa causa, dar a ela dimensão e tamanho, dentro do compromisso da União, dentro do compromisso do Governo Federal e dentro do compromisso do Orçamento Federal, para fazer exatamente essa grande transformação.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para debater o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº28, de 2023, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”, especificamente sobre o **Eixo 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania**, em atendimento ao **Requerimento n. 12/2023-CMO**, de autoria do Deputado Bohn Gass (PT/RS), aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, ocorrida em 26/09/2023. Para isso, foram convidados representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Secretaria Geral da Presidência da República e o Observatório da Democracia. Embora tenha sido convidado, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania não encaminhou representante. Verificaram-se as presenças dos Deputados Titulares: Adriana Ventura, Bohn Gass, Dilvanda Faro, José Rocha, Luciano Amaral, Marcelo Lima, Mauro Benevides Filho e Vicentinho Júnior; dos Deputados Suplentes: Benes Leocádio, Carlos Zarattini, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Luiz Gastão, Misael Varella, Rafael Prudente e Weliton Prado; e dos Deputados Não Membros: Helder Solomão, Leonardo Monteiro, Márcio Honaiser e Professora Luciene Cavalcante. **ABERTURA:** às dez horas e dezenove minutos, foi iniciada a reunião sob a condução do Deputado Bohn Gass (PT/RS) que comunicou a finalidade da audiência pública, bem como esclareceu pontos sobre o tema como Relator do PPA e apresentou a composição da Mesa formada pela Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Esther Dweck; o presidente do Observatório da Democracia, Sr. Ricardo Lewandowski; o Secretário Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. Renato Simões e a Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Sra. Leany Barreiro de S. Lemos. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Ricardo Lewandowski para fazer sua exposição que a fez sobre os princípios fundamentais constitucionais. Terminada a apresentação, o presidente em exercício passou a palavra a Ministra Esther Dweck que fez sua apresentação explicando sobre o papel e prioridades de seu Ministério, bem como as ações feitas para a reconstrução do Estado. Em seguida, o Deputado Bohn Gass, chamou à participação o Sr. Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República e, por fim, a Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento. Após as explanações de todos os convidados, o Deputado Bohn Gass concedeu a palavra aos parlamentares inscritos, dentre eles, os Deputado Helder Salomão (PT/ES) e o Ex-deputado Amauri Teixeira que teceram seus comentários sobre o tema. Em seguida o Deputado Bohn Gass passou a palavra novamente a todos os convidados para considerações finais exceto a Sra. Esther Dweck que teve de se ausentar para cumprir outros compromissos e foi substituída na Mesa pelo Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério, Sr. José Celso Cardoso Jr. que fez suas considerações finais, assim como os demais convidados. **ENCERRAMENTO:** às doze horas e dois minutos, o Deputado Bohn Gass, Presidente em exercício, agradeceu a presença de todos os convidados e parlamentares presentes e encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputado Bohn Gass, Presidente em Exercício. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Declaro iniciada a 16ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2023, CMO, de minha autoria, com o objetivo de discutir o PPA 2024-2027, no qual sou o Relator, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024-2027, mais especificamente o Eixo 3 — Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.

Eu fiz questão de trazer para cá, logo no início dos trabalhos, dentro do nosso PPA, os principais objetivos desse terceiro eixo para o nosso debate. V.Exas. vão ver a sua importância e logo, na sequência, vão compreender por que eu fiz o convite aos nossos ilustres convidados.

Objetivos: defender a democracia; reconstruir o Estado e a soberania; ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social; promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional; intensificar a transformação digital nos três níveis de Governo, para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população; atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais; promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado; assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos; e aperfeiçoar o sistema de Justiça para a ampliação do acesso e do exercício dos direitos.

Eu fiz questão de ler os objetivos porque eles já constam do nosso ideário aqui, o que justifica o convite que fizemos à Ministra de Estado da Gestão e Inovação, a Ministra Esther Dweck, exatamente nesse processo de reconstrução do Estado, tendo em vista o que nós passamos no último período. Apenas com democracia podemos ter avanço nos direitos. Qualquer retrocesso, qualquer





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

situação, como estado de exceção, estado de autoritarismo, enfim, não permite nem que façamos o debate sobre os direitos e seus avanços, em consideração à democracia que nós precisamos ter.

Muito obrigado, Ministra, por estar conosco.

Saúdo o Ricardo Lewandowski, professor, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal — nós sempre temos orgulho de fazer essas referências —, hoje Presidente do Observatório da Democracia, que está presente também para nos auxiliar na reflexão sobre essa temática da democracia.

Saúdo também a Sra. Leany Barreto Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, representando a Ministra Simone Tebet, do Ministério de Planejamento e Orçamento, e o Sr. Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que neste ato está representando o Ministro Márcio Macêdo. A Leany tem presença atuante aqui e na elaboração do Orçamento, junto com a sua equipe, assim como o Renato Simões.

Eu quero saudar também os colegas Deputados que já estão conosco aqui: Deputado Carlos Henrique Gaguim, Deputado Vicentinho Júnior, Deputado Alexandre Lindenmeyer, Deputado Luiz Couto, Deputado Fernando Mineiro.

Também contamos com o nosso sempre Deputado Amauri Teixeira, nosso ex-colega, que está presente aqui, além dos representantes das entidades da sociedade civil, aos quais saúdo.

E, à medida que se desenvolverem as atividades, nós vamos saudar os demais participantes da nossa audiência pública no dia de hoje, que também está sendo transmitida pela Casa, por várias redes, pela *TV Câmara*. As pessoas poderão acompanhar este debate neste momento.

Temos três projetos aqui de orçamento: o PLOA, o Projeto de Lei Orçamentária Anual; a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — ambos estão sendo discutidos aqui nesta Comissão; e, neste ano, o PPA, o Plano Plurianual.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Quanto ao PPA, eu sempre tenho dito aqui, Ministros e convidados, que nós precisamos desenvolver uma cultura de planejamento no nosso País, uma cultura de planejamento que não olhe apenas o imediato, mas que faça uma previsão imaginando o nosso País. Quem ama o Brasil com certeza quer um país com esses aspectos que nós já falamos aqui, um país que cresça, que se afirme, que tenha a sua soberania.

Nós já fizemos três audiências públicas. A primeira foi com a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo. Depois fizemos uma em que aprofundamos o eixo do desenvolvimento social, também com vários Ministros e representantes de entidades da sociedade civil. O segundo encontro, maior, de aprofundamento do eixo temático sobre o desenvolvimento econômico com sustentabilidade, foi realizado com a presença do nosso Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. E hoje trataremos do terceiro eixo, que é sobre a democracia e a reconstrução do Estado e da nossa soberania.

Passamos imediatamente a palavra para o nosso querido Ricardo Lewandowski, que gentilmente atendeu o convite para o nosso encontro no dia de hoje.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI - Bom dia a todas e a todos.

Saúdo, inicialmente, o autor desse prestigioso convite, o Deputado Bohn Gass. Quero dizer, desde logo, que é uma enorme satisfação, uma honra mesmo estar aqui com este egrégio Plenário para refletirmos em conjunto sobre esses magnos temas, sobretudo aqueles que dizem respeito aos valores democráticos.

Saúdo a Ministra Esther Dweck, que tem prestado relevantíssimo papel não só para esse Governo, mas também para o próprio desenvolvimento das instituições políticas entre nós.

Saúdo o Sr. Renato Simões, que é o Secretário Nacional de Participação Social, da Secretaria-Geral.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Saúdo também a Sra. Leany Lemos, que integra esta Mesa e é Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Saúdo os Deputados presentes, pelo menos aqueles que me foram aqui listados: o Deputado Luiz Couto, o Deputado Fernando Mineiro, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, o Deputado Vicentinho, que é da minha região. S.Exa. está presente? Bem, é outro Vicentinho, mas, de qualquer maneira, muito prazer temos todos nós pela sua presença. Saúdo também o Deputado Carlos Henrique e o Deputado Pedro Uczai.

Agradeço a presença de todos.

Eu, evidentemente, não sou um especialista em orçamento público, mas, como todo magistrado — magistrado que fui durante 33 anos —, também sou um generalista. Sou professor de teoria do Estado na Universidade de São Paulo. Há 45 anos reflito sobre essa temática e mais especialmente sobre a questão da democracia, que é algo, evidentemente, dinâmico, é um conceito que evolui ao longo da história.

Eu queria fazer algumas observações muito genéricas sobre esse tema e meditar com todos qual a relação entre a democracia, a soberania popular e o processo de orçamentação, que é uma questão que me tem preocupado, ao longo dos anos. Inclusive, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, sempre me voltei para essa questão de como conciliar os valores fundamentais da nossa Carta Magna com o processo de orçamentação.

Eu não utilizarei muito o tempo dos senhores, falarei por volta de 10 a 15 minutos. Quero focar três temas básicos, ou dividir minha exposição em três partes: primeiro, quero falar sobre a importância da Constituição Cidadã, de 1988; segundo, eu gostaria de dissertar sobre a nova democracia participativa, inaugurada pela Carta Magna, de 1988; terceiro, eu gostaria de falar sobre os princípios fundamentais da nossa Constituição e como isso influi, a meu ver, ou deveria influir no processo de orçamentação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Quero dizer da importância do valor da nossa Constituição, esse verdadeiro patrimônio da cidadania. Aliás, nem sempre damos o devido valor a esse documento básico da convivência social de nós todos brasileiros.

Eu tenho sido convidado para falar sobre essa questão, aqui e no exterior. Um dia desses, no exterior, eu falava para um grupo de empresários importantes, estrangeiros e nacionais, que se congregavam para avaliar a segurança jurídica dos investimentos em nosso País, e os empresários, com razão, sem dúvida nenhuma, reclamavam dos chamados marcos regulatórios. Eu então tive a oportunidade de dizer que o maior marco regulatório que nós temos é a nossa Constituição, que já dura 35 anos, e é uma instituição das mais modernas do mundo. Ela foi inspirada nas constituições que surgiram no pós-guerra, da segunda metade do século passado, depois da Segunda Guerra Mundial, inspirada na Constituição da Alemanha, que tem como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana, depois em outras constituições modernas, como a Constituição espanhola e a Constituição portuguesa.

A Constituição tem um catálogo de direitos fundamentais mais denso de todas as demais constituições hoje em vigor. Nós contemplamos os direitos fundamentais, de primeira geração ou individuais, como o direito à vida, à liberdade, amplamente considerada, à propriedade e à participação política, e os direitos de segunda geração, os chamados sociais, que são aqueles que surgem nas lutas entre o capital e trabalho, no século XIX, o direito ao trabalho propriamente dito, o direito à educação, o direito à saúde, o direito à previdência social, hoje, desdobrados em tantos outros temas, como o direito à habitação.

Nós temos também contemplados na nossa Constituição os direitos de terceira geração, o direito à paz, o direito ao desenvolvimento, o direito à autodeterminação dos povos, o direito à defesa do patrimônio comum da humanidade, o direito ao meio ambiente, e uma série de outros direitos avançadíssimos, como o direito ao consumidor, o direito das minorias, o direito da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

criança, do adolescente e do idoso, o direito das populações autóctones e das demais minorias.

Portanto, a Constituição é extremamente rica no que diz respeito aos direitos fundamentais, é um paradigma, eu diria, em termos planetários, para outras sociedades.

Nós temos um sistema muito interessante de freios e contrapesos, mecanismos de defesa das instituições. É preciso que se diga isso. Nós resistimos a várias crises econômicas, políticas. Tivemos dois *impeachments*: o do Presidente Collor e o da Presidente Dilma. Passamos por uma crise política seriíssima, no passado recente, que acabou culminando na invasão das sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro. Houve uma crise econômica também bastante considerável, impactante, como aquela do *subprime* americano, de 2008, que gerou uma crise internacional, que atingiu duramente vários países, dentre outros, o Brasil, cujos efeitos até hoje estamos sofrendo, a crise econômica mundial gerada pela pandemia, com o aumento do preço das *commodities*, do petróleo, etc. Porém, é uma Constituição sólida, basta dizer, Deputado Bohn Gass, que nós superamos o ataque às instituições, sem precedentes, e estamos aqui reunidos, discutindo o Orçamento, democraticamente, na presença dos representantes, não só da soberania popular, mas também dos próprios cidadãos que estão presentes para discutir essa questão.

A primeira assertiva que eu queria dizer, com muita convicção, é que nós temos uma Constituição sólida, a terceira de mais longa duração que tivemos entre nós. A primeira foi a Constituição imperial, de 1824. É claro que talvez não conte, mas a republicana mais longeva foi a Constituição de 1891, nem sempre cumprida à risca, era a época da República Velha do café com leite, do voto de cabresto e de outras distorções. A Constituição democrática mais duradoura é a nossa Constituição Cidadã, de 1988. Essa é a primeira assertiva.

A segunda observação que me permito fazer é a seguinte: poucos se deram conta de que nós transitamos de uma democracia meramente representativa para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

uma democracia participativa. Isso tem muita importância no processo de orçamentação.

Tradicionalmente, as nossas Constituições, logo no art. 1º, diziam o seguinte: *"Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido"*. O que significa isso? Que o poder emana do povo, respeita-se a soberania popular, mas esse poder é exercido sempre por meio de intermediários, de representantes de mandatários. Por isso, chama-se democracia representativa. No entanto, nem todos se deram conta de que o parágrafo único do art. 1º da nossa Constituição, agora, diz o seguinte:

Art. 1º

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (...).

Esse é um adendo importante, porque esta Constituição surge no momento de superação de uma ditadura militar, em que "muitos representantes" — entre aspas — não eram eleitos, como os Prefeitos das capitais, por exemplo, como os Governadores, que eram nomeados indiretamente, o próprio Presidente da República, os Prefeitos das instâncias turísticas, etc.

Então, esse adendo "representantes eleitos" é muito importante:

Art. 1º

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Vejam que esta é uma mudança extremamente significativa, repleta de consequências.

Quais são as hipóteses em que o povo exerce diretamente o poder, na nossa Constituição? Quero dizer, desde logo, em respeito absoluto a esta Casa, à Câmara dos Deputados, que representa a soberania popular, que a democracia direta ou democracia participativa não substitui a representativa, ela complementa a representativa. Isso é importante que se diga. Quer dizer, ela é fortalecida, ela é





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

complementada, ela é enriquecida pela participação popular, nas hipóteses em que a Constituição assim o determina ou assim o permite.

Então, logo no art. 14 da nossa Constituição, vamos verificar que o povo pode exercer a democracia diretamente por meio do plebiscito, do referendo e da iniciativa legislativa popular. Então, o art. 14 diz que a soberania popular será exercida pelo voto direto, secreto, periódico, etc., e também por esses três institutos, que se aplicam aos demais âmbitos político-administrativos da Federação, tanto nos Estados e no Distrito Federal como nos Municípios.

Há uma série de outras hipóteses de participação popular na nossa Constituição, como por exemplo, no Município, no controle das contas públicas. Na área do meio ambiente, da educação, da saúde, da seguridade social, a Constituição prevê expressamente a administração, a participação democrática do povo nesses temas importantíssimos. Então, é o povo participando da gestão da coisa pública, nesses âmbitos da saúde, da seguridade, do meio ambiente, do desporto, inclusive na área do Poder Judiciário, ou seja, o povo pode participar diretamente, por exemplo, ajuizando ações populares ou participando de audiências públicas do Supremo Tribunal Federal. Então, a nossa Constituição é extremamente rica, extremamente densa no que diz respeito à participação popular. Ela inaugura a democracia participativa, que ainda não está sendo exercida, a meu ver, com essa facilidade que os Constituintes de 88 desejaram.

O que significa isso no processo de orçamentação? Eu imagino, aliás, não imagino, tenho convicção de que a democracia participativa deve ser exercida também no processo de orçamentação em todos os âmbitos da Federação: no âmbito da União, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e no âmbito dos Municípios. É preciso abrir uma janela de oportunidade para que a cidadania participe efetivamente.

Para terminar este segundo tópico da minha intervenção, quero dizer o seguinte: na democracia representativa, qual é o grande instrumento para que esta democracia funcione, seja exercida? São os partidos políticos. Os partidos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

políticos são integrados fundamentalmente pelo cidadão eleitor. Na democracia participativa, surge um novo ente, uma nova entidade, que a Constituição agora prestigia com muita força, que são as associações civis e as cooperativas. Elas é que dão vida à democracia participativa. Elas que ensinam, por exemplo, a coleta de assinaturas na iniciativa legislativa popular. Elas que mobilizam a cidadania em torno de determinados temas para que sejam reivindicados e buscados junto aos órgãos públicos. Então, as associações civis, que hoje são protegidas na Constituição, que independem para o seu funcionamento de qualquer autorização das autoridades públicas e tem, inclusive, legitimidade para defender os interesses de seus associados, tanto judicialmente, quanto extrajudicialmente, são entidades representativas da cidadania popular, nesta democracia participativa. Esta é a segunda observação que eu gostaria de fazer.

A terceira e última observação é a seguinte: sempre tive, enfim, a convicção, posso dizer que, no processo de orçamentação, é claro que existem metas governamentais a serem cumpridas, existem até diretrizes que o Estado brasileiro permanentemente deve perseguir, mas a nossa Constituição fala em objetivos nacionais, fundamentais da República Federativa do Brasil, no art. 3º da nossa Carta Magna, que se insere no *Título I*, que se chama *Dos Princípios Fundamentais*. Quando nós falamos em princípios, é algo que vem em primeiro lugar, que vem antes das regras específicas da Constituição. É algo que se coloca em primeiro lugar e que deve ser observado no processo de orçamentação, no processo legislativo, nas decisões judiciais.

Então, quais são esses objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil? Em primeiro lugar, dispõe o art. 3º: "*I - construir uma sociedade livre, justa e solidária*". Um orçamento que não tenha isso como norte, é claro que não é um orçamento democrático.

Em segundo lugar: "*II - garantir o desenvolvimento nacional*".

Faço um breve parêntese. Ontem, estive com o Deputado Bohn Gass, em um evento do BNDES, no qual tive a oportunidade de falar. O BNDES é um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

agente importantíssimo em todo o desenvolvimento nacional. Hoje não se fala mais em desenvolvimento integrado, mas em desenvolvimento sustentável. E quero dizer que — estamos falando na reforma do Estado, no fortalecimento do Estado — é preciso novamente reconhecer que o Estado tem um papel importante no desenvolvimento nacional. É claro que privilegiamos, e a Constituição privilegia, a iniciativa privada, mas é preciso também ter a compreensão de que o Estado é um agente importantíssimo do desenvolvimento nacional.

Em terceiro lugar: *"III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais"*. Esta tem que ser a meta fundamental da nossa atividade legislativa e, sobretudo, orçamentária.

Em último lugar: *"IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"*. Isso sem contar os outros princípios, porque são mais do que regras, princípios atinentes à saúde, à educação, à previdência social ou à seguridade social, ao meio ambiente. Enfim, são princípios que devem ser respeitados.

Assim concluo a minha breve intervenção. E me permito dizer que é extremamente importante que, nesta nova democracia participativa que não — e isso é importante que se sublinhe também — substitui a democracia representativa, abram-se canais para que a cidadania seja ouvida diretamente.

Muito obrigado, Deputado, pela intervenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos, tanto a sua presença quanto a sua explanação, Dr. Ricardo Lewandowski.

Vamos passar a palavra para a Ministra Esther. Antes, porém, eu quero só aproveitar para saudar o Deputado Reimont, a Deputada Daiana Santos, o Deputado Alfredinho e o Deputado Luciano Amaral, que estão conosco também. Obrigado pela presença.

Os demais Deputados, acredito que eu já havia citado anteriormente.

Deputado Pedro Uczai, sim, eu já tinha feito uma saudação anterior, mas é melhor fazê-lo duas vezes — não é, Deputado Pedro?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Obrigado a todos pela presença.

Eu passo, então, a palavra à Ministra Esther Dweck, nossa Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A SRA. MINISTRA ESTHER DWECK - Obrigada, Deputado.

Em primeiro lugar, para mim é uma grande honra estar aqui ao lado do Ministro Lewandowski. Agradeço-lhe o convite, Deputado.

Realmente, o PPA que foi feito este ano... E parabeno aqui os dois que tiveram um papel muito ativo: a Leany, como Secretária de Planejamento; e o Renato Simões, como Secretário de Participação Social que, justamente, fizeram esse PPA bastante participativo.

Aproveitando a fala final do Ministro Lewandowski, quando ele mencionou a abertura de canais diretos para a participação da cidadania, que o poder emana do povo e deve ser exercido pelo povo sempre que possível, acho que esse processo bastante participativo do PPA foi uma maneira de conseguir que tenhamos essa participação direta da população nas determinações de para onde nós vamos.

O Ministro leu os princípios do art. 3º, e, realmente, toda vez que eu releio o art. 3º da Constituição eu sinto grande alegria. Sinto uma grande alegria por perceber que esses, sim, são os grandes princípios fundamentais, mas também observo que temos ainda um longo caminho para conseguir cumpri-los todos: erradicar a pobreza, erradicar as desigualdades, garantir que todos sejam respeitados, evitar qualquer tipo de discriminação. Então, é bom sempre reler isso, e acho que esse tem que ser, realmente, o nosso princípio norteador.

Acho que tanto a Leany quanto o Renato sabem que essas coisas estão lá no PPA e são muito reforçadas. O PPA conversa muito diretamente com esse art. 3º da Constituição.

Eu queria cumprimentar aqui os Deputados presentes. Ao cumprimentar a Deputada Daiana Santos, eu quero cumprimentar todos os Deputados presentes, para não falhar e esquecer um nome. Cumprimento também o Deputado Reimont,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

do Rio de Janeiro, meu Estado. Então, ao cumprimentar o Deputado Reimont e a Deputada Daiana, cumprimento todos os Deputados presentes.

Agradeço a todos a presença porque, realmente, é um prazer poder estar aqui com os senhores.

Agradeço o convite para esta Mesa sobre o Eixo 3 do PPA — Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. A defesa da democracia está em todos nós, todos os Ministros têm isso como uma meta essencial, é uma meta do Presidente Lula. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem um papel muito forte na reconstrução do Estado brasileiro como fortalecimento para a democracia. Quando o Ministro Lewandowski fala que o Estado é essencial para o processo de desenvolvimento, nós compartilhamos totalmente com essa ideia porque, justamente, conforme o Estado provê determinados serviços para a população e garante qualidade de vida para todos os cidadãos, vamos fortalecendo também a democracia. Em geral, infelizmente, na ausência do Estado, percebemos que também há um grande risco para a democracia. Quando ele falha em garantir o mínimo para a população, falha em cuidar da população, falha em dar condições de educação, de saúde, de vida digna, de cultura — o Deputado Amauri bem sabe disso. Precisamos garantir a sobrevivência, mas também esperança para olhar para frente. É uma grande honra estar aqui.

No Ministério, temos feito esse trabalho. Durante o Governo de transição, o Presidente Lula resolveu criar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, justamente por perceber que a área de gestão pública precisava de uma atenção focada. Basicamente, a última vez que a área de gestão pública teve um Ministério focado na discussão de gestão foi na década de 1990, numa visão um pouco distinta de agora, que era um processo de redução do tamanho do Estado brasileiro. Estamos neste momento, talvez, no sentido oposto, não necessariamente de ampliação do Estado, mas de fortalecimento das instituições do Estado brasileiro, com esse espírito democrático. A ideia do Ministério surgiu





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

de um debate sobre a necessidade de reconstrução de alguns instrumentos importantes de apoio ao desenvolvimento. Para que o setor privado e a sociedade civil como um todo possam atuar, é preciso que o Estado esteja funcionando de maneira correta para permitir que todos tenham direito, todos tenham acesso, todos possam usufruir do seu maior potencial, o que, infelizmente, ainda não é garantido a toda a população brasileira. Precisamos fazer um trabalho enorme para isso.

Sem dúvida nenhuma, como eu já disse, nós compartilhamos dessa visão de que o Estado gera valor para a sociedade, ele não é um atraso. Nós temos feito um trabalho muito grande de desmistificar certas visões sobre o Estado brasileiro. Infelizmente, num período muito triste, que foi o da pandemia, mostrou-se a relevância de se ter um Estado capaz de prover determinados serviços à população. E um dos serviços que saiu muito fortalecido, no sentido de mostrar a sua relevância, apesar da necessidade de melhorar, foi o Sistema Único de Saúde.

O Brasil pelo tamanho da sua população, país com mais de 200 milhões de habitantes, tem um Serviço Único de Saúde. Isso realmente é algo do que devemos nos orgulhar e fortalecer, para que possamos ter a qualidade necessária e que todos tenham o atendimento que seja de grande qualidade. Nós sabemos que o SUS ainda não está no seu potencial total, mas já presta um serviço essencial à sociedade brasileira. E são justamente os serviços públicos que garantem uma vida digna.

Para que possamos pensar como fortalecer esses instrumentos do Estado brasileiro para garantir a dignidade e uma qualidade de vida à população, o planejamento é essencial.

Deputado, nesse sentido, quando o senhor fala da importância do planejamento, como é que retomamos isso, eu acho que estarmos aqui discutindo o PPA demonstra a importância que damos ao assunto. O PPA tem um horizonte de 4 anos, tem essa felicidade que está definida na Constituição também de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

começar a ser feito no primeiro ano do mandato, vale por 4 anos e inclui o primeiro ano do mandato seguinte, para tentar manter continuidade no processo de planejamento. O planejamento deve ter essa continuidade, não pode ser algo de um Governo e não olhar para essa perenidade das políticas, porque é isso que vai permitir que atuem no processo de desenvolvimento.

O trabalho que temos feito no Ministério, desde o primeiro momento, foi pensar em como termos um Estado empreendedor. E aqui é bom conceituar o que significa ser empreendedor. Ninguém está dizendo que o Estado brasileiro vai ser necessariamente um Estado produtor. Temos algumas empresas estatais, mas o ser empreendedor é justamente porque, ao contrário do que as pessoas imaginam, o Estado, muitas vezes, é o grande inovador. É ele quem cria as possibilidades de inovação, seja no que diz respeito a serviços públicos, que é conseguir prestar o serviço público de forma diferente, mas também no apoio à grande inovação tecnológica. Essa é uma atividade de altíssimo risco e que precisa de apoio de um ente capaz de correr riscos. E sabemos que quem tem capacidade de correr grandes riscos é o Estado, muito mais do que o setor privado. O setor privado precisa desse apoio para que possa, de fato, usar esse potencial.

O Estado tem que ser o indutor do desenvolvimento. O Presidente Lula fala muito isto: *"Eu quero um Estado indutor do desenvolvimento"*. Ele tem que ter um olhar estratégico. E tudo isso deve ser voltado para a população, para a sociedade. É preciso ter esse olhar. O Estado não é para si mesmo. Ele tem que ter como foco a entrega dos serviços públicos para a população brasileira, para quem habita o Brasil, a fim de que possamos ter essa grande qualidade.

Na área de gestão no Ministério, nós temos três grandes instrumentos importantes. Há toda a área dos servidores públicos. Duas Secretarias, hoje, estão voltadas para a valorização do servidor público. E aí existe outro grande mito também. Houve um processo recente, infelizmente, para tentar demonizar os servidores públicos, no sentido de que eles seriam um problema, de que eles não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

fariam o trabalho direito. Felizmente, nós sabemos que isso não é verdade. Ao contrário, o Estado precisa dos servidores para que funcione. Ele não age sem pessoas, e os servidores têm um papel central nisso.

Nós temos uma parte importante relativa a processos. Duas grandes Secretarias cuidam da inovação na prestação de serviços. Tanto a Secretaria de Gestão e Inovação quanto a Secretaria de Governo Digital têm como grande missão, que está no PPA, o processo de transformação digital do Governo brasileiro. E eu queria chamar a atenção para isso. Nós devemos ter grande preocupação com o processo de inclusão digital. E eu queria fazer uma ressalva para o PPA. O PPA foi uma parceria do Ministério da Gestão com o Ministério do Planejamento e a Secretaria-Geral, que desenvolveu um *software* de participação. Quatro milhões de pessoas contribuíram ativamente para isso, o engajamento é alto. Se nós pensarmos na população brasileira, para o histórico do PPA, foi uma participação muito importante. Mas nós temos certeza de que ele pode ter uma participação ainda maior.

O que nós temos percebido é que há um trabalho muito grande de inclusão digital da população brasileira. Hoje em dia, nós temos uma população com 150 milhões de pessoas que acessam a Internet, mas, muitas vezes, é a partir de planos muito básicos, que dão acesso principalmente às redes sociais. Os próprios serviços do Governo não disponibilizam o serviço de forma gratuita para a população. Então, nós estamos justamente discutindo uma forma de garantir que faremos um processo de inclusão digital, para que essa transformação digital chegue, de fato, à população. Isso aumenta enormemente a capacidade de acesso a serviços, de intervenção direta da população, de participação social. Mas não podemos fazer isso deixando ninguém para trás. Então, temos feito o trabalho nesse sentido.

Temos uma área importante de grandes ativos públicos, sejam as empresas estatais, seja o patrimônio da União. E nós estamos discutindo como utilizar esses ativos em favor da sociedade. Todas as nossas iniciativas estão muito associadas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

a como utilizar esses instrumentos de Estado para aumentar a qualidade dos serviços e as entregas para a população, e garantir uma vida digna.

Algo que está no art. 3º e tem sido a nossa preocupação maior é a redução das desigualdades. Isso está como elemento central do PPA e também na nossa dimensão do Ministério. Nesse processo de reconstrução do Estado brasileiro, o Governo do Presidente Lula conseguiu retomar alguns programas importantes que tiveram papel central na redução da desigualdade e no aumento da cidadania. Uma discussão importantíssima que ocorreu recentemente foi a da retomada da valorização do salário mínimo. Esse foi um dos instrumentos de redução de desigualdade.

Destaco ainda a discussão da retomada do Bolsa Família para além do nome, para o redesenho do programa, com a redução das iniquidades que estavam acontecendo, para que realmente consiga erradicar a pobreza, que é um dos grandes pilares da Constituição. Sem dúvida nenhuma, é algo que precisamos fazer o mais brevemente possível, pois, infelizmente, parte da população brasileira voltou a passar fome. Esperamos que haja a redução desses números, para que as pessoas tenham dignidade básica.

Medida muito importante foi a retomada do controle — e o Ministro trata do meio ambiente — do desmatamento, com redução forte este ano. Esse é um pilar importantíssimo para as futuras gerações. Temos feito um trabalho de fortalecimento das áreas de meio ambiente que estavam muito degradadas, em termos de capacidade de trabalho, e que foram retomadas.

Estamos discutindo programas para frente, como de infraestrutura, de transição ecológica, aquilo que o Ministro Alckmin chama de neoindustrialização. Trata-se da retomada do desenvolvimento produtivo brasileiro, para gerar empregos de qualidade a toda a população e, no âmbito do Ministério, medidas para a transformação do Estado, como eu já comentei.

Temos trabalhado em três áreas principais: gestão de pessoas, processos, incluindo a transformação digital, e ativos, com esse foco. Eu quero reforçar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

alguns elementos importantes do PPA e que têm sido norteadores da nossa atuação. No âmbito de gestão de pessoas, sem dúvida, é a retomada de um diálogo democrático e aberto com os servidores públicos, e a mudança de visão que a sociedade tem sobre a prestação de serviço público.

Nós temos dialogado com os servidores, para tentar desmistificar, de certa maneira, discursos falaciosos. Um deles é que o Estado brasileiro teria um número muito grande de servidores. Quando comparamos o Estado brasileiro com Estados que têm previdência universal, sistema de saúde universal, educação pública de nível básico universal, percebemos que o percentual de servidores — em todas as instâncias, não só federal, mas também estadual e municipal, onde estão os grandes servidores que atuam na área da saúde e da educação — sobre o mercado de trabalho no Brasil é inferior aos países que têm o Estado com a dimensão brasileira. Nós não temos um Estado inchado. Quando procuramos olhar o volume de gastos no Estado brasileiro, por cidadão, ainda é baixo, comparado a países que têm serviços de qualidade mais altos do que o nosso. Há uma série de situações que precisam ser pensadas.

Um trabalho que temos feito na área de gestão de pessoas é aumentar a diversidade dos servidores públicos. Recentemente, fizemos um esforço no processo de seleção de servidores públicos para que eles sejam selecionados no Brasil inteiro e haja a garantia de aplicação da lei de cotas do serviço público de forma correta — percebemos que isso não estava acontecendo. As pessoas que trabalham no Estado devem representar a cara da sociedade brasileira. Nós sabemos muito bem que, quando se amplia a diversidade étnico-racial e de gênero dentro dos serviços públicos, isso muda a forma de ver as políticas públicas, os problemas que são discutidos, tornando o Estado mais atento aos problemas da sociedade. Há um trabalho muito grande não só de valorização dos servidores, mas também de pensar esse processo de seleção de novos servidores.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Falei um pouco sobre o âmbito de processos. Temos feito um trabalho de inovação nas políticas públicas que precisam ser repensadas. Trabalhamos diretamente com os demais Ministérios e em um processo grande de transformação digital. Eu queria destacar uma política que o Presidente Lula tem levantado, desde o primeiro mandato, como algo central para a cidadania brasileira: a carteira de identidade nacional. Essa discussão parece estar afeta apenas à segurança pública, porque sabemos que existe um problema grave, pois uma pessoa pode ter 27 carteiras de identidade diferentes. Isso gera problema de falsificação. O nosso projeto vai muito além da segurança pública, que já é extremamente importante, mas é também um processo de cidadania, de modo que consigamos conhecer os cidadãos brasileiros e pensar políticas públicas para eles.

Temos trabalhado com grande cooperação federativa, para que todos os Estados possam começar a emitir essa nova carteira de identidade. Estamos conversando com os Estados para antecipar o prazo legal de 10 anos, a fim de que, ao longo do mandato do Presidente Lula e dos Governadores atuais, todos os brasileiros obtenham a nova carteira. Assim, conheceremos realmente os cidadãos brasileiros e conseguiremos pensar políticas, diminuindo a dificuldade do cidadão de acessar os serviços públicos. Sabemos que a identificação é um problema social grave. Vamos também fazer busca ativa para que todos os brasileiros tenham identificação e consigamos conhecê-los. Com isso, os nossos cadastros ficarão organizados e não haverá mais problema para a pessoa se cadastrar para determinadas políticas, pois já se conhecem os cidadãos.

Nós temos também trabalhado no sentido de se pensar nos modelos de compras públicas para que eles sejam indutores do desenvolvimento produtivo nacional. Na parte dos ativos, eu queria reforçar um ponto. Há um programa que o Presidente Lula me pediu para dar atenção, desde o início do mandato, e que em breve será lançado, finalmente. É o que temos chamado de Programa de Democratização dos Imóveis da União. Sabemos que o patrimônio da União é





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

muito vasto, espalhado no Brasil inteiro. Há imóveis construídos e desocupados, às vezes, no centro da cidade. Desde o início, o Presidente pediu-me para que tivéssemos um olhar muito atento para isso.

Não pode haver gente sem moradia e nós termos imóveis vazios. Há pessoas morando em áreas de risco, e temos, às vezes, um terreno da União muito próximo a essa área de risco, um terreno seguro, que poderia ser parte do processo de movimento por habitação. Às vezes, temos um imóvel da União que não está sendo utilizado e precisamos de uma unidade de saúde, de mais uma escola, uma creche. Estamos fazendo um trabalho de cooperação federativa, para que possamos acelerar o processo de destinação dos imóveis da União com esse olhar social, de modo que não seja como o processo anterior, que era simplesmente a venda para obtenção de recursos, sem pensar a lógica social.

Dentro do PPA, então, qual é o grande programa do Ministério? É a transformação do Estado para cidadania e desenvolvimento — estamos dentro desse grande programa —, com o objetivo de qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Eu queria justamente terminar com essa fala. O nosso objetivo no Ministério é ampliar a capacidade do Estado de atender a população brasileira, no tamanho que seja correto. Não se trata do aumento do Estado por si. Ao contrário, eventualmente ele pode ser do tamanho que é hoje, mas trabalhando de maneira mais focada nesse processo de atender o cidadão brasileiro, ampliando a diversificação e a diversidade, dentro da administração pública, para que o olhar seja cada vez mais atento a todos os problemas.

Espero que possamos, Ministro, no fim, dizer que cumprimos o art. 3º da Constituição, que conseguimos, de fato, atingir os objetivos postos na nossa Constituição Cidadã!

Muito obrigada, Deputado.

Bom dia a todas e todos. (*Palmas.*)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que agradecemos, Ministra Esther Dweck, a explanação.

Eu quero saudar os colegas Deputados Kiko Celeguim, Helder Salomão, Professora Luciene Cavalcante e Márcio Honaiser, aqui presentes.

Passo agora a palavra para a Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Bom dia a todas e todos.

É um prazer estar aqui mais uma vez, Relator. Muito obrigada por esta oportunidade, por trazer a discussão do PPA, do planejamento e da valorização do planejamento para a Comissão.

No Brasil temos dado muito mais atenção para as urgências do que para as importâncias. Temos discutido muito mais o curto prazo do que o médio e o longo prazo. Temos discutido mais a alocação deficitária, a pressão orçamentária do que aonde queremos chegar e qual transformação queremos fazer. O Plano Plurianual, que é uma lei do ciclo orçamentário previsto na Constituição, tem esse papel.

Então, eu queria agradecer mais uma vez esta oportunidade, porque é assim que vamos fortalecendo e integrando essas peças, para que possam melhor traduzir as políticas públicas.

É um prazer estar ao lado do Ministro Lewandowski e da Ministra Esther, nossa parceira. Tivemos ainda como grande parceiro na elaboração da estratégia o IPEA, que participou das oficinas que fizemos. Foi na ENAP que nós realizamos 125 oficinas, com 4.400 servidores, em 716 horas, para a elaboração dos programas, dos objetivos, das metas, dos indicadores e das entregas que nós temos no PPA 2024-2027.

Obrigada, Ministra Esther, por ter sido essa parceira. A Betânia também foi uma grande parceira. Queremos continuar trabalhando nos próximos anos, para que façamos essas oficinas não só para aperfeiçoar os programas do PPA nas revisões anuais, mas que também possamos oferecer essas oficinas aos entes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

subnacionais, especialmente aos Municípios, para também qualificar o processo de planejamento de todos os entes federativos. É papel do Ministério do Planejamento fazer essa articulação para haver sinergia no planejamento, e também porque as políticas públicas, muitas delas, dependem de uma articulação multinível entre Municípios, Estados e União. Então, essas oficinas vão ser uma oportunidade muito importante.

Agradeço ainda ao meu colega Renato Simões. Nós viajamos o Brasil inteiro, as 27 Capitais, estivemos nos Interconselhos. Juntos, nós analisamos os insumos da plataforma para incorporação pelo PPA. Esse foi um trabalho muito bonito e importante, não é, Renato? Vimos, no Brasil, como as pessoas queriam muito falar e como as pautas identitárias foram importantes. As pautas que normalmente são marginalizadas apareceram. Então, esse processo foi muito importante.

Como sempre, como uma boa técnica, como Secretária de Planejamento, vou apresentar um Power Point. Espero não aborrecer aqueles que estão acompanhando todas as audiências. Esta é a terceira audiência. Então, para alguns que estiveram em todas, talvez o processo seja um pouco repetitivo, mas é sempre importante lembrar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Começamos com a visão de futuro do PPA, que é quase uma tradução do art. 3º da Constituição, tão bem trazido aqui pelo Ministro Lewandowski: *"Um país democrático, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades"*. Essa é a Visão de Futuro 2027. É claro que nem tudo vamos conseguir realizar até 2027, mas as sementes estarão plantadas, o início das ações estará aí.

Para essa visão de futuro, em todo o PPA, temos três camadas de indicadores e metas. Ele todo foi desenhado com métricas para que pudéssemos dizer em resposta: *"É bonita essa visão de futuro, mas como vamos fazer isso?"* Então, todo o PPA traz o operacional até o nível de entrega, até o quilômetro pavimentado, até o poço artesanal, até a agricultura familiar, até o livro distribuído,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

até a merenda distribuída, que são formas, todas elas, de as políticas públicas entregarem essa visão de futuro.

Essa visão de futuro divide-se em três eixos. Hoje nós vamos falar do terceiro eixo, mas já houve uma audiência pública aqui sobre o Eixo 1, com o tema *Desenvolvimento social e garantia de direitos*, em que está incluída a educação, a saúde, o saneamento, a moradia, uma série de políticas sociais. Temos, salvo engano, 45 programas nesse eixo social, dos 88 programas que constam no PPA. São 13 objetivos estratégicos e 31 indicadores-chave nacionais e suas metas.

O Eixo 2, que discutimos na última audiência, na semana passada, tem como tema *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática*. Aqui, falamos de ambiente de negócios, de logística, de infraestrutura, de crédito, de todas aquelas ações relacionadas a desenvolvimento econômico, e sobre como criar as condições para um desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental e climática.

O Eixo 3, de que vamos falar um pouco mais hoje, tem como tema *Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania*, com sete objetivos estratégicos e oito indicadores-chave e suas metas. Esse é o eixo da capacidade do Estado como meio para o atingimento das metas. Então, temos uma série de programas dos Ministérios, aqueles conhecidos como Ministérios da área meio, que provêm as condições para que os demais entreguem. Estão incluídos aí o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão e Inovação, o Ministério das Relações Exteriores, toda a nossa relação internacional, cooperação internacional, atendimento aos brasileiros que vivem fora do País, a Presidência da República, a Casa Civil, o Ministério da Defesa. Todos estão nesse terceiro eixo.

Aqui são alguns indicadores-chave nacionais, para acompanharmos a transformação na direção dessa visão de futuro: a redução da taxa de pobreza; a razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres; o Produto Interno Bruto *per capita*; a taxa de desemprego; a emissão de gases de efeito





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

estufa; o desmatamento na Amazônia; o rendimento domiciliar *per capita* nas grandes regiões. Esses são 7 de 69 indicadores-chave nacionais que medem impacto, medem resultado. Eles não estão voltados para o processo, para o esforço do Governo. Eles estão voltados para a transformação. Vamos utilizar um sistema de bandas: um piso inferior, um piso superior. Isso já está no projeto de lei no Congresso Nacional. Obviamente, queremos sempre o melhor resultado, mas incertezas acontecem. Então, resolvemos trabalhar no regime de bandas.

Lembro que o PPA traz a orçamentação, não a dívida, não encargos. Aquilo que vem nos orçamentos para os próximos 4 anos está nos programas do PPA orçamentário e não orçamentário. Isso é muito importante, porque, fora do orçamento, ainda há subsídios creditícios, subsídios tributários e o crédito, que são como essas políticas públicas são financiadas. No total, nós temos 13,3 trilhões de reais, ao longo de 4 anos, sendo que 8,9 trilhões de reais são orçamentários e 3,9 trilhões de reais são não orçamentários; e 566 bilhões de reais representam investimento das estatais.

Aqui estão os três eixos. Então, como eu disse, o Eixo 3 traz: democracia e cidadania; participação social; liberdade de imprensa como valor democrático; transparência; prevenção e combate à corrupção; recuperação do planejamento com participação social; transformação e inclusão digital; fortalecimento do pacto federativo; cooperação internacional e integração regional; e soberania nacional.

Também estamos trabalhando com indicadores e metas. Sempre trazemos uma apresentação grande, porque fica à disposição na Internet para os Deputados e para todos aqueles e aquelas que queiram acessá-la e estejam nos acompanhando presencialmente ou *on-line*.

Aqui apresento a alocação de recursos orçamentários entre 2024 e 2027. Aqui temos programas. Os senhores podem ver que a Defesa Nacional é, de fato, o maior programa desse eixo, mas, além disso, temos outros programas, como: assistência a brasileiros no exterior; defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas; transparência; cooperação da defesa; comunicação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

pública; e outros programas também. Embora seja da área meio, o foco é no valor gerado para a sociedade. Então, se os senhores puderem ler os objetivos estratégicos e as entregas, é meio que olhando para aquilo que impacta a sociedade como um todo.

Eu não vou ler toda a apresentação, porque acaba tomando muito tempo, mas ela está à disposição de todos no *site* da Câmara. Todo o material também está à disposição no *site* do Ministério do Planejamento: a peça como um todo, a mensagem presidencial, os anexos.

Quero, mais uma vez, agradecer, Relator, toda a parceria que nós temos tido e a valorização de todo este processo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que lhe agradecemos. Vamos continuar conversando, não é, Leany?

Quero saudar a Deputada Adriana Ventura e agradecer-lhe a presença.

A Ministra Esther Dweck precisa se ausentar. S.Exa. tem um compromisso, e nós já havíamos conversado sobre isso. Eu quero agradecer imensamente a V.Exa. a presença aqui, porque ajudou na coordenação da elaboração do PPA. Obrigado, Ministra!

Vou convidar para substituí-la na Mesa o Sr. José Celso Pereira Cardoso Junior, que é o Secretário de Gestão de Pessoas. (*Palmas.*)

Passamos imediatamente a palavra ao representante da Secretaria-Geral do Governo, Sr. Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência, que já foi nosso colega na Casa, e será sempre colega, como Deputado Federal.

O Sr. Renato Simões está com a palavra.

O SR. RENATO SIMÕES - Obrigado, Deputado Bohn Gass, pelo convite! Trago um abraço do Ministro Márcio Macedo a V.Exa. e o apreço dele pela sua participação no PPA Participativo. Desde a designação como Relator, V.Exa. se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

incorporou à caravana de audiências públicas estaduais e se tornou um Relator com a marca da participação, desde antes da elaboração do projeto de lei.

Eu quero cumprimentar o Ministro Ricardo Lewandowski. É uma alegria poder ouvi-lo! Cumprimento o José Celso e a Leany, nossos colegas de Governo, e todos os Deputados e as Deputadas presentes nesta Comissão, que tem a tarefa de concretizar o desafio que o Ministro Lewandowski nos coloca da participação social no ciclo orçamentário.

O PPA abre o ciclo orçamentário do Governo e orienta as prioridades, as metas e os objetivos nos próximos 4 anos. Por isso, ele se transformou em peça política fundamental e estruturante da participação social no País. E eu destacaria três dimensões importantes. O PPA nos deu a arquitetura deste novo Governo. Nós tivemos, e foi muito importante, esta Casa referendou, a medida provisória de reorganização dos Ministérios. Mas Ministério sem programa, sem ações orçamentárias, sem metas, sem indicadores não concretiza um Governo. Por isso a importância de o PPA ter sido feito da forma como foi, porque envolveu o conjunto do Governo e procurou envolver o conjunto da sociedade na construção do Brasil que nós queremos entregar ao final de 4 anos de Governo. Ele deve ter como eixo a reconstrução da capacidade de planejar, porque até dezembro do ano passado não havia um Ministério dedicado ao planejamento das ações do Estado brasileiro e do Governo, em particular, e da participação social, que também foi banida das preocupações do Governo anterior. Planejar com participação social foi o mote fundamental desse PPA. Ele reorganiza as ações do Governo e submete essa visão de futuro, metas, objetivos e indicadores a um debate amplo com a sociedade brasileira.

O segundo elemento importante do PPA é que ele permitiu a reconstrução de três instrumentos fundamentais de participação social no País. Primeiro, ele foi indutor, através da retomada do Fórum Interconselhos, da reconstrução dos conselhos nacionais. Muitos deles tiveram que sobreviver, nos últimos 4 anos, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que impediu um decreto presidencial





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

que acabava com a participação social no País. Graças ao Supremo Tribunal Federal, a mutilação à vida nos conselhos nacionais, no processo de conferências e de outras instâncias, e nos mecanismos de participação social não chegou às últimas consequências, conforme pretendido pelo Governo anterior.

Nós iniciamos o processo do PPA em abril, com o primeiro Fórum Interconselhos, com 20 conselhos reconstruídos, e terminamos com 36 conselhos reconstruídos, todos eles dialogando com seus Ministérios e as equipes de planejamento sobre o PPA. Vamos chegar ao fim do ano com mais de 40 conselhos nacionais recompostos.

Esse é um saldo importante da reconstrução. Foram três edições do Fórum Interconselhos que ajudaram a reorganizar a instância de participação fundamental. Além disso, ela nos deu a plataforma digital para incorporar novos sujeitos de participação. E agradeço, aqui, ao José Celso, a parceria importante que tivemos com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, porque a grande inovação na gestão do Estado brasileiro é a participação social. Ela amplia a democracia no processo de prestação do serviço público. Esse foi um elemento que envolveu não só a alta direção do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, mas também a DATAPREV, a ENAP, a Secretaria de Governo Digital e outras instâncias que nos desenharam uma plataforma, que hoje está no Gov.br, para todas as funcionalidades da participação social, mas que foi aberta pelo PPA. Houve o acesso de 4 milhões de pessoas, 1,5 milhão de participantes e votantes, e mais de 8 mil propostas, que foram respondidas pelo Governo, não só incorporando, em alto grau, as propostas mais votadas na plataforma digital que eram do escopo do PPA, mas também criando uma agenda política das propostas votadas que não tinham relação com o escopo do PPA.

Essa agenda política está em curso nos Ministérios, com supervisão da Secretaria-Geral, o que mostra que a participação teve efetividade, porque 75% das propostas mais votadas, as que eram do escopo do PPA, foram assumidas pelas equipes dos Ministérios e consolidadas pelo Planejamento como um legado





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

importante dessa cultura da participação que depende de efetividade. Ninguém participa só pela vontade de participar, ainda que os eventos tenham sido massivos. Havia 34 mil pessoas participando das plenárias presenciais lideradas pelo Ministro Márcio Macêdo e pela Ministra Simone Tebet, mas a credibilidade do sistema de participação social depende da incorporação dessa participação ao planejamento e ao executar a política pública. Esse foi o segundo ganho.

O terceiro ganho é que ele tirou a participação social da clandestinidade, Ministro, e transformou a democracia em eixo fundamental do Estado brasileiro nas prioridades do Governo para os próximos 4 anos.

Então, há 4 anos, para quem enfrentou o gesto simbólico de extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão que foi fundamental desde o Governo Itamar Franco para conduzir o Brasil para fora do Mapa da Fome, acabar com o CONSEA foi um símbolo do Governo anterior para dizer que não haveria participação social. E a reconstrução do CONSEA — que começou com sua recondução e termina em dezembro, com a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Plano Brasil Sem Fome, cujo objetivo é erradicar a fome do Brasil novamente, tirá-lo do Mapa da Fome — significa que nós temos hoje, dentro do PPA, uma institucionalidade da democracia como meta de Governo e a democracia participativa como elemento central do desenvolvimento democrático do País. Por quê? Porque é preciso ter coerência no ordenamento institucional brasileiro com o princípio constitucional da democracia participativa. E nisso eu referencio a fala do Ministro Lewandowski.

Eu me lembro, Ministro, no ano em que V.Exa. foi escolhido para ser Ministro do Supremo, de que eu tive aulas com V.Exa. no primeiro curso de pós-graduação da USP, de Direitos Humanos, com constitucionalistas do calibre do Comparato, do Dalmo Dallari, da Maria Victória Benevides e de V.Exa. Tive a oportunidade de acompanhar a fala de V.Exa. na homenagem que a Escola Nacional Florestan Fernandes lhe fez. Eu estava comparando o que V.Exa. falou agora, depois de ter se retirado da Corte, com uma brilhante trajetória, e aquelas aulas que V.Exa. nos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

dava. Há nisso um princípio de coerência, que V.Exa. tão bem conduziu também na sua ação no Supremo, que o Estado brasileiro não acompanhou, porque o princípio constitucional da democracia participativa está lá, mas os instrumentos da democracia participativa estão sub-representados no ordenamento institucional brasileiro e geraram, inclusive, crises de governabilidade no último Governo democrático eleito da Presidenta Dilma.

É preciso reconhecer que, ao colocar o tema da democracia como eixo central do PPA e o primeiro objetivo estratégico desse eixo ser a ampliação da democracia participativa, a transparência, o controle social, nós estamos iniciando pelo PPA a reconstrução da institucionalidade legal do sistema de participação social. E esse é um ganho que eu espero que o Congresso Nacional reafirme ao votar o projeto e transformá-lo em lei, porque, a partir daí, nós vamos enfrentar o desafio de dar os passos seguintes, tanto no ciclo orçamentário, porque nós vamos ter o debate da LDO e da LOA no ano seguinte já com base nesse PPA Participativo, transformado em lei pelo Congresso Nacional, como também nas outras instâncias e mecanismos de participação social que precisam desse amparo. Se o Conselho Nacional de Saúde não foi extinto, porque tinha a base legal, muitos conselhos foram extintos porque estavam baseados precariamente em decretos presidenciais que não se sustentaram com a mudança da orientação política do Governo.

Nesse sentido, vou concluir dizendo que o PPA Participativo é um instrumento muito denso. Eu acompanhei, como Assessor de Participação Social, no Governo Dilma, o último PPA que teve participação social. Não se compara a participação pela qualidade da participação e pela efetividade da resposta governamental desse PPA com os PPAs anteriores, mesmo considerando os PPAs dos Governos Lula e Dilma. E essa carga, essa densidade é que justifica esse empenho de V.Exa. como Relator, Deputado Bohn Gass, em trazer a discussão do Orçamento e do PPA para a Comissão Mista de Orçamento, reconhecendo que o Congresso Nacional só qualifica sua atuação quando há





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

participação social no Governo. Ela não se contrapõe às prerrogativas do Congresso Nacional. Ela confere densidade e qualidade às peças que o Governo encaminha ao Congresso, para fazer com que o Congresso possa fazer melhor o trabalho dele, que é apreciar e deliberar, sobretudo, o que foi produzido.

Isso poderia ter sido feito com entrevistas com os Ministros e aquelas consultas todas. Seria já um belo PPA com esse método interno ao Governo, mas foram trazidos os anseios e as aspirações de mais de 400 organizações. V.Exa., Ministro, falou das associações, das cooperativas, exemplificando titulares do processo participativo. Nas plenárias do PPA Participativo, no mínimo dez entidades foram escolhidas em processo participativo que envolveu dezenas de entidades em cada Estado para verbalizar, nas plenárias estaduais, os anseios da sociedade civil daquele Estado. E, mais, trouxe atividades autogestionadas em que qualquer mandato, qualquer associação, qualquer entidade podia discutir o PPA e colocar na plataforma digital suas propostas para serem votadas no plano nacional.

É justamente por isso que nós e o Governo do Presidente Lula demos tanta importância ao instrumento do PPA, que não é obra nem do Planejamento nem da Secretaria-Geral, mas de todo um Governo participativo, que está em reconstrução para, em 2024, darmos novos passos, como diz o PPA em seu objetivo, na reconstrução, na ampliação e no aprofundamento da participação social e da democracia. Reconstruir é o que nós fizemos em 2023. Em 2024 e seguintes, vêm aí a ampliação e o aprofundamento da participação e da democracia.

Obrigado, Deputado. Obrigado a todos que nos acompanharam. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sr. Renato Simões.

Eu quero fazer uma saudação à sempre Senadora Ana Amélia Lemos, que está conosco. Obrigado pela presença.

Quero agradecer também aos demais Deputados a presença.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Nós abrimos agora a rodada de inscrições dos Parlamentares.

O primeiro inscrito é o Deputado Helder Salomão.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Quero saudar o Deputado Bohn Gass, Relator do PPA, e parabenizá-lo pela condução democrática e participativa. Um PPA participativo não pode ter um Relator que não possibilite a participação da sociedade. Então, parabéns!

Ao saudá-lo, quero cumprimentar os meus colegas Parlamentares aqui presentes, assim como saudar o professor e sempre Ministro Lewandowski. Estendo ainda a saudação a todos os membros da Mesa, para encurtar a minha fala.

Em 2019, quando o Governo anterior assumiu, eu presidia a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. Tomamos nossa primeira atitude após a edição do decreto que tinha e teve como objetivo limitar a participação e o controle social no País, com a extinção de muitos conselhos e a criação de mecanismos para dificultar o funcionamento de outros. E aí é preciso registrar mais uma vez o importante posicionamento do Supremo Tribunal Federal para evitar que muitos conselhos deixassem de existir. Ficou evidente um ataque frontal à democracia participativa, ao exercício da cidadania.

Eu sempre gosto de lembrar, Deputado Bohn Gass, que a palavra "política" vem do vocábulo grego "*pólis*". Portanto, política tem a ver com a cidade. E a palavra "cidadania" vem de outra língua, do latim, da palavra "*civitas*", que também significa "cidade". Então, vejam que a palavra "política" veio da palavra "cidade" do grego, e a palavra "cidadania" vem do latim, da palavra "*civitas*", "cidade". Portanto, não há como falar de cidade sem falar da política, e não há como falar da política sem falar da cidade; não há como falar de democracia sem falar de cidadania, e não há como falar de cidadania em um regime que não é democrático.

Eu digo isso para enfatizar a importância do momento que nós estamos vivendo. Ontem fez 1 ano da vitória do Presidente Lula — 1 ano! —, e eu fiz





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

questão de registrar isso na tribuna da Casa. Há 1 ano, nós tivemos a vitória, a retomada e a possibilidade de avançarmos para uma sociedade cada vez democrática, visto que nós estávamos em um processo de aprofundamento do autoritarismo no Brasil.

Esse PPA, que nós chamamos de participativo, é uma expressão desse novo momento, com a possibilidade de a sociedade ser beneficiada pelos serviços públicos, pelas políticas públicas — que sempre têm que buscar os critérios da sustentabilidade, da inclusão, da geração de oportunidades —, e, ao mesmo tempo, além de ser beneficiária, ser coadjuvante ou protagonista no processo de construção das políticas públicas.

Então, construir o PPA de maneira participativa é empoderar a sociedade brasileira, fortalecer a democracia e garantir que nós tenhamos uma peça orçamentária que não apenas represente aquilo que pensa o Presidente da República e sua equipe, mas o que pensa uma parcela organizada e representativa da sociedade brasileira. Isso nos leva a ampliar o conceito de cidadania, para que ela não seja meramente representativa e tenha um conteúdo cada vez maior de participação social.

Portanto, parabéns ao Relator e parabéns ao Governo pela iniciativa, especialmente à Secretaria-Geral, com o sempre Deputado que nos orgulha muito e que, aliás, presidiu a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Eu fico muito feliz com esse momento, além de muito esperançoso e confiante no presente e no futuro do Brasil.

Sabemos que temos muitos desafios, mas, certamente, esse movimento empodera o povo brasileiro e é um marco importante para retomarmos e aprofundarmos a construção da democracia no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Helder Salomão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

A participação ocorre em todos os momentos. Eu participei de inúmeras audiências para receber entidades, além das que ocorrem aqui.

Eu quero só fazer o registro da presença de duas entidades. A Mara Feltes representa o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nós já fizemos uma reunião específica com um grupo de mulheres, e, na ocasião, eu era Relator. E quero saudar também a Vanessa Negri, que, no Ministério do Meio Ambiente, atua na coordenação do tema da biodiversidade e dos direitos dos animais, e tem uma boa organização na sociedade. Eu quero agradecer a presença das senhoras neste momento. *(Palmas.)*

Nós vamos continuar em um debate profícuo, vamos dizer assim, com as entidades da sociedade para que esse PPA realmente continue a ser participativo.

Tem a palavra o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizá-los e dizer que me alegra muito ouvir as falas do Renato, do Ministro Lewandowski, da Ministra. Eu, como servidor público concursado — sou auditor da Receita —, fico muito satisfeito com essa nova visão que o Governo tem, inclusive na seleção de servidores.

O Ministro foi magistrado, e a magistratura já avançava um pouco mais, porque era necessário fazer a prova escrita e a de títulos, e não só as provas objetivas. As provas objetivas empobrecem muito a seleção, induzem à decoreba e outros tipos de mecanismos. Então, eu quero parabenizá-lo por essa nova visão. Parabenizo ainda o Renato. Ele tem tradição de fazer escuta e construção participativa.

Parabenizo V.Exa., Deputado Bohn Gass, e quero dizer que este é o momento de nós retomarmos a democracia participativa no Parlamento. Nós temos que induzir o Parlamento a fazer emendas participativas. Se não estou enganado, quando o Deputado Arlindo foi Relator da LDO, nós tivemos emendas participativas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Eu tive experiências interessantes nas Câmaras de Vereadores, escutando a sociedade para fazer as emendas ao PLOA. Eu acho que temos que fazer isso, e fazer, inclusive, nas emendas individuais, que, para mim, são uma deformação em termos de planejamento. Então, devemos aperfeiçoá-las com a participação popular.

Eu quero aproveitar a presença de todos os Parlamentares para fazer um apelo. Nós queremos, hoje, que a Câmara dos Deputados coloque em pauta a prorrogação da Lei Paulo Gustavo. Nós temos todos os entes federativos envolvidos: Municípios, Estados e Distrito Federal, e nós estamos construindo a cultura e fortalecendo os mecanismos de participação popular, Renato e Deputado Bohn Gass.

Nós faremos a Conferência Nacional de Cultura entre os dias 4 a 8 de março de 2024. Já estamos fazendo as conferências municipais e estaduais e faremos a nacional. Convidamos todos a participarem.

A Lei Paulo Gustavo e a execução da Lei Aldir Blanc 2 já induzem a isso. Os Municípios só receberão recursos se tiverem um plano de cultura feito participativamente. E, a partir de 2024, só receberão recursos se tiverem um fundo de cultura.

Nós queremos estruturar a cultura com participação popular, como é o SUS. Nós estamos nos inspirando no SUS e estamos fortalecendo os mecanismos de participação popular, baseando-nos, é claro, nas diretrizes do Presidente Lula, da Secretaria-Geral, do Ministério do Planejamento e do Ministério da Gestão.

Nós, da Cultura, estamos nessa sinergia e queremos fazer esse apelo, pois há uma série de peças legislativas importantes para serem aprovadas aqui, para estruturarmos um sistema de cultura participativo, democrático, que venha a ter, realmente, junto com o SUS, um papel fundamental na higidez mental e física da população, porque saúde não se trata só de política de cura; saúde é, acima de tudo, política de prevenção. E a cultura promove também, além da saúde, a economia. *(Palmas.)*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, sempre Deputado Amauri Teixeira.

Quero saudar, mais uma vez, a presença do Luciano Amaral.

A palavra está franqueada aos Parlamentares. *(Pausa.)*

Não havendo mais ninguém que queira fazer o uso da palavra, quero insistir muito na escolha que nós fizemos. Eu quero agradecer aos meus colegas Parlamentares que compreenderam a sugestão que eu apresentei aqui e aprovaram por unanimidade essa ideia de aprofundamento dos eixos.

Eu sempre faço o registro de que, quando debatemos o orçamento especificamente, e cada comunidade, cada Estado, cada Município, cada corporação vem aqui e faz a sua mobilização em torno do orçamento anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, isso é muito legítimo. Mas, por não termos uma cultura de planejamento, de previsibilidade, de pensar o futuro, o PPA está um pouco mais distante da população.

É exatamente a partir dessa constatação que eu insisti muito para que fizéssemos o aprofundamento dos debates que vão ficar aqui disponibilizados na CMO. Ou seja, todos os documentos, todas as palestras que foram apresentadas, as contribuições feitas pelas pessoas que participaram dos três grandes seminários de aprofundamento, estão disponíveis.

Mais do que isso, nós estamos estimulando, por meio das redes e dos meios de comunicação virtual que estão sendo usados neste momento e das nossas falas no plenário... Eu tenho usado reiteradamente o plenário e a tribuna para falar disso também.

Na verdade, eu quero ser um propagandista da ideia da cultura de planejamento, e planejamento com a participação popular. A palavra “povo” não pode estar presente apenas no *marketing* e no discurso político, quando vamos para a campanha. Quando político vai fazer campanha, o que ele mais diz é a palavra “povo”. Ele fala em povo para lá, em povo para cá, abraça o povo e diz: *“Vamos ouvir o povo, vamos fazer pelo povo”*.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Na Constituição, Ministro, colegas Deputados e integrantes da Mesa, a palavra “povo” está presente. E o Lula diz que quer o povo no orçamento, quer o povo na economia, quer o povo presente em conselhos, durante todo o período da convivência da cidadania nas nossas cidades. Isso é participação popular. É essa a ideia que me nutre de fato.

Quando eu assumi a Relatoria, por indicação dos colegas da Comissão que foi referenciada aqui no Congresso Nacional, foi exatamente com esse espírito. Se nós pudermos criar uma cultura de planejamento... Como isso vai ser eu não sei. É o povo que vai decidir. Isso é um processo. Paulo Freire dizia que nós estamos num processo.

Eu já vou conceder a palavra aos nossos convidados para as considerações finais, mas eu quero destacar algo do planejamento do PPA. Quando comecei o relatório, eu ouvi uma matéria jornalística na qual a imprensa dizia que, do PPA de 4 anos atrás, apenas 18% de tal item foram cumpridos e do outro objetivo "x" do PPA de 4 anos atrás foram cumpridos 25%.

Ministro Lewandowski, todos os indicadores apresentados naquela matéria jornalística que eu vi apontavam menos de 30% de cumprimento das metas.

O que está acontecendo neste momento? Há metas, indicadores e parâmetros de avaliação com métricas que vão passar por, pelo menos, três lugares: pelo próprio Governo, que tem um sistema interno de monitoramento; pelo Parlamento, porque nós vamos continuar acompanhando, talvez, de forma diferente do que se fez em outros momentos, porque vamos incluir, a partir deste debate que estamos fazendo, mecanismos para que o Parlamento, a cada ano, receba os indicadores do Governo e possa interagir, como Parlamento, sobre as metas que são apresentadas, porque nós queremos, por exemplo, tirar o Brasil do Mapa da Fome, queremos diminuir o desmatamento, queremos ter mais participação, queremos o SUS funcionando, queremos obras pelo PAC e mais um conjunto de atividades que estão anunciadas. As obras não podem ficar anunciadas ao léu. Elas precisam ser implementadas. A economia precisa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

crescer. E para isso é preciso ter orçamento. Então, há todo um debate que nós vamos fazer para avaliação do planejamento, no Governo, no Congresso e na sociedade.

A partir da interação com a sociedade, que vai avançar, como foi dito aqui, inclusive com mais profundidade no orçamento, anualmente, de forma participativa, não poderemos dizer que tal meta não foi cumprida daqui a 4 anos, Deputado Helder. Ela só não será cumprida se nós não assumirmos a nossa parte como cidadãos e cidadãs. Essa é uma convocação social.

Desculpe-me se me estendi um pouco nessa reflexão, mas às vezes é necessário dizer o óbvio e o que de fato pensamos. Esta é uma cultura de participação, o que, como eu disse no início, só a democracia nos permite. Então, vamos ser democráticos para de fato colocarmos estacas e impedimentos para que a democracia nunca mais se feche neste País. Essa é a nossa questão. *(Palmas.)*

Que eventos como os do dia 8 de janeiro desapareçam e que tenhamos sempre estacas firmes para que a porta da democracia fique escancaradamente aberta, e o povo possa efetivamente participar sempre das decisões. Aí então nós estaremos cotejando as diferenças, que são normais numa sociedade, permitindo que elas existam, e não eliminando quem pensa de forma diferente, como infelizmente o fascismo faz.

Essa ideia e esse terceiro eixo, para mim, são tão importantes quanto os demais, mas ele se sobrepõe aos demais no sentido de trabalharmos a amplitude da nossa Constituição. Por isso, o Ministro Lewandowski sempre anda com a Constituição. Sei que ela está na sua memória, não é? Mas pela simbologia dela é importante ela estar presente hoje aqui.

Devolveremos agora a palavra aos integrantes da Mesa.

Podemos ouvi-los agora na ordem inversa, para depois fazermos o encerramento? Pode ser dessa forma? Cada um terá de 3 a 5 minutos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Tem a palavra o Sr. José Celso Pereira Cardoso Junior, que não fez ainda suas considerações e representa aqui a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Obrigado pela presença.

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR - Bom dia a todos e a todas.

Quero só reforçar aqui o abraço da Ministra Esther Dweck, agradecer-lhes o convite, reafirmar que o Ministério da Gestão está sempre à disposição para o debate e o diálogo com a sociedade e com os Parlamentares e dizer que seguimos junto com o restante do Governo na construção de um Estado mais justo, igualitário, soberano e sustentável. Estamos à disposição.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos.

Eu preciso registrar também a presença do Deputado Benes Leocádio, que está no fundo do auditório nos acompanhando. Obrigado pela presença no debate do dia de hoje.

A FASUBRA — Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil está nos acompanhando aqui, por meio da Coordenação de Comunicação Jurídica de Carreira e da Coordenação de Aposentados. Agradeço a presença à FASUBRA, que também está nos ajudando neste debate.

Tem a palavra o Sr. Renato Simões.

O SR. RENATO SIMÕES - Eu queria agradecer, Deputado Bohn Gass, novamente pela parceria importante do Parlamento com o Governo para patrocinar a participação social e registrar que, de 2017 a 2022, durante esses 6 anos de sombras, nós tivemos 11 conferências nacionais realizadas no País, fruto da resistência desses conselhos, que também convocaram reuniões.

Imagine que todo santo dia, em plena estratégia genocida da pandemia, tínhamos o alento da fala do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, orientando as pessoas dentro das diretrizes da Organização Mundial da Saúde e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

das diretrizes da comunidade científica brasileira, enquanto nós tínhamos orientação no Governo de associação com o vírus para promover a dizimação da população brasileira. Esse alento fez com que a Conferência Nacional de Saúde deste ano tenha sido convocada no Governo anterior, pelo Conselho Nacional de Saúde, marcando a retomada do ciclo de conferências nacionais.

Houve 11 conferências em 6 anos, mas nós já temos, no primeiro ano deste Governo do Presidente Lula, a convocação de 17 conferências nacionais, o que é coerente com a nossa trajetória. No primeiro mandato do Presidente Lula, houve 36 conferências nacionais. Nós estamos terminando o processo de 5 delas este ano, já com as etapas municipais abertas, e outras 12 se iniciarão no primeiro semestre para serem concluídas até julho do ano que vem, evitando-se o período eleitoral mais próximo, para que possamos retomar as conferências municipais depois das eleições municipais do ano que vem.

Nós buscamos, nesse processo de reconstrução, aprofundar essa questão e enraizá-la do ponto de vista federativo nos territórios, para que a participação social também possa se converter em participação popular, na forma de conselhos. Repito aqui a experiência da nossa primeira grande conferência da saúde, que colocou o seguinte objetivo, Ministro: há 44 mil unidades básicas de saúde no País, mas apenas mil têm conselhos locais de saúde, apesar de o SUS ser, como disse o ex-Deputado Amauri Teixeira, uma referência na participação social de cima a baixo. Esse desafio de interiorizar essa questão no País, levar os territórios à participação, formar conselheiros e conselheiras locais e permitir que a plataforma digital integre toda essa rede de participação nos territórios é o nosso grande objetivo para o ano que vem, graças a esse programa que nós esperamos seja aprovado pelo Congresso Nacional e possa receber também, como nós distribuímos aos Parlamentares aqui presentes, o objeto do investimento das emendas parlamentares para a promoção da participação social com a educação popular nos territórios. Como eu disse, a aprovação desse marco institucional pelo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Congresso Nacional neste ano vai nos abrir portas para muitas outras experiências de consolidação da democracia participativa no País.

Obrigado, Deputado. Ficamos à disposição de V.Exa., como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Renato Simões.

Quero saudar a Deputada Federal Ivoneide Caetano, da Bahia. Obrigado pela presença.

Passo a palavra para a Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, mais uma vez, Deputado Bohn Gass, pelo espaço e pelo apoio de sempre.

Eu gostei muito da frase do meu colega Renato de que demos arquitetura ao Governo. Nós sempre usamos a metáfora da carta náutica. É um pouco como os gregos: o Estado é o barco, e o planejamento diz como se guiar rumo a um destino desejado, rumo ao progresso. Mas eu gostei muito também da metáfora da arquitetura, porque, de fato, nesse processo inicial de elaboração do PPA, nós vimos muita desestruturação. Muitas políticas tinham sido descontinuadas, muitas instituições, muitos órgãos tinham sido descontinuados. Ao mesmo tempo que iniciávamos o processo de planejamento, nós ajudávamos os novos Ministérios e as áreas novas a se estruturarem. Então, eu achei interessante a metáfora, porque também expressa esse esforço que foi feito de erguer de fato uma estrutura para que os Ministérios pudessem pensar.

Planejar é usar, é transformar, é trazer os insumos para essa transformação. Nós não planejamos para ficar no mesmo lugar, nós planejamos para mudar. Então, eu acho que o papel deste PLN 28 aqui no Congresso é mostrar para onde estamos indo e como queremos a mudança: com grandes inovações, como o estabelecimento de prioridades na minuta da lei, em que trazemos o combate à fome, a redução de desigualdades, a educação básica, a saúde básica





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

especializada, o novo PAC, a neointustrialização, a agenda de combate ao desmatamento e o enfrentamento da mudança climática.

Com as inovações e com as transversalidades na minuta da lei, nós passamos a discutir as políticas públicas complexas a partir dos seus públicos também, porque são políticas que precisam de um olhar não setorial, precisam de um olhar por todo o Governo. É o caso das políticas de mulheres, de crianças e adolescentes, de igualdade racial, de povos indígenas e da agenda ambiental.

Então, essas inovações do PPA, ao mesmo tempo que ocorre a grande inovação de participação social da forma como foi realizada, acho que são importantes legados desse processo, que, como disse o Deputado Bohn Gass, ainda deverá ser coroado também com a participação num sistema de monitoramento e avaliação que, além de todo o processo que deverá ser feito com a sociedade diretamente, também está previsto na minuta da lei que seja feito por um observatório com a participação da sociedade civil, do setor produtivo e da academia.

Com isso eu encerro, Deputado e prestigiosos colegas de Mesa, agradecendo às pessoas que nos ajudaram nesse esforço enorme de 8 meses. As instituições são importantes, mas eu aprendo — eu sou institucionalista de formação — cada vez mais sobre a importância das lideranças e das pessoas. E como foi importante ter pessoas de visão em todo esse processo.

Quero agradecer também o apoio à equipe que está aqui: nossos diretores e alguns coordenadores. Nós passamos muitos fins de semana e viramos muitas noites para darmos conta desse serviço que consideramos de entrega para o Brasil.

Obrigada, mais uma vez, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu é que agradeço. Valorizo muito esse trabalho, Leany.

A fala inicial foi do Ministro Ricardo Lewandowski. Vamos ouvi-lo também, com muita honra, no encerramento desta audiência.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Tem a palavra o Ministro Ricardo Lewandowski.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI - Agradeço mais uma vez o prestigioso convite que me foi feito pelo Deputado Bohn Gass. Parabenizo-o pela iniciativa de realizar essas audiências públicas, sobretudo em torno desses três eixos temáticos, que são extremamente importantes e que giram, em suma, em torno da democracia.

Agradeço a presença aos Parlamentares e às senhoras e aos senhores que nos honram também com sua participação.

Eu quero dizer que a democracia depende de alguns requisitos fundamentais. Ela exige plena liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de associação, enfim, liberdade de dissentir, de manifestar um pensamento divergente, o que é próprio da democracia. Mas, para que isso ocorra, é preciso que nós vivamos num ambiente de distensão, num ambiente de respeito ao próximo, de respeito ao diferente. Isso só é possível num ambiente onde as liberdades vicejem plenamente. E, claro, a democracia não pode prosperar num ambiente autoritário.

Olhando retrospectivamente para o passado recente, em que as nossas instituições democráticas e republicanas correram gravíssimo risco, eu só posso imaginar que talvez a nossa sociedade estivesse adormecida, amortecida e pouco atenta para o perigo que corria.

Por isso, eu gostaria de encerrar a minha fala com uma frase que é atribuída a Thomas Jefferson, mas, pelo que me parece, é válida para todos os tempos: "*O preço da liberdade é a eterna vigilância*".

Termino, Deputado Bohn Gass, dizendo: sejamos vigilantes, permaneçamos vigilantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

31/10/2023

Com essas palavras, então, eu volto a agradecer a todos os integrantes da Mesa aqui, aos colegas Parlamentares e às entidades que estão nos acompanhando.

Eu quero deixar um agradecimento especial ao Fidelis, que está na consultoria da Comissão, à Rita e a toda a equipe que está aqui sempre disposta a nos ajudar. Quero também deixar um agradecimento a todos os demais assessores.

Sigamos. Este é um passo importante. Nós vamos ter aqui, nos próximos dias, a votação do relatório preliminar que está sendo construído. Os próprios Parlamentares poderão fazer emendas durante o debate. Depois, faremos a votação aqui e no Congresso Nacional. Como eu disse antes, há três peças que se entrelaçam este ano: a LDO, o PLOA e o PPA. Então, haverá muito debate ainda até o final do ano, e espero que possamos fazer isso neste ambiente de participação que vem sendo constituído aqui.

Agradeço o comparecimento a todos os convidados e convidadas, a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, aos assessores e aos servidores das duas Casas Legislativas e aos nossos palestrantes.

A reunião está encerrada. Obrigado. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 7 E 8 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Alencar Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Giacobbo, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, João Carlos Bacelar, João Leão, Luciano Amaral (1º Vice-Presidente), Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Marcelo Lima, Marx Beltrão (3ª Vice-Presidente), Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Otoni de Paula, Paulo Litro, Sergio Souza, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago; dos **Senadores Titulares**: Ana Paula Lobato, Beto Faro, Carlos Viana (2º Vice-Presidente), Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Marcelo Castro e Professora Dorinha Seabra; dos Deputados Suplentes: Aguinaldo Ribeiro, Átila Lira, Carlos Gomes, Carlos Zarattini, Charles Fernandes, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Ivoneide Caetano, Joseildo Ramos, Júnior Mano, Luciano Ducci, Luciano Vieira, Luiz Gastão, Misael Varella, Ruy Carneiro, Thiago de Joaldo, Túlio Gadêlha, Vermelho e Weliton Prado; dos **Senadores Suplentes**: Eliziane Gama e Mecias de Jesus; e dos **Deputados Não Membros**: Antônio Doido, Pedro Lupion e Rodolfo Nogueira. **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Alex Santana, Castro Neto, José Rocha, Marcio Alvino e Matheus Noronha e os **Senadores Titulares** Irajá, Laércio Oliveira e Wilder Moraes. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, iniciou os trabalhos e anunciou que já havia quórum para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 27 de setembro até a presente data, inclusive, os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse em relatar as matérias. Não houve manifestação. A Presidente então solicitou ao Plenário a dispensa da leitura das seguintes atas - Ata da 11ª Reunião Deliberativa Ordinária realizada nos dias 26 e 27/09/2023; Ata da 12ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 04/10/2023; Ata da 13ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 17/10/2023; Ata da 14ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 24/10/2023; Ata da 15ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia 25/10/2023 e Ata da 16ª Reunião de Audiência Pública realizada no dia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

31/10/2023; Não houve pedidos de retificação. Em votação, as atas foram **APROVADAS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: Item 1**–Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 4/2023-CN e Errata nº 2**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”. Relator: Deputado **DANILO FORTE**. VOTO: pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 44 (quarenta e quatro) emendas apresentadas, ofereceu voto pela **APROVAÇÃO** às de nºs 3, 5, 14, 34 e 35; **APROVAÇÃO PARCIAL** às de nºs 6, 10, 11, 13, 18, 26, 30, 31 e 40; e **REJEITADAS** as demais. A Presidente informou que a Errata nº 2, apresentada pelo Relator, tornou sem efeito a Complementação nº 1 e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. A seguir, passou a palavra ao Relator, deputado Danilo Forte, que fez considerações acerca do cenário econômico do país neste momento e da importância da aprovação do relatório preliminar da LDO para dar continuidade à tramitação do orçamento. Leu um resumo do relatório e a errata nº 2. A discussão foi iniciada. A deputada Adriana Ventura formulou questionamentos que foram respondidos pelo Relator. A Presidente fez uma breve interrupção para registrar a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, senhor Alexandre Silveira e passou a palavra aos deputados Mauro Benevides Filho, João Leão e Carlos Gomes. Encerrada a discussão e o prazo para entrega de Destaques, a Presidente informou que havia dois Destaques. Também agradeceu e parabenizou o deputado Danilo Forte por sua dedicação na elaboração do relatório e na realização das audiências públicas. Em deliberação, o relatório preliminar e a errata nº 2 foram **APROVADOS, ressalvados os Destaques**, na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal. A Presidente declarou **prejudicados** os dois destaques apresentados, em razão da ausência do autor de ambos, o senador Laércio Oliveira. O deputado Carlos Zarattini propôs à Presidente que a reunião fosse suspensa ao invés de encerrada, ao que ela respondeu que a reunião seria suspensa, com a continuação a ser posteriormente divulgada. Passou a palavra ao deputado Danilo Forte, que fez agradecimentos, e a seguir, aos deputados Aguinaldo Ribeiro e Luiz Carlos Motta, Relator da PLOA para 2024, que solicitou esclarecimento sobre os prazos de entrega de emendas à PLDO e à PLOA. A Presidente informou que conversará com o Presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, no sentido de que as emendas à PLDO sejam apresentadas de 8 a 16 de novembro, conforme acordado no Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO. **SUSPENSÃO**: A Presidente suspendeu a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos, do dia sete de novembro, do ano de dois mil e vinte e três. **REABERTURA**: às treze horas e quarenta e seis minutos, do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, reiniciou os trabalhos e comunicou, conforme acordo firmado na reunião





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, ocorrida ontem, a **inclusão na pauta do Relatório apresentado ao PLN nº 40/2023-CN e da Proposta de Instrução Normativa nº 2/2023-CMO**, de acordo com o *art. 121 do Regimento Interno do Senado Federal* e propôs ao Plenário a quebra de interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação para as deliberações dos relatórios apresentados ao Projeto de Lei nº 40/2023-CN e da PIN 2/2023-CMO, conforme previsto no *art. 128 da Resolução 1/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura fez uso da palavra. Em deliberação, a inclusão na pauta e a quebra de interstício foram **APROVADAS**.

EXTRAPAUTA – Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 40/2023-CN, que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Cultura, da Defesa, e de Portos e Aeroportos, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 15.223.151.367,00, para os fins que especifica (nova ementa após Mensagem Modificativa)." Relator: deputado MAURO BENEVIDES FILHO. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas, o Relator indicou pela INADMISSIBILIDADE a de nº 2, e ofereceu voto pela REJEIÇÃO das de nºs 1 e 3. O Relator foi convidado pela Presidente para sentar-se à Mesa e em seguida, procedeu à leitura do relatório. O Senador Izalci Lucas fez um questionamento e foi prontamente respondido pelo Relator. A Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 2, indicada pelo Relator em seu voto, de acordo com o disposto no § 2º do *art. 146 da Resolução Nº 1/2006-CN*. Discutiram a matéria os deputados Adriana Ventura, Luciano Amaral, Gilson Daniel e Bohn Gass. Encerrada a discussão e submetido à votação, o relatório foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

EXTRAPAUTA – Apreciação da Proposta de Instrução Normativa nº 2/2023-CMO, que "Regula procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024". AUTOR: deputado LUIZ CARLOS MOTTA. O autor fez a leitura da Proposta e a deputada Adriana Ventura discutiu, frisando que dinheiro público deve ir para o essencial e não deveria ser utilizado para campanhas políticas. Que é necessário rediscutir financiamento privado e que a mudança de valor das emendas de bancada de 466 (quatrocentos e sessenta e seis) milhões para 315 (trezentos e quinze) milhões deve ser votada por todos os deputados em cada bancada estadual, e não pela CMO. Em deliberação, a Proposta foi **APROVADA** nas representações das duas Casas, com o voto contrário da deputada Adriana Ventura.

ENCERRAMENTO: A Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e trinta minutos, do dia oito de novembro, do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 7 de Novembro de 2023
(Terça-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e a todas.

Bem-vindos à 17ª Reunião Deliberativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Há quórum regimental para abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares que estão presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para votação da matéria constante da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 27 de setembro até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. No entanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas: ata da 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de setembro de 2023; ata da 12ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 4 de outubro de 2023; ata da 13ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17 de outubro de 2023; ata da 14ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 24 de outubro de 2023; ata da 15ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de outubro de 2023; e ata da 16ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 31 de outubro de 2023.

Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Passa-se à Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório preliminar, com emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, e da Complementação de Voto nº 2, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 44 emendas.

O voto é pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 44 emendas apresentadas, foi oferecido voto pela aprovação das de nºs 3, 5, 14, 34 e 35; pela aprovação parcial das de nºs 6, 10, 11, 13, 18, 26, 30, 31 e 40; e pela rejeição das demais.

Informo que a Complementação de Voto nº 2, apresentada pelo Relator, tornou sem efeito a Complementação nº 1.

O Relator tem a palavra para apresentação do relatório e da Complementação de Voto nº 2. O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

1/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O relatório e a Complementação de Voto nº 2 estão em discussão.

Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho dúvida de que as atenções do Brasil inteiro, que se mobiliza e se preocupa com a nossa economia, com o nosso destino, com o nosso desenvolvimento, estão voltadas hoje para esta Comissão. O momento difícil que a economia brasileira atravessa, com dificuldade para a reativação das premissas econômicas necessárias a que o Brasil possa ter conforto na construção de uma agenda propositiva, está colocado na ordem do dia.

Desde abril, vimos alertando para a dificuldade que era e que será o atingimento da meta fiscal zero, essa meta que foi preestabelecida na votação do arcabouço fiscal, que é um parâmetro importante para a nossa economia, para nos dar embasamento, inclusive para nos solidificar como uma nação, como um país que tem planejamento, e para desvirtuar do País qualquer possibilidade de incorrer numa insolvência econômica ou até mesmo no risco de uma deterioração das nossas bases econômicas, como tem acontecido em países irmãos, amigos, inclusive latino-americanos, como é o caso hoje vivido na Argentina. Diante disso, acho que precisamos ter uma preocupação muito clara com a aprovação de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias compatível com este momento.

Sempre tenho defendido aqui, com muita clareza, que o nosso Orçamento tem que ser o mais real possível. Nós estamos cansados de orçamentos fictícios, que muitas vezes levam a uma deterioração, a uma degeneração das nossas contas públicas, o que ocasiona desequilíbrios como os que o Brasil já viveu no passado e que nós todos, immanados nesta discussão, queremos isolar da prática do cotidiano do Parlamento, um Parlamento que cresceu e ampliou sua importância com a autonomia que foi construída. Essa autonomia se iniciou quando, há 10 anos, exatamente 10 anos atrás, eu tive a oportunidade de ser o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, pela primeira vez, incluí no Orçamento as emendas individuais impositivas. A partir da lei, nós começamos a construir esta autonomia que tem dado grandeza e dimensão ao Parlamento brasileiro, com reflexos no empoderamento do Poder Legislativo. E acho que estamos alcançando um grau cada vez maior de maturidade.

A responsabilidade fiscal hoje é um debate importante aqui na Casa. A preocupação com a queda da arrecadação é um fato. Esta política de impostos altos e esta política de juros altos, com a sombra do processo inflacionário, têm deteriorado a nossa arrecadação. Tivemos 4 meses consecutivos de perda de arrecadação. O Brasil também teve aumentos significativos na despesa, outro questionamento muito forte que o Congresso Nacional faz. Só este ano, tivemos aumento de despesa da ordem de 10,6% em relação ao ano passado. A atividade econômica vai ser a grande redentora de todo esse processo. Se nós não tivermos crescimento econômico, desenvolvimento econômico, com certeza vamos nos afundar no redemoinho da discussão da meta fiscal e não vamos alcançar o nosso objetivo fundamental, que é dar ao Brasil uma condição de crescimento econômico consistente e contribuir para uma melhor distribuição de renda e para uma melhor qualidade de vida das pessoas. É necessário que nós tenhamos esse entendimento.

A Comissão Mista de Orçamento, muito bem dirigida pela nossa Presidente Daniella Ribeiro, conseguiu construir consensos importantes ao longo deste debate. A unidade e a prática do debate, do diálogo, são fundamentais em qualquer Casa Parlamentar.

Acho que o setor produtivo e também aqueles segmentos que sofrem a influência direta do Orçamento precisam ter participação cada vez maior. Foi por isso que buscamos, numa iniciativa inovadora desta Comissão Mista de Orçamento, levar audiências públicas aos Estados brasileiros. Foram mais de oito audiências públicas nos Estados, além de todos os debates que fizemos com os segmentos temáticos aqui no Congresso Nacional. E as informações recebidas, as contribuições, foram significativas para a melhoria da qualidade do orçamento público, que requer transparência e eficiência. A busca por eficiência com certeza será doravante um desafio constante do Parlamento brasileiro, porque não adianta lutarmos para conseguir as emendas, os recursos, os investimentos, se não buscarmos melhor efetividade na execução orçamentária. Esta Comissão Mista de Orçamento tem que se aprimorar cada vez mais no sentido de aumentar a fiscalização da execução orçamentária.

Eu tenho dito e repetido que, com certeza, quanto mais participativo é o Orçamento, quanto mais impositivo é o Orçamento, quanto mais real é o Orçamento, maior será a sua transparência e mais consciente a opinião pública será do seu papel, porque ninguém aguenta pagar tanto imposto no Brasil e muitas vezes se deparar com uma depreciação tão grande na aplicação dos recursos nas políticas públicas.

Diante disso, eu acho que o Congresso faz hoje uma discussão mais madura sobre as chamadas pautas-bombas, aquelas pautas que muitas vezes jogam despesas sobre o Orçamento e, até por falta de consenso, ou de uma responsabilidade

2/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

maior, atingem o Orçamento como um todo, depreciam a qualidade do investimento e minimizam os efeitos benéficos que o Orçamento público precisa ter na indução da melhoria da qualidade de vida das pessoas, na indução da geração de emprego, na indução da competitividade da economia brasileira perante os mercados internacionais. Este País tem tudo para, doravante, posicionar-se com protagonismo nessa economia cada vez mais consistente.

Eu vou passar a ler um resumo do parecer preliminar, apenas um resumo do parecer, com os votos aqui mencionados. Peço aos colegas que entendam que este é apenas um relatório preliminar. Nós estamos iniciando, Deputado Mauro Filho, o processo de discussão da Lei Orçamentária, de que trata a LDO — vai ser aberto prazo para emendas. Posteriormente, vamos ter uma audiência para discutir o relatório final. E queremos fazer a votação do relatório final na semana de 20 a 24, bem como abrir o processo de debate da LOA. Todos nós temos compreensão de que a LOA, até por determinação do Regimento Interno, precisa de dois prazos para emendas. O primeiro prazo é de 10 dias, para as emendas individuais, as emendas de bancada e as emendas de Comissão, e, posteriormente, há um prazo de 5 dias, para revisão dessas emendas.

Como estamos todos irmanados e conscientes de que o Brasil precisa de um Orçamento, de que o Brasil precisa respeitar as suas leis, de que o Brasil precisa de segurança jurídica — para termos segurança jurídica, o compromisso do Parlamento, do Poder Legislativo, ainda é maior — e de que o prazo para tantas demandas é exíguo, eu pediria aos Srs. e às Sras. Parlamentares que nós passássemos a discutir as emendas que poderão advir para o relatório da LDO apenas na confecção do relatório final, que deverá estar pronto no dia 20 de novembro.

Faço agora a apresentação do Relatório Preliminar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, demais colegas Parlamentares Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, neste relatório apresentamos a conjuntura macroeconômica com foco no cenário econômico fiscal e uma avaliação do cenário social do projeto, acreditando na melhoria da economia brasileira para 2024, mas sem deixar de estar atentos a temas relevantes para o País, tais como:

- A tramitação de proposições, no Congresso Nacional, que acarretarão impacto significativo na economia, tanto pelo aumento de arrecadação quanto pelo controle das despesas públicas: voto de qualidade do CARF, novo arcabouço fiscal e reforma tributária, que é de fundamental importância. Estamos aqui na torcida para que o Senado conclua essa etapa o mais rápido possível, e então possamos entregar ao Brasil esta reforma tributária já para o ano de 2024 e inclusive discutir a redução do prazo da transição, porque ela de fato será a forma mais sólida que nós teremos de encaminhar este País para o futuro. Aproveito para fazer uma homenagem a todos os Deputados que participaram da Comissão Especial da Reforma Tributária, e o faço na pessoa do Deputado Aguinaldo Ribeiro.
- O desenvolvimento sustentável, por meio da priorização de ações promotoras do uso das energias renováveis, como a eólica e a solar, e da neoindustrialização, que serão os parâmetros para avançarmos numa pauta que pode dar ao Brasil protagonismo na grande produção de fontes energéticas limpas, nesse processo de transição climática e energética de que o mundo precisa. Eu tenho dito e repetido que essa agenda precisa ser construída não única e exclusivamente por uma necessidade econômica, mas fundamentalmente pela necessidade de sobrevivência da raça humana. Cada vez mais o mundo tem sofrido com as mudanças climáticas. Para barrarmos essas mudanças climáticas que têm trazido infortúnio para famílias no mundo inteiro, precisamos de consistência na política de transição energética, e o Brasil é, sem sombra de dúvida, o país mais habilitado do mundo para isso, uma vez que quase 86% da nossa energia é limpa, é renovável, o que pode ensejar inclusive um processo de neoindustrialização e colocar o Brasil numa dinâmica econômica totalmente diferenciada no mundo que há de vir. Também pretendemos estimular a modernização da indústria nacional, enfatizando inovação, compromisso ambiental, integração com as cadeias produtivas internacionais, e a democratização do acesso à energia em áreas remotas e menos desenvolvidas, como a Região Amazônica e o Semiárido nordestino, além de afirmar o compromisso ambiental do Brasil com as demais nações do mundo.
- A inovação tecnológica como instrumento indutor do desenvolvimento, da geração de riqueza, da criação de empregos e da multiplicação da renda e das oportunidades, bem como do aumento do valor agregado de produtos e serviços nacionais.
- Políticas públicas que busquem incentivar o empreendedorismo feminino — esta é uma bandeira assumida pelas dinâmicas Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, sob a principal liderança da nossa Senadora Daniella Ribeiro — como mecanismo de promoção da igualdade entre as pessoas. O combate à violência contra as mulheres é outra pauta que a Senadora Daniella tem nos cobrado muito e que com certeza será um ponto de destaque na elaboração do Orçamento do Brasil para 2024.
- Ações integradas que garantam e promovam o atendimento integral da criança com transtorno do espectro autista, uma bandeira levantada por nós, uma inovação muito importante...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu peço a todos, Relator, a gentileza de ouvir V.Exa. com mais atenção.

3/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eu agradeço. Obrigada.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Quanto às ações integradas que garantam e promovam o atendimento integral da criança com transtorno do espectro autista, esse foi um debate que mobilizou a grande maioria das audiências públicas que nós fizemos. Aqui mesmo neste plenário, nós fizemos um grandiosíssimo debate sobre essa pauta. Hoje, o Brasil tem 18,2 milhões de pessoas com deficiência, das quais mais da metade com transtorno do espectro autista, que não têm uma política integrada em âmbito nacional com relação a essa demanda.

O Orçamento está se aproximando das famílias, garantindo inclusive uma convivência familiar mais harmônica. Sabemos que isso tem trazido transtornos profundos para o ambiente familiar, diante da falta, muitas vezes, de maturidade ou de encaminhamento dessas famílias com relação a como lidar com esses transtornos.

Por outro lado, tivemos também a inovação da rubrica que foi criada do destaque orçamentário, o 6506, dentro do orçamento da saúde. Nós Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, poderemos colocar recursos das nossas emendas, que já são obrigatoriamente de 50% na área da saúde, tanto para a construção dos núcleos de atendimento às crianças com deficiência quanto para o custeio dessas atividades naqueles Municípios que já têm instituições credenciadas junto ao Ministério da Saúde. Essa é uma ação inovadora, que com certeza será um grande legado para o Orçamento de 2024.

No caso das ações integradas que promovam o acesso qualificado à saúde das crianças e que também garantam proteção social, educação, esporte e cultura, para que possam ter cuidados especializados, acesso a terapias e participar de atividades que visam melhorar sua qualidade de vida, seu bem-estar e de suas famílias.

Eu não tenho dúvida de que isso vai requerer qualificação profissional, inclusive estímulos a categorias profissionais que tiveram uma diminuição muito grande na formação acadêmica, como os cursos de terapia ocupacional e fisioterapia, que terão aqui um estímulo para aquelas pessoas vocacionadas para atender essas famílias e contribuir para que elas possam viver de forma melhor e com maior qualidade de vida.

Com a contribuição de todos, construímos esse relatório preliminar, que orientará a apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 pelos Parlamentares e colegiados do Congresso Nacional, cientes de que a LDO é um instrumento que mobiliza todo o Parlamento, devido à sua relevância na disciplina da despesa pública e no ordenamento da fiscalização e da priorização dos gastos públicos. Assim, poderão apresentar emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 os Parlamentares, individualmente, e as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Congresso Nacional, além das bancadas estaduais, no limite de três para cada um deles, no que tange ao Anexo de Prioridades e Metas.

Restabelecemos, dessa forma, o que já foi entendido como adequado no último processo orçamentário, ao acatar a emenda do nobre colega e meu professor nesta Comissão, Deputado Mauro Benevides Filho.

Quanto ao acolhimento dessas emendas, é preciso pontuar que, se o relatório prevê a apresentação de até três emendas por bancada estadual e Comissões Permanentes, não há como acolher mais do que três emendas por bancada e Comissão para compor o Anexo de Prioridades e Metas. Para o caso de autores individuais, foi possível ampliar as regras para acolhimento, atendendo a sugestões dos nobres pares. Em relação às emendas de texto, que incluem o texto do projeto e seus anexos, não há limite para o número de proposições, ou seja, os Parlamentares estarão liberados para proposições no que diz respeito tanto aos anexos de prioridade, como também às modificações de texto que sejam pertinentes e contribuam para que possamos ter um texto o mais claro possível na formatação do nosso orçamento.

Irei agora ao voto.

"Ao relatório preliminar, foram apresentadas 44 emendas. Dentre as iniciativas relativas ao quantitativo de emendas que cada autor poderá apresentar ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, acolhemos integralmente as Emendas nº 3, 5, 14 e 34, de autoria dos seguintes Parlamentares: Senadora Soraya Thronicke, Deputado Mauro Benevides Filho, Deputado Cobalchini e o Senador Lucas Barreto. Desse modo, foram mantidos os mesmos critérios adotados no PLDO 2023, e, assim, atendemos parcialmente às Emendas de nºs 6, 11, 13, 18, 26, 31 e 40.

Também em função dessa alteração, adequamos os quantitativos de ações a serem incluídas no Anexo de Prioridades e Metas para até três, tanto por bancada estadual, como por Comissão Permanente, e até 15 ações de interesse nacional propostas por autores individuais. Assim, atendemos integralmente à Emenda de nº 35, e parcialmente às Emendas de nºs 10 e 30.

As Emendas nºs 9 e 29, dos Senadores Alessandro Vieira e Laércio Oliveira, pretendem possibilitar que o Anexo de Metas e Prioridades inclua ações de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em que pese o mérito da

4/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

proposta, tais finalidades extrapolam a competência constitucional da União e, assim, não encontram respaldo nas políticas ministeriais. Por isso, votamos pela rejeição."

Parêntese meu aqui agora. Essas emendas são para ser feitas junto às Câmaras Municipais e às Assembleias Legislativas na confecção dos orçamentos estaduais e municipais, e não aqui na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que é responsável pelo Orçamento Público Federal da União.

"As Emendas nºs 2, 4, 8, 12, 17, 25, 28, 32, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43 e 44 propõem ampliação nos critérios de acolhimento prioritário de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ou inclusão de meta. Em que pese a nobre iniciativa dos colegas Parlamentares, entendemos que as matérias propostas devem ser tratadas no próprio Anexo de Metas e Prioridades. Por tal razão, votamos pela sua rejeição, alertando os respectivos autores para que não deixem de reapresentar as proposições durante o prazo de emendamento ao projeto de lei."

Ou seja, no prazo do emendamento dos projetos de lei para a confecção do relatório final, essas mesmas emendas poderão ser reapresentadas, e, com certeza, terei o maior prazer de acolhê-las.

"As Emendas nº 1, 7, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27 e 33 propõem alterações no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias por meio da modificação de artigos do projeto ou demais anexos. Portanto, dizem respeito ao conteúdo do próprio Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não ao deste relatório preliminar. Dessa forma, rejeitamos, neste momento, tais emendas, mais uma vez alertando os respectivos autores para que não deixem de reapresentar as proposições quando do prazo próprio do emendamento do projeto de lei".

Ou seja, no projeto de lei, quando nós vamos discutir o relatório final, a partir de amanhã essas emendas poderão ser representadas, e, com certeza, tentarei acolhê-las.

"Também foram apresentadas duas erratas ao relatório preliminar apresentado modificando o texto no item 2.2.5. da Parte Especial. Assim, serão disponibilizadas no sistema de elaboração de emendas do PLDO 2024 o conjunto das ações do PLOA, Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024, para que as emendas ao Anexo de Metas e Prioridades ocorram sobre o conjunto das ações orçamentárias que efetivamente constarão na Lei Orçamentária Anual para 2024.

Em face do exposto, voto pela aprovação das Emendas nºs 3, 5, 14, 34 e 35; pela aprovação parcial das Emendas nºs 6, 10, 11, 13, 18, 26, 30, 31 e 40; pela rejeição das demais emendas; pela aprovação da Errata nº 2 ao relatório preliminar apresentado."

Passo a ler a errata.

"Errata nº 2 ao relatório preliminar apresentado.

No item 2.2.5 Da Parte Especial do Relatório Preliminar, onde se lê:

2.2.5 O sistema de elaboração das emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 disponibilizará o conjunto de ações das Leis Orçamentárias Anuais de 2022 e 2023, leia-se" — ou seja, a correção:

"2.2.5 O sistema de elaboração de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 disponibilizará o conjunto das ações do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024".

Essa é a errata que vai ser aprovada junto com o relatório.

"Pela aprovação do relatório preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, na forma ora apresentada.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2023.

Deputado Danilo Forte, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias."

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo Forte.

O relatório e a Errata nº 2 estão em discussão.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente Daniella.

Eu cumprimento aqui o nosso Relator, Deputado Danilo Forte. Quero elogiar o relatório preliminar. É um relatório realmente bem amplo, que só dá algumas diretrizes, não tem nada muito específico, não tem um grande mérito. Não vamos entrar em debate de mérito, e por isso eu o parabenizo. Não tenho nenhuma questão específica, até porque ele é amplo, ele é genérico, simplesmente mostra um pré-caminho, vamos dizer assim.

No entanto, Sr. Relator, há algumas coisas que eu queria pedir. Eu gostaria de dialogar, até porque eu sou uma Deputada, diríamos, que gosta de entender e ler e estudar. E eu queria, primeiro, falar sobre a questão do cronograma. O cronograma

5/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

da LDO, devido a várias razões que já conversamos e que são um pouco alheias à nossa vontade, vai ser apresentado até dia 16 de novembro e ser votado até o dia 22 de novembro. Tenho uma preocupação, e é sobre isso que eu queria dialogar. Na verdade, eu queria fazer duas ou três perguntas para que V.Exa. pudesse esclarecer essa questão do prazo e se temos tempo hábil para ler, porque, geralmente, o que acontece é que chega o relatório, incorpora-se um monte de emendas; essas vêm para cá e são votadas no mesmo dia. E eu gostaria de saber se vai ser preservado — este é o pedido que eu faço também à Presidência, Senadora Daniella —, para termos prazo de leitura de 3 dias úteis. Explico por que: porque existem também questões que precisam ser debatidas aqui, e nós já falamos de algumas. Há uma que eu gostaria de perguntar a V.Exa., até porque V.Exa. deu uma entrevista a um jornal e falou que estava estudando a emenda de Liderança. Eu queria entender se isso avançou ou não, porque eu procurei na Consultoria um estudo, e ainda não achei. Então eu queria saber se essa é uma coisa que está sendo discutida ou não, porque eu não tenho ciência.

Também quero entender a questão do prazo da LOA. Eu já conversei aqui com o Deputado Luiz Carlos Motta, que é o Relator da LOA, porque algo me preocupa muito na questão do relatório. Eu gostaria de dar uma sugestão para o Deputado Motta, com quem já conversei, sobre a publicação do relatório sem tempo hábil, que preserve e respeite os 3 dias úteis para análise.

A minha preocupação aqui, Deputado Motta, é que tenhamos aquele "não prazo" para a leitura, para análise. Nós tivemos problemas ano passado. Para quem não sabe, ano passado, foi votada uma LOA... Eu comecei a ver a briga aqui do Senador Rodrigo Pacheco com a Deputada Gleisi Hoffmann, do PT. Um falava de "emenda Pix" para lá, outro falava de emenda de Comissão para cá, e isso realmente chamou a atenção, porque, devido ao prazo muito exíguo, poucos aqui se deram conta do que votaram na LOA do ano passado: simplesmente mandaram 7,5 bilhões de reais para emenda de Comissão — aliás, para uma Comissão do Senado.

Então, a questão toda é nós podermos realmente olhar o que estamos votando, ter um debate com a devida transparência, como V.Exa. mesma falou e colocou — essa é uma bandeira que eu sei que V.Exa. leva também à frente —, para termos critério e sabermos o que estamos votando. O que não faz sentido agora é votarmos uma LDO correndo, na qual também temos a questão do fundo eleitoral para debater: vêm os 900 milhões de reais; querem aumentar para 5 bilhões de reais, que, aliás, é uma aberração, num País que não tem o básico de saneamento e tudo o mais, ficar debatendo fundo eleitoral de 5 bilhões de reais. Que mantenham pelo menos os 2 bilhões de reais. Eu vi que o Senador Rodrigo Pacheco, inclusive, está defendendo isso.

Então, são pontos sobre os quais esta Comissão tem que se debruçar e debater. Eu acho que nós temos que fazer audiência sobre isso. Eu acho que é preciso haver um debate aberto. E há uma coisa sobre a qual eu concordo muito com V.Exa., Deputado Danilo Forte, quando V.Exa. fala que temos que nos preocupar com fiscalização, porque outro ponto que me preocupa muito é a questão das transferências especiais. Nós sabemos que temos um problema. E quero deixar claro aqui que eu votei a favor das transferências especiais em 2019. Deixo isso bem claro, porque eu não estou criminalizando o uso. O que eu estou falando é que nós fizemos uma audiência aqui. Houve um debate muito interessante com o Governo, com vários Parlamentares. Temos que resolver a questão da transparência e da rastreabilidade, porque ninguém fiscaliza, ninguém sabe para onde esse dinheiro foi, e isso não está vinculado à política pública. Isso é um problema sério, e parece que querem ampliar.

Presidente, V.Exa. pode aumentar o meu prazo, usando o tempo de Líder, por favor, para eu finalizar? Depois eu acabo aqui.

Então, realmente, nós temos que debater essa questão, porque o que ouvimos no corredor, já que isso não é discutido de uma maneira que possamos debater, é a questão do fundo eleitoral, que querem tirar de emenda de bancada; querem tornar impositiva a emenda de Comissão, com este problema que eu já falei, de que há 7 bilhões de reais em uma Comissão do Senado. A Comissão de Saúde da Câmara tem 300 mil reais, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, sendo que a Comissão do Senado, uma Comissão, tem 7 bilhões de reais. Então, ali nós vemos que parece um "orçamento secreto 2.0, a missão" do Governo Lula, ao qual precisamos dar transparência.

Falar de tornar impositiva a emenda de Comissão é um absurdo. Falar de transformar transferência especial para outras modalidades, sem nós resolvermos o problema da fiscalização, é um absurdo. E eu estou aqui como membro desta Comissão. Nós temos que debater este tema, por audiência ou outros meios. Eu até agradeço aqui à nossa Senadora Daniella, que endossou as audiências públicas, para trazermos transparência, para debatermos.

Mas isso me preocupa por causa do prazo, porque, geralmente, o relatório é entregue na última hora, todo mundo quer votar, nós votamos, não lemos, não nos debruçamos, e nós temos um problema. Então, eu faço um apelo ao Sr. Relator e também ao Relator da LOA, que está aqui, para que possamos, sim, fazer esse debate com calma, com a devida transparência, até para dar as explicações necessárias sobre o que é necessário debater.

6/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Voltando à fala aqui, Senador Danilo Forte, eu gostaria de uma explicação em relação...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, eu falei "Senador"? Eu voto! Eu vou mudar lá para o seu Estado para votar em V.Exa.

Mas eu quero que V.Exa. diga qual é a sua intenção, porque eu não quero receber um relatório e votar no mesmo dia, sem ter esses debates desses pontos: fundo eleitoral, emenda de Comissão, transferência especial, impositividade dessas emendas. Eu acho que nós precisamos ter clareza sobre o que estamos votando.

É isso. Agradeço muitíssimo. Vou economizar 3 minutos do meu tempo, em deferência a V.Exa. e à Senadora Daniella. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Senadora Daniella; obrigado, Deputada Adriana. É um prazer muito grande compartilhar com V.Exa. nesta Comissão Mista de Orçamento. Sei do seu compromisso, do seu zelo com o dinheiro público, como também sei da compreensão dos demais colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Realmente, o relatório é simples, porque é preliminar. Sendo preliminar, ele tem obrigação de ser simples. Ele não tem que trazer consigo a polêmica do debate que nós vamos ter com relação ao mérito do que nós vamos determinar como Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. Mas quanto ao meu compromisso com o debate, V.Exa. já me conhece há algum tempo, e eu não tenho dificuldade nenhuma de fazer o debate em qualquer fórum. Eu gosto do debate. Eu acho que nós aprimoramos, aprendemos. Na audiência pública de Tocantins, eu ouvi uma frase que me marcou muito nessas audiências públicas. Até o Deputado Vicentinho estava lá comigo. A frase é: "quem escuta mais erra menos".

Então, eu gosto muito de escutar, exatamente para que possamos errar menos. E, inclusive, quando construímos a emenda individual impositiva, nós tivemos muita crítica também. E hoje a emenda individual impositiva é muito importante, inclusive porque a grande maioria dos Municípios brasileiros se socorre nas emendas individuais impositivas, principalmente na área da saúde, para garantir o custeio da saúde nos Municípios.

Nós vamos ter prazo. O meu prazo é estar com relatório pronto no dia 20. Se quiserem fazer uma conversa, uma reunião, uma audiência entre os dias 20 e 22, eu estou disposto. Não tenho problema nenhum em fazer um debate amplo sobre o que estamos colocando no texto no dia 20. E a ideia é votar entre os dias 22 e 24. Fariamos a votação, dando tempo suficiente para a leitura e para o debate dessas questões. Temos temas espinhosos? Temos.

Foi até bom V.Exa. levantar isso, porque o Brasil é um dos poucos países em que a atividade-meio sai mais cara que a atividade-fim. A Justiça Eleitoral brasileira tem no Orçamento para 2024 o montante de 9,2 bilhões de reais. Repito, a instituição Justiça Eleitoral brasileira...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Só um minuto, Deputado Danilo.

Quería fazer o registro da ilustre presença do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, à Comissão Mista de Orçamento.

Seja muito bem-vindo, Ministro, meu colega Senador!

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado pela sua presença.

O Ministro está matando a saudade, porque, no ano passado, ele estava aqui na Comissão de Orçamento.

Então, nós temos temas espinhosos, como essa questão do fundo eleitoral, que requer uma atenção muito grande do Congresso Nacional. Repito, a atividade-meio é muito mais cara do que a atividade-fim. A Justiça Eleitoral tem um Orçamento, para o ano que vem, de 9,2 bilhões de reais, e o fundo eleitoral veio com apenas 980 milhões de reais. Nós, que não estamos aqui para fazer nenhum tipo de hipocrisia, temos de encarar isso com realidade.

Eu, como defendi o financiamento privado das campanhas eleitorais, estou com a consciência muito tranquila com relação a isso. Desde o começo, eu dizia que, com o nosso Orçamento, em que se disputa migalha de pão, e no nosso País, com 20 milhões de brasileiros que passam necessidade, é inadmissível termos Orçamento para bancar campanha eleitoral, mas fui vencido na reforma eleitoral, e permaneceu o financiamento público. Então, a democracia tem um custo, e isso precisa ser discutido.

A outra discussão é de onde vem o recurso. Está aí o nosso Relator da LOA, o Deputado Luiz Carlos Motta, já preocupado com isso. Anteriormente, num momento como esse, o recurso foi tirado das emendas de bancada. Naquela época, não havia emenda de bancada impositiva. É bom que se coloque isso. Agora nós temos, e essas emendas de bancada são muito

7/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

importantes. Os Governadores e os Prefeitos estão com o pires na mão, porque o Governo também fez uma opção errada quando fez o "Bolsa ANFAVEA", que tirou 7 bilhões de reais do IPI e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Esse valor seria distribuído para Estados e Municípios, que ficaram sem dinheiro.

A complementação está sendo votada no Senado, inclusive precisa vir para cá para ser votada. A Senadora até assumiu o compromisso com o Colégio de Líderes de pressionar o Presidente para votá-la logo e liberar esse dinheiro da compensação para Estados e Municípios. E nós temos que ter prioridade e pensar de onde é que vamos tirar o dinheiro do fundo eleitoral. Essa é uma discussão que vai ser feita — com certeza, será feita.

Com relação às transferências especiais, eu nunca as fiz. Os meus Prefeitos até reclamam, porque a "concorrência" as faz. Mas eu acho que essas transferências precisam de transparência. Inclusive, tenho discutido isso muito com o Tribunal de Contas da União, a quem tenho levado a possibilidade de ampliar essa transferência em projetos que tenham, por exemplo, padrões de execução, porque parte dela tem que ser para a construção de obras. Por exemplo, um núcleo de atenção às crianças com deficiência autística, com transtorno do espectro autista, é uma obra padrão. Inclusive, o Governo do Rio de Janeiro nos doou a planta. O orçamento padrão é algo em torno de 5,2 milhões de reais.

Poderíamos fazer essa obra por transferência, entregar o dinheiro para o Prefeito ou para o Governo do Estado, que entregaria a obra pronta. Então, é uma forma de se fazer. Essa discussão inclusive está sendo feita com relação à fiscalização do Tribunal de Contas da União com os Tribunais de Contas dos Estados. Eu estive duas ou três vezes com o Presidente do Tribunal de Contas, Bruno Dantas, que é muito solícito ao Congresso Nacional, tem uma compreensão também com relação a essa questão, está preocupado com isso e está nos ajudando e contribuindo para jogar mais luz sobre essa questão das transferências. Não estou aqui condenando a transferência de ninguém. Eu acho que elas são importantes, inclusive, acho até que elas devem ser ampliadas. Agora, elas precisam ter um grau de conhecimento público, de cobrança do próprio Parlamentar. Eu, pelo menos, fico muito orgulhoso quando vejo uma obra fruto de uma emenda minha sendo entregue. Eu consegui fazer, com uma emenda parlamentar... O Deputado Mauro Benevides Filho, que está aqui, conhece muito bem. Há mais alguém do Ceará aqui, ou não? *(Pausa.)*

Eu consegui fazer um *campus* da Universidade Federal do Ceará, em Itapajé, minha cidade, com recurso de emendas parlamentares. Isso é importante, é gratificante, é dignificante e, com certeza, será o maior legado da minha passagem pela história política do meu Estado. E espero que os demais colegas também tenham essa compreensão. Então, eu acho que podemos avançar nessa discussão com relação a transferências especiais. Eu não tenho nenhum texto pronto com relação a isso, mas vou trazer ao debate e acatar as sugestões do Tribunal de Contas.

Com relação às emendas de Comissão, não fomos nós que as inventamos agora. Emenda de Comissão foi criada pela Resolução nº 1, de 2006. Ela é importante para adequar os interesses das Comissões temáticas do Congresso Nacional aos programas de ações nacionais, programas que passam por investimentos em educação e saúde.

As Comissões têm autonomia nessas decisões, mas precisamos discutir uma equidade com relação ao volume desses recursos, porque há uma distorção. E aqui não estou jogando para a plateia. Quando o Relator do orçamento é do Senado, engorda as emendas do Senado; quando o Relator da Comissão é da Câmara, engorda as emendas da Câmara. Então, nós vamos ter que construir um parâmetro com relação a isso. Vai ser agora, vai ser no ano que vem, vai ser daqui a 2 anos? Nós, como um todo, vamos discutir isso. Eu acho que o nosso tempo hoje está muito curto para uma discussão com maior profundidade deste tema, mas ele precisa ser discutido, porque não pode a mesma Comissão ter um peso na Câmara e outro peso no Senado. As Casas são irmãs. Nós temos o sistema bicameral e precisamos de um parâmetro com relação a essa questão.

A inovação em relação às emendas para bancadas partidárias foi exatamente para acabar com aquela dúvida que existia sobre as RP9. Nós não estamos criando novas RP9. Essas emendas partidárias de bancada terão origem, destino e acompanhamento. Então, nada vai ser camuflado do ponto de vista dos seus encaminhamentos. Essa é uma discussão. Inclusive, já existe emenda parlamentar de bancada no Parlamento alemão. Esse debate originou-se exatamente dessa questão. Esse recurso estava pendurado na RP2-A4, que não existe. Nós vamos criar a RP5, que é uma rubrica clara dessa questão, e vai haver toda a tramitação com os parâmetros que um orçamento público exige no que diz respeito à transparência, ao acompanhamento e à fiscalização.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vai ser bancada partidária *per capita*, só para eu entender?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Vai ser proporcional às bancadas, lógico.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vai ser em proporção às bancadas, pelo número de Deputados? Só quero esclarecer. E vai se chamar RP5, é isso?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, e dos Senadores. Exatamente.

8/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou passar a palavra agora ao Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sra. Presidente, Senadora Daniella, meu caro Relator, Deputado Danilo Forte, que tem feito um trabalho extraordinário para poder levar esses números ao Brasil, para não ficarem circunscritos somente à Câmara dos Deputados e mais especificamente à Comissão Mista de Orçamento. Alguns colegas, em função de ainda não estarem presentes, talvez não tenham esses números detalhados que V.Exa. acaba de colocar.

Vai ser um debate muito rico. Vai haver um momento para discutirmos aqui a meta de resultado primário. Tenho ouvido V.Exa. falar disso com muita frequência. Só lembrando que a meta não é 0%. A meta pode variar até -0,25%. Portanto, são mais 28 ou 29 bilhões de reais. É importante que a imprensa fique esclarecida em relação a essa questão.

O meu ponto é o seguinte: eu estou aqui há alguns anos, e a maior despesa do Orçamento da União é financeira. O sistema bancário diz que Deputados e Senadores estão proibidos de discutir essa questão aqui no Congresso Nacional. Eu já estou aqui em meu 6º ano e me parece que estamos proibidos mesmo, porque é o maior valor do orçamento. Nós ficamos discutindo 1, 2 ou 3 bilhões de reais, e o orçamento dos juros, por exemplo — nem vou falar da amortização —, sairemos este ano de 384 bilhões de reais para 700 bilhões de reais. E todo mundo está caladinho, acorrentado; ninguém diz nada! Eu quero saber quando é que o Congresso vai acordar, para pelo menos discutir essa questão. É a ponderação que eu faço a esta Casa.

Os Estados Unidos, que é o país mais capitalista do mundo, que é o ancoradouro da poupança internacional e onde se compram títulos da dívida pública, têm teto de dívida. O país mais capitalista do mundo tem teto de dívida. E, aqui no Brasil — meu Deus do céu! —, se algum Deputado for levantar essa questão, já dizem que quer dar calote e não sei mais o quê. E lá nos Estados Unidos quem define isso é o Congresso. Não é o Banco Central, não é o Tesouro Nacional. O Ministério da Fazenda propõe, e o Congresso aprova. Meu caro, grande e inteligente Relator, Deputado Danilo Forte, é o Congresso que define o tamanho desse pote.

No Brasil, para a despesa primária — e este Congresso só discute despesa primária —, há mil regramentos: Lei nº 4.320, de 1964; Lei de Responsabilidade Fiscal; regra de ouro; Emenda Constitucional nº 109, de 2021. É uma parafernália de regras! Até para suplementar o orçamento, o Congresso disciplina, Sra. Presidente, Srs. Deputados, que, por decreto, o Governo pode suplementar a dotação orçamentária em 20%, para a maioria das despesas, e em 22% para outras. Mas há um regramento e um limite para o Governo fazer uma suplementação sem dar satisfação ao Congresso Nacional. Isso acontece com a despesa primária. Quanto à despesa financeira, vai ser aumentada de 380 bilhões de reais para 696 bilhões de reais. O Congresso pode suplementá-la por decreto, e que se dane a transparência!

O Congresso Nacional tem medo de fazer regra para limitar a suplementação do pagamento de juros por decreto, por exemplo. Onde é que está essa interdição aqui no Congresso? Quem é que está dizendo que não pode? Qual é a discussão técnica sobre isso?

Esse o meu desabafo ao Congresso Nacional.

E, com mais respeito ainda que tenho... Aliás, Deputada Adriana, eu era pequeno e já ouvia falar do grande líder que era Danilo Forte lá no Estado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - É verdade! Já há muito tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Exatamente! Isso!

Então, a minha fala é só para ver se alastra que o Congresso não fique só no rame-rame da despesa primária: 2 bilhões para cá... Isso porque, na LOA de 2024, eu gasto: 218 bilhões de reais para despesa com saúde, que serão aumentados em 50 bilhões de reais para o ano, porque voltam os 15% da receita corrente líquida; 178 bilhões para a educação; e gasto 700 bilhões com juros. Essa alocação de recursos está muito capenga, em meu entendimento.

Deixo aqui, portanto, somente um desabafo. Mas estou do seu lado. Eu acho que o relatório foi pontual, e nós vamos apresentar algumas emendas para ver se, sobre esse seu discernimento, podemos contribuir ainda mais para esta Casa e para o País.

Obrigado, Sra. Presidente.

Obrigado, Relator.

9/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Minha cara Presidente, quero só complementar, porque eu vim aqui tratar deste assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado João Leão, com a deferência do Deputado Carlos Gomes, que falará depois.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu fui colega do nobre Deputado Mauro Benevides nesta Casa, junto com o Deputado Danilo Forte. Danilo chegou aqui antes de mim e antes de Mauro Benevides. Então, ele sempre foi o nosso professor. *(Risos.)*

Eu vejo com muita clareza, Deputado Danilo Forte, uma oportunidade muito grande para corrigirmos isso. Temos que corrigir essa questão. Isso não pode ficar solto. Temos que ter um teto. Nós chegamos quase a emplacar isso. Estávamos aqui com o seu pai nessa luta para emplacar um teto de juros para este País.

Há outra coisa com que estou muito preocupado e sobre o que eu tenho conversado muito com a nossa assessoria: a questão do Projeto Piloto de Investimentos — PPI, que é o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC. Deputado Danilo Forte, como Relator aqui da LDO, em 1997, eu tive a honra de criar o PPI. Essa foi uma ideia desta Comissão; nós que criamos o PPI, que recebeu o nome fantasia de PAC. E hoje nós estamos vendo que querem fazer a junção — e não sou contra, não — do PPI com a PPP.

Ora, para nós conseguirmos fazer essa junção de PPI com PPP, temos que ter uma lei para isso. V.Exa. vai fazer a lei aqui, e nós temos que executá-la para fazer a junção do PPI, que é o PAC, com a PPP — Parceria Público-Privada. Não se pode misturar dinheiro público com dinheiro privado. Para isso, temos que ter uma lei nesta Casa.

Está aí o nosso corpo de assessores; está ali o bonitão, com aqueles cabelos dourados. *(Risos.)*

Eu sei que é o Wagner. Ele foi meu professor aqui, rapaz! Foi meu professor. Eu aprendi com o Wagner e com tantos outros nesta Comissão.

Então, nós precisamos resolver isso. Eu não sou contra. Mas nós temos que dar legalidade ao fato.

Assim, estou à inteira disposição de V.Exa. Com um professor como o Wagner, nós aqui vamos embora.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado João Leão.

Tem a palavra o Deputado Carlos Gomes.

O SR. CARLOS GOMES (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, nosso querido Relator, Deputado Danilo "Fortes" — coloquei até no plural, viu, Danilo?; está valendo mais —, Sras. e Srs. Deputados, eu venho primeiro parabenizar o nosso tecelão, porque vamos tecer, junto com o nosso Deputado Luiz Carlos Motta, esse "cobertor" orçamentário, para cobrir tantas áreas: algumas sentem frio, outras estão congeladas e outras nem tanto. Mas não é uma missão fácil.

Já tive o privilégio de ser Relator de orçamento e sei o quanto é difícil fazer esse cobertor crescer para que chegue ao maior número de áreas, principalmente aquelas a que se possa levar justiça social através do desenvolvimento econômico, porque eu não posso levar justiça social se não houver um crescimento econômico.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. pelo seu relatório, ainda que não minucioso, porque isso só acontecerá no próximo ano, na próxima peça.

Mas venho aqui, Deputado Danilo Forte e demais Parlamentares, trazer uma preocupação a respeito desses setores aonde é preciso chegar o cobertor orçamentário. E venho trazer um tema, que é muito caro para o Brasil e para os brasileiros, chamado "reciclagem".

Nós temos no Brasil três leis de incentivo: a lei de incentivo à cultura, que já tem um cobertor bem felpudo, consegue aquecer bastante e tem muitos representantes; a lei de incentivo ao esporte; e, por último, agora, temos a lei de incentivo à reciclagem. Nessa última lei, Sra. Senadora e Deputado Danilo Forte, é onde nós precisamos colocar um pouco mais, precisamos esticar o cobertor nessa previsão orçamentária, a fim de tirarmos esses milhões de brasileiros e brasileiras que, na sua grande maioria, já têm netos, filhos e avós num setor de reciclagem vivendo na informalidade. São eles os responsáveis pela retirada de muitos dos resíduos do lixo e do aterro, desimpactando o meio ambiente, levando alimentação para sua casa, mas sendo invisíveis aos olhos de muitos orçamentos.

10/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Digo isso como ex-catador que fui e me orgulho de ser o autor da lei de incentivo à reciclagem. E venho aqui pedir encarecidamente a este colegiado que me ajude a criar uma certa isonomia orçamentária entre essas três leis de incentivos que nós temos no Brasil.

Eu digo sempre: se nós retirarmos esses materiais que estão indo para o aterro e os fizermos circular na economia, nós iremos proporcionar um incremento muito grande em nossa economia, trazer essas pessoas para a formalidade do trabalho e, com isso, distribuir mais renda para essas pessoas, que há muitos anos são invisíveis.

Então, eu vim aqui fazer este apelo para esta Comissão, meu querido Deputado Danilo Forte, e ao próximo Relator: que nós possamos olhar para essa lei de incentivo, calibrar a mão, porque eu não tenho dúvida alguma de que, se nós lhe dermos atenção, nós faremos com que esse setor econômico do Brasil venha a deslanchar, trazendo dignidade àqueles que precisam dessa atenção.

Eu quero só trazer a atenção de todos para isso aqui e parabenizar V.Exa. pelo trabalho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Carlos Gomes.

Não havendo mais inscritos, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Antes de lhe passar a palavra, Deputado Danilo Forte, só queria parabenizá-lo pelo trabalho dedicado de V.Exa. durante esse período. Sabemos que é um ano diferente para todos nós, não só da Comissão, mas também do Congresso Nacional como um todo, com o novo arcabouço, com as mudanças que ocorreram no próprio calendário, que está nos fazendo agora trabalhar dobrado para que nós possamos cumpri-lo. Cumprir o calendário é uma das coisas que a Deputada Adriana Ventura colocou, e eu concordo. Essas discussões são fundamentais, são importantes. E não será por força deste ano atípico que isso nos impedirá de tratar, querida Senadora Professora Dorinha, dos temas que foram colocados aqui, extremamente pertinentes para o nosso País.

Por isso, quero mais uma vez parabenizá-lo pelo seu trabalho e por trazer esse relatório preliminar, tendo os cuidados necessários de ouvir, de fazer audiência pública, tanto aqui na Comissão, como no País todo. Eu participei da audiência pública lá no Ceará, participei em meu Estado e vi o quanto foi importante ouvir as pessoas, cidadãos e cidadãs, nos Estados.

Foram apresentados dois destaques.

O relatório e a Errata nº 2 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

As Sras. e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro prejudicados os Destaques nºs 1 e 2, de autoria do Senador Laércio Oliveira, em razão da ausência do autor.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, quero só registrar a minha presença. Eu não estou conseguindo nem aqui, nem lá.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidente, antes de V.Exa. encerrar, gostaria de usar da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, só vou concluir.

Aprovado o relatório preliminar com emendas e a Errata nº 2.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que não encerrasse a sessão, simplesmente a suspendesse, porque nós precisamos votar o PLN 40.

A Câmara dos Deputados e o Senado já aprovaram uma lei que permite ao Governo...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou deixar V.Exa. economizar, não gastar a sua garganta, mas está aqui: teremos que suspender a reunião.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Mas é porque nós precisamos votar o PLN 40. Ele está aqui, desde o dia 15, mas ainda não foi despachado pela Mesa do Congresso Nacional.

11/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - No entendimento desse encaminhamento...

E há outras questões também.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Até porque nós teremos Congresso na quinta-feira, não é, Senadora?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas qual seria o horário da reunião de amanhã, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Nós vamos deixar suspensa a reunião e convocá-la posteriormente. Eu tenho que ver horário e tudo isso, porque, no Senado, nós estamos votando também a reforma tributária. Temos que ver se será amanhã ou na quinta-feira. Temos que levar tudo isso em conta.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Mas, só para confirmar: tem Congresso convocado para quinta-feira?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Quinta-feira.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Então, seria importante, nesse interregno...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mas, antes de encerrar, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Primeiro, eu queria agradecer a todas as Sras. e Srs. Deputados e Senadores e fazer coro às palavras do meu professor de francês no Colégio Cearense, o Deputado Mauro Benevides Filho, com quem eu tive o prazer de ter uma convivência muito profícua de aprendizado.

Quero ressaltar que é importante que o Brasil faça esse debate sobre as despesas financeiras. Ontem eu estive na Associação Comercial do Estado de São Paulo, onde fizemos um debate em que colocamos... Todos saíram de lá estarrecidos, porque a população brasileira não sabe que 46% da nossa conta é despesa financeira, ou seja, 46% do nosso Orçamento, quase a metade do nosso Orçamento, são despesas financeiras; os outros 24% vão para a Previdência, e 12% são transferências para Estados e Municípios. Ou seja, a nossa discussão aqui é sobre algo em torno de apenas 6% do Orçamento nacional. Isso é o que debatemos aqui na Comissão de Orçamento. Então, é necessário que esse debate seja feito.

E este texto, Deputado Mauro Filho, eu tenho o maior prazer do mundo em acatar no relatório, no sentido de induzir um desconforto e, ao mesmo tempo, criar uma crítica a essa acomodação da sociedade brasileira com relação a esse parâmetro, que é muito elevado. O Brasil tem um histórico de ser um país bom pagador de suas dívidas. O Brasil tem um histórico de ser um país que sempre está preocupado com a sua questão fiscal. O Brasil tem um histórico de ter um patrimônio que garante neste momento oportunidade de retomada da economia. O Brasil não tem dívida externa. O Brasil tem um potencial grande dentro da macroeconomia mundial hoje, com uma presença muito mais consolidada. Agora precisamos resolver o nosso problema interno. O nosso problema é dentro de casa.

E iniciativas como esta, iniciativas como a do Deputado João Leão, de buscar fortalecer o crescimento econômico através de uma agenda de fortalecimento das parcerias público-privadas, em que o setor público possa ser um indutor de desenvolvimento, de geração de emprego, de distribuição de riqueza, num país que tem tanto que fazer como o nosso, é fundamental.

Por último, meu amigo e irmão Deputado Carlos Gomes, por quem eu tenho um carinho muito especial, eu não tenho dúvida de que podemos também abrir um debate sobre o problema da reciclagem. É um setor da economia muito importante dentro da pauta ambiental que o mundo tem hoje, de recuperação e convivência com o meio ambiente. Eu fiz um enfrentamento muito grande dessa questão dos lixões na minha época gloriosa de Fundação Nacional de Saúde, da qual eu tenho uma recordação muito firme e de muita gratidão pelo que aprendi lá. Eu não tenho dúvida que esse é um segmento da economia que também pode ser fortalecido. Aquilo que pudermos fazer dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias nós iremos fazer.

Então, agradeço a todos.

O prazo das emendas — não esqueçam — é até o dia 16. No dia 20 nós fecharemos o relatório final. Vamos fazer um debate interno aqui entre nós para votarmos a matéria entre o dia 22 e o dia 24.

Muito obrigado, mais uma vez, à nossa Presidenta Daniella Ribeiro, que tem nos deixado trabalhar com muita tranquilidade na construção desse Orçamento participativo. Temos procurado ouvir o conjunto da sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo.

Antes de concluir, passo a palavra ao Deputado Aguinaldo Ribeiro.

12/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Senadora, muito rapidamente aproveito, na linha que do que disse o nosso Relator, para dizer que um dos pontos importantes, Deputado Mauro, é a nossa reforma tributária, que vai colocar nos trilhos o nosso País, simplificando o nosso sistema.

Temos a alegria de comunicar a este Plenário que o Plenário da CCJ acaba de aprovar, por 20 votos a 6, o texto do Senador Eduardo Braga. Estão votando agora os destaques. Acho que em pouco tempo estará concluída essa etapa no Senado Federal.

O grande debate, após a reforma, será o debate da qualidade do gasto e requalificação do nosso orçamento público.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Aguinaldo. Parabéns pelo seu trabalho na relatoria da reforma tributária.

Deputado Luiz Carlos Motta, tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Só quero deixar clara a questão dos prazos de emendas. Nós combinamos que a senhora deixaria isso claro, porque o organograma que foi distribuído para a reunião de Líderes não é o que gostaríamos que fosse. A senhora ficou de deixar claro quais serão os prazos de emenda da LDO e do PLOA.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Eu vou conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco para que possa fazê-lo do dia 8 ao dia 16, quinta-feira. Aí já colocamos o da LDO.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - E o do PLOA?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Da PLOA... Aí já publicamos...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - O problema é a questão das emendas, abrir prazo para as emendas. Para abrir prazo para as emendas, nós temos que votar uma instrução normativa, que não foi votada. É isso o que temos que deixar claro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputado, exatamente. Estamos concordando. Continua o que foi acordado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Da LDO, do dia 8 ao dia 16?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Isso. Foi isso o que foi combinado com o Presidente Rodrigo Pacheco. Só para concluir. Nós só não estamos entrando ainda na questão da instrução normativa. Como combinamos, deixamos aberta a reunião para possamos ver tanto essa questão, como a dos PLNs que foram aqui mencionados.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Sobre o PLOA não há nada decidido ainda?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não. *(Pausa.)*

Está suspensa a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e todas. Como combinado na tarde de ontem após a votação do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, damos continuação à nossa 17ª Reunião Deliberativa Extraordinária.

Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação da matéria constante da pauta.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares que estão presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, proponho a inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 40, de 2023, do Congresso Nacional, e da Instrução Normativa nº 2, de 2023, da CMO, que regula procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação do PLN 40 e da Instrução Normativa nº 2, de 2023, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão das matérias na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação do relatório apresentado ao PLN 40 e da Instrução Normativa nº 2, de 2023.

13/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente, Senadora Daniella Ribeiro.

Eu tenho um questionamento, porque o relatório do PLN 40 não está publicado. Eu gostaria de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Foi publicado? Está bom. Se está no sistema, vamos verificar. Ótimo, mas de qualquer maneira já estamos com a análise.

Outra pergunta. A instrução normativa nós vamos votar por acordo, por conta do... Eu só gostaria de fazer uma consideração, e até já conversei sobre isso com o nosso Relator, Deputado Luiz Carlos Motta.

Primeiro vamos votar a instrução normativa, ou primeiro vamos votar o PLN? Eu gostaria que isso ficasse claro, porque daí eu falo na hora certa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Primeiro o PLN 40.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Primeiro o PLN 40? Então eu vou aguardar.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Em deliberação a inclusão das matérias na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação do relatório apresentado ao PLN 40 e da Instrução Normativa nº 2.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Deputadas e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 40, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Cultura, da Defesa, e de Portos e Aeroportos, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de 15 bilhões 223 milhões 151 mil 367 reais, para os fins que especifica. O Relator é o Deputado Mauro Benevides Filho.

Foram apresentadas três emendas ao projeto. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 40, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Encaminha a Mensagem Modificativa nº 547, de 2023.

Antes de passar a palavra ao Relator, o Deputado Mauro Benevides Filho, para a apresentação do relatório, eu queria registrar que é extremamente importante, Deputado Carlos Zarattini e todos os colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, a votação deste PLN, que traz a recomposição para os Municípios e os Estado, com relação ao FPM e ao FPE. Este é um momento extremamente importante, porque tudo se inicia ali. Muitas vezes, as pessoas só percebem isso lá na ponta. Então, nós temos que fazer este registro. Parabênz o Relator justamente por esse compromisso com o País, com os nossos Prefeitos e as nossas Prefeitas, com os nossos Estados. Demonstramos que esta Comissão tem trabalhado nesse intuito.

Como Presidente da Comissão, quero dizer — falo também para a minha Paraíba — que sou municipalista, sou uma Senadora que compreende que tudo acontece nos Municípios. Temos acompanhado, todos nós, o tempo inteiro, a peregrinação e a angústia dos Prefeitos e das Prefeitas, que nos procuraram desesperadamente, alguns porque não conseguiam pagar a folha. E, quanto mais pobre o Município, maiores as dificuldades. Quanto mais eram dependentes do FPM, maiores eram as dificuldades.

Enfim, nós cumprimos aqui um papel extremamente importante. Ressalto o trabalho do nosso Relator, o Deputado Mauro Benevides Filho, que aceitou ontem o desafio e trabalhou bastante de ontem para hoje, para que o relatório estivesse pronto. Também agradeço pela presença ao nosso Deputado Luiz Carlos Motta, Relator-Geral do PLOA, da Lei Orçamentária, assim como agradeço a todos que se dispuseram neste dia, para que o Congresso Nacional, através da Comissão Mista de Orçamento, pudesse dar este passo.

É importantíssimo falar também da construção feita junto com o Governo Federal, com o Governo Lula. Foi essa construção que nos possibilitou chegar aos Municípios e aos Estados, que contavam com isso. Todo mundo sabe que, não por conta do Governo Federal, mas sim de uma situação de Imposto de Renda e outras situações próprias que aconteceram

14/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

no País, lamentavelmente essa angústia foi vivenciada. Mas aqui estamos nós cumprindo o nosso papel, e com muita honra, porque é para isso que estamos aqui, nesta grande missão.

Eu queria por fazer este adendo, acrescentar a importância de termos escolhido um Relator que foi extremamente cuidadoso, apesar do pouco tempo, de ontem para hoje. Ontem à noite mesmo ele me disse: *"Imediatamente, Presidente, eu quero consultar o técnico da Comissão, para já ir analisando. Vou correndo fazer a minha análise"*. Quando cheguei, ele já estava aí de novo, reunido com os técnicos, para poder apresentar o relatório. Então, fico muito feliz, porque esta Comissão tem dado a resposta de que o Brasil precisa, de que o Brasil necessita.

Com a palavra o Relator, o Deputado Mauro Benevides Filho, para a leitura do seu relatório.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sra. Presidente Senadora Daniella Ribeiro, primeiro, a minha palavra de agradecimento pela confiança com que me designou para relatar esta matéria, de relevância inquestionável para Municípios e para Estados brasileiros. Destaco também o empenho da Presidente — está aqui conosco, ao lado, o Deputado Luiz Carlos Motta, que será o nosso Relator do Orçamento para 2024 —, um empenho anterior, no convencimento do Governo Federal, do Ministro Haddad e do Presidente Lula sobre a necessidade desse processo de recomposição de receita, sobretudo com aquela decisão relativa ao ICMS, inclusive com parceria — não sei se posso usar essa palavra —, com colaboração do Supremo Tribunal Federal, que acabou fazendo um acordo para a devolução de 27 bilhões de reais para Estados brasileiros afetados pela diminuição do ICMS no meio da execução orçamentária. Essa era uma questão que eu realmente nem sabia se era tecnicamente possível, desfazer aquilo que foi aprovado em execução e de uma hora para outra tirar receita dos Estados. Isso impacta os Municípios, porque 25% da arrecadação de ICMS é destinada aos Municípios.

Enfim, vou ler agora o que significa o PLN 40, e em seguida lerei o relatório e o meu voto, para que nós possamos realmente dar essa tranquilidade a muitos Governadores e a muitos Prefeitos que estão ligando para esta Comissão.

Eu pergunto à Sra. Presidente se já posso iniciar a leitura do relatório, para que nós possamos discuti-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - V.Exa. está com a palavra. Fique à vontade. Nós estamos ansiosos.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu caro Deputado Luiz Carlos Motta, passo à leitura do relatório.

"I. Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 523, de 11 de outubro de 2023, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 40, de 2023, do Congresso Nacional, propondo a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, a Lei Orçamentária deste ano) em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Cultura, da Defesa, e de Portos e Aeroportos, e de Encargos Financeiros da União, no valor de 207 milhões de reais, para os fins que especificava.

Posteriormente, nos termos do § 5º do art. 166 da Constituição, o Presidente da República propôs, por intermédio da Mensagem nº 547, de 25 de outubro de 2023, modificação do PL 40/23, que passou a objetivar a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Cultura, da Defesa, e de Portos e Aeroportos, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de 15 bilhões 223 milhões 151 mil 367 reais, para atender às programações constantes de seu Anexo I.

O art. 2º do PL modificado dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de: I - incorporação de excesso de arrecadação de Recursos Livres da União, no valor de 15 bilhões 15 milhões 712 mil 351 reais; e II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de 207 milhões 439 mil e 16 reais, conforme indicado no Anexo II do Projeto."

Lembrem-se de que os créditos, conforme a Lei nº 4.320, são disciplinados em créditos suplementares, especiais e extraordinários. Créditos suplementares são aqueles para dotações já existentes na Lei Orçamentária, e créditos especiais são aqueles que abrem dotação não existente no Orçamento da União.

"Segundo a Exposição de Motivos nº 82, de 2023 MPO, de 25 de outubro de 2023, do Ministério do Planejamento e Orçamento, a modificação do PL 40/23 consistiu" — esta parte é importante — "na adição, à proposta originalmente enviada ao Congresso, de novas categorias de programação/dotação em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, a fim de viabilizar transferências no valor de 15 bilhões 15 milhões 712 mil 351 reais, à conta de excesso de arrecadação de Recursos Livres da União." Portanto, pode-se suplementar tanto anulando dotações e reforçando a que se deseja, o que vai ser feito no âmbito dos 207 milhões, quanto ampliando dotações orçamentárias em função do excesso de arrecadação, devidamente comprovado, o que também está

15/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

nos autos. Esse excesso de arrecadação é da ordem de 74 bilhões de reais, conforme eu vou ler mais à frente. Portanto, desses 74 bilhões de reais, a União usou 15 bilhões e 15 milhões de reais para justificar a transferência dos recursos, "sendo: a) 8 bilhões 715 milhões e 500 mil reais para viabilizar a compensação, pela União, nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022," — aquela que retirou o ICMS de combustíveis, de energia — "das perdas de arrecadação dos Estados e do Distrito Federal decorrentes da redução da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação — ICMS; e b) 6 bilhões 300 milhões 212 mil 351 reais para permitir a transferência temporária" — portanto, esta aqui vai ser feita *once and for all*, vai ser feita, compensada e depois se encerra, por isso a palavra é "temporária" — "de recursos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo a compensar os impactos financeiros causados em 2023 pela redução dos valores transferidos aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal — FPE e dos Municípios — FPM, no exercício de 2023, com base, respectivamente, nos arts. 13 e 14 da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023."

Então, vejam que os Estados, além da compensação da antecipação do ICMS de 2024 para 2023... Essa compensação foi dividida em 3 anos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Esses 27 bilhões de reais para compensar os Estados foram divididos em 2023, 2024 e 2025. Nessa negociação, o Governo Federal resolveu antecipar para 2023 o valor previsto para 2024, e assim já se dava um reforço importante para os Estados. Mas, além disso, ele compensou a diminuição de receita do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Está chegando aqui o nosso Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Deputado Danilo Forte. Temos o privilégio e a oportunidade de tê-lo sempre nos bons debates aqui nesta Casa e aqui nesta CMO.

"A esse respeito, a EM nº 82/23 MPO acrescentou:

3. Para possibilitar a compensação, pela União, das perdas de arrecadação dos Estados e do Distrito Federal decorrentes da redução da arrecadação do ICMS, nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, que prevê, no seu art. 2º, que a União pagará a quantia nominal..."

Nós aprovamos aqui a Lei Complementar nº 201, aquele PLP 136 que virou e a Lei Complementar nº 201, que é exatamente a que legitima o repasse desse recurso. Aqui, neste PLN 40, nós estamos abrindo a dotação orçamentária para que o Governo Federal possa efetivamente fazer essa transferência.

"7. Em relação ao art. 14, a União destinará, no exercício de 2023, também nos termos do ato do Ministro de Estado da Fazenda, aos beneficiários dos Fundos de Participação dos Estados — FPE o montante referente à diferença entre os valores creditados em 2023 e em 2022 — vis-à-vis o que foi recebido em 2022 —, nos meses de julho e agosto, sem correção, e anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza".

Para os Municípios há uma diferença. É importante também que os colegas, Senadora, compreendam que para os Estados, além do ICMS, que já foi um valor expressivo, o FPE vai ser compensado nos meses de julho e agosto, sem correção monetária. Para os Municípios serão 3 meses — julho, agosto e setembro. Desta feita, o Governo vai corrigir o valor de 2022 até chegar a julho de 2023, a agosto de 2023, e a julho, agosto e setembro.

"Como assim, Deputado Mauro Filho?", podem perguntar. É simples. Suponha que o Município tenha recebido 1 milhão de reais, em 2022, e 900 mil reais, em 2023, julho. Em tese, seria 1 milhão de reais menos 900 mil reais. A compensação seria 100 mil reais. Não é assim. Para os Municípios, Deputado Bohn Gass, nós vamos pegar esse 1 milhão de reais, corrigir pelo IPCA, vamos dizer que seja 6,42% ou o que quer que seja, então, será 1 milhão e 60 mil reais menos os 900 mil reais para encontrar a efetiva compensação. Para os Estados, não, vai ser meramente a variação, repito, até porque os Estados já estão recebendo a antecipação de 2024 para 2023.

Sra. Presidente, eu tenho ainda muitas explicações. Se o Plenário me permitir, eu já posso ir diretamente ao voto. Qualquer dúvida, eu estarei aqui presente para esclarecer. Há vários passos técnicos ainda a explicar que eu fiz questão de colocar no relatório. Portanto, quem quiser pode ler o anexo que está lá colocado, para não ter dúvida.

Eu pediria permissão à Presidente e aos Deputados para já ir ao relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Plenário está de acordo? (Pausa.)

De acordo.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Passo a ler o voto.

"II. Voto do Relator

16/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2023 e do PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2023.

Comunicamos à Presidente desta Comissão a inadmissibilidade — nós temos três emendas que foram propostas — da Emenda n.º 2, por contrariar o art. 109, inciso III, 'b', ao propor, em crédito especial, a suplementação..."

Suplementação é crédito suplementar. Crédito especial não pode ser usado para suplementar. Portanto, seria inadmissível. As outras duas, no mérito, poderiam ser admitidas, mas, conversando tanto com o Senador quanto com o Deputado José Rocha, ponderei a eles que essa alteração significaria alteração de alguns anexos que estão no Orçamento de 2023. Nós atrasaríamos, teríamos pelo menos 24 horas, 48 horas para fazer toda uma compatibilidade dos anexos do Orçamento. Isso atrasaria, porque o Congresso já se reúne amanhã para votar o PLN 40. Então, ponderei a eles, e ambos foram de acordo com essa rejeição.

"No tocante às Emendas n.ºs 1 e 3, em que pese seu mérito, optamos por sua rejeição, a fim de que a proposta original não resultasse descaracterizada.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 40, de 2023, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo, encaminhada pela Mensagem Presidencial Modificativa n.º 547, de 25 de outubro de 2023."

É como voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, quero só fazer uma colocação. Quero declarar aqui a minha admiração pelo Relator, que conhece a fundo essas matérias. Tenho total confiança em S.Exa. A minha dúvida, que é até uma curiosidade, é sobre a questão dos 74...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - De excesso de arrecadação.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Senador, V.Exa. colocou antes que colocaria...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Presidente, eu posso responder? Eu acho que é pertinente. Pela LDO, nós somos obrigados a demonstrar o valor de apuração. Esse valor está demonstrado na mensagem modificativa que fizemos questão de demonstrar. O valor, eu cito aqui no relatório, Sr. Senador, é da ordem de 74 bilhões de reais. Portanto, dos 74 bilhões de reais, foram retirados 15 bilhões de reais, o que justifica na plenitude. Quanto aos 207 bilhões de reais, não, tirou-se de um canto e se colocou no outro. Não teremos maiores problemas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Quero só concluir aqui.

Colocando em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução n.º 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda n.º 2, indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório agora está em discussão.

Para discutir, a primeira inscrita é a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Na verdade, eu quero parabenizar o Deputado Mauro Benevides, porque ele me fez mudar o meu voto. Isso não é muito simples. Eu vou explicar o porquê. Há várias questões neste PLN que faziam com que fôssemos contra. Eu digo assim porque eu represento o Partido Novo. Em várias questões aqui, principalmente a questão de Calha Norte e de uso político de recursos, somos declaradamente contra, estávamos com posicionamento contrário, pois entra a questão do auxílio aos Estados e Municípios, que, como a Senadora falou, realmente é uma coisa importante, e o relatório que V.Exa. fez.

Então, eu deixo registrado aqui que eu era contra, porque há uma parte do relatório que efetivamente somos contra, mas, devido ao mérito — e eu quero parabenizar o Relator —, o nosso voto vai ser favorável.

Obrigada, Deputado Mauro.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Eu agradeço à V.Exa. Aliás, em plenário eu tenho tido a oportunidade de aprender muito, Senadora, com a Deputada Adriana Ventura. Acho que aqui não deixa de ser também uma reprodução do bom convívio que este Parlamento tanto nos ensina.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - É verdade. Parabéns aos dois Parlamentares.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Luciano Amaral.

17/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. LUCIANO AMARAL (Bloco/PV - AL) - Presidente Daniella, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero parabenizar todos que compõem esta Comissão, na pessoa da nossa Presidente. Nós agimos de maneira rápida e eficiente. Todos nós sabemos das dificuldades que os Municípios vêm passando. Eu sou um Deputado municipalista, defendo o fortalecimento dos Municípios, defendo que os Municípios tenham condições de prestar serviços de imediato, porque são eles que sabem realmente da necessidade, pois a primeira demanda chega a eles. Também defendo os Estados, que estão passando por dificuldades ao longo dos anos. Com esse PLN, há a compensação de ICMS, a compensação dos 2 meses de FPE.

Eu parabenizo também o Governo do nosso Presidente Lula, por ter agido prontamente e de maneira efetiva para que Estados e Municípios não tenham prejuízo, porque esse prejuízo chega diretamente até à população, principalmente a quem mais precisa.

Eu parabenizo todos da Comissão, porque nós agimos rápido. Eu não tenho dúvida de que amanhã esse PLN será aprovado aqui por unanimidade. Espero que amanhã, na sessão do Congresso, nós possamos votá-lo, e que, ainda no mês de novembro, essa ajuda, esse socorro chegue aos Municípios e aos Estados. Isso é o Congresso cumprindo o seu papel, cumprindo aquilo a que somos designados e determinados a fazer.

Eu parabenizo mais uma vez a Comissão. Parabenizo V.Exa., pelo grande relatório, por essa aula de relatório, Deputado Mauro, que é claro, prático — quem tinha dúvidas tirou as dúvidas —, para que possamos ajudar Municípios e Estados, e seguirmos com o nosso trabalho.

Parabéns a todos!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Luciano Amaral.

Com a palavra o Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sra. Presidente, Sr. Relator, quero parabenizá-lo pelo relatório.

O PLN 40 é de uma importância muito grande para os Municípios brasileiros. Nós já votamos a compensação do ICMS e também o FPM para aqueles Municípios e Estados que perderam a sua arrecadação.

Ontem estávamos preocupados, porque o PLN ainda estava no Senado e não tinha sido distribuído a esta Comissão. Hoje, rapidamente, a nossa Presidente colocou em pauta esse projeto importante, para discutirmos, votarmos e termos, amanhã, as condições para que o Congresso Nacional vote esse projeto e libere os recursos orçamentários necessários de apoio aos Municípios brasileiros.

A CNM fez um relatório indicando que os Municípios estavam em situação de emergência, em situação vermelha. Mais de 53 Municípios brasileiros estavam entre a despesa executada e a receita arrecadada.

Ontem saiu um relatório do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que é o meu Estado, dizendo que a situação dos Municípios capixabas piorou agora no segundo semestre. Isso mostra que a arrecadação dos Municípios está em queda. Muitos serviços, no período da pandemia, foram incorporados à gestão pública, e os Municípios não têm, depois da pandemia, os auxílios e os recursos que o Governo na época lhes repassou. Daí muitos Municípios estão em situação realmente de calamidade, não tendo recursos para pagar principalmente o seu custeio.

Alguns Estados ainda têm feito investimentos. Prefeitos têm buscado o meu gabinete — eu sou também um Deputado municipalista — e sempre o pedido é de recursos para combustível de máquinas; é de recursos para ajudar na atenção primária; é de recursos para custeio da máquina pública. Esse recurso vai vir num momento crucial para os Municípios, que estão encerrando o seu ano financeiro. Esse recurso chegará no momento certo. Então, sou favorável ao projeto.

Parabenizo, mais uma vez, o Relator. Espero que possamos sair daqui hoje com esse relatório aprovado e que ele seja incorporado à pauta do Congresso Nacional. Dessa forma, os Municípios brasileiros, que estão esperando a liberação desses recursos, poderão cumprir o calendário de distribuição das transferências do Governo Federal e, o mais rápido possível, esses recursos chegarão aos cofres dos Municípios brasileiros.

Era isso.

Parabéns pelo trabalho!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Posso só fazer um comentário, Presidente, sobre os Municípios?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Claro.

18/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Primeiro, cadê a Senadora Eliziane Gama, que estava aqui conosco? *(Pausa.)*

Ela está aqui. É bom vê-la.

Eu gostaria de passar duas informações adicionais.

Em relação aos Municípios, é bom lembrar que, no Congresso Nacional, Deputado Carlos Zarattini, aprovamos aquela questão da contribuição patronal de 20% para 8%. Lembro que, apesar do impacto de 4,8 bilhões de reais que isso vai ensejar, quando da aprovação da cobrança do Imposto de Renda sobre as apostas eletrônicas — que veio somente para um nicho específico, Deputado Luiz Carlos Motta, sobretudo, no futebol, e assim por diante —, que estava prevista uma receita somente de 1,8 bilhão de reais, o Congresso Nacional aprovou colocar a plataforma inteira na cobrança do Imposto de Renda. Isso vai elevar a sua receita de 1,8 bilhão de reais para 13,8 bilhões de reais. Portanto, na realidade, há uma redução de 4 bilhões de reais, e há um aumento de 12 bilhões de reais.

Na realidade, para efeitos de receita e despesa, a União continua saindo. Portanto, essa é uma medida que, em princípio, poderia soar dentro do Congresso como meramente licenciosa, mas não o é. Tivemos essa responsabilidade. Quem tem regime do INSS vai ter uma redução brutal do gasto com a folha. Para quem tem regime próprio, é bom lembrar que eles pagam terceirizados, que recolhem o INSS, que há cargos comissionados, que recolhem para o INSS. Portanto, essa medida ajudará de qualquer maneira.

Por último, Sra. Senadora, quero fazer justiça ao nosso técnico da Comissão, o Dr. Edson, que é da Consultoria Legislativa da Casa, e está aqui presente. Eu quero agradecer pelo seu empenho imediato. Nós conversamos muito. Eu aprendi muito também com ele.

Faço esse registro, meu caro, Dr. Edson. Obrigado pela parceria que aqui foi feita.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Aproveito também para endossar as palavras do Deputado Mauro Benevides Filho. A nossa Comissão tem muito orgulho dos servidores que, graças a Deus, ela tem. Eles são extremamente qualificados. Falo não só desta Comissão, mas também, graças a Deus, do Congresso Nacional. Para nós, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, poder termos esse auxílio qualificado dentro de tantos temas aos quais somos demandados, é extremamente importante, assim como a profundidade para tratar de um tema tão importante quanto este. Também endosso as palavras do Deputado. Parablenizo o nosso querido técnico, que me ajudou aqui.

Eu fico até olhando assim porque o professor deu uma aula aqui também. Ele gosta de dar aula. Bem que o Deputado Danilo Forte disse que V.Exa. foi um professor mesmo, viu? *(Pausa.)*

Mas não foi professor dele, não é? *(Risos.)*

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Foi professor de latim, no primeiro ano do ginásial.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Então, o relatório ainda está em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, neste ambiente, eu também devo parabenizar toda a equipe, toda a relatoria do PPA, e a assessoria também, que tem sido muito prestativa em relação aos nossos trabalhos aqui. Isso é muito importante.

Eu queria saudar o Deputado Mauro Benevides Filho, o Deputado Luiz Carlos Motta, que também é o Relator, o Deputado Danilo Forte, todos os colegas e a Presidenta, Senadora Daniella, a quem parabenizo também.

A primeira parte do meu registro, Presidenta, é sobre a origem desse recurso para existir o PLN 40, para a compensação aos Municípios. A maior parte deste valor, 15 bilhões de reais, é para compensar os Municípios pela redução eleitoreira feita no Governo passado, quando não se cobrou ICMS sobre os combustíveis. Lembram-se disso? Isso foi feito no Governo passado, do Governo Bolsonaro, e só no período eleitoral. Não fizeram durante todo o tempo, só fizeram no período eleitoral. Quem teve a maior perda? Os Estados e Municípios.

Vejam bem, foi feita uma atitude eleitoreira, que era para beneficiar um candidato, que, felizmente, não ganhou. O que ganhou, e que foi prejudicado por aquela atitude eleitoreira, está fazendo um gesto de bondade política por essa atitude.

Eu acho impressionante, do ponto de vista da política do Presidente Lula, porque aquilo foi eleitoreiro, para beneficiar uma campanha, teoricamente contra sua candidatura. E, ao ganhar, o Presidente olha para os Municípios, que perderam. Os Municípios perderam, e o Presidente os socorre. E nós estamos hoje, Presidenta, votando para socorrer os Municípios, com a maior parte desses 15 bilhões de reais. Então, eu queria dar-lhes os parabéns.

19/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A segunda parte é sobre as compensações para os Municípios e para os Estados, também decorrentes da diminuição da arrecadação. Acho que o nosso grande desafio para nós, como Comissão, é, de fato, aprovarmos políticas permanentes para os nossos Municípios, para não precisarmos destinar, por exemplo, 15 bilhões de reais para os socorrer, porque, na verdade, foi algo eleitoreiro à época.

Se conseguirmos aprovar hoje, neste Congresso, medidas que o Ministro Haddad e o Governo Lula estão apresentando — que nós já votamos em parte aqui — para cobrar das grandes fortunas, os fundos exclusivos, vamos melhorar a economia. O crescimento, que era para ser 0,9%, já vai ser mais que 3% este ano. Daí os Municípios e os Prefeitos, os Estados e os Governadores vão estar tranquilos, porque vão ter circulação de recursos, de finanças e arrecadação maior.

A minha reflexão é no sentido dessa atitude elogiosa do Governo Lula, muito bem relatada aqui pelo nosso querido Deputado Mauro Benevides Filho, que se apresentou muito bem. Tenho certeza de que a aprovação aqui será nesse sentido, porque os Municípios precisam.

Mas isso deve servir para refletirmos, para termos políticas permanentes, que realmente façam a economia se desenvolver, para que os recursos venham, de fato, de uma justa reforma tributária, que é o que importa.

Eu queria fazer apenas esse registro, a importância de repassarmos esses recursos para os Estados e Municípios.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Eu gostaria só de fazer um comentário. Concordei com quase tudo que o Deputado Bohn Gass disse; só não concordei com a história de bondade do Governo. Obviamente, o hoje eleito Presidente Lula, quando colocou seu nome na eleição, sabia justamente os desafios que enfrentaria.

Vou dar um exemplo: no meu Estado, a Paraíba, Campina Grande está um caos. Quem se propuser a ser Prefeito na cidade vai sabendo o que é que está acontecendo no Município.

Então, eu acredito que foi muito mais questão de compromisso assumido, realmente, do que bondade. Eu acho bondade um pouco demais; é compromisso assumido e sensibilidade, obviamente, para entender que tudo acontece no Município.

Afinal de contas, como disse aqui nosso querido Deputado Luciano Amaral, as políticas públicas acontecem todas no Município. Os Prefeitos se angustiam porque querem resolver as questões dos Municípios.

E nós, Deputado Danilo Forte, como Parlamentares, como representantes, ouvimos os Prefeitos e as Prefeitas que chegam aqui até de noite, com suas angústias e suas agruras. Sabemos que vêm justamente para cumprir com os compromissos nos Municípios, assim como falou o Deputado Mauro Filho.

Só fiz esse registro porque eu acho que se trata muito mais desta questão: quando colocamos nosso nome para assumir seja a Presidência do País, um Governo de Estado ou uma Prefeitura, sabemos o que é que veremos pela frente. Pelo menos deveríamos saber; como candidatos, deveríamos saber.

Encerrada a discussão do relatório.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto da querida Deputada Adriana Ventura — uma conquista do Deputado Mauro Filho.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório. A matéria vai ao Congresso Nacional.

Instrução Normativa nº 2, de 2023, da Comissão Mista de Orçamento, que regula procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024. Deputado Luiz Carlos Motta é o Relator do Projeto de Lei nº 29, da LOA/2024.

Em discussão.

V.Exa. quer falar algo, Deputada Adriana Ventura?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Só queria saber o procedimento. O Deputado Luiz Carlos Mota vai ler a instrução, ou eu simplesmente já posso falar da instrução?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pode.

20/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu respeito o Relator. Eu só queria entender. V.Exa. já estava votando, e eu me assustei.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O Deputado Motta vai falar.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) - Só explicando, a instrução é simplesmente uma reserva. Nós tivemos na última eleição, no ano passado, um fundo eleitoral de 4,9 milhões de reais. No Orçamento que veio do Governo, estão previstos 900 mil.

Então, nós estamos simplesmente fazendo uma reserva dessa diferença de 4 milhões, para serem discutidos futuramente, para não tirar direto das emendas de bancada. Vamos discutir; lá na frente, se ficar resolvido que se tire das emendas de bancada, permanecem os 4,9 milhões, tirando de cada Estado esse valor.

Se não, se for tirado de outro lugar, ou se o valor for menor — de 2 milhões, 2,1 milhões, 2,6 milhões —, também retornaremos esse dinheiro às emendas de bancada, é só para deixarmos isso como uma reserva. Não é um valor que vai ficar condicionado a nada; vai ficar uma reserva desses 4 milhões para a Comissão decidir mais na frente o que fazer com ela.

Pode ser que não tire daí; vai depender do Deputado Danilo Forte, também, na LDO. Ele é quem vai dizer de onde tirar esses 4 milhões. Se ele achar que não deve tirar das emendas de bancada, logicamente não vai tirar, e nós devolvemos esse dinheiro para as bancadas estaduais.

Seria isso, Deputada Adriana.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura para discutir.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, na verdade, eu gostaria até de separar...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Peço silêncio aos colegas para a Deputada poder falar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu gostaria até de separar as discussões.

Primeiro, eu quero elogiar também o Relator, o Deputado Luiz Carlos Motta, pela sua atitude cuidadosa de fazer uma reserva e simplesmente não fazer uma alteração desse tipo.

Segundo, eu acho que todo mundo sabe a minha posição em relação à questão do valor do fundo eleitoral. Independentemente de eu achar que temos que rediscutir, sim, financiamento privado, que temos que usar dinheiro público definitivamente para coisas mais relevantes, como saneamento, como água tratada, como a questão de escolas sem banheiro e vários problemas, inclusive que nós já discutimos, independentemente da minha posição contrária, eu acho louvável que o Relator-Geral tenha esse cuidado. Ele fez uma instrução com o apoio da Comissão Mista de Orçamento.

Agora, a minha discussão é: se o Governo mandou 900 milhões de reais, se em 2018 ou em 2019 o valor era 1,7 bilhão de reais, que depois foi corrigido, em 2020, para 2 bilhões reais, que já é um absurdo de valor, muito mais do que gastamos com coisas essenciais da população que precisa, e, em 2022, chegou à aberração de ir para 5 bilhões de reais, o que eu questiono aqui — e vou fazer isso de maneira muito respeitosa, porque eu já elogiei a postura do Relator — é que precisamos aprender a fazer campanha mais barata. Nós precisamos fazer isso. Todo mundo fala que a democracia custa caro. Custa caro, vírgula, pode ser mais barata, certo? Não tem cabimento ficarmos subindo a régua em gastos. Eu acho que, no mínimo, nós deveríamos pegar o valor de 2020, que foi de 2 bilhões de reais e, para ser uma coisa razoável, corrigir esse valor. Isso é para ser razoável. Eu sou contra, mas, no mínimo, isso é algo razoável.

Era para Prefeito, era para Município... Vamos fazer uma campanha mais barata, gente? Vamos colocar o dinheiro onde é preciso. Eu sou contra essa instrução. Já registro o meu voto contrário aqui, mas eu quero parabenizar o Relator.

Outro ponto que eu quero trazer aqui é que precisamos aprender a gastar menos; a fazer campanha mais barata, porque temos outras prioridades; a usar bem o dinheiro público, porque 2 bilhões de reais é muito dinheiro, e 5 bilhões de reais é uma aberração.

Há outro ponto que eu queria trazer. As bancadas estaduais precisam ser consultadas, porque não é esta Comissão que tem que decidir isso. Nesta Comissão — e eu acho que o Relator foi cuidadoso em relação a isso —, cada coordenador tem que conversar com os Deputados da sua bancada para tomar essa decisão, porque eu, como Deputada de São Paulo, sou contra. E acho que os Deputados de cada Estado têm que ser consultados também.

Então, parabéns pela postura. Acho que essa instrução normativa o resguarda e acho que resguarda esta Comissão também.

Eu registro já meu o voto contrário, com todo o respeito, parabenizando o Relator.

Obrigada.

21/22



Reunião de: 08/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Não havendo mais quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecendo a todos os participantes, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Eu nem falei... Então, está bem, fica para outro dia. Era só para fazer uma regalia e dizer que eu vou ficar com a parte da emenda da Deputada Adriana. Não tem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Uma ótima tarde.

QUARTO SEM ÁUDIO

22/22





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, José Rocha, Luciano Amaral (1º Vice-Presidente), Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Matheus Noronha, Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Paulo Litro e Sergio Souza; dos **Senadores Titulares**: Ana Paula Lobato, Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Marcelo Castro e Professora Dorinha Seabra; dos **Deputados Suplentes**: Átila Lira, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Ivoneide Caetano, Joseildo Ramos, Júnior Mano, Luciano Ducci, Rafael Prudente, Túlio Gadêlha, Vermelho e Weliton Prado; dos **Senadores Suplentes**: Augusta Brito, Efraim Filho e Eliziane Gama; dos **Deputados Não Membros**: AJ Albuquerque, Ana Paula Leão e Dagoberto Nogueira. **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Alencar Santana, Alex Santana, Giacobbo, João Carlos Bacelar, João Leão, Marcelo Lima, Otoni de Paula, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago e os **Senadores Titulares** Beto Faro, Carlos Viana, Irajá, Izalci Lucas e Wilder Moraes. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício, senador Marcelo Castro iniciou os trabalhos, informou que a reunião ocorria de forma semipresencial, com parlamentares no Plenário e também virtualmente, através da plataforma Zoom e comunicou que, em virtude de encontrar-se em andamento a reunião do Colegiado de lideranças partidárias com assento na CMO, a reunião deliberativa seria suspensa para continuar em momento oportuno. **SUSPENSÃO**: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. **REABERTURA**: às quinze horas e onze minutos, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, reabriu a reunião e comunicou que o quórum para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, não havia ainda sido atingido. Registrou então as presenças da Desembargadora Nise Pedrosa Lins de Sousa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região – Pernambuco e da Doutora Luciana Paula Conforti, Presidente da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. A seguir, registrou a presença dos senadores Laércio Oliveira, Professora Dorinha Seabra e do deputado Carlos Zarattini e anunciou que o quórum para deliberação acabara de ser obtido. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os expedientes recebidos pela comissão, do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três até a data de hoje, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A Presidente solicitou a dispensa da leitura da Ata da 17ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 7 e 8/11/2023. A deputada Adriana Ventura usou da palavra para agradecer uma retificação que havia solicitado referente à inclusão de sua fala na Ata. Em deliberação, a Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: Item 2 -** Apreciação do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023**, que dispõe sobre as “Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (PLN 29/2023-CN), e para fins da análise de admissibilidade, prevista no *art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*”. COORDENADOR DO CAE: deputado JÚNIOR MANO. A Presidente passou a palavra ao deputado Júnior Mano, o qual solicitou a retirada de pauta da proposição por não haver consenso acerca do valor das emendas de bancada durante a reunião do Colegiado de lideranças partidárias. A Presidente acatou a retirada de pauta, conforme o *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A deputada Adriana Ventura solicitou esclarecimentos a respeito do Relatório ao PLN 4/2023-CN (PLDO/2024), já que havia sido firmado acordo no sentido de que fosse votado hoje, tendo em vista a necessária celeridade para a votação da LDO, cujo calendário já se encontra bastante apertado. O Relator da LDO, deputado Danilo Forte, forneceu as explicações requeridas. O deputado Dagoberto Nogueira usou da palavra e a Presidente passou ao **Item 3 -** Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN (PPA – 2023/2027)**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”. **RELATOR:** deputado BOHN GASS. **VOTO:** pela aprovação na forma ora apresentada. Ao Relatório Preliminar Apresentado não foram apresentadas emendas. O Relator leu o relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. A Presidente agradeceu o empenho do Relator na elaboração do Relatório, em face da importância do Plano Plurianual. **Item 4 -** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34/2023-CN - da Presidência da República -** que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 50.785.329,00, para os fins que especifica”. **RELATOR:** deputado TÚLIO GADÊLHA. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relatório foi lido pelo Relator. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Presidente agradeceu ao deputado Túlio Gadêlha por sua diligência e passou-lhe a palavra. O deputado Túlio explicou a situação precária do prédio onde funcionava a Justiça do Trabalho em seu Estado de Pernambuco e agradeceu pelo resultado exitoso com a aprovação do Relatório. A deputada Adriana Ventura também fez comentários parabenizando o deputado Túlio Gadêlha. **ENCERRAMENTO:** A Presidente, senadora Daniella Ribeiro, após agradecer a presença de todos, declarou encerrada a Reunião às





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quinze horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e dois de novembro, do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.



Reunião de: 22/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 22 de Novembro de 2023
(Quarta-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação da matéria constante da pauta.

Como a reunião de Líderes está transcorrendo, vamos suspender a reunião para oportunamente reiniciá-la.

Obrigado a todos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e todas.

Declaro reaberta a sessão.

Gostaria de pedir aos Deputados, às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras que registrem a presença.

Quero registrar a presença da Desembargadora Nise Pedroso Lins de Sousa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco.

Gostaria também de registrar a presença da Dra. Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho — ANAMATRA.

(Pausa prolongada.)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, boa tarde.

É um prazer grande revê-la.

Gostaria que V.Exa. registrasse a minha presença em função de o sistema não estar funcionando, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registrada a presença do Senador Laércio Oliveira.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Sra. Presidente, quero registrar a minha presença também, por favor. Sou o Deputado Carlos Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registrada, Deputado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sra. Presidente, peço que registre a minha presença, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Registrada a presença da Senadora Dorinha.

Já há quórum.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 7 de novembro até a presente data, inclusive os avisos do TCU de que não recebeu recomendação para a autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

No entanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

1/6



Reunião de: 22/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 17ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2023.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Espere.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só quero agradecer à CMO, porque eu pedi uma retificação, e foi feita. Então, eu agradeço a inclusão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 2. Apreciação do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE nº 1, de 2023, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024, para fins da análise de admissibilidade prevista no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Tem a palavra o Deputado Júnior Mano.

O SR. JÚNIOR MANO (PL - CE) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, nobres Parlamentares.

Presidente, eu queria levantar aqui uma pauta. Devido às discussões sobre o valor das emendas de bancada, que ainda não ficou definido na reunião do Colégio de Líderes, poderíamos retirar de pauta o relatório para que possamos chegar ao entendimento de apresentá-lo posteriormente, após o acordo da CMO.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - A Presidência da Mesa acata o adiamento, a retirada de pauta.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente Daniella, eu gostaria de fazer uma solicitação.

Foi informado e na reunião de Líderes foi feito um acordo. O Relator Danilo Forte alegou excesso de emendas na LDO, porque votaríamos hoje. Este era o combinado, de que seria votado, e o relatório seria até domingo, dentro do cronograma.

Nós recebemos um cronograma da LOA, de alteração do prazo da LOA. Mas eu gostaria de ter clareza de quando será votada a LDO. Nós sabemos que isso é uma construção política e temos todas essas questões de emendas de bancada e outros detalhes para serem acertados. E o Relator Danilo Forte está sendo bem cuidadoso e está tentando viabilizar isso. Mas uma questão é fática: nós estamos com o calendário superapertado, temos que ter o prazo necessário para a análise do relatório, não pode ser algo açodado. Foi acordado aqui inclusive entre nós e o Colegiado que teríamos os 3 dias úteis, que são necessários para a leitura e votação. E, para que dê tempo de cumprir este calendário, temos que votar na semana que vem. Isso quer dizer que o relatório, no máximo, tem que estar pronto no domingo ou na segunda-feira.

Eu só queria ter clareza da data de votação da LDO, porque não está no cronograma. É isso o que eu peço para a Senadora Daniella ou para o Relator Danilo Forte.

Ele está aí? *(Pausa.)*

Maravilha!

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Tem a palavra o Relator da LDO, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputada Adriana, sempre muito eloquente nas suas falas e brilhante nos seus argumentos.

Ninguém pode dizer para mim que eu não estou trabalhando! Ontem eu saí daqui às 22h30. Nós estamos quase fechando o relatório, já estamos na parte da priorização de metas e do anexo 5. Então, acredito que será mais 1 dia ou 2 dias no máximo.

2/6



Reunião de: 22/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Qual é a ideia? A ideia é até sexta-feira apresentar o texto.

Como eu sei que gosta muito de ler, V.Exa. vai ter o prazer de passar o fim de semana lendo o relatório. É um relatório muito didático, muito bem escrito, consensualmente construído. Inclusive foi construída hoje a questão do fundo eleitoral, que era um problema seríssimo. Graças a Deus e graças à inteligência dos colegas, nós resolvemos como vai ser o encaminhamento da LDO. O problema ficou para a LOA.

Desejo felicidade ao meu amigo Deputado Motta, que vai precisar de muita.

Por outro lado, na semana que vem, eu vou fazer o dia de debate, como V.Exa. queria. No outro dia, votaremos.

Está bom assim?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vai ficar melhor e vou passar o fim de semana mais feliz se V.Exa. acatar todas as emendas que eu apresentei.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Todas não, mas algumas foram muito importantes para nos embasar e nos dar conteúdo teórico.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo Forte.

Tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (Bloco/PSDB - MS) - Sra. Presidente, eu queria fazer uma consulta a V.Exa. e a todos os nossos pares também se nós poderíamos votar esse relatório preliminar por acordo, até porque muitos Deputados já foram embora. Nós acertamos na nossa reunião que nós o votaríamos, para podermos apresentar as nossas emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sendo o próximo item da pauta, eu passarei a palavra ao Relator. Se S.Exa. estiver de acordo, esta Mesa não criará dificuldades.

Item 3. Apreciação do relatório preliminar, com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2023, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. O Relator é o Deputado Bohn Gass.

Há um relatório preliminar. Após o emendamento, não foram apresentadas emendas.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidenta, sendo sensível aos apelos dos colegas, para ser muito econômico na minha fala, eu queria apenas fazer um agradecimento pela deferência de poder ser o Relator. É importante fazer o debate e colocar o PPA na ideia de que seja uma cultura de planejamento.

Aqui, nós vamos tratar de 4 anos: de 2024 a 2027. O Governo do Presidente Lula fez um PPA participativo. Houve audiências em todos os Estados da Federação do Brasil. Houve um processo virtual também muito potente e um debate nos Conselhos, que foram reativados, para acontecer dentro do Fórum Interconselhos, um debate exaustivo sobre a proposta.

Essa proposta vem para o período com um recurso de 13,3 trilhões de reais, distribuídos em três grandes metas, objetivos, diretrizes. O primeiro é o desenvolvimento social com redução de desigualdades. O segundo é o desenvolvimento econômico, geração de emprego, na linha da neoindustrialização, que é uma indústria mais limpa, descarbonizada, com emprego qualificado. O terceiro é a reconstrução do Estado brasileiro com democracia e soberania. Esses estão distribuídos em programas.

O que eu queria destacar, para ser bem sintético, porque V.Exas. já viram o relatório preliminar, é que, na verdade, há indicadores. Isso é muito importante. Queria destacar isto: cada um dos objetivos tem indicadores e metas.

Esses indicadores-chave terão um processo de avaliação — essa é uma novidade — de monitoramento anual, para não acontecer, colegas Senadores e Deputados desta nossa nobre Comissão, de avaliarmos, daqui a 4 anos, o que foi o PPA de 4 anos passados. Não, ele tem que dialogar permanentemente com a LDO, com a LOA, com o momento que nós estamos vivendo.

Esse monitoramento está inclusive nesse texto do PPA, além de um *site* que vai estar disponível para a sociedade, uma avaliação dentro do Governo, um repasse anual para esta Comissão, exatamente para fazer a combinação anual de avaliação e monitoramento. Eu acho isso muito importante.

3/6



Reunião de: 22/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Então, é justo que aprovemos hoje aqui que o emendamento feito pelos Parlamentares, Senadores e Deputados, e pelas Comissões possa ser de hoje até o dia 28. Por isso, é importante que aprovemos o relatório preliminar, para os Deputados poderem mandar as devidas sugestões de emendas.

Passo à leitura do voto.

"II - Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação deste parecer preliminar."

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Quero agradecer a deferência, o trabalho, a diligência do Deputado Bohn Gass, inclusive as audiências públicas que S.Exa. realizou no âmbito desta Casa. E quero corroborar as suas palavras com relação à importância do PPA e de tudo aquilo que vamos trabalhar em consonância tanto com o Relator Danilo Forte, que eu parabenizo, que ouviu também os colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, com o intuito de pedir um prazo maior, inclusive pela quantidade de emendas que foram recebidas na LDO, quanto também com o Deputado Luiz Carlos Motta, Relator da LOA, que igualmente teve a aquiescência em adiar o prazo de emendas da LOA.

Então, aqui fica esse registro.

Vamos agora passar ao item 4. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2023, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de 50 milhões, 785 mil e 329 reais, para os fins que especifica. O Relator é o Deputado Túlio Gadêlha.

Concedo a palavra ao Relator, a quem agradeço a diligência e o trabalho em face do PLN 34, designado a S.Exa., que trabalhou com afinco e traz hoje o parecer, neste momento esperado por esses tribunais para as ações que irão realizar.

Obrigada, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Senadora, eu é que agradeço a V.Exa. pela forma como conduz as audiências, as reuniões, pela forma como tem tratado todos os Parlamentares aqui, independentemente da Casa Legislativa.

Eu queria agradecer também à Desembargadora Nise, Presidente do TRT da 6ª Região, que nos tem alertado sobre os riscos do prédio antigo e que tem falado sobre a importância de conseguirmos fazer a aquisição desse novo prédio, assim como o Desembargador Fábio de Farias e o Desembargador Sergio.

Outros colegas têm nos ajudado no Senado, como o Senador Fernando Dueire, que tem sido um canal de diálogo importantíssimo para avançarmos nas pautas da Câmara e do Senado.

Então, já parabenizo todas e todos.

Peço permissão para ler o relatório.

"I. Relatório

Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'b', da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 517, de 10 de outubro de 2023, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 34, de 2023, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$50.785.329,00, para os fins que especifica.

O art. 2º do PL dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado em seu Anexo II.

A Exposição de Motivos (EM) nº 72 MPO, de 10 de outubro de 2023, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo:

4/6



Reunião de: 22/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

a) na Justiça Federal:

- Justiça Federal de Primeiro Grau, aquisição dos edifícios-sedes no Município de Tupã, no Estado de São Paulo, e no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul;

b) na Justiça Eleitoral:

- Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, aquisição de terreno anexo ao edifício-sede do TRE-GO, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás; e

c) na Justiça do Trabalho:

- Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região — Pernambuco, aquisição de imóvel para sediar o Fórum Trabalhista do Recife, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco; e Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região — Amazonas/Roraima, construção do edifício-sede do Fórum Trabalhista de Manaus, no Município de Manaus, no Estado do Amazonas.

(...)

A exposição de motivos esclarece que:

1) Em relação ao que dispõe o art. 52, § 4º, da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 — LDO-2023, as alterações propostas não afetam a obtenção da meta de resultado primário, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o seu montante.

2) No que tange aos limites individualizados para as despesas primárias e demais operações que afetam o resultado primário, o crédito em questão está de acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, por não ampliar as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites. Ressalta-se que, com a sanção da citada lei, ficou revogado o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, conforme dispõe o art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, aplicando-se, em 2023, os limites vigentes no momento da publicação da LOA-2023, relativos ao respectivo Poder ou órgão, segundo o estabelecido no *caput* do art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 2023.

3) No que diz respeito ao disposto no inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal, vale ressaltar que o presente ato afeta positivamente o cumprimento da 'regra de ouro'.

4) Em relação ao § 18 do art. 52 da LDO-2023, a EM traz em anexo o demonstrativo de desvios de valores cancelados que ultrapassam 20% das dotações das respectivas ações.

5) Cabe acrescentar que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023, de que trata a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas deverão ser realizados de acordo com o inciso I do art. 21 da referida lei.

Ressalta-se, por oportuno, que as alterações propostas decorrem de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP e, de acordo com os órgãos envolvidos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual.

É o relatório."

Peço permissão para passar ao voto do Relator, Presidente.

"II. Voto

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva (...) incluir categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2023.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2023, do Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2023.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 34, de 2023, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Deputado Túlio Gadêlha

Relator"

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

5/6



Reunião de: 22/11/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em discussão na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai ao Congresso Nacional.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, Deputado Túlio Gadêlha, para, além de parabenizá-lo pelo relatório, como eu disse, pela diligência com que foi feito, agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco, o Presidente do Congresso, que encaminhou para a CMO o PLN 34.

Tendo percebido, mais uma vez sendo redundante, a diligência do Deputado e tendo tido a oportunidade de estar presente nas discussões, já adianto que há o compromisso de amanhã se colocar a matéria em votação no Congresso Nacional, para que essas ações sejam realizadas da forma merecida, porque se trata de atendimento à população. São situações em que não só os servidores, não só aqueles que trabalham e que atuam na Justiça, os magistrados, mas também, principalmente, a população brasileira que tem esse ganho nesses Estados todos... Foi citado inclusive Pernambuco, Estado vizinho ao meu, Estado do Deputado Túlio Gadêlha.

Parabéns! Passo a palavra para V.Exa., já com o relatório aprovado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Senadora, mais uma vez agradeço a V.Exa.

Nós estamos falando aqui do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, que é um fórum fundamental para o trabalhador na cidade de Recife e região, principalmente porque, nesse fórum, nesse espaço, funcionam 24 varas do trabalho. Essas varas, desde o dia 23 de janeiro, estão funcionando no prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e a logística de trabalho é absurda nesse espaço, porque são muitas as varas que se misturam ali com as varas dos desembargadores. Os juízes, os advogados e os trabalhadores precisam de um espaço para despachar, para levar seus pleitos.

Eu falo isso, Presidente, porque o prédio antigo está condenado. Por conta dos alagamentos recentes da cidade de Recife, esse prédio — o Ministério Público até fez este alerta — corre o risco de desabar. Por isso, os juízes que estavam ali foram para o Tribunal Regional do Trabalho, que é onde hoje despacham. Esse, sem dúvida, vai ser um investimento que todo trabalhador vai agradecer. As 24 varas do trabalho do Fórum Advogado José Barbosa voltarão a funcionar com espaço próprio, na Avenida Rui Barbosa, 251, no Bairro das Graças.

Fico muito feliz. Parabéns, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Fernando Dueire e desembargadores que estão aqui hoje e que nos ajudaram a avançar nessa proposta, que vai beneficiar o povo pernambucano e toda a região.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Muito bom.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Senadora, na verdade, eu só queria parabenizar o Deputado Túlio. Eu estava muito reticente em relação a esse projeto. Eu estava falando do cobertor muito curto. Vemos tantos prédios vazios, tanto trabalho remoto. Perguntei: *"Por que se está fazendo isso?"* E ele, com toda a paciência do mundo, explicou-me, com essa justificativa que ele colocou aqui. Ele falou do alagamento, da recomendação do Ministério Público, do risco de desabamento do prédio. Realmente, ele me fez converter meu voto novamente.

Agradeço ao Deputado Túlio Gadêlha e parabenizo-o pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Viu como ele é bom de campanha? *(Risos.)*

Agradeço a todos e a todas pela reunião de hoje.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Daniel Almeida. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério dos Transportes, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e, ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2207/2023-TCU/Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2024, com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, por solicitação do Deputado Daniel Almeida, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no art. 148 do texto da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Carlos Henrique Gaguim, Geraldo Resende, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, João Leão, Luciano Amaral, Marcio Alvino e Vicentinho Júnior; dos **Deputados Suplentes**: Alberto Mourão, Benes Leocádio, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte e Misael Varella; e dos **Deputados Não Membros**: Filipe Martins e Leonardo Monteiro. **ABERTURA**: às dez horas e dezenove minutos, os trabalhos foram abertos pelo Presidente em exercício, Deputado Daniel Almeida, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e com a participação de um dos convidados de forma virtual, através da plataforma zoom. Comunicou que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes dispõem de 10 minutos, prorrogáveis, para suas exposições. E de acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal combinado com art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os membros da Comissão poderiam, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. A seguir, abriu a lista de inscrições para o debate e, em prosseguimento, passou à **primeira obra, referente à aplicação de recursos federais na Ferrovia Transnordestina**. O Presidente, então, concedeu a palavra ao Sr. Leonardo Cezar Ribeiro, Secretário Nacional de Transportes Ferroviário, do Ministério dos Transportes, que fez sua apresentação com recurso multimídia sobre o Trecho Salgueiro/PE - Porto de Suape/PE. Após a apresentação, o presidente em exercício concedeu a palavra ao Deputado João Leão que fez suas colocações. O Deputado Daniel Almeida, então, passou à **segunda obra, referente ao Ramal do Apodi (Trecho IV do Eixo Norte)**, convidando à mesa o Sr. Rommel Dias Marques R. Brandão, Auditor Chefe Adjunto da Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União e o Sr. Oscálmi Porto Freitas, Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica representando o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, os quais fizeram respectivamente suas explanações com auxílio de recursos multimídia. Após, o Deputado Benes Leocádio indagou o Sr. Oscálmi sobre a previsão de término da obra, assim como o presidente em exercício também fez suas indagações que foram esclarecidas pelo convidado. O representante do TCU também fez suas colocações, a pedido do presidente. O Deputado Daniel Almeida anunciou a **terceira obra, referente à construção da BR-040/RJ** e convidou à mesa, bem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como passou a palavra, primeiramente, ao Sr. Emmanuel do Vale Madeiro, Auditor Chefe Adjunto da Auditoria Especializada em Rodovia Aviação, representando o Tribunal de Contas, para fazer sua apresentação sobre os indícios de irregularidades levantados pelo órgão. Em seguida, o Sr. Fernando de Freitas Bezerra, Superintendente de Infraestrutura Rodoviária substituto e o Sr. Jhony Martins Lucas de Oliveira, Chefe de Gabinete da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária, ambos da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT trouxeram as informações solicitadas pelo TCU e atualizaram sobre o status da obra. Dando continuidade o presidente em exercício manteve a composição da mesa e anunciou a **quarta obra referente à Ampliação de capacidade da BR-290/RS**. Novamente iniciou-se pelo representante do TCU Sr. Emmanuel do Vale Madeiro que expos, com o auxílio de recursos multimídia, os fatos referentes a essa obra e a proposta da unidade técnica no sentido de retirar a obra do quadro de bloqueio uma vez que a concessionária não atua mais no trecho. Os representantes da ANTT se posicionaram concordando com o TCU em função da perda do objeto com o encerramento do contrato. O presidente fez mais algumas perguntas sobre o encerramento do contrato e medidas judiciais que foram tomadas, o que, na medida do possível, foram esclarecidas pelos representantes da ANTT. Por fim, não havendo oradores inscritos foi anunciada a **quinta e última obra da pauta, obras de pavimentação do Departamento de Obras contra a Seca**, na Bahia, para qual foi convidado a compor à mesa e expor, por parte do Tribunal de Contas da União, o Sr. Rommel Dias Marques R. Brandão que fez sua apresentação sobre quatro pontos de irregularidades observados nesse contrato, três deles considerados graves com recomendação de paralização. No entanto, elogiou a gestão do Dnocs que, segundo ele, após tomar conhecimento dessas irregularidades, prontamente respondeu a provocação do TCU e buscou meios de sanar as irregularidades ou corrigi-las satisfatoriamente. Após apresentar esse panorama geral do contrato o representante do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - Dnocs, Sr. Jackson Oliveira Carvalho, Chefe do Serviço de Projetos, virtualmente por meio da plataforma zoom, fez suas colocações inicialmente com um histórico do Departamento e sua premissa básica de trabalho, posteriormente citou as medidas que o órgão está adotando para alinhar o trabalho do Dnocs aos órgãos de controle e fiscalização. Não havendo oradores inscritos, o presidente em exercício indagou o TCU se havia alguma consideração a fazer a respeito das informações trazidas pelo órgão e solicitou esclarecimentos pontuais que foram respondidos pelo Sr. Rommel Dias do TCU e complementadas pela Sr. Jackson Oliveira do Dnocs. Por fim, o Deputado Daniel Almeida, presidente em exercício, agradeceu a presença dos parlamentares, a participação do Tribunal de Contas da União e dos demais órgãos, que contribuíram para um debate em alto nível, bem como a Consultoria de Orçamento que ajudou ao comitê na compreensão do tema. **ENCERRAMENTO:** às doze horas e trinta minutos a reunião de audiência pública foi encerrada. Após aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. Deputado Daniel Almeida, Presidente em Exercício. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Declaro iniciada a 19ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério dos Transportes, do Ministério da Integração, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS e da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT sobre as obras e serviços com indícios de irregularidades graves, com a finalidade é subsidiar a decisão legislativa de alocação de recursos da Lei Orçamentária Anual para 2024, atualizada pelo TCU, por meio do Acórdão nº 2.207, de 2023.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom. Informo ainda que há convidados participando de forma virtual.

Conforme a Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, no § 1º do art. 148, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, a Comissão Mista poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos, nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves. Por esse motivo, a Comissão convocou esta audiência pública.

O Comitê conhece bem o histórico das irregularidades que levaram à sugestão de bloqueio de execução física, orçamentária e financeira das obras que serão objeto de exame nesta audiência pública. Neste momento, há especial interesse em conhecer a evolução recente da situação de cada obra ou contrato em 2023, a posição atual dos indícios de irregularidades e medidas de saneamento das irregularidades.

Em função do breve prazo de que dispomos, necessitamos ser objetivos durante as explicações. Nesse contexto, solicitamos aos senhores representantes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

dos órgãos que priorizem a exposição dos fatos mais recentes, especialmente os ocorridos neste ano, os quais serão mais importantes para efeito da decisão da Comissão de Orçamento.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para suas exposições.

Conforme estipula o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de até 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de até 3 minutos.

Informo, ainda, que as apresentações dos palestrantes, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição dos Srs. Parlamentares está aberta.

Vamos, então, dar início à composição da primeira Mesa para as exposições e o debate. Vamos tratar da Ferrovia Transnordestina. Peço que tomem assento à mesa os representantes do Ministério dos Transportes para que façam sua apresentação: Leonardo Cezar Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário, por gentileza, obrigado; Henrique Mendes, Diretor Substituto de Obras e Projetos; Pedro Moraes Raso Sardinha Pinto, Gerente de Projeto; e Sérgio Ricardo Lemos de Alcântara, Assessor Técnico.

O Leonardo, então, se encontra à mesa, e os demais estão presentes para eventual necessidade de esclarecimento complementar à exposição inicial.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Deputado João Leão, que nos honra muito com a sua presença, V.Exa. quer fazer uma questão de ordem?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Não. Quero fazer apenas uma comunicação.

Quero comunicar que estão aqui conosco o ex-Deputado Maurício Trindade, que fez um grande trabalho nesta Casa, médico, uma grande figura; o Leandro, Vereador de Salvador; o Joca Soares, Presidente do nosso partido em Salvador, onde fizemos uma composição com o PCdoB, o seu partido, Deputado Daniel Almeida, e com Olívia Santana, para que ele fosse candidato a Vice-Prefeito.

É uma honra muito grande para esta Casa nós recebermos essas grandes figuras aqui na Câmara dos Deputados.

Presidente, quero dar os parabéns a V.Exa. por estar presidindo esta Comissão, um grande Parlamentar baiano, uma grande figura, um Deputado muito objetivo, que realmente já tem história nesta Casa e na Bahia.

A Bahia se sente honrada com V.Exa. presidindo esta Comissão.

É só isso. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Deputado João Leão, eu sou um aluno de V.Exa., que é um mestre aqui e sempre nos ensina muito.

Tive a honra de ser colega do Maurício Trindade quando foi Vereador em Salvador — olha que vem de longe, já faz algum tempo — e também quando foi Deputado Federal aqui por algum tempo. Então, é uma honra muito grande revê-lo sempre na atividade política.

O Joca é uma figura da vida cultural, política e esportiva do nosso Estado da Bahia, de Salvador.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Para aqueles que não sabem tomarem conhecimento: Joca Soares foi tricampeão mundial de *kickboxing* e foi duas vezes campeão mundial de luta livre. Foi campeão baiano e campeão sul-americano. A vida dele é ser campeão. É por isso que eu o chamo de Joca Soares, o campeão.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - E perto de um mestre fica tudo mais fácil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O Guerrilha, Vereador de Salvador, é nosso grande líder da Boca do Rio, em Salvador, grande figura.

Sejam todos bem-vindos à nossa audiência pública.

Passo imediatamente a palavra ao Leonardo Cezar Ribeiro, para que ele possa fazer sua exposição a respeito dos indícios que se referem à Ferrovia Transnordestina.

O SR. LEONARDO CEZAR RIBEIRO - Bom dia a todos e a todas.

Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Daniel Almeida, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades aqui presentes.

Quero destacar que considero a Comissão Mista de Orçamento uma das Comissões mais relevantes do nosso arcabouço institucional.

Eu fui analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, oportunidade em que estive, em diversos momentos, aqui na nesta Comissão para assessorar os técnicos. Depois, fui trabalhar com o Senador José Serra, por 8 anos, oportunidade também que tive de poder contribuir com a assessoria técnica aqui nesta Comissão. E agora estou de volta ao Poder Executivo, honrado pelo convite da alta administração para poder liderar a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário. Então, gostaria de fazer a ressalva de que esta Casa é muito respeitada pela Secretaria. Estaremos sempre à disposição do Congresso.

Eu trouxe aqui uma apresentação objetiva, para tentar mostrar a importância dos investimentos públicos no setor ferroviário, sobretudo no trecho de Salgueiro a Suape.

(Segue-se exibição de imagens.)

Com este primeiro eslaide, quero aqui dizer que o Brasil precisa ampliar a malha ferroviária, precisa aumentar os investimentos em ferrovias. Quando nós olhamos para o passado recente, os números nos mostram que, até 2016, havia no País relevante volume de investimentos públicos e privados.

Com o teto de gastos, passamos a conviver com uma realidade totalmente diferente: perdemos os investimentos públicos em infraestrutura de grande vulto e,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

com isso, os investimentos privados. Agora temos o objetivo de ampliar a participação do setor de ferrovias na matriz de transportes, que é fundamental para o desenvolvimento do País na área econômica e na área social. Para isso, é preciso retomar os investimentos públicos e os investimentos privados, na minha opinião. Essa é uma diretriz ministerial.

O setor de ferrovias desenvolve o País com seus corredores de desenvolvimento. Um corredor de desenvolvimento é capaz de gerar emprego, renda, redução de custo de logística e diversas outras externalidades para o País, sobretudo na área ambiental. A ideia é termos corredores estruturantes no Brasil. E um deles é este corredor, a Transnordestina, que vai poder fazer a ligação do Nordeste com o Sudeste, promovendo melhor distribuição de renda no País.

Temos aqui neste eslaide algumas informações sobre esse corredor estruturante. Temos como carga principal, nessa infraestrutura, o minério de ferro e granéis agrícolas. Ou seja, podemos promover relevantes exportações para o País, por meio do Porto do Pecém e do Porto de Suape.

Pernambuco é um Estado com uma população de 9,6 milhões de habitantes, com um PIB relevante, é um dos maiores centros de desenvolvimento econômico do Brasil. E o Porto de Suape é líder nacional em movimentação de granéis líquidos, com mais de 23 milhões de toneladas de cargas movimentadas por ano. Está entre os dez portos públicos do Brasil com melhor opção de conexão marítima e maior representatividade comercial.

O trecho Salgueiro-Suape faz parte da Transnordestina, faz parte desse corredor estruturante. É uma ferrovia projetada com mais de 500 quilômetros, um corredor estruturante, cuja execução física de obras hoje gira em torno de 40%. A meta é retomar os investimentos públicos para viabilizar uma concessão. Os investimentos ali necessários são estimados em 4,5 bilhões de reais. E o Orçamento e o PPA projetam 100 milhões de reais para 2024 e 450 milhões de reais para o período de 2023 a 2026. Temos aí um quadro com a situação dos nove trechos de Salgueiro a Suape, para que todos possam avaliar e refletir.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

E aqui eu gostaria de trazer uma visão econômica e fiscal para contribuir com as reflexões desta Comissão.

No final do ano passado, foi assinado um termo aditivo que fez uma segregação de trechos de Eliseu Martins, Salgueiro a Pecém e Salgueiro a Porto de Suape.

Naquele contexto, vigorava no País a tese — influenciada pelo teto de gastos que vigorou até 2022 — de que é possível ampliar a malha sem participação do Estado. E a experiência internacional ensina que o Estado tem fundamental papel no fomento de corredores estruturantes ferroviários. Aqui eu me refiro aos Estados Unidos, à Alemanha, à Europa, à Índia, à Ásia, à Austrália.

Infraestrutura de grande vulto necessita da participação do Estado com o setor privado, é uma parceria, mas sem o Estado acredito que não chegaremos aos objetivos que o Brasil estipulou para o setor ferroviário.

Quando nós estudamos o termo aditivo que foi assinado, percebemos que ali havia três premissas. Dar uma solução para Pernambuco, uma nova concessão, sem aporte público, tendo em vista que há dispositivos ali em que a Transnordestina mantém os trechos até a nova concessão, não faz sentido pensar em obra pública nessa concepção. E o Valor Presente Líquido — VPL positivo, uma vez que há dispositivos ali naquele termo que se referem a uma outorga alocada num encontro de contas, de que eu vou falar um pouco mais à frente.

Buscou-se a combinação desses três direcionamentos. Solucionar Pernambuco com concessão, sem aporte público, sem obras e uma concessão com VPL positivo. A combinação dessas três premissas é praticamente inviável. A combinação de duas acontece: sem aporte público, com solução para Pernambuco, o VPL é negativo; com VPL positivo e a solução para Pernambuco, é preciso de obras públicas; com o VPL positivo, sem aporte público, não é aquele trecho que pode nos dar isso. Ou seja, eu estou querendo construir uma reflexão aqui de que as obras públicas são fundamentais para a viabilização daquela concessão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Estamos elaborando, em fase final, um pedido de revisão do Acórdão nº 2.769 ao TCU, com a seguinte estratégia: *"Como foi feito com a Ferrovia Norte-Sul e a FIOLE (obra pública mais concessão)"* — e em cinco países desenvolveu suas ferrovias — *"a proposta é viabilizar a devolução parcial para promover obras públicas, com vistas a viabilizar a concessão exigida pelo TCU"*.

Então, nós estamos com a estratégia de ter recebimentos parciais e definitivos para viabilizar a obra pública, com vista a promover a nova concessão, conforme exigido pelo próprio acórdão.

E a retomada das obras promove emprego, renda e viabiliza a antecipação de um VPL positivo ou, no mínimo zero, para uma nova concessão. Essa é a ideia: obras com concessão.

O Acórdão nº 2.769 apresenta três partes muito bem destacadas e que, às vezes, confunde-nos, mas é importante ressaltar aqui com clareza que esse trecho Salgueiro a Suape será devolvido após um levantamento de ativos e passivos, com a aprovação desse levantamento e o cálculo da indenização pela ANTT e uma assinatura do termo definitivo de devolução.

O nosso objetivo é que haja a devolução parcial sem essa indenização antecipada, para podermos viabilizar essa obra pública e entregar para o povo, para a sociedade, uma concessão viável. O pagamento dessa indenização vai depender de abatimento de passivos de outros contratos, da FTL, que é da malha antiga. Objetivamos também a conclusão do "L" invertido e a assinatura de um contrato de concessão. Aqui eu quero dizer que, com esse termo aditivo assinado, precisamos entregar uma concessão. É por isso que acreditamos na importância das obras públicas. Além disso, ressalto a infraestrutura sustentável.

Passo para o último eslaide, Deputado, se o senhor me permite, para que eu possa fechar esta apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Claro. Pode dar sequência.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O SR. LEONARDO CEZAR RIBEIRO - Obrigado. Em resposta à CMO, nós temos etapas planejadas para aplicação dos recursos, que é a internalização dos projetos, compatibilizando-os, fazendo sondagens e levantamento dos trechos ali localizados, verificando as condicionantes ambientais e a situação das desapropriações.

Ressalto também a importância de as obras ocorrerem em 2024, com recursos do PLOA na ação 161K, com vistas a promover desapropriação, supervisão de obras, gerenciamento de obras, revisão de projetos, gestão fundiária e obras.

Para fechar a minha apresentação, agradecendo ao Deputado essa extensão pequena do prazo, eu quero aqui dizer que nós temos um objetivo desafiador, que é ampliar a participação do setor de ferrovias na matriz de transporte. Para isso, é preciso que tenhamos a retomada dos investimentos públicos, para induzirmos o investimento privado. Foi assim que o mundo ensinou que o setor de ferrovias se desenvolve e foi assim que fizemos com a Norte-Sul, com a FIO1. Então, eu acredito que a decisão de fazer as obras é uma decisão técnica, além de política.

Muito obrigado pela paciência de ouvir os nossos comentários. Coloco a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário sempre à disposição do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Nosso agradecimento ao Sr. Leonardo Cezar Ribeiro.

Não constatei nenhuma inscrição, mas o Deputado João Leão quer fazer uma intervenção. Passo a palavra a S.Exa., pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Dr. Leonardo Cezar Ribeiro, meus parabéns por você estar de volta a esta Comissão! Eu lembro de você menino, um garotão, circulando por esta Comissão. E o ex-Governador de São Paulo José Serra, vendo aquele menino versátil, disse: "*Venha para cá*". Meus parabéns por você estar agora à frente dessa Secretaria estatal tão importante para o País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Eu venho do setor ferroviário. Em minha vida, eu trabalhei muito, muito mesmo. Trabalhei na ferrovia, na Estrada de Ferro Carajás. Foi minha primeira experiência no setor ferroviário. Lá fizemos a pera na mina de Carajás em parceria com a Companhia Brasileira de Projetos e Obras — CBPO. Eu era um jovem, mas um jovem ousado. Tinha uma empresa pequena que fazia consórcio com grandes empresas. Então, fizemos consórcio com a CBPO, fizemos consórcio com a Odebrecht, fizemos consórcio com a Paranapanema e fizemos consórcio com a Construtora Brasil. Lá, eu fornecia todas as obras de arte, tudo. Aprendi muita coisa. Inclusive, aprendi que trem não faz desvio. Quando você constrói uma ferrovia, tem que ser muito bem feita e muito perfeita.

De lá, fui para a Ferrovia Norte-Sul. Trabalhei ali na Norte-Sul, em Imperatriz, naquela região toda, com a Odebrecht. E depois vim para cá e inventei de ser político, rapaz. Talvez tenha sido o grande erro da minha vida. Eu estaria hoje, talvez, com uma grande potência e tal.

E o que aconteceu? Hoje, nós temos um grande problema no Brasil. Todas as nossas grandes empresas estão em dificuldade em função dos problemas que nós tivemos no passado. Por isso era preciso que surgissem novas empresas. Na Ferrovia Norte-Sul, lá na Bahia, eu tive a honra de pegar um projeto inicial, de autoria do engenheiro Vasco Neto. Ele queria que a ferrovia fosse do Atlântico ao Pacífico, um sonho maravilhoso. Então, nós modificamos aquele projeto com uma equipe. E agradeço muito ao engenheiro Nelly Regis, que hoje está com 95 anos de idade. Enfim, fizemos o projeto da ferrovia.

Eu lembro que eu levei isso para o Governador. E todo mundo dizia: *"Leão, isso é um sonho, isso não vai sair nunca"*. Eu respondia: não vai sair por quê? Vamos correr atrás. E tive sorte quando o Presidente Lula se elegeu — eu vou fazer esse elogio aqui ao Presidente Lula — e viu o projeto porque ele se apaixonou. Ele se apaixonou — a Dilma era Chefe da Casa Civil — e disse: *"Olha, eu quero fazer esta obra"*. Começamos, então, e a obra começou a andar. Hoje, a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Ferrovia Norte-Sul é uma realidade. A FIOL hoje é uma realidade total. Grandes trechos já estão prontos, mas nós precisamos concluí-la.

Eu, aqui nesta Comissão, voto em tudo o que for possível para o setor ferroviário — tudo, porque não podemos deixar que este País continue dessa maneira que está. Nós erramos e precisamos agora consertar esse erro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado João Leão. Eu testemunho seu empenho, sua dedicação e muita eficiência no debate sempre colaborativo e propositivo nessa área de infraestrutura no nosso País.

Não há mais nenhum inscrito.

Eu queria precisar aqui com o Leonardo a respeito desse trecho da Transnordestina. Salgueiro e o Porto de Suape não constam mais da concessão da Transnordestina Logística do passado. É isso? Queria que houvesse essa confirmação. Pelo que entendi aqui, está em construção uma modelagem para obtenção de recursos públicos e, posteriormente, uma concessão. Eu queria que fosse mais bem esclarecida a modelagem que está sendo proposta.

Eu gostaria de saber se os recursos que estão previstos nesse cronograma seriam suficientes para dar curso à modelagem que está sendo trabalhada.

O SR. LEONARDO CEZAR RIBEIRO - Obrigado pelo questionamento, Deputado Daniel.

Antes de responder, quero me referir ao Deputado João Leão para agradecer pelas palavras e pela aula.

A administração pública é interessante porque aprendemos todos os dias com mestres como o senhor e outros. Muito obrigado pelas palavras. Contem conosco.

Deputado, o termo aditivo assinado no final do ano passado promoveu a cisão do trecho de Salgueiro a Porto de Suape em relação ao que chamamos de "L" invertido, a Transnordestina. Existe um passo a passo para que essa cisão se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

torne uma devolução definitiva. A cisão ocorreu, mas existe um passo a passo para que ocorra uma devolução definitiva, que é o levantamento de ativos. A Transnordestina tem direito a receber, digamos assim, do Estado, porque existe ali uma parte que já foi feita pela Transnordestina. Vai haver esse levantamento de ativos, ratificado pela ANTT, e vai haver o cálculo da indenização. Após isso, haveria o termo definitivo de devolução daquele trecho inteiro. A indenização só vai ser concluída, digamos assim, numa segunda dimensão, em que se considera também o abatimento de passivos daquela antiga ferrovia com a conclusão da obra do "L" invertido e com a assinatura de um contrato de concessão. Aí sim o Governo vai fazer o famoso encontro de contas.

Considerando-se que a construção que ocorreu no ano passado envolve uma concessão — isso é claro, porque tem que haver a assinatura de uma nova concessão — sem obras públicas, percebemos, ao ler o documento, a premissa indireta de que não haveria obras públicas, e o VPL positivo. Quando, tecnicamente, analisamos esses três fatores, vemos que é inviável fazer essa combinação dos três fatores. Por isso, estamos construindo, na dimensão institucional, uma devolução parcial dos trechos, sem esse pagamento, para termos uma devolução definitiva parcial para conseguir começar a realizar obras públicas. Nós entendemos que, independentemente desse acerto de contas que vai haver, essas obras públicas são fundamentais para agregar valor ao trecho e, com isso, conseguirmos viabilizar uma concessão e solucionar a logística para o Estado de Pernambuco e para o País.

Essa modelagem econômica está nesse contexto por dois motivos. Primeiro, pela questão da dimensão institucional, que foi a própria solução encontrada pelo TCU. Além disso, percebemos que esse modelo de concessão é importante para que o Estado consiga manter o setor de ferrovias em operação. Então, é importante termos essa concessão para que a manutenção da ferrovia não fique toda para o Estado, como foi no passado, mas no setor privado. Para viabilizar essa concessão, essa modelagem que envolve uma construção de um fluxo de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

caixa, há questões técnicas envolvidas. No final das contas, se trouxermos as obras públicas para o contexto, vamos agregar valor e promover a viabilidade dessa concessão. Isso tudo está sendo construído dentro de um posicionamento técnico para que consigamos solucionar o "I" deitado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - O.k., está esclarecido.

Agradeço a Leonardo Cezar Ribeiro, Secretário Nacional de Transporte Ferroviário, e aos demais representantes do Ministério dos Transportes que comparecem a esta audiência pública.

Os materiais ficarão disponíveis para análise posterior. A Comissão vai se debruçar sobre esses materiais. O objetivo é sempre haver absoluta lisura na aplicação dos recursos públicos, e visando sempre as metas estruturantes que o País precisa alcançar, jamais tendo como objeto interrupção de obra. É objetivo sanar problemas e tocar as coisas em frente. Acho que é disso que o Brasil precisa. Esse é o esforço que esta Comissão busca realizar.

Estaremos sempre à disposição para outras contribuições ou complementos de informação que o Ministério considerar necessário.

Obrigado pela participação.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Meu Presidente, quero só deixar algo no pensamento de Leonardo.

Existe naquela região uma grande viabilidade econômica da Transnordestina. Em Pernambuco, perto de Petrolina, por ali, pode ser feito um ramal à esquerda para que vá até Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova. Aquela região, Leonardo, é muito rica em minérios. Hoje, estamos explorando os minérios e os carregando em caminhões. As jazidas são muito maiores do que a da BAMIN, têm uma riqueza tão grande quanto a de Carajás. Então, é preciso que se faça um ramal ali.

Quando isso estiver pronto, pode ter certeza de que a própria mineradora vai entrar e vai começar a fazer esse ramal, para baratear o custo de transporte.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Transportar de caminhão minérios, de Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, é uma loucura. Isso não é feito em país nenhum do mundo.

Eu quero só que isto fique em sua cabeça: *"João Leão me disse que é preciso fazer esse ramal em Pernambuco, para a Bahia ganhar um pouco da Transnordestina"*.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado João Leão. Obrigado, Leonardo. Estamos sempre à disposição.

Vamos agora tratar do Ramal do Apodi.

Convido para participar da Mesa o Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica. *(Pausa.)* Não está presente.

Convido o Sr. Oscálmi Porto Freitas, Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

Convido o Sr. Rommel Dias Marques Brandão, Auditor-Chefe Adjunto da Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana, representante do Tribunal de Contas da União.

Primeiro vamos ouvir a representação do TCU, que fez a auditoria.

O SR. ROMMEL DIAS MARQUES RIBAS BRANDÃO - Bom dia a todos e todas.

Obrigado pelo convite para falar um pouquinho sobre o trabalho do TCU.

Vou fazer uma breve apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui, algumas informações básicas sobre a obra, sobre o Ramal do Apodi, que tem como finalidade conduzir por gravidade a vazão de até 40 metros cúbicos por segundo em um percurso de cerca de 115 quilômetros a partir do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco até o Reservatório de Angicos, de onde segue no leito do Rio Apodi. Está indicado no mapa esse eixo, onde está o Ramal do Apodi.

Aqui, algumas imagens do estágio em que se encontra a obra, com emboque do túnel, canal, aqueduto. As obras já estão em andamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Mais algumas imagens dos canais.

Fotos do túnel que a equipe visitou.

Algumas informações gerais: o objeto da auditoria é o contrato de execução das obras propriamente ditas, no valor de R\$938.510.000,00. Está em execução atualmente um percentual em torno de 24,7%. E a data prevista para a conclusão é outubro de 2025.

Basicamente, a auditoria teve apenas um achado, mas um achado de auditoria bastante impactante, que é a inexistência de demonstração da economicidade na contratação de projeto baseado em premissa superestimada de vazão.

O que é isso? A equipe de auditoria solicitou estudos de viabilidade técnica e constatou que apenas em uma parte da vazão prevista estava evidenciada a necessidade. Isso gerou um indício de que existe superestimativa da vazão prevista no projeto, o que pode resultar em uma série de consequências, além da execução de uma obra com valores superiores aos necessários para atender a demanda, e, depois, problemas operacionais decorrentes de um aumento muito grande do custo e de uma desproporcionalidade entre o que o projeto está prevendo entregar e a necessidade real do local.

O projeto indicou que a grande diferença entre a demanda justificada, evidenciada, e o que projeto prevê é aparentemente uma demanda com possíveis atividades de irrigação, de agricultura, e essas atividades não estão devidamente fundamentadas no relatório.

Uma coisa importante a salientar é que a proposta da equipe de fiscalização foi fazer uma oitiva do Ministério e da construtora responsável pela execução das obras e também algumas diligências nos consórcios ali envolvidos, em razão da possibilidade de que esses achados venham a impactar a execução do contrato ou trazer algum tipo de alteração em atos ou contratos que já estão assinados, que já estão vigentes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O processo não foi ainda apreciado pelo Ministro Relator, então, diferentemente de outros casos que ainda vamos ver nesta sessão, o TCU ainda não se pronunciou sobre esse relatório. O que temos hoje é um parecer inicial, o relatório de auditoria, da equipe, com proposta de oitiva, ou seja, ainda estamos num estágio de interlocução com os órgãos e com as empresas que estão executando as obras.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Agradecemos ao Sr. Rommel e passamos imediatamente a palavra para o Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, o Sr. Oscálmi Freitas.

O SR. OSCÁLMI PORTO FREITAS - Obrigado pela oportunidade de esclarecer algumas informações referente ao empreendimento.

Eu gostaria de iniciar a apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, apenas para me identificar, hoje eu ocupo cargo na Diretoria do Departamento de Projetos Estratégicos, vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, do Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional, departamento responsável pela implantação do Projeto de Integração do São Francisco.

Temos um parâmetro geral de todo o projeto, que é constituído pelos Eixos Norte e Leste, que são dois eixos estruturantes, com ramais associados, o Ramal do Agreste, o Ramal do Apodi, na região acima, mais ao norte, e o Ramal do Salgado. Atualmente, o Ramal do Apodi encontra-se em execução.

Temos um resumo dos dados, apenas para compreensão da dimensão da infraestrutura de segurança hídrica de que estamos tratando aqui. A extensão total beira 800 quilômetros de adução de água bruta.

Aqui, um breve histórico dos encaminhamentos que foram feitos, dos estudos que foram feitos para definição das vazões de todo o projeto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O projeto foi estudado e avaliado de forma ampla, todo o contexto. Os projetos iniciais, realizados entre 1998 e 2000, trabalhavam com uma premissa de vazão de 40 metros cúbicos por segundo no Apodi. A vazão do Eixo Norte é de 99 metros cúbicos por segundo, para um horizonte de final de projeto. Em 2001, houve um reestudo dessas premissas de vazão e foi indicada uma vazão de 18 metros cúbicos por segundo para o Ramal do Apodi. A partir daí, com a elaboração do projeto básico e o aprofundamento dos estudos, adotou-se uma vazão de 20 metros cúbicos por segundo.

Aqui, uma visualização da complexidade das estruturas envolvidas nesse empreendimento. Temos uma série de infraestruturas, de rápidos, aquedutos, canais, barragem intermediária e o Túnel Major Sales.

O contrato de execução da obra é dividido em três marcos, três etapas de entrega. Aqui temos os percentuais de cada um deles: Marco 1, com mais de 50% executados; Marco 2, com 35%; e Marco 3, que seria o último marco a ser entregue, na casa de 6%.

A conclusão da obra está prevista para outubro de 2025, e o período de operação assistida vai até abril de 2026.

Esse é o gráfico da evolução de execução física e financeira. À esquerda temos a execução física e financeira atualizada, que hoje já alcança 33%. À direita temos um quadro do investimento total previsto, de 1,6 bilhão, do qual já temos empenhados 50% e pagos, executados financeiramente, cerca de 520 milhões de reais. Essas informações do lado direito se referem a todo o empreendimento. Então, além da execução de obra, as questões ambientais, as questões de desapropriação de área e de acompanhamento e análise técnica do material de obra também estão incluídos nesse montante.

Esse é um parâmetro de evolução das obras no Ramal do Apodi. Como podemos avaliar no quadro, temos quase 2.200 empregos diretos gerados, aplicados diretamente à obra, com 875 equipamentos mobilizados para execução da obra atualmente. Esse quadro vem numa crescente e numa evolução por conta





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

do ritmo de obra que vem sendo intensificado, tendo em vista a conclusão no prazo acordado.

Essas são algumas imagens do Ramal do Apodi, Marco 1, só para podermos visualizar o empreendimento: execução de atividades de rápido arruído; execução de atividades noturnas, para que tenhamos tanto a garantia de prazo quanto qualidade adequada; execução de drenagens; execução de canais; revestimento de canais sendo realizados à noite também.

Aqui, as atividades na Barragem Tambor, ainda na parte do Marco 1, que estão sendo executadas: estruturas de controle; os vertedouros da referida barragem; atividades de estruturas de concreto nos aquedutos, na mesma estrutura. Há uma série de aquedutos que já estão sendo executados, as obras já estão em andamento. De uma extensão total de 115 quilômetros, nós temos obras em cerca de 80 quilômetros. Então, há frente de obra em boa parte do empreendimento.

Abaixo temos a imagem do caminhão na execução do Túnel Major Sales, na divisa dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Aqui temos alguns dados da evolução da gestão ambiental, o acompanhamento das condicionantes ambientais que vêm sendo cumpridas e mantidas satisfatoriamente e acompanhadas pelo IBAMA. Temos 21% de execução dessas atividades ambientais.

E aqui vemos os dados do avanço, da evolução de outras atividades ali também no âmbito ambiental, que é de supressão vegetal, do avanço de arqueologia e museologia, que também são tratados no âmbito do empreendimento, e das ações de desapropriação. A execução do empreendimento, como um todo, vem ocorrendo de forma satisfatória e num ritmo adequado para atender as expectativas de conclusão.

Em relação às vazões que foram levantadas, resalto novamente que houve o encerramento da auditoria do TCU em agosto, se não me engano, e agora, recentemente, houve a emissão do relatório técnico dessa auditoria. Não tivemos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

acesso formal ainda a esse relatório. Como a nossa interação com o TCU de transparência e de colaboração é sempre mútua, tivemos acesso, na sexta-feira, a algumas informações. E aí trouxemos um apanhado geral para tentar esclarecer o que foi apontado nesse relatório, embora o detalhamento e a resposta formal ao TCU vão ser dados em um momento futuro, quando esse relatório for formalmente apresentado para nós, e aí vamos poder inserir todo o contexto de documentações.

Temos como marco no estudo de vazão uma reavaliação que foi executada, em 2021, a reavaliação da capacidade requerida e da capacidade operacional. É importante frisar que são duas coisas diferentes: uma coisa é a demanda que ocorre na ponta; outra coisa é a capacidade de condução que o empreendimento tem que ter, porque ele tem que suprir as perdas, ao longo desse caminho. E a flexibilidade operacional tem que ocorrer nesse empreendimento. Trata-se de um empreendimento de segurança hídrica, e não basicamente de distribuição de água.

Como premissa basilar, foi identificada como principal contribuinte da demanda de vazão a área potencialmente irrigável no Rio Grande do Norte, de 150 mil hectares, sendo considerados 25% dessa área como potencial para a evolução, para o desenvolvimento nessa região.

Grosso modo, a estimativa é de 0,4 metros cúbicos por segundo por 1.000 hectares para atividades de irrigação, o que resulta numa demanda de 15 metros cúbicos por segundo. Lembro que estamos adotando 20 metros cúbicos por segundo, no projeto contratado, em sua capacidade máxima.

Houve também no ínterim entre a emissão do Plano Nacional de Segurança Hídrica — PNSH e da contratação da obra uma consulta ao Estado do Rio Grande do Norte, em que informações dos estudos realizados coadunavam com a informação vinda do Rio Grande do Norte. Há uma manifestação do Estado de interesse na continuidade da contratação da obra. O levantamento das questões de irrigação atinge, na Bacia do Apodi, a casa de 16,2 metros cúbicos por





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

segundo, com destaque para alguns perímetros irrigados que estavam em implantação ou paralisados e agora precisam ser retomados.

Recentemente, nós demandamos dois estudos. O primeiro foi o Contrato nº 18, de 2022, um estudo que avalia, de forma integrada, todas as infraestruturas estratégicas implantadas e em planejamento na região. Foram simulados diversos cenários, com diversas condições. O cenário de indução planejada de desenvolvimento atinge a casa dos 13,4 metros cúbicos por segundo, apenas para a Bacia do Rio Grande do Norte, desconsiderando Paraíba e Ceará, que seriam atendidos.

E o segundo foi o estudo do BNDES, que está sendo feito para a concessão, o que também está sendo avaliado para o atendimento de uma demanda do CMAP — Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas sobre a capacidade que o empreendimento teria, o quanto ele seria capaz de suprir essa demanda, num processo de crise hídrica. Não concluímos, mas está em fase de conclusão essa etapa do estudo, não do estudo da concessão. Alguns cenários foram formulados e vêm indicando que a demanda de 20 metros cúbicos por segundo é apropriada.

Nós concluímos por aqui. Só quero ressaltar que, quando falamos em demanda, em vazão de projeto, estamos falando de uma vazão de capacidade máxima para o atendimento de uma situação de crise, porque se trata de um empreendimento de segurança hídrica. Ele não é planejado para o atendimento médio, mas vai entrar em atuação nos momentos de crise, e, em geral, é necessário que se transfiram grandes pacotes de água em curto espaço de tempo. Então, em geral, ele pode e deve operar com uma flexibilidade, permitir os 20 metros cúbicos por segundo em determinado período do ano e, em outros períodos do ano, trabalhar com uma demanda corriqueira, uma média de 3 ou 4 metros cúbicos por segundo. Por isso, há uma estimativa de vazão diferenciada da que fazemos para os sistemas de distribuição de água, que estão embasados em um sistema de suporte de reservação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

É isso. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Receba nossos agradecimentos.

Antes de partirmos para os debates, eu indago aos expositores se gostariam de interagir, fazer perguntas. Pergunto se o representante do Tribunal de Contas gostaria de indagar o representante do Ministério da Integração, e vice-versa. *(Pausa.)*

Pois não, Rommel.

O SR. ROMMEL DIAS MARQUES RIBAS BRANDÃO - Eu gostaria de complementar a exposição dizendo o seguinte: o TCU, ao longo do tempo, evoluiu muito na sua visão e na forma de acompanhar os empreendimentos públicos, especialmente na parte de interação e interlocução com os órgãos, e isso representou um ganho muito substancial. Hoje, o TCU trabalha muito com essa identificação de riscos e com o propósito de oportunizar que os gestores adotem as providências necessárias, no tempo necessário. Então, temos procurado atuar, cada vez mais, nas etapas iniciais, apontando esse tipo de risco. Pelas verificações da equipe de auditoria, vimos algumas lacunas e a existência também de estudos de múltiplas origens.

O projeto é extremamente complexo. Esperamos contribuir no sentido de que, mesmo que a vazão esteja correta no projeto, aproveitemos essa oportunidade para gerenciar alguns riscos operacionais, alguns riscos de implementação que temos visto se materializarem em empreendimentos de outros setores.

Então, essa é uma oportunidade de reforçarmos, de nos aproximarmos do gestor na adoção das providências e garantirmos que a obra seja entregue e sirva à finalidade para a qual foi proposta. Esse é o grande objetivo de todos nós.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Está iniciado o debate.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Algum Parlamentar gostaria de falar? (*Pausa.*)

O Deputado Benes Leocádio, do Rio Grande do Norte, quer fazer uma indagação.

Obrigado, Deputado.

O SR. BENES LEOCÁDIO (Bloco/UNIÃO - RN) - Caro Presidente, nosso Coordenador Daniel Almeida, é um prazer participar deste debate, sobre uma obra tão importante para o nosso Estado do Rio Grande do Norte, a do Ramal do Apodi. Embora eu tenha chegado aqui no final das exposições, acredito eu que a preocupação maior do TCU, a meu ver, seja em relação à estimativa de vazão do sistema adutor que está sendo levantada.

Então, eu lhe indagaria, Dr. Oscálmi, se tem noção de como andam essas obras e qual é a expectativa de sua conclusão. Acho eu que o ponto mais importante — dado o que se encontra hoje lá no meu Estado — é a chegada do canal, vindo, salvo engano, da Paraíba e do Ceará, à cidade de Luís Gomes. O Município de Major Sales, hoje, está na fase de exploração de um túnel. Temos grande expectativa, pois essa água chegará, salvo engano, ao Açude Angicos, lá em José da Penha, depois à Barragem de Pau dos Ferros e por último a Santa Cruz do Apodi, que tem muita importância para toda aquela região, para emancipar de vez aqueles Municípios quanto à questão da falta d'água, quando falta no inverno. Na própria Barragem de Pau dos Ferros, um grande reservatório, nós já vivenciamos problemas gravíssimos.

Nosso sonho, nosso desejo, é que essa obra seja tocada, é claro, cumprindo todo o regramento normativo, e alcance a conclusão, de acordo com a previsão dos contratos.

Pergunto, Dr. Oscálmi, se V.Sa. poderia nos dizer qual é a perspectiva de andamento da obra e quando os potiguares que moram naquela região vão poder desfrutar realmente da chegada das águas do Velho Chico lá na Barragem de Santa Cruz do Apodi. Aí, eu tenho certeza de que nós emanciparemos não só





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

aquele Município. Quem sabe, até Mossoró, que é a maior cidade da região oeste, receba também águas da Barragem de Santa Cruz, no Apodi!

Agradeço este espaço e me coloco também como um torcedor e à disposição, no que eu puder contribuir. Como dito aqui pelos técnicos do Tribunal de Contas da União, nosso papel, aqui no Parlamento, é apoiar e discutir melhor a obra para que possamos evitar riscos ou prejuízos e, principalmente, atrasos.

Muito obrigado, Deputado Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado.

Não havendo mais inscritos para falar, eu gostaria também de manifestar uma preocupação. O levantamento de indício de irregularidade se relaciona com o superdimensionamento da vazão. Aqui se falou de algo em torno de 40 metros cúbicos, e não vi nenhum estudo — pelo menos não foi apresentado — mais conclusivo a respeito da necessidade dessa vazão. No entanto, a obra está em andamento, com a previsão de uma vazão que pode gerar dúvida ainda, pelo que eu pude perceber, sobre sua necessidade. É claro que, nesses investimentos que já foram feitos, pode haver, digamos assim, algum desperdício, alguma desnecessidade.

Então, o que eu gostaria que ficasse mais claro é o ponto sobre os estudos. Aqui, o representante do Ministério da Integração disse que há alguns estudos em andamento, é isso? Então, não há ainda estudos conclusivos? Esses estudos poderiam levar a uma modificação nessa modelagem em algum momento? Essas são as indagações que faço ao representante do Ministério da Integração.

Ao representante do Tribunal de Contas da União pergunto se os esclarecimentos feitos aqui são suficientes para suprimir as dúvidas que foram suscitadas na auditoria feita pelo tribunal.

O SR. OSCÁLMI PORTO FREITAS - Atendendo à demanda do Deputado Benes, digo que a conclusão da obra está prevista para outubro de 2025, e, a partir daí, também uma operação assistida até abril de 2026, quando vão ser feitos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

os testes e o comissionamento das estruturas para efetivamente colocá-la em operação.

A obra está em bom andamento. Nós temos, hoje, 33% de execução da obra propriamente dita, a frente de serviço em cerca de 70 quilômetros, 80 quilômetros da extensão total de 115 quilômetros. As liberações de área da parte fundiária também já estão bem avançadas em relação à demanda. Então, não há restrição de frente de obra por conta de aspectos fundiários.

Hoje, a execução do túnel entre Paraíba e Rio Grande do Norte, lá em Major Sales, segue com três frentes de atuação, duas internas, a partir da janela de acesso, e outra a partir do emboque. Também vem cumprindo o rito de execução, o ritmo previsto dentro da normalidade.

E aí eu queria destacar uma informação adicional em relação aos reservatórios Angicos, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Esses reservatórios nós classificamos como reservatórios estratégicos, porque recebem diretamente água do projeto São Francisco. E há recursos destinados a esses reservatórios, inclusive no Novo PAC, para a recuperação e adequação desses reservatórios à vazão prevista ali para adução, quando o PISF — Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional estiver em operação plena.

Então, de alguns desses reservatórios — eu peço desculpas, porque não vou saber precisar, estão sendo feitas com um TED, um termo de execução descentralizada, a partir do DNOCS — já estão publicadas as licitações para a recuperação e de outros até o final do ano serão publicadas.

Angicos é o final do Ramal do Apodi. Ele tem uma intervenção prevista no próprio contrato do Apodi e uma intervenção prevista de recuperação e adequação pelo DNOCS, por meio de um TED com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

Em relação à demanda da vazão, eu quero fazer um esclarecimento. Nós falamos de 40 metros por segundo. O Ramal do Apodi, acho que não ficou bem





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

claro ali na apresentação, tem dois trechos. O primeiro trecho é até o quilômetro 30, que efetivamente foi projetado e construído. Hoje, ele está praticamente pronto para 40 metros cúbicos por segundo, porque nesse quilômetro deriva outro ramal, que é o Ramal do Salgado. Então, esse trecho de 40 metros cúbicos por segundo atende os dois ramais, vamos dizer assim: a continuidade do Ramal do Apodi para o Rio Grande do Norte e o Ramal do Salgado para o Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza. A partir dali, são 20 metros cúbicos por segundo. O Ramal do Salgado também já foi objeto de auditoria do TCU. É sempre bem-vinda e profícua a interação com o TCU, cabe ressaltar isso aqui. Nós estamos à disposição para prestar as informações e complementá-las, sempre que requisitados.

No caso, foram realizados, sim, estudos que resultaram nessa vazão, nessa confirmação da vazão dos 20 metros cúbicos por segundo. A partir dali, por conta de outros estudos e análises que foram surgindo não só pelo TCU, mas também pela ANA no PNSH, nós fomos implementando os novos estudos para dar atualização a esses estudos e confirmação dessas vazões para dar mais segurança, exatamente para que nós atuemos o mais previamente possível no caso de identificação de algum problema.

Os estudos que foram realizados antes da contratação demonstraram que a vazão estava apropriada. E os estudos que vieram depois também vêm demonstrando isso. Ainda não estão concluídos, porque eles são parte de estudos maiores. Então, nós temos o estudo do Contrato nº 18, de 2022, que já menciona essa questão, já trata disso e já confirma uma demanda dessa vazão nesse montante de 20 metros cúbicos por segundo e o estudo do BNDES.

Eu acho que há necessidade uma interação com o TCU para poder haver esclarecimentos mais detalhados. E, como é uma questão de estatística, previsibilidade matemática, ela precisa ser integrada entre os dois órgãos para haver um entendimento dessa confirmação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Os estudos que estão sendo feitos já confirmam essa vazão e os que foram feitos à época da contratação já indicavam uma vazão nesse sentido, sempre tendo em mente a segurança hídrica, e não a mera distribuição de água.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Tem a palavra o Rommel.

O SR. ROMMEL DIAS MARQUES RIBAS BRANDÃO - Eu queria só dizer que, realmente, em relação ao que a equipe de auditoria avaliou e à apresentação que o Oscálmi trouxe aqui, com algumas informações complementares, a vazão que estava em princípio validada, evidenciada nos documentos que a equipe avaliou, era de 4 metros cúbicos. Só que os estudos a que a equipe teve acesso, durante a auditoria, eram mais antigos. E, de fato, o que o Oscálmi trouxe, essa parte específica destinada para irrigação, para agricultura irrigada daria um pouco mais de 15 metros cúbicos, que complementaríamos os 20 metros cúbicos.

Então, o que eu posso dizer é o seguinte: nessa apresentação, as informações sinalizam no sentido de haver uma justificativa, uma fundamentação para essa vazão. No entanto, nós precisamos fazer uma análise mais aprofundada desses estudos que estão sendo concluídos e de alguns estudos mais recentes que já foram concluídos, aos quais nós ainda não tínhamos tido acesso durante a auditoria.

Eu acho que existe uma perspectiva de que haja um encontro dessas informações, com a atualização. Eventualmente, algum tipo de correção pode ser feito para a parte de operação, para a parte de execução das obras. Eu acredito que nós conseguiremos chegar, digamos assim, a um consenso em torno dessa vazão. De fato, é uma questão bastante relevante, porque implica custos de implantação e custos de operação do projeto, porque se tem um risco de uma estrutura ociosa, uma estrutura subaproveitada.

Então, nós temos que avaliar isso com bastante cuidado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Agradecemos ao Oscálmí e ao Rommel, o representante do Ministério da Integração e o representante do Tribunal de Contas da União.

Como este é um tema ainda em aberto, existe interlocução e construção de relatórios e acompanhamento, eu peço aos dois representantes aqui que atualizem esta Comissão se tiverem dados novos. Até a próxima semana, nós temos que formatar o relatório. E a todas as informações que possam atualizar o parecer nós gostaríamos de ter acesso. Então, eu deixo a decisão de cobrar a atualização desses dados que possam estar disponíveis tanto no Ministério quanto no Tribunal de Contas.

Essa transposição de águas de São Francisco é coisa secular. Nós que somos nordestinos, Deputado Benes, temos essa expectativa, essa esperança.

Nós estamos vivendo um período de seca intensa no Nordeste, que causa um sofrimento muito grande e acontece a cada ciclo das secas, e a água do São Francisco é essa bênção que pode chegar a muitos lugares. Já chegou a muitos territórios — Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, etc. —, mas há essas complementações. Já se vão muito muitos anos com essa expectativa. Nós temos na Bahia um debate sobre o eixo sul, ao qual chamamos "Canal do Sertão", que poderia ser o primeiro, mas ainda está em fase de projeto. Esperamos que, no final do ano que vem, tenhamos um projeto para colocar também a Bahia na transposição. A Bahia é o Estado que tem a maior contribuição naquele trecho do Rio São Francisco.

Mas nunca podemos perder de vista a necessidade de revitalizar o São Francisco. Se retirarmos a água do Rio São Francisco e não cuidarmos de "replantar" a água, ou seja, fazer com que as margens, afluentes e nascentes sejam revitalizadas, podemos fazer todos esses investimentos e, em algum tempo, não ter água para chegar a esses lugares.

Então, é natural que cada população de cada uma das regiões tente dimensionar o máximo possível a quantidade de água que pode chegar até ela —





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

para irrigação e para outros usos. Mas se deve olhar o todo e pensar no contexto geral em que o São Francisco se encontra. Tomara que tenhamos agilidade para instalar o Canal do Sertão e tenhamos água para um longo período de abastecimento de todos esses mananciais. Essa é a nossa expectativa. Vamos todos — sociedade brasileira — trabalhar por isso.

Obrigado aos representantes do Ministério da Integração e do Tribunal de Contas da União.

Vamos agora para o tema relativo à construção da BR-040, no Rio de Janeiro.

Convido a integrar a Mesa o Sr. Fernando de Freitas Bezerra, Superintendente de Infraestrutura Rodoviária Substituto, representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres; o Sr. Jhony Martins Lucas de Oliveira, Chefe de Gabinete da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária; o Sr. Emmanuel do Vale Madeiro, Auditor-Chefe Adjunto da Auditoria Especializada em Rodovia e Aviação, do Tribunal de Contas da União.

Vamos adotar o mesmo método: passaremos a palavra, inicialmente, ao representante do Tribunal de Contas da União, Emmanuel Madeiro, para que possa fazer sua intervenção inicial.

O SR. EMMANUEL DO VALE MADEIRO - Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de aqui representar o TCU para falar sobre a fiscalização das obras da Nova Subida da Serra, na BR-040, Rio de Janeiro.

Trata-se de um contrato de concessão de rodovia federal celebrado em 1995 entre ANTT e a concessionária Concer.

A obra foi fiscalizada pela primeira vez durante o Fiscobras de 2016. Ela foi incluída no nosso Fiscobras, que é o nosso plano é anual de fiscalização de obras, em razão da necessidade de aportes orçamentários para complementar o valor previsto inicialmente no contrato de concessão.

Em janeiro de 2017, o TCU apontou três irregularidades graves, com recomendação de paralisação, relacionadas a sobrepreço no projeto e cálculo de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

reequilíbrio de forma inadequada. Em razão da materialidade dos indícios, o Tribunal acatou a proposta da unidade técnica e determinou o bloqueio dos recursos para as obras. E o Tribunal manteve a classificação dos achados como IGP em mais seis ocasiões, de 2017 a 2022.

Em 2018, o Tribunal prolatou o Acórdão 1452, no qual determinava uma série de medidas corretivas para que a ANTT pudesse proporcionar a retirada dessa obra do Quadro Bloqueio. Como as medidas não foram adotadas, então, o Tribunal manteve a classificação dos achados durante todos esses anos.

Em 22 de novembro deste ano, o TCU decidiu pela oitava vez manter as irregularidades como IGP.

Esse contrato de concessão foi concluído em fevereiro de 2021, mas a concessionária Concer manteve-se no contrato devido a liminares obtidas no Poder Judiciário.

Em fevereiro deste ano, o Superior Tribunal de Justiça decidiu limitar a extensão do prazo do contrato até a contratação da nova concessionária, atendendo a pedido da União. Apesar de o contrato já ter sido concluído, a concessionária ainda se mantém no trecho.

No primeiro semestre deste ano, o TCU analisou os estudos que seriam da nova concessão. A concessão inicialmente foi planejada para o trecho do Rio de Janeiro a Belo Horizonte. O Tribunal analisou os estudos de viabilidade dessa concessão e fez uma série de recomendações e determinações à ANTT. Mas, posteriormente, o Ministério dos Transportes mudou a diretriz e decidiu dividir esse segmento do Rio de Janeiro a Belo Horizonte em dois trechos: o trecho de Belo Horizonte a Juiz de Fora, que já foi analisado pelo TCU no início de novembro, e o trecho de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, cujos estudos ainda não chegaram ao Tribunal. Acredita-se que a previsão é a de que cheguem logo.

Bom, eu trouxe um excerto do acórdão, o Acórdão 2346, de 2023, prolatado na semana passada. O Tribunal decidiu manter a classificação dos achados como graves, com recomendação de paralisação; sobreavaliação do valor do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

reequilíbrio econômico-financeiro no fluxo de caixa marginal; sobrepreço no orçamento da obra; projetos básico e executivo desatualizados e deficientes; e decidiu comunicar à CMO a manutenção do IGP e potencial dano ao Erário de 276 milhões, na data-base de maio de 2012, sobrepreço no projeto.

As medidas corretivas para o saneamento dessas irregularidades foram aquelas elencadas no acórdão de 2018. As medidas corretivas apontadas pelo Tribunal seriam a correção do sobrepreço de 276 milhões; detalhamento do projeto executivo de forma tecnicamente adequada, uma vez que vários itens de projeto não estavam detalhados, constavam como verba; formalização da revisão do fluxo de caixa marginal, adotando as diretrizes do TCU, que seriam materializadas na 15ª revisão extraordinária do contrato; e a oportunização da manifestação da Concer sobre as especificações e valores das obras.

Abordo agora um pouco do voto do acórdão do TCU que decidiu pela manutenção do IGP. Estes são alguns fundamentos dessa decisão.

A ANTT informou ao Tribunal que a proposta da 15ª revisão extraordinária foi para deliberação da diretoria colegiada, mas à época da instrução não havia decisão da diretoria colegiada. O Tribunal também elevou em consideração que, mesmo que a ANTT adote as medidas corretivas, há uma série de decisões judiciais correndo na 5ª Vara da Justiça Federal, que, de certa forma, impediram a redução da tarifa em razão da inexecução das obras. Então, a tarifa de pedágio cobrada é de R\$ 12,60, e a tarifa calculada pela ANTT, que deveria estar sendo cobrada, seria em torno de R\$ 9. Então, a concessionária está cobrando mais do que deveria dos usuários da rodovia em razão da inexecução das obras.

O Tribunal considerou que o contrato vai se encerrar com a decisão do STJ, quando a nova concessionária assumir a rodovia. Então, com a assunção da nova concessionária, vai cessar a arrecadação de pedágio pela atual concessionária. Com isso, ela vai se tornar provavelmente grande devedora do poder concedente, devedora da ANTT, que representa a União, e não terá uma fonte operacional de recursos. Levando em consideração essas questões, a tarifa que está sendo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

cobrada está sendo maior do que a tarifa devida, a tarifa justa. Considerando a proximidade do final do contrato da concessão atual, que vai terminar a arrecadação de pedágio, a concessionária, em breve, não terá condição de ressarcir o possível dano ao Erário. Então, com isso, o Tribunal decidiu pela manutenção do IGP.

É isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Obrigado, Emmanuel.

Passo, então, imediatamente a palavra...

Quem falará pela ANTT? (*Pausa.*)

Com a palavra o Fernando de Freitas Bezerra.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA - Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, cumprimento aqui a Mesa, todos os Parlamentares presentes, profissionais e pessoas interessadas.

Em nome da ANTT, agradecemos este momento para esclarecimentos e também atualização sobre o *status* dessa obra.

Como foi bem dito pelo representante do TCU, essa obra foi prevista em um contrato de concessão firmado em 1995, iniciado em 1996, com prazo de 25 anos. Então, o prazo do contrato original se findou em 2021, e a concessionária ainda se mantém na concessão por conta de uma decisão judicial. Essa obra da Nova Subida da Serra foi prevista no contrato com um valor, uma verba. Em 2014, foi feito um termo aditivo para complementar o valor da obra, tendo em vista que a obra fica em uma região complexa, o contrato prevê várias obras de grande vulto, como um túnel de quase 5 quilômetros, e que o valor original não abarcava e não permitia a execução completa dessa obra.

Na sequência, houve fiscalizações e auditorias do TCU. O primeiro apontamento foi em relação ao termo aditivo, à questão da prorrogação da previsão que foi colocada no contrato, porque essa obra foi considerada com aporte e não com aumento da tarifa, e, se não ocorresse o aporte, teria um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

reequilíbrio por extensão de prazo. A decisão judicial hoje é a que a concessionária já está vivenciando.

Posteriormente, em 2017, foram apontadas irregularidades, que culminaram na classificação de IGP da obra. Foram elencadas as três principais irregularidades: a primeira foi sobre a avaliação do fluxo de caixa marginal para reequilíbrio econômico-financeiro da tarifa; a segunda foi a questão do projeto incompleto, com falta de detalhamento, com baixa qualidade; e a terceira foi a questão do orçamento da obra do projeto. Então, nesse período, a ANTT envidou esforços com as áreas técnicas para sanear esses apontamentos levantados pelo TCU.

Na questão do fluxo de caixa, da sobreavaliação, a área técnica já realizou os ajustes, já efetuou o cálculo. Na questão do projeto executivo, pela regra do contrato e dos regulamentos, é a concessionária que tem a atribuição de revisar o projeto executivo que ela elabora. A concessionária, na época, se negou, e a ANTT aplicou as penalidades cabíveis. E, na questão do sobrepreço, a ANTT contratou uma universidade, através de um convênio, de um TED, para auxiliar na análise do orçamento e também do levantamento das obras executadas.

Foi feito uma espécie de inventário. Foram levantadas as obras executadas, as patologias. E, no final, no resultado, foi feita uma atualização do orçamento previsto, do executado e do que faltava executar. Com isso, as áreas técnicas também instruíram o processo para equalizar os valores, conforme os apontamentos do TCU. Então, o processo foi instruído, ele já está próximo de ter aprovação, para que realizemos a revisão extraordinária, que vai equalizar e recalcular a tarifa devida em virtude dessas reduções.

Em paralelo, tendo em vista que o contrato se encerrou, a ANTT também tem um processo de fechamento de contas, que chamamos de haveres e deveres, em que analisa todos os ganhos da concessionária indevidos, por exemplo, com tarifa acima do previsto, não conformidade e entrega da infraestrutura de forma inadequada, como pavimento de baixa qualidade, com vida útil remanescente em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

desacordo ao que prevê o contrato. E a ANTT também está calculando a indenização que a concessionária terá que ressarcir. Ainda não fechamos esse valor tendo em vista a prorrogação do contrato judicial.

A Justiça determinou que o contrato vai ser prorrogado até o próximo leilão, que está previsto para o próximo ano, no primeiro semestre. Nesse novo leilão, nessa nova concessão, já está sendo prevista a finalização da obra da Nova Subida da Serra. Então, a ANTT tem tomado todas as ações para tentar sanear esse problema, que é complexo, porque ele envolveu não só o TCU, mas também o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Justiça. A concessionária está com demandas de reequilíbrio na Justiça, que também temos enfrentado.

Entendemos que, com o cenário atual, há risco de utilização de orçamento para retomada da obra, e uma execução financeira é bem improvável, tendo em vista que já está sendo prevista a próxima concessão. O estudo está sendo desenvolvido com a inferencial, o Ministério também tem participado. E eu acredito que, no máximo, no início do ano, a revisão extraordinária será concluída, e também será comunicada ao TCU.

Então, dessas três irregularidades principais, entendemos que temos respondido conforme o TCU apontou. Provavelmente, no ano que vem, a tendência é que todas as irregularidades estejam saneadas.

Seria isso.

Não sei se o Jhony quer complementar com algo.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Pois não, Jhony.

O SR. JHONY MARTINS LUCAS DE OLIVEIRA - Bom dia a todas as senhoras e os senhores.

Cumprimento os membros da Mesa e os participantes, de forma presencial e *on-line*.

Conforme bem abordado pelo Fernando, a concessão que estamos discutindo aqui, da BR-040, se encerrou em fevereiro de 2021. A concessionária





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

hoje está com um contrato que só permanece vigente por força de uma decisão judicial.

Por parte da ANTT, não há, neste momento, nenhum movimento de retomar essa obra com a concessionária atual que está no trecho. Conforme bem pontuado também pelo membro do TCU e pelo Fernando, estão sendo desenvolvidos estudos para a nova concessionária. Entendemos que essa obra é de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, e a pretensão é que essa obra seja retomada no escopo do novo contrato de concessão.

Eu reforço também que é uma obra de extrema complexidade. Há um túnel lá de 4 quilômetros. A obra em si tem 20 quilômetros de extensão. E foi a primeira vez que ANTT buscou viabilizar essa obra, manejando recurso do Orçamento e tarifa. A tarifa de pedágio não comportava, pois seria praticada uma tarifa muito elevada. Por conta disso, complementaram-se os recursos por meio de aportes.

Entretanto, foram pontuadas irregularidades, fizeram os apontamentos, e a ANTT, ao tomar conhecimento dos achados de auditoria, de pronto, envidou todos os esforços para sanear o processo. É um processo que reconhecemos que tem muita complexidade, que envolve tanto a parte de contabilidade como a parte de execução fiscal e de engenharia também. Porém, eu reforço que esse processo já está em fase final de instrução no âmbito da ANTT, e pretendemos, tão logo seja finalizado o cumprimento dos achados do TCU, comunicar a todos os intervenientes nesse processo e levar esse valor de encontro de contas para o encerramento final do contrato.

Era isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Indago se o Tribunal de Contas tem algum questionamento a fazer a respeito.

O SR. EMMANUEL DO VALE MADEIRO - Não, Excelência, apenas que as informações que foram passadas pelos representantes da ANTT já eram de conhecimento do Tribunal. E, como bem dito pelo representante da ANTT, no cenário atual, não seria viável aportarem-se recursos orçamentários para fazer





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

essa obra pela atual concessionária, tendo em vista que o contrato já foi encerrado e as obras já estão previstas para o próximo contrato de concessão. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Pelo que eu pude perceber, há um impasse na interlocução entre a ANTT e a concessionária. É isso mesmo? Não existe nenhuma tratativa para encontro de contas? Não há nenhuma manifestação de reconhecimento pela concessionária sobre a necessidade de ressarcimento? Só para esclarecer melhor esse aspecto.

Eu entendi também que há uma decisão judicial pós-encerramento do prazo da concessão, que se estenderia até uma nova licitação, que está prevista para o primeiro semestre do ano que vem, pelo que eu pude entender. Mas há alguma decisão judicial que se manifeste sobre a obrigação da empresa ou do poder concedente em arcar com os custos das irregularidades? Existe alguma decisão em alguma instância que se manifeste a esse respeito?

Eram essas as indagações que eu queria deixar para melhor esclarecimento.

O SR. JHONY MARTINS LUCAS DE OLIVEIRA - Excelência, a concessionária discorda dos apontamentos do Tribunal de Contas e da própria ANTT relacionados à revisão do projeto. Por conta disso, ela ajuizou uma ação perante a Justiça Federal, e a Justiça, em sede liminar, acolheu os apontamentos iniciais da concessionária de que haveria um suposto desequilíbrio em desfavor da concessionária.

Foi esse fato que permitiu que ela continuasse no trecho a partir de fevereiro de 2021, e mantendo a tarifa atual dos 12 reais de pedágio no local. Realmente há uma divergência do que a concessionária entende como devido e do que ANTT e o TCU entendem do que caberia ser ressarcido à concessionária. Foram manejados recursos pela UNIÃO, pela ANTT, devidamente instruídos, e a questão foi parar no STJ, que, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público, permitiu que a concessionária continuasse até haver uma nova.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Sobre esse valor adicional que ficou no trecho, entendemos que será necessário também haver a recomposição desse valor, saber qual seria a tarifa devida e qual seria realmente o custo dela.

Então, respondendo a V.Exa. de forma assertiva, há uma divergência da concessionária com o poder público relacionada ao valor do investimento. Ela entende que fez mais e deveria receber mais do que está sendo reconhecido e gerenciado pelo poder público.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - O.k. Vamos, então, encerrar essa etapa.

Eu fico sempre muito preocupado com essas concessões que foram feitas no passado. Nós temos uma situação com alguma semelhança lá na Bahia, com a Via Bahia, que pegou um trecho da BR-324 e da BR-116. Está havendo audiência pública em outra Comissão aqui onde estão exatamente debatendo sobre isso.

A judicialização interrompe todo o processo, não há investimento, não há ressarcimento, não há respeito às decisões administrativas, e a população perde enormemente durante anos seguidos, sem que haja uma pactuação e uma solução para esses problemas. Eu penso que tem que se fazer um grande esforço de realmente repactuar, porque o prejuízo maior é para a população e para a economia. A sociedade é que acaba pagando.

Entende-se que, nas condições atuais, não há justificativa para se manterem recursos no Orçamento para o ano que vem. Espera-se que haja um desfecho sobre esse processo litigioso no curso do ano que vem, e, aí, vamos pensar em outro caminho.

Obrigado.

Eu peço aos representantes da ANTT e do TCU que se mantenham na mesa para passarmos para o próximo tema da nossa audiência: obras de ampliação de capacidade da BR-290, no Rio Grande do Sul.

Já estão aqui os representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres e do TCU.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Eu passo a palavra para o Sr. Emmanuel do Vale Madeiro, do TCU, para falar sobre a BR-290.

O SR. EMMANUEL DO VALE MADEIRO - Obrigado, Excelência.

Trata-se de uma obra que foi fiscalizada pela primeira vez pelo TCU no Fiscobras 2017, obra de ampliação de capacidade da BR-290, Rio Grande do Sul. Foi feito um termo aditivo ao contrato de concessão entre ANTT e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A., chamada CONCEPA.

Neste ano de 2023, a proposta da unidade técnica foi no sentido de retirar a obra do quadro de bloqueio, pelos seguintes motivos: o contrato de concessão com a CONCEPA já foi encerrado desde 2018, ou seja, a concessionária não opera mais o trecho; não há mais dotação orçamentária para funcionar o objeto do bloqueio na LOA de 2024; os apontamentos feitos pelo TCU já estão sendo objeto de uma Tomada de Contas Especial, que está em instrução no Tribunal; e, por fim, foi celebrado um novo contrato de concessão, em janeiro de 2019, o contrato da RIS — Rodovia de Integração do Sul, que pegou trecho dessa concessão anterior da CONCEPA.

O Tribunal acatou a proposta do TCU e retirou a obra do quadro-bloqueio, tendo em vista essas questões, mas a principal delas é que a concessionária não opera mais o trecho. O contrato já foi encerrado, e não há mais dotação orçamentária para a obra.

Era isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Há alguma manifestação da ANTT a esse respeito?

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA - Como já foi colocado, essa obra foi incluída no contrato em 2014. E, depois do acórdão do TCU com os apontamentos de irregularidades sobre preço, a ANTT também processou os ajustes e promoveu a revisão extraordinária. Este ano, inclusive, com o encerramento do contrato, foi finalizado o encerramento das contas. E a ANTT, no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

caso, a União, tem um crédito que temos cobrado da concessionária em torno de mais de 200 milhões de reais.

Entendemos também que esse processo, tendo em vista que o contrato já se encerrou e que a obra já foi finalizada em 2015, teria perdido o objeto, e nós concordamos com o TCU na retirada dessa classificação de bloqueio de IGP.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Eu queria que o representante do Tribunal de Contas, o Sr. Emmanuel, detalhasse melhor isso, porque, entre 2022 e 2023, o Tribunal não recomendou recursos para essa obra. Havia o bloqueio. E o Tribunal de Contas mudou a posição na última manifestação para retirar o bloqueio orçamentário.

O que mudou? Eu queria um detalhamento melhor sobre as razões para essa mudança de posição do Tribunal de Contas entre 2022 e agora, 2023.

O SR. EMMANUEL DO VALE MADEIRO - Excelência, como foi dito, a concessionária saiu do trecho em 2018, com o fim do contrato de concessão, e não há mais rubrica orçamentária para a obra.

Com relação à deliberação do Tribunal nos anos anteriores, acredito que ainda restavam discussões que estavam sendo feitas na ANTT com relação aos haveres e deveres da concessão. Talvez tenha sido por isso que o Tribunal não tenha tomado uma decisão na oportunidade com relação ao bloqueio dessa obra. Acredito que tenha sido esse o porquê de o Tribunal ter mudado de opinião só agora.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Na ANTT, houve algum andamento para o encontro de contas da concessão encerrada anteriormente? Se houve, quais foram as providências adotadas para a execução desse encontro de contas?

Existe alguma decisão judicial que imponha algum ressarcimento, que determine algum procedimento da ANTT para formatar esse encontro de contas?

O SR. JHONY MARTINS LUCAS DE OLIVEIRA - Excelência, o contrato de concessão regulado pela ANTT — todos os contratos — prevê que ao término da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

concessão seja feito um encontro de contas, onde são levantados os créditos, os investimentos que talvez não tenham sido devidamente equalizados, os fatos supervenientes e débitos da concessionária, receitas a maiores, qualquer saldo devedor da concessionária. Esse é um processo realmente de alta complexidade, porque se pegarmos a concessão, por exemplo, da CONCEPA, o horizonte foi 20 anos; o da BR-040, 25 anos. Então, são vários eventos que, muitas vezes, vão sendo discutidos ao longo do contrato e, chegando ao final, é necessário ser feita toda a equalização do contrato.

No caso específico da CONCEPA, a ANTT, de fato, foi deliberar de forma definitiva sobre o encerramento do procedimento administrativo de encontro de contas não faz muito tempo. Essa matéria, no âmbito administrativo, está deliberada de forma definitiva. O processo está sendo tramitado, encaminhado junto à Advocacia-Geral da União, que é representada na ANTT pela Procuradoria, para a iniciativa das cobranças de força executória. Então, por parte da ANTT, no âmbito administrativo, há uma decisão da Diretoria da ANTT, de forma definitiva, encerrando o processo e reconhecendo que a concessionária é devedora ao final dos 20 anos do contrato de concessão.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Então, não existe demanda judicial relativa ao encerramento desse contrato?

O SR. JHONY MARTINS LUCAS DE OLIVEIRA - As concessionárias, ao final do contrato — e não só ela, mas, como V.Exa. citou, também outros casos —, têm buscado o Judiciário, seja porque elas têm um entendimento diverso da ANTT, seja, às vezes, por uma decisão definitiva também da ANTT da qual elas discordem.

Então, a CONCEPA, sim, buscou o Judiciário. Algumas ações estão em andamento, mas eu não tenho conhecimento de que ela obteve alguma decisão liminar, até porque ela já está fora do trecho da rodovia. Já faz quase 5 anos que ela saiu do trecho.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - O.k. Acho que está esclarecido.

Não há inscritos. Vamos passar ao próximo ponto.

Obras de pavimentação, DNOCS, na Bahia.

Convido à mesa o representante do Tribunal de Contas, Rommel Dias Brandão, para falar sobre a auditoria.

Está *on-line* o Sr. Jackson Oliveira Carvalho, Chefe do Serviço de Projetos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Eu passo a palavra imediatamente ao Rommel, para que ele possa fazer sua manifestação, como de praxe aqui, dando a palavra inicialmente ao Tribunal de Contas.

O SR. ROMMEL DIAS MARQUES RIBAS BRANDÃO - Obrigado.

Peço que coloquem a apresentação, se puderem.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui com vocês, para esclarecer um pouco do trabalho do TCU.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou falar de obras de pavimentação do DNOCS que foram contratadas por meio de registro de preço. É uma modelagem semelhante à que vem sendo feita pela CODEVASF, para entrega desses serviços em vários Municípios do País e, nesse caso, lá no Estado da Bahia.

Estas são algumas informações gerais. Houve dois pregões eletrônicos: o primeiro, pelo Sistema de Registro de Preços, de 2021; e o segundo, de 2023. Eles foram realizados pelo DNOCS na Coordenadoria Estadual na Bahia, a fim de contratar empresas para realizar pavimentação asfáltica de vias urbanas e rurais inseridas na área de atuação dessa coordenadoria. E o valor é bem substancial: 343 milhões de reais.

Lembro que se trata do Sistema de Registro de Preços. Então, a partir da licitação inicial, do pregão, é possível assinar diversos contratos em diversas localidades. E, à medida que esses contratos vão sendo assinados, vão sendo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

definidas as características das vias, o local de implantação das pavimentações. Então, é um arranjo relativamente complexo e inovador. Alguns anos atrás, não ouvíamos falar nesse tipo de obra sendo contratado por pregão ou pelo Sistema de Registro de Preços. Há ainda alguma controvérsia em relação à legalidade, aos tipos de obras que poderiam ser contratados nessa modelagem.

De qualquer modo, vamos falar um pouco mais sobre algumas características dessa contratação. Desses 343 milhões de reais, 92 milhões de reais eram relativos ao pregão anterior, de 2021, mais antigo, e 250 milhões de reais, ao pregão mais recente, de 2023.

Quais foram os achados de auditoria? Nós tivemos quatro achados de auditoria. Os três primeiros foram considerados mais críticos e, num primeiro momento, foram classificados como irregularidade grave com indicação de paralisação, e o quarto foi considerado um achado menos grave.

O primeiro foi gestão e fiscalização deficientes das obras, cujo efeito é a ausência de fiscalização efetiva quanto à qualidade e quantidade dos serviços executados.

O segundo foi ausência de projeto básico e projeto executivo, que gerava incertezas sobre os quantitativos a serem executados. Como funcionava lá? Fazia-se o registro de preço e, depois, a contratação. Esperava-se que, entre a assinatura do contrato ou a definição dos locais em que seria executada a pavimentação e o início efetivo das obras, fossem desenvolvidos os projetos básicos e projetos executivos, para proporcionar uma execução adequada do serviço, mas se verificou que não estavam sendo feitos esses projetos. A documentação que subsidiava a execução das obras era uma documentação muito simplificada, muito pobre, que comprometia não só o entendimento do objeto, do que deveria ser feito, mas também a fiscalização. Se não há um projeto minimamente detalhado, não se consegue verificar se o que foi feito corresponde àquilo que foi contratado e àquilo que está sendo pago.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

O terceiro achado é referente a falhas na elaboração do orçamento e nas especificações. Dá para ver que esses três primeiros achados estão muito fortemente correlacionados, pois uma falha de especificação de projeto estava correlacionada com uma falha de fiscalização. Se os requisitos não estão previamente definidos de forma clara, isso compromete o processo de acompanhamento e de verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Por fim, o quarto achado é relacionado a irregularidades no uso do pregão e no uso do sistema de registro de preço. Existem alguns parâmetros legais que regem a gestão desses pregões e dessas atas — como vai ser feita a adesão, qual o limite máximo de adesões que podem ser feitas à ata —, e alguns desses princípios não estavam sendo obedecidos.

Nós entendemos que os três primeiros achados careciam de um ajuste para que fosse possível realizar as obras com um mínimo de qualidade e com um mínimo de controle. Então eles foram classificados previamente como IGP — irregularidades graves com recomendação de paralisação. E nós entendemos que o último achado poderia ser objeto de uma recomendação ou de uma ciência para que nos próximos procedimentos fosse ajustado.

Geralmente, nesses procedimentos, quando nós fazemos uma classificação prévia de proposta de IGP, nós a submetemos à manifestação do órgão. Eu queria até fazer um elogio à gestão do DNOCS, que respondeu prontamente a essa provocação do TCU referente a esses primeiros indícios que foram apontados e se manifestou no sentido de concordância com a identificação dos riscos e de adoção de medidas corretivas, as quais entendemos que, embora num primeiro momento não estivessem saneando definitivamente aqueles problemas, apontavam numa direção de correção satisfatória.

Para a questão da gestão e fiscalização deficiente, eles demonstraram que estavam adotando medidas para licitar e contratar uma empresa de consultoria e engenharia para auxiliar na fiscalização das obras. Também foi feita uma determinação interna para que não fossem assinados novos contratos ou ordens





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

de serviços até que fossem acatadas as recomendações da auditoria para elaboração e aprovação dos projetos básico e executivo antes do início das obras. Além disso, foram adotadas correções nas planilhas e nos documentos técnicos que haviam sido indicados pela auditoria.

Com relação às falhas nas planilhas orçamentárias e nas especificações técnicas, foi definido prazo para revisão das medições já realizadas. Existia a necessidade de corrigir algumas medições que haviam sido feitas, corrigir alguns contratos que tinham sido executados com esses erros, e também corrigir as planilhas previamente à celebração de novos contratos.

Tudo isso foi sinalizado previamente pelo DNOCS, e a equipe técnica do TCU entendeu, num primeiro momento, que essa sinalização era suficiente para promover a reclassificação de uma proposta de IGP inicialmente feita para uma de irregularidade grave com indicação de continuidade. O TCU determinou também que fosse feito um monitoramento pela equipe técnica dos desdobramentos que essas providências teriam ao longo do tempo.

Basicamente, o que saiu no Acórdão nº 2.217, de 2023, foram os mesmos itens que estão como sinalização preliminar e providências do DNOCS: estabelecimento de procedimentos padronizados de fiscalização e acompanhamento; verificação das dimensões e da qualidade dos serviços para pagamento e recebimento das obras; procedimento para elaboração e aprovação dos projetos previamente ao início das obras; correções nas planilhas orçamentárias e nas especificações técnicas, inclusive na parte de equipamentos, de forma a tornar o projeto mais eficiente. Foi feito também o detalhamento de algumas das especificações que foram consideradas inadequadas. Essas determinações referiam-se ao pregão mais recente.

Em relação ao pregão mais antigo, o acórdão encaminhou basicamente determinações com as quais o DNOCS já tinha manifestado concordância, que foram: não fazer novos contratos — já que há um pregão mais recente para fazer novos contratos, não deve fazer contratos novos com o pregão antigo — e revisar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

os contratos antigos que continham erros que eventualmente poderiam resultar na necessidade de algum tipo de ressarcimento de valores que foram pagos indevidamente.

Esse é o panorama geral.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Nosso agradecimento ao Rommel.

Passo a palavra imediatamente para o Jackson Oliveira Carvalho, representante do DNOCS. O Jackson participará virtualmente, pelo Zoom.

Pois não, Jackson. Está ouvindo?

O SR. JACKSON OLIVEIRA CARVALHO - Bom dia.

Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Você está com a palavra. Estamos ouvindo bem.

O SR. JACKSON OLIVEIRA CARVALHO - Bom dia, Deputado.

Parabenizo e cumprimento todos os que compõem a Mesa e estão no plenário.

Meu nome é Jackson Carvalho, engenheiro civil, analista de infraestrutura do Ministério da Gestão e da Inovação. Já estou trabalhando no DNOCS há 15 anos. Tive o prazer de trabalhar na unidade regional do DNOCS em Salvador. Conheci pessoalmente o Deputado Daniel Almeida quando ele era, se não me engano, Prefeito de Juazeiro, na Bahia, que está sempre inovando.

Vou relatar o que aconteceu, como disse o querido colega do TCU. Esse trabalho de pavimentação foi oriundo de demandas principalmente de comunidades do Estado da Bahia, iniciando-se por meio da CODEVASF. Como o DNOCS é uma entidade vinculada ao Ministério da Integração, também iniciou a participação nesse trabalho de melhoria das vias nas quais essas comunidades, distritos e às vezes a própria sede municipal têm dificuldades. Todos sabem da dificuldade de financiamento em investimento por que os Municípios passam. E





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

eles clamavam por isso geralmente para os representantes federais, que são os Deputados, como V.Exa., por exemplo.

Esses recursos que foram apresentados pelo colega auditor são, na maioria, ou praticamente 100% deles, oriundos de emendas parlamentares — antigamente, pelo RP9, e hoje, pelo RP2 —, bem como de emendas parlamentares individuais.

Antes de tecer alguns comentários com relação ao relatório do TCU, eu queria dizer que o DNOCS, no início da convocação, tinha um primeiro alinhamento que dizia assim: *"Gestão e fiscalização deficiente das obras de pavimentação e contratações desalinhadas com a missão institucional do DNOCS"*.

Eu queria somente relatar por 1 minuto que o DNOCS tem como premissa básica o desenvolvimento regional na sua área de atuação, que é o Semiárido brasileiro, que abrange todos os Estados do Nordeste e mais o norte de Minas Gerais. Dentro dessa medida, o DNOCS, ao longo de sua história — já são 114 anos de história —, trabalha intensivamente com infraestrutura.

O DNOCS é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, mas não foi somente o trabalho de infraestrutura hídrica que o DNOCS, durante sua história, executou. Trabalhou, logicamente, com barragens, adutoras, mas construiu perímetros irrigados, construiu linhas de transmissão elétrica, construiu estradas pavimentadas. Isso tudo porque o nosso corpo técnico é munido de engenheiros civis. Então, com relação à competência técnica, se o DNOCS tem ou não alinhamento institucional para executar trabalho de pavimentação asfáltica, nós entendemos que temos, sim, essa competência, essa missão institucional. Com a melhoria da infraestrutura de pavimento e microinfraestrutura hídrica naquela comunidade rural, naquele distrito, diminui o êxodo rural, finca mais o homem no campo. Essa é a primeira linha que temos que destacar.

Basicamente, como disse o nosso colega Oscálmí, do Ministério da Integração, nós temos sempre um trabalho de alinhamento com os órgãos de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

controle, com a CGU, com o TCU, tanto que, no primeiro momento, quando saiu o relatório prévio de auditoria, imediatamente, nós iniciamos o trabalho de correção das planilhas orçamentárias.

O prazo dado pelo Ministro Antonio Anastasia, de 60 dias, será cumprido. Nós faremos o aditivo de todos os contratos cujos erros de composição unitária de engenharia serão devidamente corrigidos. No momento da nossa defesa, já entregamos uma planilha com a nossa visão do que o TCU apontou. Conversando com o João Marcos, que é o chefe da unidade de auditoria, o auditor, o chefe da equipe, ele até concordou. *"É, Jackson, é isso mesmo."*

Nós estamos no encaminhamento correto. Todas as ações que o TCU está determinando nós estamos atendendo. Nenhum contrato desse novo pregão foi celebrado sem que antes houvesse esse entendimento da nova planilha orçamentária, com os apontamentos feitos pelo TCU.

Queria até comentar aqui sobre o acórdão de que ele fala no final, item 9.2: determinar à Coordenadoria Estadual do DNOCS que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes ações: com relação ao Pregão 3, de 2023, que é o pregão recente, estabeleça procedimentos padronizados mínimos de fiscalização.

Realmente, como todos nós sabemos e os nossos Deputados sabem, passa pela história do DNOCS o esvaziamento de pessoal em razão da aposentadoria. Nós estamos com a presença do Gabinete do Diretor-Geral, já fazendo incursões junto ao Ministério da Gestão para elaborar um novo concurso. Pedimos até o apoio dos nossos Parlamentares para revitalizar o DNOCS com concursos públicos. Mas, não esperando por isso e considerando que os Parlamentares sempre apostam no trabalho operacional do DNOCS, nós já estamos com um processo licitatório em andamento para a contratação de apoio técnico, ou seja, de uma empresa de consultoria, a fim de que ela faça as verificações, veja os padrões de qualidade e quantitativos que o TCU pregou. Então, nós já estamos tratando de suprir essa determinação de estabelecer procedimentos mínimos de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 46

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

fiscalização, acompanhamento mais *pari passu* as obras, com a contratação de uma empresa de consultoria de engenharia.

Outra determinação é a de implementar condicionantes para pagamento e recebimento de obras em andamento, com a verificação que envolva espessura dos pavimentos, necessidade de controle tecnológico, largura das vias. Também essa determinação do egrégio tribunal vai ser sanada com a contratação da empresa de consultoria de engenharia, que já está em andamento.

Outra determinação, que é instituir procedimento na elaboração e aprovação dos projetos previamente, antes do início das obras, também vai ser sanada com a contratação dessa empresa de consultoria. Isso tudo é do Pregão 3/23, em que não há nenhum contrato celebrado.

Outra determinação é corrigir os orçamentos antes da assinatura dos contratos, conforme esses apontamentos destacados pelo TCU. Eu até já elaborei a primeira planilha deles e estou aguardando somente o entendimento com as empresas que geraram as (*falha na transmissão*) de preço. Automaticamente, com esse entendimento, somente faremos os contratos com essas correções determinadas pelo tribunal. Então, também está em andamento essa determinação do TCU. Outra determinação é a da correção das composições de custos. Tudo isso está na planilha orçamentária que gerou a licitação e que gerou a ata de registro de preço.

Eu queria somente destacar, como nosso colega auditor falou, que a CODEVASF iniciou esse trabalho, que já está bem fundamentado, de 5 anos de pavimentação. E nós nos baseamos nessas planilhas do passado da CODEVASF. Se não me engano, existe também um trabalho de auditoria do TCU para fazer algumas correções. Eu também acompanho isso. São apontamentos de correções de planilha, mas que não são tão graves que não possamos corrigir de forma que não haja dano ao Erário, tanto que os contratos do pregão passado estão em andamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 47

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Encontra-se presente nesta reunião o Coordenador Estadual do DNOCS, Dr. Rafael Carvalho. E nós já estamos no trabalho de replanilhamento para fazer o aditivo e realizar as devidas correções determinadas pelo TCU.

Basicamente, todos os passos e procedimentos que o TCU pediu para elaborarmos estão em andamento, que são: contratação do apoio técnico; revisão da planilha dos contratos existentes; elaboração de nova planilha antes de celebrar o contrato desse novo pregão eletrônico.

Uma situação também interessante que o auditor traçou é que não há nenhuma gravidade para a paralisação dessas obras. As obras do contrato anterior, do pregão anterior, estão em andamento. E foi tratado de IGP para IGC, dando continuidade a esses contratos para que não prejudiquem as comunidades que estão sendo beneficiadas.

Era isso que gostaríamos de trazer.

Mais uma vez, quero agradecer a todos pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Concluiu, Jackson?

O SR. JACKSON OLIVEIRA CARVALHO - Concluí, meu líder.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Obrigado pela participação.

Não há inscritos para falar no debate. Indago ao Tribunal de Contas se há alguma consideração a fazer a respeito das informações trazidas pelo DNOCS. *(Pausa.)*

Queria, então, já levantar algo aqui para os dois que vão falar logo depois. Ficou a informação de que as recomendações feitas pela auditoria ao DNOCS foram aceitas pelo DNOCS como recomendações a serem encaminhadas. O representante do DNOCS relatou que, do ponto de vista das deficiências na fiscalização — se eu entendi direito —, foram contratados técnicos para cuidar dessas deficiências verificadas na fiscalização das obras. É isso mesmo? O TCU teve ciência, tomou conhecimento dessas medidas que foram encaminhadas a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 48

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

respeito das deficiências constatadas na fiscalização, relativas a preço de projetos, especificação de projetos, etc.?

A outra questão é que, pelo que eu entendi, foram suspensos os contratos relativos ao pregão de 2023 e as ordens de serviço do pregão de 2021. É isso mesmo? Está constatado que isso aconteceu? E outra questão é se houve resistência ou obstrução das contratadas, quando da correção das medições e/ou especificações dos contratos. Elas fizeram as correções exigidas pelo DNOCS? O Tribunal de Contas pôde acompanhar isso? Pergunto para que fique claro quais foram os procedimentos adotados.

Esse foi um tema que teve muita repercussão na Bahia, teve forte repercussão na Bahia. Houve muito debate sobre isso na Bahia e fora da Bahia também. Eu compreendo os limites que o DNOCS tem, sou adepto da tese do fortalecimento dessa instituição tão importante, tão tradicional e tão relevante — quando chega a seca nós vemos isso no Nordeste de forma mais clara —, hoje com um quadro já está envelhecido, etc., e isso tudo deve ser buscado no âmbito das ações, das políticas que a sociedade deve cobrar dos Governos. No entanto, isso não elimina os cuidados todos que devem ser preservados nas boas práticas de contratação, fiscalização e uso do recurso público.

Então, só para melhor esclarecimento, eu queria ouvir o Tribunal de Contas e o Jackson, representando o DNOCS, sobre essas indagações que fiz.

O SR. ROMMEL DIAS MARQUES RIBAS BRANDÃO - Bom, em relação à última indagação, que é sobre as empresas, eu acho que o Jackson vai poder falar um pouco melhor, porque nós, de fato, ainda não tivemos um retorno, um detalhamento dessas medidas.

Em relação à primeira parte, de fato, todas as medidas que o DNOCS sinalizou vão ao encontro daquilo que a equipe de fiscalização sugeriu. A grande questão é que hoje, pelo que o Jackson disse, o processo ainda está em contratação, então nós ainda não temos o resultado definitivo dessas medidas que estão sendo adotadas. O TCU tem o compromisso de, dentro do prazo que foi





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 49

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

estabelecido no acórdão, 60 dias, o DNOCS concluir algumas dessas ações, encaminhar os resultados ao Tribunal, e nós fazermos a verificação complementar, para aferir em que medida os resultados dessas ações que foram adotadas de fato estão sendo suficientes para mitigar os riscos que nós identificamos. Ou seja, a contratação vai permitir que efetivamente o controle da execução das obras seja feito de forma adequada e que elas sejam entregues para a população com qualidade, preço justo e dentro de um prazo adequado.

Em sentido mais amplo, as providências que foram sinalizadas estão compatíveis com o que a equipe de auditoria sugeriu, mas vamos ter um momento de verificação pela equipe de auditoria mais adiante, quando essas ações forem concluídas, para vermos se de fato elas cumpriram o objetivo das recomendações, das determinações.

Quanto ao segundo ponto, de maneira mais ampla, eu queria reforçar que a equipe de auditoria do TCU e os Ministros reconhecem a relevância desse serviço, dessa modelagem de contratação. Nós sabemos que o poder público tem, às vezes, muita dificuldade de fazer entregas em diversas regiões do País. Existe uma previsão de volume de recursos muito grande para essas contratações. E, pelo que temos visto no acompanhamento junto à CODEVASF e, agora, junto ao DNOCS, houve uma evolução grande nessa modelagem. No início havia uma série de lacunas, mas, a partir desse diálogo, dessa interação, temos visto uma evolução grande.

No caso do DNOCS, a estrutura administrativa e as condições técnicas e normativas para acompanhamento dos serviços eram ainda mais precárias do que na CODEVASF, então isso foi uma coisa que chamou muito a atenção, porque é um risco grande para esses recursos.

Como eu disse, há o interesse comum de que o serviço público seja prestado, a obra seja concluída, e a população possa usufruir dos benefícios dessa obra. E aí eu acho que nós estamos seguindo num caminho adequado, juntamente com o DNOCS e com a CODEVASF, para mitigar os riscos que são





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 50

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

identificados e construir soluções que sejam mais adequadas para que o recurso seja executado e para que a população possa usufruir dos benefícios disso.

Então, esse é o nosso objetivo maior nessa interlocução aqui com todos.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Tem a palavra o Sr. Jackson Carvalho.

O SR. JACKSON OLIVEIRA CARVALHO - É isso mesmo, Deputado. Como o processo licitatório é um pregão eletrônico para contratação de apoio técnico, acreditamos que até o final do ano já tenhamos essa empresa de consultoria para nos apoiar. Dentro dessa premissa dos novos contratos do Pregão 3, de 2023, está até escrito no próprio acórdão do TCU que eu só poderei emitir ordem de serviço com o apoio técnico ou com outras formas de acompanhamento *pari passu*. Como nós não temos mão de obra disponível para isso ser feito, nem laboratórios de asfalto e laboratorista, então, o apoio técnico vai nos dar esse suporte e automaticamente vamos dar continuidade a esse trabalho que está sendo brilhante no interior da Bahia.

Nós até convidamos o senhor a apostar também no DNOCS. Sei que o senhor é de Juazeiro, cidade vizinha à CODEVASF, mas o senhor pode nos ajudar em alguma área em que o senhor já apostou, como a perfuração de poços. Disso eu tenho conhecimento porque fiquei como Coordenador Estadual na Bahia durante quase 2 anos e me lembro que houve algumas ações de perfuração de poços para as quais V.Exa. colocou recursos no DNOCS. Nós estamos aqui. São 114 anos, já estamos velhinhos, mas ainda estamos dando couro aqui, viu?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - As empresas contatadas fizeram essas correções que foram indicadas?

O SR. JACKSON OLIVEIRA CARVALHO - Já foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - Não houve problema? Não houve resistência?

O SR. JACKSON OLIVEIRA CARVALHO - Quanto à correção da planilha, a contratada não tem nem o que discutir. O DNOCS concordou com a nova planilha.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 51

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

Nós já estamos refazendo a planilha, ou seja, nós estamos fazendo processos de... Quando fazemos mudança de quantitativos e de serviços, e o TCU solicitou que houvesse essa mudança, há um processo de determinação e de anuência com a contratada. Automaticamente, faremos os processos aditivos, que vão ser encaminhados à Procuradoria Federal para análise jurídica, e, em seguida, vai ser feita a celebração desses novos aditivos, com a planilha determinada pelo Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. Bloco/PCdoB - BA) - O.k.

Eu agradeço a participação ao Tribunal de Contas, aqui representado pelo Sr. Rommel, e agradeço também a participação ao DNOCS, aqui representado pelo Sr. Jackson.

Eu sou muito lembrado como uma liderança política de Juazeiro. O PCdoB governou Juazeiro de 2009 a 2015, uma gestão na Prefeitura que eu tive a honra de acompanhar — eu era Deputado. Muita gente me confunde como Prefeito de Juazeiro, porque nós fizemos muitas ações junto àquela gestão. Eu não tive a honra de ser Prefeito de Juazeiro ainda. Pode ser que, em algum momento, eu tenha essa oportunidade. Nós estamos buscando manter nosso contato por lá, mas o meu compromisso com o Sertão, com Juazeiro e com todo o Nordeste, evidentemente, é de origem. É a região onde eu nasci, no interior, e sei das dificuldades e também das vantagens, das alegrias e do potencial que o Nordeste tem. Nós não devemos nos sentir entristecidos por termos nascido ali, muito ao contrário. Eu me sinto honrado, porque aquele é um povo criativo, cheio de energia, com muito potencial para produzir e que produz em favor do Brasil. Existem vantagens extraordinárias que o nosso Nordeste apresenta. Eu acho que, num futuro muito próximo, nós vamos ouvir falar muito do Nordeste nesse contexto de renovação, de substituição energética, de descarbonização da indústria, porque lá nós temos um potencial extraordinário. Obrigado a todos.

Eu quero agradecer a todos o debate de alto nível que foi feito nesta audiência pública. Quero agradecer também a todos da Consultoria,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 52

CMO (Reunião, Audiência Pública)

28/11/2023

especialmente ao Fernando, que representa o Senado na Comissão de Orçamento; ao Antonio D Avila, representante da Câmara que nos ajudou muito na compreensão e na elaboração desse material; a todos os que interagiram das representações do Governo, da ANTT e do Tribunal de Contas; aos Senadores e aos Deputados; e a todos da assessoria.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Boa tarde.



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 5, 6, 7, 12, 13, 14, 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Alencar Santana, Alex Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Giacobbo, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, João Carlos Bacelar, João Leão, José Rocha, Luciano Amaral, Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Matheus Noronha, Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Otoni de Paula, Paulo Litro, Sergio Souza, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago; dos **Senadores Titulares**: Ana Paula Lobato, Beto Faro, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra e Wilder Moraes; dos **Deputados Suplentes**: Aguinaldo Ribeiro, Alberto Mourão, André Figueiredo, Átila Lira, Benes Leocádio, Capitão Alden, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Duda Ramos, Ivoneide Caetano, Joseildo Ramos, Júnior Mano, Luciano Ducci, Luciano Vieira, Luiz Gastão, Misael Varella, Paulo Azi, Rafael Prudente, Ruy Carneiro, Thiago de Joaldo, Túlio Gadêlha, Vermelho e Weliton Prado; dos **Senadores Suplentes**: Augusta Brito, Efraim Filho, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Styvenson Valentim e Vanderlan Cardoso; dos **Deputados Não Membros**: Acácio Favacho, AJ Albuquerque, Amom Mandel, Ana Paula Leão, Arnaldo Jardim, Cabo Gilberto Silva, Dagoberto Nogueira, Fernanda Melchionna, Heitor Schuch, Hercílio Coelho Diniz, Kim Kataguirí, Lêda Borges, Lindbergh Farias, Prof. Paulo Fernando, Professora Luciene Cavalcante, Roberto Duarte, Rodolfo Nogueira, Sanderson e Soraya Santos; e dos **Senadores Não Membros**: Dr. Hiran, Leila Barros, Randolfe Rodrigues e Rogerio Marinho. Deixou de comparecer o Deputado Titular Paulo Folletto. **ABERTURA**: às quinze horas e quatro minutos, do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro iniciou os trabalhos, informou que a reunião ocorria de forma semipresencial, com parlamentares no Plenário e também virtualmente, através da plataforma Zoom e comunicou que havia quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso nacional, segundo o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela comissão, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três até a data de hoje, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A Presidente solicitou a dispensa da leitura das Atas das seguintes reuniões: 18ª Reunião Deliberativa Extraordinária realizada no dia 21/11/2023; e 19ª Reunião Deliberativa Extraordinária realizada no dia 28/11/2023. Não foi solicitada retificação. Em deliberação, as Atas foram **APROVADAS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: Item 1 -** Apreciação das **Sugestões de Emendas a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”- PLOA/2024, de acordo com o disposto no *art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN*. **RELATOR:** Senador EDUARDO GOMES. O Relator, senador Eduardo Gomes, informou que haviam sido recebidas 53 (cinquenta e três) propostas de Emendas, das quais 4 (quatro) voltadas ao aperfeiçoamento do texto do Projeto e 49 (quarenta e nove) destinadas a programações orçamentárias de políticas públicas abrigadas pela competência regimental desta Comissão. Das propostas de emendas à despesa, 4 foram para remanejamentos e 45 (quarenta e cinco) para apropriação de despesas. Entre as sugestões de emendas de apropriação, 23 (vinte e três) são destinadas ao acréscimo de dotações a programações já constantes do Projeto e 22 (vinte e duas) têm o objetivo de incluir novas programações. Frisou também que, segundo os *arts. 43 e 44, § 1º da Resolução nº 1 de 2006-CN*, as Comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as Comissões mistas do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, podem apresentar emendas ao Projeto de lei orçamentária anual, sendo facultada a cada Comissão a apresentação de até 8 (oito) emendas à despesa, das quais 4 serão de apropriação e 4 de remanejamento. Explicou, ainda, que para a escolha das sugestões de Emendas, foram utilizados os critérios de selecionar aquelas com maior número de repetições e de promoção de políticas públicas prioritárias em âmbito nacional. Assim, comunicou o parecer favorável à aprovação das 4 propostas de Emendas de remanejamento apresentadas: 1. Sugestão de Emenda nº 28, de autoria do Deputado Federal Sérgio Souza, para Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes da Região do Semiárido - Nacional, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); 2. Sugestão de Emenda nº 30, de autoria do Deputado Federal Sérgio Souza, para Apoio a Sistemas de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas nos Municípios Brasileiros - Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); 3. Sugestão de Emenda nº 38, de autoria do Senador Marcelo Castro, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais); e 4. Sugestão de Emenda nº 49, de autoria do Senador Eduardo Gomes, para Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NP 500t) – Nacional, no valor de R\$ 90.030.171,00 (noventa milhões, trinta mil cento e setenta e um reais). Além disso, o Relator indicou as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria da Comissão: 5. Sugestão de Emenda nº 02, da Senadora Daniella Ribeiro, para Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - no Estado da Paraíba, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais);



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

6. Sugestão de Emenda nº 09, para Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional – Nacional, do Deputado Bohn Gass, no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); 7. Sugestão de Emenda nº 20, do Deputado Federal Castro Neto, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, no valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais); e 8. Sugestão de Emenda nº 27, para Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo - Nacional, do Senador Eduardo Gomes, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Por fim, o Relator proferiu voto nos seguintes termos: I) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto de números 50, 51, 52 e 53; II) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Remanejamento de números 28, 30, 38 e 49; III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação de números 02, 09, 20 e 27; e IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas. Não houve discussão. Em votação, as 12 (doze) sugestões de emendas foram **APROVADAS**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: **EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA:** Emenda nº 1 – CMO, UO: 56101, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades - Administração Direta, Ação: Apoio à implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água em Municípios integrantes da região do semiárido. Valor: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Emenda nº 2 – CMO, UO: 56101, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades - Administração Direta, Ação: Apoio a sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas nos Municípios brasileiros. Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Emenda nº 3 – CMO, UO: 36901, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Ação: incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento das metas. Valor: R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). Emenda nº 4 – CMO, UO: 52931, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Naval, Ação: construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Nacional. Valor: R\$ 90.030.171,00 (noventa milhões, trinta mil cento e setenta e um reais); **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA:** Emenda nº 5 – CMO, UO: 39252, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: DNIT, Funcional: 26.782.3106.13YE.0025, Ação: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - no Estado da Paraíba. Valor: R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Emenda nº 6 – CMO, UO: 55101, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta, Funcional: 08.306.5133.2798.0001, Ação: para Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional – Nacional, do Deputado Bohn Gass, no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais). Emenda nº 07 – CMO, UO: 36901, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Funcional: 10.301.5119.2E89.0001,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas - Nacional. Valor: R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Emenda nº 08 – CMO, UO: 54101, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo- Adm. Direta, Funcional: 23.695.2323.21FO.0001, Ação: Planejamento, inteligência, inovação e competitividade no turismo. Valor: R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). **EMENDAS AO TEXTO DA LEI:** Emenda nº 1 – CMO, Tipo: Aditiva, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 2, Alínea 1, Item 1, Texto Proposto: 5.3 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF 5.3.3 – Fixação de Efetivos – CBMDF Quantidade - 356 Despesa no Exercício Primária – 31.000.000,00 Total - 31.000.000,00 Despesa Anualizada Primária – 39.000.000,00 Total - 39.000.000,00, Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição 10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF - R\$ 39.000.000,00. Emenda nº 2 – CMO, Tipo: Aditiva, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 2, Alínea 1, Item 1, Texto Proposto: 5.3 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF 5.3.1 – Fixação de Efetivos – PCDF Quantidade 900 Despesa no Exercício Primária - 68.641.300 Financeira - 14.874.374 Total - 83.515.674 Despesa Anualizada Primária - 133.358.652 Financeira - 28.182.828 Total - 161.541.480, Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição 10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF - R\$ 133.358.652 Reserva de Contingência – Financeira / Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição – 10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF - R\$ 28.182.828. Emenda nº 3 – CMO, Tipo: Modificativa, Referência: Anexo V, Cap II, Seção 5, Subseção 3, Item 1, Texto Proposto: Alterar os valores previstos na alínea 5.3 do subitem 5 do Item II do Anexo V do PLOA 2024, na forma: 5.3. Limite destinado à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho. Despesa no exercício: Primária: R\$ 302.183.737 Financeira: R\$ 0,00 Total: R\$ 302.183.737 Despesa anualizada: Primária: R\$ 302.183.737 Financeira: R\$ 0,00 Total: R\$ 302.183.737. Emenda nº 4 – CMO, Tipo: Aditiva, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 2, Alínea 1, Item 1, Texto Proposto: 5.3 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF 5.3.2 – Fixação de Efetivos – PMDF (provimento) - Provimento de 35 oficiais do quadro de saúde da PMDF; 49 alunos do primeiro do CPO/Cadetes 2024; e 1.200 soldados da PMDF Quantidade - 1.284 Despesa no Exercício Primária - 90.777.018,85 Total - 90.777.018,85 Despesa Anualizada Primária - 164.049.823,07 Total - 164.049.823,07 Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição. A seguir, a Presidente Informou que não havia manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE quanto às emendas apresentadas e as de Relator ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN - PPA 2024/2027, conforme dispõe o *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e solicitou autorização do Plenário para **votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2024/2027 sem a manifestação do CAE**. A deputada Adriana Ventura perguntou se o que estava sendo votado era a dispensa do interstício para apreciação do PPA e foi esclarecida pela Presidente de que se tratava da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dispensa da manifestação do CAE em relação ao PPA. Em votação, a autorização de dispensa da manifestação do CAE foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 2** - Apreciação do **Relatório, Erratas nºs 1 e 2, bem como a Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027” (PPA 2024/2027). **RELATOR:** Deputado BOHN GASS. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei 28/2023-CN (PPA 2024-2027) conforme anexos, nos termos do Substitutivo apresentado. A Presidente esclareceu que foram apresentadas 284(duzentas e oitenta e quatro) Emendas, sendo 114 (cento e quatorze) de Investimento; 67 (sessenta e sete) de Objetivo/Meta/Regionalização; 70 (setenta) de Programas e 33 (trinta e três) de Texto. Passou a palavra ao Relator, deputado Bohn Gass, que fez comentários concernentes a todo o processo referente à elaboração do PPA e procedeu à leitura resumida do Relatório final, das Erratas números 1 e 2 e da Complementação de Voto. O senador Marcelo Castro passou a presidir a reunião e, em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do art. 146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitidas as emendas de números 1405.0003, 1468.0003, 2210.0005, 3901.0004, 3965.0002, 3984.0001, 5017.0001, 5017.0002, 5043.0001 e 6003.0001, indicadas pelo Relator no seu voto. Em seguida, abriu a discussão e o prazo para apresentação de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os deputados José Rocha, João Leão e Adriana Ventura. O Relator fez agradecimentos a todos os que contribuíram para que o Relatório fosse elaborado e o Presidente em exercício encerrou a discussão e o prazo para apresentação dos destaques. Não houve Destaques. Em deliberação, o Relatório, as Erratas de números 1 e 2 e a Complementação de Voto foram **APROVADOS**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. O Presidente em exercício anunciou a suspensão da reunião e a deputada Adriana Ventura indagou sobre a pauta a ser votada na continuação da reunião para que houvesse clareza em relação às matérias a serem deliberadas. O Presidente em exercício informou que amanhã à tarde haverá a votação do Relatório da Receita à LOA/2024, já que a entrega deste Relatório está prevista para às 10h de amanhã, dia 6 de dezembro, e que a celeridade se faz necessária em razão da exiguidade do prazo para a apreciação das matérias, cujo limite é até o dia 22 de dezembro. A deputada Adriana Ventura sugeriu que a Coordenadora do Comitê de Avaliação da Receita – CAR, senadora Professora Dorinha Seabra, apresentasse o Relatório ainda hoje para que houvesse tempo suficiente para que fosse apreciado e o Presidente em exercício expressou concordância e comprometeu-se a conversar com a Coordenadora. Finalmente, a deputada Adriana Ventura perguntou se somente o Relatório da Receita seria votado na continuação da reunião e o Presidente em exercício confirmou que sim e que qualquer outra pauta seria discutida em reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO. **SUSPENSÃO:** O senador Marcelo Castro, Presidente em exercício, suspendeu a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, do dia cinco de dezembro, do ano de dois mil e vinte e três, antes convocando sua continuação para o dia seis de dezembro, às quatorze horas, no Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e dois minutos, do dia 6 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Informou que ontem, dia 5 de dezembro, às 23 horas e 41 minutos, foi encerrado o prazo de apresentação de Emendas à LOA 2024, e finalizado o sistema LEXOR de entrega das Emendas. No entanto, às 19 horas e 56 minutos, a Bancada do Estado do Ceará enviou o lote de Emendas com a pendência da assinatura de um senador, contrariando a exigência da assinatura de 2/3 (dois terços) de senadores da Bancada, segundo dispõe o *art. 47 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional*. Por essa razão, a Secretaria da Comissão não pôde receber o lote de Emendas da Bancada do Ceará. Após tratativas com os senadores membros da Bancada, o Coordenador, Deputado Eduardo Bismarck, solicitou a esta presidência considerar a reabertura do sistema para que fosse anexada a ata assinada com número de senadores estabelecido na Resolução. Diante do exposto, a Presidente solicitou ao Plenário a autorização para reabertura do sistema LEXOR a fim de regularizar a situação e validar as emendas da Bancada do Ceará. Em deliberação, a autorização foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. Em prosseguimento, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. Em deliberação, foram **APROVADAS** a inclusão na pauta e a quebra do prazo, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA** - Apreciação do **Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 29 de 2023-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. **RELATORA DA RECEITA**: Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados neste Relatório. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas a renúncia de receita foram rejeitadas as de números 12460012, 25200019, 25200020, 25200021, 42740018 e 44440016. O deputado Danilo Forte pediu a palavra para solicitar a reabertura do sistema LEXOR em favor da Bancada do Ceará e a Presidente respondeu que a autorização já havia sido aprovada. Passou a palavra para a senadora Dorinha Seabra, que leu um resumo de seu Relatório. A Presidente agradeceu à senadora Dorinha pela elaboração do Relatório e abriu a discussão e o prazo de apresentação de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria o deputado Gilson Daniel, senador Laércio Oliveira, deputado Geraldo Resende e deputado Cabo Gilberto Silva. A Relatora usou da palavra para esclarecer alguns pontos colocados na discussão. A seguir, discutiram a deputada Adriana Ventura, o senador Eduardo Gomes, senador Izalci Lucas e o deputado Wilson Santiago. O senador Laércio Oliveira anunciou que havia apresentado um Destaque; porém, após chegar a um consenso com a Relatora, decidiu retirá-lo. Discutiram ainda os deputados Vicentinho Júnior, Bohn Gass e Carlos Henrique Gaguim. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de Destaques. Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas – CAE não se manifestou quanto às emendas de Relator, conforme dispõe o *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente solicitou a autorização do Plenário para votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024. Em deliberação, a autorização da dispensa da manifestação do CAE foi **APROVADA**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. A Presidente informou que haviam sido recebidos 2 (dois) Destaques, entretanto, um havia sido retirado pelo autor e o outro foi prejudicado em virtude da ausência do autor. Destaque nº 1, Autor senador Laércio Oliveira, à Emenda nº 42740018, tipo – renúncia de receita - aprovação; Projeto de Lei - recomposição total – natureza da receita 12110000 – valor a ser recomposto – R\$ 1.722.000.000,00 – foi retirado pelo autor, nos termos do *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Destaque nº 2, Autor deputado Geraldo Resende, à Emenda nº 44440016, do Deputado Paulo Alexandre, tipo – renúncia de receita - aprovação – foi prejudicado em virtude da ausência do autor, de acordo com o disposto no *§ 1º do art. 138 da Resolução Nº 1/2006-CN*. Em votação, o Relatório da Receita foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023 e Errata, que dispõe sobre as “Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024” (PLN 29/2023-CN)**, conforme acordo firmado na reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO. Em deliberação, a inclusão na pauta foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **EXTRAPAUTA - Apreciação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023 e Errata**, que dispõe sobre as “Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024” (PLN 29/2023-CN). **COORDENADOR DO CAE:** Deputado JÚNIOR MANO. Foi designado pela Presidente o deputado Vicentinho Júnior como Relator *ad hoc*, conforme o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*, que leu o Relatório e a Errata. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório nº 1 do CAE e a Errata foram **APROVADOS** pelas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A deputada Adriana Ventura solicitou esclarecimentos acerca das votações que ocorrerão nos próximos dias e a Presidente passou a palavra primeiro à senadora Professora Dorinha Seabra, que esclareceu um erro material referente ao parecer pela **REJEIÇÃO** das emendas de nºs 25200019, 25200020 e 25200021, de autoria do Deputado Carlos Zarattini, nº 12460012, de autoria do Deputado Júlio César, e nº 44440016, de autoria do Deputado Paulo Alexandre, retificando o Relatório, uma vez que os efeitos de tais Emendas estão incorporadas ao Relatório nos termos da relatoria. Em seguida, a Presidente respondeu à deputada Adriana Ventura e disse-lhe que o Relatório Preliminar com Emendas da LOA/2024 será votado amanhã, dia 7 de dezembro, às 10 horas; que os Relatórios Setoriais serão publicados no prazo de 8 a 10 de dezembro e serão votados nos dias 11 a 14 de dezembro; que a apresentação do Relatório Geral ocorrerá entre os dias 15 a 17 e sua votação acontecerá no dia 20 de dezembro. A deputada Adriana Ventura perguntou ainda se o Relatório Preliminar da LOA/2024 seria entregue, seguido da abertura do prazo para apresentação de Emendas até às 20 horas de hoje, para ser votado amanhã, às 10 horas. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente confirmou que sim. **SUSPENSÃO:** A senadora Daniella Ribeiro, Presidente, suspendeu a reunião às dezesseis horas e cinco minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três e convocou sua continuação para ocorrer amanhã, dia sete de dezembro, quinta-feira, às 10 horas no Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e trinta e um minutos, do dia 7 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta do Relatório Preliminar apresentado com Emendas ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura perguntou se o Relatório e as Emendas já constavam no sistema e a Presidente respondeu que sim. Em deliberação, **APROVADAS** a inclusão na pauta e a quebra do prazo. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA –** Apreciação do **Relatório Preliminar apresentado com Emendas ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. RELATOR-GERAL: Deputado LUIZ CARLOS MOTTA. VOTO: pela aprovação do Parecer Preliminar na forma ora apresentada, com a rejeição das quatro emendas apresentadas. O Relatório foi lido pelo Relator-Geral. A Presidente iniciou a discussão e o prazo para apresentação de Destaques. Discutiram a deputada Adriana Ventura, senador Eduardo Gomes e os deputados Vicentinho Júnior, Carlos Henrique Gaguim e Rafael Prudente. Encerrada a discussão e o prazo de apresentação de Destaques, conforme o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*, a Presidente anunciou que haviam sido apresentados 5 (cinco) Destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao PLOA/2024 foi **APROVADO, ressalvados os Destaques**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Apreciação dos Destaques** - Foram apresentados 3 (três) Destaques pela deputada Adriana Ventura, de números 1, 2 e 3 e 2 (dois) Destaques pelo deputado Carlos Henrique Gaguim, de números 4 e 5, que foram retirados pelo autor em virtude de consenso firmado em diálogo com o Relator-Geral, nos termos do *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A deputada Adriana Ventura sugeriu à Presidente fazer a justificativa de seus 3 Destaques de uma só vez, o que foi acatado pela Presidente. O deputado Carlos Zarattini fez a contradita dos Destaques. O Relator-Geral proferiu parecer pela rejeição dos Destaques e pediu à deputada Adriana Ventura que fizesse a retirada dos seus destaques. A deputada Adriana Ventura concordou com o pedido e retirou seus Destaques, segundo o *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A Presidente informou ao Plenário que os Relatores Setoriais farão um esforço neste final de semana para envio dos Relatórios e que, na próxima semana - de 11 a 14 de dezembro - serão apreciados os 16 (dezesseis) Relatórios Setoriais. E pediu a colaboração de todos para que seja cumprida essa etapa do processo orçamentário e mantido o cronograma para votação do orçamento ainda este





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ano. Agradeceu e parabenizou o Relator-Geral pelo seu Relatório e passou a palavra ao deputado Danilo Forte, Relator do PLN nº 4/2023-CN - PLDO para 2024, que comunicou que hoje entregará o Relatório final do PLDO/2024 para que seja apreciado na próxima terça-feira, dia 12 de dezembro. A deputada Adriana Ventura pediu esclarecimentos sobre quais matérias serão votadas na semana que vem e a Presidente lhe respondeu que na próxima terça-feira, dia 12/12 será votado o Relatório Final do PLDO/2024 e já estarão sendo recebidos os Relatórios Setoriais para serem votados ao longo da semana. **SUSPENSÃO:** A senadora Daniella Ribeiro, Presidente, suspendeu a reunião às onze horas e dezessete minutos, do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e três e convocou sua continuação para ocorrer terça-feira, dia doze de dezembro, às 14 horas no Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às duas horas e vinte minutos, do dia 12 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário, conforme acordado em Reunião do Colegiado de Líderes, a alteração da Emenda nº 71280005, da Bancada do Tocantins, com relação à Unidade Orçamentária. Onde se lê “Universidade Federal do Norte do Tocantins”, leia-se “Fundação Universidade Federal do Tocantins”. Em deliberação, a alteração foi **APROVADA** nas duas Casas do Congresso Nacional e a Presidente autorizou à Consultoria do Orçamento a efetuar a alteração. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta dos quatro Relatórios Setoriais apresentados até o momento: Relatório Setorial da Área Temática IV – Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; Relatório Setorial da Área Temática XII – Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio; Relatório Setorial da Área Temática XIV – Trabalho e Previdência; e Relatório Setorial da Área Temática XVI – Poderes de Estado e Representação**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes. Em deliberação, **APROVADA** a inclusão na pauta nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Presidente aproveitou para pedir aos Relatores Setoriais que entregassem os Relatórios até hoje à noite, para que sejam votados até quinta-feira, dia 14 de dezembro. Passou a palavra ao senador Dr. Hiran, à deputada Adriana Ventura, que pediu clareza sobre a data de votação do Relatório final apresentado ao PLN nº 4/2023-CN (PLDO/2024), ao que a Presidente respondeu que ocorrerá no máximo até amanhã, quarta-feira, dia 13 de dezembro. Usou da palavra também o senador Izalci Lucas. A Presidente informou que não havia manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto à Emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024, conforme dispõe o *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e solicitou autorização do Plenário para votação dos Relatórios Setoriais das áreas: IV – Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio; XIV – Trabalho e Previdência e XVI – Poderes de Estado e Representação, sem a manifestação do CAE. Em votação, a dispensa da manifestação do CAE foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. Usaram da palavra o senador Laércio Oliveira e os deputados José Rocha, Daniel Almeida e Wilson Santiago, a respeito do Relatório final apresentado ao PLDO/2024. A Presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pediu que todas as questões relativas ao PLDO/2024 sejam tratadas no momento em que ocorrer sua apreciação já que agora os Relatórios Setoriais do PLOA/2024 é que serão apreciados. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XII – FAZENDA, PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO** RELATOR SETORIAL: Senador MECIAS DE JESUS **VOTO:** pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve discussão. A discussão e o prazo de entrega de Destaques foram encerrados. Não houve Destaques e em deliberação, o Relatório foi **APROVADO. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XIV – TRABALHO E PREVIDÊNCIA** RELATOR SETORIAL: Deputado CARLOS VERAS **VOTO:** pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática XIV - Trabalho e Previdência com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente abriu o prazo para entrega de Destaques. Não houve discussão e foi apresentado 1 (um) Destaque. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO, ressaltado o Destaque. Apreciação do Destaque – Destaque nº 1**, Autor – Deputado Rafael Prudente – Bancada do Distrito Federal, pela aprovação da Emenda nº 71080010. O autor fez a justificativa do Destaque. O Relator concordou em alocar o valor simbólico de R\$ 1,00 (um real), em cada Emenda de Bancada classificada com identificador primário igual a 2, com recursos oriundos do atendimento da Emenda 50500004. Em deliberação, o Destaque foi **APROVADO. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XVI – PODERES DE ESTADO E REPRESENTAÇÃO** RELATOR SETORIAL: Deputado RUY CARNEIRO **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente à Área Temática XVI – Poderes de Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório. O Relator Setorial leu o Relatório. O deputado Luciano Amaral, 1º Vice-Presidente, assumiu os trabalhos, abriu o prazo para entrega de Destaques e a discussão. Não houve discussão nem Destaques e, em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. Usaram da palavra os deputados Fernanda Melchionna, Lindbergh Farias, José Rocha e Vicentinho Júnior. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA IV – INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE** RELATOR SETORIAL: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM **VOTO:** pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática IV, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas. O Relator Setorial leu o Relatório e a Complementação de Voto. O 1º Vice-Presidente abriu a discussão e o prazo de Destaques. Não houve discussão nem Destaques. O 1º Vice-Presidente, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas de números





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

50310002 e 60050004, indicadas pelo Relator Setorial no seu Relatório. Em deliberação, o Relatório e a Complementação de Voto foram **APROVADOS**. **SUSPENSÃO:** Nada mais havendo a tratar, o 1º Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para amanhã, dia 13 de dezembro, quarta-feira, às 10 horas neste Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e trinta e três minutos, do dia 13 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das áreas: III – Educação e Cultura; V – Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca; VII - Turismo, X – Esportes e XI – Mulheres e Direitos Humanos, apresentados ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no *art. 128 da resolução Nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS**. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA IX – MULHERES E DIREITOS HUMANOS** RELATORA SETORIAL: Deputada DILVANDA FARO **VOTO:** pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente ao órgão orçamentário da Área Temática XI - Mulheres e Direitos Humanos com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. A Relatora Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve discussão nem Destaques. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA III – EDUCAÇÃO E CULTURA** RELATOR SETORIAL: Senador BETO FARO **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente relativamente à programação orçamentária do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura da Área Temática III. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques. Não houve discussão. Foram recebidos 8 (oito) Destaques, todos contemplados na Complementação de Voto e por isso foram **REJEITADOS**. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. O deputado Vicentinho Júnior fez uma pergunta sobre dois Destaques de autoria da senadora Professora Dorinha Seabra e o Relator Setorial, senador Beto Faro colocou-se à disposição para conversar e prestar os esclarecimentos necessários. A deputada Soraya Santos usou da palavra. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA VII – TURISMO** RELATOR SETORIAL: Senador WILDER MORAIS **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas à Área Temática VII - Turismo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas. O Relator Setorial leu o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do *art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitida a Emenda 60110008,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indicada pelo Relator no seu relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques. Discutiram os deputados Carlos Henrique Gaguim e Gilvan Maximo. O deputado João Carlos Bacelar passou a conduzir os trabalhos e encerrou a discussão e o prazo para entrega de Destaques. Foram recebidos 2 (dois) Destaques. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO, ressalvados os Destaques. Apreciação dos Destaques - Destaque 1**, da Bancada do Tocantins, autora senadora Professora Dorinha Seabra, pela aprovação da Emenda 71280010; **Destaque 2**, da Bancada de Sergipe, autor senador Alessandro Vieira, pela aprovação da Emenda 71270015. O parecer do Relator foi pela rejeição dos Destaques. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e, conforme o § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*, não foram apreciados na representação do Senado Federal.

EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA X – ESPORTES RELATOR SETORIAL: Deputado MARX BELTRÃO **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente ao órgão orçamentário integrante da Área Temática X - Esporte, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques. Não houve discussão nem Destaques e, em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. A deputada Adriana Ventura perguntou se o Relatório final da LDO/2024 seria votado nesta tarde e a Presidente esclareceu que sim. **SUSPENSÃO:** às onze horas e vinte e seis minutos, a Presidente suspendeu a Reunião, convocando sua continuação para hoje, dia treze de dezembro, às quatorze horas. **REABERTURA:** Às quinze horas do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, a Presidente reiniciou a Reunião e apresentou o programa “Antes que aconteça – rede de apoio no combate à violência contra a mulher”. A seguir, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o 1º Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o art. 14 do *Regimento Comum do Congresso Nacional* e propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas XIII – DEFESA e II - SAÚDE**, tendo em vista acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da *Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. Em deliberação, **APROVADAS** as inclusões na pauta e as quebras do prazo.

ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA V – AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA RELATOR SETORIAL: Deputado VERMELHO **VOTO:** pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2024 na forma do PL nº 29, de 2023-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo e declaração de inadmissibilidade das emendas: 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008, 90320016, 50170004 e 60050005. O Relator Setorial leu o Relatório e a Complementação de Voto nº 2. O 1º Vice-Presidente abriu a discussão e o prazo de Destaques. Discutiram a matéria os deputados Adriana Ventura e Vicentinho Júnior. A discussão foi





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encerrada e foi apresentado 1 (um) Destaque. A Presidente reassumiu os trabalhos e, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas de números 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008 e 90320016, indicadas pelo Relator Setorial no seu Relatório. Em deliberação, o **Relatório e a Complementação de Voto** foram **APROVADOS, ressalvado o Destaque**.

Apreciação do Destaque – o deputado Vicentinho Júnior apresentou em Plenário um Destaque que não constava do sistema SIDEST e, portanto, não foi acolhido pelo Relator Setorial. O Relatório e a Complementação de Voto da Área temática V foram **APROVADOS**. O deputado Vermelho, Relator Setorial da Área V, foi parabenizado pelo deputado Giacobbo e a deputada Adriana Ventura solicitou que o Relatório Setorial da Saúde fosse apreciado após a votação do PLDO/2024.

EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA XIII – DEFESA RELATOR SETORIAL: Deputado CASTRO NETO **VOTO:** pela aprovação do PLN 29/2023, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática XIII - Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, bem como dos cancelamentos realizados conforme discriminado nos anexos deste Parecer. O Relator Setorial leu o Relatório. O senador Marcelo Castro passou a presidir e iniciou a discussão e o prazo de Destaques. Discutiram a matéria os deputados Carlos Henrique Gaguim e Gilvan Maximo e a senadora Professora Dorinha Seabra. A discussão foi encerrada e não houve Destaques. O Presidente em exercício, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas de números 50270003 e 50010008, indicadas pelo Relator Setorial no seu Relatório. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. O Presidente em exercício esclareceu que no dia anterior um parlamentar havia solicitado, em Plenário, ao Relator Setorial da Área Temática XIV – Trabalho e Previdência, deputado Carlos Veras, que acatasse um Destaque para que fosse colocada uma quantia mínima em todas as Emendas RP 2 de Bancada e que o Relator Setorial acatou o pedido. Entretanto, de acordo com a Consultoria de Orçamento das duas Casas, o pedido não poderia ser concedido, uma vez que em Emenda com parecer pela aprovação parcial o Relator-Geral pode acrescentar recursos, mas não pode fazê-lo em Emenda com parecer pela rejeição, conforme o art. 67 da Resolução Nº 1/2006-CN. A seguir, o Presidente em exercício propôs ao Plenário a **inclusão na pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE, sobre o “Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 4/2023 – CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional”, e do Relatório final apresentado ao PLN nº 4/2023 – CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. A inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS**. EXTRAPAUTA – Apreciação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023, sobre o exame da admissibilidade das Emendas ao Projeto de Lei nº**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4/2023-CN que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”, conforme o *art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*. **COORDENADOR DO CAE:** Deputado JÚNIOR MANO. **VOTO:** propondo que sejam consideradas todas as emendas apresentadas ao texto do PLDO 2024 e ao respectivo Anexo de Prioridades e Metas, exceto quanto às emendas que constam do Anexo I ao presente relatório. O deputado Vicentinho Júnior foi designado pelo Presidente em exercício como Relator *ad hoc*, conforme o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*, e fez a leitura do Relatório. Não houve discussão nem foram apresentados Destaques. Em deliberação, o Relatório nº 1 do CAE ao PLDO/2024 foi **APROVADO** pelas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA – Apreciação do Relatório e da Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 4/2023-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”. (PLDO/2024). **RELATOR:** Deputado DANILO FORTE. Foram apresentadas 673 (seiscentas e setenta e três) Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.599 (mil e quinhentas e noventa e nove) Emendas ao Texto da Lei. Totalizando 2.272 (duas mil duzentas e setenta e duas) Emendas. **VOTO:** favorável nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 2.272 Emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela **APROVAÇÃO** de 100 (cem) Emendas, pela **APROVAÇÃO PARCIAL** de 1.181 (mil, cento e oitenta e uma) Emendas, pela **REJEIÇÃO** de 981 (novecentos e oitenta e uma) Emendas e pela **INADMISSIBILIDADE** de 10 (dez) Emendas. O Relator leu o resumo de seu Relatório e uma Complementação de Voto. A seguir, acatou parcialmente o Destaque nº 75, de autoria do deputado Bohn Gass, Relator do PPA/2024-2027. A Presidente voltou à Mesa e solicitou, conforme acordado na Reunião do Colegiado de Líderes, que a reunião fosse suspensa por quinze minutos, entretanto, o deputado Weliton Prado questionou acerca da Emenda nº 27680001, de sua autoria, que havia sido rejeitada. O Relator colocou-se à disposição para que fosse feita qualquer correção à publicação da Emenda. Discutiram a matéria os deputados Arnaldo Jardim e Guilherme Boulos. **SUSPENSÃO:** às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, a Presidente suspendeu a Reunião, conforme acordado na Reunião do Colegiado de Líderes com assento na CMO. **REABERTURA:** às dezoito horas e cinco minutos, a Presidente reiniciou a Reunião e retornou à discussão. O Relator respondeu às solicitações dos deputados Arnaldo Jardim, Guilherme Boulos e Weliton Prado. Em prosseguimento, usaram da palavra a senadora Leila Barros e os deputados Adriana Ventura, Weliton Prado, Gilson Daniel, senador Laércio Oliveira e os deputados Carlos Zarattini e Guilherme Boulos. Durante a discussão, o deputado Odair Cunha fez a retirada dos Destaques de sua autoria, de números 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73. Discutiram, ainda, os deputados Gilvan Maximo, José Rocha, Daniela Reinerh, Alencar Santana, Lindbergh Farias, Vicentinho Júnior, Kim Kataguirí, Alberto Mourão, Sérgio Souza, Mauro Benevides Filho e Carlos Henrique Gaguim. A palavra foi dada ao Relator, que respondeu às colocações dos oradores e sugeriu suspender a reunião por quinze minutos, a fim de buscar entendimento. A palavra foi dada aos deputados Guilherme Boulos e Carlos Zarattini, que solicitou não suspender os trabalhos e obter o consenso na própria Reunião. Usaram da palavra os deputados Eunício Oliveira, José Rocha, Adriana Ventura





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e Guilherme Boulos. A Presidente fez considerações e mediu o debate para chegar ao consenso. Usou da palavra o deputado Alberto Mourão e o deputado Guilherme Boulos concordou com as propostas e fechou acordo, retirando os Destaques que havia apresentado. O deputado Carlos Zarattini usou da palavra e o Relator acatou a Emenda nº 27680001, do Deputado Weliton Prado e fez outras considerações. A deputada Adriana Ventura concordou em retirar seus Destaques de números 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 93 e 94 e pediu que fossem votados em separado seus Destaques de números 29, 32, 33, 86 e 88. Por fim, o deputado Rafael Prudente falou sobre seus dois Destaques, de números 40 e 42 e foi aconselhado pelo Relator, deputado Danilo Forte a fazer Emendas com o mesmo teor ao PLOA/2024 que é a matéria em que estes temas serão tratados. O Relator deu também por aprovadas as Emendas de números 32390002, Ação 7XZ3 e 32390003, Ação 7XY7, de autoria do deputado João Leão. A Presidente declarou que todos os Destaques haviam sido retirados em vista do consenso firmado na Reunião, exceto os de números 29, 32, 33, 86 e 88 da deputada Adriana Ventura, os quais serão votados em separado, mas o deputado Eunício Oliveira requereu, em Plenário, a votação em globo dos demais Destaques, conforme o § 2º do art. 139 da Resolução nº 01/2006-CN. Em deliberação, foi **APROVADA** a votação em globo dos Destaques. O parecer do Relator foi pela rejeição. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e, segundo o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum, não foram apreciados na representação do Senado Federal. Em deliberação, o **Relatório final e a Complementação de Voto apresentados ao PLN nº4/2023-CN (LDO/2024)** foram **APROVADOS**, **ressalvados os Destaques**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. A Presidente agradeceu ao Relator e a todos os que contribuíram para que o Relatório fosse elaborado e cedeu a Mesa ao 1º Vice-Presidente. **Apreciação dos Destaques – Destaque nº 29**, Autora - deputada Adriana Ventura - supressivo (ao substitutivo) cap. IV seção V art. 71 § 18º inc. II corpo da lei/texto da lei supressão total. A autora fez a justificativa do seu destaque e o parecer do Relator foi pela rejeição. Em votação, o destaque foi **REJEITADO**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Destaque nº 88** de Emendas ao texto - aprovação de emenda 38990011 - cap. IV seção X subseção II art. 80, corpo da lei e **Destaque nº 33** supressivo (ao substitutivo) cap. IV seção X subseção V art. 83 § 1º corpo da lei/texto da lei supressão total. A deputada Adriana Ventura defendeu seus Destaques e o Relator proferiu parecer pela rejeição de ambos. Em votação, os destaques foram **REJEITADOS**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Destaque nº 32** supressivo (ao substitutivo) cap. V seção III art. 100 § 3º corpo da lei/texto da lei supressão total. A Deputada Adriana Ventura fez a justificativa do destaque e o parecer do Relator foi pela aprovação. Em votação, o Destaque foi **APROVADO**. **Destaque nº 86** de Emendas ao texto - aprovação de emenda 38990003 - cap. IV seção I art. 25, corpo da lei/texto da lei. A deputada Adriana Ventura fez a justificativa do seu Destaque. O parecer do Relator foi pela rejeição. Em deliberação, o destaque foi **REJEITADO** com voto contrário das deputadas Adriana Ventura e Daniela Reinehr. A deputada Adriana Ventura e o 1º Vice-Presidente elogiaram o Relator, que expressou sua gratidão a todos os que o auxiliaram no trabalho de elaboração do Relatório. O 1º Vice-Presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esclareceu que o Destaque apresentado ao Relatório Setorial da Área Temática V – Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, à Emenda nº 71270001, foi da autoria da Bancada de Sergipe e foi **REJEITADO**. A seguir, propôs ao Plenário a **inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas: I - Infraestrutura, Minas e Energia; VIII - Ciência & Tecnologia e IX - Assistência Social e Família**, tendo em vista acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução Nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura questionou sobre a publicação dos Relatórios citados e foi informada de que se encontravam disponíveis. Em votação, a inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA IX – ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA** RELATOR SETORIAL: Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei nº 29/2023-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, relativamente à programação orçamentária da Área Temática IX. O Relator Setorial leu o Relatório e a Complementação de Voto. O 1º Vice-Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o 1º Vice-Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 7103001, indicada pelo Relator Setorial. Não houve discussão nem foram apresentados Destaques. Em deliberação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **APROVADOS. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA II – SAÚDE** RELATOR SETORIAL: Senador MARCELO CASTRO **VOTO**: pela aprovação do PLN 29/2023, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática II - Saúde, no que concerne à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as emendas de relator e os ajustes de que trata o item 7 deste Relatório e as alterações decorrentes das emendas individuais e coletivas aprovadas. O Relatório foi lido pelo Relator Setorial. O 1º Vice-Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de Destaques. O deputado Carlos Henrique Gaguim discutiu a matéria. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o 1º Vice-Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 50080007, indicada pelo Relator Setorial. Foram recebidos 4 (quatro) Destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressalvados os Destaques**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O senador Irajá pediu que seu Relatório Setorial fosse apreciado em seguida, visto que naquele momento ocorria, no Senado Federal, a votação para Procurador-Geral da República. **Apreciação dos Destaques - Destaques números 1, 2, 3 e 4**, da Bancada de Sergipe, Autor-senador Alessandro Vieira, pela aprovação das Emendas 71270010, 71270011, 71270012 e 71270013, respectivamente. O parecer do Relator Setorial foi pela rejeição dos Destaques. Em deliberação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e não foram apreciados pela representação do Senado Federal, conforme o *§ 1º do art. 43*



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

do Regimento Comum. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRAESTRUTURA, MINAS E ENERGIA** RELATOR SETORIAL: Senador IRAJÁ **VOTO:** pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I - Infraestrutura, Minas e Energia, com as alterações propostas neste Relatório Setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria. O Relator Setorial fez a leitura do Relatório. O 1º Vice-Presidente iniciou o prazo de entrega de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO* e o Relatório foi lido pelo Relator Setorial. O 1º Vice-Presidente, em conformidade com o disposto no § 2º do *art. 146, da Resolução N°1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitida a emenda de nº 50240001, indicada pelo Relator no seu Relatório. Discutiu a matéria o deputado José Rocha. Encerrada a discussão e o prazo de entrega dos Destaques. Não houve Destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves**. O 1º Vice-Presidente anunciou, nos termos do *art. 70, inciso II da Resolução N° 1/2006-CN*, a **votação da obra com indício de irregularidades graves - obras de construção da BR-040/RJ**. Em deliberação, **APROVADO. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA VIII – CIÊNCIA & TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES** RELATOR SETORIAL: Senador EFRAIM FILHO **VOTO:** pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática VIII – Ciência & Tecnologia e Comunicações, com as alterações propostas neste Relatório Setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria. O Relator Setorial leu o Relatório. O 1º Vice-Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de Destaques e em conformidade com o disposto no § 2º do *art. 146, da Resolução N°1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitida a emenda de nº 71030017, indicada pelo Relator Setorial no seu Relatório. Não houve discussão nem Destaques e em votação o Relatório Setorial foi **APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **SUSPENSÃO:** o 1º Vice-Presidente informou que estava encerrada a votação dos Relatórios Setoriais por hoje e que faltava concluir a votação dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VI – Cidades e XV – Justiça e Segurança Pública. Suspendeu a Reunião às vinte e uma horas e cinquenta minutos do dia treze de dezembro, convocando sua continuação para o dia seguinte, quinta-feira, quatorze de dezembro, às dez horas, neste Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e quatorze minutos, do dia 14 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário, conforme acordado em Reunião do Colegiado de Líderes, a **inclusão na Pauta dos seguintes Relatórios- Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) número 2, referente às Emendas Coletivas apresentadas ao PLOA/2024; - Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VI - Cidades e XV - Justiça e Segurança Pública; e - Relatórios do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves (COI) números 1 e 2** e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no *art. 128*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Resolução Nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura questionou sobre a publicação dos Relatórios citados e foi informada de que se encontravam disponíveis. Em votação, a inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS. ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA** - Apreciação do **Relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, sobre o “Exame de admissibilidade das Emendas Coletivas apresentadas ao PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional”**. COORDENADOR DO CAE: Deputado JÚNIOR MANO **VOTO**: propondo que, dentre as emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2024, sejam consideradas inadmitidas apenas aquelas que integram o Anexo 1 ao presente Relatório. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes propostos pelo CAE e solicitados pelos autores no sistema Sisel/CMO. O Coordenador do CAE, deputado Júnior Mano, leu o Relatório. A Presidente abriu a discussão e o prazo de apresentação de Destaques, conforme o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve Discussão nem Destaques. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTAS** - Apreciação dos **Relatórios apresentados pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves - COI número 1**, “Referente aos Avisos do Congresso Nacional (AVN) de números 5, 8 e 20/2023-CN, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves no exercício de 2023”. E **número 2**, para “Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN 29/2023” (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024). COORDENADOR DO COI: Deputado DANIEL ALMEIDA **VOTO**: pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 29/2023 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024), nos termos do Anexo 2 a este Relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional: I- reiterar a recomendação à CMO no sentido de que, a partir da apreciação do projeto de lei orçamentária anual para 2025, conste da lei de diretrizes orçamentárias e do parecer preliminar respectivo a seguinte disposição (detalhada na seção 1.8 do relatório): a) todas as emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social, que destinem recursos a obras, inclusive por meio das transferências voluntárias, tenham sua admissibilidade condicionada à informação, por parte do autor, da identificação da obra ou projeto e respectiva situação e percentual de execução, no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento - Cipi, de que trata o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, regulamentado pela Portaria SEGES/ME nº 25.405, de 23 de dezembro de 2020 (plataforma Obrasgov.br), ou da sua condição de inexistente no mencionado cadastro; b) todos os relatórios setoriais e gerais demonstrem que, em relação à totalidade dos recursos por eles distribuídos, foram alocados inicialmente os demandados para projetos em andamento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cadastrados no Cipi e a manutenção dos bens existentes, na forma da lei de diretrizes orçamentárias; posteriormente, para outros projetos cadastrados no Cipi não incluídos nas categorias anteriores; e somente depois de esgotado o atendimento de todos os projetos nessas condições, foram destinados recursos a outras programações; c) somente sejam permitidas exceções a essa regra de alocação para obras destinadas à resposta a desastres e a calamidades públicas reconhecidas na forma da legislação, desde que conste a respectiva identificação no Cipi e fiquem evidenciados no relatório os atos normativos e administrativos que formalizaram a condição de desastre ou calamidade da obra em questão; d) a inobservância desses critérios constitua impedimento técnico insuperável à execução da programação que porventura vier a ser inserida na lei orçamentária sem a sua observância; II - comunicar ao Presidente da República a posição da Comissão no sentido de que uma estruturação normativa definitiva da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), contemplando a definição dos fundamentos da política nacional de geoinformação, a obrigação dos órgãos federais e subnacionais compartilharem as informações por ela abrangidas, e o desenho em caráter permanente das competências de normatização, gestão e operação, revela-se medida imprescindível e insumo estratégico para elevação da eficiência na gestão de políticas públicas e nos investimentos públicos e privados; III - alertar o Presidente da República para a preocupação que suscita a fragilidade atual da capacidade técnica de fiscalização de engenharia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e a necessidade de prover os meios compatíveis para a gestão das suas obras em andamento e da manutenção e segurança das obras instaladas; IV - alertar a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, instâncias competentes para a fiscalização de mérito do tema, que as informações recebidas do TCU indicam que as atuais indefinições de natureza regulatória quanto à inserção da energia da Usina Termonuclear de Angra 3 no sistema elétrico nacional, bem como as lacunas e inconsistências nas estimativas de investimentos, comprometem a avaliação da viabilidade do projeto e o aproveitamento dos recursos públicos federais já investidos na obra e nos equipamentos da Usina, ao tempo em que tais incertezas prejudicam a decisão de alocação de recursos federais para a obra, sendo que a escassez orçamentária daí decorrente pode conduzir à paralisação ou redução do ritmo das obras, com graves implicações como aumento de custos e elevação da tarifa de energia associada ao empreendimento; V - solicitar ao Tribunal de Contas da União que execute, com a máxima brevidade, ação específica de fiscalização no Edital de contratação integrada RDC 90/2022 do DNIT, do qual resultou o Contrato 277/2022 (Lote Único) relativo à construção do trecho Manga/Itacarambi na BR-135/MG, tendo por objetivo verificar a adequação do anteprojeto licitado da obra às condições atuais do seu entorno urbano e geográfico, avaliando assim se ocorreram inconsistências que comprometam a execução contratual decorrente da licitação nele embasada, e dando conhecimento imediato dos resultados a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. O Coordenador do COI, deputado Daniel Almeida, solicitou que os dois Relatórios fossem apreciados em bloco e fez agradecimentos. Em seguida, leu um resumo dos Relatórios e a Presidente iniciou a discussão. Não houve oradores inscritos e a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discussão foi encerrada. Em deliberação os Relatórios números 1 e 2 do COI foram **APROVADOS** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Os Avisos do Congresso Nacional de números 5, 7 e 20/2023-CN, receberam os seguintes votos, aprovados no Relatório nº 1 do COI: **AVN 5/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha o Acórdão n. 2538/2022 - TCU/Plenário, nos autos do TC-010.370/2016-1, que trata Auditoria “realizada com foco nas obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º Termo Aditivo do Contrato de Concessão PG016/97-00” – **VOTO**: favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, propondo o DESBLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do empreendimento, referente à obra de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º termo aditivo do contrato de concessão PG-016/97-00, firmado entre a agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (CONCEPA). **AVN 8/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 367/2023, nos autos do TC-014.689/2014-6, que trata de relatório de acompanhamento autuado com o objetivo de examinar a legitimidade dos procedimentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes (MT) nas alterações dos contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais (Procrofe)” – **VOTO**: propondo a MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG-138/95-00 (subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA/2021) e posterior ARQUIVAMENTO. **AVN 20/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União que “Encaminha, para apreciação, referente às obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º termo aditivo do contrato de concessão PG-016/97-00 firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (Concepa)” – **VOTO**: favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, propondo o DESBLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do empreendimento, referente à obra de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º termo aditivo do contrato de concessão PG-016/97-00, firmado entre a agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (CONCEPA). **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA VI – CIDADES** RELATOR SETORIAL: Deputado MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO **VOTO**: pela APROVAÇÃO da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática VI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das Emendas aprovadas. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a discussão e não havendo quem quisesse discutir, a discussão foi encerrada. Foram apresentados 4 (quatro) Destaques. Em votação o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressaltados os Destaques**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. O deputado Carlos Henrique Gaguim fez elogios ao Relator Setorial e passou-se à **apreciação dos Destaques - Destaques números 1 e 2**, da Bancada de Sergipe, Autor - senador Alessandro Vieira, pela aprovação das Emendas de números 71270002 e 71270003, respectivamente; **Destaques números 3 e 4**, da Bancada de Tocantins, Autora - senadora Professora Dorinha Seabra, pela aprovação das Emendas números 71280007 e



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

71280008. O parecer do Relator foi pela rejeição dos Destaques. Os destaques foram **REJEITADOS** e não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*.

EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA**XV – JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA RELATOR SETORIAL:** Deputado

WILSON SANTIAGO **VOTO:** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 29, de

2023-CN, na parte referente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com

as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente,

conforme discriminado em anexo. O Relator Setorial leu o Relatório. A

Presidente iniciou a discussão. Não houve discussão e foi apresentado 1 (um)

Destaque. Em votação o Relatório Setorial foi **APROVADO**, **ressalvado o**

Destaque nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Apreciação do Destaque – Destaque nº 1, da Comissão de Defesa dos Direitos

da Mulher, da Câmara dos Deputados, Autora – deputada Lêda Borges, pela

aprovação da Emenda número 50360006. O parecer do Relator foi pela rejeição.

Em votação, o Destaque foi **REJEITADO** e por essa razão, não foi apreciado

pela representação do Senado Federal, conforme o § 1º do art. 43 do *Regimento*

Comum. **SUSPENSÃO:** às onze horas e seis minutos, a Presidente suspendeu

a Reunião e convocou sua continuação para terça-feira, dia 19 de dezembro, às

quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos

Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e onze minutos, do dia 20 de

dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella

Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para

deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o art. 14 do

Regimento Comum do Congresso Nacional. A seguir, a Presidente solicitou ao

Plenário autorização para que os acréscimos de valores de RP 2 realizados

pelas Bancadas Estaduais, previstos no item 18.II e no Anexo III.D do Parecer

Preliminar ao PLOA 2024, relativos aos 25% do saldo da reserva de recursos,

independam do RP e do valor originais da emenda, conforme autorização

concedida nos últimos dois anos. Em deliberação, a autorização foi **APROVADA**

nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. A Presidente,

então, propôs a **inclusão na Pauta do Relatório Final apresentado ao Projeto**

de Lei nº 29/2023-CN (LOA 2024) e dos Relatórios apresentados aos

Projetos de Lei números 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 41/2023-CN,

tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, e consultou o Plenário

sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no

art. 128 da *Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que

a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 3 (três) dias

úteis, de sua distribuição. Em votação, a quebra de interstício e a inclusão na

pauta foram **APROVADAS**. A deputada Adriana Ventura pediu que o Relatório

final apresentado à LOA/2024 fosse apreciado somente às dezesseis horas de

hoje, ao invés das quatorze horas, conforme encontra-se previsto. Os deputados

Carlos Zarattini e Vicentinho Júnior expressaram concordância com o pedido da

deputada Adriana Ventura e a Presidente também se manifestou de maneira

favorável. Assim, a apreciação do Relatório final apresentado ao Projeto de Lei

29/2023-CN (LOA/2024), ficou prevista para ocorrer às dezesseis horas do

corrente dia. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório**

apresentado ao Projeto de Lei nº 37/2023-CN, da Presidência da República,

que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$ 65.037.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (nova ementa após Mensagem modificativa)". RELATOR: Deputado ODAIR CUNHA. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 37/2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo. Encaminhada pela mensagem presidencial modificativa nº 568, de 30 de outubro de 2023. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas foram REJEITADAS. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A., da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito especial no valor de R\$ 70.917.827,00, para os fins que especifica". RELATOR: Deputado ALBERTO MOURÃO. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 36, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 30/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 387.140,00, para os fins que especifica". RELATORA: Senadora ANA PAULA LOBATO. **VOTO:** pela aprovação PLN nº 30, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O deputado Luciano Amaral foi designado Relator *ad hoc*, conforme o inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN e leu o Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 5.087.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM. **VOTO:** pela aprovação do PLN N.º 32, de 2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 35/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Petróleo Brasileiro S.A., da Petrobras Internacional Braspetro B.V., da Petrobras Biocombustível S.A., da Indústrias Nucleares do Brasil S.A., da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia Docas do Ceará, da Companhia Docas do Pará e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, crédito suplementar no valor de R\$ 398.100.272,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado PAULO LITRO. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 35, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 33/2023-CN**, da Presidência da República,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 3.143.559,00, para os fins que especifica”. RELATOR: Senador LAÉRCIO OLIVEIRA. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 33, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 41/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 405.538.500,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente”. RELATOR: Deputado MARX BELTRÃO. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 41/2023-CN na forma proposta pelo Poder Executivo, e, pela rejeição das emendas de números 03 e 04, e pela inadmissibilidade das emendas 01, 02, 05, 06 e 07. O senador Izalci Lucas foi designado *ad hoc*, conforme o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN* e leu o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitidas as Emendas de números 01, 02, 05, 06 e 07, indicadas pelo Relator no seu voto. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 185.200.000,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 672/2023)”. RELATORA: Deputada DANI CUNHA. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. A Relatora leu o Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 39/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 784.013.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. RELATOR: Deputado JOÃO CARLOS BACELAR. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 39/2023-CN, na forma do Substitutivo apresentado que incorpora parcialmente a solicitação de alteração do PLN apresentada pelo Ministério do Planejamento, por meio do Ofício SEI nº 5204/2023/MPO, majorando assim o crédito suplementar em R\$ 85.000.000,00, como também incorpora integralmente a solicitação de alteração apresentada por meio do Ofício SEI nº 5700/2023/MPO, que não provoca mudanças quantitativas no crédito. Com a aprovação do Substitutivo, o crédito suplementar passará de R\$ 784.013.628,00 para R\$ 869.013.628,00. Quanto às 32 (trinta e duas) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE as de números 4, 5, 6, 8, 11, 13, 18 e 19, APROVADA a de nº 7, APROVADA PARCIALMENTE as de números 12, 20, 21 e 22 e REJEITADAS as de números 1, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 23 a 32 e RETIRADAS pelo autor as de números 2 e 3. O Relator leu o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitidas as Emendas de números 4, 5, 6, 8, 11, 13, 18 e 19, indicadas pelo Relator no seu voto. Não houve discussão e em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação, o Relatório foi **APROVADO**. **SUSPENSÃO**: a Presidente informou que restaram para ser apreciados os Relatórios apresentados aos Projetos de Lei números 31 e 38/2023-CN e suspendeu a Reunião às onze horas e dois minutos, convocando sua continuação para ocorrer às dezesseis horas de hoje, dia 20 de dezembro. **REABERTURA**: às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, do dia 21 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente passou a palavra ao senador Rogério Marinho e ao deputado Weliton Prado e solicitou ao Plenário que as discussões referentes ao PLOA/2024 fossem feitas após a apreciação dos dois Projetos de Lei que iriam ser apreciados, de números 31 e 38/2023-CN. Cedeu, ainda, a palavra ao deputado Vicentinho Júnior e passou à **ORDEM DO DIA**. **EXTRAPAUTA**: Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 31/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 10.950.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”. **RELATOR**: Senador CARLOS VIANA. **VOTO**: pela aprovação do PLN nº 31, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA**: Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 38/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Cidades e de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$ 573.005.655,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 692/2023)”. **RELATOR**: Senador MECIAS DE JESUS. **VOTO**: pela aprovação do PLN nº 38, de 2023, na forma do Substitutivo apresentado. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o Relatório (remotamente). A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os deputados Carlos Zarattini, Adriana Ventura, Danilo Forte, João Carlos Bacelar e senador Randolfe Rodrigues. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foi recebido 1 (um) Destaque. Em votação, o Relatório foi **APROVADO**, **ressalvado o Destaque** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Apreciação do Destaque – Destaque nº 1**, Autor- deputado Carlos Zarattini – ao texto do Projeto de Lei – para recomposição total do artigo 3º. O parecer do Relator foi pela Aprovação do Destaque. O Destaque foi **APROVADO** na representação das Câmara dos Deputados, com voto contrário da deputada Adriana Ventura e na representação do Senado Federal. **EXTRAPAUTA**: Apreciação do **Relatório Final e Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN (PLOA/2024)**, da Presidência da República, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. **RELATOR-GERAL**: Deputado LUIZ CARLOS MOTTA. **VOTO**: pela aprovação do PL nº 29, de 2023-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024), na forma do Substitutivo apresentado, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parecer pela aprovação e pela aprovação parcial de emendas apresentadas, nos termos dos demonstrativos anexos. Ao Projeto foram apresentadas 8.000 (oito mil) Emendas. A Presidente parabenizou o Relator-Geral por seu trabalho e passou-lhe a palavra. O Relator-Geral leu um resumo do Relatório. Usaram da palavra a senadora Professora Dorinha Seabra e os deputados Carlos Zarattini e Carlos Henrique Gaguim, que solicitaram ao Relator-Geral que fizesse a leitura da Complementação de Voto. O Relator-Geral explicou que a Complementação de Voto encontrava-se publicada e pediu que a discussão fosse aberta. A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria o deputado Lindbergh Farias, senador Randolfe Rodrigues, deputado Vicentinho Júnior, deputado Carlos Zarattini, deputado Danilo Forte, deputado Carlos Henrique Gaguim, senadora Professora Dorinha Seabra, senador Dr. Hiran, deputado José Rocha, deputada Adriana Ventura, deputado Alencar Santana, deputado Túlio Gadêlha, deputado Odair Cunha, senadora Eliziane Gama; senadora Augusta Brito, senador Izalci Lucas, deputado Rafael Prudente, senador Carlos Viana, deputada Daniela Reinehr, deputado Sanderson, deputado Bohn Gass e deputado Gilvan Maximo. Durante a discussão, foram retirados os seguintes Destaques: 105 e 16, pelo deputado Danilo Forte; todos os Destaques do deputado Odair Cunha; Destaques 107, 108, 109, 115, 116, 117 e 118, pela senadora Augusta Brito; e Destaques 89 e 128, pelo deputado Rafael Prudente. O Relator-Geral fez considerações acerca das solicitações dos parlamentares e sugeriu fazer a votação em bloco dos Destaques. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de Destaques e, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator-Geral. Em deliberação, a **dispensa da manifestação do CAE foi APROVADA**. O Relator-Geral apresentou e leu uma Errata. Foram apresentados 135 (cento e trinta e cinco) Destaques. Em votação, **o Relatório, a Complementação de Voto e a Errata foram APROVADOS, ressalvados os Destaques**, nas representações da Câmara dos Deputados, com voto contrário da deputada Adriana Ventura, e na representação do Senado Federal. Usou da palavra para parabenizar o Relator-Geral o deputado Carlos Zarattini. A Presidente solicitou autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos Destaques, por tipo de voto do Relator, conforme o *art. 139 § 2º da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Solicitaram votação em separado dos Destaques os seguintes parlamentares: Destaque 43 - deputado José Rocha; Destaques 51 e 52- deputada Adriana Ventura; Destaque 30 - senador Dr. Hiran; Destaque 50 - deputado Weliton Prado; Destaques 110, 111, 112 e 126 - deputado Túlio Gadêlha; Destaque 104 - deputado Danilo Forte; Destaques 91, 124 e 136 - senadora Eliziane Gama; Destaque 38 - senador Carlos Viana; Destaque 94 - deputado Sanderson; Destaques 16, 18, 27, 32, 122 e 136 - senadora Professora Dorinha Seabra; Destaque 89 - deputado Rafael Prudente; Destaque 136 - senador Izalci; Destaques 132 e 135 - deputado Carlos Henrique Gaguim; Destaque 134 - deputado Alencar Santana. Usaram da palavra os deputados Carlos Zarattini, Danilo Forte, que retirou o Destaque 104, Vicentinho Júnior, Túlio Gadêlha, Carlos Henrique Gaguim e os senadores Carlos Viana e Dr. Hiran. Foi alcançado um consenso nas discussões com o representante da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Liderança do Governo, deputado Carlos Zarattini e o senador Dr. Hiran retirou o Destaque 30; usaram da palavra os senadores Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e o deputado Alencar Santana. A senadora Eliziane Gama retirou o Destaque 91; a senadora Augusta Brito retirou o Destaque 124; o deputado Túlio Gadêlha retirou o Destaque 110; o deputado Rafael Prudente retirou o Destaque 89; o deputado Alencar Santana retirou o Destaque 134. Em votação, foi **APROVADA a votação em globo dos Destaques**, exceto os que permaneceram com solicitação para votação em separado. O parecer do Relator-Geral foi pela Rejeição dos destaques a serem votados em globo. **Os Destaques com votação em globo foram REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e não foram à votação na representação do Senado Federal, conforme o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **Apreciação dos Destaques com votação em separado - Apreciação do Destaque 43**, Autor - deputado José Rocha. O Deputado José Rocha defendeu seu Destaque. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados José Rocha e Weliton Prado e não foi à apreciação da representação do Senado Federal. **Apreciação dos Destaques 51 e 52**, Autora - deputada Adriana Ventura. A deputada defendeu seus Destaques. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição de ambos. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara Dos Deputados, com votos contrários dos deputados Adriana Ventura, Weliton Prado e Túlio Gadêlha e não foram à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 50**, Autor - deputado Weliton Prado. O Autor defendeu o Destaque e apresentou **Requerimento de votação nominal para votação do Destaque nº 50**, Autor - deputado Weliton Prado (SOLIDARIEDADE/MG), com o apoio dos deputados Vicentinho Júnior (PP/TO), Alberto Mourão (MDB/SP), Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO), Túlio Gadêlha (REDE/PE) E DOS SENADORES Izalci Lucas (PSDB/DF), Augusta Brito (PT/CE) e Carlos Viana (PODEMOS/MG). O Relator-Geral acatou parcialmente o Destaque e o deputado Weliton retirou o Requerimento de votação nominal. Em votação o Destaque 50, à Emenda 71140001, da Bancada de Minas Gerais, foi **APROVADO PARCIALMENTE**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **Apreciação dos Destaques 111, 112 e 126**, Autor-deputado Túlio Gadêlha. O deputado Túlio defendeu seus Destaques. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição dos Destaques. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do deputado Túlio Gadêlha e não foram à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 38**, Autor - Senador Carlos Viana. O senador defendeu o seu destaque. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação, o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados Adriana Ventura, Túlio Gadêlha e Weliton Prado e não foi à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 94**, Autor – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Deputado Sanderson defendeu o Destaque. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados Adriana Ventura, Carlos Henrique Gaguim, Vicentinho Júnior, Túlio Gadêlha, José Rocha e Weliton Prado e não foi à apreciação na representação do Senado



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Federal. **Apreciação dos destaques 16, 18, 27, 32, 122 e 136.** A senadora Professora Dorinha Seabra defendeu os Destaques. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e não foram à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 135,** Autor - Deputado Carlos Henrique Gaguim. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados Carlos Henrique Gaguim e Túlio Gadêlha e não foi à apreciação na representação do Senado Federal. **O Relatório Final, a Complementação de Voto e a Errata,** apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 foram **APROVADOS**, com o **Destaque 50**, à Emenda 71140001, **APROVADO PARCIALMENTE.** A Presidente esclareceu que na última reunião do Colegiado de Líderes da CMO, um parlamentar levantou uma Questão de Ordem sobre a competência para apresentação de Destaques pelas Bancadas e Comissões. Diante disso, registrou o seguinte posicionamento desta Presidência: *O Artigo 138 da Resolução 01/2006-CN estabelece no âmbito da CMO quem pode apresentar destaques. I – membro da CMO; II – Coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado; III – Presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo respectivo Presidente.* Estabelece ainda que: **§ 1º A ausência do autor, no caso dos incisos II e III, não prejudicará a votação do destaque apresentado.** **§ 2º os Destaques a emendas de Comissão Permanente ou de Bancada Estadual somente poderão ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III** (grifo nosso). Sendo assim, o que se pode observar a respeito desse artigo é que o requerimento de Destaque é uma prerrogativa de membro da Comissão por entender que o mesmo, como participante de todo o processo legislativo orçamentário anual e conhecedor da matéria, é capaz de defendê-lo, razão pela qual deve estar presente para fazer a apresentação e defesa do Destaque. De acordo com o *artigo 59 § 3º do Regulamento Interno* da CMO só pode falar sobre os Destaques o autor do Destaque ou da Emenda e o Relator da matéria. Quanto ao Coordenador de Bancada e Presidente de Comissão, sua atuação como requerente de destaques se restringe apenas a defender as emendas apresentadas pelo Colegiado por ele representado, entendimento este claro ao observarmos os autores de Destaques previstos no *inciso III, do art. 138 “Presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo RESPECTIVO Presidente”* (grifo nosso). Ainda, caso o Coordenador da Bancada não possa fazê-lo, somente um MEMBRO DA CMO, autorizado pelo Coordenador poderá apresentar um Destaque em nome do Colegiado. Nesses casos, tanto Coordenador de Bancada, quanto Presidente de Comissão, não têm a obrigatoriedade de presença na reunião para defesa do Destaque, tendo em vista que não são, necessariamente, membros deste Colegiado. Como já retratado acima, apenas membro da CMO deve estar presente, pois faz parte da Comissão (§1º, art. 138, Resolução 1/2026-CN). Já o § 2º do artigo 138 da Resolução reforça que os Destaques apresentados às Emendas de Comissão e Bancada só podem ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III do mesmo artigo. Outro ponto a esclarecer é que os Destaques às Emendas de Comissão Permanente ou de Bancada Estadual somente poderão ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III. Membros da CMO não podem apresentar Destaques às Emendas apresentadas por estes Colegiados, exceto no caso de Emenda de Bancada, se autorizado pelo Coordenador ou se também membro for da Comissão autora da Emenda. Diante do exposto, esta Presidência entende que os Coordenadores de Bancada e Presidentes de Comissão só poderão apresentar Destaques às Emendas apresentadas pelo Colegiado que representam. A seguir, o deputado Túlio Gadêlha usou da palavra. **ENCERRAMENTO:** A Presidente agradeceu a todos os que contribuíram para os trabalhos da Comissão neste ano e cedeu a palavra ao 1º Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral e ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLN 4/2023-CN, deputado Danilo Forte. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às vinte horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização****ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 5, 6, 7, 12, 13, 14, 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Alencar Santana, Alex Santana, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Giacobbo, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, João Carlos Bacelar, João Leão, José Rocha, Luciano Amaral, Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Matheus Noronha, Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Otoni de Paula, Paulo Litro, Sergio Souza, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago; dos **Senadores Titulares**: Ana Paula Lobato, Beto Faro, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra e Wilder Moraes; dos **Deputados Suplentes**: Aguinaldo Ribeiro, Alberto Mourão, André Figueiredo, Átila Lira, Benes Leocádio, Capitão Alden, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Duda Ramos, Ivoneide Caetano, Joseildo Ramos, Júnior Mano, Luciano Ducci, Luciano Vieira, Luiz Gastão, Misael Varella, Paulo Azi, Rafael Prudente, Ruy Carneiro, Thiago de Joaldo, Túlio Gadêlha, Vermelho e Weliton Prado; dos **Senadores Suplentes**: Augusta Brito, Efraim Filho, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Styvenson Valentim e Vanderlan Cardoso; dos **Deputados Não Membros**: Acácio Favacho, AJ Albuquerque, Amom Mandel, Ana Paula Leão, Arnaldo Jardim, Cabo Gilberto Silva, Dagoberto Nogueira, Fernanda Melchionna, Heitor Schuch, Hercílio Coelho Diniz, Kim Kataguirí, Lêda Borges, Lindbergh Farias, Prof. Paulo Fernando, Professora Luciene Cavalcante, Roberto Duarte, Rodolfo Nogueira, Sanderson e Soraya Santos; e dos **Senadores Não Membros**: Dr. Hiran, Leila Barros, Randolfe Rodrigues e Rogerio Marinho. Deixou de comparecer o Deputado Titular Paulo Folletto. **ABERTURA**: às quinze horas e quatro minutos, do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro iniciou os trabalhos, informou que a reunião ocorria de forma semipresencial, com parlamentares no Plenário e também virtualmente, através da plataforma Zoom e comunicou que havia quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso nacional, segundo o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela comissão, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três até a data de hoje, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Presidente solicitou a dispensa da leitura das Atas das seguintes reuniões: 18ª Reunião Deliberativa Extraordinária realizada no dia 21/11/2023; e 19ª Reunião Deliberativa Extraordinária realizada no dia 28/11/2023. Não foi solicitada retificação. Em deliberação, as Atas foram **APROVADAS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: Item 1 -** Apreciação das **Sugestões de Emendas a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”- PLOA/2024, de acordo com o disposto no *art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN*. **RELATOR:** Senador EDUARDO GOMES. O Relator, senador Eduardo Gomes, informou que haviam sido recebidas 53 (cinquenta e três) propostas de Emendas, das quais 4 (quatro) voltadas ao aperfeiçoamento do texto do Projeto e 49 (quarenta e nove) destinadas a programações orçamentárias de políticas públicas abrigadas pela competência regimental desta Comissão. Das propostas de emendas à despesa, 4 foram para remanejamentos e 45 (quarenta e cinco) para apropriação de despesas. Entre as sugestões de emendas de apropriação, 23 (vinte e três) são destinadas ao acréscimo de dotações a programações já constantes do Projeto e 22 (vinte e duas) têm o objetivo de incluir novas programações. Frisou também que, segundo os *arts. 43 e 44, § 1º da Resolução nº 1 de 2006-CN*, as Comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as Comissões mistas do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, podem apresentar emendas ao Projeto de lei orçamentária anual, sendo facultada a cada Comissão a apresentação de até 8 (oito) emendas à despesa, das quais 4 serão de apropriação e 4 de remanejamento. Explicou, ainda, que para a escolha das sugestões de Emendas, foram utilizados os critérios de selecionar aquelas com maior número de repetições e de promoção de políticas públicas prioritárias em âmbito nacional. Assim, comunicou o parecer favorável à aprovação das 4 propostas de Emendas de remanejamento apresentadas: 1. Sugestão de Emenda nº 28, de autoria do Deputado Federal Sérgio Souza, para Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes da Região do Semiárido - Nacional, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); 2. Sugestão de Emenda nº 30, de autoria do Deputado Federal Sérgio Souza, para Apoio a Sistemas de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas nos Municípios Brasileiros - Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); 3. Sugestão de Emenda nº 38, de autoria do Senador Marcelo Castro, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais); e 4. Sugestão de Emenda nº 49, de autoria do Senador Eduardo Gomes, para Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) – Nacional, no valor de R\$ 90.030.171,00 (noventa milhões, trinta mil cento e setenta e um reais). Além disso, o Relator indicou as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria da Comissão: 5. Sugestão de Emenda nº 02, da Senadora Daniella Ribeiro, para Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - no Estado da Paraíba, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); 6. Sugestão de Emenda nº 09, para Aquisição e Distribuição de Alimentos da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional – Nacional, do Deputado Bohn Gass, no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); 7. Sugestão de Emenda nº 20, do Deputado Federal Castro Neto, para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, no valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais); e 8. Sugestão de Emenda nº 27, para Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo - Nacional, do Senador Eduardo Gomes, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Por fim, o Relator proferiu voto nos seguintes termos: I) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto de números 50, 51, 52 e 53; II) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Remanejamento de números 28, 30, 38 e 49; III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação de números 02, 09, 20 e 27; e IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas. Não houve discussão. Em votação, as 12 (doze) sugestões de emendas foram **APROVADAS**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: **EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA**: Emenda nº 1 – CMO, UO: 56101, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades - Administração Direta, Ação: Apoio à implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água em Municípios integrantes da região do semiárido. Valor: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Emenda nº 2 – CMO, UO: 56101, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades - Administração Direta, Ação: Apoio a sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas nos Municípios brasileiros. Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Emenda nº 3 – CMO, UO: 36901, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Ação: incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento das metas. Valor: R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). Emenda nº 4 – CMO, UO: 52931, Tipo: Remanejamento, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Naval, Ação: construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Nacional. Valor: R\$ 90.030.171,00 (noventa milhões, trinta mil cento e setenta e um reais); **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**: Emenda nº 5 – CMO, UO: 39252, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: DNIT, Funcional: 26.782.3106.13YE.0025, Ação: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - no Estado da Paraíba. Valor: R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Emenda nº 6 – CMO, UO: 55101, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta, Funcional: 08.306.5133.2798.0001, Ação: para Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional – Nacional, do Deputado Bohn Gass, no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais). Emenda nº 07 – CMO, UO: 36901, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Funcional: 10.301.5119.2E89.0001, Ação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

saúde para cumprimento de metas - Nacional. Valor: R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Emenda nº 08 – CMO, UO: 54101, Tipo: Apropriação, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo- Adm. Direta, Funcional: 23.695.2323.21FO.0001, Ação: Planejamento, inteligência, inovação e competitividade no turismo. Valor: R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). **EMENDAS AO TEXTO DA LEI:** Emenda nº 1 – CMO, Tipo: Aditiva, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 2, Alínea 1, Item 1, Texto Proposto: 5.3 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF 5.3.3 – Fixação de Efetivos – CBMDF Quantidade - 356 Despesa no Exercício Primária - 31.000.000,00 Total - 31.000.000,00 Despesa Anualizada Primária - 39.000.000,00 Total - 39.000.000,00, Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição 10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF - R\$ 39.000.000,00. Emenda nº 2 – CMO, Tipo: Aditiva, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 2, Alínea 1, Item 1, Texto Proposto: 5.3 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF 5.3.1 – Fixação de Efetivos – PCDF Quantidade 900 Despesa no Exercício Primária - 68.641.300 Financeira - 14.874.374 Total - 83.515.674 Despesa Anualizada Primária - 133.358.652 Financeira - 28.182.828 Total - 161.541.480, Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição 10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF - R\$ 133.358.652 Reserva de Contingência – Financeira / Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição – 10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF - R\$ 28.182.828. Emenda nº 3 – CMO, Tipo: Modificativa, Referência: Anexo V, Cap II, Seção 5, Subseção 3, Item 1, Texto Proposto: Alterar os valores previstos na alínea 5.3 do subitem 5 do Item II do Anexo V do PLOA 2024, na forma: 5.3. Limite destinado à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho. Despesa no exercício: Primária: R\$ 302.183.737 Financeira: R\$ 0,00 Total: R\$ 302.183.737 Despesa anualizada: Primária: R\$ 302.183.737 Financeira: R\$ 0,00 Total: R\$ 302.183.737. Emenda nº 4 – CMO, Tipo: Aditiva, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 2, Alínea 1, Item 1, Texto Proposto: 5.3 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF 5.3.2 – Fixação de Efetivos – PMDF (provimento) - Provimento de 35 oficiais do quadro de saúde da PMDF; 49 alunos do primeiro do CPO/Cadetes 2024; e 1.200 soldados da PMDF Quantidade - 1.284 Despesa no Exercício Primária - 90.777.018,85 Total - 90.777.018,85 Despesa Anualizada Primária - 164.049.823,07 Total - 164.049.823,07 Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição. A seguir, a Presidente Informou que não havia manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE quanto às emendas apresentadas e as de Relator ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN - PPA 2024/2027, conforme dispõe o *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e solicitou autorização do Plenário para **votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2024/2027 sem a manifestação do CAE**. A deputada Adriana Ventura perguntou se o que estava sendo votado era a dispensa do interstício para apreciação do PPA e foi esclarecida pela Presidente de que se tratava da dispensa da manifestação do CAE em relação ao PPA. Em votação, a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autorização de dispensa da manifestação do CAE foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 2** - Apreciação do **Relatório, Erratas nºs 1 e 2, bem como a Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027” (PPA 2024/2027). **RELATOR**: Deputado BOHN GASS. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei 28/2023-CN (PPA 2024-2027) conforme anexos, nos termos do Substitutivo apresentado. A Presidente esclareceu que foram apresentadas 284(duzentas e oitenta e quatro) Emendas, sendo 114 (cento e quatorze) de Investimento; 67 (sessenta e sete) de Objetivo/Meta/Regionalização; 70 (setenta) de Programas e 33 (trinta e três) de Texto. Passou a palavra ao Relator, deputado Bohn Gass, que fez comentários concernentes a todo o processo referente à elaboração do PPA e procedeu à leitura resumida do Relatório final, das Erratas números 1 e 2 e da Complementação de Voto. O senador Marcelo Castro passou a presidir a reunião e, em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do art. 146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitidas as emendas de números 1405.0003, 1468.0003, 2210.0005, 3901.0004, 3965.0002, 3984.0001, 5017.0001, 5017.0002, 5043.0001 e 6003.0001, indicadas pelo Relator no seu voto. Em seguida, abriu a discussão e o prazo para apresentação de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os deputados José Rocha, João Leão e Adriana Ventura. O Relator fez agradecimentos a todos os que contribuíram para que o Relatório fosse elaborado e o Presidente em exercício encerrou a discussão e o prazo para apresentação dos destaques. Não houve Destaques. Em deliberação, o Relatório, as Erratas de números 1 e 2 e a Complementação de Voto foram **APROVADOS**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. O Presidente em exercício anunciou a suspensão da reunião e a deputada Adriana Ventura indagou sobre a pauta a ser votada na continuação da reunião para que houvesse clareza em relação às matérias a serem deliberadas. O Presidente em exercício informou que amanhã à tarde haverá a votação do Relatório da Receita à LOA/2024, já que a entrega deste Relatório está prevista para às 10h de amanhã, dia 6 de dezembro, e que a celeridade se faz necessária em razão da exiguidade do prazo para a apreciação das matérias, cujo limite é até o dia 22 de dezembro. A deputada Adriana Ventura sugeriu que a Coordenadora do Comitê de Avaliação da Receita – CAR, senadora Professora Dorinha Seabra, apresentasse o Relatório ainda hoje para que houvesse tempo suficiente para que fosse apreciado e o Presidente em exercício expressou concordância e comprometeu-se a conversar com a Coordenadora. Finalmente, a deputada Adriana Ventura perguntou se somente o Relatório da Receita seria votado na continuação da reunião e o Presidente em exercício confirmou que sim e que qualquer outra pauta seria discutida em reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO. **SUSPENSÃO**: O senador Marcelo Castro, Presidente em exercício, suspendeu a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, do dia cinco de dezembro, do ano de dois mil e vinte e três, antes convocando sua continuação para o dia seis de dezembro, às quatorze horas, no Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA**: às quatorze horas e quarenta e dois minutos, do dia 6 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Informou que ontem, dia 5 de dezembro, às 23 horas e 41 minutos, foi encerrado o prazo de apresentação de Emendas à LOA 2024, e finalizado o sistema LEXOR de entrega das Emendas. No entanto, às 19 horas e 56 minutos, a Bancada do Estado do Ceará enviou o lote de Emendas com a pendência da assinatura de um senador, contrariando a exigência da assinatura de 2/3 (dois terços) de senadores da Bancada, segundo dispõe o *art. 47 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional*. Por essa razão, a Secretaria da Comissão não pôde receber o lote de Emendas da Bancada do Ceará. Após tratativas com os senadores membros da Bancada, o Coordenador, Deputado Eduardo Bismarck, solicitou a esta presidência considerar a reabertura do sistema para que fosse anexada a ata assinada com número de senadores estabelecido na Resolução. Diante do exposto, a Presidente solicitou ao Plenário a autorização para reabertura do sistema LEXOR a fim de regularizar a situação e validar as emendas da Bancada do Ceará. Em deliberação, a autorização foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. Em prosseguimento, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. Em deliberação, foram **APROVADAS** a inclusão na pauta e a quebra do prazo, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA** - Apreciação do **Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 29 de 2023-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. **RELATORA DA RECEITA**: Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados neste Relatório. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas a renúncia de receita foram rejeitadas as de números 12460012, 25200019, 25200020, 25200021, 42740018 e 44440016. O deputado Danilo Forte pediu a palavra para solicitar a reabertura do sistema LEXOR em favor da Bancada do Ceará e a Presidente respondeu que a autorização já havia sido aprovada. Passou a palavra para a senadora Dorinha Seabra, que leu um resumo de seu Relatório. A Presidente agradeceu à senadora Dorinha pela elaboração do Relatório e abriu a discussão e o prazo de apresentação de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria o deputado Gilson Daniel, senador Laércio Oliveira, deputado Geraldo Resende e deputado Cabo Gilberto Silva. A Relatora usou da palavra para esclarecer alguns pontos colocados na discussão. A seguir, discutiram a deputada Adriana Ventura, o senador Eduardo Gomes, senador Izalci Lucas e o deputado Wilson Santiago. O senador Laércio Oliveira anunciou que havia apresentado um Destaque; porém, após chegar a um consenso com a Relatora, decidiu retirá-lo. Discutiram ainda os deputados Vicentinho Júnior, Bohn Gass e Carlos Henrique Gaguim. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de Destaques. Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE não se manifestou quanto às emendas de Relator, conforme





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dispõe o *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente solicitou a autorização do Plenário para votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024. Em deliberação, a autorização da dispensa da manifestação do CAE foi **APROVADA**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. A Presidente informou que haviam sido recebidos 2 (dois) Destaques, entretanto, um havia sido retirado pelo autor e o outro foi prejudicado em virtude da ausência do autor. Destaque nº 1, Autor senador Laércio Oliveira, à Emenda nº 42740018, tipo – renúncia de receita - aprovação; Projeto de Lei - recomposição total – natureza da receita 12110000 – valor a ser recomposto – R\$ 1.722.000.000,00 – foi retirado pelo autor, nos termos do *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Destaque nº 2, Autor deputado Geraldo Resende, à Emenda nº 44440016, do Deputado Paulo Alexandre, tipo – renúncia de receita - aprovação – foi prejudicado em virtude da ausência do autor, de acordo com o disposto no *§ 1º do art. 138 da Resolução Nº 1/2006-CN*. Em votação, o Relatório da Receita foi **APROVADO** na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023 e Errata, que dispõe sobre as “Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024” (PLN 29/2023-CN)**, conforme acordo firmado na reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO. Em deliberação, a inclusão na pauta foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **EXTRAPAUTA** - Apreciação do **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023 e Errata**, que dispõe sobre as “Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024” (PLN 29/2023-CN). **COORDENADOR DO CAE**: Deputado JÚNIOR MANO. Foi designado pela Presidente o deputado Vicentinho Júnior como Relator *ad hoc*, conforme o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*, que leu o Relatório e a Errata. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório nº 1 do CAE e a Errata foram **APROVADOS** pelas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A deputada Adriana Ventura solicitou esclarecimentos acerca das votações que ocorrerão nos próximos dias e a Presidente passou a palavra primeiro à senadora Professora Dorinha Seabra, que esclareceu um erro material referente ao parecer pela **REJEIÇÃO** das emendas de nºs 25200019, 25200020 e 25200021, de autoria do Deputado Carlos Zarattini, nº 12460012, de autoria do Deputado Júlio César, e nº 44440016, de autoria do Deputado Paulo Alexandre, retificando o Relatório, uma vez que os efeitos de tais Emendas estão incorporadas ao Relatório nos termos da relatoria. Em seguida, a Presidente respondeu à deputada Adriana Ventura e disse-lhe que o Relatório Preliminar com Emendas da LOA/2024 será votado amanhã, dia 7 de dezembro, às 10 horas; que os Relatórios Setoriais serão publicados no prazo de 8 a 10 de dezembro e serão votados nos dias 11 a 14 de dezembro; que a apresentação do Relatório Geral ocorrerá entre os dias 15 a 17 e sua votação acontecerá no dia 20 de dezembro. A deputada Adriana Ventura perguntou ainda se o Relatório Preliminar da LOA/2024 seria entregue, seguido da abertura do prazo para apresentação de Emendas até às 20 horas de hoje, para ser votado amanhã, às 10 horas. A Presidente confirmou que sim. **SUSPENSÃO**: A senadora Daniella Ribeiro,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente, suspendeu a reunião às dezesseis horas e cinco minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três e convocou sua continuação para ocorrer amanhã, dia sete de dezembro, quinta-feira, às 10 horas no Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e trinta e um minutos, do dia 7 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta do Relatório Preliminar apresentado com Emendas ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura perguntou se o Relatório e as Emendas já constavam no sistema e a Presidente respondeu que sim. Em deliberação, **APROVADAS** a inclusão na pauta e a quebra do prazo. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA – Apreciação do Relatório Preliminar apresentado com Emendas ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. RELATOR-GERAL: Deputado LUIZ CARLOS MOTTA. VOTO: pela aprovação do Parecer Preliminar na forma ora apresentada, com a rejeição das quatro emendas apresentadas. O Relatório foi lido pelo Relator-Geral. A Presidente iniciou a discussão e o prazo para apresentação de Destaques. Discutiram a deputada Adriana Ventura, senador Eduardo Gomes e os deputados Vicentinho Júnior, Carlos Henrique Gaguim e Rafael Prudente. Encerrada a discussão e o prazo de apresentação de Destaques, conforme o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*, a Presidente anunciou que haviam sido apresentados 5 (cinco) Destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao PLOA/2024 foi **APROVADO, ressalvados os Destaques**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Apreciação dos Destaques** - Foram apresentados 3 (três) Destaques pela deputada Adriana Ventura, de números 1, 2 e 3 e 2 (dois) Destaques pelo deputado Carlos Henrique Gaguim, de números 4 e 5, que foram retirados pelo autor em virtude de consenso firmado em diálogo com o Relator-Geral, nos termos do *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A deputada Adriana Ventura sugeriu à Presidente fazer a justificativa de seus 3 Destaques de uma só vez, o que foi acatado pela Presidente. O deputado Carlos Zarattini fez a contradita dos Destaques. O Relator-Geral proferiu parecer pela rejeição dos Destaques e pediu à deputada Adriana Ventura que fizesse a retirada dos seus destaques. A deputada Adriana Ventura concordou com o pedido e retirou seus Destaques, segundo o *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A Presidente informou ao Plenário que os Relatores Setoriais farão um esforço neste final de semana para envio dos Relatórios e que, na próxima semana - de 11 a 14 de dezembro - serão apreciados os 16 (dezesseis) Relatórios Setoriais. E pediu a colaboração de todos para que seja cumprida essa etapa do processo orçamentário e mantido o cronograma para votação do orçamento ainda este ano. Agradeceu e parabenizou o Relator-Geral pelo seu Relatório e passou a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

palavra ao deputado Danilo Forte, Relator do PLN nº 4/2023-CN - PLDO para 2024, que comunicou que hoje entregará o Relatório final do PLDO/2024 para que seja apreciado na próxima terça-feira, dia 12 de dezembro. A deputada Adriana Ventura pediu esclarecimentos sobre quais matérias serão votadas na semana que vem e a Presidente lhe respondeu que na próxima terça-feira, dia 12/12 será votado o Relatório Final do PLDO/2024 e já estarão sendo recebidos os Relatórios Setoriais para serem votados ao longo da semana. **SUSPENSÃO:** A senadora Daniella Ribeiro, Presidente, suspendeu a reunião às onze horas e dezessete minutos, do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e três e convocou sua continuação para ocorrer terça-feira, dia doze de dezembro, às 14 horas no Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às duas horas e vinte minutos, do dia 12 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário, conforme acordado em Reunião do Colegiado de Líderes, a alteração da Emenda nº 71280005, da Bancada do Tocantins, com relação à Unidade Orçamentária. Onde se lê “Universidade Federal do Norte do Tocantins”, leia-se “Fundação Universidade Federal do Tocantins”. Em deliberação, a alteração foi **APROVADA** nas duas Casas do Congresso Nacional e a Presidente autorizou à Consultoria do Orçamento a efetuar a alteração. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta dos quatro Relatórios Setoriais apresentados até o momento: Relatório Setorial da Área Temática IV – Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; Relatório Setorial da Área Temática XII – Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio; Relatório Setorial da Área Temática XIV – Trabalho e Previdência; e Relatório Setorial da Área Temática XVI – Poderes de Estado e Representação**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes. Em deliberação, **APROVADA** a inclusão na pauta nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Presidente aproveitou para pedir aos Relatores Setoriais que entregassem os Relatórios até hoje à noite, para que sejam votados até quinta-feira, dia 14 de dezembro. Passou a palavra ao senador Dr. Hiran, à deputada Adriana Ventura, que pediu clareza sobre a data de votação do Relatório final apresentado ao PLN nº 4/2023-CN (PLDO/2024), ao que a Presidente respondeu que ocorrerá no máximo até amanhã, quarta-feira, dia 13 de dezembro. Usou da palavra também o senador Izalci Lucas. A Presidente informou que não havia manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto à Emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024, conforme dispõe o *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e solicitou autorização do Plenário para votação dos Relatórios Setoriais das áreas: IV – Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio; XIV – Trabalho e Previdência e XVI – Poderes de Estado e Representação, sem a manifestação do CAE. Em votação, a dispensa da manifestação do CAE foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. Usaram da palavra o senador Laércio Oliveira e os deputados José Rocha, Daniel Almeida e Wilson Santiago, a respeito do Relatório final apresentado ao PLDO/2024. A Presidente pediu que todas as questões relativas ao PLDO/2024 sejam tratadas no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

momento em que ocorrer sua apreciação já que agora os Relatórios Setoriais do PLOA/2024 é que serão apreciados. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XII – FAZENDA, PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO** RELATOR SETORIAL: Senador MECIAS DE JESUS **VOTO:** pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve discussão. A discussão e o prazo de entrega de Destaques foram encerrados. Não houve Destaques e em deliberação, o Relatório foi **APROVADO. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XIV – TRABALHO E PREVIDÊNCIA** RELATOR SETORIAL: Deputado CARLOS VERAS **VOTO:** pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática XIV - Trabalho e Previdência com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente abriu o prazo para entrega de Destaques. Não houve discussão e foi apresentado 1 (um) Destaque. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO, ressaltado o Destaque. Apreciação do Destaque – Destaque nº 1**, Autor – Deputado Rafael Prudente – Bancada do Distrito Federal, pela aprovação da Emenda nº 71080010. O autor fez a justificativa do Destaque. O Relator concordou em alocar o valor simbólico de R\$ 1,00 (um real), em cada Emenda de Bancada classificada com identificador primário igual a 2, com recursos oriundos do atendimento da Emenda 50500004. Em deliberação, o Destaque foi **APROVADO. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XVI – PODERES DE ESTADO E REPRESENTAÇÃO** RELATOR SETORIAL: Deputado RUY CARNEIRO **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente à Área Temática XVI – Poderes de Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório. O Relator Setorial leu o Relatório. O deputado Luciano Amaral, 1º Vice-Presidente, assumiu os trabalhos, abriu o prazo para entrega de Destaques e a discussão. Não houve discussão nem Destaques e, em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. Usaram da palavra os deputados Fernanda Melchionna, Lindbergh Farias, José Rocha e Vicentinho Júnior. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA IV – INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE** RELATOR SETORIAL: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM **VOTO:** pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática IV, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas. O Relator Setorial leu o Relatório e a Complementação de Voto. O 1º Vice-Presidente abriu a discussão e o prazo de Destaques. Não houve discussão nem Destaques. O 1º Vice-Presidente, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas de números 50310002 e 60050004, indicadas pelo Relator Setorial no seu Relatório. Em



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

deliberação, o Relatório e a Complementação de Voto foram **APROVADOS**. **SUSPENSÃO**: Nada mais havendo a tratar, o 1º Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para amanhã, dia 13 de dezembro, quarta-feira, às 10 horas neste Plenário II do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. **REABERTURA**: às dez horas e trinta e três minutos, do dia 13 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das áreas: III – Educação e Cultura; V – Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca; VII - Turismo, X – Esportes e XI – Mulheres e Direitos Humanos, apresentados ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN – LOA 2024**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no *art. 128 da resolução Nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS**. **ORDEN DO DIA: EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA IX – MULHERES E DIREITOS HUMANOS** RELATORA SETORIAL: Deputada DILVANDA FARO **VOTO**: pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente ao órgão orçamentário da Área Temática XI - Mulheres e Direitos Humanos com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. A Relatora Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve discussão nem Destaques. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA III – EDUCAÇÃO E CULTURA** RELATOR SETORIAL: Senador BETO FARO **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente relativamente à programação orçamentária do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura da Área Temática III. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques. Não houve discussão. Foram recebidos 8 (oito) Destaques, todos contemplados na Complementação de Voto e por isso foram **REJEITADOS**. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. O deputado Vicentinho Júnior fez uma pergunta sobre dois Destaques de autoria da senadora Professora Dorinha Seabra e o Relator Setorial, senador Beto Faro colocou-se à disposição para conversar e prestar os esclarecimentos necessários. A deputada Soraya Santos usou da palavra. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA VII – TURISMO** RELATOR SETORIAL: Senador WILDER MORAIS **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas à Área Temática VII - Turismo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas. O Relator Setorial leu o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitida a Emenda 60110008, indicada pelo Relator no seu relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de entrega de Destaques. Discutiram os deputados Carlos Henrique Gaguim e Gilvan Maximo. O deputado João Carlos Bacelar passou a conduzir os trabalhos e encerrou a discussão e o prazo para entrega de Destaques. Foram recebidos 2 (dois) Destaques. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO, ressalvados os Destaques. Apreciação dos Destaques - Destaque 1**, da Bancada do Tocantins, autora senadora Professora Dorinha Seabra, pela aprovação da Emenda 71280010; **Destaque 2**, da Bancada de Sergipe, autor senador Alessandro Vieira, pela aprovação da Emenda 71270015. O parecer do Relator foi pela rejeição dos Destaques. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e, conforme o § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*, não foram apreciados na representação do Senado Federal.

EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA X – ESPORTES RELATOR SETORIAL: Deputado MARX BELTRÃO **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente ao órgão orçamentário integrante da Área Temática X - Esporte, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a Discussão e o prazo de entrega de Destaques. Não houve discussão nem Destaques e, em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. A deputada Adriana Ventura perguntou se o Relatório final da LDO/2024 seria votado nesta tarde e a Presidente esclareceu que sim. **SUSPENSÃO**: às onze horas e vinte e seis minutos, a Presidente suspendeu a Reunião, convocando sua continuação para hoje, dia treze de dezembro, às quatorze horas. **REABERTURA**: Às quinze horas do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três, a Presidente reiniciou a Reunião e apresentou o programa “Antes que aconteça – rede de apoio no combate à violência contra a mulher”. A seguir, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o 1º Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o art. 14 do *Regimento Comum do Congresso Nacional* e propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas XIII – DEFESA e II - SAÚDE**, tendo em vista acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da *Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. Em deliberação, **APROVADAS** as inclusões na pauta e as quebras do prazo.

ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA V – AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA RELATOR SETORIAL: Deputado VERMELHO **VOTO**: pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2024 na forma do PL nº 29, de 2023-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo e declaração de inadmissibilidade das emendas: 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008, 90320016, 50170004 e 60050005. O Relator Setorial leu o Relatório e a Complementação de Voto nº 2. O 1º Vice-Presidente abriu a discussão e o prazo de Destaques. Discutiram a matéria os deputados Adriana Ventura e Vicentinho Júnior. A discussão foi encerrada e foi apresentado 1 (um) Destaque. A Presidente reassumiu os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trabalhos e, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas de números 31350011, 39050022, 4258004, 44020012, 4405008 e 90320016, indicadas pelo Relator Setorial no seu Relatório. Em deliberação, o **Relatório e a Complementação de Voto** foram **APROVADOS, ressalvado o Destaque. Apreciação do Destaque** – o deputado Vicentinho Júnior apresentou em Plenário um Destaque que não constava do sistema SIDEST e, portanto, não foi acolhido pelo Relator Setorial. O Relatório e a Complementação de Voto da Área temática V foram **APROVADOS**. O deputado Vermelho, Relator Setorial da Área V, foi parabenizado pelo deputado Giacobbo e a deputada Adriana Ventura solicitou que o Relatório Setorial da Saúde fosse apreciado após a votação do PLDO/2024.

EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA XIII – DEFESA RELATOR SETORIAL: Deputado CASTRO NETO **VOTO:** pela aprovação do PLN 29/2023, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática XIII - Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, bem como dos cancelamentos realizados conforme discriminado nos anexos deste Parecer. O Relator Setorial leu o Relatório. O senador Marcelo Castro passou a presidir e iniciou a discussão e o prazo de Destaques. Discutiram a matéria os deputados Carlos Henrique Gaguim e Gilvan Maximo e a senadora Professora Dorinha Seabra. A discussão foi encerrada e não houve Destaques. O Presidente em exercício, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução Nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, declarou inadmitidas as Emendas de números 50270003 e 50010008, indicadas pelo Relator Setorial no seu Relatório. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. O Presidente em exercício esclareceu que no dia anterior um parlamentar havia solicitado, em Plenário, ao Relator Setorial da Área Temática XIV – Trabalho e Previdência, deputado Carlos Veras, que acatasse um Destaque para que fosse colocada uma quantia mínima em todas as Emendas RP 2 de Bancada e que o Relator Setorial acatou o pedido. Entretanto, de acordo com a Consultoria de Orçamento das duas Casas, o pedido não poderia ser concedido, uma vez que em Emenda com parecer pela aprovação parcial o Relator-Geral pode acrescentar recursos, mas não pode fazê-lo em Emenda com parecer pela rejeição, conforme o art. 67 da Resolução Nº 1/2006-CN. A seguir, o Presidente em exercício propôs ao Plenário a **inclusão na pauta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE, sobre o “Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 4/2023 – CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional”, e do Relatório final apresentado ao PLN nº 4/2023 – CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. A inclusão na pauta e a quebra do prazo foram APROVADAS. EXTRAPAUTA – Apreciação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023, sobre o exame da admissibilidade das Emendas ao Projeto de Lei nº 4/2023-CN que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”, conforme o *art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*. **COORDENADOR DO CAE:** Deputado JÚNIOR MANO. **VOTO:** propondo que sejam consideradas todas as emendas apresentadas ao texto do PLDO 2024 e ao respectivo Anexo de Prioridades e Metas, exceto quanto às emendas que constam do Anexo I ao presente relatório. O deputado Vicentinho Júnior foi designado pelo Presidente em exercício como Relator *ad hoc*, conforme o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*, e fez a leitura do Relatório. Não houve discussão nem foram apresentados Destaques. Em deliberação, o Relatório nº 1 do CAE ao PLDO/2024 foi **APROVADO** pelas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA –** Apreciação do **Relatório e da Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 4/2023-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”. (PLDO/2024). **RELATOR:** Deputado DANILO FORTE. Foram apresentadas 673 (seiscentas e setenta e três) Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.599 (mil e quinhentas e noventa e nove) Emendas ao Texto da Lei. Totalizando 2.272 (duas mil duzentas e setenta e duas) Emendas. **VOTO:** favorável nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 2.272 Emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela **APROVAÇÃO** de 100 (cem) Emendas, pela **APROVAÇÃO PARCIAL** de 1.181 (mil, cento e oitenta e uma) Emendas, pela **REJEIÇÃO** de 981 (novecentos e oitenta e uma) Emendas e pela **INADMISSIBILIDADE** de 10 (dez) Emendas. O Relator leu o resumo de seu Relatório e uma Complementação de Voto. A seguir, acatou parcialmente o Destaque nº 75, de autoria do deputado Bohn Gass, Relator do PPA/2024-2027. A Presidente voltou à Mesa e solicitou, conforme acordado na Reunião do Colegiado de Líderes, que a reunião fosse suspensa por quinze minutos, entretanto, o deputado Weliton Prado questionou acerca da Emenda nº 27680001, de sua autoria, que havia sido rejeitada. O Relator colocou-se à disposição para que fosse feita qualquer correção à publicação da Emenda. Discutiram a matéria os deputados Arnaldo Jardim e Guilherme Boulos. **SUSPENSÃO:** às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, a Presidente suspendeu a Reunião, conforme acordado na Reunião do Colegiado de Líderes com assento na CMO. **REABERTURA:** às dezoito horas e cinco minutos, a Presidente reiniciou a Reunião e retornou à discussão. O Relator respondeu às solicitações dos deputados Arnaldo Jardim, Guilherme Boulos e Weliton Prado. Em prosseguimento, usaram da palavra a senadora Leila Barros e os deputados Adriana Ventura, Weliton Prado, Gilson Daniel, senador Laércio Oliveira e os deputados Carlos Zarattini e Guilherme Boulos. Durante a discussão, o deputado Odair Cunha fez a retirada dos Destaques de sua autoria, de números 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73. Discutiram, ainda, os deputados Gilvan Maximo, José Rocha, Daniela Reinerh, Alencar Santana, Lindbergh Farias, Vicentinho Júnior, Kim Kataguirí, Alberto Mourão, Sérgio Souza, Mauro Benevides Filho e Carlos Henrique Gaguim. A palavra foi dada ao Relator, que respondeu às colocações dos oradores e sugeriu suspender a reunião por quinze minutos, a fim de buscar entendimento. A palavra foi dada aos deputados Guilherme Boulos e Carlos Zarattini, que solicitou não suspender os trabalhos e obter o consenso na própria Reunião. Usaram da palavra os deputados Eunício Oliveira, José Rocha, Adriana Ventura e Guilherme Boulos. A Presidente fez considerações e mediu o debate para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chegar ao consenso. Usou da palavra o deputado Alberto Mourão e o deputado Guilherme Boulos concordou com as propostas e fechou acordo, retirando os Destaques que havia apresentado. O deputado Carlos Zarattini usou da palavra e o Relator acatou a Emenda nº 27680001, do Deputado Weliton Prado e fez outras considerações. A deputada Adriana Ventura concordou em retirar seus Destaques de números 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 93 e 94 e pediu que fossem votados em separado seus Destaques de números 29, 32, 33, 86 e 88. Por fim, o deputado Rafael Prudente falou sobre seus dois Destaques, de números 40 e 42 e foi aconselhado pelo Relator, deputado Danilo Forte a fazer Emendas com o mesmo teor ao PLOA/2024 que é a matéria em que estes temas serão tratados. O Relator deu também por aprovadas as Emendas de números 32390002, Ação 7XZ3 e 32390003, Ação 7XY7, de autoria do deputado João Leão. A Presidente declarou que todos os Destaques haviam sido retirados em vista do consenso firmado na Reunião, exceto os de números 29, 32, 33, 86 e 88 da deputada Adriana Ventura, os quais serão votados em separado, mas o deputado Eunício Oliveira requereu, em Plenário, a votação em globo dos demais Destaques, conforme o § 2º do art. 139 da Resolução nº 01/2006-CN. Em deliberação, foi **APROVADA** a votação em globo dos Destaques. O parecer do Relator foi pela rejeição. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e, segundo o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum, não foram apreciados na representação do Senado Federal. Em deliberação, o **Relatório final e a Complementação de Voto apresentados ao PLN nº4/2023-CN (LDO/2024)** foram **APROVADOS**, ressalvados os Destaques, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. A Presidente agradeceu ao Relator e a todos os que contribuíram para que o Relatório fosse elaborado e cedeu a Mesa ao 1º Vice-Presidente. **Apreciação dos Destaques – Destaque nº 29**, Autora - deputada Adriana Ventura - supressivo (ao substitutivo) cap. IV seção V art. 71 § 18º inc. II corpo da lei/texto da lei supressão total. A autora fez a justificativa do seu destaque e o parecer do Relator foi pela rejeição. Em votação, o destaque foi **REJEITADO**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Destaque nº 88** de Emendas ao texto - aprovação de emenda 38990011 - cap. IV seção X subseção II art. 80, corpo da lei e **Destaque nº 33** supressivo (ao substitutivo) cap. IV seção X subseção V art. 83 § 1º corpo da lei/texto da lei supressão total. A deputada Adriana Ventura defendeu seus Destaques e o Relator proferiu parecer pela rejeição de ambos. Em votação, os destaques foram **REJEITADOS**, com voto contrário da deputada Adriana Ventura. **Destaque nº 32** supressivo (ao substitutivo) cap. V seção III art. 100 § 3º corpo da lei/texto da lei supressão total. A Deputada Adriana Ventura fez a justificativa do destaque e o parecer do Relator foi pela aprovação. Em votação, o Destaque foi **APROVADO**. **Destaque nº 86** de Emendas ao texto - aprovação de emenda 38990003 - cap. IV seção I art. 25, corpo da lei/texto da lei. A deputada Adriana Ventura fez a justificativa do seu Destaque. O parecer do Relator foi pela rejeição. Em deliberação, o destaque foi **REJEITADO** com voto contrário das deputadas Adriana Ventura e Daniela Reinehr. A deputada Adriana Ventura e o 1º Vice-Presidente elogiaram o Relator, que expressou sua gratidão a todos os que o auxiliaram no trabalho de elaboração do Relatório. O 1º Vice-Presidente esclareceu que o Destaque apresentado ao Relatório Setorial da Área Temática





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V – Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca, à Emenda nº 71270001, foi da autoria da Bancada de Sergipe e foi **REJEITADO**. A seguir, propôs ao Plenário a **inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas: I - Infraestrutura, Minas e Energia; VIII - Ciência & Tecnologia e IX - Assistência Social e Família**, tendo em vista acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução Nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura questionou sobre a publicação dos Relatórios citados e foi informada de que se encontravam disponíveis. Em votação, a inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL E COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO DA ÁREA TEMÁTICA IX – ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA** RELATOR SETORIAL: Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei nº 29/2023-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, relativamente à programação orçamentária da Área Temática IX. O Relator Setorial leu o Relatório e a Complementação de Voto. O 1º Vice-Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o 1º Vice-Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 7103001, indicada pelo Relator Setorial. Não houve discussão nem foram apresentados Destaques. Em deliberação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **APROVADOS. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA II – SAÚDE** RELATOR SETORIAL: Senador MARCELO CASTRO **VOTO**: pela aprovação do PLN 29/2023, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática II - Saúde, no que concerne à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as emendas de relator e os ajustes de que trata o item 7 deste Relatório e as alterações decorrentes das emendas individuais e coletivas aprovadas. O Relatório foi lido pelo Relator Setorial. O 1º Vice-Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de Destaques. O deputado Carlos Henrique Gaguim discutiu a matéria. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o 1º Vice-Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 50080007, indicada pelo Relator Setorial. Foram recebidos 4 (quatro) Destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressalvados os Destaques**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O senador Irajá pediu que seu Relatório Setorial fosse apreciado em seguida, visto que naquele momento ocorria, no Senado Federal, a votação para Procurador-Geral da República. **Apreciação dos Destaques - Destaques números 1, 2, 3 e 4**, da Bancada de Sergipe, Autor-senador Alessandro Vieira, pela aprovação das Emendas 71270010, 71270011, 71270012 e 71270013, respectivamente. O parecer do Relator Setorial foi pela rejeição dos Destaques. Em deliberação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e não foram apreciados pela representação do Senado Federal, conforme o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

TEMÁTICA I – INFRAESTRUTURA, MINAS E ENERGIA RELATOR SETORIAL: Senador IRAJÁ **VOTO:** pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I - Infraestrutura, Minas e Energia, com as alterações propostas neste Relatório Setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria. O Relator Setorial fez a leitura do Relatório. O 1º Vice-Presidente iniciou o prazo de entrega de Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO* e o Relatório foi lido pelo Relator Setorial. O 1º Vice-Presidente, em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitida a emenda de nº 50240001, indicada pelo Relator no seu Relatório. Discutiu a matéria o deputado José Rocha. Encerrada a discussão e o prazo de entrega dos Destaques. Não houve Destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves**. O 1º Vice-Presidente anunciou, nos termos do *art. 70, inciso II da Resolução Nº 1/2006-CN*, a **votação da obra com indício de irregularidades graves - obras de construção da BR-040/RJ**. Em deliberação, **APROVADO. EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA VIII – CIÊNCIA & TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES** RELATOR SETORIAL: Senador EFRAIM FILHO **VOTO:** pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática VIII – Ciência & Tecnologia e Comunicações, com as alterações propostas neste Relatório Setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria. O Relator Setorial leu o Relatório. O 1º Vice-Presidente iniciou a discussão e o prazo de entrega de Destaques e em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução Nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou inadmitida a emenda de nº 71030017, indicada pelo Relator Setorial no seu Relatório. Não houve discussão nem Destaques e em votação o Relatório Setorial foi **APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **SUSPENSÃO:** o 1º Vice-Presidente informou que estava encerrada a votação dos Relatórios Setoriais por hoje e que faltava concluir a votação dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VI – Cidades e XV – Justiça e Segurança Pública. Suspendeu a Reunião às vinte e uma horas e cinquenta minutos do dia treze de dezembro, convocando sua continuação para o dia seguinte, quinta-feira, quatorze de dezembro, às dez horas, neste Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e quatorze minutos, do dia 14 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente propôs ao Plenário, conforme acordado em Reunião do Colegiado de Líderes, a **inclusão na Pauta dos seguintes Relatórios- Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) número 2, referente às Emendas Coletivas apresentadas ao PLOA/2024; - Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas VI - Cidades e XV - Justiça e Segurança Pública; e - Relatórios do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves (COI) números 1 e 2** e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução Nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. A deputada Adriana Ventura questionou sobre a publicação dos Relatórios citados e foi informada de que se encontravam disponíveis. Em votação, a inclusão na pauta e a quebra do prazo foram **APROVADAS. ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA** - Apreciação do **Relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, sobre o “Exame de admissibilidade das Emendas Coletivas apresentadas ao PLN 29/2023 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional”**. COORDENADOR DO CAE: Deputado JÚNIOR MANO **VOTO**: propondo que, dentre as emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2024, sejam consideradas inadmitidas apenas aquelas que integram o Anexo 1 ao presente Relatório. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes propostos pelo CAE e solicitados pelos autores no sistema Sisel/CMO. O Coordenador do CAE, deputado Júnior Mano, leu o Relatório. A Presidente abriu a discussão e o prazo de apresentação de Destaques, conforme o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve Discussão nem Destaques. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTAS** - Apreciação dos **Relatórios apresentados pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves - COI número 1**, “Referente aos Avisos do Congresso Nacional (AVN) de números 5, 8 e 20/2023-CN, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves no exercício de 2023”. E **número 2**, para “Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN 29/2023” (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024). COORDENADOR DO COI: Deputado DANIEL ALMEIDA **VOTO**: pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 29/2023 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024), nos termos do Anexo 2 a este Relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional: I- reiterar a recomendação à CMO no sentido de que, a partir da apreciação do projeto de lei orçamentária anual para 2025, conste da lei de diretrizes orçamentárias e do parecer preliminar respectivo a seguinte disposição (detalhada na seção 1.8 do relatório): a) todas as emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social, que destinem recursos a obras, inclusive por meio das transferências voluntárias, tenham sua admissibilidade condicionada à informação, por parte do autor, da identificação da obra ou projeto e respectiva situação e percentual de execução, no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento - Cipi, de que trata o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, regulamentado pela Portaria SEGES/ME nº 25.405, de 23 de dezembro de 2020 (plataforma Obrasgov.br), ou da sua condição de inexistente no mencionado cadastro; b) todos os relatórios setoriais e gerais demonstrem que, em relação à totalidade dos recursos por eles distribuídos, foram alocados inicialmente os demandados para projetos em andamento cadastrados no Cipi e a manutenção dos bens existentes, na forma da lei de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

diretrizes orçamentárias; posteriormente, para outros projetos cadastrados no Cipi não incluídos nas categorias anteriores; e somente depois de esgotado o atendimento de todos os projetos nessas condições, foram destinados recursos a outras programações; c) somente sejam permitidas exceções a essa regra de alocação para obras destinadas à resposta a desastres e a calamidades públicas reconhecidas na forma da legislação, desde que conste a respectiva identificação no Cipi e fiquem evidenciados no relatório os atos normativos e administrativos que formalizaram a condição de desastre ou calamidade da obra em questão; d) a inobservância desses critérios constitua impedimento técnico insuperável à execução da programação que porventura vier a ser inserida na lei orçamentária sem a sua observância; II - comunicar ao Presidente da República a posição da Comissão no sentido de que uma estruturação normativa definitiva da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), contemplando a definição dos fundamentos da política nacional de geoinformação, a obrigação dos órgãos federais e subnacionais compartilharem as informações por ela abrangidas, e o desenho em caráter permanente das competências de normatização, gestão e operação, revela-se medida imprescindível e insumo estratégico para elevação da eficiência na gestão de políticas públicas e nos investimentos públicos e privados; III - alertar o Presidente da República para a preocupação que suscita a fragilidade atual da capacidade técnica de fiscalização de engenharia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e a necessidade de prover os meios compatíveis para a gestão das suas obras em andamento e da manutenção e segurança das obras instaladas; IV - alertar a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, instâncias competentes para a fiscalização de mérito do tema, que as informações recebidas do TCU indicam que as atuais indefinições de natureza regulatória quanto à inserção da energia da Usina Termonuclear de Angra 3 no sistema elétrico nacional, bem como as lacunas e inconsistências nas estimativas de investimentos, comprometem a avaliação da viabilidade do projeto e o aproveitamento dos recursos públicos federais já investidos na obra e nos equipamentos da Usina, ao tempo em que tais incertezas prejudicam a decisão de alocação de recursos federais para a obra, sendo que a escassez orçamentária daí decorrente pode conduzir à paralisação ou redução do ritmo das obras, com graves implicações como aumento de custos e elevação da tarifa de energia associada ao empreendimento; V - solicitar ao Tribunal de Contas da União que execute, com a máxima brevidade, ação específica de fiscalização no Edital de contratação integrada RDC 90/2022 do DNIT, do qual resultou o Contrato 277/2022 (Lote Único) relativo à construção do trecho Manga/Itacarambi na BR-135/MG, tendo por objetivo verificar a adequação do anteprojeto licitado da obra às condições atuais do seu entorno urbano e geográfico, avaliando assim se ocorreram inconsistências que comprometam a execução contratual decorrente da licitação nele embasada, e dando conhecimento imediato dos resultados a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. O Coordenador do COI, deputado Daniel Almeida, solicitou que os dois Relatórios fossem apreciados em bloco e fez agradecimentos. Em seguida, leu um resumo dos Relatórios e a Presidente iniciou a discussão. Não houve oradores inscritos e a discussão foi encerrada. Em deliberação os Relatórios números 1 e 2 do COI





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foram **APROVADOS** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Os Avisos do Congresso Nacional de números 5, 7 e 20/2023-CN, receberam os seguintes votos, aprovados no Relatório nº 1 do COI: **AVN 5/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha o Acórdão n. 2538/2022 - TCU/Plenário, nos autos do TC-010.370/2016-1, que trata Auditoria “realizada com foco nas obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º Termo Aditivo do Contrato de Concessão PG016/97-00” – **VOTO**: favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, propondo o DESBLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do empreendimento, referente à obra de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º termo aditivo do contrato de concessão PG-016/97-00, firmado entre a agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (CONCEPA). **AVN 8/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 367/2023, nos autos do TC-014.689/2014-6, que trata de relatório de acompanhamento autuado com o objetivo de examinar a legitimidade dos procedimentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes (MT) nas alterações dos contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais (Procrofe)” – **VOTO**: propondo a MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG-138/95-00 (subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA/2021) e posterior ARQUIVAMENTO. **AVN 20/2023-CN**, do Tribunal de Contas da União que “Encaminha, para apreciação, referente às obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º termo aditivo do contrato de concessão PG-016/97-00 firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (Concepa)” – **VOTO**: favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, propondo o DESBLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do empreendimento, referente à obra de ampliação de capacidade da BR-290/RS, executadas a partir do 13º termo aditivo do contrato de concessão PG-016/97-00, firmado entre a agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (CONCEPA). **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA VI – CIDADES** RELATOR SETORIAL: Deputado MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO **VOTO**: pela APROVAÇÃO da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática VI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das Emendas aprovadas. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a discussão e não havendo quem quisesse discutir, a discussão foi encerrada. Foram apresentados 4 (quatro) Destaques. Em votação o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressaltados os Destaques**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. O deputado Carlos Henrique Gaguim fez elogios ao Relator Setorial e passou-se à **apreciação dos Destaques - Destaques números 1 e 2**, da Bancada de Sergipe, Autor - senador Alessandro Vieira, pela aprovação das Emendas de números 71270002 e 71270003, respectivamente; **Destaques números 3 e 4**, da Bancada de Tocantins, Autora - senadora Professora Dorinha Seabra, pela aprovação das Emendas números 71280007 e 71280008. O parecer do Relator foi pela rejeição dos Destaques. Os destaques





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foram **REJEITADOS** e não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **EXTRAPAUTA - RELATÓRIO SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA XV – JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA** RELATOR SETORIAL: Deputado WILSON SANTIAGO **VOTO:** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 29, de 2023-CN, na parte referente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo. O Relator Setorial leu o Relatório. A Presidente iniciou a discussão. Não houve discussão e foi apresentado 1 (um) Destaque. Em votação o Relatório Setorial foi **APROVADO, ressalvado o Destaque** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Apreciação do Destaque – Destaque nº 1**, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Câmara dos Deputados, Autora – deputada Lêda Borges, pela aprovação da Emenda número 50360006. O parecer do Relator foi pela rejeição. Em votação, o Destaque foi **REJEITADO** e por essa razão, não foi apreciado pela representação do Senado Federal, conforme o § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **SUSPENSÃO:** às onze horas e seis minutos, a Presidente suspendeu a Reunião e convocou sua continuação para terça-feira, dia 19 de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. **REABERTURA:** às dez horas e onze minutos, do dia 20 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o art. 14 do *Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente solicitou ao Plenário autorização para que os acréscimos de valores de RP 2 realizados pelas Bancadas Estaduais, previstos no item 18.II e no Anexo III.D do Parecer Preliminar ao PLOA 2024, relativos aos 25% do saldo da reserva de recursos, independam do RP e do valor originais da emenda, conforme autorização concedida nos últimos dois anos. Em deliberação, a autorização foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. A Presidente, então, propôs a **inclusão na Pauta do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN (LOA 2024) e dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei números 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 41/2023-CN**, tendo em vista acordo firmado no Colegiado de Líderes, e consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da *Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 3 (três) dias úteis, de sua distribuição. Em votação, a quebra de interstício e a inclusão na pauta foram **APROVADAS**. A deputada Adriana Ventura pediu que o Relatório final apresentado à LOA/2024 fosse apreciado somente às dezesseis horas de hoje, ao invés das quatorze horas, conforme encontra-se previsto. Os deputados Carlos Zarattini e Vicentinho Júnior expressaram concordância com o pedido da deputada Adriana Ventura e a Presidente também se manifestou de maneira favorável. Assim, a apreciação do Relatório final apresentado ao Projeto de Lei 29/2023-CN (LOA/2024), ficou prevista para ocorrer às dezesseis horas do corrente dia. **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA: Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 37/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplementar no valor de R\$ 65.037.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (nova ementa após Mensagem modificativa)". RELATOR: Deputado ODAIR CUNHA. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 37/2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo. Encaminhada pela mensagem presidencial modificativa nº 568, de 30 de outubro de 2023. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas foram REJEITADAS. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Autoridade Portuária de Santos S.A., da Companhia Docas do Rio de Janeiro e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito especial no valor de R\$ 70.917.827,00, para os fins que especifica". RELATOR: Deputado ALBERTO MOURÃO. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 36, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 30/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 387.140,00, para os fins que especifica". RELATORA: Senadora ANA PAULA LOBATO. **VOTO:** pela aprovação PLN nº 30, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O deputado Luciano Amaral foi designado Relator *ad hoc*, conforme o inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN e leu o Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 32/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 5.087.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM. **VOTO:** pela aprovação do PLN N.º 32, de 2023-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 35/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Petróleo Brasileiro S.A., da Petrobras Internacional Braspetro B.V., da Petrobras Biocombustível S.A., da Indústrias Nucleares do Brasil S.A., da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia Docas do Ceará, da Companhia Docas do Pará e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, crédito suplementar no valor de R\$ 398.100.272,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado PAULO LITRO. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 35, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 33/2023-CN**, da Presidência da República, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segurança Pública, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 3.143.559,00, para os fins que especifica”. RELATOR: Senador LAÉRCIO OLIVEIRA. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 33, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu seu Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 41/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 405.538.500,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente”. RELATOR: Deputado MARX BELTRÃO. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 41/2023-CN na forma proposta pelo Poder Executivo, e, pela rejeição das emendas de números 03 e 04, e pela inadmissibilidade das emendas 01, 02, 05, 06 e 07. O senador Izalci Lucas foi designado *ad hoc*, conforme o inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN e leu o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Presidente declarou inadmitidas as Emendas de números 01, 02, 05, 06 e 07, indicadas pelo Relator no seu voto. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 185.200.000,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 672/2023)”. RELATORA: Deputada DANI CUNHA. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. A Relatora leu o Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 39/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 784.013.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. RELATOR: Deputado JOÃO CARLOS BACELAR. **VOTO:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 39/2023-CN, na forma do Substitutivo apresentado que incorpora parcialmente a solicitação de alteração do PLN apresentada pelo Ministério do Planejamento, por meio do Ofício SEI nº 5204/2023/MPO, majorando assim o crédito suplementar em R\$ 85.000.000,00, como também incorpora integralmente a solicitação de alteração apresentada por meio do Ofício SEI nº 5700/2023/MPO, que não provoca mudanças quantitativas no crédito. Com a aprovação do Substitutivo, o crédito suplementar passará de R\$ 784.013.628,00 para R\$ 869.013.628,00. Quanto às 32 (trinta e duas) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE as de números 4, 5, 6, 8, 11, 13, 18 e 19, APROVADA a de nº 7, APROVADA PARCIALMENTE as de números 12, 20, 21 e 22 e REJEITADAS as de números 1, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 23 a 32 e RETIRADAS pelo autor as de números 2 e 3. O Relator leu o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Presidente declarou inadmitidas as Emendas de números 4, 5, 6, 8, 11, 13, 18 e 19, indicadas pelo Relator no seu voto. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO**. **SUSPENSÃO:** a Presidente informou que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

restaram para ser apreciados os Relatórios apresentados aos Projetos de Lei números 31 e 38/2023-CN e suspendeu a Reunião às onze horas e dois minutos, convocando sua continuação para ocorrer às dezesseis horas de hoje, dia 20 de dezembro. **REABERTURA:** às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, do dia 21 de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, declarou reiniciada a Reunião e anunciou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A seguir, a Presidente passou a palavra ao senador Rogério Marinho e ao deputado Weliton Prado e solicitou ao Plenário que as discussões referentes ao PLOA/2024 fossem feitas após a apreciação dos dois Projetos de Lei que iriam ser apreciados, de números 31 e 38/2023-CN. Cedeu, ainda, a palavra ao deputado Vicentinho Júnior e passou à **ORDEM DO DIA: EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 31/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 10.950.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”. **RELATOR:** Senador CARLOS VIANA. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 31, de 2023, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o Relatório. Não houve discussão e em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 38/2023-CN**, da Presidência da República, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Cidades e de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$ 573.005.655,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 692/2023)”. **RELATOR:** Senador MECIAS DE JESUS. **VOTO:** pela aprovação do PLN nº 38, de 2023, na forma do Substitutivo apresentado. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator leu o Relatório (remotamente). A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os deputados Carlos Zarattini, Adriana Ventura, Danilo Forte, João Carlos Bacelar e senador Randolfe Rodrigues. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foi recebido 1 (um) Destaque. Em votação, o Relatório foi **APROVADO, ressalvado o Destaque** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Apreciação do Destaque – Destaque nº 1**, Autor- deputado Carlos Zarattini – ao texto do Projeto de Lei – para recomposição total do artigo 3º. O parecer do Relator foi pela Aprovação do Destaque. O Destaque foi **APROVADO** na representação das Câmara dos Deputados, com voto contrário da deputada Adriana Ventura e na representação do Senado Federal. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Relatório Final e Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 29/2023-CN (PLOA/2024)**, da Presidência da República, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”. **RELATOR-GERAL:** Deputado LUIZ CARLOS MOTTA. **VOTO:** pela aprovação do PL nº 29, de 2023-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024), na forma do Substitutivo apresentado, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial de emendas apresentadas, nos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

termos dos demonstrativos anexos. Ao Projeto foram apresentadas 8.000 (oito mil) Emendas. A Presidente parabenizou o Relator-Geral por seu trabalho e passou-lhe a palavra. O Relator-Geral leu um resumo do Relatório. Usaram da palavra a senadora Professora Dorinha Seabra e os deputados Carlos Zarattini e Carlos Henrique Gaguim, que solicitaram ao Relator-Geral que fizesse a leitura da Complementação de Voto. O Relator-Geral explicou que a Complementação de Voto encontrava-se publicada e pediu que a discussão fosse aberta. A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos Destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria o deputado Lindbergh Farias, senador Randolfe Rodrigues, deputado Vicentinho Júnior, deputado Carlos Zarattini, deputado Danilo Forte, deputado Carlos Henrique Gaguim, senadora Professora Dorinha Seabra, senador Dr. Hiran, deputado José Rocha, deputada Adriana Ventura, deputado Alencar Santana, deputado Túlio Gadêlha, deputado Odair Cunha, senadora Eliziane Gama; senadora Augusta Brito, senador Izalci Lucas, deputado Rafael Prudente, senador Carlos Viana, deputada Daniela Reinehr, deputado Sanderson, deputado Bohn Gass e deputado Gilvan Maximo. Durante a discussão, foram retirados os seguintes Destaques: 105 e 16, pelo deputado Danilo Forte; todos os Destaques do deputado Odair Cunha; Destaques 107, 108, 109, 115, 116, 117 e 118, pela senadora Augusta Brito; e Destaques 89 e 128, pelo deputado Rafael Prudente. O Relator-Geral fez considerações acerca das solicitações dos parlamentares e sugeriu fazer a votação em bloco dos Destaques. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de Destaques e, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator-Geral. Em deliberação, a **dispensa da manifestação do CAE foi APROVADA**. O Relator-Geral apresentou e leu uma Errata. Foram apresentados 135 (cento e trinta e cinco) Destaques. Em votação, **o Relatório, a Complementação de Voto e a Errata foram APROVADOS, ressalvados os Destaques**, nas representações da Câmara dos Deputados, com voto contrário da deputada Adriana Ventura, e na representação do Senado Federal. Usou da palavra para parabenizar o Relator-Geral o deputado Carlos Zarattini. A Presidente solicitou autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos Destaques, por tipo de voto do Relator, conforme o *art. 139 § 2º da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Solicitaram votação em separado dos Destaques os seguintes parlamentares: Destaque 43 - deputado José Rocha; Destaques 51 e 52- deputada Adriana Ventura; Destaque 30 - senador Dr. Hiran; Destaque 50 - deputado Weliton Prado; Destaques 110, 111, 112 e 126 - deputado Túlio Gadêlha; Destaque 104 - deputado Danilo Forte; Destaques 91, 124 e 136 - senadora Eliziane Gama; Destaque 38 - senador Carlos Viana; Destaque 94 - deputado Sanderson; Destaques 16, 18, 27, 32, 122 e 136 - senadora Professora Dorinha Seabra; Destaque 89 - deputado Rafael Prudente; Destaque 136 - senador Izalci; Destaques 132 e 135 - deputado Carlos Henrique Gaguim; Destaque 134 - deputado Alencar Santana. Usaram da palavra os deputados Carlos Zarattini, Danilo Forte, que retirou o Destaque 104, Vicentinho Júnior, Túlio Gadêlha, Carlos Henrique Gaguim e os senadores Carlos Viana e Dr. Hiran. Foi alcançado um consenso nas discussões com o representante da Liderança do Governo, deputado Carlos Zarattini e o senador Dr. Hiran retirou o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destaque 30; usaram da palavra os senadores Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e o deputado Alencar Santana. A senadora Eliziane Gama retirou o Destaque 91; a senadora Augusta Brito retirou o Destaque 124; o deputado Túlio Gadêlha retirou o Destaque 110; o deputado Rafael Prudente retirou o Destaque 89; o deputado Alencar Santana retirou o Destaque 134. Em votação, foi **APROVADA a votação em globo dos Destaques**, exceto os que permaneceram com solicitação para votação em separado. O parecer do Relator-Geral foi pela Rejeição dos destaques a serem votados em globo. **Os Destaques com votação em globo foram REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e não foram à votação na representação do Senado Federal, conforme o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **Apreciação dos Destaques com votação em separado - Apreciação do Destaque 43**, Autor - deputado José Rocha. O Deputado José Rocha defendeu seu Destaque. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados José Rocha e Weliton Prado e não foi à apreciação da representação do Senado Federal. **Apreciação dos Destaques 51 e 52**, Autora - deputada Adriana Ventura. A deputada defendeu seus Destaques. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição de ambos. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara Dos Deputados, com votos contrários dos deputados Adriana Ventura, Weliton Prado e Túlio Gadêlha e não foram à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 50**, Autor - deputado Weliton Prado. O Autor defendeu o Destaque e apresentou **Requerimento de votação nominal para votação do Destaque nº 50**, Autor - deputado Weliton Prado (SOLIDARIEDADE/MG), com o apoio dos deputados Vicentinho Júnior (PP/TO), Alberto Mourão (MDB/SP), Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO), Túlio Gadêlha (REDE/PE) E DOS SENADORES Izalci Lucas (PSDB/DF), Augusta Brito (PT/CE) e Carlos Viana (PODEMOS/MG). O Relator-Geral acatou parcialmente o Destaque e o deputado Weliton retirou o Requerimento de votação nominal. Em votação o Destaque 50, à Emenda 71140001, da Bancada de Minas Gerais, foi **APROVADO PARCIALMENTE**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **Apreciação dos Destaques 111, 112 e 126**, Autor-deputado Túlio Gadêlha. O deputado Túlio defendeu seus Destaques. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição dos Destaques. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do deputado Túlio Gadêlha e não foram à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 38**, Autor - Senador Carlos Viana. O senador defendeu o seu destaque. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação, o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados Adriana Ventura, Túlio Gadêlha e Weliton Prado e não foi à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 94**, Autor – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Deputado Sanderson defendeu o Destaque. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados Adriana Ventura, Carlos Henrique Gaguim, Vicentinho Júnior, Túlio Gadêlha, José Rocha e Weliton Prado e não foi à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação dos destaques 16, 18, 27, 32, 122 e 136**. A senadora





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Professora Dorinha Seabra defendeu os Destaques. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação, os Destaques foram **REJEITADOS** na representação da Câmara dos Deputados e não foram à apreciação na representação do Senado Federal. **Apreciação do Destaque 135**, Autor - Deputado Carlos Henrique Gaguim. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. Em votação o Destaque foi **REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos deputados Carlos Henrique Gaguim e Túlio Gadêlha e não foi à apreciação na representação do Senado Federal. **O Relatório Final, a Complementação de Voto e a Errata**, apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 foram **APROVADOS**, com o **Destaque 50**, à Emenda 71140001, **APROVADO PARCIALMENTE**. A Presidente esclareceu que na última reunião do Colegiado de Líderes da CMO, um parlamentar levantou uma Questão de Ordem sobre a competência para apresentação de Destaques pelas Bancadas e Comissões. Diante disso, registrou o seguinte posicionamento desta Presidência: *O Artigo 138 da Resolução 01/2006-CN estabelece no âmbito da CMO quem pode apresentar destaques. I – membro da CMO; II – Coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado; III – Presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo respectivo Presidente*. Estabelece ainda que: **§ 1º A ausência do autor, no caso dos incisos II e III, não prejudicará a votação do destaque apresentado. § 2º os Destaques a emendas de Comissão Permanente ou de Bancada Estadual somente poderão ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III** (grifo nosso). Sendo assim, o que se pode observar a respeito desse artigo é que o requerimento de Destaque é uma prerrogativa de membro da Comissão por entender que o mesmo, como participante de todo o processo legislativo orçamentário anual e conhecedor da matéria, é capaz de defendê-lo, razão pela qual deve estar presente para fazer a apresentação e defesa do Destaque. De acordo com o *artigo 59 § 3º do Regulamento Interno* da CMO só pode falar sobre os Destaques o autor do Destaque ou da Emenda e o Relator da matéria. Quanto ao Coordenador de Bancada e Presidente de Comissão, sua atuação como requerente de destaques se restringe apenas a defender as emendas apresentadas pelo Colegiado por ele representado, entendimento este claro ao observarmos os autores de Destaques previstos no inciso III, do art. 138 **“Presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo RESPECTIVO Presidente”** (grifo nosso). Ainda, caso o Coordenador da Bancada não possa fazê-lo, somente um MEMBRO DA CMO, autorizado pelo Coordenador poderá apresentar um Destaque em nome do Colegiado. Nesses casos, tanto Coordenador de Bancada, quanto Presidente de Comissão, não têm a obrigatoriedade de presença na reunião para defesa do Destaque, tendo em vista que não são, necessariamente, membros deste Colegiado. Como já retratado acima, apenas membro da CMO deve estar presente, pois faz parte da Comissão (§1º, art. 138, Resolução 1/2026-CN). Já o § 2º do artigo 138 da Resolução reforça que os Destaques apresentados às Emendas de Comissão e Bancada só podem ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III do mesmo artigo. Outro ponto a esclarecer é que os Destaques às Emendas de Comissão Permanente ou de Bancada Estadual somente poderão ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III. Membros da CMO não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

podem apresentar Destaques às Emendas apresentadas por estes Colegiados, exceto no caso de Emenda de Bancada, se autorizado pelo Coordenador ou se também membro for da Comissão autora da Emenda. Diante do exposto, esta Presidência entende que os Coordenadores de Bancada e Presidentes de Comissão só poderão apresentar Destaques às Emendas apresentadas pelo Colegiado que representam. A seguir, o deputado Túlio Gadêlha usou da palavra. **ENCERRAMENTO:** A Presidente agradeceu a todos os que contribuíram para os trabalhos da Comissão neste ano e cedeu a palavra ao 1º Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral e ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLN 4/2023-CN, deputado Danilo Forte. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às vinte horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada em atendimento ao artigo 17 da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual para o período 2020-2023, e estabelece a apresentação dos resultados e recomendações do Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas e do Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, após o encaminhamento dos respectivos relatórios a esta Comissão, por representante do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. Participaram representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento para a apresentação dos relatórios. Verificaram-se as presenças dos Deputados Titulares: Carlos Henrique Gaguim, Geraldo Resende, João Carlos Bacelar, João Leão, Luciano Amaral e Vicentinho Júnior; dos Deputados Suplentes: Daniela Reinehr, Delegado Paulo Bilynskyj, Rafael Prudente e Ruy Carneiro; e do Deputado Não Membro Roberto Duarte.

ABERTURA: às dez horas e trinta e nove minutos, foi iniciada a reunião sob a condução do Deputado Vicentinho Junior (PP/TO) que comunicou a finalidade da audiência pública e orientações sobre o andamento dos trabalhos. Também apresentou a composição da Mesa formada pela Sr. Gustavo Guimarães - Secretário Executivo /MPO; o Sr. Sérgio Firpo - Secretário de Monitoramento e Avaliação /MPO e Sr. Fernando Sertã Meressi - Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento /MPO. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Gustavo Guimarães que fez sua apresentação utilizando recurso multimídia sobre os fundamentos legais que justificam a necessidade da audiência e o histórico da Institucionalização da Avaliação de Políticas Públicas. A seguir foi concedida a palavra ao Sr. Sérgio Firpo, que também fez apresentação com recurso multimídia, versando sobre as iniciativas de monitoramento e avaliação na Secretaria e um pouco sobre a metodologia usadas no ciclo 2022 e 2023. Por fim, foi concedida a palavra ao Sr. Fernando Sertã Meressi que apresentou os resultados do Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, ano base 2022.

ENCERRAMENTO: às onze horas e doze minutos, não havendo oradores inscritos, o Deputado Vicentinho Júnior (PP/TO), Presidente em exercício, agradeceu a presença de todos os convidados e parlamentares presentes e encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Deputado Vicentinho Júnior, Presidente em Exercício.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro iniciada a 21ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao art. 17 da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023 e estabelece a apresentação dos resultados e recomendações do Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas e do Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, após o encaminhamento dos respectivos relatórios a esta Comissão por representante do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

Compõem a Mesa o Sr. Gustavo Guimarães, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento; o Sr. Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento; e o Sr. Fernando Sertã Meressi, Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo, estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações dos palestrantes, quando houver, serão disponibilizadas na página da Comissão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra para o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, o Sr. Gustavo Guimarães.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Bom dia a todos. É uma honra estar com os senhores nesta audiência.

Deputado, muito obrigado por nos receber.

O Deputado bem colocou que nós temos a obrigação legal de fazer esta prestação de contas. Ela está incluída na atual lei do PPA, no art. 17. E é importante lembrar também que a Emenda Constitucional nº 109 estabeleceu pela primeira vez na nossa Constituição Federal, de forma explícita, a necessidade da prestação de contas, do monitoramento e da avaliação de políticas públicas.

Vou ler o art. 165, § 16: *"As leis de que trata este artigo" — PPA, LDO e LOA — "devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição".*

Eu preparei uma breve apresentação, uma introdução dos assuntos de que os Secretários vão tratar.

Temos dois relatórios para apresentar aos senhores: o Relatório de Avaliação de Políticas Públicas e o Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual — PPA.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu falei na emenda constitucional, mas o que é mais importante, além da própria determinação legal e constitucional, Deputado, é o monitoramento e a avaliação. Isso está na nossa Constituição e nas nossas leis não por acaso. Vários estudos, sejam da academia, sejam práticos, mostram que as decisões baseadas em evidências são importantes.

Quando fazemos uma política pública, é importante fazer também sua avaliação, tanto a avaliação que chamamos de *ex post*, feita para analisar se a política pública realmente tem sido eficiente, eficaz, se está funcionando, quanto a avaliação que chamamos de avaliação *ex ante*, um trabalho que está sendo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

desenvolvido no Executivo com a liderança da Secretaria de Monitoramento e Avaliação. O Prof. Sergio Firpo veio da academia e conhece bastante essa agenda, Deputado. Ele vai falar um pouco sobre isso. A avaliação *ex ante* também é importante. Quando vamos propor uma política pública, é preciso que já tentemos antecipar sua repercussão. Isso é fazer política pública com base em evidências.

Para finalizar a minha participação — vou ser bastante breve —, quero abordar dois pontos. No contexto atual, temos a tramitação da LDO e da LOA e um novo regime fiscal, sustentável. Sabemos da importância das finanças públicas, isto é, da importância de fazermos as políticas públicas, as políticas sociais, com responsabilidade fiscal. Temos um desafio bastante grande, que é manter as contas públicas em ordem. Para isso, avaliação e monitoramento são muito importantes, porque a avaliação vai trazer efetividade e eficácia para os gastos públicos. Acreditamos que esse é um grande instrumento, inclusive de responsabilidade fiscal.

O Estado brasileiro tem avançado muito na avaliação de políticas públicas nos últimos anos. Acredito que o Sergio vai tratar disso em mais detalhe. No Executivo, Deputado, uma portaria estabelecia isso. Nós fomos avançando, e, como eu coloquei, hoje temos tanto na lei do PPA quanto na própria Constituição Federal essas exigências de avaliação e monitoramento das políticas públicas. A apresentação do nosso Diretor Sertã também vai tratar um pouco do monitoramento do PPA.

Agora temos um desafio com a recriação do Ministério do Planejamento e, pela primeira vez, com a criação de uma Secretaria específica. Hoje temos uma Secretaria dedicada ao planejamento, onde temos a Secretaria Leany, aqui representada pelo nosso Diretor Fernando Sertã, e uma Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, com o Secretário Sergio Firpo. Esse é um avanço muito grande.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

Outro ponto interessante foi que, com esse novo desenho ministerial, ampliamos o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, incluímos novos Ministérios. Agora ele tem um caráter ainda mais amplo dentro do Executivo Federal.

E, para fechar, o ponto importante, que nos traz aqui hoje, além da exigência legal de comparecermos aqui, é que a CMO é o fórum, é o *locus* para esta discussão. Sabemos que a avaliação de políticas públicas, o monitoramento, a melhoria do gasto público não podem ser feitos sem a participação do Legislativo. Sabemos que grande parte desse trabalho é feito com o Legislativo, por isso viemos apresentar um pouco do Ciclo 2022, o último ciclo.

Termino agradecendo a oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Agradeço ao Dr. Gustavo Guimarães a explanação breve, mas com muito conteúdo.

Passo agora a palavra ao Sr. Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento.

O SR. SERGIO FIRPO - Bom dia a todos os presentes.

É uma honra estar na Câmara para falar sobre avaliação de políticas públicas.

Primeiro eu queria saudar o Deputado Vicentinho Júnior, os meus colegas do Planejamento aqui na Mesa, o Gustavo e o Sertã, e os demais colegas presentes, sobretudo os da Secretaria de Monitoramento e Avaliação, o Henrique, a Camila, a Mirella e o Daniel, que vieram prestigiar esta entrega, senhores e senhoras, do relatório que formalmente foi entregue em agosto, mas que hoje temos a oportunidade de explicar.

Eu também trouxe uma apresentação, que gostaria de compartilhar aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como o Secretário Gustavo mencionou, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas é nova e tem trabalhado como Secretaria Executiva do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas —





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

CMAP. O CMAP é composto de cinco Ministérios: o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão, a Casa Civil e a CGU.

O CMAP faz parte desse arcabouço institucional de enraizamento das avaliações dos programas e das políticas públicas, mas ele não é o único objeto de atenção da nossa Secretaria. A nossa Secretaria tem trabalhado também com avaliações *ex ante*, como o Gustavo mencionou, ou seja, avaliações que ocorrem antes mesmo de a política ser lançada. Temos trabalhado em parceria com diversas Secretarias e Ministérios do Executivo Federal e estamos à disposição para participar mais intensamente dos trabalhos do Congresso, com projetos de lei que precisem passar por uma avaliação *ex ante* de propostas de políticas públicas. Nós temos desenvolvido na Diretoria do Daniel Grimaldi uma ferramenta para que essa avaliação *ex ante* nos permita identificar potenciais falhas que as políticas podem ter no que diz respeito ao seu objetivo: será que elas estão de fato condizentes com as prioridades do Plano Plurianual e que a população alvo é de fato a população que vai ser atingida com o desenho da política. Esse é um momento importante para pensarmos na política, antes de passarmos a usar recursos públicos para financiá-la.

Também temos feito mudanças na própria forma de avaliação do Executivo Federal. O CMAP trabalhava com avaliações longas, que temos alterado para avaliações curtas, denominadas de avaliação executivas. São diversas as formas de avaliar uma mesma política. Olhamos para a implementação, para o desenho, para a efetividade, para a execução orçamentária e financeira do programa. Num período mais curto, fazemos essa síntese, que é importante para que depois possamos fazer avaliações de efetividade, por exemplo, avaliações mais aprofundadas em algum aspecto da política.

Como o Gustavo mencionou, temos criado ao longo dos anos esse arcabouço institucional, que é importante para mostrar que a avaliação de políticas públicas pode ser entendida como uma ferramenta de Estado. Ela começou em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

2015, com o GTAG, esse grupo de avaliação de gastos do Governo Dilma Rousseff, e passou por várias etapas até o Governo atual.

Essa institucionalização do processo de avaliação dentro do Executivo é importante, e a cultura de avaliação tem se espalhado. Hoje, ela nos permite dizer que temos conseguido fazer a autoavaliação de políticas públicas em diversas instâncias do Executivo. Vários Ministérios têm departamentos de avaliação das suas próprias políticas. Mas isso não significa que o centro do Governo não deva fazer a avaliação dessas políticas públicas, inclusive para ter entendimento sobre o sombreamento e para fazer a coordenação das políticas, a fim de evitar que políticas muito similares e com os mesmos objetivos sejam desenvolvidas por Ministérios diferentes. Então, a institucionalização da avaliação tem ganhado força nos últimos anos.

Houve algumas mudanças no CMAP, nesse conselho que eu mencionei, desde que nós assumimos a Secretaria Executiva. Algumas mudanças que nós trouxemos têm a ver com a introdução de critérios para seleção das políticas. Antes, as políticas eram selecionadas basicamente pela questão orçamentária. Hoje, nós temos dois outros pontos mais fortes, que são a relevância e a transversalidade. Elas contribuem com metade do peso para a seleção anual das políticas para avaliação.

O que nós trouxemos no relatório que foi apresentado em agosto deste ano é o que chamamos de Ciclo 2022. Para o Ciclo 2022, as políticas foram selecionadas ao fim de 2021. Durante o ano de 2022 a avaliação foi conduzida, e os relatórios foram concluídos no primeiro semestre deste ano. Esse é o chamado Ciclo 2022. Já iniciamos o processo de avaliação do Ciclo 2023, cujas políticas foram selecionadas ao fim do ano passado. Dessa forma temos conduzido os trabalhos no CMAP. Nesses relatórios de avaliação que nós fazemos estão as políticas públicas que são avaliadas e os relatórios que são apresentados, mas também as recomendações sobre reformulações das políticas públicas. No Ciclo 2022, o CMAP ofereceu uma série de recomendações gerais, ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

macrorrecomendações, para o aperfeiçoamento das políticas públicas. É importante notar que o processo de avaliação é relevante para que as políticas públicas possam ser aperfeiçoadas em seu desenho e em seu redesenho.

Esta é a lista das políticas públicas que foram avaliadas. Lembro que o CMAP tem a obrigação legal de avaliar os programas do PPA, então aqui nós temos as políticas públicas que pertencem a programas específicos. Ali está a numeração específica do PPA, quem coordenou a avaliação e quem executou a avaliação no período.

Estas foram as políticas públicas avaliadas. Eu vou passar rapidamente os eslaides, porque eles vão ficar disponíveis.

O CMAP classifica em políticas de gastos diretos e de subsídios, em torno de meio a meio. São 15 políticas, 8 de gastos diretos e 7 de subsídios. Isso muda ao longo do tempo, mas metade das políticas são de subsídios. Isso é importante. E em torno de 6% do PIB correspondem aos subsídios que podem ser pensados como gastos tributários, benefícios financeiros e creditícios.

A letra aqui está muito pequena, então os senhores não vão conseguir ler. Esta tabela mostra nas colunas as políticas e nas linhas as macrorrecomendações associadas a cada uma dessas políticas. Tudo isso se encontra no relatório que foi disponibilizado para os senhores e senhoras.

Eu vou terminar em 10 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Fique à vontade, Dr. Sergio. Use o tempo que for necessário.

O SR. SERGIO FIRPO - Está bem. Obrigado.

Sobre os aprimoramentos para o Ciclo 2023, temos trabalhado com diferentes executores. Temos avaliações executivas. Não está tudo concentrado em apenas um executor, o que é importante para que as especialidades sejam utilizadas ao máximo. Nem todo mundo conhece tudo, então buscamos especialistas para fazer essas avaliações. Temos trabalhado muito proximamente dos órgãos gestores das políticas públicas. Acho que essa é uma mudança





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

importante. Para garantir que depois as recomendações sejam incorporadas pelos órgãos gestores, é importante que se faça esse trabalho conjunto. Desde o início da avaliação eles participam com os coordenadores e também com os executores na definição do escopo de avaliação, para que no futuro as recomendações possam ser utilizadas pelos órgãos gestores, que vão entender o processo avaliativo como algo orgânico e não como um comando de centro de Governo. Temos feito esse processo inteiro. Começamos com oficinas, com a participação dos gestores... Temos compartilhado produtos intermediários e feito diversas reuniões para discutir os resultados preliminares. Depois, o próprio conjunto de recomendações é discutido com esses gestores.

Este eslaide trata um pouco dos tipos de avaliação, como a avaliação executiva. Já falei sobre isso, então vou passar.

Aqui, algo que nos orgulha, Deputado, que é o trabalho de disseminação das avaliações. Todos esses relatórios estão públicos, ficam disponíveis, mas eles têm sido pouco acessados pela população. O que temos feito, portanto, é um trabalho de traduzir os relatórios em pequenas peças, em peças de mais fácil leitura para a população. Cada avaliação se torna, no final das contas, uma folha, em frente e verso, que contém todas as informações sobre as avaliações. Nós chamamos este projeto de projeto coloridinhos, porque cada uma dessas avaliações tem uma cor específica. Eu trouxe diversas cópias de um exemplo delas. Entrego ao Deputado. Há outras cópias para os Parlamentares que tiverem interesse em absorver esses resultados de uma maneira muito mais fácil do que ler um relatório de avaliação inteiro.

E aqui está a lista das pessoas que ajudaram, que estão no comando da Secretaria e ajudaram nesse processo de avaliação das políticas públicas.

Eu queria agradecer, em particular, à Diretora Camila, que toma conta de toda essa parte da Secretaria Executiva do CMAP.

Obrigado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Agradeço a presença e a fala do nosso querido Dr. Sergio Firpo, a quem parablenizo. A população brasileira tem necessidades gritantes, muitas vezes por falta de informação e de conhecimento técnico. Não sabe o que é desoneração de folha ou desoneração de um item da cesta básica, não sabe o que é o orçamento discutido aqui. Então, quanto mais didática e mais simplificada puder ser a informação, melhor, para que ela chegue a quem de fato interessa. Isso é importante e é louvável.

Agora passo a palavra ao Dr. Fernando Sertã Meressi, Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento.

O SR. FERNANDO SERTÃ MERESSI - Bom dia, Deputado Vicentinho Júnior. Bom dia, meus colegas Gustavo Guimarães, Secretário Sergio Firpo, colegas do Ministério, colegas da SEPLAN.

É um grande orgulho estar aqui hoje apresentando os resultados do Plano Plurianual para o Congresso Nacional.

No Plano Plurianual, nós transformamos as principais políticas públicas do Governo em objetivos e metas e acompanhamos o andamento desses resultados e dessas entregas que o Governo faz. É isto o que o Plano Plurianual faz: planeja e depois monitora e avalia. E, por ser uma lei, tem a contribuição do Congresso Nacional também, tanto no planejamento quanto depois, quando apresentamos aqui os resultados.

Eu também preparei uma apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

No Plano Plurianual, conforme diz a Constituição, estão estabelecidas as diretrizes e os objetivos e metas para as despesas. Então, ele está muito relacionado ao Orçamento.

E o que monitoramos no Plano Plurianual? Neste Plano Plurianual que está acabando este ano, nós monitoramos 70 programas, 70 metas, 70 objetivos e 344 resultados intermediários, que são produtos entregues para a sociedade, para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

identificar restrições, propor soluções a esses entraves, aprimorar as políticas públicas, promover a transparência dos resultados do Governo e retroalimentar o PPA, a LDO e a LOA.

Como o Plano Plurianual tem mais de 400 metas, não dá para apresentarmos todas aqui. Então, nós fizemos consolidações. Os resultados de todas essas metas estão neste relatório, que está disponível na Internet e foi encaminhado ao Congresso Nacional. Em termos consolidados, em 2022, 60% dos indicadores do PPA apresentaram melhoras; 24% pioraram; 6% ficaram estáveis; e 10% são metas qualitativas.

Quanto ao desempenho das metas, em 2022, 58% das metas foram alcançadas; 35% não foram alcançadas; e 7% não têm indicador para acompanhamento.

As principais restrições para que os Ministérios não alcancem a meta — quando não alcançam a meta, eles informam o porquê — são: falta de orçamento; falta de pessoal; desenho da política no marco legal precisando de ajustes; falta de divulgação da política; falta de capacitação. Em 2022, ainda sofremos um resquício da COVID-19 e da falta de pessoal. Essas foram as principais restrições apontadas pelos Ministérios.

Os resultados intermediários são aquela camada gerencial do PPA, em que detalhamos os programas. Das metas dos resultados intermediários, 59% foram alcançadas no ano passado, e 41% não foram alcançadas. Novamente, a COVID-19 ainda foi uma das principais restrições apontadas, porque ela influenciou muito também aquelas metas cumulativas. O PPA tem muitas metas cumulativas, metas para até 2027. Então, se eu comprometo a meta em 2020 e em 2021, isso afeta todas as metas. Acontece muito isso também.

Estes são alguns exemplos das metas que mencionei. Nós estamos falando das principais entregas para a sociedade: empreendimentos de abastecimento de água concluídos; empreendimentos de esgotamento sanitário; famílias beneficiadas com provisão de moradia digna; crédito rural; linhas de transmissão





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

de energia; acesso à banda larga nas escolas; atendimento de crianças de zero a 6 anos; Bolsa Família. São essas as metas que acompanhamos. Então, são metas muito importantes.

Aqui nós selecionamos só três delas. Uma dessas metas é a de famílias beneficiadas com a provisão de moradia digna, que é uma meta cumulativa. Até 2022, 1,2 milhão de famílias foram beneficiadas. No que diz respeito às linhas de transmissão, nós vemos que 24 mil quilômetros delas foram adicionadas ao sistema no período do PPA até 2022. Esta é uma meta não cumulativa: acesso à banda larga nas escolas. Nós vemos que 70% das escolas estão com banda larga, um resultado abaixo da meta. Aí entra também a questão orçamentária. No caso da banda larga, a principal restrição apontada foi a restrição orçamentária.

Aqui vemos os recursos envolvidos no PPA. Foram executados, em 2022, 450 bilhões de reais em programas de gestão e 2 trilhões de reais em programas finalísticos, totalizando cerca de 2 trilhões e 400 bilhões de reais. Esse é o recurso anual executado pelo PPA, que tem como principal fonte o Orçamento da União, cerca de 70%.

Estes são os investimentos plurianuais prioritários, que são definidos pela lei do PPA. Nós acompanhamos 30 projetos que são muito relevantes, projetos que já tinham uma continuidade: ou já estavam sendo finalizados, ou já estavam em andamento. Era importante o Governo priorizar esses programas. Nós estamos falando aqui da transposição do Rio São Francisco, do Laboratório Sirius, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, de dez BRs muito importantes, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, do desenvolvimento de cargueiros KC-390, de caças FX-2 e de submarinos a propulsão nuclear. Então, nós estamos falando de investimentos muito importantes, de investimentos grandes.

Quais serão os próximos passos? O que eu falei até agora foi a respeito dos resultados de 2022 e do PPA atual, que termina este ano. Neste eslaide estão os próximos passos. Do PPA 2024-2027, que trouxe uma série de inovações, eu gostaria de destacar seis prioridades previstas em lei: o combate à desigualdade





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

de renda e à fome; o PAC; a educação básica; a saúde, incluindo a atenção básica e a atenção especializada; o enfrentamento da emergência climática; e a neointustrialização. São essas as seis prioridades que estão na lei agora. Também há as cinco agendas transversais, que são focadas em públicos vulnerabilizados, para não deixarmos ninguém para trás: povos indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, igualdade racial e agenda ambiental.

Quero dizer também que esse PPA contou com forte participação popular. Nós fizemos 27 reuniões em todos os Estados, três fóruns interconselhos em Brasília, uma plataforma que recebeu 4 milhões de acessos. Foi um plano que foi construído ouvindo-se bastante a sociedade e que agora está aqui no Congresso Nacional recebendo as contribuições dos Parlamentares.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Agradeço ao Dr. Fernando e a toda a equipe do Ministério.

Eu falo sempre que o Orçamento é uma peça democrática, apartidária e não ideológica e que tem que caber o Brasil inteiro dentro dele. A confecção do PPA foi um trabalho do colega Deputado Bohn Gass; o relatório da LDO está sendo realizado pelo Relator Danilo Forte; e o Deputado Luiz Carlos Motta, que acabou de sair daqui, é o Relator da LOA. Isso mostra que Parlamentares de partidos distintos, Parlamentares da base do Governo e de oposição ao Governo trabalham de forma sintonizada pelo bem maior, que é o bem do nosso País.

Em virtude de já termos muito bem debatido, nesta Comissão, o nosso PPA, com a participação das equipes dos senhores e de vários membros da Comissão de Orçamento, eu agradeço muito esta breve e importante audiência pública.

Não havendo mais inscritos para debater o tema do PPA, eu encerro esta audiência, agradecendo o comparecimento de todos os convidados e de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, dos assessores e dos servidores das duas Casas Legislativas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2023

A reunião está encerrada.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

